AMÁLIA DIAS
ANGÉLICA BORGES
(ORGANIZADORAS)

HISTÓRIA DA Educação

do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Appris editora

Sumário

CAPA

INTRODUÇÃO: O EHELO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE
Amália Dias e Angélica Borges
Líder e vice-líder do grupo de pesquisa Ehelo
Professoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

PARTE I
PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS NO SÉCULO XIX: ENTRE ENGENHOS, QUILOMBOS E CAPELAS

1
DIFUSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA MALHA ESCOLAR PRIMÁRIA NO PERÍODO DO IMPÉRIO
Angélica Borges

2
“BENEFÍCIO INDISPENSÁVEL À CLASSE POUCO FAVORECIDA DA FORTUNA”: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DERRAMAMENTO DA INSTRUÇÃO NA VILA DE ESTRELA (1846-1889)
Beatriz Souza dos Santos

3
A INSTRUÇÃO DA INFÂNCIA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: UMA ANÁLISE DA INSTRUÇÃO E DO MAGISTÉRIO FEMININO NO MUNICÍPIO DE MAGÉ (1839-1889)
Kimberly Araujo Gomes Pereira

4

SUJEITOS, INSTITUIÇÕES E NORMAS: ASPECTOS DA ESCOLARIZAÇÃO EM IGUAÇU NO ÚLTIMO DECÊNIO DO IMPÉRIO (1879-1889)
Aline de Morais Limeira
Ana Carolina de Farias Miranda

PARTE II
PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS NO SÉCULO XX: ENTRE REORDENAÇÕES GEOPOLÍTICAS E DISPUTAS EDUCACIONAIS

5
"VISTES QUE DA VERDADE A ESCOLA É UM TEMPLO": EDUCAÇÃO E DOUTRINA ESPÍRITA NO ENSINO SECUNDÁRIO EM IGUAÇU (1930-1945)
Ana Paula da Silva Esteves

6
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (1947-1955)
Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues

7
DUQUE DE CAXIAS, CIDADE INDUSTRIAL: PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DISCIPLINARIZAÇÃO DE TRABALHADORES NA FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES (1942-1970)
Maissi de Cássia Julião Alves
Angélica Borges

8
O PATRONATO SÃO BENTO E AS ESCOLAS INSTALADAS EM SEU TERRITÓRIO (1950-1969)
Márcia Spadetti Tuão da Costa

9
OS COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS NA BAIXADA FLUMINENSE (1945-1947): EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO POPULAR

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro
Vitor da Silva Batista
Láiza Bianca Luna de Souza de Oliveira

PARTE III
PROFISSÃO DOCENTE NA BAIXADA FLUMINENSE

10
DOCÊNCIA E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS NEGRAS (FORMAIS E INFORMAIS) DE INSERÇÃO SOCIAL NO RECÔNCAVO DA GUANABARA
Lucimar Felisberto dos Santos
Jessica Tomaz Ferreira
Angélica Borges

11
AGENTES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM IGUAÇU: EXPERIÊNCIAS DE FUNCIONARIZAÇÃO DOCENTE NA DÉCADA DE 1890
Isabela Bolorini Jara

12
LUGARES DE MAGISTÉRIO NO CENTENÁRIO DE IGUAÇU (1933)
Amália Dias
Sara Cristina Gomes Barbosa da Silva
Mariana Hapuque Raphael da Silva
Cristiane Gonçalves de Araújo

13
NAS PÁGINAS DE O INFANTIL: O CAPITAL SOCIAL DOCENTE EM BELFORD ROXO (1939/1940)
Kátia Maria Soares

14
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE: PATRIMÔNIO EDUCACIONAL COMO DESAFIO
Icléa Lages de Melo

Amália Dias

PARTE IV
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

15
PELOS CAMINHOS DA HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM DUQUE DE CAXIAS
Cristiane Dias Nunes
Marcia Montilio Rufino
Márcia Spadetti Tuão da Costa
Marluce Souza de Andrade
Renata Spadetti Tuão
Thays Rosalin de Araujo

16
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE NA DITADURA CIVIL-MILITAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE PESQUISAS
Alzira Batalha Alcântara
Marlucia Santos de Souza

17
INSTITUTO HISTÓRICO: A FUNÇÃO EDUCATIVA NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS (2001-2008)
Eliana Santos da Silva Laurentino

18
“ENTÃO, COMO TRABALHAR A HISTÓRIA DA CIDADE, SE A HISTÓRIA DA CIDADE ESTÁ SENDO APAGADA AOS POUCOS?”: SENSIBILIDADES E EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL DOS JOVENS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE
Claudia Patrícia de Oliveira Costa

SOBRE OS AUTORES

CONTRACAPA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO RECÔNCAVO DA GUANABARA À BAIXADA FLUMINENSE

Editora Appris Ltda.
1.ª Edição - Copyright© 2023 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catalogação na Fonte
Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870

H673h – 2023
História da educação do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense [recurso eletrônico]
Amália Dias, Angélica Borges (orgs.).
1. ed. – Curitiba : Appris, 2023.
1 arquivo digital EPUB.
Inclui referências.
ISBN 978-65-250-4901-4
1. Educação – História – Baixada Fluminense (RJ). 2. Professores – Formação. 3. Escolas públicas.
I. Dias, Amália. II. Borges, Angélica. III. Título.
CDD – 370.9

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês
Curitiba/PR – CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br
Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Amália Dias
Angélica Borges
(org.)

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO RECÔNCAVO DA GUANABARA À BAIXADA FLUMINENSE

Appris editora

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto Coelho
	Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Marli Caetano
	Andréa Barbosa Gouveia (UFPR)
	Jacques de Lima Ferreira (UP)
	Marilda Aparecida Behrens (PUCPR)
	Ana El Achkar (UNIVERSO/RJ)
	Conrado Moreira Mendes (PUC-MG)
	Eliete Correia dos Santos (UEPB)
	Fabiano Santos (UERJ/IESP)
	Francinete Fernandes de Sousa (UEPB)
	Francisco Carlos Duarte (PUCPR)
	Francisco de Assis (Fiam-Faam, SP, Brasil)
	Juliana Reichert Assunção Tonelli (UEL)
	Maria Aparecida Barbosa (USP)
	Maria Helena Zamora (PUC-Rio)
	Maria Margarida de Andrade (Umack)
	Roque Ismael da Costa Güllich (UFFS)
	Toni Reis (UFPR)
	Valdomiro de Oliveira (UFPR)
	Valério Brusamolin (IFPR)
SUPERVISOR DA PRODUÇÃO	Renata Cristina Lopes Miccelli
ASSESSORIA EDITORIAL	Letícia Gonçalves Campos
REVISÃO	Camila Dias Manoel Ana Carolina de Carvalho Lacerda
PRODUÇÃO EDITORIAL	Bruna Holmen
DIAGRAMAÇÃO	Jhonny Alves dos Reis
CAPA	Eneo Lage
FOTO DA CAPA	Filipo Tardim

PREFÁCIO

Imponho sou Grande Rio, amor
Dando um banho de cultura, eu vou
Pro abraço da galera, me leva
Lindo como o pôr-do-sol eu sou.
(G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, "Na era dos Felipes o Brasil era espanhol". Compositores: Barbeirinho, Bebeto do Arrastão e Jailson da Grande Rio. Carnaval de 1996).

A/o leitora/or deve estar intrigada/o com a seguinte questão: por que o prefaciador escolheu a letra de um samba de enredo para abrir o seu horizonte de análise do livro *História da Educação do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense*?

O primeiro aspecto reside no território. A Escola de Samba Acadêmicos do Grande Rio está situada na cidade de Duque de Caxias, assim como a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF). Ambas são "escolas", com distintos projetos, que abraçam a comunidade local e fazem o "sonho" acontecer, pois não haveria este livro sem a reunião de pesquisadoras/es no âmbito da "escola" de Educação, tendo como espaço vital o grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo), criado em 2013 e formado por professoras/es da área de História da Educação e por alunas/os e ex-alunas/os dos cursos de graduação e pós-graduação da FEBF da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Mas seria somente uma questão de proximidade geográfica? Não. O segundo aspecto reside nos objetivos e realizações dessas duas "escolas". Se por um lado o Ehelo/FEBF se dedica à História da Educação da Baixada Fluminense e à sua cultura, temos na outra margem do rio uma escola de samba que a cada Carnaval "veste" e "tece" fantasias, também, sobre história e cultura, num feliz encontro que é necessário para que a Baixada se imponha como expressão de vozes que cantam e contam, em diferentes cores e tons, a riqueza que se encontra em cada pedra, em cada rua e em cada habitante da referida região.

O livro, que está ao alcance das nossas mãos, traduz a busca por um trabalho de pesquisa com base em fontes relevantes para a compreensão dos processos de escolarização e projetos educacionais nos séculos XIX e XX, da

profissão docente na Baixada Fluminense e da memória e do patrimônio no campo da Educação. São essas as partes constituintes da obra em destaque. Partes que, só pelos títulos, revelam o tamanho da empreitada e o esforço para dar conta de tal desafio epistemológico. Quais seriam, então, os desafios e objetivos de cada parte?

Na Parte I, você, leitora/or, terá um encontro com os processos de escolarização e projetos educacionais no século XIX e "viajará" entre engenhos, quilombos e capelas a fim de desvelar a difusão da escolarização no Recôncavo da Guanabara com a instalação e ampliação da malha escolar primária no período do Império. Terá a possibilidade de examinar importantes considerações acerca do derramamento da instrução no município de Estrela no período de 1846 a 1889. Cabe asseverar que essa primeira parte contempla, também, uma análise da instrução e do magistério feminino no município de Magé, no arco de tempo de 1839 a 1889, e os aspectos da escolarização em Iguaçu, no último decênio do Império. Penso que seja uma leitura fundamental para as/os interessados na historiografia da Educação na Baixada Fluminense no século XIX.

As pesquisas sobre a Educação e doutrina espírita no ensino secundário em Iguaçu de 1930 a 1945 e a História da Educação nas atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias de 1947 a 1955 abrem o leque temático da Parte II da obra, cujo título, "Processos de escolarização e projetos educacionais no século XX: entre reordenações geopolíticas e disputas educacionais", convida-nos à reflexão sobre o verso e o reverso, o dito e o feito ou, se quisermos lembrar Anísio Teixeira, valores proclamados e valores reais, haja vista que qualquer projeto de ação desperta uma reação e, nesse sentido, existe um terreno em disputa. Não por acaso, a segunda parte ainda reserva discussões muito bem fundamentadas sobre os projetos de Educação e disciplinarização de trabalhadores na Fábrica Nacional de Motores, no período de 1942 a 1970, acerca do Patronato São Bento, das escolas instaladas em seu território entre 1950 e 1969 e da existência dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense como experiência de educação política e organização popular de 1945 a 1947. Vale percorrer as páginas para aquelas/es que buscam consensos e dissensos no campo da História da Educação da Baixada no século XX.

Na Parte III, "Profissão docente na Baixada Fluminense", você terá a oportunidade de estabelecer uma reflexão sobre os professores e educadores

negros no Recôncavo da Guanabara no período do Império, os agentes da instrução pública estadual em Iguaçu e as experiências de funcionarização docente na década de 1890; bem como compreender os lugares de magistério no centenário de Iguaçu em 1933, o capital social docente em Belford Roxo no arco de tempo de 1939 a 1940 e o trabalho da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense no tocante ao patrimônio educacional como desafio para toda a comunidade. A operação historiográfica realizada nessa parte ilumina questões necessárias sobre o magistério no tempo passado que, num movimento pendular, volta e meia, aponta em direção ao tempo presente.

As/os pesquisadoras/es estenderam o seu olhar para a memória, resistência e educação patrimonial em Duque de Caxias. Tal aspecto fica evidente na preocupação de destacar o trabalho do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense e do Instituto Histórico e a sua função educativa na construção de memórias na cidade de Duque de Caxias. Trata-se da Parte IV, que versa sobre o patrimônio no campo da Educação e as possibilidades de pesquisas referentes à ditadura civil-militar de 1964 na Baixada Fluminense, na mira da História da Educação, sem se descuidar da história local dos jovens municípios da Baixada Fluminense.

Por fim, espero que o prefácio tenha contribuído para anunciar o que ainda não foi lido, para oferecer um aperitivo saboroso em tempos tão sombrios e para reafirmar que não há docência que se alimente somente do tempo presente. A docência está além deste momento, do agora. A docência tem raízes históricas que precisam ser visitadas e revisitadas, lidas e relidas com diferentes olhares. O passado é centelha viva que acende a esperança de entender quem fomos para saber quem somos. Assim, a leitura deste livro torna-se necessária.

Primavera de 2023,

Fernando Gouvêa
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO: O EHELO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

Ou são os tempos, travessia da gente?
(Guimarães Rosa)

Há dez anos iniciamos, na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), um grupo de estudos para interessados no tema da historiografia da Educação e da história da Baixada Fluminense: Estudos de História da Educação Local (Ehelo). Nas reuniões que ocorriam na sala do Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica da Baixada Fluminense (Pinba), estudamos textos sobre a configuração do campo da História da Educação no Brasil, textos teóricos sobre a historiografia, fontes e métodos de pesquisa em História da Educação. Buscamos conhecer a farta historiografia sobre a Baixada Fluminense. As produções que tangenciavam ou focalizavam a História da Educação da Baixada fomentavam a necessidade de ampliar periodizações, temáticas, acervos e fontes documentais. Assim, tecemos elos entre a vontade de saber e a necessidade de produzir conhecimento em História da Educação local.

Em diálogo com os campos da História da Educação e da historiografia da Baixada, o Ehelo foi crescendo, agregando novos professores, estudantes e pesquisadores. Por meio de Iniciação Científica e Iniciação à Docência, da ação extensionista e da orientação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da FEBF/Uerj, contribuímos na emergência de pesquisas. A produção acadêmica do grupo é constantemente divulgada por meio da apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos, assim como em artigos e livros. Buscamos ampliar o acesso ao conhecimento acadêmico por meio de cursos, palestras e atividades promovidas junto às escolas da rede básica e em projetos de formação continuada de professores.

Este livro resulta desse processo, em que, dez anos depois, é possível reunir parte do que foi produzido. Assim, temos capítulos que são frutos dos projetos coordenados por quatro professores da FEBF, de nove pesquisas de iniciação científica, de uma pesquisa de estudante voluntária de Iniciação à Docência, sete pesquisas de mestrado e duas pesquisadoras associadas. E, porque também continuamos acompanhando a produção na área (BEZERRA; BORGES;

PINHEIRO, 2021), convidamos para compor o livro outros autores que colaboram com estudos sobre a História da Educação local.

Foi tecendo elos entre pesquisadores e instituições, docentes e estudantes, leituras e fontes que organizamos os 18 capítulos desta obra. Agrupados em quatro unidades, apresentamos um panorama, desde o século XIX, das travessias, tessituras e rasuras entre as iniciativas de governos, projetos de sociedade e criação e oferta de diversos tipos e níveis de ensino; investigamos os aspectos que configuraram a história da profissionalização do magistério e das diferenças produzidas segundos os vértices de gênero, raça e classe social nessas experiências. Ademais, porque fazemos História da Educação para ser realizada, conhecida, ensinada, aprendida e disseminada na Baixada Fluminense, trazemos na última parte do livro experiências e debates sobre patrimônio, acervos, o ensino de história local, história oral e educação patrimonial realizado por instituições atuantes na Baixada. Mantemos, assim, a aposta renovada de que é possível e necessário tecermos os elos da história local da Educação e de que outras periodizações, temáticas e fontes aguardam ser descortinadas por novas pesquisas.

Verão de 2023,

Amália Dias e Angélica Borges

Líder e vice-líder do grupo de pesquisa Ehelo

Professoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Referências

BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha; BORGES, Angélica; PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. Grande sertão Baixada e as veredas da historiografia da educação local. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 29-58, 2021. DOI: 10.5965/1984723822502021029. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20799. Acesso em: 7 jan. 2023.

PARTE I

PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS NO SÉCULO XIX: ENTRE ENGENHOS, QUILOMBOS E CAPELAS

DIFUSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA MALHA ESCOLAR PRIMÁRIA NO PERÍODO DO IMPÉRIO

Angélica Borges

> *Ocioso fora querer entrar em demonstrações dos benéficos resultados que se deve esperar com a instrução do nosso povo; querer provar a utilidade do ensino público, e o dever que nos corre de propagá-lo por todas as classes da nossa sociedade, inoculando-lhes, por uma acurada educação intelectual e religiosa, as ideias de moralidade e amor ao trabalho.*
> *(Relatório do Presidente de Província Silveira e Mota, 01/06/1860, p. 65)*

O presidente da Província do Rio de Janeiro, Silveira e Mota, em 1860, apesar de afirmar que seria ocioso demonstrar e provar os benefícios da "instrução do nosso povo" e a "utilidade do ensino público", os expõe na própria estratégia discursiva usada. Quais eram os objetivos da difusão dessa instrução por meio do ensino público? Inocular "as ideias de moralidade e amor ao trabalho" por uma "acurada educação intelectual e religiosa", registra o trecho citado. Naquele ano, na Província do Rio de Janeiro, o conjunto das escolas públicas primárias que deveriam inocular as ideias de moralidade e de amor ao trabalho era composto por 191 escolas públicas primárias, sendo 119 masculinas e 72 femininas. No fim do Império, segundo *Relatório do Diretor da Instrução Pública* de 1889, esse número foi elevado para 439 escolas, sendo 249 de meninos, 178 de meninas, 12 mistas e 15 noturnas[1].

Como essa difusão da escolarização na província se deu na região do Recôncavo da Guanabara? Quais são os registros sobre esse assunto feitos pelas autoridades? Como o Recôncavo aparece em relação ao restante da província? Por meio de quais formas e forças educativas esse projeto disciplinar de inocular moralidade e amor ao trabalho se fez presente nessa região? Quem eram os agentes da instrução e os sujeitos a serem educados? Em quais lugares e com que materiais pedagógicos? Para tentar responder a essas questões, apresento uma síntese que tangencia a dinâmica de estabelecimento de uma escola em uma dada localidade: criação da escola,

instalação em prédio, aprovisionamento com mobília e utensílios e provimento docente. Cabe alertar, no entanto, que, com exceção da primeira etapa (criação da escola por meio de decreto), nem sempre o processo seguia essa sequência de passos, existindo relatos de professor nomeado antes mesmo de haver o prédio escolar.

O intuito dessa reflexão, que utiliza aportes da micro-história e opera com o conceito de jogos de escalas de Revel, é dar visibilidade às ações educativas no Recôncavo da Guanabara, no que diz respeito ao projeto de difusão da escolarização engendrado pela Província do Rio de Janeiro. Ao evidenciar as diferentes formas escolares existentes na época, os sujeitos acionados e a cultura material escolar, pretendeu-se dar a ver o funcionamento e a materialidade de uma escola pública primária nas cercanias da Guanabara. Para realizar esse estudo, foi utilizado um conjunto de fontes, entre as quais o *Almanak Laemmert* (AL); os relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro e dos diretores da instrução; e jornais da época disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Importa destacar que estudos vêm se debruçando em torno da escolarização e do magistério na região no período do Império e com os quais se dialoga neste trabalho. Nesse grupo se inserem os trabalhos desenvolvidos por Guedes (2009, 2012) na graduação e no mestrado em Educação acerca do município de Iguaçu (1833-1858); o trabalho monográfico de Cabral (2017) sobre a região chamada Brejo em Iguaçu; os trabalhos monográficos de Santos (2020), para o caso de Estrela (1846-1889); Pereira (2020), para o caso de Magé (1839-1889); a dissertação de mestrado de Miranda (2020), para Iguaçu (1879-1889); Borges e Dias para o caso de Iguaçu no período de 1870 a 1933 (2021); e Sousa (2021), para o caso da freguesia de São João de Meriti.

1.1 PLURALIDADE DE FORMAS EDUCATIVAS NO RECÔNCAVO DA GUANABARA

> *Vila de Estrela*
>
> *O Zabumba está extremamente maravilhado por ver que se promove os meios para que a festa se faça a Nossa Senhora da Estrela com todo o brilho e solenidade que requer um tal ato; e nós assim o acreditamos, porque estamos convictos de que é bastante a vontade do mui digno e ilustrado juiz, e a cooperação dos Ilms. Srs. procuradores, para que ela se efetue com pompa e brilhantismo, e acreditamos mesmo que SS. SS. acharão toda a coadjuvação nos habitantes da vila para tão justo fim. Avante pois tão nobre pensamento, que será aplaudido pelo constante*

(Zabumba, Jornal do Commercio, 02/08/1855).

Por meio dessa e de outras notas de jornal, podemos conjecturar aspectos da vida dos habitantes da região. Nesse caso, observa-se uma população que também festeja e com os quais os organizadores do evento poderiam contar com "toda a coadjuvação" "para tão justo fim". Quais eram as características dessa população? O recenseamento de 1872 mostra que, por exemplo, a freguesia do Pilar, na Vila de Estrela, contava 3.533 habitantes, e nesse grupo apenas 1.408 foram identificados como brancos, ou seja, menos da metade. Os demais 2.125 habitantes foram identificados como pretos, pardos e caboclos. Deste grupo, 1.129 eram homens e mulheres escravizados.

Nielson Bezerra assinala que a população do Recôncavo atuava, entre outras atividades, na produção e no comércio de farinha, que se transformou "na principal atividade econômica das freguesias e vilas localizadas no fundo da baía de Guanabara, persistindo dessa forma até o final do século XIX" (BEZERRA, 2012, p. 35). Os dados do censo de 1872 registram que uma parcela significativa da população era de escravizados que, segundo Bezerra, estava empregada nas lavouras de alimentos.

> Quase 50% dos escravos identificados em inventários da região estavam empregados no serviço de roça. Além desses, por volta de 10% dos escravos estavam em ofícios como tropeiros, barqueiros e carreiros, atividades fundamentais para o escoamento das mercadorias, tanto do interior, quanto do recôncavo. (BEZERRA, 2012, p. 35).

Bezerra também destaca que

> [...] os lavradores, os tropeiros e os barqueiros estavam constantemente envolvidos em trocas comerciais, em interações culturais, mobilizando a vida social do recôncavo fluminense através da constante circulação de pessoas, mercadorias e informações. (BEZERRA, 2012, p. 35-36).

Essas informações com as fontes que registram a existência de espaços de sociabilidade ajudam a compreender as circunstâncias que produziam e que eram produzidas pelas festividades como a de Nossa Senhora da Estrela, a Festa do Espírito Santo (CORREIO MERCANTIL, 07/01/1863) e a de Nossa Senhora do Pilar, todas em Estrela. Marta Abreu, em estudo sobre festas religiosas realizadas na corte, ressalta que esse momento favorecia o encontro e a mistura de diferentes segmentos da sociedade, "confundindo e difundindo entre si, independentemente da situação jurídica, gostos estéticos e práticas culturais diferentes" (ABREU, 1999, p. 102).

O "brilho e a solenidade" das festividades, conforme descrito por "Zabumba", também possuem um caráter educativo, formam e conformam crenças, hábitos, costumes e comportamentos. Em razão disso, como alertam Gondra e Schueler (2008), a escolarização no Oitocentos deve ser entendida como um processo de educação em meio a tantos outros, formais e não formais, convivendo e tensionando com práticas educativas plurais já existentes que permeiam diferentes grupos sociais[2], a despeito dos esforços da política de escolarização para deslegitimar esses outros espaços e modos, a fim de se afirmar a escola como lócus ideal e qualificado de educar. Gondra e Schueler também destacam a presença de formas e de forças educativas como instituições, movimentos e grupos que atuaram no campo educativo.

No século XIX, no Recôncavo da Guanabara, as fontes pesquisadas mostram uma variedade de espaços e formas de educação instituídos por ações de agentes públicos e particulares, voltados para crianças, jovens e adultos, homens e mulheres, brancos, negros, mestiços, livres e libertos, como escolas, associações, eventos, entre outros.

Entre os espaços de sociabilidade e as sociedades de caráter social, cultural e recreativo, podemos citar o Gabinete Mageense de Leitura, em Magé, que possuía uma biblioteca para empréstimo de livros e que contou com um professor público na direção da instituição, Francisco Hermenegildo da França (PEREIRA, 2020). Segundo Pereira e Borges (2019, p. 6),

> O Gabinete de leitura e as sociedades recreativas sinalizam que o desenvolvimento econômico de Magé reverberou na criação de equipamentos culturais, espaços de sociabilidade e de aprendizagem, nos quais o acesso à cultura letrada pode ser difundido e incentivado. Igualmente sinaliza uma demanda de sujeitos letrados, em que pese o alto índice de analfabetismo, conforme veremos a seguir.

Em Magé, também cabe destacar a Sociedade de Música Recreio Mageense, a Sociedade de Música União Recreio da Piedade, a Sociedade Protetora Mageense, a S. P. de Música 2 de Dezembro em Suruí (instrução de meninos pobres e oferecimento de instrumentos) e a S. M. União Suruhyense[3]. Na Vila de Estrela, Santos (2020) identificou a existência da Sociedade Recreação Pilarense (AL, 1855-1866), situada na freguesia Nossa Senhora do Pilar, presidida pelo Barão do Pilar, que também foi inspetor da instrução na mesma freguesia. Os eventos dessa sociedade atraíam também a sociedade do Município da Corte, capital do Império (JORNAL DO COMMERCIO, 11/02/1855, p. 2). Em Estrela, também havia a Sociedade

Recreio da Guia, uma sociedade de música (AL, 1883). Em Iguaçu, havia a Sociedade Popular Iguassuana, a Sociedade Dramática Popular Iguassuense (que possuíam um teatro)[4] e a Sociedade Dramática Particular União (CORREIO MERCANTIL, 07/01/1873, p. 3).

Não se pode deixar igualmente de mencionar o papel exercido pelas irmandades do Recôncavo na constituição de uma rede sociabilidade, como as do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Pilar e de Santa Rita de Cássia, na freguesia do Pilar (AL, 1859), e de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito.

Retomando as notícias da festividade de Nossa Senhora de Estrela, anos depois, em 1863, uma notícia assinada por "Um por muitos" informa que o evento foi realizado com pompa pela "exemplar devoção da digna juíza a excelentíssima senhora Francisca Luiza Alves Thompsom". Assinala que a igreja estava ricamente armada, que a festa contou com música do professor João Theodoro e que "duas sociedades particulares de música, existentes no lugar, tocaram constantemente a contento da grande concorrência" (CORREIO MERCANTIL, 07/01/1863, p. 3). O texto também contém agradecimentos ao marido de Francisca, Ricardo Thompson.

Esse relato publicado em jornal de grande circulação na época chama atenção porque, embora não trate de assuntos escolares, possui elementos envolvidos com o processo de escolarização no Recôncavo da Guanabara. Explicitamente, nota-se a presença do professor de música, que aparece no *Almanak Laemmert* ao longo de vários anos. Porém a pesquisa nas fontes do século XIX, com foco no processo de escolarização, coloca mais dois personagens desse relato na cena escolar do período. A organizadora da festa, Francisca Thompson, que era proprietária de um prédio alugado a partir de 1879 para a escola de meninos da Vila, e seu esposo, Ricardo Thompson, engenheiro condutor da Estrada Normal de Estrela e inspetor das escolas de Inhomirim. Tais fatos corroboram a ideia de que a escola oitocentista não era uma instituição isolada. Ela afetava e era afetada pelo funcionamento da localidade. A vizinhança do entorno da escola, a própria escola e seus sujeitos estabeleciam relações de disputas, conflitos, tensões, mas também de solidariedade ou apoio estratégico (BORGES, 2021).

Nesse sentido, as escolas públicas, com suas próprias tensões e disputas, instaladas pelo governo no Recôncavo, foram inseridas em um território

conformado pela existência de outras atividades, instituições, serviços e profissionais que já haviam constituído uma série de relações. Ao folhear as páginas do *Almanak Laemmert* de 1855, pode-se observar nos municípios de Estrela, Magé e Iguaçu: delegados de polícia, juízes de paz, carcereiros, médicos, advogados, negociantes de secos e molhados, hotéis, hospedarias, fábrica de papel, olarias, padeiros alugadores de animais e carros, sapateiros, serralheiro, marceneiro, açougueiros, charuteiros, fazendeiros, lavradores, entre outros.

Portanto, o projeto do governo de incutir a moralidade e o amor ao trabalho por meio da educação intelectual e religiosa não ficou imune aos arranjos e acontecimentos da localidade desde as epidemias, as festividades e a cooptação da infância pelo mundo do trabalho, antes mesmo de a criança ingressar na escola ou concluir seu aprendizado nela.

1.2 O RECÔNCAVO ESCOLARIZADO: CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESCOLAS

Por meio da pesquisa realizada, observaram-se diferentes tipos de escolas no Recôncavo da Guanabara. Entre as escolas públicas, havia as escolas do sexo masculino, do sexo feminino e as mistas; as provinciais e as municipais; as escolas públicas com internatos; as escolas públicas agrícolas; e as escolas noturnas. Também havia as escolas particulares e as escolas particulares subvencionadas pelo governo para receber alunos pobres. Tais terminologias não eram meras formalidades e carregavam consigo projetos educativos, normas, valores, moralidades, interesses e jogos de poder que dizem respeito a faixas etárias, condição jurídica, gênero, raça e classe social.

No que concerne às faixas etárias, para as crianças e jovens de 5 até por volta de 15 anos[5] havia as escolas públicas (ou "escolas públicas diurnas", termo que será usado quando forem abertas as escolas públicas noturnas). Para os maiores de 15 anos, as escolas noturnas, como as encontradas nas localidades de Iguaçu e Estrela (subvencionada). Para meninos, havia as escolas do sexo masculino. Para as meninas, as escolas do sexo feminino. Mas, diante da falta de escolas, uma prática "irregular" e polêmica foi normatizada e oficializada, as escolas mistas para ambos os sexos.

Raça e classe social eram questões entrelaçadas. As crianças de famílias mais abastadas eram encaminhadas para escolas privadas ou colégios internos

na própria cidade, na capital da província ou na capital do Império. As crianças pobres, quando podiam frequentar escolas, iam para as escolas públicas. Qual a cor das crianças pobres? No caso do Recôncavo, Bezerra (2012) chama atenção para a predominância populacional de negros livres, libertos e escravizados na região. Caso similar ao de Minas Gerais, província estudada por Fonseca (2007), na qual foi identificada a presença de uma maioria de crianças negras nas escolas públicas.

Para as crianças escravizadas, a matrícula nas escolas era proibida, conforme Art. 74 do Regulamento de 1849 e repetido nos regulamentos seguintes, embora seja importante assinalar que, na historiografia da Educação, existem estudos com relatos que indicam que alguns professores burlavam essa regra. No caso da Província do Rio de Janeiro, cabe mencionar a iniciativa, também trazida no estudo de Miranda (2020), do fazendeiro Comendador Joaquim José de Souza Breves de abrir uma escola para ensinar a ler, escrever, contar e doutrina cristã em sua fazenda, regida por um professor escravizado e frequentada por 30 alunos: "ingênuos, libertos, poucos escravos e alguns livres" (Relatório do Diretor da Instrução Pública, 04/08/1879, p. 10).

No caso dos ingênuos, crianças negras nascidas após a Lei do Ventre Livre, de 1871, havia a possibilidade de frequentar uma escola pública[6], mas também havia os projetos educativos específicos voltados para esse grupo, como as colônias orfanológicas de Estrela (SANTOS, 2020), as escolas públicas agrícolas de Estrela[7], a escola da Fábrica da Pólvora de Estrela (MOREIRA, 2005) e a escola da Fábrica de Santo Aleixo (tecidos) em Magé (PEREIRA, 2020). Os exercícios escolares realizados pelas crianças compreendiam, dessa forma, não apenas os trabalhos com letras e números, mas também os trabalhos agrícolas e industriais.

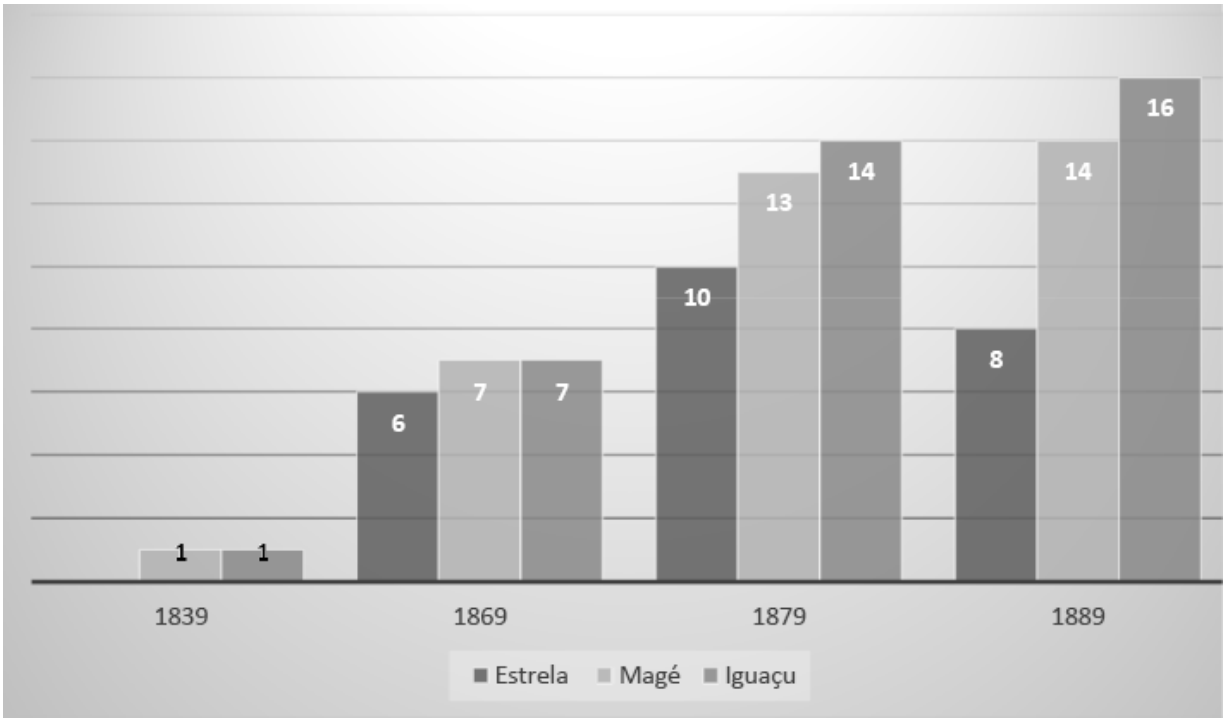
Nos relatórios do diretor da Instrução de 1888 e 1889, observa-se também a preocupação com a educação dos libertos após a abolição e a recomendação de abertura de escolas noturnas para atendê-los. Há registros de professores públicos da província que se ofereceram para abrir aulas noturnas nas escolas públicas em que já atuavam, movimento que foi elogiado pelas autoridades.

No conjunto de fontes pesquisadas, não se observou a existência de instituições de ensino secundário e de ensino superior no Recôncavo. Isso tem relação com os objetivos do ensino e os projetos pensados para cada região. O ensino secundário e o ensino superior eram voltados para formação de sujeitos

que exerceriam atividades de governo ou profissões mais valorizadas, portanto voltados para as camadas das elites. Nesse sentido, a população em geral não estava incluída nesse projeto de formação mais alongado. Para essa população era destinada a educação voltada para difundir as ideias de moralidade e amor ao trabalho, conforme já assinalado. Aqueles que tinham condições de prosseguir os estudos ao terminarem o ensino primário, como no caso dos filhos das famílias abastadas do Recôncavo, deveriam ser encaminhados para escolas da corte, capital do Império, ou mesmo para outra região.

Para melhor visualizar o crescimento do número das escolas públicas primárias mantidas pela província no Recôncavo da Guanabara, os dados levantados foram organizados no gráfico a seguir, que recobre um período de 50 anos (1839 a 1889).

Gráfico 1.1 – Crescimento do número de escolas públicas no Recôncavo da Guanabara



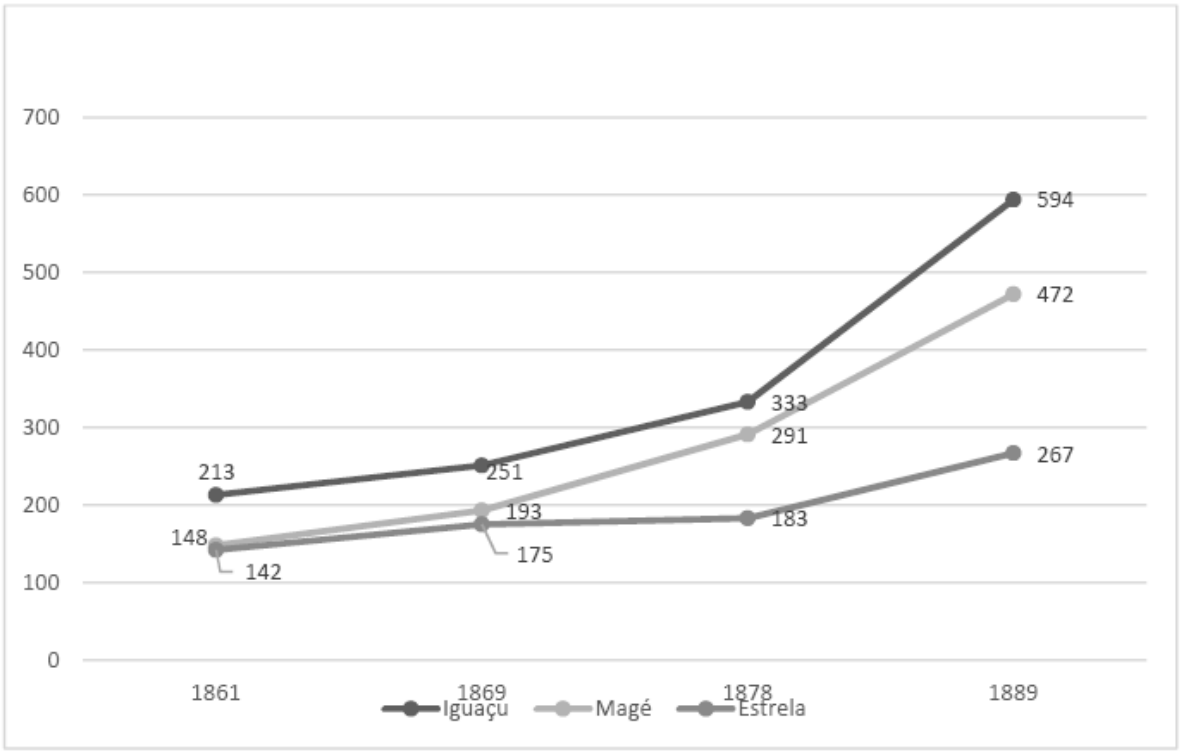
Fonte: relatórios do diretor da Instrução Pública anexos aos relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro dos anos de 1839, 1869, 1879, 1889[8]

Dados do fim da década de 1830 mostram que a região possuía duas escolas públicas, sendo uma em Iguaçu e outra em Magé. Nesse período, a Vila de Estrela ainda não havia sido criada, o que ocorrerá em 1846. Esse número

crescerá paulatinamente até o fim do Império, quando a região contará com 38 escolas públicas provinciais, além de outros tipos de escola.

Nota-se que há uma diminuição no número de escolas públicas provinciais em Estrela na última década do Império, mas uma questão importante a se observar é que, apesar disso, o número de matrículas não caiu na última década, pelo contrário, houve aumento, conforme informa o Gráfico 1.2. O que ocorreu então? Algumas escolas de meninos foram extintas, mas as escolas de meninas foram transformadas em escolas mistas para atender ambos os sexos. Em 1889, funcionavam em Estrela três escolas mistas[9]. Isso significa que, de acordo com o relatório de 1879, as meninas tinham acesso a seis escolas; e os meninos, a quatro escolas, o que dava o total de dez escolas. Em 1889, as meninas tinham acesso a sete escolas, e os meninos continuavam com o acesso a quatro escolas, mas perfazendo o total de oito (três escolas mistas, uma escola para meninos e quatro para meninas)[10].

Gráfico 1.2 – Crescimento das matrículas nas escolas provinciais do Recôncavo da Guanabara



Fonte: relatórios do diretor da Instrução Pública anexo aos dos presidentes da Província do Rio de Janeiro dos anos de 1861, 1869, 1879, 1889

O Gráfico 1.2 mostra um crescimento significativo do número de matrículas na última década do Império. Ao realizar uma comparação do Recôncavo com as demais regiões da província, observa-se um certo destaque da região. Para compreender a comparação, cabe ressaltar que o presidente da província Oliveira Melo, em relatório de 04/05/1862, informa que realizou uma reforma do aparato de inspeção, inaugurando um novo sistema com inspetores de comarca. Assim, os municípios foram divididos em 11 comarcas de inspeção, e Iguaçu, Estrela e Magé passavam a fazer parte da chamada comarca de Magé.

De acordo com os dados do *Relatório do Presidente de Província* de 18/05/1869, a comarca de Magé era a segunda com maior número de escolas públicas, contendo ao todo 21 escolas (13 para meninos e 9 para meninas), ficando atrás apenas da comarca de Niterói, que compreendia os municípios de Niterói e São Gonçalo, com 30 escolas.

Quadro 1.1 – Número de escolas por comarca em 1869

Comarcas	**Escolas para meninos**	**Escolas para meninas**	**Total**
Niterói	15	15	30
Magé (Iguaçu, Estrela e Magé)	13	9	22
Campos	14	5	19
Itaboraí	13	6	19
Resende	13	6	19
São João do Príncipe	8	7	15
Vassouras	9	6	15
Cabo Frio	10	4	14
Petrópolis	10	4	14
Rio Bonito	6	3	9
Cantagalo	5	3	8
Total	116	68	184

Fonte: Relatório do Presidente de Província de 18/05/1869

Observa-se que, no âmbito da escolarização feminina, a comarca de Magé (Iguaçu, Estrela e Magé) também era a segunda maior, mesmo antes de o Decreto Provincial 1.470/1869 estabelecer que toda freguesia da província, além de ter uma escola para meninos, também deveria ter obrigatoriamente uma escola para meninas (PEREIRA, 2020). Antes desse decreto, a abertura das escolas femininas dependia da vontade das autoridades. Um exemplo disso pode ser visto anos antes, no *Relatório do Diretor da Instrução Pública* de 11/08/1866, que registra que o Conselho de Instrução da província foi contrário à criação de escolas femininas em Marapicu, Jacutinga e Guia de Estrela (freguesias do Recôncavo), mas foi favorável à abertura de escolas masculinas em Palmeiras e Fragoso. Por não haver recursos para atender a todas as demandas, era necessário que os governantes fizessem escolhas. Abrir escolas para meninos ou para meninas? O decreto de 1869 passou a servir como baliza para as autoridades responderem a essa pergunta.

Segundo relatório de 01/10/1869 do presidente Teixeira de Macedo, a província possuía 120 freguesias naquele momento, entre as quais 13 freguesias estavam situadas nos três municípios do Recôncavo da Guanabara[11]. Apesar do crescimento apontado na região, o quantitativo estava longe de atender toda a população infantil em idade escolar desse território.

Duas leis, portanto, impactaram o processo de escolarização na província fluminense no fim da década de 1860 e início da década de 1870: o Decreto Provincial 1.470/1869 e a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que aprofundará os debates em torno da educação dos negros no país e na província (SANTOS, 2020). Nas próximas duas décadas (1870 e 1880), as discussões em torno da educação feminina e da educação de negros intensificar-se-ão. A questão de gênero se fez presente na oficialização do formato das escolas mistas para atender meninas e meninos na mesma escola, mediante regras específicas, como a exigência de o docente responsável ser uma mulher. O debate que atribuía à mulher o papel de educadora ideal para as crianças ganhava força. A implementação das escolas mistas foi uma ideia alternativa ao problema da baixa frequência de certas escolas, mas sobretudo para a economia de recursos, pois alegava-se ser muito dispendioso manter escolas com baixa frequência. Com a escola mista, a província passaria a pagar o salário de apenas uma professora e o aluguel de apenas um prédio. Interessante observar como o governo renuncia a questões morais (a ideia de

que a convivência de meninos e meninas na mesma escola seria perniciosa) para atender às necessidades da economia. Outro aspecto da economia, a formação de mão de obra, pode ajudar também a compreender a existência, segundo *Relatório do Diretor da Instrução Pública* de 1885, de uma escola particular subvencionada em Pau Grande, na Vila de Estrela, que era mista e noturna, ou seja, para homens e mulheres trabalhadores.

Outra solução encontrada para a baixa frequência escolar foi a permissão concedida para algumas escolas públicas funcionarem como internatos na década de 1870. Esse foi o caso da escola da Vila de Estrela dirigida por Maria da Gloria Vasconcelos Loureiro (Maria da Gloria Loureiro de Almeida, em 1878) e da escola da freguesia de Jacutinga, em Iguaçu, regida pelo professor Olivério Pereira Monteiro. Maria da Gloria foi nomeada professora pública de Raiz da Serra em 1874. Em um quadro de escolas com internatos registrado no relatório de 1879, consta que Maria da Gloria recebeu licença para receber alunas internas em 16/11/1875; e Olivério, em 20/11/1878. Maria da Gloria foi removida para a capital Niterói em 1877. Nos jornais foi possível localizar duas cartas publicadas por moradores em sua homenagem e agradecendo a professora pelos serviços prestados na instrução de meninas naquela localidade (JORNAL DO COMMERCIO, 15/03/1877, p. 3; O GLOBO, 11/03/1877, p. 4).

Outro formato de escola pública foram aquelas abertas pelas câmaras municipais na década de 1880. No relatório de 13/12/1881, podemos observar o registro de escolas municipais em Magé e em Estrela. O relatório de 08/08/1884 informa a localidade das escolas municipais de Estrela, sendo uma masculina na Taquara e uma mista no Retiro, na freguesia do Pilar. Em 1888, Estrela e Magé passaram a contar com três escolas municipais cada. A atribuição de responsabilidade às câmaras por parte da província terá mais um episódio antes do fim do Império. O relatório de 1889 informa que escolas subvencionadas da província ficariam sob a incumbência das câmaras municipais.

A subvenção de escolas particulares era outra prática comum na difusão da escolarização fluminense. No entanto, embora vários presidentes de província defendessem a subvenção de escolas[12], havia opiniões divergentes. Alguns elogiavam o procedimento e elencavam como vantagem a economia para os cofres públicos e o incentivo à iniciativa particular. Outros criticavam pois os

professores não eram "controlados" e a nomeação destes muitas vezes tinha interferência de políticos locais, como mostrava a subvenção de escolas em lugares em que já havia uma escola pública. No caso do Recôncavo, em 1873, havia quatro escolas subvencionadas, sendo duas em Estrela, uma em Iguaçu e uma em Magé (Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1873). Onze anos depois, o *Relatório do Diretor da Instrução Pública* de 1884 informa haver nove escolas subvencionadas (três em cada município).

No que diz respeito às escolas particulares, os dados são bastante imprecisos. Os diretores da instrução relatam a dificuldade de registrar a existência e fiscalizar essas escolas e a preocupação com a instrução ofertada em tais estabelecimentos. Os problemas também foram abordados no estudo de Guedes:

> Os charlatões a quem o Presidente Provincial se refere podem ser um dos reflexos da realidade educacional iguassuana: um grande número de "curiosos" envolvidos no magistério, sem qualquer formação. Alguns desses professores eram curiosos que sem qualquer habilitação, formação e experiência, ajudados e amparados pela diminuta fiscalização governamental, ofereciam seus serviços aos pais, ensinando em suas próprias casas ou seguindo pelas fazendas em torno. Houve ainda um número relativo de queixas contra os "estrangeiros" que lecionavam ou ainda abriam escolas, que segundo alguns documentos, tentavam impor sua língua e o uso de seus compêndios em escolas brasileiras. (GUEDES, 2012, p. 73).

Não obstante, há nas fontes pesquisadas registros acerca da existência de escolas particulares em Magé, Iguaçu e Estrela, conforme também apontam os estudos de Pereira (2020), Miranda (2020) e Santos (2020).

Na última década do Império, portanto, observarmos no Recôncavo da Guanabara um conjunto variado de instituições escolares. A Vila de Estrela, por exemplo, contabiliza nesse período oito escolas provinciais, três municipais, três escolas subvencionadas, sem contar as demais escolas particulares. Não foi possível averiguar se as escolas agrícolas municipais de Estrela entravam no quantitativo das escolas públicas municipais ou se eram contabilizadas à parte.

Apesar da difusão da escolarização, cabe alertar para os inúmeros problemas existentes em relação ao número de escolas e matrículas registrado nas fontes. Escolas ficavam vagas por falta de professor. O número de alunos matriculados não correspondia necessariamente ao número de alunos que frequentavam as aulas. As escolas subvencionadas não correspondiam às necessidades. As escolas mistas não tinham o número de matrículas almejado.

As aulas noturnas não tinham a procura esperada. Somam-se a isso problemas com o prédio e o provimento das escolas, conforme veremos a seguir.

1.3 PRÉDIOS, MOBÍLIAS, UTENSÍLIOS E LIVROS ESCOLARES: RECURSOS PARA EDUCAR NAS CERCANIAS DA GUANABARA

Onde essas escolas públicas funcionavam? Como era o mobiliário? Quais utensílios faziam parte da cultura escolar? Quais livros escolares eram usados? Não se pretende aqui esgotar o assunto, mas ajudar a compreender o que era uma escola naquele momento e como era seu funcionamento nessa região.

No Recôncavo e em toda a Província do Rio de Janeiro, os prédios onde funcionavam as escolas eram alugados. Poucos eram os registros de escolas que funcionavam em prédios próprios provinciais adaptados. Entre os proprietários que alugavam seus prédios em Iguaçu, Magé e Estrela, estavam homens, mulheres e irmandades. Mulheres como a juíza de devoção da festa de Nossa Senhora da Estrela Francisca Thompson, proprietária do prédio alugado para a escola de meninos da vila (Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1880). No caso do prédio da escola pública de meninas da vila, o proprietário era Firmino Antonio Pacheco Netto, boticário e subdelegado substituto na localidade (AL, 1869). O prédio da escola pública de meninos de Jacutinga pertencia a João Fernandes da Costa Tibau, que era estudante do curso de Farmácia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (AL, 1874). João Tibau também era proprietário de escravizados, conforme indica, em 1886, uma nota do *Jornal do Comércio* (10/04/1886, p. 1): "Dr. João Fernandes da Costa Tibau, pedindo que, independente de multa, seja matriculado na coletoria de Iguassu o ingenuo Antonio, filho da sua escrava Philomena". Os prédios da escola de meninas do Ipiranga, em Estrela, e o da escola de meninos de Marapicu, em Iguaçu, pertenciam à Irmandade do Santíssimo Sacramento. O prédio da escola de meninas de Suruy, em Magé, pertencia à fazendeira Maria Alexandrina da Silva Ferreira (AL, 1851).

Os diretores da instrução reclamavam do valor cobrado pelos proprietários por considerarem-no abusivo e pela falta de condições adequadas de espaço, higiene, iluminação e ventilação em boa parte dos prédios. No conjunto das escolas listadas no relatório de 1880, o aluguel mais caro era do prédio da escola da freguesia de Santo Antonio de Paquequer

(Teresópolis) de Magé, que custava 500$000 e pertencia a Anna Placida da Fonseca[13].

O aluguel mais barato, no valor de 200$000, era do prédio da escola de meninos da freguesia de Meriti, em Iguaçu, cujo proprietário era o próprio professor da escola, Augusto da Costa Barreto, de uma família de professores públicos e particulares (SOUSA, 2021). O contrato também era o mais antigo registrado no relatório, datando de 01/01/1852. Por outro lado, é possível ver notícias de jornais em que os proprietários reclamam o pagamento dos aluguéis atrasados, como no caso da proprietária da escola da freguesia de Paquequer (O CRUZEIRO, 21/06/1878, p. 3).

Após conseguir um prédio para instalar a escola, era preciso equipá-la com mobília, utensílios e livros escolares. No *Relatório do Diretor da Instrução Pública* de 1884 (p. 29), um quadro de móveis e utensílios enviados registra que as escolas masculinas das freguesias Marapicu e Queimados, em Iguaçu, receberam a mobília completa, menos "taboa de cálculo". O que seria essa mobília completa? Observando os móveis e utensílios que foram enviados para as outras escolas, é possível identificar os seguintes itens que faziam parte do funcionamento escolar: bancos-carteira, bancos com encosto, cadeiras, cadeiras com braços, mesas, mesa para o professor, escrivaninha, armário, talha, banco para talha, pertenças, tinteiros, réguas, canivetes, cabides, campainha e "taboa" para cálculo. Observa-se que folhas de papel ainda não era um item presente na cultura material escolar oficial da província. Em *Relatório do Diretor da Instrução Pública* de 1888, aparecem novos utensílios: quadros com vidro e cavaletes, enviados para as escolas da vila e do Brejo, em Iguaçu. Os relatórios também registram reclamações a respeito da falta de conservação do mobiliário e dos utensílios ou mesmo da ausência deles.

Quais eram os livros escolares utilizados? Em 1879, o diretor da Instrução defende que, pelo fato de a província ser "essencialmente agrícola", deveria haver o estudo da agricultura nas escolas primárias, principalmente nas rurais. Essa defesa aparece na parte do relatório que trata sobre os compêndios usados na província. Embora a defesa da aprendizagem de saberes agrícolas na escola primária não fosse uma novidade, esse discurso se intensifica após a Lei do Ventre Livre e diante do desmantelamento do regime escravocrata. Em tais circunstâncias, pode-se compreender sua "satisfação" ao receber o exemplar do compêndio *Elementos da agricultura* enviado pelo grêmio dos professores

primários de Pernambuco para avaliação da diretoria de instrução. Outra obra mencionada no relatório é o *Catecismo de agricultura,* de Antonio de Castro Lopes, que já havia sido aprovada para uso nas escolas, mas que, por ter sido publicada, em 1869, segundo o diretor da Instrução, precisava de atualização em razão das melhorias na "ciência agrícola".

Quadro 1.2 – Livros distribuídos no ano de 1878

	Livros	**Estrela**	**Magé**	**Iguaçu**
1	*Gramática*	44	60	88
2	*Missão de Cristo*	...	...	...
3	*1º Livro de leitura de Dr. Abilio*	47	40	...
4	*2º Livro de leitura de Dr. Abilio*	70	62	29
5	*3º Livro de leitura de Dr. Abilio*	18	...	18
6	*História do Brasil*	36	23	72
7	*História sagrada*	38	46	73
8	*Silabário*	78	89	198
9	*Contos de Schimid [Schmid]*	26	44	95
10	*Catecismo de doutrina cristã*	68	50	117
11	*Aritmética*	74	68	78
12	*Sistema métrico*	48	40	71
13	*Tabuadas*	48	108	94

Fonte: elaborado com base no "Quadro dos livros distribuídos durante o ano de 1878" anexo ao *Relatório do Diretor da Instrução Pública* de 1879

O Quadro 1.2 mostra os livros fornecidos às escolas no fim da década de 1870. Esse número não significa o total de livros que a escola possuía, e sim a quantidade enviada naquele ano com base nas necessidades informadas pelos professores. Os alunos também não usavam todos os livros ao mesmo tempo, pois dependia-se do "adiantamento", ou seja, dos níveis de aprendizagem dos alunos. Desse conjunto de 13 livros, 4 eram destinados para ensinar moral e

religião por meio das aulas de leitura (TEIXEIRA, 2008): *Missão de Cristo*, *História sagrada*, *Contos de Schmid* e *Catecismo de doutrina cristã*.

Teixeira apresenta, em seu estudo sobre livros escolares no Oitocentos, as ideias do inspetor pernambucano João Barbalho Uchoa Cavalcanti. Teixeira afirma que:

> Segundo o Inspetor, preleções, práticas, leituras bíblicas explicadas pelo professor, exercícios de piedade e conferências seriam indispensáveis ao que ele chama de ensino religioso verdadeiro. Para ele, o ensino da moral também poderia ser desenvolvido por meio de outras matérias de ensino, principalmente pela leitura feita em bons livros e comentadas pelo mestre, fábulas bem escolhidas, contos morais, provérbios e episódios históricos. Seria necessário também provocar a ocasião para esse ensino e não deixar passar sequer um dia sem essas lições. (TEIXEIRA, 2008, p. 193).

Entre os livros recomendados por Cavalcanti, estava os contos do cônego alemão C. Schmid (Christoph Von Schmid). Segundo Tambara (2003, p. 12), "é impressionante a quantidade de 'Contos de Schmid' utilizados na Província do Rio de Janeiro. Esta obra, a rigor, não aparece nas relações de textos utilizados nas demais províncias". A larga adoção denota o investimento da província em um projeto de difusão da escolarização fundamentado com uma literatura religiosa que contribuísse para a inculcação dos ideais de moralidade e amor ao trabalho.

Figura 1.1 – Capa do livro *Contos de Schmid*



Fonte: Centro de Referência em Educação Mario Covas/SP

1.4 OS PROFESSORES DO RECÔNCAVO

Esta última parte visa apresentar brevemente o quantitativo de professores e trazer alguns casos para situar o exercício do magistério na região. O levantamento feito no *Almanak Laemmert* identificou a passagem de 53 professores (32 homens e 21 mulheres) nas escolas de Iguaçu; 60 professores (35 homens e 25 mulheres) em Magé (PEREIRA, 2020); e 64 professores (43 homens e 21 mulheres) em Estrela (SANTOS, 2020). O total não corresponde ao número de professores que passaram pelas 38 escolas do Recôncavo, pois alguns professores circularam entre esses três municípios. O município pelo qual passou o maior número de professores também é o município com o menor número de escolas: Vila de Estrela. Um município de tropeiros com professores que também estavam de passagem? Diante de situação similar, em Iguaçu, na Primeira República, Jara (2017) cunhou a ideia de "tropeiros da instrução", professores que tiveram suas trajetórias marcadas por remoções, levando instrução primária a diferentes territórios.

Conforme estudos de Miranda (2020), Pereira (2020) e Souza (2020), Borges e Dias (2021), havia uma alta rotatividade dos professores, aspecto que não era um problema específico da região, embora suas características e seus problemas parecessem favorecer a rotatividade. O Recôncavo era conhecido pela insalubridade[14] e por ser uma região de passagem. Para os professores que almejavam, por exemplo, atuar na capital da província, pedir remoção de escola situada mais ao sul ou ao norte para um município do Recôncavo parecia ser uma forma de se aproximar do seu objetivo.

Entre os professores que permaneceram mais tempo na região, encontram-se aqueles cujas famílias já viviam no Recôncavo. Nem sempre começavam a carreira na região, sendo lotados em escolas de outros municípios, conseguindo posteriormente a remoção. Os professores de Iguaçu com sobrenome Costa Barreto, conforme estudo de Ramalho (2021), por exemplo, fazem parte de uma família de posses no município, na freguesia de Meriti.

Outro professor que ficou bastante tempo na região foi Gabriel Ferreira Franco, identificado por Pereira (2020) como sendo um professor negro. Foi nomeado em maio de 1860 (Relatório do Diretor da Instrução Pública, 08/09/1874) e se aposentou em 1885 (Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1885, p. 10). Nesse período, teve uma curta atuação em Barra Mansa (AL, 1880), retornando para o Recôncavo. A pesquisa de Ferreira (2021) identificou que, antes de ser professor público, atuava como professor em colégio particular no Município da Corte. De acordo com o inspetor da comarca de Magé José Sebastião Ferreira da Silva,

> O professor da escola da vila, Gabriel Ferreira Franco, é muito inteligente e hábil e tem 40 alunos de frequência, com aproveitamento, especialmente em gramática e doutrina cristã. A escola feminina, e sua professora D. Maria Leopolda Thompson estão no mesmo caso: a frequência é de 30, o adiantamento das alunas bom, principalmente em gramática e doutrina. (Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1864, p. 18).

Embora existissem professores de famílias abastadas, uma parte considerável dos relatórios e das fontes registra que a condição do professor público era de penúria e dificuldade em razão dos parcos salários. Um diretor da Instrução chegou a afirmar que "os nossos professores são pobres" (Relatório Diretor da Instrução Pública de 26/08/1874, p. 38). Em busca de melhores salários e para criar redes de sociabilidade e de beneficência, os professores começaram a se organizar, sobretudo a partir da década de 1870,

em associações. Na capital do Império, ocorre a publicação do *Manifesto dos professores públicos primários da corte* (1871). Na Província do Rio de Janeiro, foi criado em 1873 o Instituto Pedagógico da Província, com finalidade de instrução e beneficência (AL, 1879). A diretoria era formada por sete membros professores públicos, entre os quais o professor Honorato Ignacio de Carvalho, que atuou como presidente (AL, 1879). Honorato havia atuado na Vila de Estrela (Freguesia de Inhomirim e freguesia da vila entre meados da década de 1850 e início de 1860). Na década de 1860, foi removido para o município de Niterói. Durante seu período de atuação em Estrela, há um registro de elogio do inspetor da comarca de Magé informando que, na ocasião de sua visita ao referido município, "[...] era professor da escola da vila Honorato Ignacio de Carvalho, cujo zelo e inteligência são louvados pelo inspector da comarca e demonstrados pelo aproveitamento dos alunos, cuja frequência era de 25." (Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1864, p. 18).

Quando o instituto foi criado, Honorato já não atuava mais no Recôncavo, mas passar pela experiência de lecionar na região pode ter colaborado para compreender o estado das escolas e a demanda de professores de diferentes localidades da província. O instituto contava com 141 sócios, segundo o periódico *A Escola – Revista de Educação e Ensino,* de 1877, entre os quais, dois professores de Estrela: Manoel Ribeiro de Oliveira Leão (BORGES, 2021) e Francisco Justo Braz Hespanha, nomeado em 07/01/1867 para a freguesia do Pilar. Francisco foi mencionado pelo instituto em razão do seu falecimento:

> Temos ainda a lamentar o falecimento do socio Francisco Justo Braz Hespanha, que regia a cadeira da freguesia do Pilar no município de Estrela. Deixou ele na orfandade um filho menor que o desditoso pai tencionava encaminhar para a carreira literária. Sinto de coração que o Instituto não possa desde já exercer a beneficência, porque poderíamos executar o pensamento e desejos do nosso finado colega. (A ESCOLA...,1877, p. 87).

As fontes levantadas permitem investigar o engajamento de alguns professores do Recôncavo em diversas atividades em suas localidades. Em razão do limite de espaço, encerra-se este trabalho com os exemplos de Francisco Hespanha, mas que possivelmente também faziam parte da experiência de outros colegas de ofício. Antes de ser professor público, Francisco Hespanha havia atuado como professor particular por cinco anos, conforme registro nos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro de 05/10/1875 (p. 138). As fontes igualmente mostram uma intensa

atuação na região. Ele aparece no *Almanak Laemmert* de 1856 como negociante de secos e molhados da freguesia do Pilar e como membro do 20º Batalhão de Infantaria do serviço ativo na província, na Vila de Estrela, na condição de tenente[15]. Em 1865, tratado como major, aparece na condição de escrivão do "juízo de paz e subdelegacia" da freguesia do Pilar, mesário do Irmandade do Santíssimo Sacramento (posteriormente será escrivão também) e escrivão da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar. No *Almanak* de 1871, aparece como tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Era eleitor pela freguesia do Pilar. Francisco era um agente da instrução que exerceu diferentes ocupações e atividades ao longo de sua vida, entre as quais, também, a de organizar festas. No jornal *Correio Mercantil* de 28/01/1865, ele assina uma nota, na condição de secretário da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, para convidar "irmãos e devotos" para a "festa do seu orago". As festividades continuavam no Recôncavo e continuavam sendo coadjuvadas pelos habitantes e sujeitos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores Francisco Hespanha, Gabriel Franco, Honorato Carvalho e Maria da Gloria de Almeida, os inspetores da instrução Barão do Pilar e Ricardo Thompson, os proprietários de prédio Francisca Thompson e João Tibau, entre outros mencionados neste trabalho (o indivíduo sob o pseudônimo de Zabumba?), faziam parte de uma complexa rede de relações constituídas no território do Recôncavo da Guanabara, tendo como elo em comum a escola, cujo número foi gradativamente aumentando ao longo do Império. O quantitativo não era suficiente para atender toda a população em idade escolar, os prédios não eram adequados, e muitas vezes faltavam mobília, utensílios e livros. Mas as escolas públicas existentes e seus professores propiciaram a uma parcela da população de crianças, jovens e adultos o acesso à aprendizagem da leitura e da escrita.

Conforme assinalado, o projeto disciplinar de instrução da população idealizava inculcar os ideais de moralidade e amor ao trabalho. No entanto, a difusão da escolarização não estava imune à dinâmica da região e às suas especificidades. Assim, ao mesmo tempo que a escola poderia conseguir produzir os efeitos esperados pelas autoridades governamentais, afetando a rotina e a vida na localidade, o funcionamento da escola, como rotina,

matrícula, frequência e o próprio processo de ensino, também poderia ser afetado pelo modo como os habitantes se faziam presentes na região. A forma escolar passava a fazer parte do cotidiano, dos acontecimentos, das disputas políticas, das tensões sociais, dos espaços culturais. Enfim, o Recôncavo escolarizado.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA - Revista Brasileira de educação e Ensino, 1877.

ABREU, Martha. *O império do divino*: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALMANAK LAEMMERT, 1844-1889.

ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO RIO DE JANEIRO, 05/10/1875.

BORGES, Angélica. *A urdidura do magistério primário na corte imperial*: um professor na trama de relações e agências. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

BORGES, Angélica; DIAS, Amália. Capilarização da escola pública na Baixada Fluminense: reflexões em torno de Iguaçu (1870- 1933). *In*: SILVA, Alexandra; LIMEIRA, Aline; LEONARDI, Paula (org.). *Um mar de escolas*: diálogos e pesquisas em história da educação. Curitiba: Appris, 2021.

BEZERRA, Nielson. *A cor da Baixada*: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2012.

CABRAL, Vivian da Silva. *Maria Rosa Paris e Augusto Monteiro Paris*: experiências de magistério em Iguaçu (1875-1935). 2017. Monografia (Graduação em Pedagogia) –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO MARIO COVAS/SP. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/obj_a.php?t=infantil01. Acesso em: 31 jan. 2023

CORREIO MERCANTIL, 07/01/1863.

CORREIO MERCANTIL, 07/01/1873.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 13, p. 11-50, jan./abr. 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUEDES, Jordania Rocha de Q. *Cenários do processo de escolarização do Recôncavo da Guanabara*: a história de Iguassú. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUEDES, Jordania Rocha de Q. *Escolas no Recôncavo da Guanabara*: história do processo de escolarização no município de Iguassú (1833-1862). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) –

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JARA, Isabela Bolorini. *O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu*: funcionarização, agências e experiências (1895-1925). Dissertação (Mestrado em Educação) –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

JORNAL DO COMMERCIO, 15/03/1877.

JORNAL DO COMMERCIO, 11/02/1855.

JORNAL DO COMMERCIO, 02/08/1855.

LIMEIRA, Aline. *O Comércio da Instrução do século XIX*: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MIRANDA, Ana Carolina de Farias. *"A marcha progressiva do ensino"*: processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879 – 1889). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada*: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831-c. 1870). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

O CRUZEIRO, 21/06/1878.

O GLOBO, 11/03/1877.

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. *Mulheres no Recôncavo da Guanabara*: professoras e escolas femininas em Estrella, Iguassú e Magé (1862 – 1872). Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. *Tecendo letras e mulheres prendadas*: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839-1889). Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

PEREIRA, Kimberly Araújo Gomes; BORGES, Angélica. Entre fazendas agrícolas e fazendas de pano: uma análise do processo de escolarização feminina no município de Magé (1844-1889). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10., 2019, Belém. *Anais* [...]. Belém: SBHE, 2019. v. 1. p. 4.276-4.287.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1839.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1861.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1864.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1869.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1873.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1874.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1879.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1880.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1884.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1885.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *In*: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1889.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1860.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1869.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1889.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 15-38.

SANTOS, Beatriz Souza dos. *Entre tropeiros, quilombos e fazendas*: processos de escolarização e educação dos negros na Vila de Estrela na província do Rio de Janeiro (1846 - 1889). Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

SOUSA, Mariana Ramalho. *Processos de escolarização na freguesia de São João Batista de Meriti na província do Rio de Janeiro (1833 -1889).* Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

SOUZA, Giselle; ANJOS, Juarez dos. A criança, os ingênuos e o ensino obrigatório no Paraná. *In*: VIDAL, Diana; SÁ, Elizabeth; SILVA, Vera Lucia (org.). *Obrigatoriedade escolar no Brasil.* Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 189-208.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

TAMBARA, Elomar Antônio. *Livros de leitura nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil*. [*S. l.*]: Anped, 2003. v. 26.

TEIXEIRA, Giselle B. *O Grande Mestre da Escola*: os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Educação) –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

---

[1] O projeto de pesquisa "Difusão da escolarização na Província do Rio de Janeiro: estudo do processo de instalação e de ampliação da malha escolar primária e secundária no período do Império (1822-1889)", que eu coordeno e desenvolvo no grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (FEBF/Uerj), possibilitou a identificação de mais de 1.400 professoras e professores públicos primários que atuaram ao longo do período investigado nas escolas da província. Esse levantamento foi realizado por duas bolsistas de Iniciação Científica no período de 2018-2020: Beatriz Souza dos Santos [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj)] e Kimberly Araújo Gomes Pereira [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)/Uerj).

[2] Embora não seja o foco deste estudo, no caso do Recôncavo, importa registrar as práticas dos habitantes que ocupavam a região antes da chegada dos colonizadores, conforme apontam estudos de Marlucia Souza (2014), e a existência os grupos quilombolas da região

como os quilombos do Bomba, Gabriel e Estrela na segunda metade do século XIX, conforme assinala o estudo de Gomes (2006).

[3] De acordo com Pereira (2020, 2023).

[4] *Idem*.

[5] Faixa etária estabelecida pelo Regulamento de 1849. Esses limites se alteram em outros períodos.

[6] Conferir trabalho de Gizele de Souza e Juarez dos Anjos (2013) acerca da presença dos ingênuos nas escolas públicas no Paraná após a Lei do Ventre Livre.

[7] O relatório de 15/12/1881 informa a abertura de escolas agrícolas de instrução primária mantidas pelas Câmaras Municipais por determinação do presidente de província. Estrela nesse momento criou duas escolas agrícolas.

[8] As escolas de Magé e Iguaçu foram criadas respectivamente em 30/08/1833 e em 02/01/1837, segundo relatório do presidente Soares de Souza de 01/03/1839.

[9] O relatório de 1884 informa a frequência de duas escolas mistas, a da Vila teve frequência de 20 alunos e da Guia teve 30 alunos.

[10] Esse procedimento de fechar escolas de meninos e instituir escolas mistas também ocorreu em Iguaçu e em Magé. O relatório do diretor anexo ao do presidente (15/10/1889) informa que a escola de meninos de Riachão, em Iguaçu, foi fechada, mas, para compensar, a escola de meninas instalada na mesma localidade foi transformada em mista.

[11] As freguesias eram Piedade de Magé, Suruí, Guapimirim, Aparecida, Paquequer em Magé (em 1871 será incluída a freguesia de Sapucaia); Inhomirim, Pilar e Guia de Pacobaiba, em Estrela; Piedade de Iguaçu, Jacutinga, Meriti, Marapicu e Santana das Palmeiras, em Iguaçu.

[12] Para reflexões sobre escolas subvencionadas no Império, conferir Limeira (2010).

[13] O AL de 1853 registra o nome de Anna na condição de enfermeira do Hospício de Nossa Senhora do Livramento. Em notícia do jornal *Correio Mercantil* de 13/03/1862, Anna Placida solicita ajuda da Sociedade Protetora das viúvas desvalidas.

[14] Alguns relatos procuram questionar em parte essa imagem. O *Almanak Laemmert* (1883, p. 360) informa que, na freguesia da Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, "a salubridade (apesar da fama leviana de péssima) é uma das melhores da parte baixa ou beira-mar da província do Rio de janeiro; provam-o os mapas trimensais enviados pelo Reverendo Paroco ao Presidente da Província, e como se vê no obituário do decênio decorrido de 1866 a 1875".

[15] Uma nota do jornal *Correio Mercantil* de 07/06/1861 informa tratar-se da Guarda Nacional.

"BENEFÍCIO INDISPENSÁVEL À CLASSE POUCO FAVORECIDA DA FORTUNA": CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DERRAMAMENTO DA INSTRUÇÃO NA VILA DE ESTRELA (1846-1889)

Beatriz Souza dos Santos

A fim de contribuir com os estudos relativos ao campo da História da Educação na Baixada Fluminense, o presente capítulo se dedica a analisar o processo de escolarização do município de Estrela (1846-1889), região inserida na Província do Rio do Janeiro, parte integrante da atual Baixada Fluminense.

Efeito do projeto que teve por intenção investigar o processo de difusão da escolarização primária e secundária na Província do Rio de Janeiro, a análise apresentada incide em torno das escolas públicas criadas, dos professores nomeados e dos sujeitos envolvidos no processo de instalação e funcionamento das escolas presentes no município de Estrela.

Para o desenvolvimento deste capítulo, utilizamos as contribuições dos estudos acerca da história local e regional da história da Baixada Fluminense, do conceito de jogos de escalas de Jacques Revel (1998), do uso do "regional como unidade e como posição de análise", de Faria Filho (2009), e do conceito do "fio do nome", de Ginzburg e Poni (1991).

A metodologia utilizada encontra-se baseada em pesquisa documental; os dados para a realização desta investigação deram-se majoritariamente por busca on-line nos Relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro, em conjunto com o *Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial (1844 - 1889)* e jornais oitocentistas localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; bem como leis, regulamentos e decretos.

A baliza cronológica desta análise elege como recorte temporal o ano de criação do município de Estrela (1846) e o ano que marcou o fim do regime monárquico no Brasil (1889). Organizado em três partes, o texto apresentado tenciona: 1) contextualizar de modo breve os aspectos sociais, econômicos e

educacionais de Estrela; 2) discorrer sobre a Educação e a regulamentação vigente na Província do Rio de Janeiro; 3) compreender as características e o estabelecimento da malha educacional em Estrela em concordância com a legislação.

2.1 A VILA DE ESTRELA NAS CERCANIAS DO RECÔNCAVO DA GUANABARA

Elevado à categoria de vila pela Lei nº 397 da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro em 20 de maio de 1846, o arraial onde estava localizado o Porto da Estrela passou a ser administrativamente reconhecido como um município.

De acordo com os dados encontrados no *Almanak Laemmert*, o município de Estrela inicialmente contou com quatro freguesias: freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim (criada em 1868), freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba (criada em 1755), freguesia de Nossa Senhora do Pilar (criada em 1696), e o curato de São Pedro de Alcântara de Petrópolis, fundado no dia 16 de março de 1843 pelo imperador Dom Pedro II. No entanto, no ano de 1857, em razão da emancipação da freguesia de Petrópolis, Estrela obteve uma nova reorganização em sua formação, de modo que permaneceram no município a freguesia da Piedade de Inhomirim, Guia de Pacobaíba e Pilar.

Extinto no ano de 1892 pelo Decreto n.º 1 de 8 de maio, a região a que remontamos o cenário educacional passou a pertencer aos municípios de Iguaçu (emancipado em 1833 e município criado 1891) e Magé (emancipado em 1789 e município criado em 1857)[16].

Geograficamente, o município da Estrela esteve situado às margens de pequenos rios que, no período do Império, eram navegáveis e permitiam o alcance da Baía da Guanabara para deslocamento até a área portuária na corte, servindo de rota para o escoamento de produtos que vinham do Vale do Paraíba/RJ e de Minas Gerais (SOUZA, 2014). De acordo com o *Almanak Laemmert* de 1876, o município esteve inserido em um território cercado por montanhas, com mangues, pântanos, charcos e várzeas cobertas por húmus, que servia para o plantio de mandioca, arroz, milho, cana-de-açúcar e algodão, servindo também para a produção de lenha, carvão, tijolo, farinha e aguardente.

Vistas a produção agrícola na região e também as relações mercantis estabelecidas devido ao caráter de local de grande circulação, compreendemos que a Vila de Estrela se manteve por meio de atividades rurais e urbanas ligadas ao comércio, como transportes, pequenas indústrias e profissões. Destacamos que à época já existiam na região grandes instalações, como a fazenda da Mandioca, a Imperial Fábrica de Pólvora da Estrela [atualmente conhecida como Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel)], além de fábricas e olarias que estiveram envolvidas no processo de escolarização dos sujeitos do município.

Quanto a população ou sujeitos inseridos na localidade, pelo quantitativo de escravos na região, consideramos, conforme Souza (2014), que o Recôncavo da Guanabara foi marcado pela formação de quilombos favorecida pela geografia da região, pois a facilidade de circulação por meio dos rios e a teia constituída pelos quilombolas valendo-se de negócios com taberneiros na região permitia a conformação de uma rede de solidariedade e proteção aos fugitivos.

Quadro 2.1 – Habitantes distribuídos pelas freguesias de Estrela (1872)

Freguesia	Livres	Escravizados	Total
Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim	2.757	1.225	3.982
Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba	1.973	718	2.691
Nossa Senhora do Pilar	2.404	1.129	3.533

Fonte: elaborado pela autora, com dados do recenseamento do Brasil (1872)

Não sendo possível a observação do panorama do quantitativo da população instruída no município através do Almanak Laemmert, a fim de termos a perspectiva da população escolarizada em números (mesmo que imperfeitos), operamos com o recenseamento do Brasil de 1872.

Durante a verificação dos dados presentes no recenseamento, é válido ressaltar a presença de mulheres e homens de raça preta e parda livres, caboclos e habitantes de nacionalidade estrangeira no município de Estrela. De acordo com os dados inseridos no censo, no ano de 1872 encontravam-se inseridos no município 10.206 almas, sendo 7.134 almas livres e 3.072 almas escravas. Os dados apresentados vão ao encontro dos estudos realizados por Bezerra (2012) acerca da presença expressiva da população negra na região.

Quadro 2.2 – Dados referentes à instrução de acordo por freguesia (1872)

Freguesia	Alfabetizados	Analfabetos	Frequentam escolas	Não frequentam escolas	Professores e homens das letras
Inhomirim	885	3.097	146	266	4
Guia	371	2.320	170	458	7
Pilar	749	2.784	232	610	2

Fonte: dados retirados do recenseamento do Brasil em 1872

No recenseamento de 1872 no que diz respeito a instrução, é observado que Estrela contou com 13 docentes. Nos dados é possível notar ainda o quantitativo de 2.005 sujeitos de população livre alfabetizada e 8.701 analfabetas. A soma da população com idade entre 6 a 15 anos que frequentavam as escolas foi de 548 sujeitos. Não frequentavam as escolas cerca de 1.334 crianças.

Mesmo que o quadro relacionado à instrução do município nos dê um panorama educacional da região, quando cruzamos estas informações com o quadro da população geral obtemos uma margem de diferença para mais ou para menos em relação de um dado para o outro. Estariam os sujeitos que não frequentam as escolas somados aos analfabetos? Será que as crianças que frequentavam as escolas e ainda não possuía o domínio das primeiras letras comporiam também o quadro dos analfabetos? Esta é uma análise à qual precisamos nos aprofundar.

Visto a regulamentação da Província do Rio de Janeiro quanto aos impedimentos aos bancos escolares direcionados para a população que padecesse em moléstias contagiosas, não tivessem sido vacinados e fossem escravos, acreditamos que seja um equívoco pensar que toda a população negra foi composta por escravos, devemos ainda — por mais que a inserção de crianças negras e escravizadas nos bancos escolares fosse invisibilizada — considerar a - população negra liberta da região presente na região. E com isto pensar um significativo número de habitantes negros e escravos com o possível silenciamento no que diz respeito a saber ler e escrever.

Acerca da aplicação das leis, Santos (2017) e Faria Filho (1998) evidenciam que não podemos tomar como “verdade” a eficácia das interdições presentes nos regulamentos, pois apesar da regulação tratar daqueles que podem ou não

frequentar as escolas públicas, estudos apontam indícios da presença de algumas crianças não vacinadas e até mesmo de escravas nas escolas. "Ao longo do século XIX, os próprios negros, sujeitos da ação educativa, elaboraram estratégias e ações variadas para viabilizar o acesso mundo das letras, construindo suas próprias representações sobre a escola e conferindo múltiplos sentidos à escolarização" (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 254)

Na Província do Rio de Janeiro observamos a atuação e o exemplo do professor "preto"[17] Pretextato dos Passos e Silva, que a partir de jogos e tensões criou uma escola primária particular no ano de 1853, voltada para os meninos considerados "pretos e pardos" na freguesia de Sacramento.

2.2 DESDOBRAMENTOS SOBRE A DIFUSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO E NA VILA DE ESTRELA

No decorrer do processo de instalação da malha educacional verificamos que no Império do Brasil efetuaram-se mudanças significativas no que diz respeito ao andamento da instrução. Anterior ao Ato Adicional de 1834, que permitiu a autonomia às províncias do Brasil, vigorou durante todo o período do Império a Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827, que em seu Art. 1º estabeleceu a criação de escolas de primeiras letras em cidades, vilas e lugares mais populosos.

Além do tratar sobre como deveria proceder a educação de meninas e meninos no Império Brasileiro, a referida lei dedicou-se às questões relacionadas ao ensino das matérias ministradas com distinções de gênero, do método a ser seguido, da admissão e dos exames para aqueles que ocupariam o cargo de professor, incluindo nomeação, provimentos, gratificações e punições.

Na busca pela compreensão do cenário educacional do período investigado, sem eleger uma única escala para nortear esta análise, optamos pela compreensão do andamento da construção de uma malha educacional na esfera macro, para que então pudéssemos explorar os seus efeitos da escala micro. Neste jogo de escalas, a utilização das lentes estabelecidas possibilitou a observação do quantitativo de escolas criadas e distribuídas pela província e o estudo específico da região de Estrela.

De acordo com Chagas na época do Império na Província do Rio de Janeiro, "havia poucas escolas para atender às diversas freguesias espalhadas

pelos municípios da Província" (Chagas, 2011, p. 5). Os relatórios como fonte de pesquisa neste procedimento, além de corroborar com as análises realizadas pela autora, expôs questões relacionadas ao processo de difusão do ensino público como: a dificuldades em se manter o ensino público secundário na província, a eficácia do ensino, a formação dos docentes, e o sistema de inspeção e fiscalização das escolas.

> A disseminação da nossa população por hum territorio extenso e em grandes distancias, me parece hum dos principais obstaculos ao derramamento de instrucção primaria na nossa provincia a maior parte das nossas Villas, e povoadas contêm huma população diminuta, e o resto della se acha derramado pelas fazendas, e estabeleciemntos rurais. Não permittindo as distancias que a infancia della frequente as Escolas dos povoados, vêem-se os pais que não tem nas Villas pessoas que recebão em casa seus filhos, na triste necessidade, ou de deixa-los entregues a ignorancia dos principio elementares, ou de pagar avultadas somas a pessoas muitas vezes ignorantes, e charlatães que ensinem mal a seus filhos os primeiros rudimentos da instrucção primária. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, Discurso de 1838, p. 7).

Estabelecido por um processo desordenado, incoerente e inconstante no território nacional, ao estudarmos o caso do Rio de Janeiro, percebemos que este processo, além de não alcançar a população em razão da extensão territorial, pode assumir diferentes modelos educacionais que encontravam-se em concordância com as finalidades da instrução do público para o qual esteve destinado (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 117).

Nesta investigação, as informações inseridas nos *Relatórios dos presidentes da província* permitiram a verificação do crescimento paulatino mencionado de modo que pudéssemos acompanhar Estrela inserida dentro deste processo.

Quadro 2.3 – Comparativo de escolas criadas em território provincial em comparação à Estrela (1840-1880)

Décadas em anos	**Escolas públicas masculinas Província**	**Escolas públicas femininas Província**	**Escolas públicas masculinas Estrela**	**Escolas públicas femininas Estrela**
1840	20	7	1	1
1850	62	33	1	2
1860	119	79	4	3
1870	150	131	9	7
1880	247	158	6	6

Fonte: relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro 1838 a 1889

Concentrando-se no que se refere aos dados relacionados às escolas de Estrela, ao realizar o levantamento das instituições públicas masculinas e femininas entre os anos de 1846 a 1889, observamos que o município contou com o quantitativo de 2 escolas na década de 40, 3 escolas na década de 50, 7 na década de 60, 16 na década de 70, e 12 escolas públicas criadas e providas na década de 80, distribuídas por suas freguesias. Pensando nisso, por meio das fontes buscamos responder quais foram as medidas estabelecidas para que houvesse a criação destas escolas nesta região? Quais foram as primeiras escolas? Como se deu a atuação docente? Qual era a formação desses professores? A legislação teve impacto na criação de escolas, se sim, quais foram? Havia restrições aos bancos escolares?

2.3 CONSIDERAÇÕES DO ESTABELECIMENTO DA MALHA EDUCACIONAL EM ESTRELA

Ao prosseguir de maneira mais intrínseca e nos atendo as particularidades inseridas no processo de escolarização de Estrela, ao observar a atuação do município, reputação e população, deparamos com períodos tardios e dissemelhantes nas freguesias que compunham a região, tanto no que se refere a criação de escolas quanto a nomeação de professores.

As investigações realizadas no *Almanak Laemmert* e nos *Relatórios dos presidentes da província do Rio de Janeiro* permitiu que mapeássemos, durante o período de 1846 a 1889, mais de 80 professores atuantes na instrução do município de Estrela. Nesta compilação de dados que contabiliza cerca de 86 docentes, gostaríamos de apontar a existência de 64 professores públicos[18], 6 particulares, 5 subvencionados, 4 nas Colônias Orfanológicas, sendo 2 primários e 2 de música, e 7 professores mistos.

Atuaram na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim 28 professores públicos, 15 professores públicos na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar e 21 na de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba. No que diz respeito aos Inspetores de 1851 a 1885, segundo as informações presentes no *Almanak Laemmert* (1844 - 1889) compuseram o quadro de inspetores e membros do Conselho de Instrução primária 24 sujeitos do município de Estrela ao longo do tempo estudado.

Ao realizarmos esta pesquisa fomos capazes de observar o quantitativo, o tempo de atuação dos sujeitos envolvidos no processo de escolarização da região, a rotatividade dos mesmos entre municípios vizinhos e, em alguns casos, a localização das escolas onde atuavam em cada freguesia.

O cruzamento dos dados com os *Relatórios dos presidentes da província* permitiu a localização de professores que não constavam no *Almanak Laemmert* e atuavam no município, bem como o encontro dos professores substitutos e também os casos de professores que recusaram o pedido para que atuassem em Estrela. Além dos nomes dos docentes envolvidos, localizamos a data da posse, o tempo de serviço, o número dos educandos matriculados na região e a condição de algumas escolas.

Quadro 2.4 – Dados presentes no Relatórios dos Presidentes da Província do RJ de 1874 acerca do registro das primeiras escolas criadas no município

Freguesia	Sexo	Deliberação/Decreto	Ano
N. S. da Piedade de Inhomirim	F	Deliberação de 1 de setembro	1847
	M	Decreto de nº 1393	1865
N. S. da Guia de Pacobaíba	M	Deliberação de 17 de julho	1851
	F	Decreto de nº 1302	1865
N. S. do Pilar	M	Deliberação de 19 de novembro	1851
	F	Decreto de nº 1470 de 1869	1869

Fonte: relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro (1874)

No que se refere à instrução pública, quer seja feminina ou masculina, na região as freguesias que puderam contar com mais professores e escolas foram a de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, seguida pelas de Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba. No entanto, ao analisarmos minuciosamente o levantamento de dados acerca do processo de escolarização da região, concluímos que a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar foi a quem teve o processo mais tardio na criação de escolas e na atuação de docentes, de modo a se tornar a única freguesia mencionada em documento emitido pelo Paço da Câmara Municipal de Estrela, em 1846.

Com base na leitura do código de postura do Município de Estrela de 1846, disponível no acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, é possível verificar a desproporção no processo de escolarização na região e o quanto no discurso do proclamado, se tornou indiscutível a existência da preocupação com a instrução da "classe pouco favorecida da fortuna" na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar.

> Constando a essa Comarca, que de tempos imemoriais tem sido abandonada a educação primária na Freguesia do Pilar, benefício indispensável a classe pouco favorecida da fortuna, e sendo de absoluta necessidade que no Arraial daquela Freguesia haja uma escola de primeiras letras, como há em muitas outras Freguesias, a Comarca roga a V.Exª. se digna atender a esta necessidade, mandando ali crear uma escola de ensino público de meninos. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE ESTRELA, 1846, s/p).

A partir dos registros da criação das escolas nas freguesias de Estrela, é possível verificar o impacto de cada decreto e deliberação no derramamento da instrução na região. Neste processo, importou refletir sobre a demora do atendimento da reivindicação da instrução das crianças do sexo masculino presentes no Pilar. Em razão dos oito anos de espera, entendemos o não cumprimento da Lei Geral de Ensino de 1827, pois o pedido para que uma escola fosse criada no ano de 1846, veio a ser atendido somente em 1851.

Talvez o leitor deste capítulo esteja se perguntando sobre a veracidade do tempo em que realmente levou para que tal pedido fosse atendido. Por estar diretamente ligado à falta de estabelecimentos de instrução masculina na localidade, notamos que mesmo com a criação da escola no ano de 1851 tal solicitação foi efetivamente realizada no ano de 1854 com a aparição do docente Antonio Carlos Caldas e Alvarenga.

Aproveitando a ocasião, aqui expomos novamente a importância da utilização de nossas fontes. Apesar de constar a presença de uma escola criada no ano de 1851, constatamos que a primeira aparição no *Almanak Laemmert* de um professor público de instrução primária masculina se deu no ano de 1854, com o docente já mencionado. Contudo, segundo as informações presentes nos relatórios, o professor Antonio Carlos Caldas já constava no quadro dos docentes do município para exercer sua função desde 1852. Tal cenário nos faz criar a hipótese de que a escola de fato foi criada pelo decreto, porém não estava efetivamente provida para que funcionasse antes de 1854.

Quadro 2.5 – Primeiros docentes registrados no magistério público das freguesias do município de Estrela, segundo levantamento no *Almanak Laemmert*

Freguesia	Sexo	Professor	Ano
Inhomirim	F	Carolina de Oliveira Brito	1848
	M	Carlos L. Frederico da Costa e Almeida	1850
Pacobaíba	M	Miguel Antonio Araujo Dantas	1864
	F	Eurydice Edwiges Ferreira da Silva	1867
Pilar	M	Antonio Carlos Caldas e Alvarenga	1854
	F	Amélia da Cunha Mourão	1871

Fonte: Compilação de dados retirados do *Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial (1844 - 1889)*

Quadro 2.6 – Primeiros docentes registrados no magistério público das freguesias do município de Estrela, segundo levantamento nos Relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro

Freguesia	Sexo	Professor	Ano
Inhomirim	M	Gregório Christino da Silva	1847
	F	D. Carolina Amália de Oliveira Brito	1848
Pacobaíba	M	Fernando da Serra Carneiro	1852
	F	Eurydice Edwiges Ferreira da Silva	1868
Pilar	M	Antonio Carlos Caldas e Alvarenga	1853
	F	Amélia da Cunha Mourão	1871

Fonte: Relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro

Com a visualização dos locais em que tiveram o registro dos primeiros docentes, segundo a perspectiva das duas fontes pesquisadas e incongruências encontradas, pautadas nos documentos oficiais que são os *Relatórios de presidentes da província*, verificamos que o *Almanak Laemmert* começou a registrar a existência da escola de meninos em Inhomirim tardiamente, quando a atuação de Carlos L. Frederico da Costa e Almeida já se fazia existente. Acredita-se que por tal razão o professor anterior Gregorio Christino da Silva não foi mencionado.

Enquanto as demais freguesias possuíam docentes atuando nas décadas de 40, 50 e 60, somente após 18 anos da aparição de um professor público masculino na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, ocorreu a aparição de uma professora pública na localidade. Estabelecida de maneira tardia quando comparada com as demais Freguesias de Estrela, a aparição da escola pública do sexo feminino no Pilar só se deu em razão da aprovação do Decreto nº 1.470 de 3 de dezembro de 1869, que veio a determinar a criação de uma "escola para o sexo masculino e outro feminino nas freguesias que ainda estavam privadas deste elemento de civilização". O decreto mencionado possibilitou a criação da única escola pública feminina na freguesia.

Investigar o desenvolvimento de escolarização deste município envolveu estarmos atentos também aos diferentes momentos econômicos, sociais e geográficos a ele relacionados, pois somente assim seríamos capazes de captar as nuances e verificar as mudanças ocorridas na malha escolar de modo que pudéssemos compreender por quais razões essa modificação ocorreu.

Considerando os apontamentos sobre a construção do processo de escolarização no Município de Estrela após o levantamento de dados realizados no *Almanak Laemmert* e nos *Relatórios dos presidentes da província do Rio de Janeiro*, com a utilização do conceito metodológico de "fio do nome" na Hemeroteca Digital, procuramos compreender as diferentes experiências vividas no magistério da época.

Tendo em vista as análises já realizadas acerca dos professores: Amélia da Cunha Mourão e Padre João Antonio da Silva Barriga, presentes em Santos e Borges (2019), Moyses Ferreira da Costa Franco, presente em Dias e Borges (2020) e Maria Augusta Jardim da Veiga presente em Borges, Santos e Gomes (2019), buscaremos expor e analisar neste estudo uma parte das trajetórias dos professores Honorato Ignacio de Carvalho e Julieta Sampaio Mayrink. Considerando as diversas estratégias usadas pelos docentes para obtenção de melhores condições de vida e também de trabalho, configurando-se no que Lima (2014) aponta como "sinais de desconforto", a partir da trajetória destes dois docentes pretendemos compreender a sua atuação, os seus pertencimentos sociais, econômicos e políticos na região.

Em nossas investigações nota-se que variados docentes do município carregam antes do nome patentes e títulos como "Major", "Padre" e "Bacharel". Ressaltamos ainda que os principais assuntos levantados acerca dos docentes[19]

de Estrela estavam relacionados a licenças médicas, pedidos de transferência, remoções, permutas, substituições e petições voltadas para o pedido de materiais e custeios das escolas.

Enquanto professor da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, Honorato Ignacio de Carvalho nos chama atenção pelo apreço da população registrada nos periódicos, por ter sua "honradez" mencionada nos poucos relatórios produzidos, por seu tempo duradouro de atuação no que diz respeito ao processo de escolarização da região.

Segundo o *Almanak Laemmert* entre as edições de 1851 a 1863, Honorato foi professor na freguesia de Inhomirim durante o período de 12 anos, atuou com o auxílio do professor adjunto Francisco Leopoldo Soares Dutra, e tornou-se o professor que permaneceu por mais tempo contribuindo para o processo de escolarização de Estrela.

A partir do periódico "A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro (RJ)" notamos que Honorato, no ano de 1857, foi tabelião, eleitor ativo nas chapas Liberal, chapa Verdadeira do Povo e chapa Plebe, assinante do referido periódico, proprietário, e substituto do subdelegado em Estrela. As aparições que dizem respeito a Honorato Ignacio de Carvalho[20] nos relatórios destinados à instrução pública se dão entre 1851 a 1855. Habilitado pela Escola Normal, Honorato veio a ser nomeado após o regulamento de 14 de dezembro de 1849, recebendo 500$000 para atuar na Instrução primária.

Segundo os dados encontrados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, seguindo o conceito do "fio do nome", o periódico Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), de 6 de fevereiro de 1860, Honorato Ignacio de Carvalho iniciou sua carreira como docente no dia 19 de junho de 1850, e estaria com 9 anos e 9 meses de serviço público no dia 6 de fevereiro de 1860. Honorato foi promovido para a condição de professor de 3° classe em junho de 1863, segundo o *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal* de 03 de agosto de 1863.

A partir do início dos anos de 1860 notamos a existência de requerimentos, pedidos e reclamações de Honorato Ignacio de Carvalho encaminhados à diretoria de instrução o professor conseguiu o pagamento de seus vencimentos e uma licença de dois meses em 03/11/1863.

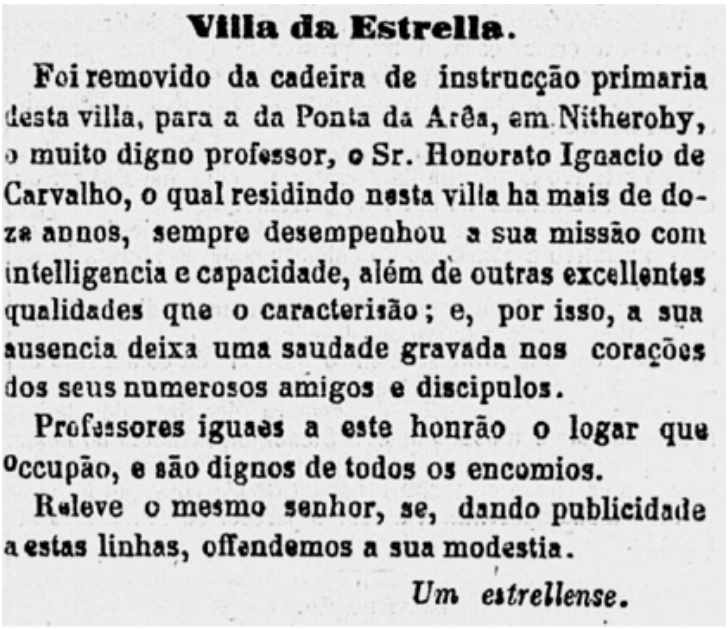
Transcrição da promoção do professor Honorato Ignacio de Carvalho:

> A' mesma, communicando que por deliberação de 25 e 27 de junho **forão promovidos a professores de 3° classe o professor da escola de Estrella Honorato Ignacio de Carvalho**; a de 2° classe, a professora da freguezia de Santo Antônio do Rio Bonito, em Valença, D. Luiza Joaquina Hoffert, e o professor José Justino de Oliveira Junior, professor público de 2° classe. (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, 03/08/1863, Edição 212, p. 2, grifos nossos).

Mesmo com a fala do Inspetor Dr. José Sebastião Ferreira da Silva louvando o zelo e inteligência de Honorato no ano de 1863, pouco tempo depois, em 1864, Honorato foi removido da Freguesia de Nossa Senhora de Inhomirim para atuar em uma escola que encontrava-se vaga na freguesia da Ponta d'areia em Niterói. As permanências e remoções vivenciadas por Honorato remetem aos apontamentos acerca do tempo de atuação dos docentes e seus efeitos na população.

Para Borges e Vidal (2016) "o tempo de atuação dos sujeitos no processo de escolarização permite o estabelecimento de relações mais duradouras da escola com o espaço de sua inserção" (p. 192). O tempo de atuação de Honorato Ignacio de Carvalho no magistério do Município de Estrela pode reverberar em relações diretas com a população da região da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim.

Figura 2 – Nota acerca da remoção de Honorato Ignacio de Carvalho



Villa da Estrella.

Foi removido da cadeira de instrucção primaria desta villa, para a da Ponta da Arêa, em Nitherohy, o muito digno professor, o Sr. Honorato Ignacio de Carvalho, o qual residindo nesta villa ha mais de doze annos, sempre desempenhou a sua missão com intelligencia e capacidade, além de outras excellentes qualidades que o caracterisão; e, por isso, a sua ausencia deixa uma saudade gravada nos corações dos seus numerosos amigos e discipulos.

Professores iguaes a este honrão o logar que occupão, e são dignos de todos os encomios.

Releve o mesmo senhor, se, dando publicidade a estas linhas, offendemos a sua modestia.

Um estrellense.

Fonte: *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal* RJ, 12/01/1864, Edição 12, p. 2

Após sua longa atuação em Estrela, Honorato ao ser removido de Inhomirim para Ponta d'areia em Niterói ainda ajudou na avaliação dos exames para o magistério no sistema métrico em 1866. Continuou sendo reconhecido como "mais zeloso professor da província, o Sr. Honorato Ignacio de Carvalho, que se recomenda também pelas suas habilitações e qualidades pessoais, notou-se muito desenvolvimento nos educandos" (A pátria: folha da província do rio de janeiro, 15/12/1866, Edição 109, p. 3).

Como "um dos mais antigos, inteligentes e conceituados professores da instrução pública da província" (A pátria: folha da província do rio de janeiro, 12/12/1877, Edição 92), abriu na capital da província um colégio de instrução primária e secundária, e também atuou como presidente do Instituto Pedagógico entre os anos de 1879 a 1882 (Almanak administrativo, mercantil e industrial do rio de janeiro, 1879, Edição 00036, p. 35).

Para nos aprofundarmos nas questões que diz respeito às remoções, manobras em busca de melhores condições de trabalho ou ocupação das cadeiras em vacância, analisaremos o caso da professora pública, Julieta Sampaio Mayrink da escola mista da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim.

Segundo o *Almanak Laemmert* Julieta atuou nos anos de 1882 e 1885 na região de Estrela como professora da escola mista. Neste levantamento feito no *Almanak*, observamos que Julieta também atuou em Niterói nos anos de 1881, 1883 e 1885. No entanto, cruzando esses dados com as informações dos relatórios da instrução pública, notamos o registro da atuação da professora na região de Estrela durante os anos de 1883 a 1887.

Conforme consta no periódico *O Fluminense* (RJ) a suspensão do ensino na escola do município de Niterói, regida por Julieta, parece ter corroborado para sua remoção para atuar em Estrela, pois a professora teria que ser removida para alguma escola onde houvesse frequência.

Em 1881, Julieta atuou em Cordeiros, no município de Cantagalo. Enquanto professora da região, obtivemos a informação de Julieta ligada a um pedido de licença para tratar da saúde com duração de 3 meses, pedido esse que só poderia entrar em gozo caso a mesma fosse substituída.

Ao ser removida de Cordeiros, em Cantagalo, no ano de 1881, para atuar no município de Estrela no ano de 1882, inferimos que Julieta veio a ocupar o antigo posto da professora Rosa Maria da Conceição Neves Andrade, que

antes de atuar na região do Recôncavo da Guanabara, - local onde reclamou por seus direitos ligados a requerimentos sem vencimentos e licenças -, atuou nas regiões de S. Pedro e S. Paulo, em Itaguaí, São José do Barreto, em Macaé, e em Petrópolis.

Em seu segundo ano de atuação no magistério da região Estrela, Julieta solicitou novamente um pedido de 3 meses de licença (O Fluminense RJ, edição 813, p. 3). Como ocorrido anteriormente em Cordeiros, o pedido foi concedido, porém a mesma só poderia usufruir do mesmo quando substituída na escola da Freguesia, nos levando a questionar em quais condições ela estaria atuando enquanto não era substituída.

Transcrição da aparição da licença da professora Julieta de Sampaio Mayrink, que excede 3 meses:

> 1884 - N. 3.592 - A professora publica Julieta de Sampaio Mayrink **requer um anno de licença com todos os vencimentos, para tratar de sua saude, e prova com attestado medico, dado sob juramento, que está soffrendo de molestia grave**. A commissão da fazenda provincial é de parecer que a supplicante obtenha deferimento,e para isso offerece o seguinte projecto:
> A assembléa legislativa provincial do Rio de Janeiro resolve:
> Artigo unico. **Fica o presidente da provincia autorisado para conceder um anno de licença, com todos os vencimentos á professora publica Julieta de Sampaio Mayrink, a fim de tratar de sua saude onde lhe convier**: revogadas as disposições em contrario. (Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados á Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ), 23/08/1884, Edição 00001, p. 20, grifos nossos).

A partir do periódico *O Fluminense - RJ* de 12/03/1885 na edição de n° 1075, verificamos que Julieta Sampaio estava sendo novamente declarada como professora disponível, em razão do fechamento da escola mista em que atuava na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim em 1885. Tomando como norteador os dados presentes nos relatórios que apontam a atuação de Julieta em Estrela até o ano de 1887, a partir do periódico "O Fluminense (RJ)" de 1888, observamos a ocorrência de uma nova solicitação para que Julieta tratasse da saúde.

O quantitativo de licenças para tal tratamento passou a nos chamar a atenção, em razão da liberação dos pedidos ao invés da prorrogação da licença anteriormente concedida. É possível que houvesse uma insatisfação de Julieta na região de Estrela e que pode estar ligada diretamente às condições insalubres no qual a escola e o município se encontravam[21].

As licenças solicitadas pelos professores também poderiam estar ligadas a manobras em busca de melhores condições de atuação no magistério em outras regiões da Província. No caso da professora Julieta, após sua remoção para Cordeiro em Cantagalo no ano de 1888, não encontramos novos registros de solicitação de licença, o que pode sugerir a sua preferência por essa localidade.

Neste processo percebemos que a rotatividade dos diferentes sujeitos que compuseram o quadro dos docentes atuantes no magistério da região do município de Estrela, durante o período de 1846-1889, muito tem a ver com as condições em que se encontravam as escolas instaladas na região. A falta de mobília escolar, os pagamentos atrasados, as condições insalubres, as frequentes buscas por permutas, remoções e licenças médicas dizem muito sobre a não permanência dos docentes em suas cadeiras e do desejo dos mesmos por melhores condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação compreendemos como os projetos educacionais pensados para a Província do Rio de Janeiro impactaram no processo de difusão do ensino e instauração do magistério em Estrela. Ao dar visibilidade para o seu processo de escolarização durante o período de 1846 a 1889, pretendeu-se trazer contribuições para a historiografia da educação oitocentista, que ainda apresenta uma escassez de estudos no que tange à província fluminense (SCHUELER; GONDRA, 2011).

A investigação da condição do magistério público de Estrela durante o período oitocentista nos levou a questões ligadas ao provimento das escolas, à formação docente, a falta de pagamento dos salários, o não custeio das escolas e a busca do professorado por uma melhor condição de trabalho. Neste caso, notamos que tais problemas eram agravados pela insalubridade e ocorrência de epidemias na localidade que acabaram por tornar o exercício do magistério na região menos atrativo e levando a frequente rotatividade e vacância das cadeiras.

Nesta análise não só verificamos o quantitativo de professores inseridos no município, conseguimos verificar as modificações na malha escolar da região, a disparidade na instalação das escolas nas freguesias, a aparição de novas instituições, como as Colônias Orfanológicas e os diferentes sujeitos

envolvidos direta e indiretamente no processo que visou instruir a população de Estrela, nos fazendo perceber que o processo de escolarização desta localidade esteve inserida entre tropeiros em razão da movimentação possibilitada pelos rios e caminhos por terra do Município, quilombos por razão da geografia do Recôncavo da Guanabara e o favorecimento dos mesmo na região, e fazendas se considerarmos as instalações presentes na localidade.

REFERÊNCIAS

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro 1844-1889. Center for Research Libraries – Brazilian Government Document Digitization Project. Documentos do governo brasileiro. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/88. Acesso em: 30 mar. 2023.

BEZERRA, Nielson. *A cor da Baixada*: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara. Duque de Caxias: APPH- CLIO, 2012.

BORGES, Angélica; SANTOS, Beatriz Souza dos; PEREIRA, Kimberly Araújo Gomes Provimento das escolas públicas pelos egressos da escola normal da província do Rio de Janeiro: uma análise a partir dos relatórios oficiais e dos casos de Magé e Estrela. *In*: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO: VOZES DA EDUCAÇÃO - RESISTÊNCIAS POLÍTICAS E POÉTICAS NA VIDA E NA EDUCAÇÃO - REGINA LEITE GARCIA, PRESENTE! 7. *Anais* [...]. São Gonçalo: [*s. n.*], 2019. p. 908-922.

BORGES, Angélica; VIDAL, Diana. Racionalização da oferta e estratégias de distinção social: relações entre escola, distribuição espacial e família no Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). *Revista Brasileira de História da Educação*, [*S. l.*], v. 16, p. 175-201, 2016.

CHAGAS, Renata Rodrigues. *A expansão da oferta da instrução primária pública no século XIX na província do Rio de Janeiro.* Monografia do curso de Pedagogia. Universidade Federal Fluminense, 2011.

CÓDIGO DE POSTURAS DE ESTRELA, 1846. Acervo do Instituto histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil, 1845 volume I, EST, p. 357.

Discurso de 1838, p. 7. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=84&s=0&cv=184&r=0&xywh=-1223%2C-1%2C4636%2C3271 . Acesso em: 4 abr. 2023.

EXPEDIENTE. Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro - Relação dos Deputados á Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ), Rio de Janeiro, 1. ed. 23/08/1884, p. 20. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218740&pesq=Julieta%20de%20Sampaio%20Mayrink&pasta=ano%20188&pagfis=13555. Acesso em: 30 mar. 2023.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação e história regional: experiências, dúvidas, perspectivas. *In*: MENDONÇA, Ana Waleska *et al.* (org.). *História da educação*: desafios teóricos e empíricos. Niterói: UFF, 2009. p. 57-66.

FRÓES, Vânia. *Município de Estrela (1846-1892).* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ . Acesso em: 30 mar. 2023.

A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro (RJ), Niterói, Edição 00109(1) de 15/12/1866, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&pesq=Honorato%20Ignacio%20de%20Carvalho&pasta=ano%20185&pagfis=1639. Acesso em: 30 mar. 2023.

A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro (RJ), Niterói, Edição 00092 de 12/12/1877, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&pesq=Honorato%20Ignacio%20de%20Carvalho&pasta=ano%20185&pagfis=12037. Acesso em: 30 mar. 2023.

FOI REMOVIDA. O Fluminense (RJ), Niterói, Edição 1505 de 21/01/1888, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_02&pesq=Julieta%20de%20Sampaio%20Mayrink&pasta=ano%20188&pagfis=5003. Acesso em: 4 abr. 2023.

FORAM DECLARADOS EM DISPONIBILIDADE OS PROFESSORES PUBLICOS. O Fluminense (RJ), Niterói, Edição 1075 de 12/03/1885, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_02&pesq=Julieta%20de%20Sampaio%20Mayrink&pasta=ano%20188&pagfis=3266. Acesso em: 4 abr. 2023.

ILLMA, CAMARA MUNICIPAL. Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, Rio de Janeiro, Edição 212 de 03/08/1863, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=Honorato%20Ignacio%20de%20Carvalho&pasta=ano%20185&pagfis=22208. Acesso em: 4 abr. 2023.

INSTITUTO PEDAGOGICO DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Edição 00036, p. 35. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=Honorato%20Ignacio%20de%20Carvalho&pasta=ano%20185&pagfis=46660. Acesso em: 4 abril de 2023.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. O Fluminense (RJ), Niterói, Edição 331 de 05/06/1880, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_02&pesq=Julieta%20de%20Sampaio%20Mayrink&pasta=ano%20188&pagfis=296. Acesso em: 4 abril de 2023.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. *O nome e o como*: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil; Difel, 1991. p. 169-178.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. Educação e instrução na província do Rio de Janeiro e na corte imperial. *In*: GONDRA, José; SCHNEIDER, Omar (org.). *Educação e instrução na província do Rio de Janeiro e na corte imperial*. Vitória: SBHE/Edufes, 2011. p. 307-338.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.* São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. *Sinais do "desconforto" no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1880)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Recife, Recife, 2014.

Relatórios Presidenciais Provinciais: Rio de Janeiro. Center for Research Libraries – Brazilian Government Document Digitization Project. Ministerial Reports - Império, 1832-1888. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-26%2C-606%2C2131%2C3206. Acesso em: 30 mar. 2023.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro do ano de 1874, mapa sn - Data das primeiras escolas criadas no município de Estrela. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=84&s=0&cv=184&r=0&xywh=-1481%2C-184%2C5152%2C3634. Acesso em: 30 mar. 2023.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 15-38.

SANTOS, Beatriz Souza dos; BORGES, Angélica. Escolarização no município de Estrela: notas de pesquisa de uma investigação na província do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10., 2019, Belém. *Anais* [...]. Belém: SBHE, 2019. p. 399-413.

SANTOS, Vinicius Teixeira. *O olho e a mão da autoridade*: a Inspeção da Instrução na província do Rio de Janeiro (1850-1889). Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, [*S. l.*], v. 2, n. 2 [4], p. 145-166, 16 fev. 2012.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2014.

---

[16] Na República, em razão da emancipação do município de Duque de Caxias em 31 de dezembro de 1943, o que outrora correspondia ao território da Vila de Estrela se encontra inserido em partes do terceiro distrito de Duque de Caxias (Parque Estrela, Jardim Anhangá, Imbariê, Taquara) e em partes do quinto (Guia de Pacobaíba) e do sexto distrito de Magé (Raiz da Serra).

[17] O mesmo se autodeclarou. Para compreender a atuação do professor Pretextato dos Passos e Silva. SILVA (2012).

[18] Desses 64 professores públicos, 21 eram professoras.

[19] Docentes como Pedro Marcolino Leite nos apontam questões acerca dos pedidos de remoção, Antonio Caetano da Rocha Braga enquanto docente na região mostra o adiantamento de suas classes nos periódicos, Cândido Oliveira Maia nos intriga com as solicitações para tratar de sua saúde assim como Augusta Carlota Brandão Garcez de Araujo, Marianna da Conceição Lara, e Rosa Maria da Conceição Neves Andrade.

[20] Apesar de nos relatórios destinados à instrução pública constar o nome "Honorato José de Carvalho", acreditamos ter havido um erro no sobrenome do mesmo, tendo em vista que o mencionado também atuou na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim.

[21] Situado ao fundo da Baía da Guanabara, os caminhos por terra e hidrografia de Estrela puderam lhe atribuir a condição de entreposto e movimentado local de passagem durante o período do Império.
Al
gumas vertentes consideram que a não utilização frequente das estradas fez com que ressurgissem os pântanos e os alagadiços no município. De acordo com Fróes (1974), o trânsito havia cessado e se desviado para a estrada de Dom Pedro II, proporcionando reincidência de "febres" de maneira intensa.

A INSTRUÇÃO DA INFÂNCIA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: UMA ANÁLISE DA INSTRUÇÃO E DO MAGISTÉRIO FEMININO NO MUNICÍPIO DE MAGÉ (1839-1889)

Kimberly Araujo Gomes Pereira

Este estudo faz parte da pesquisa desenvolvida enquanto bolsista de Iniciação Científica durante a graduação[22] com o intuito de compreender e refletir sobre o processo de escolarização feminina no município de Magé, na Província do Rio de Janeiro, entre 1839 e 1889. A referida província, pela proximidade geográfica com a corte imperial, estava em uma posição privilegiada tanto política quanto administrativamente.

Com o propósito de realizar uma leitura da História da Educação pelo viés do gênero, recorremos a Louro (1994), que nos apresenta duas vias para a realização desse objetivo: a primeira delas consiste em privilegiar a pesquisa, os estudo e os textos sob o recorte de gênero; e a segunda seria realizar a leitura "de gênero" em pesquisas em que esse fator não foi considerado. Para este trabalho, utilizaremos a primeira via proposta pela autora, com uma leitura ampliada da educação dos sujeitos e dos processos que a atravessam. Tendo em vista essa premissa, neste capítulo, pretendemos apresentar como as medidas para a Educação estabelecidas pela província reverberaram na instrução e no magistério feminino em Magé.

Magé, localizado em uma região conhecida atualmente como Baixada Fluminense, desempenhava função logística importante para a província fluminense. Para entendermos a relação existente entre o local e o global, utilizamos os jogos de escala de Jacques Revel (1998) e o conceito de regional de Faria Filho (2009), para ajudar a pensar a região como uma posição na qual observamos objetos que seriam impraticáveis em outras escalas.

A periodização deste estudo se situa entre 1839, ano da criação da primeira cadeira pública de instrução feminina em Magé, e 1889, ano do último regime monárquico. Com o propósito de investigar o processo de instrução pública e

a constituição do magistério feminino, utilizamos como fontes o Almanak Laemmert, veículo publicitário criado pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert em 1844, sendo publicado até 1889; os Relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro produzidos entre 1835 e 1889; periódicos da época disponibilizados no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; fontes legislativas; certidões de nascimento, casamento e óbito; e obras de memorialistas. No Almanak e nos relatórios, encontramos dados da escolarização local, como o nome de inspetores, professores e professoras públicos e particulares da região.

De posse desses nomes, e a fim de colocar os sujeitos no foco das narrativas, utilizamos Ginzburg e Poni (1991) com o "fio do nome" para investigar a trajetória do magistério, pertencimentos sociais e familiares dos docentes que atuaram em Magé. Por último, utilizamos a concepção de docência como experiência coletiva de Vidal (2010) para entender o magistério como resultado das escolhas que os indivíduos realizam no interior da cultura em ações coletivas ou individuais. Isto é, devemos observar os percursos individuais considerando as condições sociais e históricas.

Neste caso, para melhor compreensão, este capítulo foi organizado em três partes: uma breve contextualização do município, a instrução feminina e as experiências docentes. Com essa estrutura, procurei promover uma análise sobre a instrução e o magistério feminino em Magé.

3.1 UM MUNICÍPIO NAS CERCANIAS DA GUANABARA: ASPECTOS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Magé ou Magepe, que significa "lugar do pajé" (ALONSO, 2000, p. 20), é um município brasileiro localizado na região conhecida atualmente como Baixada Fluminense. A ocupação dessas terras pelos portugueses iniciou-se no século XVI com a doação de sesmarias para evitar a invasão francesa nas cercanias da Baía de Guanabara. O crescimento dessa localidade foi gradativo, tendo sido elevada à categoria de vila em 1789 e à de cidade em 1857. A abundância de rios, estradas, portos e a posição privilegiada fizeram com que o povoado crescesse e obtivesse destaque na logística provincial fluminense.

As mudanças político-administrativas reverberaram diretamente em alterações no seu território. Neste capítulo, consideramos como freguesias mageenses: Nossa Senhora da Piedade, São Nicolau de Suruí, Nossa Senhora

d'Ajuda de Guapimirim, Santo Antônio do Paquequer, Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio de Sapucaia[23].

Em 1840, o presidente da província salientou em seu relatório, conforme Gouvêa (2008), que a população mageense era composta por 13.599 pessoas. Desse total, 6.314 eram livres e 7.285 escravizados. Três décadas depois, no recenseamento realizado no Brasil em 1872, encontramos informações detalhadas sobre cada freguesia do município. De modo geral, a população estimada pelo censo era de 27.291 pessoas, sendo 14.314 livres e 11.977 escravizados.

Por ser uma região composta por mangues e pântanos, a insalubridade era um fator de destaque nas fontes analisadas. Os relatórios dos presidentes da província destacavam como possíveis soluções a dessecação dos pântanos e a construção de valas para diminuir a incidência de febres e de doenças como febre amarela, que atingiam a população e o funcionamento das escolas. A obra do Canal de Magé foi destacada nos relatórios e no Almanak Laemmert como uma tentativa de melhorar a situação das doenças, além de contribuir com a atividade comercial da vila[24].

Aproveitando-se da logística e da abundância em rios da região, instalou-se em 1848, em Santo Aleixo, a Fábrica de Tecidos de Santo Aleixo, que foi destaque tanto no Almanak Laemmert quanto nos relatórios. Além disso, era vista como um empreendimento promissor para o desenvolvimento da província.

Em 1852, o presidente João Darrigue Filho, ao visitar a fábrica, relata a presença de crianças trabalhando no local e a existência de uma escola de ensino primário no território da fábrica.

> Compõem-se actualmente o seu pessoal de 112 operários livres, em grande parte de menor idade, sendo 80 do sexo masculino e 42 do feminino, comprehendendo-se entre aquelles 10 brasileiros. [...] **Os diretores do estabelecimento teem ali uma escola de ensino primario.** Os meninos empregados na fabrica são tratados com muito desvelo, e os de idade menor, alem do salario e comida, recebem roupa, e são ali curados quando enfermos, bem como os operários que o desejão. (Darrigue Filho, 1852, p. 40, grifos nossos[25]).

Algumas dessas crianças eram provenientes do Asilo de Santa Leopoldina em Niterói (SOARES, 1864, p. 21). No entanto, encontramos a menção de que famílias desvalidas buscavam abrigo e meios de subsistência na fábrica.

> Já hoje ensina e **mantem a fabrica grande numero de meninos brazileiros, e serve de asylo a familias desvalidas, que sendo alli aceitas, são empregadas em**

> **diversos serviços, e encontrarão, além dos meios de sua subsistência, a grande vantagem de terem gratuitamente o ensino moral de seus filhos,** pois que a zelosa administração desta empreza sustenta duas escolas primarias no mesmo estabelecimento. (Annaes do Parlamento Brasileiro, 1860, p. 130, grifos nossos).

Os registros apontam a incidência de uma escola primária, que provavelmente estaria destinada ao sexo masculino, já que o jornal *Diário do Rio de Janeiro* (06/03/1875, p. 1) evidencia que as meninas trabalhadoras da fábrica frequentavam a escola pública mantida pela província. Ao empregar meninos e meninas, a fábrica serviu como local de aprendizagem do ofício e das primeiras letras, alinhando-a à aprendizagem de determinados comportamentos que refletissem disciplina, moralidade, civilidade, valores religiosos, entre outros.

Outros espaços citados diversas vezes nas fontes foram o Gabinete Mageense de Leitura, a Sociedade de Música Recreio Mageense e a Sociedade de Música União Recreio da Piedade, localizados na freguesia-sede. Desses espaços recreativos citados, destacamos o Gabinete Mageense de Leitura. Criado em primeiro de julho de 1873, era uma biblioteca particular que realizava empréstimos de livros. Segundo Apolaro e Nascimento (2018), a Lei Provincial n.º 1.650 de 1871 mandava criar bibliotecas populares em cada uma das cidades da província, as quais deveriam ser dirigidas e administradas pela câmara municipal, sendo seu acervo guardado em uma das salas do edifício da câmara.

O relatório do desembargador Bernardo Avelino Galvão Peixoto de 1882 registra que as bibliotecas "são fócos de instrucção que cooperam vantajosamente para a civilisação; são complementos da escola; é necessário dar que lêr aos que aprenderam a leitura" (PEIXOTO, 1882, p. 326). Nesse trecho, podemos perceber que a demanda da criação de bibliotecas estava diretamente ligada à instrução pública. A necessidade de ampliar o acesso à leitura aos alfabetizados surgiu na mesma década em que o Decreto Provincial 1.470 estabeleceu a criação de uma escola feminina e uma masculina em cada freguesia da província. Percebe-se a relação entre a ampliação da instrução e a extensão de bibliotecas pela província.

O recenseamento de 1872 mostra-nos que, assim como na província e no Império, o analfabetismo era expressivo em Magé, onde 86,98% dos habitantes eram analfabetos. Entre as freguesias do município, a que contava com maior número de alfabetizados era a de Nossa Senhora da Piedade. No quadro a

seguir, apresentamos detalhes relativos à Educação em cada freguesia pertencente a Magé.

Quadro 3.1 – Dados relativos à instrução da população por freguesia

Freguesias	População	Alfabetizados	Analfabetos[26]	Frequentam escolas	Não frequentam escolas	Professores e homens das letras
Piedade	5.794	1.346	4.448	279	631	10
Aparecida	5.382	445	4.937	65	317	2
Guapimirim	7.311	744	6.567	159	833	1
Suruí	2.175	255	1.920	53	244	3
Teresópolis	3.457	375	3.082	81	384	5
Sapucaia	3.172	390	2.782	175	347	13
Total	27.291	3.555	23.736	812	2.756	34

Fonte: elaborado pela autora, com dados do recenseamento do Brasil em 1872

Ressalta-se que, no número de alfabetizados das freguesias de São Nicolau do Suruí e de Santo Antônio de Sapucaia, há a presença de um escravizado alfabetizado em cada localidade. Ao analisar esse quadro, podemos perceber a presença de ao menos 34 professores atuando no município juntamente à população de faixa etária entre 6 e 15 anos[27] em 1872[28]. Destes, apenas 812 frequentavam a escola, enquanto 2.756 estavam afastados desse processo de escolarização.

Ao separarmos e analisarmos apenas os dados referentes às meninas, 317 estavam frequentando as escolas e 1.335 estavam afastadas das salas de aula. O número de meninas que faziam parte da população em idade escolar e efetivamente a frequentavam era menor que o quantitativo masculino. Porém, esses registros estatísticos demonstram um avanço na educação feminina provincial, que ao longo dos anos foi proporcionando paulatinamente às meninas e às mulheres um maior acesso à instrução pública[29].

3.2 A ESCOLARIZAÇÃO FEMININA EM MAGÉ: ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA

Nos relatórios dos presidentes da província (1835- 1889), encontramos discussões pertinentes à Educação e à instrução na província fluminense. A instrução da infância era vista como o "mais nobre empenho dos governos" (SANTOS, 1862, p. 53). Por meio desses relatórios, acompanhamos as medidas tomadas em prol da instrução pública e particular, além da menção de discursos que visavam promover o acesso das meninas à instrução e das mulheres ao magistério público.

No que tange à educação feminina, a Lei Geral de 1827 destinou três artigos sequenciais para especificar como a educação das meninas seria realizada. O Art. 11 instituiu que haveria escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas em que os presidentes em conselho julgassem necessário. Na sequência, o artigo seguinte declara que as mestras deveriam ensinar as matérias dispostas no Art. 6º, com a exclusão das noções de Geometria e limitando a instrução de Aritmética às quatro operações, ensinando também as prendas domésticas.

Dessa forma, a exclusão de determinados conhecimentos matemáticos diferenciou o ensino de meninos e meninas no século XIX. Ambos deveriam aprender a ler, a escrever, as quatro operações aritméticas, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e a doutrina da religião católica apostólica romana. Enquanto as meninas aprendiam as prendas domésticas, os meninos aprendiam prática de quebrados, decimais, proporções e noções de Geometria prática.

A escolha das matérias específicas para o sexo feminino expressa relação com a missão do magistério feminino exposta no relatório de 1862 do vice-presidente José Norberto dos Santos.

> A missão do magistério feminino é mui alta, pois que lhe cabe quasi privativamente **desenvolver a intelligencia, e formar o coração das futuras mães de família**: se não fôr perfeita a educação das mestras, se seus sentimentos religiosos, e seus principios de moral não fôrem os mais puros e rectos, que sentimentos e principios poderão ellas inspirar às suas alumnas? (SANTOS,1862, p. S1-13, grifos nossos).

O magistério feminino estava estreitamente vinculado à preparação das meninas para a vida doméstica, com o objetivo de capacitar as mulheres para se tornarem boas esposas e mães. Por conta desse ideal de formação que se mantém na legislação educacional ao longo dos anos, mantém-se também a diferenciação curricular entre meninos e meninas. Além disso, encontramos discursos proferindo a favor da defesa de uma essência única e exclusiva

feminina para educar e cuidar das crianças. Essas manifestações cooperaram para ampliar a conquista de espaço na docência.

A primeira menção a escolas públicas femininas na província encontramos no relatório de 1837 sobre a criação de uma escola em Niterói e outra em Angra dos Reis, evidenciando que "fôra injusto que estas Cidades não gozassem de hum benefício já concedido às outras duas da Província" (VAZ VIEIRA, 1837, p. 5).

O relato da criação da primeira escola pública em Magé apareceu dois anos depois da menção supra, no relatório do presidente Paulino Soares de Sousa de 1839:

> Pelo que se respeita às escolas de meninas, achão-se providas 7, e em exercício 6. Ainda não estão providas, mas consta-me haver quem as pretenda, a de **Magé, creada por deliberação do governo provincial de 21 de agosto do próximo findo** [1839], e as de Itaborahy, Iguassú e Cantagallo, creadas por deliberação do governo em 15 de janeiro do corrente anno. Estão em Concurso. (SOUSA, 1840, p. 16, grifos nossos).

A criação de uma escola feminina em Magé ainda na década de 1830 demonstra que sua vila era considerada importante para a província fluminense, compondo assim parte de um grupo seleto de cidades ou vilas com escolas para meninas. Ao longo dos anos, encontramos nos relatórios a situação das escolas provinciais e, por intermédio deles, acompanhamos as medidas que possibilitaram avanços na educação feminina provincial. Os relatórios também apresentavam o número de escolas criadas e providas, a frequência das meninas e informações sobre as professoras em exercício na província.

Durante o período estudado, localizamos que Magé contou com ao menos 23 escolas públicas mantidas pela província, sendo 10 escolas destinadas às meninas. Deve-se ressaltar que, ao longo dos anos, o número de escolas em exercício sofreu alterações.

Embora a primeira escola tenha sido criada em 1839, ela foi provida em 1840, onde Luiza Augusta de Menezes tomou posse como docente da freguesia de Nossa Senhora da Piedade. A segunda escola foi criada na freguesia de Suruí em 1851. Entre a criação da primeira escola (Piedade) e a criação da segunda (Suruí), passaram-se 12 anos. No fim dos anos 1860 e nos primeiros anos da década de 1870, foram criadas seis escolas em Magé. E outras duas foram criadas na década de 1880. Esse aumento no número de escolas femininas seguiu a tendência provincial de crescimento da instrução feminina.

Para exemplificar o número de escolas masculinas e femininas, públicas e particulares, em seu estudo, Chagas (2011) elaborou um quadro baseado nas informações retiradas dos relatórios, onde registrou os números referentes às escolas. Com esses dados, elaboramos o quadro a seguir[30], contendo informações sobre as escolas femininas entre a década de 1830 e 1880.

Quadro 3.2 – Escolas públicas femininas na Província do Rio de Janeiro

Ano	Quantitativo de escolas públicas femininas
1838	2
1840	7
1850	33
1860	72
1870	131
1880	158
1889	184

Fonte: CHAGAS, 2011

Ao analisar esse quadro, podemos perceber o crescimento significativo ao longo dos anos. No entanto, podemos perceber que na década de 1870 houve uma elevação significativa das escolas femininas na província. Se o compararmos ao último ano da década de 1860, segundo Chagas (2011), havia 126 escolas para meninos e 73 para meninas. Em 1870, o número de escolas femininas criadas subiu para 131[31]; e a dos meninos, para 150. Nesse período, percebemos uma aproximação no número de escolas femininas e masculinas.

Uma determinação provincial apresenta uma conexão com essa elevação no número de escolas. Promulgado em 3 de dezembro de 1869, o Decreto 1.470

> [...] creou uma escola para o sexo masculino e outra para o sexo feminino nas freguesias, que ainda estão privadas deste elemento de civilisação, devendo ser providas logo que possão ter mais de 14 alumnos de frequencia; e mandou subvencionar[32], na falta deste numero, outras tantas escolas particulares, à razão de 2$000 mensaes por alumno, as quaes ficarão sujeitas a inspecção das autoridades da instrucção. (MACEDO, 1870, p. 21-22).

O decreto de 1869 determinou a criação de escolas femininas e masculinas em todas as freguesias da província. Com isso, percebe-se um crescimento

significativo do número de escolas femininas[33], uma vez que, em grande parte das freguesias, havia apenas uma escola masculina. Essa extensão no número de escolas femininas possibilitou uma ampliação no atendimento educacional das meninas e consequentemente na atuação de mulheres como docentes. A ampliação da instrução feminina, como evidencia Munhoz (2018, p. 175), decerto estava vinculada à relação existente entre a escola e os padrões de gênero dominante na sociedade.

Ao analisar o ritmo de criação das escolas, e entender como foi seu processo de implantação na localidade, podemos compreender os caminhos percorridos na execução da legislação educacional. Nessa perspectiva, percebemos que o crescimento das escolas femininas em Magé estava em conformidade com o que estava ocorrendo na província.

Assim como as demais escolas provinciais, as de Magé enfrentaram problemas em seu funcionamento e financiamento. A escola era um elemento novo para a população fluminense, e frequentá-la não fazia parte das tarefas diárias dos meninos e meninas, por isso a assiduidade escolar baixa era frequentemente citada nos relatórios dos presidentes da província como um impedimento para alcançar o desenvolvimento. O Regulamento da Instrução Primária de 1849 instituído por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, por exemplo, previa o fechamento da escola, caso ela não alcançasse o quantitativo mínimo de alunos frequentando-a[34].

Além desse problema citado, ao pesquisar as professoras que atuaram em Magé, encontramos com frequência, nos periódicos, reinvindicações de repasse dos ordenados, falta do pagamento de aluguel e do custeio do material escolar. A professora Elisa Neomisia enfrentou problemas no custeio dos utensílios para os trabalhos com agulha, como relatado a seguir:

> Ao collector de Magé, em additamento à ordem de 23 do corrente, que não pague à professora de Santo Aleixo, D. Elisa Neomisia da Silveira, a quota dos utensis para trabalhos de agulha relativos ao 4º quartel do corrente anno, na importância de 5$500, ou exija a restituição de semelhante quantia caso já tenha sido paga. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 29/10/1876, p. 2).

A professora Joanna Rosa de Magalhães, do Porto da Piedade, pediu o pagamento do custeio relativo ao ano anterior à Diretoria da Fazenda fluminense (JORNAL DO COMMERCIO, 05/06/1886, p. 2). Diversos professores e professoras enfrentaram o problema do custeio de suas respectivas escolas, o que prejudicava o bom funcionamento delas.

Outra solicitação recorrente eram as licenças para tratamento da saúde. O tempo de licenciamento das docentes variava e poderia ser remunerado ou não. Quando um professor era dispensado temporariamente, isso poderia representar aumento de custo para a província, que deveria pagar o docente e um substituto para reger a escola. Lima (2014) analisa o afastamento dos professores do exercício docente em Pernambuco como "sinais de desconforto", que demonstravam que

> Os professores, por demonstrarem nas fontes, de múltiplas formas, uma necessidade imperiosa de se afastarem da docência por um tempo; as autoridades públicas em relação à aprovação ou não dos afastamentos dos professores e, em relação a como ficariam organizadas as aulas após o afastamento; e os pais de famílias, os quais em certos casos, exigiam a substituição ou a volta do professor afastado. (LIMA, 2014, p. 68)

Outro fator regularmente observado nos periódicos são os deslocamentos entre freguesias e municípios da província. A professora Luiza Alves de Azevedo foi removida a pedido da freguesia de Santo Antônio do Paquequer para a escola de São Francisco do Croará, no município de Estrela (GAZETA DE NOTÍCIAS, 08/02/1888, p. 2). Leopoldina Cordovil de Siqueira Dias e Joanna Rosa de Magalhães permutaram entre si: a primeira era professora na localidade de Jororó, e a segunda, de Santo Aleixo (O FLUMINENSE, 09/10/1889, p. 2).

Ao longo da atividade docente, os professores se utilizavam desse meio instituído legalmente com o intuito de se aproximarem do local em que desejavam atuar. Essas remoções obrigatórias ou a pedido e as permutas possibilitaram aos professores a oportunidade de exercer seu ofício em sedes de freguesias e na capital da província, que poderia acarretar melhorias de condições de vida e de suas respectivas escolas.

Os desafios para consolidação e funcionamento das escolas foram diversos, mas esses "sujeitos da ação educativa" chegaram a Magé com o objetivo de melhorar a situação educacional local e provincial. Essas mulheres atuaram diretamente com as meninas mageenses nas diversas freguesias e localidades do município.

3.3 A INSTRUÇÃO PÚBLICA FEMININA EM MAGÉ: ENTRE PROFESSORAS PÚBLICAS E POETISAS

Ao longo do período estudado, encontramos a presença de 102 professores[35] atuando diretamente na instrução masculina e feminina em Magé. Desse quantitativo, 72 eram homens; e 29, mulheres[36] — sendo 25 professoras públicas (3 provisórias, 1 substituta) e 5 particulares (1 era subvencionada).

No processo de ampliação da malha escolar provincial, um assunto se destacou nas discussões: a formação do professor. Saber ler e escrever era requisito básico para se tornar mestre. Apesar disso, não conseguimos localizar por quais processos de escolarização a maioria das docentes passou e quais os métodos utilizados para dominar a leitura e a escrita. Munhoz aponta que

> A geração das mestras de primeiras letras que ocuparam as cadeiras públicas inicialmente criadas indicia que práticas de transmissão da cultura escrita permearam o cotidiano das mulheres oitocentistas mesmo antes da efetivação da instrução pública feminina no país. (MUNHOZ, 2018, p. 171).

É possível que algumas professoras tenham passado pela educação doméstica, enquanto outras, por apresentarem grau de parentesco com algum professor, foram alfabetizadas dessa forma. O regulamento de 1849 instaurado por Coutto Ferraz estabeleceu a "formação pela prática"[37], em que o aluno aprendiz, nomeado de professor adjunto, aprendia o ofício com um professor mais experiente. França (2015) sinaliza que o professor adjunto poderia, além de auxiliar o ensino em uma escola, substituir o professor, caso este estivesse impedido. E, se faltasse um professor habilitado, poderia ser empregado na cadeira que vagasse. Nesse último caso, os seus vencimentos eram do mesmo valor do professor, senão receberia apenas gratificação mensal. A autora destaca que "os professores ao solicitar auxiliares para sua escola, tornavam-se então instrutores" (FRANÇA, 2015, p. 7).

> Ter as habilitações nas matérias do ensino estava entre os requisitos necessários aos futuros professores, saber ensinar e o que ensinar levou os candidatos a um preparo mínimo para se inscreverem nos concursos ou solicitar exames. A deliberação dessas instruções, por parte do inspetor nos permite apontar que acreditava-se que os candidatos a passarem pelos exames se preparassem para tal consistindo assim em um tipo de formação [...]. (FRANÇA, 2015, p. 7-8).

A formação pela prática foi uma das alternativas encontradas pelas mulheres para ingressarem no magistério. Outra alternativa era ingressar na escola normal. Entre a sua criação em 1835 até sua extinção em 1851, a escola normal era destinada aos homens. O acesso das mulheres a essa instituição

ocorreu posteriormente. Segundo Villela (2000), a presença delas só foi anunciada nas décadas de 1860 e 1870 com a criação ou recriação das escolas. Os relatórios apontam que o número de mulheres matriculadas na escola normal foi aumentando com os anos. Para Uekane,

> [...] o aumento gradual de mulheres no quadro docente, a procura feminina pela Escola Normal, dentre outros fatores modificou as representações acerca desta ocupação. Estes números apontam para um processo que vinha se firmando no final deste século em diversas províncias do Império, o da feminização do magistério primário. (UEKANE, 2007, p. 4).

Para analisar o provimento das escolas públicas pelos egressos da escola normal, Borges, Santos e Pereira (2019) realizaram estudo tendo como base os municípios de Estrela e Magé. No que tange a Magé, o estudo aponta que, do conjunto de professores atuando no município, apenas 20 frequentaram a escola normal, sendo 12 professores e 8 professoras. Ou seja, a maioria dos professores que atuaram em Magé pode ter obtido sua formação pela prática sendo professor adjunto ou frequentando a escola normal, e não teve seu nome registrado nos relatórios do presidente da província.

A respeito do ingresso no ofício docente, independentemente se foram formados pela prática ou pela escola normal, a lei de 1827 previa que o ingresso à docência nas escolas públicas se efetuaria por meio de exames classificatórios, os concursos. O regulamento de 1849 especificava como os concursos seriam realizados na província. O referido regulamento estabelecia em seu Art. 21 um diferencial para as mulheres. No exame das professoras, os examinadores ouviriam o juízo de uma professora pública ou uma senhora a respeito do trabalho com agulhas. De acordo com Villela (2000), os concursos orais e/ou escritos assumiram o papel indicador da habilidade profissional.

O magistério é uma função que requer um nível de conhecimento intelectual, o que o torna mais valorizado que os ofícios que requerem esforços físicos. Dessa forma, o ingresso no magistério pode ser interpretado como uma forma de evitar ofícios que exigiam trabalho físico e pouca valorização na sociedade. Dentre todas as trajetórias pesquisadas, destacamos a trajetória de duas delas: Luiza Augusta de Menezes e Minervina Laura Moreira Guimarães. Ambas se destacam pelo longo período de atuação no município e por serem poetisas.

Luiza Augusta de Menezes foi a primeira professora pública do município e atuou na freguesia de Nossa Senhora da Piedade entre 1840 e 1868. Luiza

tomou posse da cadeira de professora pública aos 16 anos, contrariando a lei que estabelecia que só poderiam assumir o magistério pessoas com idade superior a 21 anos. A professora era descrita como "assídua e zelosa", cujas "discípulas porém não são em grande número, nem muito assíduas" (SOARES, 1864, p. A-18).

Durante seu exercício profissional, Luiza também exerceu a função de examinadora de concursos. A docente foi examinadora da professora particular Virginia Maria Leal de Abreu, quando a última pretendia abrir um colégio particular em Magé. Com o uso do "fio do nome" (GINZBURG; PONI, 1991), localizamos pedidos de pagamento de aluguel atrasados e agradecimentos à professora. Além disso, encontramos uma nota comemorativa ao seu aniversário, em 1892, publicado pelo jornal *O Paiz*, que afirma que Luiza se dedicava à poesia.

> Durante muito tempo cultivou a poesia bucolica[38] com grande naturalidade e fez charadas geographicas e historicas muito apreciaveis e nem os annos e nem as enfermidades fizeram-na perder o gosto pelas musas. (O PAIZ, 03/05/1892, p. 2).

Apesar de esse fragmento do jornal afirmar que Luiza era poetisa, não localizamos nenhuma poesia de sua autoria. No entanto, Luiza é apontada como uma das subscritoras do livro *Ramalhete poético do Parnaso italiano*, v. 1, oferecido a D. Pedro II e sua esposa, D. Theresa Cristina, na ocasião do consórcio pelo doutor Luiz Vicente de Simoni e subscritores. Esse livro traz a primeira tradução de Dante Alighieri para a língua portuguesa em 1843. Além disso, Luiza era filha do político, médico, literário e professor fluminense Dr. José Augusto César de Menezes, o que pode ter propiciado e possibilitado essa experiência literária, já que ele também se destacava à literatura.

Ressaltamos que pai e filha atuaram na mesma freguesia como professores no mesmo período; José Augusto era professor de latim; e Luiza, professora primária. A participação de José na política fluminense pode ter favorecido sua filha na atuação como professora e facilitado o acesso a círculos sociais de que outras mulheres não tinham oportunidade de participar. Sua atuação enquanto deputado na Província do Rio de Janeiro pode ter favorecido a criação de uma escola feminina em Magé e ter facilitado a nomeação de sua filha antes da idade exigida por lei. Luiza dedicou todo seu exercício como docente na freguesia de Piedade. A imprensa periódica não registrou casamento nem que Luiza era mãe.

A segunda professora destacada aqui neste capítulo é Minervina Laura Moreira Guimarães. A primeira menção que encontramos de Minervina data de 1860 e trata de seu exame de admissão realizado em agosto de 1860, sendo a professora aprovada com louvor (REGO, 1860, Mapa 17). Foi nomeada professora efetiva de primeira classe alguns dias depois de seu exame, em 22 de agosto de 1860. No ano seguinte, aparece como docente da freguesia de São Nicolau de Suruí. Como não encontramos nenhum registro de remoção para a referida freguesia, podemos deduzir que logo após a sua nomeação foi destinada à escola da localidade citada.

Minervina permaneceu como professora de Suruí de 1860 a 1882. Em 5 de outubro de 1882, foi noticiado pelo *Jornal do Commercio* (1882, p. 1) que a professora foi removida sob conveniência do serviço público e sob proposta da diretoria da instrução da freguesia de Suruí para a freguesia de São José do Bom-Jardim, em São João do Príncipe. Menos de um mês depois, o jornal *O Fluminense* (27/10/1882, p. 2) divulgou que a professora foi removida a pedido para a escola de Sodré em Magé; assim, a nomeação para São João do Príncipe ficou sem efeito. A relação estabelecida entre a mestra e a freguesia de Suruí aparenta ultrapassar seus vínculos do ofício docente, já que, ao ter oportunidade de ser removida para outro município, pediu para ser removida para uma localidade dentro dos limites mageenses.

Minervina permaneceu em Sodré de 1882 a 1886. No ano seguinte, a mestra aparece novamente como professora de Suruí, permanecendo por lá até 1892, quando foi jubilada (JORNAL DO COMMERCIO, 08/05/1892, p. 4). Quanto ao exercício docente, em uma coluna dedicada à freguesia de Suruí no jornal *Correio do Brazil*, encontramos a seguinte nota:

> A escola do sexo feminino é dirigida pela Exma. Sra. D. Minervina Laura Moreira Guimarães e é frequentada por mais de vinte meninas diariamente, que bem provam o cuidado e desvelo que lhes prodigalisa sua habil e bem quista professora. (BARROSO, 20/10/1872, p. 2).

Apesar disso, Minervina encarou momentos de adversidade quando a freguesia de Suruí enfrentou uma epidemia de sarampo e uma endemia de febre paludosa em 1864. O regulamento de 1849, em seu Art. 74, estabelecia que estavam proibidos de frequentar as escolas públicas "os que tiverem moléstia contagiosa". Essa determinação legal e a situação sanitária de Suruí

provocaram quase o completo abandono da escola masculina e feminina (SOARES, 1864, p. A-18).

Minervina era casada, mãe e professora. Além disso, dedicava-se à escrita de poesias. Durante a pesquisa para este trabalho, localizamos a publicação de suas poesias em dois jornais: *Correio Commercial: Órgão do Commercio da Lavoura* e *A Luz: Publicação Semanal.* O periódico *A Luz* foi um jornal literário e instrutivo publicado todos os domingos por uma associação de literatos. Nesse periódico foi onde encontramos o maior número de poemas de Minervina: "Súplica", "Não sou poetiza!", "Ao meu anjo da guarda" e "Juventude", publicados nesse jornal entre 1872 e 1873.

O exercício da escrita estava ligado a um saber dos homens, por isso Guimarães (2011, p. 86) considera que "a opção pela escrita pode ser percebida como uma estratégia de resistência, num período em que as mulheres se encontravam alijadas da participação política e excluídas da vida social". A autora apresenta uma visão restritiva ao dizer que a presença feminina na vida social era rejeitada. Havia limitações, porém as mulheres participavam de atividades culturais e beneficentes.

Com o exemplo dessas duas professoras, podemos perceber que a inserção das mulheres no mundo letrado ultrapassa as barreiras da escola e do ofício docente. Minervina e Luiza foram mulheres que ampliaram suas participações no mundo letrado e se tornaram mulheres para além da sala de aula. Ambas tiveram relevância no ensino das primeiras letras em duas freguesias de Magé ensinando meninas a ler e escrever.

Ao longo de mais de 20 anos de atuação docente, essas professoras presenciaram as mudanças político-econômicas e a chegada dos equipamentos culturais a Magé, como o Gabinete Mageense de Leitura. Essas duas docentes desempenharam um papel primordial junto às meninas no ensino da leitura e da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A província fluminense instaurou uma série de leis e regulamentos que visavam melhorar e ampliar a instrução provincial com o objetivo de alcançar o progresso e a civilização. Magé recebeu sua primeira escola feminina em 1839 corroborando a determinação legal de que escolas femininas seriam criadas nas vilas e cidades mais populosas e onde se julgasse necessário.

Ao longo dos anos, foram criadas mais escolas femininas para atender esse quantitativo populacional, e com isso a demanda por professoras para reger as escolas aumentou. O processo de escolarização feminino foi marcado pelo ideal de ser mãe e esposa. E, por conta disso, mulheres foram privadas de parte dos conhecimentos matemáticos para aprenderem as prendas domésticas.

A inserção das mulheres na docência iniciou-se timidamente, mas, ao passar dos anos e com incentivos provinciais, o magistério se tornou uma função atrativa para as moças. Formadas pela escola normal ou pela prática, essas mulheres atuaram pelas freguesias de Magé enfrentando dificuldades de financiamento, falta de pagamento, péssimas condições de saúde local.

Apesar das questões mencionadas, duas mestras se destacaram como poetisas e puderam utilizar a escrita como forma de expressão e resistência. Salienta-se que esta pesquisa, apesar de suas lacunas, trata da participação que as mulheres tiveram no magistério como educadoras de crianças, formadoras de novas professoras, como escritoras e poetisas, com o que colaboram para desconstruir determinadas representações sobre o sexo feminino criadas nesses anos; e sobre como essas mulheres contribuíram para que meninas tivessem o direito de estudar; e outras moças, a exercer o ofício remunerado de docente.

REFERÊNCIAS

ACTOS DO GOVERNO. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 08 mai. 1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=%22minervina%20laura%20moreira%20guimar%C3%A3es%22&pagfis=7376. Acesso em: 08 out. 2020.

ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 05 de out. 1882, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22minervina%20laura%20moreira%20guimar%C3%A3es%22&pagfis=6555. Acesso em: 13 out. 2020

ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Ed. do Autor, 2000.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, 10 ago. 1860, p. 130. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=%22f%C3%A1brica%20nacional%20santo%20aleixo%22&pagfis=42139. Acesso em: 11 nov. 2020.

BORGES, Angélica; SANTOS, Beatriz Souza dos; PEREIRA, Kimberly Araújo Gomes. Provimento das escolas públicas pelos egressos da escola normal da província do Rio de Janeiro: uma análise a partir dos relatórios oficiais e dos casos de Magé e Estrela. *In*: SEMINÁRIO VOZES DA EDUCAÇÃO: RESISTÊNCIAS POLÍTICAS E POÉTICAS NA VIDA E NA EDUCAÇÃO, 7., 2019, São Gonçalo. *Anais*

[...]. São Gonçalo: Núcleo Vozes da Educação: História, Memória e Formação de Professores, 2019. p. 933-947.

BARROSO, M.A. Breve notícias sobre a freguesia de Suruhy. Correio do Brazil: Propriedade da Companhia Correio do Brazil. Rio de Janeiro, 20 out. 1872. Seção Província do Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=239100&pesq=%22minervina%20moreira%22&pagfis=1218. Acesso em: 14 out. 2020

BRAZIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1872.

CEIA, Carlos. E- dicionário de termos literários. Disponível em: https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/bucolismo. Acesso em: 17 fev. 2020.

CHAGAS, Renata Rodrigues. *A expansão da oferta da instrução primária pública no século XIX na província do Rio de Janeiro*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

DARRIGUE FILHO, João Pereira. *Relatório do vice-presidente da província do Rio de Janeirona abertura da primeira sessão da nona legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1.o de agosto de 1852o anno de 1853.*

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 06 mar. 1875, p. 1.Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22elisa%20neon%C3%ADsia%20silveira%22&pagfis=32804. Acesso em: 12 out. 2020

DIRETORIA DA FAZENDA. Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 29 out. 1876, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22elisa%20neon%C3%ADsia%20silveira%22&pagfis=35167. Acesso em: 15 out. 2020.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação e história regional: experiências, dúvidas, perspectivas. *In*: MENDONÇA, Ana Waleska *et al.* (org.). *História da educação*: desafios teóricos e empíricos. Niterói: UFF, 2007. p. 57-66.

FRANÇA, Franciele. *"Quem ensina também aprende"*: a formação pela prática de professores primários na Província do Paraná. Trabalho apresentado à Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, Florianópolis, 37, 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 08 fev. 1888, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=%22luiza%20alves%20azevedo%22&pagfis=13350. Acesso em: 18 out.2020

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil; Difel, 1991. p. 169-178.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Roberta. *Mulheres precursoras na educação*: histórias de professoras e professores primários na capital do Império. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 05 jun. 1886, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?

bib=364568_07&pesq=%22joanna%20rosa%20magalh%C3%A3es%22&pagfis=15421. Acesso em: 23 out. 2020.

LAEMMERT, ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE [1844-1889]. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em: 15 dez. 2018.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. *Sinais do "desconforto" no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860 - 1880).* 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) –
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação na perspectiva do gênero. *Projeto História* [PUC-SP], São Paulo, v. 11, p. 31-46, 1994.

MACEDO, Diogo Teixeira. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da decima-sétima legislatura no dia 1º de outubro de 1869 pelo 1º vice-presidente.

MUNHOZ, Fabiana. *Invenção do magistério público feminino paulista*: mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 27 out. 1882. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_02&pesq=%22minervina%20laura%20moreira%20guimar%C3%A3es%22&pagfis=1754. Acesso em: 24 out. 2020

O FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 09 out. 1889, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_02&pesq=%22leopoldina%20cordovil%20siqueira%22&pagfis=6062. Acesso em: 13 out. 2020

PEIXOTO, Bernardo Avelino Gavião. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima quarta legislatura em 8 de agosto de 1882 pelo presidente.

PEREIRA, Kimberly. *Tecendo letras e mulheres prendadas*: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839 - 1889). 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

REGO, José Ricardo de Sá. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da 14ª legislatura pelo vice-presidente*. Niterói: Echo da Nação, 1861. Mapa 17. Originalmente publicada em 1860.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

SANTOS, José Noberto. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima quinta legislatura no dia 8 de setembro de 1862 pelo vice-presidente da mesma província.* [*S. l.*: *s. n.*], 1862.

SANTOS, Vinícius Teixeira. *O olho e a mão da autoridade*: a Inspeção da Instrução na província do Rio de Janeiro (1850-1889). Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

SOARES, João Crispiano. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima quinta legislatura no dia 9 de outubro, pelo presidente da mesma província.* Rio de

Janeiro: Correio Mercantil, 1864.

SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2.a legislatura da Assembleia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840*. 2. ed. Niterói: Amaral & Irmão, 1851. Mapa 7.

UEKANE, Marina Natsume. "Mulheres em sala de aula?": um estudo acerca da feminização do magistério primário na corte (1879-1885). *In*: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 30., 2007, Caxambu. ANPEd: 30 anos de pesquisa e compromisso social. *Anais* [...]. Timbaúba: Espaço Livre, 2007.

VAZ VIERA, José Ignácio. Relatório apresentado ao vice- presidente da província em 1837.

VIDAL, Diana Gonçalves. A docência como uma experiência coletiva: questões para debate. *In*: DALBEN, Ângela *et al.* (org.). *Convergência e tensões no campo da formação e do trabalho docente*: didática, formação de professores e trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 711-731.

VILLELA, Heloisa. O mestre - escola e a professora. *In*: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano M. (orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95 -134.

---

[22] O projeto de pesquisa "Difusão da escolarização na província do Rio de Janeiro: estudo do processo de in
stalação e de ampliação da malha escolar primária e secundária no período do Império (1822-1889)", coordenado pela Prof.ª Dr.ª Angélica Borges, em que atuei como bolsista de Iniciação Científica (Pibic/Uerj) de 2018 a 2020. Dessa pesquisa, originou-se a monografia de Pereira (2020).

[23] As duas últimas freguesias, Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio da Sapucaia, desmembraram-se de Magé e integraram a Vila de Sapucaia em 1874.

[24] Pelo Canal de Magé, navegavam barcos, faluas carregando diversos gêneros produzidos no interior da vila para a corte (LAEMMERT, 1855).

[25] A grafia original foi preservada em todas as citações.

[26] Dos 86,98% de analfabetos, estavam divididos entre as freguesias desta forma: Piedade 16,29%; Aparecida, 18,09%; Guapimirim, 24,06%; Suruí, 7,03%; Teresópolis, 11,29%; Sapucaia, 10,19%.

[27] Apesar de o recenseamento de 1872 estabelecer a idade escolar entre 6 e 15 anos, as legislações educacionais da província de 1849, 1859, 1862 instituíram a idade de 5 a 15 anos. No entanto, o regulamento de 1876 estabelecia o ensino obrigatório de 6 a 15 anos (SANTOS, 2017, p. 206).

[28] No período de 1839 a 1889, localizamos a presença de 102 professores atuando nas freguesias mageenses.

[29] Algumas meninas, mesmo sem possuir acesso à escola, tinham preceptores encarregados de sua instrução.

[30] Ressalta-se que, por conta da extensão dos dados e para manter um padrão no gráfico, priorizamos colocar as informações referentes ao ano que marca o início das décadas, pois o número de escolas informado nos relatórios no decorrer de cada década oscila consideravelmente. Salienta-se que os números se referem às escolas criadas e que a sua criação não garantia necessariamente sua instalação e seu provimento.

[31] Desse total, o relatório informa que apenas 73 escolas estavam em exercício. As demais aguardavam o provimento.

[32] As escolas subvencionadas eram escolas particulares que geralmente estavam instaladas em localidades onde não havia escolas públicas. A província fluminense destinava uma quantia por aluno matriculado nessas escolas.

[33] De acordo com a lei de 15 de outubro de 1827, a criação das escolas de meninas ficava a cargo das autoridades nos lugares onde julgassem necessário seu estabelecimento, enquanto que as normas salientavam a criação de escolas para os meninos em todas as vilas e lugares mais populosos.

[34] Seria fechada qualquer escola de segunda classe que em dois anos consecutivos não reunisse 10 alunos, e qualquer escola de primeira classe que não reunisse ao menos 20 alunos com boa assiduidade.

[35] Dados compilados do Almanak Laemmert e dos Relatórios dos Presidentes da Província (1835 – 1889).

[36] A professora Alexandrina Ferreira Fraga atuou na instrução pública e particular. Por se tratar da mesma pessoa atuando em locais distintos, a soma de docentes foi de 29 mulheres atuando na instrução feminina mageense.

[37] Sistema de ensino misto entre o austríaco e o holandês (VILLELA, 2000).

[38] O bucolismo é um gênero literário que respeita as convenções clássicas provenientes das *Bucólicas* de Virgílio e dos *Idílios* de Teócrito de Siracusa. A poesia bucólica também pode ser conhecida como poesia pastoral ou pastoril que descreve os costumes e belezas da vida do campo, o cotidiano tranquilo e simples. Fonte: CEIA, Carlos. E- dicionário de termos literários. Disponível em: https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/bucolismo. Acesso em: 17 fev. 2020.

4

SUJEITOS, INSTITUIÇÕES E NORMAS: ASPECTOS DA ESCOLARIZAÇÃO EM IGUAÇU NO ÚLTIMO DECÊNIO DO IMPÉRIO (1879-1889)

Aline de Morais Limeira

Ana Carolina de Farias Miranda

INTRODUÇÃO

Metodologicamente, a operação que se realiza no estudo está baseada em um dos conceitos mais caros à micro-história, a redução ou variação de escala, cujo referencial se constitui, entre outros, em Revel. Para ele, "a escolha de uma escala peculiar de observação" resulta em conhecimentos específicos; assim, "variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim, modificar a sua forma e sua trama". Neste caso, "a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável" (REVEL, 2010, p. 438).

Como observa José Gondra, a escala resulta de uma escolha que funciona como uma espécie de bússola, orientando e fornecendo um norte para a pesquisa, uma vez que estabelece parâmetros a respeito do que pode ser visto pelo historiador, delineando, igualmente, o ângulo da visada. Portanto, a necessidade da escolha da escala de observação é condição necessária para o conhecimento, visto que a definição de uma escala participa de modo incontornável da fabricação dos problemas de pesquisa e das possibilidades de torná-lo inteligível (GONDRA, 2012, p. 86).

Na historiografia da Educação, a busca pelas fontes desnuda um caráter dos estudos que se propõem a abarcar uma ótica regional, a trajetória dos sujeitos, as experiências cotidianas, entre outros aspectos, como a dificuldade em encontrar registros que subsidiem tais pesquisas. No que se refere aos estudos que contemplam a história oitocentista da banda ocidental da Baía da

Guanabara, região hoje conhecida como Baixada Fluminense, essa é uma característica constante[39]. Como já havia observado Guedes (2012, p. 19), trata-se da "montagem de um imenso quebra-cabeça". O "quebra-cabeça" aqui apresentado, ainda que com muitas peças em falta, traz para a cena reflexiva alguns personagens, números e leis da escolarização iguaçuana no último decênio do Império (1879-1889).

A região estudada (Iguassú, no século XIX, e Nova Iguaçu, atualmente) era um dos 35 municípios que faziam parte da Província do Rio de Janeiro[40]. Alçada ao posto de vila em 1833, tinha o caráter de "entreposto comercial", conforme afirmou Marlucia Santos de Souza (2014). Sua composição se estruturava sob cinco freguesias: Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, Santo Antonio de Jacutinga, São João Baptista de Merety e Sant'Anna de Palmeiras. Em relação à capital da província, Niterói, Iguaçu representava 40% da população livre, 16% da população escolarizada (matriculadas nas escolas primárias), e 54% da população escolarizável (crianças entre 6 e 15 anos, fora da escola primária)[41] (MIRANDA, 2020).

4.1 A LEI E A ORDEM MUNICIPAL: A INSTRUÇÃO NO CÓDIGO DE POSTURAS

Em termos de instrução, no que se refere à legislação provincial, estava em vigor a Deliberação de 1º de agosto de 1876, responsável pela organização da administração provincial e que continha 11 capítulos e um total de 185 artigos, sendo o "Capítulo II, Da instrução pública e particular" responsável por normatizar aspectos da educação escolar fluminense[42]. Da mesma forma, o Regulamento de 16 de dezembro de 1876, que continha 264 artigos e normatizavam aspectos como fiscalização, obrigatoriedade escolar, frequência e matrícula, escolas mistas, atuação docente, entre outros[43].

No que se refere à legislação municipal, Iguaçu incluiu no seu Código de Posturas os assuntos relativos à escolarização. Esses códigos eram documentos compostos por diversas normas elaboradas com o intuito de manter a ordem vigente. Historicamente, a Lei Imperial de 1º de outubro de 1828 previa o estabelecimento de parâmetros de atuação das câmaras para que estipulassem formas de condução para suas eleições, funções municipais, aplicações das rendas, até medidas sobre as posturas policiais. Caberia aos membros das

câmaras municipais a obrigatoriedade de delegar e implantar leis que pudessem abarcar as necessidades concretas e imediatas das cidades (SANTANA, 2013). Naquela conjuntura, um dos instrumentos considerados apropriados, com o objetivo de estabelecer uma nova ordem de convívio social, normatizando práticas individuais e coletivas, públicas e privadas, foram os Códigos de Posturas Municipais. Com a análise desses documentos, é possível perceber como as atividades políticas, econômicas e sociais reverberaram neles, e como os vereadores implantaram normas que permitiram a modificação dos espaços em determinadas localidades, expondo certas dinâmicas que se concretizaram por meio de relações sociais e de poder (PINHEIRO, 2004; SÁ, 2010)[44].

A proposta inicial do Código de Posturas de Iguaçu foi submetida em 1884 para apreciação na Assembleia Legislativa Provincial, tendo sido debatida e discutida amplamente e aprovada, com alterações, somente em 9 de novembro de 1886, portanto dois anos depois. O projeto estava composto da seguinte forma: 18 capítulos, divididos em 108 artigos, sendo o Capítulo VIII dedicado à temática da instrução pública[45]. Como já observado, o texto apresentado em 1884 se tornou alvo de debates na assembleia e na imprensa geral (MIRANDA, 2020)[46].

O Código de Posturas aprovado apresenta 14 capítulos, subdivididos em 83 artigos, dispostos em 24 páginas, sendo o segundo capítulo, com seus três artigos, aquele que nos interessa aqui[47]:

> Capítulo VII – Instrucção publica. Art. 37 – A' camara compete: § 1º - Interessar-se pela instrucção publica do municipio. §2º - Reclamar do poder competente todas as providencias a favor da mesma instrucção. §3º - Convocar aos pais de familia e aos tutores que não tenham matriculados seus filhos e tutelados, famulos e ingenuos de qualquer dos sexos nas escolas publicas ou subvencionadas do municipio, para assim o fazerem, ou a comparecerem no paço da camara, designando dia para isso. §4º - Fazer em presença dessas entidades prelecção sobre a absoluta necessidade da instrucção e sobre o erro que commettem os pais, tutores ou aquelles que sob sua guarda tem meninos ou meninas e não os fazem frequentar as referidas escolas. Art. 38 – A camara deve coordenar a cada um dos fiscaes do municipio que tirem todos os annos, na freguezia em que exercer o cargo, uma relação dos meninos de ambos os sexos, orphãos de pai e mãe e pobres, que não estiverem aprendendo a ler, com declaração de nome, idade, filiação e residência, para ser apresentada á camara. Art. 39 – Apresentada á camara a relação de que trata o artigo precedente, deverá ella, em termos habeis, empregar todos os meios para que esses meninos aprendam a ler, podendo dividil-os entre pessoas gradas que se prestem a têl-os comsigo e os fazer receber a instrucção primaria.(BRASIL, Lei nº 2840, de 09 de novembro de 1886)

Como se vê, a norma municipal reafirma a competência da câmara nos assuntos da instrução e seu poder de fiscalização em relação ao poder público e das famílias no cumprimento da obrigatoriedade da matrícula e frequência escolar. Também se observa uma preocupação específica em garantir a escolarização de meninos e meninas pobres e órfãos. A diferença entre o texto aprovado e o projeto inicial, no que se refere à instrução, consistiu na suspensão de punições aos pais que não enviassem seus filhos à escola e aos fiscais que não cumprissem com o dever de informar os dados acerca da escolarização em Iguaçu.

O que importa destacar, de modo geral, é a presença dos assuntos referentes à instrução nesse documento, visto que não era algo tão comum nesse tipo de norma, já que havia leis específicas para tratar da instrução nas províncias, responsáveis pela gestão da instrução primária, de acordo com o Ato Adicional de 1834. Assim como havia determinações imperiais para a gestão do ensino secundário e superior no Brasil. Desta feita, a exigência de matrícula nas escolas, expressa por essa legislação iguaçuana, coloca em cena algumas problemáticas, como a defesa da obrigatoriedade escolar, as demandas e ofertas de escolas entre as crianças, a atuação de docentes em número adequado para atender possíveis demandas por instrução, entre outras.

4.2 A ESCOLARIZAÇÃO NO CENÁRIO IGUAÇUANO

Em toda a Província do Rio de Janeiro e em diversas regiões do Brasil, a questão do espaço físico escolar estava posta como característica do cenário oitocentista:

> [...] a construção de espaços específicos para a escola era imprescindível para uma ação eficaz junto às crianças, indicando, assim, o êxito daqueles que defendiam a superioridade e a especificidade da educação escolar. (FARIA FILHO, 2016, p. 145).

Em Iguaçu, essa dinâmica foi processada de forma semelhante aos mecanismos efetuados por outros municípios fluminenses: aluguéis de casas para sediar escolas. Os aluguéis surgiram para suprir a falta de espaços próprios destinados ao ensino, pois "os [prédios] já existentes em vilas e povoados, em sua grande maioria, já estavam ocupados e não eram considerados próprios para o funcionamento de unidades escolares" (GUEDES; GONDRA, 2008, p. 3). Em relação à avaliação para considerar um espaço físico próprio ou impróprio ao ensino, havia uma série de elementos em jogo, como salubridade, iluminação, localização, circulação de ar, de

acordo com os principais preceitos médicos higienistas do período (GUEDES; GONDRA, 2008).

No relatório apresentado em 1880 pelo então diretor da instrução pública da Província do Rio de Janeiro, Josino Nascimento, há quadros com a relação das casas alugadas para escolas de instrução pública divididas por municípios, bem como ao público a que se destinam (sexo masculino ou feminino). Nestes, as escolas subdividiam-se pelas categorias: localidade, data de contrato, preço anual, tempo do aluguel em anos e proprietário do prédio. No que se refere a Iguaçu, esses quadros registram nove escolas de meninos e cinco escolas de meninas. A casa alugada há mais tempo se localizava em Merety e era destinada a sediar uma escola de meninos (01/01/1852); já o aluguel mais recente, naquela ocasião, era da escola de meninas de Queimados (29/10/1879). O preço dos aluguéis variou entre 240$000 (valor da casa alugada por mais tempo) e 480$000 (freguesia da Villa e de Sant'Anna das Palmeiras), por razões diversas, como tamanho do imóvel e localização, por exemplo.

No que se refere à composição da malha escolar em Iguaçu, considera-se a existência das iniciativas pública, privadas e de concessão de subvenções, outra característica comum às demais cidades fluminenses. As escolas públicas eram aquelas criadas e mantidas pelo Estado imperial, pelas províncias ou pelas câmaras municipais, regidas por professores e professoras públicos (concursados), provisórios (contratados temporariamente) ou adjuntos (estagiários em formação). As escolas subvencionadas eram estabelecimentos particulares que recebiam gratuitamente alunos e alunas pobres com financiamento dos cofres públicos. Os colégios particulares eram estabelecimentos comerciais regidos por professores e professoras, profissionais liberais, pagos com recursos advindos das mensalidades ou aulas avulsas (LIMEIRA, 2010).

A dificuldade em acessar as estatísticas que nos evidenciam a composição dessa malha escolar em sua diversidade está inserida numa problemática muito recorrente nos documentos oficiais brasileiros acerca da instrução: a irregularidade no repasse e registro dos dados, envolvendo professores, diretores, fiscais e estabelecimentos. Sobre isso, o relatório de 8 de agosto de 1881 trouxe críticas do diretor da instrução pública acerca do ensino particular, por exemplo, afirmando que este era "por ora muito limitado" e que

“Ordinariamente evitam dar noticia dos seus estabelecimentos e dos resultados obtidos; e disseminados pelo extenso territorio da Provincia escapam com facilidade á vigilância dos Inspectores” (DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1881, p. 7).

Inobstante tais limites a respeito da produção dessa matemática do ensino no século XIX, é possível articular alguns indícios e reunir dados, como o seguinte quadro elaborado com informações dos relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro em 1881:

Quadro 4.1 – Quantitativo de matrículas nas escolas subvencionadas e particulares de Iguaçu

ESCOLAS	**MATRÍCULAS**		
	Sexo masculino	**Sexo feminino**	**Total**
Subvencionada	40	20	60
Particular	30	----	30
Total	70	20	90

Fonte: Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, 1881

De acordo com os números supra, percebemos que as subvenções em Iguaçu atendiam 60 alunos e alunas pobres, sem acesso à escola pública, o que geralmente ocorria pela falta de vagas ou pela distância das escolas públicas em relação às respectivas residências dos estudantes, havendo, entretanto, maior presença masculina nesses estabelecimentos subvencionados. Em relação às matrículas no ensino particular, elas sugerem que não havia escola particular feminina, somente colégio para meninos, que atendia um total de 30 crianças no ensino primário. Porém, ao investigar outras fontes, vimos que a ausência indicada no relatório oficial poderia se justificar pela problemática do envio de dados por parte dos estabelecimentos e fiscais, porque no *Almanak Laemmert* havia o anúncio de um colégio particular para atendimento de meninas no ensino primário, dirigido pela professora Theresa Maria de Faria, localizado na freguesia de Jacotinga (1879, p. 161). Ou ainda porque esse colégio feminino não tinha recebido nenhuma aluna para matrícula no ano de 1881, data do relatório, ou porque encerrou seu funcionamento após o anúncio.

Especificamente em relação aos números de subvenções, pudemos levantar o seguinte quadro:

Quadro 4.2 – Número de subvenções de 1883 a 1887

ANO	ESCOLA DE MENINAS	ESCOLA DE MENINOS
1883	1	2
1884	1	1
1885	1	2
1886	3	4
1887	6	5

Fonte: Relatórios do diretor da instrução pública, 1883 a 1887

Ou seja, para ambos os sexos, houve variação na oferta de vagas financiadas em colégios particulares ao longo de quatro anos, mas, de modo geral, houve crescimento significativo, sobretudo para a oferta feminina, que possuía número de escolas públicas menores, como veremos adiante. Nos documentos oficiais, é possível identificar a distribuição das subvenções nas demais cidades fluminenses, e assim estabelecer uma análise comparativa. Em 1883, por exemplo, as cidades que possuíam números mais significativos eram: Araruama (8), Paraty (3), Cabo Frio (6), Mangaratiba (4), Barra Mansa (6), Campos (4) e Niterói (4). Considerando que Iguaçu possuía três escolas subvencionadas no período, podemos notar que não diferia tanto quanto ao número de subvenções concedidas. No relatório do diretor da instrução pública, de 8 de agosto de 1888, há a informação de que foi fechada uma escola subvencionada em Iguaçu, mas foram subvencionadas quatro escolas, sem mencionar os sexos que essas instituições atenderiam.

Na Província do Rio de Janeiro, em 1881, existiam 93 escolas particulares subvencionadas de ambos os sexos (sendo 64 escolas para o sexo masculino, com 1.983 alunos matriculados; e 19 escolas para o sexo feminino, com 597 alunas matriculadas). E, entre 1883 e 1889, houve aumento significativo no número de subvenções espalhadas pela província fluminense, que passou de 114 para 246. Sobre esses dados, importa destacar também a evidência da associação histórica da força pública e privada no funcionamento da máquina da escolarização numa perspectiva regional, mas também nacional (LIMEIRA, 2010).

De maneira geral, no decênio aqui analisado (1879-1889), houve um aumento no número de escolas e matrículas na modalidade do ensino primário em Iguaçu (públicas, particulares e subvencionadas). O quadro relativo ao número de escolas públicas, que se somam aos supracitados, corrobora nossas constatações:

Quadro 4.3 – Quantitativo de escolas públicas em Iguaçu

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS PÚBLICAS
1879	14 (todas em funcionamento)
1881	19 (15 em funcionamento)[48]
1882	15 (todas em funcionamento)
1884	15 (todas em funcionamento)
1885	16 (todas em funcionamento)
1886	16 (todas em funcionamento)
1889	16 (todas em funcionamento)

Fonte: Relatórios do diretor da instrução pública disponíveis entre os anos de 1879 a 1889.

Os números precisam ser contextualizados, pois havia uma diferença entre escolas criadas (não providas de professor, espaço, materiais) e escolas em funcionamento. Efetivamente, foram criadas apenas duas escolas públicas no intervalo de dez anos, permanecendo três sem professores e, portanto, sem receber alunos e alunas. Aqui se observa uma clara intenção política de ampliação do processo de escolarização, que, entretanto, esbarrava na burocracia, nas questões financeiras ou na falta de prioridade do governo.

No que se refere à distribuição dessas escolas públicas pelo território iguaçuano, podemos apontar o seguinte cenário em 1879:

Quadro 4.4 – Distribuição das escolas públicas pelas freguesias e demanda de escolarização por escola

Freguesia	Habitantes	Escolarizados	Escolarizáveis	Escolas	Demanda p/escola
N. S. da Piedade de Iguassú	3.099	112	299	3	137
N. S. da Conceição de Marapicú	3.622	56	392	4	112

Freguesia	Habitantes	Escolarizados	Escolarizáveis	Escolas	Demanda p/escola
Sto Antonio de Jacutinga	4.458	127	792	3	306
S. João Baptista de Merety	1.748	70	541	3	203
Sant'Anna das Palmeiras	1.154	42	248	1	290
Total	**14.081**	**407**	**2.272**	**14**	**1.048**

Fonte: Relatório do diretor da instrução pública, 1879

Com este quadro, podemos estabelecer uma análise comparativa em relação às freguesias de Iguaçu, observando suas respectivas densidades populacionais, demandas por escola, demandas atendidas (escolarizados), demandas não atendidas (crianças em idade escolar, não matriculadas, escolarizáveis, portanto) e o número de escolas em funcionamento na região (14, no total). Em Jacutinga, a mais populosa, havia registros do maior déficit de atendimento (quase 800 crianças fora da escola) e, ao mesmo tempo, a maior taxa de matrículas no ensino primário. Enquanto isso, a mesma lógica se aplica a Palmeiras, que tem a menor densidade populacional, a menor taxa de matrículas, o menor número de escolas e a menor taxa de demanda escolar não atendida.

Se houvesse distribuição igual em relação ao número de escolas e a população em idade escolar, o número seria de 75 alunos por escola. Mas o que se observa é uma desigual relação de aluno (criança em idade escolar) por escola, que não se relaciona somente com densidade populacional. Palmeiras, que era a menor freguesia (população), tinha a segunda mais alta taxa de relação aluno/escola. Havia apenas uma escola na localidade, que deveria atender um total de 290 crianças em idade escolar, ficando atrás somente de Jacutinga (com 306 crianças por escola). Marapicú, que não registrava a maior demanda (eram 112 por escola), tinha o maior número de instituições em funcionamento e também a menor taxa de matrícula (havia apenas 56 alunos e alunas para suas quatro escolas). Nos discursos oficiais, havia uma clara propaganda à verdade dos números como uma matemática da eficiência administrativa, sendo preciso contabilizar para saber tornar eficiente a gestão do sistema público, privado e subvencionado do ensino na região fluminense e no Império oitocentista. No entanto, como é crível supor, a contabilidade dos

números poderia resultar em ineficiência ou esbarrar em questões políticas e disputas locais.

Outra ressalva precisa ser observada nessa contabilidade da História da Educação: trata-se da distinção entre número de escolas, taxas de matrículas e dados sobre frequência escolar. A equação entre esses elementos pode nos indicar aspectos como oferta, demanda e evasão. No quadro a seguir, por exemplo, são indicadas as taxas de matrículas em comparação com as taxas de frequência escolar do ensino primário em Iguaçu na década de 1881:

Quadro 4.5 – Taxas de matrícula e frequência

	Escolas públicas		
	Para o sexo masculino	**Para o sexo feminino**	**Total**
Matrículas	353	170	523
Frequência	270	125	395
Diferença	83	45	128

Fonte: Relatório do diretor da instrução pública, 1881

Como se vê, havia uma realidade de matrículas para ambos os sexos não condizentes com a frequência escolar, mais de 120 alunos e alunas estavam matriculados sem frequentar a escola regularmente. Essa foi, inclusive, uma justificativa utilizada pelas autoridades públicas para o fechamento de algumas escolas. De acordo com a Deliberação de 1º de agosto de 1876, seriam suspensas as escolas que tivessem frequência inferior a 30 alunos, determinando, por meio desse dispositivo, números considerados adequados ou aceitáveis de evasão escolar. Com base num quadro de 1884 do diretor da instrução pública, observou-se que Iguaçu possuía escolas com frequência entre 20 e 60 alunos (ou mais) e nenhuma escola com menos de 20. Ao reportar esses dados, relativos às demais cidades fluminenses, o diretor justificava seu pedido em reconsiderar o número limite de 30 para fechamento de escolas, como constava na deliberação. De qualquer forma, em Iguaçu, houve registros da suspensão de aulas na escola para o sexo masculino no Riachão, e, na mesma localidade, a escola feminina recém criada foi transformada em mista, conforme exposto na edição 84 do *Jornal do Commercio*, datada de 25 de março de 1889.

O diretor avaliou as dificuldades para que os alunos frequentassem a escola, destacando razões como a incompreensão das famílias em relação aos benefícios advindos da instrução, o que fazia com que retirassem as crianças da escola tão logo fossem necessárias nas atividades domésticas: "muitos outros não mandam os filhos á escola por falta de roupa". Também foram elencados como fatores para a baixa frequência a distância considerável entre as residências e as escolas, "os máos caminhos", e em relação ao sexo feminino, "a falta de quem guarde as meninas no trajecto de estradas desertas" (PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1886, p. 6).

Algumas experiências empreendidas naquele período podem ser interpretadas como alternativas diante de tais limites postos à ampliação do processo de escolarização. Uma delas foi flexibilizar a frequência masculina em escolas para meninas, para talvez corrigir aspectos específicos das demandas locais. Em toda a Província do Rio de Janeiro, no ano de 1883, havia 393 meninos nessas condições, até mesmo na capital, Niterói, com 180; e, em Iguaçu, 13 meninos (PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1884, p. 12)[49].

Indícios mostram também outras possíveis tentativas de sanar determinados problemas, como os que se relacionavam às distâncias. Talvez para atender aos discentes que residiam longe das escolas, foi proposta a criação de uma escola pública com atendimento na modalidade internato, o que só era comum, naquela época, para a escola pública secundária (Colégio Pedro II) ou para colégios privados primários e secundários (LIMEIRA, 2010). No relatório do diretor da Instrução Pública de 1879, foi publicado um quadro contendo as escolas públicas de ensino primário que funcionavam em regime de internato. Desse quadro, destacamos os internatos públicos de Estrela e Iguaçu. O de Estrela estava localizado na Raiz da Serra, regido pela professora Maria da Gloria L. de Almeida, com quatro anos de funcionamento (criação em 1875) e seis alunas internas. Já Iguaçu contava com um internato na Jacutinga, com regência do professor Oliverio Pereira Monteiro, com um ano de funcionamento e quatro alunos internos (DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1879, p. 22).

Da mesma forma, como nas demais províncias fluminenses e em todo o território nacional, foram empreendidas iniciativas de aulas noturnas a fim de atender alunos e alunas trabalhadores para escolarização primária. O relatório

do diretor da instrução pública de 1888 informou que "abriram-se as escolas nocturnas das villas de Iguassú e da Barra de S. João" (DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1888, p. 4), que, além de atuarem na redução da "massa de analphabetos", atuariam "afim de facilitar aos libertos os meios indispensáveis para sua completa regeneração" (Idem, p. 5). Neste caso, é preciso considerar que tais discursos naturalizam a relação histórica, não natural, construída e legitimada ao longo dos séculos, entre alfabetização, aquisição das habilidades de leitura e escrita, e escola. Assim, a escola noturna deveria servir como alternativa para sanar problemas advindos das ações de escolarização que não conseguiam atender toda a população no horário diurno. Excluídos da escola primária regular, neste caso, estavam trabalhadores, trabalhadoras, ex-escravizados (libertos), homens, mulheres, crianças negras e negros, pobres. A incompetência do Estado em gerir de forma eficiente o atendimento do ensino primário para todos e todas, direito constitucional, tornava essa gente uma "massa de analphabetos" que precisava ser regenerada, salva da incivilização que a acometia, por meio da escola.

4.3 A DOCÊNCIA NA IGUAÇU OITOCENTISTA

> São os professores os melhores propagandistas da instrucção primaria, e tomando esse encargo não fazem mais do que cumprir o dever a que se obrigaram pelo facto da nomeação. (PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1881, p. 26-27).

O registro supracitado é do diretor-geral da Instrução, e nele se observa determinada representação da docência numa perspectiva oficial: publicidade, espelho da eficiência/ineficiência do ensino. Na observação, não coube ao diretor relatar a responsabilidade do Estado na garantia das condições de trabalho, remuneração, formação, atuação. Fato é que, em Iguaçu, como nas demais regiões da província fluminense e no Brasil, professores construíram parte importante da História da Educação.

Articulando fontes, levantamos uma relação com 59 professores que atuaram especificamente em Iguaçu, entre 1879 e 1889:

Quadro 4.6 – Docentes atuantes em Iguaçu entre 1879 e 1889

DOCENTES	ESTATUTO
Amalia do Couto Braga	Público
Antonio de Sant'Anna Goulart	Substituto

DOCENTES	ESTATUTO
Antonio José Maldonado	Público
Antonio José Ribeiro Paraguassú	Público
Antonio Severino Barbosa da Silva	Subvencionado
Augusta Candida Xavier de Araujo	Público
Augusto da Costa Almeida Barreto	Substituto
Augusto Ferreira da Silva	Público
Augusto Monteiro Pariz	Particular
Belisario de America Pinheiro de Andrade	Professor de música
Bernardo Gonçalves da Costa	Provisório
Candido da Costa Moura	Público
Capitão Augusto da Costa Barreto	Público
D. Amalia da Cunha Barbosa	Subvencionado
D. Benedicta Perpetua de Oliveira	Substituto
D. Claudina Custodia Ribeiro	Público
D. Engracia Flavia de Macedo Oliveira	Público
D. Filisbina Rosa de Azambuja Barreto	Substituto
D. Henriqueta Gonçalves da Silva	Substituto
D. Josephina Pinto dos Reis	Público
D. Luithegarda Saraiva de Moura[50]	Público
D. Maria Isabel Alves Barrão[51]	Público
D. Maria Leopoldina de Oliveira Barros[52]	Público
D. Maria Leopoldo Thompson	Público
D. Maria Rosa Monteiro Paris[53]	Público
D. Paula Norbertina Trachet	Público

DOCENTES	ESTATUTO
D. Theresa Maria de Faria	Particular
Emiliano Fagundes Varella Junior	Público
Ernesto Borges Monteiro	Substituto
Estevão dos Santos Fasciotti	Público
Eugenia Carolina de Souza	Provisório
Eugenia Carolina Ribeiro[54]	Provisório
Fernando Mendes da Costa	Público
Francisco de Salles Cordeiro Lobato de Araujo Lima	Público
Garcia Mascarenhas dos Santos Silva	Provisório
Georgeta de Paula Domingues	Subvencionado
Ignacio Augusto de Almeida Fortuna	Público
Januario da Costa Côrtes	Subvencionado
João Antonio de Barros	Público
João Baptista da Silva Borges	Público
João Evangelista Pereira Neves	Público
João Targine das Chagas	Professor de música
Jonathas de Macedo Domingues	Público
José Constantino da Silva Souza Junior	Público
José Corrêa Lobo de Alacão	Subvencionado
José Targine das Chagas	Professor de música
Leopoldo Pereira Monteiro	Substituto
Lucio José da Silva	Público
Luiz José da Cunha Bastos	Público
Manoel Lobo de Alarcão Netto	Particular

DOCENTES	ESTATUTO
Maria Gertrudes Vieira Leal	Público
Maria Tavares da Silva Netto	Público
Moysés Ferreira da Costa Franco	Público
Narico Jarbas Xavier	Público
Oliverio Pereira Monteiro	Público
Pedro José Paulo de Magalhães	Público
Prospero José Leite Pereira Filho	Substituto
Tenente Manoel Antonio da Costa Barreto	Público

Fonte: elaborado pelas autoras, de acordo com edições dos relatórios do diretor da instrução pública, do *Jornal do Commercio* e do *Almanak Laemmert* entre os anos de 1879 e 1889

Neste múltiplo quadro, temos 32 professores e professoras públicos (concursados), entre eles dois militares, um capitão e um tenente, a maioria homens, sendo apenas 13 mulheres. Havia sete substitutos e três provisórios, professores não concursados que atendiam em escolas públicas temporariamente, em razão de licenças ou remoções (embora se tenha registro de uma professora com quatro anos de exercício "provisório" em Iguaçu, Eugenia Carolina). Existiram seis professores particulares, sendo três deles de ensino avulso (aulas de música) e apenas três do ensino primário (havendo uma única mulher), e cinco professores subvencionados pelos cofres públicos (duas mulheres).

Sobre a atuação docente, Borges e Dias (2021) salientam a rotatividade acentuada dos professores, que não permaneciam por longos períodos na escola para a qual tinham sido nomeados, e trazem o termo "tropeiros da instrução", criado por Jara (2017) segundo a percepção de um comportamento semelhante entre os professores e os tropeiros, na medida em que, com base nas trajetórias docentes, o projeto de instrução primária era veiculado em diversos locais. Entretanto, isso não deve nos fazer supor que havia apenas um interesse na remoção de Iguaçu para outros locais, pois alguns professores permaneceram em Iguaçu por longos anos; e, outros, lotados no interior da província, solicitavam remoções para Iguaçu — talvez considerando que o

território não representasse um afastamento deveras considerável da corte[55] e que isso pudesse facilitar uma possível remoção para capital, visto que a "distância em relação ao seu lugar de origem, o difícil acesso e a insalubridade de muitas regiões geravam insatisfação nos professores" (BORGES; DIAS, 2021, p. 100).

Nessa conjuntura, passou a vigorar em toda a província fluminense a exigência de formação profissional docente pelas escolas normais como requisito para nomeação pública para as escolas primárias, uma tentativa de superar a tradicional experiência de formação pela prática (Deliberação de 1º de agosto de 1876, Capítulo II, Da instrução pública e particular)[56]. O fato é que tal regulamentação trouxe para Iguaçu, e inúmeros outros municípios fluminenses, alguns egressos dessa instituição, como Augusto Ferreira da Silva, Claudina Custódia Ribeiro Baptista, Josephina Pinto dos Reis e Isabel Alves Barrão.

Augusto Ferreira da Silva se matriculou na escola normal em 1874; e em 1877 foi nomeado como efetivo em Iguaçu (BORGES; DIAS, p. 100). Augusto permaneceu lá por 11 anos quando, em 1889, foi removido para Saquarema (JORNAL DO COMMERCIO, 1889, p. 1). **Isabel Alves Barrão**, que recebeu pensão de Dr. Bernardino Alves Machado até 1887, talvez por ser sua filha ou afilhada, teve seus estudos financiados por ele quando foi pensionista da escola normal (JORNAL DO COMMERCIO, 1887). Em abril de 1881, já atuava como professora da escola em Rio do Ouro, em Iguaçu, quando tivemos registros de pedidos de licença médica (JORNAL DO COMMERCIO, 1881). **Josephina Pinto dos Reis** aparece em fontes como uma das alunas signatárias de um tributo de gratidão direcionado ao professor da escola normal Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho "pelo cuidadoso e estudado methodo com que nos guiou nas explicações que de S. S. recebemos afim de regermos cadeiras publicas nesta provincia, e no qual fomos todos approvados" (A PATRIA, 1872). Ela atuava como professora pública desde 1875, e entre 1876 e 1883, por oito anos, lecionou em Iguaçu e, posteriormente, em Villa Capivary, até 1891, ano de seu falecimento, segundo informações presentes no *Jornal do Commercio*, de 15/06/1883 (p. 1) e na edição 12 do *Jornal Diario do Rio de Janeiro*, de 1875. Sobre **Augusta Candida Xavier de Araujo**, o único registro que obtivemos é de que Augusta era oriunda de Barra Mansa.

Dentre os distintos sujeitos que compuseram esse amplo quadro de docentes iguassuanos, destacamos também aqueles que acumularam maior tempo de exercício na região; conforme demonstrado por Borges e Dias (2021), trata-se de **Maria Rosa Monteiro Paris** e de **Estevão dos Santos Fasciotti**.

A professora Maria Rosa ficou lotada por 16 anos em Iguaçu até o seu falecimento (1876 a 1892), transitando entre Império e República e protagonizando um cenário de reformas educativas no período. Seu filho, Augusto Monteiro Paris, também atuou como professor particular, proprietário do colégio que levava seu sobrenome, conforme consta em anúncios publicitários da época (ALMANAK LAEMMERT, 1885). Em 1882, há registros de que ele havia solicitado a sua nomeação como professor público, pedido que foi negado. Nas fontes, o nome do professor Augusto Paris também figurou no quadro da polícia como tenente e suplente, revelando que as atividades desenvolvidas na docência e na área de segurança pública eram exercidas simultaneamente[57]. **Estevão dos Santos Fasciotti** emergiu das fontes como um dos professores com o maior quantitativo de matrículas e frequência de alunos nos anos de 1886 e 1887 em Iguaçu. Ao mesmo tempo, outros registros indicam suas reivindicações de pagamentos, gratificações e até mesmo a solicitação de baixa do filho, Oscar Fasciotti, soldado do corpo policial, segundo informações coletadas no *Jornal do Commercio*, entre os anos de 1883 e 1889.

Quanto aos professores subvencionados, poucas ocorrências foram localizadas[58]. Nas fontes, há registros sobre **Amalia da Cunha Barbosa** (subvenção deferida para a escola particular dela, localizada no Brejo, freguesia de Jacotinga, em 1880); concessão de subvenção ao professor **José Corrêa Lobo de Alacão**, da freguesia de Sant'Anna das Palmeiras (em 1886); e pedido deferido de transferência da escola particular subvencionada da professora **Georgeta de Paula Domingues**, de Imbury, em Magé, para Sant'Anna das Palmeiras, em Iguaçu (em 1887)[59]. **José Constantino da Silva Souza Junior** e **Moysés Ferreira da Costa Franco** foram, respectivamente, os primeiros regentes da escola noturna, criada na Vila de Iguaçu em 1888. Permanecendo por apenas um ano, José Junior foi removido para a escola de Belém, em Vassouras[60].

Dessa forma, foi possível traçar algumas breves considerações sobre esse conjunto amplo e diversificado de sujeitos, homens e mulheres, atuantes na docência primária de Iguaçu, que dedicaram toda uma vida ao ensino ou, muitas vezes, exerceram funções múltiplas, tendo a docência como atividade profissional secundária, complementar ou alternativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos dados levantados, percebemos que o cenário iguaçuano não diferia do quadro geral das demais cidades na província fluminense: escolas criadas em decorrência de uma análise prévia sobre densidade demográfica, uma malha de ensino constituída entre pública, privada e subvencionada, frequência irregular do ensino com escolas fechadas por conta da pouca demanda, atuação de docentes com permanência irregular em decorrência de licenças, remoções, aposentadorias, transferências etc., dificuldades em relação à organização do espaço escolar (mobília, livros, compêndios), uso de espaços alternativos ao ensino, com casas alugadas para tal fim, entre outros aspectos. Na região, como em muitas outras, e semelhantemente à realidade das freguesias rurais da capital brasileira, não havia oferta de ensino secundário, nem público nem particular, o que fez com que muitos de seus moradores que chegaram a cursar esse nível de ensino ou mesmo o superior precisassem migrar para outros municípios para complementação dos seus estudos (GONDRA; LIMEIRA, 2021)[61]. Geograficamente, Iguaçu não constituía território da urbanidade central da província, como a corte ou Niterói, mas socialmente suas experiências educativas se assemelhavam em relação a esses aspectos gerais do processo de escolarização.

De outro modo, também devemos considerar determinadas especificidades daquela História da Educação, dadas a ver nesse provisório e incompleto jogo de redução da escala de observação. Os registros da oferta de ensino primário público no regime de internato, por exemplo, não haviam sido levantados anteriormente nos estudos já realizados, o que fez com que Iguaçu (e Estrela) se destacassem por suas experiências relatadas em documentos oficiais. Da mesma maneira, há indícios de que, nos demais Códigos de Posturas fluminenses, não havia o tratamento das questões da escolarização, o que poderia indicar o pioneirismo de Iguaçu em garantir um capítulo próprio ao tema naquele período. Há ainda os indícios acerca das experiências de

educação difusa, não escolar, configurada pela oferta de ensino de música por três professores particulares, como vimos, o que pode evidenciar demanda e interesse em tal prática. No entanto, o estudo não intentou apenas levantar similitudes ou distinções, e não intencionou tornar a Iguaçu oitocentista uma referência de comparação, mas destacar alguns aspectos da sua experiência de escolarização, atentando para alguns indícios acerca de seus sujeitos, suas instituições e suas regulamentações, pondo em relevo, assim, a complexidade da História da Educação brasileira. Da história de todos nós.

REFERÊNCIAS

BORGES, Angélica; DIAS, Amália. Capilarização da escola pública na Baixada Fluminense: reflexões em torno de Iguaçu (1870-1933). *In*: SILVA, Alexandra Lima da; LIMEIRA, Aline de Morais; LEONARDI, Paula (org.). *Um mar de escolas*: mergulhos na história da educação (1850-1980). Curitiba: Appris, 2021.

CABRAL, Vivian da Silva. *Maria Rosa Paris e Augusto Monteiro Paris*: experiências de magistério em Iguaçu (1875-1935). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras*: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GONDRA, José Gonçalves. Telescópio, microscópio, incertezas: Jacques Revel na história e na história da educação. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. v. 2.

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. *Cenários do processo de escolarização no Recôncavo da Guanabara*: a história de Iguassú (1833-1858). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUEDES, Jordania R. Q.; GONDRA, José G. *Nas margens da Corte Imperial*: análise do processo de disseminação de escolas na Villa de Iguassú (1838-1856). Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação em Aracajú, Sergipe, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana*: o educador esquecido. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1988. (Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: monografia premiada 1987).

IMPERIO DO BRASIL, Lei nº 2840, de 09 de Novembro de 1886. Aprova o código de posturas da Villa de Iguassú. Secretaria do Governo, 13 de Novembro de 1886.

JARA, Isabela Bolorini. *O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu*: funcionarização, agências e experiências (1895-1925). Dissertação (Mestrado em Educação) –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LIMEIRA, Aline de Morais. *O comércio da instrução no século XIX*: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas. Dissertação (Mestrado em Educação) –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIMEIRA, Aline de Morais; GONDRA, José Gonçalves. Nas escolas da capital brasileira: matrículas das áreas urbanas e rurais (1870, RJ). *In*: SILVA, Alexandra Lima da; LIMEIRA, Aline de Morais; LEONARDI, Paula (org.). *Um mar de escolas*: mergulhos na história da educação (1850-1980). Curitiba: Appris, 2021.

MAIA, Doralice Sátyro. Normativas urbanas no Brasil imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822 – 1850). *Geo Uerj*, Rio de Janeiro, ano 16, v. 2, n. 25, p. 458-476, 2 sem. 2014. Disponível em: https://www.ufpb.br/ppgg/contents/producao-docente/doralice-satyro-maia/14407-48919-2-pb.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

MIRANDA, Ana Carolina de Farias. *"A marcha progressiva do ensino"*: processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879-1889). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, Jailton Alves de. *Vadias, homicidas, ladras, embriagadas, prostitutas, adúlteras, defloradas, desordeiras, obscenas, alienadas*: mulheres na Casa de Detenção da corte imperial (1860-1889). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. *Tecendo letras e mulheres prendadas*: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839 – 1889). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

PINHEIRO, Adriana Cristina. Urbanização e normatização: o Código de Posturas do município e a educação do povo no início da República. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004. *Anais* [...]. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/008.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, [*S. l.*], v. 15 n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

SÁ, Tânia Regina Braga Torreão. Códigos de Posturas municipais como instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais: estudo de caso do centro histórico de Salvador. *Percurso*: Sociedade, Natureza e Cultura, [*S. l.*], n. 11, p. 273-289, 2010. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/309/274. Acesso em: 15 fev. 2023.

SANTANA, Ana Carolina. Códigos de Posturas municipais: reflexo de um discurso e de suas problemáticas. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 27., 2013, Natal. *Anais* [...]. p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372110701_ARQUIVO_ANPUH_Artigo-CodigosdePosturas__AnaCarolinadaSilvaSantana.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

SANTOS, Beatriz Souza dos. *Entre tropeiros, quilombos e fazendas*: processos de escolarização e educação dos negros na Vila de Estrela na Província do Rio de Janeiro (1846 – 1889). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

SANTOS, Vinicius. *"O olho e a mão da autoridade"*: a Inspeção da Instrução na província do Rio de Janeiro (1850-1889). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, Petrópolis, 2016.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9. *Anais* [...]. p. 1-13. Disponível em: https://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

SILVA, José Cláudio Sooma. *Teatros da modernidade*: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do

Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense*: leitura de um território pela História. *Recôncavo*: Revista de História da Uniabeu, v. 3, n. 5, p. 47-63, jul./dez. 2013. Disponível em: https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/1280/pdf_14. Acesso em: 15 fev. 2023.

SOUSA, Mariana Ramalho de. *Processos de escolarização na freguesia de São João Batista de Meriti na província do Rio de Janeiro (1833 – 1889)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

UEKANE, Marina. *"Instrutores da milícia cidadã"*: a escola normal da corte e a profissionalização de professores primários (1854-1889). Dissertação (Mestrado) –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

VICENTE, Marcos Felipe. O Código de Posturas como instrumento de controle social: reflexões sobre o Código da Vila de Guarany (1898). *In*: SEMANA DE HISTÓRIA DA FECLESC, 12., 15 a 18 de fevereiro de 2016, Quixadá/CE. *Anais* [...]. p. 1-17. Disponível em: http://uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/245-1545-05072016-174241.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de Posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

---

[39] Acerca dos poucos estudos existentes, conferir, entre outros: Guedes (2012); Silva (2013); Dias (2014); Jara (2017); Cabral (2017); Santos (2020); Pereira (2020); Sousa (2021).

[40] A província do Rio de Janeiro, região fluminense, dividia-se ao fim do Império em 25 comarcas, 37 municípios e a corte imperial (capital do Brasil). Os municípios eram: Nictheroy (capital fluminense desde 1834), Angra dos Reis, Araruama, Barra Mansa, Barra de São João, Cabo Frio, Campos, Cantagalo, Capivary, Carmo, Estrella, Iguassú, Itaborahy, Itaguahy, Itaperuna, Macahé, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nova Friburgo, Parahyba do Sul, Paraty, Petrópolis, Pirahy, Rezende, Rio Bonito, Rio Claro, Sant'Anna de Macacú, Santa Maria Magdalena, Santo Antônio de Pádua, São Fidelis, São João da Barra, São João do Príncipe, Sapucaia, Saquarema, Valença e Vassouras. Em termos de administração pública, havia os presidentes de cada uma das 20 províncias brasileiras.

[41] A faixa etária entre 6 e 15 anos está de acordo com o que foi estabelecido no censo de 1872, de onde extraímos os dados para compor esse quadro comparativo em relação à capital, porém não encontramos, na legislação reguladora da instrução na província do Rio de Janeiro, nenhum indício do estabelecimento de uma idade escolar obrigatória.

[42] Deliberação de 1º de agosto de 1876. Capítulo I, "Administração Pública provincial"; Capítulo II, "Da instrução pública e particular"; Capítulo III, "Da fazenda provincial"; Capítulo IV, "Das obras públicas"; Capítulo V, "Das substituições"; Capítulo VI, "Das gratificações extraordinárias"; Capítulo VII, "Da nomeação e acesso dos empregados"; Capítulo VIII, "Das licenças"; Capítulo IX, "Das aposentadorias e jubilações"; Capítulo X, "Das penas"; Capítulo XI, "Disposições geraes". Como se observa, apenas o Capítulo II se referia aos assuntos da instrução, possuindo 65 artigos.

[43] Província do Rio de Janeiro. Regulamento da Instrução Pública de 16 de dezembro de 1876. *In*: COLEÇÃO de leis, decretos, atos e decisões do governo da província do Rio de Janeiro de 1876. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1877. p. 277-339. O referido regulamento não está disponível para pesquisa na internet e não foi publicado integralmente nos relatórios oficiais (Presidente da Província ou Ministro dos Negócios do Império), ele consta disponível fisicamente no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). Sobre esse regulamento e o aparato de fiscalização normatizado por ele, conferir Santos (2016).

[44] Nos estudos acerca do tema, há uma multiplicidade de enfoques para operar com as posturas municipais como discussões sobre a cultura urbana e dos movimentos sociais; do tratamento cidade/constituição do urbano; os códigos de postura enquanto instrumento de controle social e de proliferação de doenças. As posturas municipais também foram citadas nos trabalhos de Silva (2009) e Oliveira (2018). Souza (2014) trata dos códigos de postura de Iguaçu e Estrela enquanto instrumentos de manutenção da ordem presentes no recôncavo guanabarino. Pinheiro (2004), com seu estudo "Urbanização e normatização: o Código de Posturas do município e a educação do povo no início da República", analisa o Código de Posturas da Vila de Rio Preto, em São Paulo, enquanto uma produção de espaço de cunho pedagógico, "já que dentre outros intuitos, visa ensinar o homem a se comportar nessa nova sociedade que vem se constituindo" (PINHEIRO, 2004, p. 3).

[45] Edição 296 do *Jornal do Commercio* de 23 de outubro de 1884: esse capítulo englobava três artigos (46, 47 e 48) que norteavam os deveres da câmara municipal, dos fiscais do município e daqueles que seriam responsáveis pela matrícula das crianças em idade escolar. Os procedimentos que buscavam empreender envolviam a tentativa de controlar a matrícula e frequência escolar das crianças, fazendo-se cobrar e cumprir a execução da obrigatoriedade escolar da província do Rio de Janeiro (deliberação de 1 de agosto de 1876 e regulamento de 12 de dezembro de 1876). A instrução é retomada no Capítulo XV, dedicado à "Offensas á moral, á religião e aos bons costumes". Neste, estabelecia-se multa de 30$000 para quem desobedecesse a qualquer parágrafo do Art. 74. Em nosso trabalho, interessa-nos sobremaneira os parágrafos 4º, 5º e 6º desse Art. 74, pois estes estabeleciam punição para aqueles que se negassem a dar educação moral e intelectual aos filhos e pupilos, que convencessem os pupilos dos outros a "tê-los comsigo privados da educação" ou tivesse crianças pobres, que não fossem da família, nem tutelados por esta, e negassem dar-lhes educação.

[46] Na edição 309 do *Jornal do Commercio* de 6 de novembro de 1885, foi exposta a urgência para que as posturas municipais fossem aprovadas. Em 1886, publicou-se o Projeto n.º 3.881, substitutivo do de n.º 3.594 (proposta de 1884), que voltou às Comissões das Câmaras Municipais e da Justiça por deliberação da Assembleia Legislativa Provincial de 6 de outubro de 1885. A terceira discussão do Projeto 3.881 ocorreu na sessão da Assembleia Legislativa Provincial de 1 de novembro de 1886.

[47] No Capítulo I, retirou-se o termo "do municipio" e manteve-se "Das ruas e praças da villa e povoações". Suprimiram-se os capítulos III, XII e XIII da proposta inicial. O "Capítulo XV – Offensas á moral, á religião e aos bons costumes" transformou-se no Capítulo XII, e suprimiu-se "á religião". Outra mudança verificada diz respeito às "Disposições geraes", que na proposta foi o título do Capítulo XVIII e possuía 21 artigos, que foram reduzidos a 16.

[48] Mesmo quantitativo do município vizinho, Estrela, enquanto Magé possuía 21 escolas. Em todas as localidades, havia, entretanto, as distinções entre escolas criadas e escolas em funcionamento.

[49] Em termos legais, tais experiências eram aceitas: a primeira referência mais objetiva apareceu no Art. 60, do regulamento de 24 de dezembro de 1859 da província do Rio de Janeiro, no qual se afirmava que, nas escolas de meninas, poderiam "ser admitidos meninos até a idade de 7 anos, e frequentá-la até a de 8 por mútuo acordo dos pais e das professoras". O texto foi mantido no Art. 64 do regulamento de 30 de abril de 1862. O regulamento de 16 de dezembro de 1876, Art. 37, estabeleceu o seguinte: nas freguesias em que as duas escolas não tenham a frequência legal, ou uma tenha e outra não, poderá o presidente da província dar a uma delas o caráter de escola mista, em que matriculem alunos de um e outro sexo (p. 288-289).

[50] A grafia no *Jornal do Commercio* é D. Luitgarda Saraiva de Moura.

[51] No *Jornal do Commercio*, há uma professora pública chamada D. Izabel Alves Barrão, contudo não foi possível, por meio das fontes acionadas, certificarmo-nos de que se trata da mesma pessoa.

[52] A edição de 1885 nomeia como "Maria Leopoldina de Oliveira Ramos". Acreditamos também se tratar de um erro de digitação, considerando as edições anteriores do próprio *Almanak Laemmert* e a disposição de Maria Leopoldina de Oliveira Barros como professora pública na freguesia de S. João Baptista de Merity desde a edição de 1879.

[53] Na edição de 1885, aparece como "Maria Rita Monteiro Pariz", o que nos parece um erro de digitação, pois, em outras fontes, bem como na bibliografia consultada, encontramos a mesma grafia das edições anteriores do *Almanak Laemmert*: "D. Maria Rosa Monteiro Paris".

[54] Considerando que as fontes apontam que a professora Eugenia Carolina Ribeiro atuava como provisória na escola de meninas em Marapicú, nos anos de 1886 e 1887, e que Eugenia Carolina de Souza atuou como provisória na escola de meninas em Marapicú, nos anos de 1888 e 1889, podemos supor que se trata da mesma pessoa com sobrenome modificado após contrair matrimônio.

[55] A freguesia mais próxima do Município Neutro era São João Baptista do Merity.

[56] Acerca disso, estudiosos do tema refletem sobre a formação do professor primário, analisando a maneira como este deveria ser preparado, por meio de quais saberes, normas e regras que puseram em funcionamento a escola normal da capital brasileira e, conformaram este profissional de acordo com as necessidades daquele momento. Marina Uekane observa que o tema do preparo dos professores se constituiu em uma constante e que pode ser evidenciada em um duplo registro que se encontra fortemente articulado: o programa da formação prévia distinto da aprendizagem profissional pela prática, via figura dos adjuntos e o ritmo de afirmação do modelo escolarizado de formação de professores, via escolas normais. Nesse sentido, a preocupação com a formação dos professores para as escolas elementares estava articulada a um projeto de construção da nação e busca de progresso e prosperidade para o Império brasileiro. Assim, o professor deveria estar preparado à altura da sua missão, já que era o responsável por disseminar as "luzes" da instrução para o povo (UEKANE, 2008).

[57] Sobre isso, Cabral (2017, p. 45) acrescenta: "enquanto as informações sobre Maria Rosa Monteiro Paris sempre se referiram à sua condição de professora, as notícias sobre seu filho, Augusto Monteiro Paris, demonstram uma trajetória profissional dividida entre o magistério e a carreira como quadro da polícia de Maxambomba, agente dos correios, tenente, capitão e major, e, concomitantemente, professor particular diretor do Collegio Paris, sendo, esta última condição, a que parece ter sido se afirmar ao longo do tempo e pela qual ficou sua memória lembrada".

[58] Quanto à suspensão e concessão de subvenções, embora houvesse uma normatização e critérios tanto para a concessão quanto para a suspensão, as fontes não nos permitiram ter um acompanhamento dessas dinâmicas. Exemplificando, em 1887, Manoel Lobo de Alarcão Netto, ex-professor da escola particular subvencionada de Cava, pediu o pagamento de sua diária vencida em dezembro de 1885 até a data em que foi suspensa a subvenção (data esta que não foi informada). Pedido deferido. Ou a solicitação do professor Pedro José da Silva Prado, que obteve subvenção para a escola em São Pedro, na freguesia da Vila de Iguaçu, segundo as edições 102, de 1887, e 97, de 1888, do *Jornal do Commercio*.

[59] Informações coletadas nas edições 106, de 16/04/1880; 336, de 03/12/1886; e 43, de 12/02/1887, do *Jornal do Commercio*.

[60] Conforme edição 225, de 14/08/1889, do *Jornal do Commercio*.

[61] Como exemplo, podemos citar o iguaçuano Francisco Rangel Pestana, que, por sua relevância no cenário político/educacional brasileiro, foi tema de uma publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais: "Prêmio Grandes Educadores Brasileiros" (HILSDORF, 1988).

PARTE II

PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS NO SÉCULO XX: ENTRE REORDENAÇÕES GEOPOLÍTICAS E DISPUTAS EDUCACIONAIS

"VISTES QUE DA VERDADE A ESCOLA É UM TEMPLO": EDUCAÇÃO E DOUTRINA ESPÍRITA NO ENSINO SECUNDÁRIO EM IGUAÇU (1930-1945)

Ana Paula da Silva Esteves

INTRODUÇÃO

A história da educação nos apresenta que o início do século XX foi palco de grandes mudanças no Brasil. A educação escolar, quando tomada como fator essencial para a construção da sociedade moderna que se buscava imprimir, foi alvo de múltiplos interesses "de ordem econômica, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros" (SANFELICE, 2016, p. 29). Desse modo, entendemos que a escola cumpre um importante papel na organização social da cultura, e seus diferentes níveis ganham destaque em contextos diferentes (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2007).

O ensino secundário ganhou particular atenção por parte dos governos que se instauraram nas primeiras décadas do período republicano. As diferentes legislações que buscaram organizar e regulamentar o ensino secundário são uma demonstração da importância que foi atribuída a esse nível de ensino. É dentro desse contexto de valorização da educação escolar e das disputas de interesses que envolviam essa valorização que situamos o objeto de pesquisa analisado em dissertação de mestrado de que este trabalho é parte.

Nesse sentido, entendemos a expansão do ensino secundário e as diferentes legislações direcionadas a esse nível de ensino sob o conceito de processos de escolarização definido por Luciano Mendes de Faria Filho e Liane Maria Bertucci (2007), em que pontuam que processos de escolarização consistem no estabelecimento de processos e políticas relativas "à 'organização' de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais" que atendem a determinados níveis educacionais (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2007, p. 14).

O Ginásio Leopoldo foi/é uma instituição privada criada em 1930 no distrito-sede de Iguaçu pelo seu então proprietário, o senhor Leopoldo Machado Barbosa. Esse empreendimento privado foi criado e mantido, pelo

menos no período delimitado pela pesquisa (1930-1950), com subvenção da prefeitura municipal. De acordo com as fontes, o Ginásio Leopoldo foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário no município de Iguaçu e foi instalado na cidade por convite do prefeito local à época, Coronel Alberto Soares de Souza Mello, ao professor Leopoldo, que havia sido professor de seus filhos quando lecionava em escola no Rio de Janeiro.

A bibliografia sobre a expansão do ensino secundário no Rio de Janeiro, assim como no país, apresenta que o aumento quantitativo das instituições desse nível de ensino foi proporcionado por iniciativas de sujeitos locais — político ou civil — que buscavam dotar a paisagem das cidades de aparelhagens que remetessem ao ideário de modernidade em voga no período (ALVES, 2012; DALLABRIDA, SOUZA, 2014; MAIA, 2017; MICELI, 2015; ROCHA, 2000). A instalação do Ginásio Leopoldo no distrito-sede do município a convite do prefeito local é representativa desse quadro, tendo em perspectiva que Iguaçu no período passava por uma reordenação da cidade ocasionado pelo crescimento da produção da laranja (DIAS, 2014; SIMÕES, 2007).

É preciso pontuar que o então proprietário do Ginásio Leopoldo, o professor Leopoldo Machado Barbosa, era declaradamente espírita kardecista e atuante dentro do movimento espírita no município e no estado, e também era parte integrante do movimento de unificação do espiritismo no país. De acordo com a bibliografia levantada, Leopoldo foi um dos idealizadores e integrante ativo da Caravana da Fraternidade, uma expedição que atravessou o país na busca da unificação do espiritismo como matriz religiosa. Anaise Nascimento aponta que Leopoldo era defensor da tese de "menos centros e mais escolas" pois compreendia que as escolas possuíam uma "finalidade cristã que beneficia[va] a humanidade" (NASCIMENTO, 2016, p. 97).

A instalação e direção de uma escola secundária por um professor espírita kardecista desagradou muito a parcela católica de Iguaçu, o que ocasionou debates e desavenças entre o professor e o pároco da cidade, o Padre João Müsch, reflexo de um contexto maior de disputas religiosas no cenário nacional ocasionado pelo fim do regime de padroado na instalação do regime republicano no Brasil.

5.1 DISPUTA RELIGIOSA E LUTA PARA O ESPIRITISMO SE FIRMAR

A Igreja Católica passou por um período de reordenação de sua filosofia em meados do século XIX. A perda de território na Europa ocasionada pela Revolução Francesa e pelo "avanço do liberalismo" fez com que a Igreja buscasse novas formas de garantir "seu capital simbólico e econômico". A reestruturação católica se deu por meio do "ultramontanismo", um movimento católico que "consistia num processo de expansão do Catolicismo de Roma sob a influência direta do papado" (LEONARDI, 2002; MATTOS, 2014). A encíclica lançada pela Igreja Católica condenava o que chamavam de "'erros modernos', a saber: o racionalismo, o liberalismo, o socialismo, o protestantismo, o espiritismo e a maçonaria". E, diante da perda de território no continente europeu, buscou "reforçar sua presença em diversos países, dentre eles o Brasil" (LEONARDI, 2002, p. 18).

Renan dos Santos Mattos coloca que o ultramontanismo "ambicionava o recrudescimento da autoridade e da unidade da Igreja", ressignificando a doutrina católica "com foco na moralização e no reordenamento das ações do clero" (MATTOS, 2014, p. 38). Nesse sentido, tanto Mattos quanto Paula Leonardi (2016) apontam que a Igreja Católica passou a atuar em áreas em que a presença do Estado era deficiente. Por meio da reorganização da Igreja em congregações, esta direcionou seus membros "para uma ação direta no mundo por meio da educação, do cuidado de doentes, de atuação em presídios etc." (LEONARDI, 2016, p. 12):

> As congregações desenvolveram suas ações na sociedade e na cultura de maneira capilar e nas mais diversas frentes: editoras, impressos, formação de um novo clero e do laicato que, por sua vez, espalharia valores católicos nos mais diversos campos de atuação, deixando suas marcas nas paisagens urbanas, nos espaços sociais e culturais e nas políticas públicas no Brasil. (LEONARDI, 2016, p. 4-5).

Em trabalhos anteriores, podemos verificar que, nos distritos de São João de Meriti e Duque de Caxias, as escolas precursoras na oferta do ensino secundário eram de orientação católica, dirigidas por congregações — Ginásio Santa Maria (1940) e Ginásio Santo Antônio (1942), respectivamente. Na linha da que não tinha esse perfil — Ginásio Leopoldo —, nosso objeto de pesquisa, deu-se ênfase à criação de uma escola concorrente neste viés na mesma localidade — o Colégio Santo Antônio de Nova Iguaçu (DIAS, 2014; ESTEVES, 2017).

De acordo com a bibliografia analisada, o espiritismo kardecista chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX por intermédio de imigrantes

franceses, em um contexto em que o ideário de modernização estava se consolidando no país, e foi em Salvador que o espiritismo se tornou mais notório, pois ali foi fundado o primeiro grupo de estudos sob a codificação Grupo Familiar do Espiritismo, e o primeiro jornal espírita, *Eco d'Além Túmulo* (ARRIBAS, 2011; GOMES, 2013; MATTOS, 2014). E também foi onde se "reuniu um grupo seleto da sociedade baiana, composto por aristocratas, médicos, autoridades, políticos e intelectuais" (MATTOS, 2014, p. 98). Nesse sentido:

> [...] o Espiritismo passou a representar ameaça ao monopólio religioso católico, sobretudo por se difundir entre a elite branca e letrada, dessa maneira, incisivas críticas foram lançadas por parte da Igreja com o intuito de esclarecer seus seguidores em relação das heresias do Espiritismo. Tal temor vinculava-se tanto as ideias modernas defendidas pelos grupos espíritas em relação às injustiças, à escravidão, à opressão, quanto aos seus preceitos de reencarnação e multiplicidade das almas que se opunham aos dogmas cristãos. (MATTOS, 2014, p. 98).

Em 1884, foi fundada a Federação Espírita Brasileira (FEB) com a finalidade de promover uma "unidade doutrinária", buscando "reunir, de maneira institucional, os adeptos e grupos dispersos", tomando para si o controle do Movimento Espírita Brasileiro e tornando-se "meio de difusão de um projeto específico de unificação e uniformização doutrinária" (ARRIBAS, 2011; GOMES, 2013; MATTOS, 2014). Para Mattos (2014), o fim do regime de padroado na instalação do novo regime possibilitou um "processo de pluralização do campo religioso" no país, o que se tornou uma ameaça à hegemonia católica. Para ele:

> [...] percebe-se o engajamento por parte dos padres católicos no sentido de legitimar a instituição Igreja católica enquanto norteadora da população. Nesse sentido, embrenharam-se num projeto de construção de uma identidade nacional, o que justifica o processo de reificação do outro, ao estabelecer fronteiras, e defini os inimigos a serem combatidos nos campos político e religioso. No primeiro, os comunistas e os socialistas e, no segundo, os protestantes e os espíritas, entendendo-os como frutos do Liberalismo. (MATOS, 2014, p. 41).

Já para Adriana Gomes (2013, p. 52), essa separação não significou um verdadeiro rompimento entre Estado e Igreja Católica, senão o que se configurou no Brasil recém republicano foi "uma 'quase-laicidade'":

> Mesmo com a separação formal entre o Estado e a Igreja, ou seja, entre o poder político e a organização religiosa, os vínculos, os contatos, as cumplicidades entre as autoridades nos aparatos estatais e nos compromissos permaneceram entre as instituições católicas e o poder do Estado ao longo dos anos. (GOMES, 2013, p. 52).

Um dos fatores apontados por Gomes (2013) e por Célia da Graça Arribas (2011) para essa "quase laicidade" teria sido a criminalização do espiritismo no Código Penal republicano (Decreto 847, de 11 de outubro de 1890), conjunto de leis promulgado antes da nova Constituição federal (24 de fevereiro de 1891). Para Gomes (2013, p. 45):

> Com a criminalização do espiritismo, o movimento espírita que já era um 'perigo' para os olhos da Igreja Católica, um 'fenômeno' para os adeptos da ciência, além de uma 'matéria' para os jornais, passou a ser, também, um 'crime' para o poder judiciário, uma 'enfermidade' para os médicos e um 'problema' para os policiais.

A autora coloca que a "pluralidade religiosa não alcançou a expressividade que se interpretava de um Estado secular", e com isso as manifestações de religiosidades populares, como "curandeirismo, espiritismo e feitiçaria", não se inseriam como religiões aceitáveis "por terem visões de mundo e orientações de fé distintas das compreendidas como religiões pelo Estado" (GOMES, 2013, p. 52). Já Arribas (2011, p. 2) pontua que:

> Perseguições e repressões policiais às diversas religiões não-católicas caracterizaram esse início histórico da constituição de um mercado de bens religiosos tendencialmente concorrencial. Foi nesse contexto que as religiões tiveram que se articular e se organizar, fosse doutrinariamente - enquanto crença religiosa codificada e sistematizada - fosse burocraticamente - nos moldes convencionais de uma instituição religiosa.

Ambas as autoras assinalam que a criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890, ao mesmo tempo que se tornou um problema a ser suplantado pelos adeptos, contribuiu para que os espíritas construíssem uma identidade religiosa (ARRIBAS, 2011; GOMES, 2013). O movimento espírita brasileiro estava dividido entre três grupos no início do século XX — "espíritas religioso", "espíritas científicos" e "espíritas puros" —, que precisou se unificar "para conseguir sua introdução legítima e duradoura na sociedade brasileira" (ARRIBAS, 2011, p. 7). Nessa conjuntura, a Federação Espírita Brasileira (FEB) tomou "para si o controle do Movimento Espírita Brasileiro", buscando articular dois movimentos paralelos, sendo o primeiro a luta "do Espiritismo contra os opositores" e o segundo "um projeto específico de unificação e uniformização doutrinária" (MATTOS, 2014, p. 100).

Com isso, o grupo dos "espíritas religioso" à frente da FEB foi ganhando mais força dentro do movimento e tornou-se, assim, o grupo hegemônico, corroborando "a consolidação do espiritismo como matriz religiosa", pautado no pilar da "caridade" como fator imprescindível para a salvação. Tal

consolidação se materializaria nas entidades caritativas criadas pelas FEB, por outras instituições espíritas e também por sujeitos adeptos da religião. Arribas afirma que essas iniciativas teriam contribuído para a "consolidação do Espiritismo" e que, a partir daí, "todos os centros espíritas acabariam optando por ter algum tipo de prática assistencial" (ARRIBAS, 2011, p. 10).

Ao longo de sua história em Iguaçu, Leopoldo Machado Barbosa desempenhou grande papel social e construiu uma grande rede de sociabilidade (ALVES, 2019), ocupou por longos anos a presidência do Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade, onde, em sua gestão, foi criado, nos fundos do estabelecimento, o Albergue Noturno Allan Kardec. Fundou, com sua esposa, Marília Ferraz de Almeida Barbosa, o Lar de Jesus, um abrigo para meninas desamparadas. Participou junto a outros membros da idealização e fundação da Arcádia Iguaçuana de Letras, na qual ocupou a cadeira número 01, que tinha como patrono Duque de Caxias (AZEREDO, 1991, p. 5-6).

Nas fotografias do acervo do atual Colégio Leopoldo e nas reportagens do periódico local *Correio da Lavoura*, foi possível observar a rede de sociabilidade construída por Leopoldo ao longo dos anos em Iguaçu. Esse fato se evidenciava pela presença, nas comemorações ocorridas no ginásio, de figuras importantes na conjuntura local, como de diversos prefeitos em diferentes mandatos (Coronel Alberto Soares de Souza Mello, Sebastião Arruda Negreiros, Ricardo Xavier da Silveira, Bento Santos de Almeida); do então proprietário do *Correio da Lavoura*, Silvino de Azeredo, entre outros sujeitos em evidência na cena educacional, política e econômica.

O proprietário do Ginásio Leopoldo criou um grande círculo de amizades, mas, também, despertou alguns dissabores em Nova Iguaçu. O principal a se considerar, como já mencionado, era o então pároco da igreja matriz de Iguaçu, o Padre João Müsch, que via o ginásio e as demais ações desempenhadas por Leopoldo com pouca simpatia. O Padre Müsch acreditava que o proprietário do ginásio estava propagando o espiritismo pelo município (MÜSCH, 1935).

Por esse motivo, João Müsch escreveu ao bispo do Rio de Janeiro dizendo ter encontrado, desde a sua chegada a Iguaçu, em 1929, a paróquia "muito inclinada para espiritismo" e que "a cabeça desta seita perniciosa era o sr. Leopoldo Machado", que, "aproveitando a completa ignorancia religiosa do povo de Iguassú e das capelas fazia propaganda na Baixada toda por meio de

boletins e discursos" da sua religião (MÜSCH, 1935). Informava que havia solicitado lecionar doutrina católica no Ginásio Leopoldo, porém seu proprietário não permitirá e que, por esse motivo, havia ele preparado um espaço embaixo da igreja matriz para que pudesse ele dar aulas para as crianças. Com o crescente número de alunos, o padre resolveu construir um grande colégio, Colégio Santo Antônio, para que as irmãs de caridade pudessem cuidar das aulas. Desejava que ministrassem ensino acadêmico, porém com um diferencial, ensino acadêmico iluminado pelo ensino religioso (MÜSCH, 1935).

Padre João não aceitava que o único ginásio no município fosse de propriedade de um espírita. As contendas entre o padre católico e o professor espírita foram ganhando espaço na sociedade iguaçuana na segunda metade da década de 1930, em que ambos passaram a atuar disseminando seus "apostolados". A disputa entre eles culminou em um debate público, um desafio feito pelo padre ao professor, que ocorreu na Associação Atlética Filhos de Iguaçu e foi mediado pelo farmacêutico Sebastião Herculano de Mattos e presenciado por grande público de seguidores de ambos. O debate foi transcrito em uma crônica publicada na revista *Semana Ilustrada* (MANHÃES, [1935]).

Assim, compreendemos as contendas e as instituições criadas tanto por Leopoldo quanto pelo Padre João Müsch como representativas do contexto de disputas ocorridas no campo religioso e político no início do século XX. Disputas essas que, segundo a bibliografia (ARRIBAS, 2011; GOMES, 2013; LEONARDI, 2002, 2016; MATTOS, 2014; MIGUEL, 2009, 2010; NASCIMENTO, 2016), se intensificaram com a reaproximação entre Igreja Católica e Estado no governo varguista, o que ocasionou uma aproximação entre diferentes agentes religiosos não católicos a fim de assegurar a laicidade do Estado e a liberdade de credo.

Tanto o Padre João quanto Leopoldo viam na escola uma forma de disseminar suas crenças. Para as instituições católicas, essa disseminação era mais nitidamente evidenciada nas aulas de religião, catequese, encaminhamento para sacramentos etc. (LEONARDI, 2002; OLIVEIRA, 2012). No Ginásio Leopoldo, mesmo que de forma não proselitista[62], foi possível identificar ao longo da pesquisa a presença de valores e princípios espíritas

tanto na organização quanto nos discursos e na cultura escolar do estabelecimento. É o que buscamos evidenciar no próximo tópico.

5.2 MISSÃO EDUCADORA DO ESPIRITISMO E PRÁTICAS ESCOLARES

De acordo com Dora Incontri (2004, p. 1), o espiritismo, segundo Allan Kardec, pretende ser ao mesmo tempo uma ciência, que demonstra, por meio do estudo empírico dos fenômenos mediúnicos, a existência dos espíritos e sua atuação sobre o mundo; uma filosofia, que propõe uma cosmovisão evolucionista e reencarnacionista; e uma religião, sem dogmas, rituais e sacerdócio organizado, que faz uma releitura do cristianismo e prega uma prática religiosa centrada na moral e na ligação direta do homem com Deus.

Dentro dos preceitos da religião espírita, a questão da educação tem grande protagonismo, pois é por meio dela que o mundo se regenerará (PIRES, 2008, p. 17). Incontri (2004) pontua que "o espiritismo não entende o devir humano, como uma história de salvação, segundo o conceito do cristianismo tradicional, mas como uma história de evolução". A própria existência humana é um processo de aprendizagem com a finalidade de aperfeiçoamento; os percursos da alma humana nos processos de reencarnações são compreendidos "como um processo educativo" (INCONTRI, 2004; ISAIA, 2015). Ainda segundo a autora:

> O homem foi criado simples e ignorante e está destinado a conquistar a perfeição, através do aprendizado de múltiplas vidas sucessivas. Não houve uma tragédia inicial de queda e nem a necessidade de uma intervenção divina, para a redenção das criaturas. Tudo corre conforme previsto pelo Criador. A humanidade está em processo educativo, aprendendo, através da ação livre no mundo, a crescer espiritualmente, a fazer desabrochar as virtudes e a sabedoria que serão suas, quando atingir o alvo evolutivo a que Deus nos destinou. (INCONTRI, 2004, p. 1).

Assim, a educação escolar possuía grande valor na doutrina espírita pois esta era essencial para que a humanidade alcançasse "um mundo de hábitos ordeiros e de previdência" (PIRES, 2008, p. 14). De acordo com José Herculano Pires (2008), para Allan Kardec, expoente da doutrina espírita, para tratar os problemas sociais, era primordial "a necessidade do desenvolvimento da educação", mas:

> [...] não da educação intelectual, mas da educação moral: mas não também da educação moral pelos livros, e sim daquela que consiste na arte de formar caracteres,

> daquela que transmite hábitos: porque a educação é o conjunto de hábitos adquiridos. (PIRES, 2008, p. 14).

Na concepção espírita kardecista, o Brasil era visto "como o grande arauto da nova era pela qual a humanidade encontraria o reflorescimento do evangelho", e tal pensamento era alicerçado "na ideologia da harmonia entre as três raças" — e o povo brasileiro "traria consigo um conjunto harmonioso de qualidades" das três raças que o formaram (MIGUEL, 2009, p. 40-41). A educação escolar, e mais especificamente a educação escolar espírita, deveria abranger "todo o complexo da personalidade do educando e todas as faixas etárias", sendo ela "integral e contínua" (PIRES, 2008, p. 11). A educação espírita não era pautada em dogmas religioso, o que, segundo a bibliografia, a torna amplamente aplicável, sendo seu objetivo a construção moral dos educandos, independentemente da religião (INCONTRI, 2004; NASCIMENTO, 2016; PIRES, 2008).

Nesse sentido, precisamos pontuar que, de acordo com seu proprietário, o Ginásio Leopoldo era um estabelecimento de ensino laico, que não seguia doutrinas religiosas. Mesmo ele sendo espírita kardecista, defendia a liberdade religiosa dos educandos (O ENSINO..., 1930, p. 2). Incontri pontua que um dos pilares da educação espírita era "respeitar a liberdade e a individualidade da criança", e que, mesmo acreditando que a dimensão espiritual era fator essencial para o desenvolvimento integral do ser humano, o codificador da religião, Allan Kardec, "não queria que a doutrina espírita tivesse um caráter proselitista (embora isso nem sempre seja seguido por seus adeptos), pois o respeito à liberdade de consciência é quesito absoluto da ética por ele proposta" (INCONTRI, 2004, p. 4).

Associado à educação, o trabalho é considerado parte indissociável do processo de evolução do indivíduo. Arthur Cesar Isaia pontua que, dentro da codificação espírita, é por meio do trabalho que o ser humano pode "apressar ou retardar sua evolução", sendo o trabalho o fator da "regeneração" do homem (ISAIA, 2015, p. 5). De acordo com ele:

> Era mister, portanto, que o homem, aceitando a vontade divina expressa nas suas leis, conformasse sua existência a uma procura incessante de aperfeiçoamento. Vale dizer, que procurasse incansavelmente o trabalho regenerador. Aperfeiçoar ao máximo o seu trabalho era ter a certeza de estar conformado à lei de evolução. [...] no modelo de trabalhador proposto por Kardec: cumpridor de suas obrigações profissionais, familiares e civis, conformado ao seu destino, não invejoso da riqueza dos patrões, comprometido com o aperfeiçoamento contínuo de seu trabalho e refratário ao

> espírito de rebelião. Tanto o progresso material como o espiritual deveriam ser frutos do comprometimento individual do homem. (ISAIA, 2015, p. 5).

O autor registra que, se o "homem progride trabalhando", era necessária uma "disciplina constante" que o mantivessem afastado "do ócio e dos prazeres desregrados", mantendo-se sempre ativo e "[os homens] fiéis às suas obrigações". A questão da disciplina no discurso pedagógico espírita era pautada na "vigilância [...] e na eficácia normativa", em vez de na "violência" e na "arbitrariedade" (ISAIA, 2015, p. 6).

Assim, a educação da moral e dos sentidos só poderia ser alcançada por meio da vigilância constante "dos hábitos e costumes cotidianos" e também mediante estímulos e exemplos (SOUZA, 2014, p. 210-211). A defesa dessa educação dos sentidos, ou de uma educação integral por meio da vigilância e do exemplo, que modelasse a mente e os hábitos dos educandos, presente nos ideários educacionais do governo, era um ponto em consonância com o tipo de educação defendido pela doutrina espírita.

Nesse sentido, na concepção de docente defendida por Leopoldo, não bastaria o professor apenas "repletar o cérebro dos alumnos de noções concretas de letras, numeros, nomes históricos e geographicos"; era preciso que este tocasse "fundo a alma, o coração [do aluno], deixando ahi as raízes dos bons ensinamentos, por natureza convincentes, persuasivos", e tal empreendimento não seria encontrado por intermédio de livros ou enciclopédias, e sim "ministrados atraves dos exemplos" (FINALIDADES..., 1930, p. 3).

Para além da formação profissional, o docente precisava atender aos anseios morais para exercer a trabalho no magistério. Essa questão fica explícita no regulamento interno do Ginásio Leopoldo, quando trata das questões referentes aos professores, no Art. 36:

> O Corpo Docente será constituído por professôres de **reconhecida idoneidade moral e notória competência pedagógica**, registrado no Departamento Nacional de Educação e mediante a contrato, como determina a legislação em vigôr. (GINÁSIO LEOPOLDO, 1946, p. 5, grifo nosso).

Acreditamos que essa ênfase na conduta do corpo docente esteja intrinsecamente ligada ao pensamento hegemônico do período, orientado pela noção da docência como sacerdócio, mas, também, ancorado nas prescrições de um modelo idealizado de professor apresentado pela educação espírita, em que os "professores deveriam ser altamente preparados e conscientes de sua

missão social e humana" (INCONTRI, 2016, p. 1), devendo estes "incentivar e cultivar o lado bom dos educandos, com atenção, diálogo, observação e autoridade moral" (INCONTRI, 2004, p. 4).

É preciso pontuar que o movimento espírita brasileiro do início do século XX se mostrou alinhado ao pensamento educacional do período, que defendia a reforma social por meio da reforma moral do homem (MIGUEL, 2009, p. 51). Pautados na codificação da doutrina desenvolvida por Kardec, os espíritas defendiam a "educação como método de promoção do progresso da humanidade", responsável pela mudança intelectual e moral dos indivíduos (MATTOS, 2014, p. 92). Dessa forma, a doutrina kardecista:

> Propunha [um] sentido educacional e disciplinador que visava, fundamentalmente, à internalização de códigos de conduta, no qual a higiene, a laboriosidade, a observância de rígidos padrões morais, ajustariam o trabalhador urbano à racionalidade capitalista. (MATTOS, 2014, p. 95).

Nas propagandas sobre o Ginásio Leopoldo, era anunciado que ele ofereceria à infância e à juventude iguaçuana uma "educação intelectual, moral, physica, bem como cívica, social e artística", por meio "da irreprehensivel disciplina, que é a base da educação moral". Essa disciplina seria desenvolvida por meio da "ordem e [da] moral, [...] pelo estimulo, [...] pelo exemplo", com a finalidade de "despertar nos seus educandos o amor e o gosto pelos bellos emprehendimentos da alma, do caracter" (O ENSINO..., 1930, p. 2).

Os anúncios referentes ao ginásio propagandeando o tipo de educação que seria ministrada no estabelecimento estavam ligados à reconfiguração que se buscou imprimir ao ensino secundário (iniciada na Reforma Rocha Vaz, mas que só se efetivou com a Reforma Francisco Campos), em que se buscou romper com o modelo de cursos parcelados que configurou esse nível de ensino desde o Império, mas também, estava ligado aos princípios defendidos pelo espiritismo, em que a educação e o trabalho seriam os fatores que elevariam o indivíduo e consequentemente a sociedade. A mudança do secundário para ensino regular com seriação definida e frequência obrigatória tinha como finalidade "preencher funções mais amplas do que somente a preparação aos cursos superiores" (MAIA, 2017, p. 94).

A filosofia educacional espírita, ou a educação espírita, buscava formar os educandos tanto no aspecto cognitivo quanto no moral e tinha como seus pilares "amor, igualdade, liberdade, maturidade e ação". Dentro dessa lógica, Nascimento pontua que:

> A educação moral cria situações onde ele[educando] percebe e toma consciência do significado de justiça. Somando à moral, vem a educação intelectual, que desenvolve o intelecto nas ciências, na filosofia e na lógica, com bom senso e autonomia, a crítica também agrega elementos para ajudar o aluno. O amor traz harmonia e sensibiliza o aluno para compreender e apreciar o mundo. Nesse pensamento a educação estética ajuda o educando a se relacionar com os elementos naturais. A compreensão de si e o cuidado com o corpo, tratando-o como templo faz com que o jovem tenha responsabilidade sobre seus atos. (NASCIMENTO, 2016, p. 95).

Foi possível observar nas fontes que o diretor do ginásio se valia de algumas formas diversificadas para estimular a disciplina e premiar o comportamento dos estudantes, com distribuição de "medalhas condecorativas em bronze, em prata, em ouro, conforme a conducta, a applicação, a frequencia", e "*graduações* similhantes as militares, mas de caracter puramente disciplinar", distribuição de brindes no encerramento do ano letivo (O ENSINO..., 1930, p. 2. Grifo do original). E talvez a forma mais importante, pois a mais divulgada, de incentivo e de premiação a disciplina no estabelecimento tenha sido o Quadro de Honra, que era apresentado como uma "distincção merecida, feita uma verdadeira honra, consagrada aos alumnos que mais se distinguiram, quer na conducta, quer pela applicação, no anno anterior" (GYMNASIO LEOPOLDO, 1931, p. 3).

Os alunos recebiam, ao longo do ano, pontuações sobre sua conduta, pontualidade e aplicação; e, no fim do ano letivo, havia a entrega das premiações aos alunos que obtivessem melhor pontuação nesses quesitos. Os vencedores de suas turmas comporiam o Quadro de Honra do Ginásio Leopoldo, que ficaria exposto na sala da secretaria durante todo o ano seguinte. Além da visibilidade interna, esses alunos premiados ainda estavam expostos à visibilidade externa, pois o nome desses alunos que compunham o Quadro era publicado no jornal *Correio da Lavoura*, em matérias sobre o encerramento do ano letivo no estabelecimento.

A prática de atividade física era, também, muito incentivada no Ginásio Leopoldo, "com o intuito não só de divertimento, mas de aperfeiçoamento do espirito de camaradagem e disciplina que são proporcionados pelos esportes" (PÁGINA..., 1945, p. 3). Havia no estabelecimento dois grêmios esportivos, o Grêmio Duque de Caxias e o Grêmio Pedro Segundo, ambos supervisionados pelo professor de Educação Física José Maria Neves, tenente do Exército, formado pela Escola de Educação Física do Exército (PÁGINA..., 1942a, p. 9).

Para participar dos torneios, os alunos teriam que atender às condições disciplinares do estabelecimento, como assiduidade nas aulas e boa aplicação e conduta, conforme pontuado pelo seu diretor técnico:

> O Ginásio Leopoldo, provando com fatos, mais uma vez zela escrupulosamente pela educação física, moral, cívica, artistica e intelectual de seus alunos, fará realizar, a partir de 23 de agosto a sua '4ª Olimpíada'.
>
> Os resultados colhidos nas 3 primeiras olimpíadas provam soberbamente que, a pesar de nossos rigores disciplinares, a pesar de nossas exigencias sobre a aplicação de nossos alunos, a pesar dos rigores contra as impontualidades, os jovens ainda têm tempo para manter e zelar pela sua integridade física.
>
> **Nos anos anteriores, os alunos foram divididos em duas bandeiras: Branca e Azul. Este ano, com o aumento de 100% de frequencia, - o que demonstra o acerto de nossos métodos pedagógicos - tivemos de dividi-los em quatro bandeiras: Verde, Amarela, Azul e Branca** (PÁGINA..., 1942b, p. 5, grifo nosso).

Compreendemos, pela transcrição supra, que as atividades esportivas desenvolvidas pelo ginásio eram parte indissociável de seu programa educativo inscrito no lema *Mens sana in corpore sano* proposto pelo fundador do estabelecimento (REALIZOU-SE..., 1940, p. 3).

Além das premiações e do Quadro de Honra, outra forma de incentivar a conduta e a disciplina dos alunos era a participação em grêmios e associações estudantis. Havia no Ginásio Leopoldo diversos grêmios com diferentes finalidades. Havia os grêmios esportivos, como pode ser observado anteriormente, e também o Grêmio de Matemática, o Grêmio Agrícola Olavo Bilac, o Grêmio de Leitura Machado de Assis e o Grêmio Teatral Leopoldo Machado. Porém, a associação com maior destaque nas matérias do periódico *Correio da Lavoura* era a Liga Pró Educação e Bondade (LPEB), do Ginásio Leopoldo.

A Liga Pró Educação e Bondade era uma associação gremial composta por alunos, professores e pais de alunos do estabelecimento. Essa associação era mencionada como parte da estrutura pedagógica do ginásio desde a sua fundação, tendo como função complementar a "formação integral" dos educandos, desenvolvendo atividades, estudos cívicos e estimulando a prática de uma educação voltada para o social:

> O Gymnasio patrocina uma instituição gremial mantida pelos próprios alumnos, afim de leva-los a pratica de educação social, servindo, também, para educação artística, para a pratica do civismo, e como centro recreativo. (O ENSINO..., 1930, p. 2).

A LPEB seria um instrumento para modelar o caráter e a moral dos educandos, que, uma vez associados, deveriam manter um padrão de conduta interna e externa ao ginásio, podendo deixar de fazer parte da associação, caso saíssem do padrão estabelecido. Ao se associarem à LPEB, os alunos deveriam, além de se manter como "bons" alunos, tirando boas notas, sendo assíduos nas aulas, observar seus comportamentos fora do estabelecimento.

As atividades desenvolvidas pela LPEB eram diversas. Além das "suas sessões ordinarias", realizadas aos sábados no ginásio, os sócios organizavam recitais, apresentações teatrais, competições esportivas, com intuito de arrecadar verbas, tanto para iniciativas próprias (por exemplo, a construção de sua biblioteca) (GYMNASIO LEOPOLDO, 1930, p. 2) quanto em benefício de outras instituições.

A LPEB era responsável, ainda, pela arrecadação de donativos e roupas que eram distribuídos, na comemoração de encerramento do ano letivo do ginásio, "a crianças pobres da cidade" (O 15 DE NOVEMBRO..., 1936, p. 2). Posteriormente, essa ação de distribuição de donativos foi denominada de Natal dos Pobres (NATAL DOS POBRES..., 1945, p. 2).

Acreditamos que a ação filantrópica desenvolvida pela LPEB era pautada no preceito espírita da caridade, um dos fatores essenciais para a evolução do homem e, de forma intrínseca, da sociedade, pois:

> [...] para que essa florescencia continua, de belezas naturais; essa grandiosidade fecunda de seus frutos; essa ubertosa bondade de seus filhos, prossiga e sobreviva, é necessario que vós, que nós - homens de hoje e Pátria de amanha, saibamos ser: CULTOS, para o dominio das verdades cientificas e artisticas; FORTES, para o dominio das alegrias e da saúde; e BONS, porque sem a bondade, sem o amor ao proximo, nem individuos, nem sociedade, nem patrias sobrevivem; pois Deus é a bondade, e só aos bons ele reserva o dominio de felicidades imorredouras! (PÁGINA..., 1942c, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do que foi exposto, foi possível observar que as contendas ocorridas entre o Padre João Müsch e o professor Leopoldo Machado eram representativas de um contexto de disputas religiosas mais amplas, em que o catolicismo, frente ao fim do regime de padroado, buscou novas formas de se firmar enquanto religião hegemônica do país. Mesmo a ação individual do padre em Iguaçu fazia parte do projeto maior de reestruturação da Igreja por meio do ultramontanismo, em que se buscou atuar nas localidades nos

serviços onde o poder do Estado não chegava. Porém, essa estratégia também era utilizada por outros segmentos religiosos. Como foi possível observar, diante da criminalização de alguns rituais do espiritismo, a estratégia adotada foi a de se firmar enquanto religião alicerçada na base da caridade e do auxílio ao próximo, atuando os espíritas também nas áreas abandonadas pelos poderes governamentais. As instituições criadas por Leopoldo eram, em uma escala de observação mais próxima, representativas do modo de atuação da religião que se tornou dominante na FEB, pautado no lema "Fora da caridade não há salvação".

Observamos, também, que, mesmo o proprietário defendendo que no Ginásio Leopoldo a educação era laica, encontramos princípios e valores da educação espírita, conceituada por Incontri (2004, 2016) e Pires (2008). A educação escolar como fator para a regeneração da sociedade era parte dos princípios da religião que pregava a reencarnação como processos educativos dos espíritos em evolução. Nessa direção, o cuidado com o corpo físico, com a mente, com a forma de se portar, o cuidado com o outro, a caridade eram valores defendidos e propagados pelos seguidores da doutrina espírita, e parte do programa educacional desses religiosos para toda a sociedade.

No esforço da transformação da sociedade por meio da modificação do homem, foi possível, pela posição de análise utilizada, constatar a convergência de projetos na formação de crianças e jovens dentro do Ginásio Leopoldo. A formação integral defendida no projeto educacional do Estado era também defendida no projeto educacional da doutrina espírita. Ambos os projetos proclamavam uma ideia de educação escolar que formasse os educandos física, intelectual e moralmente, pois já não bastaria à escola, e muito menos à escola secundária, ensinar letras, números e nome de personagens históricos. Foi possível observar que a formação desenvolvida no Ginásio Leopoldo buscou introjetar em seus educandos os valores de obediência, caridade e respeito às normas, valores esses imprescindíveis na construção de trabalhadores comprometidos com a pátria, conscientes de suas posições, e não contestadores da ordem vigente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Claudia. Estudos secundários no Brasil nos séculos XIX e XX. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Tempo de cidade, lugar de escola*: história, ensino e cultura escolar. Uberlândia: Edufu, 2012. v. 1, p. 87-116.

ALVES, Claudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. *Educação e Filosofia*, [*S. l.*], v. 33, n. 67, p. 1-21, dez. 2019. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879. Acesso em: 20 ago. 2020.

ARRIBAS, Célia da Graça. A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. ANPUH 50 anos. *Anais* [...]. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298492121_ARQUIVO_ApresentacaoANPUH2011.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

AZEREDO, Luiz. *Leopoldo Machado em Nova Iguaçu (síntese de fatos históricos).* Nova Iguaçu: [*s. n.*], p. 1-6, 29 set. 1991. Acervo privado do Colégio Leopoldo.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de. "O todo poderoso império do meio": transformações no ensino secundário entre a Reforma Francisco Campos e a primeira LDBEN (à guisa de apresentação) *In*: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de (org.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular*: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961). Uberlândia: Udufu, 2014. p. 11-29.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras*: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2014.

ESTEVES, Ana Paula da Silva. *O Ginásio Leopoldo e a história do ensino secundário em Iguaçu (1930-1944)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo Sem Fronteiras*, [*S. l.*], v. 9, n. 1, p. 10-24, jan./jun. 2009.

FINALIDADES pedagógicas. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 13, n. 670, p. 3, 16 jan. 1930.

GINÁSIO LEOPOLDO. *Regulamento interno*: regulamento para fins de organização do estabelecimento. Nova Iguaçu: [*s. n.*], p. 1-8, 1946. Acervo privado do Colégio Leopoldo.

GOMES, Adriana. *Entre a fé e a polícia*: o espiritismo no Rio de Janeiro (1890-1909). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 14, n. 712, p. 1, 6 nov. 1930.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 14, n. 726, p. 3, 12 fev. 1931.

INCONTRI, Dora. Espiritismo e Educação. *Mirandum*, [*S. l.*], ano 8, n. 15, 2004. Disponível em: www.hottopos.com/mirand15/espirit.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.

INCONTRI, Dora. A contribuição espírita no debate da escola pública no Brasil. *Espiritismo para iniciantes*, [*S. l.*], 27 dez. 2016. Disponível em: http://espiritismoparainiciantes.blogspot.com/2016/12/a-contribuicao-espirita-no-debate-da.html. Acesso em: 10 nov. 2019.

ISAIA, Artur Cesar. A codificação espírita, a educação e o papel das elites letradas. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: Ufsc, 2015. Disponível em: http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Sess%C3%A3o-Especial-06.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.

LEONARDI, Paula. *"Purissimo Coração"*: um colégio de elite em Rio Claro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LEONARDI, Paula. Educação e catolicismo. *Pensar a Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 3-23, out./dez. 2016. Disponível em: http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/2017/03/30/educacao-e-catolicismo/. Acesso em: 29 mar. 2019.

MAIA, Manna Nunes. *The making of empresariado do ensino secundário em Niterói – RJ (1889-1944)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MANHÃES, José Carlos. *Cronica à margem da história*. [*S. l.*: *s. n.*], [1935] ano provável. Disponível: http://www.colegioleopoldo.org.br/leopoldomachado2.html. Acesso em: 15 maio 2019.

MATTOS, Renan Santos. *Que espiritismo é esse?* Fernando do Ó e contexto religioso de Santa Maria (1930-1940). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

MICELI, Giam Carmine Cupello. *O processo de espacialização do ensino secundário no estado do Rio de Janeiro (1931-1942)*: uma análise histórica e geográfica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MIGUEL, Sinuê Neckel. Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940. *Debates do NER* [UFRGS], [*S. l.*], v. 15, p. 39-70, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/8063/5918. Acesso em: 15 jun. 2019.

MIGUEL, Sinuê Neckel. O Espiritismo frente à Igreja Católica em disputa por espaço na Era Vargas. *Esboços* - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 17, p. 203-226, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-976.2010v17n24p203/18495. Acesso em: 15 jun. 2019.

MÜSCH, João. *Carta ao bispo do Rio de Janeiro*: comunicando sobre desenvolvimento do espiritismo e solicitando construir espaço para lecionar na igreja, 1935. Destinatário: Bispo do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 1935. Acervo privado do Colégio Leopoldo.

NASCIMENTO, Anaise Cristina da Silva. *Pela Caravana da Fraternidade*: unificação do movimento espírita nas memórias do educador Leopoldo Machado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NATAL dos Pobres no Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 24, n. 1.501, p. 2, 23 dez. 1945.

O 15 DE NOVEMBRO no Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 20, n. 1.025, p. 2, 12 nov. 1936.

O ENSINO em Nova Iguassú. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 13, n. 668, p. 2, 2 jan. 1930.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. *Missão Educacional Alemã no Brasil*: Irmãs Franciscanas - de Dillingen para a Baixada Fluminense. Duque de Caxias e São João de Meriti - RJ (1937-1956). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PÁGINA do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 26, n. 1.308, p. 5, 12 abr. 1942a.

PÁGINA do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 26, n. 1.325, p. 5, 9 ago. 1942b.

PÁGINA do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 26, n. 1.339, p. 5, 15 nov. 1942c.

PÁGINA do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 29, n. 1.485, p. 3, 2 set. 1945.

PIRES, José Herculano. *Pedagogia espírita*. Brasília: Edicel, 2008. Disponível em: http://www.luzespirita.org.br/leitura/pdf/l53.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

REALIZOU-SE, domingo, a 2ª olimpíada do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 24, n. 1.222, p. 3, 18 ago. 1940.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Educação conformada*: a política de educação no Brasil 1930-1945. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

SANFELICE, José Luís. Introdução. In: SANFELICE, José Luís; JACOMELI, Mara Regina Martins; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda (org.). *Histórias de instituições escolares*: teoria e prática. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *Cidade estilhaçada*: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007.

SOUZA, Rogério Luiz. A arte de disciplinar os sentidos: o uso de imagens e imagens em tempos de nacionalização (1930-1945). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.19, n.57, p.399-416, abr. / jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n57/v19n57a07.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

---

62 De acordo com Dora Incontri (2004, 2016), a doutrina espírita pregava a liberdade de credo e por isso não incorporava aos ensinamentos escolares dogmas religiosos.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (1947-1955)

Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues

INTRODUÇÃO

O texto em tela é recorte da minha dissertação de mestrado, em que investigamos o município de Duque de Caxias, que está localizado no estado do Rio de Janeiro e inserido na região compreendida atualmente como Baixada Fluminense. O município desempenhou grande importância política em relação ao Rio de Janeiro e também importância econômica exercida na Baixada Fluminense, desde os tempos em que era distrito de Nova Iguaçu (SOUZA, 2014). Duque de Caxias foi distrito do município de Nova Iguaçu até 1943, ano da sua emancipação.

Dias (2014, p. 164) destaca que os distritos de Iguaçu, que hoje correspondem aos territórios dos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, "com o distrito sede", apresentavam um número relevante de escolas primárias públicas, municipais e estaduais, nas décadas de 1930 e 1940. Ou seja, mesmo antes do processo de emancipação, a região já apresentava um quantitativo de escolas comparativamente relevante no cenário estadual. Vale destacar que a "maioria das escolas públicas foi instalada em residências ou prédios alugados sem a menor infraestrutura" (SOUZA, 2003, p. 45). Cabe sinalizar a este respeito que, embora houvesse um crescimento "na oferta de vagas na escola pública" desde 1930 e que "nos anos de 1950 a expansão da rede escolar primária já se fazia notar nas paisagens urbanas", sempre houve um abismo entre "a oferta e a demanda" de vagas (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 154).

Selecionamos Duque de Caxias pelo destaque dado na literatura existente e em fontes oficiais no que se refere às iniciativas de expansão do ensino primário na década de 1950 (ABREU, 1955).

Embora não houvesse um sistema de ensino municipal no sentido "sistemático na organização da estrutura educacional" (ABREU, 1955, p. 62), o

município em tela desenvolveu esforços significativos, "em nada inferior ao Estado", já no início da década de 1950 (ABREU, 1955, p. 147). "Raras municipalidades" apresentavam, nos anos 1950, estrutura administrativa mais ampla em matéria educacional, sendo dado destaque para o município ora em análise (ABREU, 1955, p. 146).

Dadas as diferentes percepções de região e regional, Faria Filho (2009) propõe conceber a região como uma unidade de análise e como posição epistemológica. Assim, por essa perspectiva teórica e no diálogo com a bibliografia do campo da História da Educação, entendemos que a investigação sobre a História da Educação em Duque de Caxias deve buscar conhecer como a sociedade política local tratou do tema da Educação no período pós-emancipação e no contexto histórico de lutas pelo direito à Educação pública.

Para tal, exploramos, a seguir, as atas das reuniões da câmara municipal a partir da instalação do poder político local (1947), por meio da análise das atas da câmara municipal no período de 1947 a 1955. A escolha pelo uso dessa fonte ocorre porque, além de as atas permitirem o mapeamento das iniciativas do poder público municipal (Executivo e Legislativo) em matéria educacional, possibilitam ainda o exame de nuances das disputas de poder envolvidas nesse processo, das condições das escolas e de aspectos da história local. Buscamos discutir o uso teórico metodológico das atas como fontes e, por meio do exame das atas, apresentar como ocorreu a institucionalização dos trabalhos da câmara, tanto como recurso para conhecer a organização da sociedade política quanto para conhecer como buscaram contemplar a área de Educação como parte de sua agenda de trabalho.

6.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA CÂMARA

Magalhães, ao refletir sobre os municípios e a História da Educação em Portugal, assinala que "a história dos municípios na educação, constitui um campo de investigação a vários títulos inovador", pois, além de permitir conhecer a especificidades existentes "na história municipal", possibilita que essa unidade administrativa ocupe um outro lugar na historiografia da Educação (MAGALHÃES, 2019, p. 11).

Assim, "a ação pedagógica dos municípios tendeu a ir para além de preencher lacunas e debilidades da oferta escolar estatal ou de ser alternativa ao plano estatal", uma vez que "a história dos municípios na educação deixa

também emergir quadros de concertação e construção entre o municipal e o estatal" (MAGALHÃES, 2019, p. 12).

É por essas considerações que analisamos as imbricações entre município e Educação em Duque de Caxias. Interrogamos se o território de Duque Caxias se constituiu ou não num "município pedagógico". Entendemos o conceito de município pedagógico também como propõe Wenceslau Gonçalves Neto (2012), que visa investigar a autonomia municipal em relação à Educação.

Ademais, por se tratar do exame dos primeiros anos de funcionamento da câmara municipal, trata-se do estudo da própria tessitura do poder político municipal, da institucionalização de suas instâncias deliberativas e da construção do aparelhamento do Estado em agências, secretarias e serviços públicos, como a Educação.

O exame das atas das sessões das câmaras permite "acompanhar as discussões dos mais variados projetos legislativos" (BARCELLAR, 2010, p.34). Além de viabilizar o mapeamento das iniciativas do Poder Legislativo em matéria educacional, que é o nosso foco, possibilita também apreender as disputas de poder não só entre a sociedade política e a sociedade civil, como também no seio da própria sociedade política (os conflitos entre o Poder Executivo e Legislativo).

Conceber o Estado como "a expressão" da correlação de forças existentes entre a sociedade política e a sociedade civil (MENDONÇA, 2014, p. 34) é entender que ele não é representante de uma classe, ou fração de classe específica; é examinar os movimentos de disputas na criação e oferecimento de vagas em escolas como processos não homogêneos e carregados de conflitos.

Portanto, é à luz do conceito gramsciano de Estado que tomamos as atas como fontes, interrogando-as sobre o que descortinam acerca de conflitos, acordos e correlações de força intraestatais, entre os membros da sociedade política, entre os partidos políticos e entre o prefeito e os vereadores. Pelo exame das atas, aproximamo-nos dos debates entre os membros da sociedade política e vemos ainda a participação de setores da sociedade civil por meio do envio de memoriais ou de reclamações feitas pelo intermédio dos vereadores.

Os registros das sessões das reuniões da Câmara Municipal de Duque de Caxias estão salvaguardados no Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira (Duque de Caxias), estando o acervo organizado em livros que variam entre 300 e 400 páginas de manuscritos. Em geral, as atas possuem um cabeçalho

com número da sessão, tipo de sessão (ordinária ou extraordinária) e data. Depois no texto corrido, registrava-se a hora do início da reunião, novamente com a data, o nome do presidente da câmara (ou de quem eventualmente assumisse a presidência), o nome dos vereadores presentes e dos faltosos. Era preciso haver número legal para que os trabalhos fossem realizados. Posteriormente a isso, o segundo secretário lia a ata da reunião anterior, para que fosse votada e assinada (IHCMDC, Livro 1, Ata da Instalação da Câmara Municipal de Duque de Caxias, 23/10/1947, p. 2-3). Caso algum vereador não concordasse com algum aspecto do texto, era feito um registro na ata da reunião atual.

As atas eram escritas por um redator (pessoa específica responsável por essa função), e, embora passassem por todo o processo supradescrito para a sua aprovação, encontramos reclamações sobre irregularidades nas Atas (IHCMDC, 1949f, p. 306), constando ainda o registro de que houve "inúmeras vezes graves omissões" das questões levantadas pelo edil Waldemar de Almeida (IHCMDC, 1950c, p. 131), mas que passaram a atender "plenamente às expectativas gerais" em julho de 1950 (IHCMDC, 1950c, p. 131). Cabe pontuar que, a partir do segundo período legislativo, os registros feitos para cada sessão passaram apresentar em média 30 páginas de manuscritos.

Para o trabalho com as atas, o nosso primeiro passo foi a digitalização do acervo integral do período de 1947-1964, que era o recorte inicial da pesquisa de dissertação, resultando num total de 30 livros. O trabalho de digitalização realizado foi importante, tendo em vista que não temos no município políticas públicas suficientes para a guarda e conservação de acervos. O volume documental expressivo e a natureza específica das atas impuseram uma redefinição da pesquisa.

Deparamo-nos com as complexidades, as dificuldades e os desafios que o trabalho com esse tipo de fonte demanda, e redefinimos o recorte temporal dentro do primeiro período legislativo (1947-1951) e do segundo período legislativo (1951-1955). Para o primeiro mandato legislativo, o trabalho foi realizado com 6 livros de atas; já o segundo mandato foi composto por 9 livros de atas, totalizando 15 livros de atas, de modo que, após a transcrição de todos os assuntos inerentes à pesquisa (que renderam um pouco mais de 400 páginas), realizamos a introdução de descritores (classificação temática) dos

assuntos encontrados e, por fim, a análise dos dados. Foram trabalhadas 272 atas do primeiro período legislativo e 433 atas do segundo período legislativo.

O conteúdo das atas "são fragmentários de discussões e de decisões tomadas em reuniões concretas, sob o ponto de vista e seletividade do registrador, visto que foram marcados por sua intencionalidade" (OLIVEIRA; INACIO FILHO; JESUS, 2012, p. 269-270). Os conteúdos expressam indiretamente uma multiplicidade de vozes narradas pelo relator das atas e atestam "o caráter polêmico das discussões [nas Câmaras Municipais], que aglutinavam tanto princípios políticos quanto interesses pessoais e regionais, além, é claro, das divergências partidárias" (GONÇALVES NETO, 2012, p. 34).

É preciso frisar que as atas expressam, além das correlações de forças existentes na sociedade duquecaxiense, o consenso sobre o trabalho desenvolvido de cada legislatura que se pretendia instituir. As palavras de um dos vereadores permitem-nos observar isso explicitamente, pois ele considerava que era preciso "deixar memória lucida, honesta e dignificante nas atas da Camara, para que os pósteros não lhes possa arremeçar a labeu da ignomínia e da desonra" (IHCMDC, 1951d, p. 169).

De acordo com a prescrição do regimento interno, os pareceres deveriam ser "submetidos a duas discussões" (IHCMDC, 1948a, p. 307-308). Os requerimentos tinham o prazo de "oito dias de lei" para ser respondidos (IHCMDC, 1948c, p. 359); todas as respostas dos requerimentos deveriam ser lidas (IHCMDC, 1949g, p. 367). Cada vereador poderia pertencer a até "treis comissões" técnicas (IHCMDC, 1950b, p. 40), conquanto fosse feita a "distribuição proporcional dos cargos nas comissões" (IHCMDC, 1951b, p. 110-111), a fim de que cada assunto discutido e votado possuísse notas que expressassem a maior pluralidade possível de representantes, "isto é, para que em cada apostila ficasse contida a analise judiciosa de todas, mas pelo menos da maioria das agremiações políticas" (IHCMDC, 1951b, p. 110-111).

Vale lembrar que a emancipação de Duque de Caxias ocorreu em 1943, mas que o poder local foi instituído apenas em outubro de 1947 (IHCMDC, Livro 1, Ata de instalação da Câmara Municipal de Duque Caxias, 23/10/1947, p. 2-3).

No período de 1947 a 1962, Duque de Caxias teve o Poder Executivo municipal comandado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (SOUZA, 2014). O PSD foi

> [...] organizado nos estados por lideranças dos interventores que reuniu prefeitos (todos nomeados por interventores) membros da administração estadual [...] proprietários rurais, industriais comerciantes, funcionários públicos e etc. (Partido Social Democrático, 2010) .

O PTB, por sua vez, formou seus quadros por meio do recrutamento de funcionários do Ministério do Trabalho, dos sindicatos, e visava à adesão dos operários urbanos também. (Partido Trabalhista Brasileiro,2010).

A eleição de Gastão Reis (dentista e proprietário de cartório) para o Executivo, em 1947, deu-se sob a derrota de Correia Méier, que era apoiado por Tenório Cavalcanti, influente político local, então ligado ao União Democrática Nacional (UDN). O prefeito eleito pelo PSD fortalecia o amaralismo e o getulismo como correntes políticas, que também haviam vencido no cenário federal com a eleição para a presidência do general Eurico Dutra (SOUZA, 2014, p. 152).

Braulino de Matos Reis, candidato do PTB, foi eleito chefe do Executivo em 1950, entretanto não assumiu o cargo, por conta dos "conflitos locais e as suspeitas de fraudes" (SOUZA, 2014, p. 154), o que levou o então presidente da Câmara, Adolfo David, a assumi-lo. O prefeito eleito só assumiu o cargo dois anos depois das eleições (SOUZA, 2014, p. 154).

No dia 23 de outubro de 1947, foi realizada a sessão de instalação da câmara municipal, em que tomaram posse os vereadores. Ainda são esparsas as informações biográficas sobre eles, e apresentamos aqui, em notas, curtos apontamentos da pesquisa conforme o nome dos vereadores.

Pelo Partido Republicano (PR), tomaram posse Coronel João Teles Bittencourt; Mozart Cintra da Gama e Silva; Waldir de Souza Medeiros; Oldemar de Almeida Franco; Belarmino Pedro Ramos; Helio de Albuquerque Soares e Waldemar de Almeida. Pelo UDN, tomaram posse Anaias Santana que era contador e nasceu em 30 de março de 1932 no estado da Guanabara. Filho de Antônio Benjamim de Sant' Ana e Rosa de Sant' Ana Janeiro; Germano Castelo Branco e José Gomes Pereira Pinto.

Pelo PSD, tomaram posse José Rangel que nasceu em 1900 em Campos, no estado do Rio de Janeiro. Filho de Pio Ferreira da Silva e Dona Maria José Rangel. Estudou em Campos, onde concluiu o primário. Foi para Duque de Caxias em 1926, onde foi encarregado da Fazenda de São Bento. Foi diretor de Fazenda da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, agente de Campos

Elíseos, Agente de Imbariê, depositário municipal e vice-prefeito de Duque de Caxias em março de 1947; Luiz Gonzaga Peçanha e José Antonio da Cunha.

Pelo Partido Social Trabalhista (PST) tomou posse Hermes Gomes de Azevedo. Pelo PTB, tomou posse Hernani Ferreira da Silva Pinto. Sendo eleitos para presidente Cel. João Telles Bittencourt; para vice-presidente, Helio de Albuquerque Soares; para primeiro-secretário, Mozart Cintra Gama e Silva; para segundo-secretário, José Antonio da Cunha (IHCMDC, Livro 1, Ata da Instalação da Câmara Municipal de Duque de Caxias, 23/10/1947, p. 2-3; JORNAL TRIBUNA POPULAR, 1947, p. 8).

A segunda legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1951, e pelo UDN tomaram posse: Francisco Gonçalves Moura, que era vendedor, natural do município de Pereiro, Ceará; nasceu em 1910. Seus pais eram Antonio Gonçalves de Moura e Honorata Clementina C. Moura). Antonio Corrêa Lima nasceu no Distrito Federal em janeiro de 1905. Era filho de João Corrêa Fernandes Lima e Porcina Rosa de Lima. Foi despachante municipal). Antonio Carlos de Sá Rego era funcionário municipal, nasceu em 15/10/1917 e faleceu em 15/05/1984. Filho de João Modesto de Sá Rêgo e Eulália de Meneses Sá Rêgo. Natural do município de Niterói). E Milton Dias Pio nasceu em 1910 em Salvador, Bahia, e tinha a profissão de industriário. Seus pais foram Agenor de Souza Pio e Yvone Dias Pio.

Pelo PR, tomaram posse Waldyr de Souza Medeiros era filho de Francisco de Souza e Esmeraldina Medeiros de Souza. Funcionário municipal nascido no Distrito Federal em 1926. Zulmar Batista de Almeida nasceu em S. José de Calçado em Espírito Santo no ano de 1916. Negociante, filho de Nilo da Silva Almeida e Marieta Baptista de Almeida. João Dias da Silva era natural de Surubim, Pernambuco, nascido em 1921. Filho de José Dias da Silva e Izabel Maria da Conceição e foi corretor. E Edson Carpes era professor, nascido em 05/09/1925. Filho de Nelson Timótheo Carpes e Alice de Mello Carpes. Natural do município de Salvador, Bahia.

Pelo PTB, José Peixoto Filho sua mãe foi Luzia Julieta Peixoto; e seu pai, José Peixoto. Nasceu no Distrito Federal em 1915 e era advogado. Manoel Peres Montilho exercia a profissão de corretor, nasceu em 08/08/1987. Filho de Romão Peres Garcia e Dolores Peres Montilho. Natural do Distrito Federal. Fernando Pessôa de Mello foi despachante municipal, nasceu no Distrito

Federal em 1917, filho de Carnot Brederod Pessôa de Mello e Gertrudes de Albuquerque Pessôa de Mello. E Wilson Bastos Ruy.

Pelo PSD, Dermeval Lage de Barros foi tabelião, nasceu em 14/12/1915. Filho de Victor de Barros e Graziela Lage de Barros. Natural do município de Meriti, Rio de Janeiro. Elizeu Adail de Alvarenga Freire era filho de Elizeu de Alvarenga Freire e Rita de Azambuja Monteiro, nascido em Meriti em 1912. Foi funcionário federal. E José Ribeiro Alves José Ribeiro Alves foi almoxarife, nascido no Distrito Federal em 1922. Tinha como pais: Manoel Ribeiro Alves e Antonia Bastos Alves.

Também foram eleitos para essa legislatura os vereadores Amaro de Souza Rocha que era dentista e nasceu em 06/02/1919. Filho de Altino de Souza Rocha e Aurelia Ribeiro Gomes. Natural do município de Campos, Rio de Janeiro. E Adolfo David, cujos respectivos partidos não foi possível identificar (IHCMDC, 1951a, p. 83-84).

A mesa da casa ficou composta da seguinte maneira: "Presidente Adolfo David, Vice- Presidente Zulmar Batista de Almeida, 1º Secretario Dermeval Lage de Barros, 2º Secretario Wilson Bastos Ruy" (IHCMDC, 1951a, p. 83-84).

Cabe salientar a participação de outros vereadores (suplentes) nesses períodos legislativos por motivo de licença dos vereadores supracitados. Contudo, escolhemos sinalizar no decorrer do texto a participação somente dos vereadores que tiveram relevância nas discussões dos assuntos investigados. Outro ponto a ser destacado é a recorrência de os vereadores mudarem de partido durante suas respectivas legislaturas.

Os vereadores se organizavam nas seguintes Comissões Técnicas Permanentes: Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas; Comissão de Higiene e Instrução, Comissão de Estatística e Recenseamento (IHCMDC, 1947a, p. 22).

Entendemos no exame da documentação que a falta de quórum legal para a realização das sessões era uma estratégia de disputa empregada pelos vereadores, pois repercutia no adiamento da discussão de uma temática, da votação de um parecer e na eleição das Comissões Técnicas Permanentes:

> Na tribuna o vereador Francisco Gonçalves Moura, [...] disse que, de fato, havia [...]conduta ante democrática da Maioria que diariamente abandona o plenário com receio de passar pelo amargor de uma derrota, na composição das comissões técnicas. Por isso [...] há mais de quinze dias não dava número para a eleição das comissões.

> Ademais- agregou-, a Minoria, da maneira como fora organizada, também não tinha credenciais para debater esse caso e tanto éra verdade que ela vivia fugindo do entrevêr, parlamentar ante o espectro da derrota inevitável. Engendrada de modo incomum, manteve longe da luz, um dos seus integrantes e hoje, dia dezenove do corrente, ainda não se dignou eleger as comissões em apreço... (IHCMDC, 1952a, p. 84).

Ao nos debruçarmos nas relações estabelecidas entre o Executivo e o Legislativo, analisamos que, no primeiro período legislativo, havia uma relação conflituosa entre o Poder Executivo e Legislativo do novo município, de modo que pedidos de informações feitos ao chefe do Executivo, por parte dos vereadores, eram ignorados ou demoravam a ter retorno. Já na segunda legislatura, o Executivo pressionava o Legislativo por meio do atraso do pagamento dos vereadores e da ausência de verba para a casa. Tamanha era a tensão entre os dois poderes nesse período que, em uma das reuniões da câmara, o prefeito teria ficado alterado e tentado agredir um dos vereadores (IHCMDC, Livro 14, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, 27/04/1954, p. 137-138).

Portanto, tendo em vista o cenário de institucionalização do poder municipal e disputas entre os vereadores com a prefeitura, indagamos como foram organizados os trabalhos referentes à Educação.

6.2 A COMISSÃO DE INSTRUÇÃO E SAÚDE

Assim que começaram os trabalhos na Câmara Municipal, foram criadas as Comissões Técnicas Permanentes e, entre elas, a Comissão de Higiene e Instrução. A partir de 1949, a comissão tem seu nome modificado, a Educação passa a se associar também à assistência social: "Comissão de Higiene, Instrução e Assistência Social" (IHCMDC, 1949a, p. 11-12). Essa nomenclatura varia nos anos seguintes, ora contendo o termo "assistência social", ora não.

Quadro 6.1 – Comissão de Higiene e Instrução (1947 e 1951)

1º Período Legislativo (outubro de 1947 a janeiro de 1951)		
Ano	**Integrantes**	**Partidos**
1947	Mozart Cintra da Gama e Silva	PR
	Dr. Oldemar de Almeida Franco	PR
	Dr. Hélio Albuquerque Soares	PR

1º Período Legislativo (outubro de 1947 a janeiro de 1951)		
1948	Hermes Gomes de Azevedo	PST
	Dr. José Soares Ribeiro de Castro	-
	Germano Castello Branco	UDN
1949	Dr. Hélio Albuquerque Soares	PR
	Belarmino Pedro Ramos	PR
	Dr. José Soares Ribeiro de Castro	-
1950	Dr. Hélio Albuquerque Soares	PR
	Mozart Cintra da Gama e Silva	PR
	Dr. José Soares Ribeiro de Castro	-

Fonte: IHCMDC. Livros de Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (Livros 1-15); *Jornal Tribuna Popular* (1947, p. 8). Nota: optamos por registrar no quadro somente os partidos de origem dos vereadores, ainda que tenha sido percebida uma movimentação ao longo do período. O uso do traço (-) é para indicar que não conseguimos identificar o partido do vereador

Quadro 6.2 – Comissão de Higiene e Instrução (1951-1955)

2º Período Legislativo (janeiro de 1951 a janeiro de 1955)		
Ano	**Integrantes**	**Partidos**
1951	Edson Carpes, presidente	PR
	Manoel Perez Montilho, relator	PTB
	Amaro de Souza Rocha, revisor	UDN
1952	Antonio Carlos Sá Rêgo	UDN
	Wilson Bastos Ruy	PTB
	Dermeval Lage de Barros	PSD
1953	Amaro de Souza Rocha, presidente	UDN
	Edson Carpes, relator	PR
	Manoel Perez Montilho, revisor	PTB
1954	Milton Dias Pio	UDN
	Manoel Perez Montilho	PTB

Fonte: IHCMDC. Livros de Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (Livros 1-15); *Jornal Tribuna Popular* (1947, p. 8). Nota: optamos por registrar no quadro somente os partidos de origem dos vereadores, ainda que tenha sido percebida uma movimentação ao longo do período

Como podemos ver no Quadro 6.2, na primeira legislatura, entre os vereadores com partidos políticos identificados, havia a maior presença do Partido Republicano. A composição da primeira e da quarta comissão existentes no período investigado indica que as orientações do regimento interno não estavam sendo seguidas, uma vez que duas das três vagas dessas comissões tinham representantes de um mesmo partido político (IHCMDC, 1951b, p. 110-111).

Destacamos a presença de médicos nas vagas da Comissão de Higiene e Instrução dos anos de 1947 e 1949. Para essas comissões, duas das três vagas foram ocupadas por médicos. Em 1947, Dr. Oldemar de Almeida Franco, e Dr. Hélio Albuquerque Soares, ambos do Partido Republicano. Em 1949, Dr. Hélio Albuquerque Soares, do Partido Republicano, e Dr. José Soares Ribeiro de Castro[63], demonstrando talvez os interesses mais considerados nas Comissões de Higiene e Instrução. No segundo período legislativo, houve maior pluralidade partidária nas comissões, e destacamos a presença de um professor na comissão, Edson Carpes.

A presença de um vereador mais de uma vez nessa comissão, no mesmo período legislativo, também foi recorrente, e pode expressar as formas pelas quais esses arranjos de poder eram construídos. As Comissões Técnicas Permanentes eram votadas anualmente, e, ao que tudo indica, parte de suas atribuições era "tratar com o prefeito" assuntos que fossem correspondentes a sua pasta. Esperava-se que a Comissão de Instrução e Higiene deveria: "se incumbir de visitas as escolas do Municipio para dar parecer sobre o estado das mesmas" (IHCMDC, 1947b, p. 52). Também foi convocada para tratar da situação da Escola do Centenário, em 1948 (IHCMDC, 1948b, p. 326-327) e a respeito do hospital da cidade em 1951 (IHCMDC, 1951f, p. 73). Importa ressaltar que não identificamos os registros ou a realização das visitas às escolas do município, sendo solicitadas novamente em 1949 (IHCMDC, 1949c, p. 86).

Localizamos um pedido de renúncia da comissão em análise por parte do vereador José Soares, em 1949 (IHCMDC, 1949d, p. 251). Cabe salientar que não comparece nas atas a justificativa para o pedido. Esse vereador foi

substituído, no mês seguinte, por Carlos Fernandes, que obteve "nove votos" da casa (IHCMDC, 1949e, p. 282-283).

Outro pedido ocorreu devido ao fato de um mesmo vereador "já ter sido eleito para treis comissões" (IHCMDC, 1950a, p. 38), mas foi retirado posteriormente pelo vereador, pois foi esclarecido que, "de acordo com o regimento interno", seria possível um edil pertencer a três comissões ao mesmo tempo (IHCMDC, 1950b, p. 40). Esse pedido expõe o processo de institucionalização da casa legislativa enquanto órgão público recém-criado e do aprendizado das normas regimentais por parte dos vereadores.

Esses pedidos podem indicar os diferentes graus de importância que eram atribuídos à Educação na casa legislativa, uma vez que era a Comissão de Higiene e Instrução que tratava especificamente desse assunto.

6.3 O PODER MUNICIPAL E A EDUCAÇÃO

De modo geral, na primeira legislatura, as discussões sobre Educação na câmara de vereadores estavam baseadas em projetos de criação de escolas de naturezas distintas, doação e desapropriação de terrenos para construção de escolas, reestruturação dos professores no quadro do funcionalismo. Observamos ainda tentativas de intervenção e fiscalização do fazer docente e a circulação de discursos sobre a importância da função social do professor na disseminação da Educação para o engrandecimento do município.

Já na segunda legislatura, as discussões sobre criação de ginásios ganharam muita força. Embora a obrigação municipal fosse para com o ensino primário e este fosse precário em termos de oferta de matrículas e condições das instalações de escolas, as subvenções e pedidos de encampação de escolas atravessaram as duas legislaturas, todavia foi na segunda que nos deparamos com mais solicitações de encampações, isto é, pedidos de que a administração pública municipal assumisse instituições privadas de ensino. É também neste período que as solicitações de verbas para criação de escolas em bairros específicos comparecem, bem como pedidos de isenções de impostos. A precariedade das construções dos prédios escolares na região é revelada nos casos das escolas que ruíram, antes de suas obras terem sido concluídas. Nessa legislatura, os debates sobre a legislação pertinente ao magistério foram mais presentes, assim como debates sobre o não cumprimento destas leis.

Todavia é preciso atentar que as temáticas educacionais discutidas também revelam o próprio processo de organização da câmara municipal e os modos pelos quais os vereadores iam traçando suas estratégias de construção/manutenção de poder no território.

Em julho de 1954, houve a sugestão da "destituição da comissão de Higiene" por parte do vereador Joaquim Tenório (IHCMDC, Livro 14, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 21/07/1954, p. 196), sob a argumentação de que a comissão arquivava requerimentos que, segundo ele, eram necessários para a cidade, o que colocou em questionamento a real utilidade da comissão. Pelo menos até o fim do segundo mandato, não consta a exclusão dessa comissão. Importa frisar que o pedido de destituição da comissão ocorreu num contexto de solicitações de verbas para reformas em igrejas de distintos distritos e instalação de postos de saúde em que determinadas solicitações eram aceitas e outras não.

A esse respeito, o Sr. Waldyr Medeiros afirmava que havia

> [...] incoerência e insinceridade do Sr. Peixoto Filho [integrante da Comissão de Higiene, Instrução e Saúde], que quando se cogita de prestar auxílio à matriz de Santo Antonio não hesita em proferir assacadilhas e heresias, ao passo que para as igrejas do 2º Distrito requeria aquele benefício. (IHCMDC, 1954b, p. 196).

Embora a Comissão de Higiene e Instrução tivesse a função de zelar pelos assuntos educacionais do município, foi criado o cargo de inspetor escolar, que pode ser entendido como uma iniciativa do Poder Executivo para atuar mais diretamente em matéria educacional. De acordo com Abreu (1955), no estado do Rio de Janeiro, o "'inspetor de ensino municipal', [era] diretamente subordinado ao Prefeito", sendo estes de "livre nomeação do Chefe do Executivo; de caráter político, pois" (ABREU, 1955, p. 146). Portanto, havia dois entes fiscalizadores da Educação em Duque de Caxias; a comissão, enquanto representante do Poder Legislativo; e o inspetor de ensino, como representante do Executivo.

É diante deste prisma que destacamos que, segundo o vereador Milton Pio, "inexiste trabalho eficiente e real na inspeção do ensino" (IHCMDC, 1951i, p. 152), o que nos permite entender a criação desse cargo como uma iniciativa do município para atuar em matéria educacional, mas também como um instrumento na correlação de força entre os poderes municipais.

Em 1951, já na segunda legislatura, é que as discussões sobre o inspetor de ensino comparecem nas atas. Foi também nesse período que denúncias sobre

suposto beneficiamento da prefeitura ao cargo de inspetor municipal do ensino surgiram, pois esse cargo não havia recebido, no projeto do prefeito, alteração do que havia na Deliberação n.º 137[64]. Nesse contexto, o vereador Waldyr Medeiros assinalava que, embora a legislação de n.º 137, que reestruturava os cargos e funções de professores municipais, em nada favorecesse o professorado, "éra boa para inspetora" (IHCMDC, 1951i, p. 152).

Em diversas sessões, eram realizadas queixas a respeito do trabalho realizado pela inspetora de ensino. O vereador Antônio Correa Lima, por exemplo, apontou que

> [...] a inspetora não cumpre fielmente seu dever, para isso exibindo um livro de ponto de uma escola onde ela não comparece e aonde favorece com dispensas do trabalho, a professora lotada, que é irmã da funcionária que trabalha no Gabinete do Prefeito. (IHCMDC, 1951i, p. 153).

Noutra sessão, comparece que a inspetora de ensino não se importava com "o progresso do ensino", que "era a única culpada pela situação em que se acha o ensino municipal" e que não tinha "competência", pois, segundo o vereador Souza Medeiros, ela "não se preocupando senão com assuntos que dizem respeito às vidas de outros funcionários, essa inspetora deixa ao abandono as escolas" (IHCMDC, 1952d, p. 161). Mencionamos essas passagens como indícios das disputas em torno do cargo de inspetor, de um clima de suspeição que era incensado como parte das rivalidades entre o Poder Legislativo e o Executivo.

De acordo com o Relatório da Cileme (ABREU, 1955, p. 113), muitos eram os afazeres dos inspetores:

> [...] tarefas de visitar as escolas atestar o exercício do magistério, autorizar os atos de nomeação e dispensa dos substitutos, licenças até 8 dias, justificativas de faltas; atestavam o uso dos prédios alugados; faziam o controle da estatística, assinavam certificados de habilitação dos alunos e organizavam os exames. Ficou aos inspetores do ensino primário e profissional a coordenação dos trabalhos nas regiões escolares, sobretudo exercendo atividades de direcionamento pedagógico, promoção de reuniões e palestras e cursos.

Nesta direção, segundo Abreu (1955), embora os encarregados da inspeção escolar devessem ter como foco a orientação dos professores, muitas eram as suas tarefas, e acabavam não conseguindo realizar a que lhe deveria ser mais cara. Ainda que alguns chefes de Inspetoria se esforçassem em fornecer algum auxílio aos professores, isso era restrito às questões burocráticas, e não às pedagógicas, tal como acontecia na grande maioria dos casos das visitas às

escolas (duas visitas por ano), mas havia exceções quanto a iniciativas diferenciadas. Também nesse quesito as escolas de zona rural eram menos amparadas (ABREU, 1955, p. 240-242).

Por mais que o poder de fiscalização do ensino da Comissão de Higiene e Instrução não tenha sido atestado explicitamente pelo exame das atas e que este, muitas vezes, tenha sido prejudicado pela ausência de informações fornecidas pelo Executivo, entendemos que isso não foi suficiente para neutralizar as pressões que as discussões propostas pela comissão e na casa podiam acarretar a esse respeito.

É importante destacar que diversos vereadores foram atuantes nas discussões relativas à temática da Educação, alguns deles integraram a Comissão de Higiene e Instrução, outros se debruçaram sobre essa temática, mesmo não compondo a comissão. Ou seja, a atuação municipal extrapolava a Comissão de Higiene e Instrução.

E, nesse sentido, é interessante ressaltar como as atas são fontes que permitem observar o processo de institucionalização das escolas por uma ótica das práticas clientelistas para o acesso à Educação.

Ainda se tratando dos tipos de escolas que eram propostas para o município, percebe-se uma variedade de modalidades de ensino e natureza de instituições. Mas a menção à criação de escolas ocorria de forma dispersa no cotidiano do poder municipal, como pode ser notado nos exemplos a seguir.

Houve uma "Indicação do Vereador Waldyr Medeiros para que seja criado uma escola de Instrução Militar neste Municipio" (IHCMDC, 1949b, p. 74); a indicação de "serem reencetados os cursos supletivos noturnos de várias escolas municipais" (IHCMDC, 1951c, p. 63); a "indicação do edil Peixoto Filho creando uma escola na Igreja Metodista da Av. Rio Petrópolis" (IHCMDC, 1951e, p. 160), nomeando também "uma professora" para essa igreja (IHCMDC, 1951g, p. 125). Ambas as sugestões foram "aprovad[a]s sem restrição" (IHCMDC, 1951h, p. 132).

Os pedidos de criação e construção de escolas certamente são dos principais temas, em matéria de Educação, encontrado nas atas. Mas, como nos exemplos supra, o modo como ocorria demonstra que não havia uma política educacional, um plano organizado de institucionalização de uma rede municipal de ensino. Os esforços de criação de escolas pareciam manejados em função dos bairros de atuação eleitoral dos vereadores.

O tema da composição do funcionalismo municipal e as regras para admissão e remuneração também ocupavam as sessões. Assim, as distinções entre as classificações dos professores, os modos de contratação e os padrões de vencimento eram discutidas. Ora o prefeito, ora os vereadores expunham as contradições entre a importância de haver escolas e mestres e a necessidade de adequação ao orçamento municipal. O orçamento era certamente o principal argumento para o veto a projetos ou, ainda, recorria-se à votação de emendas para suplementação dos gastos municipais, o que mobilizava acirradas disputas entre oposição e situação. Desse modo, o tema da destinação de verbas para a construção de escolas e pagamentos do funcionalismo, as denúncias e suspeitas sobre fraudes e os usos indevidos do orçamento compareciam nos debates sobre a Educação.

Os pedidos de criação de escolas nos mais diversos bairros, e às vezes mais de um pedido para uma mesma localidade, indicam que poderia ocorrer a concentração de escolas num determinado distrito, em detrimento de outro. Dado que esses pedidos não vinham acompanhados com justificativas (pelo menos estas não constam nas atas) e que não se apresentavam enquanto determinações para todo o território, mas apenas para áreas específicas, isso nos sugere que a ausência de um planejamento para a totalidade do território servia mais aos interesses políticos do que à população.

Assim, a investigação do tema da Educação nas atas nos aproxima dos modos e interesses que moviam o poder municipal e sua atuação em matéria de instrução. É uma posição de análise, segundo a escala local, da atuação do poder municipal, que nos instiga a pensar como os interesses eleitorais e o maior ou menor poder político dos vereadores dentro da câmara incidiam sobre a oferta de escolas em diferentes localidades do município.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. *O sistema educacional fluminense*: uma tentativa de interpretação e crítica. Brasília: MEC; Inep; Cileme, 1955.

ALEXANDRE, Maria Lucia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letrados*: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu – 1955-1970). 2015. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. Duque de Caxias e a história sobre trilhos: a construção de uma periferia distante. *In*: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa (org.). *De Iguassú à Baixada Fluminense*: histórias de um território. Curitiba: Appris, 2019. p. 299-322.

BARCELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro. *De Merity a Duque de Caxias*: encontro com a história da cidade. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras*: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas. *In*: MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; *et al.* (org.). *História da educação*: desafios teóricos e empíricos. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo Sem Fronteiras*, [*S. l.*], v. 9, n. 1, p. 10-24, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm. Acesso em: 15 maio 2016.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de história da educação brasileira; v. 3).

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da Instrução Pública no início do período republicano. *In*: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). *O município e a educação no Brasil*: Minas Gerais na primeira república. Campinas: Alínea, 2012.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da Instalação da Câmara Municipal de Duque de Caxias.* Duque de Caxias: [*s. n.*], 23 out. 1947. Livro 1.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 3ª Reunião Extraordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 24 out. 1947a. Livro 1.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 4ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 6 nov. 1947b. Livro 1.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 1º Sessão Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 4 mar. 1948a. Livro 1.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 5ª Sessão Extraordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 10 mar. 1948b. Livro 1.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 10ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 19 mar. 1948c. Livro 1.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 1ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 7 mar. 1949a. Livro 3.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 13ª Sessão Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 31 mar. 1949b. Livro 3.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 1ª Sessão Extraordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 21 abr. 1949c. Livro 3.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 13ª Sessão Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 5 ago. 1949d. Livro 3.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 6ª Sessão Extraordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 20 set. 1949e. Livro 3.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 1ª Sessão Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 3 nov. 1949f. Livro 3.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 9ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 23 nov. 1949g. Livro 3.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 2ª Sessão Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 6 mar. 1950a. Livro 4.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 3ª Sessão Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 8 mar. 1950b. Livro 4.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 3ª Sessão Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 10 jul. 1950c. Livro 4.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da Sessão de Instalação*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 31 jan. 1951a. Livro 5.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 2ª Reunião Extraordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 12 fev. 1951b. Livro 5.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 8ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 15 mar. 1951c. Livro 6.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 2ª Reunião Extraordinária, especialmente convocada para discussão e votação do decreto de autoria do edil José Ribeiro Alves reclassificando o quadro de funcionários da câmara e para tratar e deliberar a respeito do contrato de abastecimento dágua*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 13 abr. 1951d. Livro 6.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 6ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, convocada especialmente para apreciar o veto, parcial e total dados pelo prefeito Municipal às deliberações 195 e a deliberação relativa à cobrança de 1% do imposto*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 28 ago. 1951e. Livro 7.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 4ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, para apreciar em primeira discussão, o balancete da Secretaria da Câmara*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 7 nov. 1951f. Livro 8.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 12ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 20 nov. 1951g. Livro 8.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 13ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 21 nov. 1951h. Livro 8.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 16ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 26 nov. 1951i. Livro 8.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 12ª Reunião Ordinária.* Duque de Caxias: [*s. n.*], 19 mar. 1952a. Livro 9.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 1ª Reunião Extraordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 22 abr. 1952b. Livro 9.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 4ª Reunião Extraordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 25 abr. 1952c. Livro 9.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 3ª Reunião Extraordinária, convocada pelo Sr. Presidente da Câmara, para Sr. Presidente da Câmara, para apreciação e deliberação do contrato a ser firmado entre as Prefeituras desta Cidade e do Distrito Federal, acerca da adutora do Rio Iguassú*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 21 maio 1952d. Livro 9.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 15ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 24 jul. 1952e. Livro 10.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 19ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 30 jul. 1952f. Livro 10.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 2ª Reunião Extraordinária, convocada pelo Sr. Prefeito para apreciar a mensagem aceitando com doação o ginásio do loteamento Jardim Primavera*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 27 abr. 1953. Livro 12.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 2ª Reunião Extraordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 3 mar. 1954a. Livro 14.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS(IHCMDC). *Ata da 7ª Reunião Extraordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 27 abr. 1954. Livro 14.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IHCMDC). *Ata da 16ª Reunião Ordinária*. Duque de Caxias: [*s. n.*], 21 jul. 1954b. Livro 14.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. [*S. l.*], ano 3, n. 725, 10 out. 1947.

MAGALHÃES, Justino. Municípios e história da educação. *Cadernos de História da Educação*, [*S. l.*], v. 18, n. 1, p. 9-20, jan./abr. 2019. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611/25734. Acesso em: 20 jun. 2019.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*, [*S. l.*], v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./jul. 2014. Disponível em: http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219.pdf. Acesso em: 15 mar. 2018.

OLIVEIRA; Antoniette. Camargo de.; INACIO FILHO, Geraldo; JESUS, Osvaldo Freitas de. Educação como fator secundário em Sacramento entre o Império e a República. In: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de.(orgs.) O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República. Campinas, SP: editora Alínea, 2012.p.267-305.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. *In*: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930.Riod de Janeiro: CPDOC,2010. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965. Acesso em: 2 jun. 2020.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. *In*: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965. Acesso em: 2 jun. 2020.

SOUZA, Marlucia Santos. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias. Revisão de conteúdo e seleção iconográfica de Ercília Coêlho Oliveira e Fábio Silva Gonçalves. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

SOUZA, Marlucia Santos. Memórias da emancipação de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. *Revista Pilares da História*, [*S. l.*], ano 2, n. 3, p. 37-53, dez. 2003. Disponível em: http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03_revista_pilares_da_historia.pdf. Acesso em: 30 mar. 2015.

[63] Não foi possível identificar o seu partido político.

[64] Essa deliberação tratava da reestruturação dos professores.

DUQUE DE CAXIAS, CIDADE INDUSTRIAL: PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DISCIPLINARIZAÇÃO DE TRABALHADORES NA FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES (1942-1970)

Maissi de Cássia Julião Alves

Angélica Borges

A pesquisa desenvolvida para este estudo teve como objetivo investigar as relações entre a instalação de uma fábrica em uma determinada região e os projetos de Educação existentes na localidade tendo como base o caso da Fábrica Nacional de Motores (FNM), no período das décadas de 1940 a 1970. A FNM foi idealizada na cidade de Duque de Caxias, situada na Baixada Fluminense, mais precisamente em Xerém. Para compreender os impactos que aquela fábrica poderia trazer para o campo educacional, foi necessário buscar entender também as questões políticas que envolviam diretamente a organização da fábrica e o seu papel no contexto local. Em sua história como fábrica estatal, teve a intenção de preparar e treinar os operários por meio de uma formação para o trabalho disciplinada voltada para realização de atividades fabris. Para realizar o estudo, foi feita uma pesquisa em jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; também em fontes como a obra do memorialista José Lustosa, por informações do Centro de Pesquisa Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd) e do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual Barão de Mauá (2018-2019).

De acordo com a Fundação do Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), em seus estudos voltados para a urbanização, a cidade de Duque de Caxias passou por grandes transformações ao longo do tempo (SOUZA, 2014). Compondo a Baixada Fluminense, a cidade junta-se a São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita. Marlúcia Santos de Souza, em seu livro *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*, relata que os territórios dos

municípios supracitados faziam parte no século XIX das vilas de Iguaçu e Estrela; sendo assim, as histórias desses municípios foram sendo articuladas. Já no período republicano, com a realização de uma reforma administrativa, todo o território se transformou no município de Nova Iguaçu, e apenas nos anos de 1940 os municípios foram fragmentados (SOUZA, 2014).

Atualmente, o município de Duque de Caxias é dividido em quatro distritos, sendo eles Duque de Caxias; Campos Elísios; Imbariê; e Xerém, em uma localização de fácil acesso a vias importantes, como a Avenida Brasil, Linhas Amarela e Vermelha, Avenida Presidente Dutra e Rodovia Washington Luís, que corta a cidade e em cujos arredores há grande expansão populacional. A cidade também conta com o polo petroquímico (Reduc), parque industrial do município que representa uma das maiores riquezas locais, trazendo grande renda. Sendo assim, a cidade tem uma grande arrecadação de ICMS, obtém atração de investimentos públicos e privados, favorecendo a imagem da cidade, levando em conta também a sua população, sendo estimada para 2019 em 919.596 pessoas, segundo o levantamento de dados do IBGE no censo de 2010 (SOUZA, 2014).

Seu processo de ocupação se deu por meio de interesses dos grupos dominantes, locais subordinados aos grupos centrais, ao mesmo tempo que de maneira popular, com autoconstruções de moradias, lutas dos lavradores pela terra, práticas de movimentos sociais buscando implantação de recursos básicos como saneamento, pavimentação, escolas, hospitais. Periferia essa fortemente moldada por um processo de industrialização incentivado pela verba pública, mas, simultaneamente, um local sem investimentos em políticas públicas que garantissem condições mínimas de vida aos trabalhadores, pois os recursos só eram enviados a locais que tivessem um retorno financeiro. Logo, essa atitude fez com que práticas clientelísticas fossem fortalecidas e beneficiassem os que promoveram o assistencialismo (SOUZA, 2014).

O Estado Novo, segundo Souza (2014), colocou em prática um projeto de colonização e de desenvolvimento industrial que deixou grandes marcas na cidade de Duque de Caxias. As intervenções e os investimentos de modernização realizados pelo governo Vargas alteraram o desenho da região: investimento em saneamento básico e na diversificação agrícola como estratégias de revalorização fundiária; a criação do Núcleo Colonial de São Bento (COSTA, 2017) como política de colonização de terras públicas; a

criação da Cidade dos Meninos como uma prática de assistência e de formação para o trabalho; e a construção da Cidade do Motor, que também visava à formação do trabalhador nacional a serviço da industrialização (SOUZA, 2014). A localização estratégica da FNM, que contava com a Estrada de Ferro Rio d'Ouro e a Estrada Rio-Petrópolis, facilitava o escoamento da produção. O terreno ao nível do mar, com vegetação e serras ao redor e apenas dois acessos, era considerado ponto vantajoso importante para uma fábrica militar (SOUZA, 2014).

7.1 A CIDADE, A FÁBRICA E A ESCOLA: ASPECTOS HISTÓRICOS DE DUQUE DE CAXIAS E DE SEU DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E EDUCACIONAL

O projeto de cidade industrial por meio da instalação da Fábrica Nacional de Motores, em 1942, procurava impor uma concepção de nacionalidade e sociedade hierarquizada e ordenada pelo poder central, visto como fornecedor das necessidades básicas do ser humano a fim de conduzir a nação para o progresso e a felicidade (SOUZA, 2014). Para Souza (2014), a criação da Siderúrgica de Volta Redonda e da FNM tem relação com as alianças entre Brasil e Estados Unidos realizadas no fim da década de 1930 e no início da década de 1940, visando a uma indústria de base para assegurar a expansão do capitalismo com o desenvolvimento industrial no Brasil.

A Fábrica Nacional de Motores era vista como uma das grandes realizações do período do Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas. Criada inicialmente para produzir motores de aviões, a fábrica contava com um grande número de empregados, vindos de diversas partes do Brasil. Entre as idealizações, estava a construção de uma cidade autossustentável, com uma área de mais de 5 mil hectares, para o que era necessário ocupá-la não só com as atividades da fábrica, mas também com a criação de animais e agricultura de modo a se tornar um modelo de desenvolvimento e progresso (SOUZA, 2014; RAMALHO, 1989). Na vila operária, parte dos seus operários tinha direito à moradia com a família em terrenos da fábrica bem próximos ao trabalho (RAMALHO, 1989).

Na sociedade industrializada, segundo Enguita, grande parte dos sujeitos não tem o poder de decisão sobre qual será o produto do seu trabalho. Com a modernidade, o trabalhador se vê diante de uma falsa liberdade ou relativa

liberdade. Tem-se um constante afastamento entre o trabalho e o ócio, pois no tempo de trabalho não devem acontecer interferências externas. Sendo assim, o trabalho passa a ser visto como um esforço e fonte de desprazer (ENGUITA, 1989).

Os operários da FNM ficavam longe da vida cotidiana de outras cidades, estavam isolados como numa espécie de experimento para uma cidade ideal de desenvolvimento e progresso, submetidos a uma hierarquia e disciplina. Muitos operários eram oriundos da delegacia de Caxias, pois a disciplina era considerada um remédio para consertar os "homens tortos". Assim, a ideia era de que a fábrica corrigiria o comportamento desses indivíduos por meio de carteira assinada, ensinando-lhes um ofício, alimentando-os e dando-lhes assistência médica (SOUZA, 2014).

De acordo com Ramalho (1989), na FNM comandada pelo Brigadeiro Guedes Muniz, exigia-se dos trabalhadores obediência e respeito à hierarquia. O rigor disciplinar, o apelo ao patriotismo, o projeto de uma "Cidade dos Motores" autossuficiente em alimentação e moradia davam uma particularidade à fábrica. Buscava-se propor um enquadramento ao trabalhador dentro dos princípios de uma educação técnica e disciplinar e

> [...] não considera[va], a priori, qualquer possibilidade de contribuição por parte do trabalhador, tornando-o como um 'ser sem cultura', o que vai indicar uma característica importante do tipo de dominação que se implantava na fábrica (RAMALHO, 1989, p. 46).

Com o fim do Estado Novo, da guerra e com a desmilitarização, Eurico Dutra assumiu a presidência da República. Com essa troca, ocorreu também a mudança de correlação de forças políticas no governo, o que afetou diretamente a FNM. Então, Brigadeiro Guedes Muniz deixou o comando da fábrica e foi substituído por um engenheiro civil no fim de 1947, quando a FNM foi transformada em sociedade anônima. A fábrica flexibilizou sua produção, deixou de fabricar motores de aviação e passou a ser a principal indústria de montagem de veículos pesados do país (RAMALHO, 1989; SOUZA, 2014).

Em 1949, a FNM assinou um contrato de cooperação com a empresa Isotta Fraschini, para a produção de caminhões com a capacidade de 7,5 de toneladas para cargas. No ano seguinte, 1950, Isotta Fraschini encerrou suas atividades na Itália e a FNM assinou contrato com a Alfa Romeo S.A., empresa que viria a comprar a FNM em 1968. Em 1976, a Alfa Romeo foi comprada pela Fiat, que

passou a ser proprietária da FNM, que acaba definitivamente com as características e essência da produtividade da fábrica, sendo fechada nos anos 80 (RAMALHO, 1989).

7.2 "A FACE OCULTA DO CAMINHÃO": EDUCAR O TRABALHADOR

Figura 7.1 – "A face oculta do caminhão"



A FACE OCULTA DO CAMINHÃO

Quem tiver visão de conjunto verá na face oculta da indústria automobilística um imenso esforço formador de recursos humanos. Técnicos e especialistas são formados em cursos intensivos durante o ano inteiro na Escola da FNM. A assistência é assegurada pelo Brasil a fora. Somente a Mecânica Victori, que transmite a informação, reúne 60% dos alunos-operários.

Fonte: *O Cruzeiro: revista* (08/01/1975, p. 64)

Na Figura 7.1, podemos observar um recorte do periódico *O Cruzeiro* de 1975, que registra que "quem tiver visão de conjunto verá na face oculta da indústria automobilística um imenso esforço formador de recursos humanos". Nesse trecho, chama atenção o destaque para o sujeito considerado capaz de

ver — que tem visão de conjunto — em razão do formato fragmentado do trabalho industrial e a ideia de que o "imenso esforço formador" compõe a "face oculta" da indústria, que também nos remete à ideia da "face oculta da escola", conforme discutido por Enguita (1989).

Essa relação entre escola e fábrica pode ser observada, no caso da FNM, em notícias de jornais da época. Para Kuenzer, o sujeito, ao se tornar trabalhador assalariado e vender sua força de trabalho, transforma-se em fator de produção, perdendo o controle do processo de trabalho. Ele deixa de ser o artesão que domina todo o processo produtivo e passa a desempenhar funções em um processo fragmentado de trabalho, no qual é visto como sujeito que precisa ser educado e formado, a fim de se tornar um indivíduo com atitudes e comportamentos almejados pelo novo sistema de produção (KUENZER, 1985).

Para tanto, segundo Kuenzer (1985), a fábrica procurar exercer o controle da vida pessoal do trabalhador por meio do disciplinamento do modo de viver, da regulação do lazer, dos costumes, das condições físicas e psíquicas, da prática sexual, que devem estar dentro das exigências da racionalização do processo produtivo. O trabalhador não deve gastar as energias em atividades que não envolvem o processo produtivo do trabalho. Deve usar o seu "tempo livre" de maneira racional, aprendendo a organizar sua vida e estimular sua criatividade e capacidade intelectual conforme as necessidades trazidas pelo processo produtivo. Sendo assim, o indivíduo, aos poucos, aprende como é ser um trabalhador assalariado requerido pelo sistema capitalista, capaz de desenvolver o trabalho com ética e ter um comportamento social de acordo com a classe trabalhadora a qual pertence (KUENZER, 1985).

A racionalização capitalista também tem o objetivo de integrar a classe operária segundo as ações dos aparelhos da hegemonia, tendo, desse modo, um novo perfil de trabalhador. De acordo com a ação hegemônica, a fábrica não se separa da sociedade. A hegemonia que ocorre dentro da fábrica traz grandes limitações morais e ideológicas nos moldes da sociedade, tendo como objetivo conter o modo de viver do trabalhador e, assim, disciplinar suas ações e atitudes (KUENZER, 1985). Sendo assim, são ativados mecanismos de maneira a provocar uma pressão externa ao trabalhador e então objetivar a sua disciplina por meio da força e persuasão, visando a uma concepção de mundo voltada para uma determinada ética do trabalho (KUENZER, 1985).

Como o trabalhador da FNM deveria usar o seu "tempo livre" de maneira racional? Como organizar sua vida? Como estimular sua criatividade e capacidade intelectual? No caso dos operários da FNM, podemos destacar a existência do Grêmio Artístico Recreativo e Educativo, responsável, por exemplo, por organizar as comemorações do Dia da Independência, segundo o jornal *A Luta Democrática* (09/07/1956, p. 7) e o Conselho da Comunidade (Condaco), que era um órgão que buscava reunir seus membros quinzenalmente para discutir sobre os problemas comuns, tendo como foco a "união dos grupos sociais" (CORREIO DA MANHÃ, 14/07/1963, p. 24). Observamos que essa expressão, "união dos grupos sociais", poderia ser uma contraposição à ideia de "luta de classes".

Figura 7.2 – Notícia "Condaco ou experiência comunal de atividades para o bem comum"



ÊLES NÃO QUEREM PIEDADE

CONDACO ou experiência comunal de atividades para o bem comum

"MISS BRASIL E A NOVA COLEÇÃO VICTOIRE DA VALISERE"

A PRAÇA

Fonte: *Correio da Manhã* (14/07/1963, p. 24) (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

O conselho se reunia com líderes de diversas religiões, clubes esportivos e sociais, educandários e outras entidades que alegavam buscar o "bem comum". Dentre as instituições que compunham o Condaco, segundo a reportagem do *Correio da Manhã* (14/07/1963), cabe destacar Serviço Assistência de Social Evangélico (Sase), Círculo Operário e Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Xerém, igrejas — Assembleia de Deus, batista, católica, metodista, presbiteriana —, Liga de Desportos FNM, Associação Desportiva Salgado Filho, Aliança

Atlética FNM, Associação Atlética Piauí, Associação Capixaba, Tamoio Futebol Clube, Vila Nova Atlético Clube e Xerém Futebol Clube, União Social dos Pais, União de Bem-Estar Social, Escola Primária Santo Antônio, Ginásio Alcebíades Peçanha e Grupo Escoteiro Santa Rita de Cássia.

De acordo com a reportagem divulgada pelo jornal *Correio da Manhã* de 1963, o objetivo do Conselho era o "desenvolvimento pleno e consciente da comunidade" (*Correio da Manhã*, 14/07/1963, p.24). Para isso acontecer, defendiam os princípios constitucionais, o incentivo e ampliação de centros educacionais, recreativos e esportivos, o serviço de atendimento médico, a elevação do nível socioeconômico dos trabalhadores e de suas famílias, o incentivo à realização de obras públicas e equacionamento dos problemas de comunidade. Tais objetivos mostram a existência de uma atuação pedagógica e disciplinadora dos trabalhadores e de suas famílias e o acionamento de mecanismos para promover uma ética do trabalho, conforme assinala Kuenzer (1985), e privilegiar ordem, exatidão, submissão, assiduidade, pontualidade, cuidados com o corpo, cuidados com a segurança no trabalho, com os materiais de trabalho, ritmo e qualidade (KUENZER, 1985).

Tais aspectos podem ser observados na reportagem "Uma das grandes realizações do Estado nacional", do jornal *A Manhã* de 1943, que possui como subtítulo "Um ideal, uma ordem, uma realidade". A notícia destaca a visita do presidente Getúlio Vargas e o trabalho executado com "patriotismo e eficiência" por mais de 2 mil homens que, sob o comando do Brigadeiro Guedes Muniz, tiveram como primeira grande tarefa o "preparo do terreno, o saneamento daquela vasta zona que vai se transformando numa verdadeira cidade, com escolas, vilas operárias com mais de mil casas", além de um pequeno hospital, estabelecimentos agrícolas, igreja, estradas (A MANHÃ, 04/04/1943, p. 3).

Segundo Ramalho (1989), a FNM foi vista como um projeto audacioso em tempos industriais e tecnológicos. Visava também à formação de seus trabalhadores, que se baseava "ideologicamente em uma ideia de criar para o Brasil um homem adaptado à nova realidade industrial" (RAMALHO, 1989, p. 40). Informa Ramalho:

> [...] em um depoimento de "Brigadeiro" em 1946, com relação à formação profissional, nenhum operário poderia ser admitido sem ter passado pela Escola da fábrica, que funcionava na Escola Técnica Nacional. Destacando este aspecto como um sinal da capacidade brasileira de se adaptar à indústria de precisão revelara que o

> responsável por esta escola de formação tinha sido enviado aos Estados Unidos para fazer um estágio e, depois, montou a FNM uma "cópia idêntica da Escola Wright". Na perspectiva desta escola teriam sido ministrados três cursos, para três tipos de operários: o operário chamado "completo", que entra numa proporção inferior a 20% do operariado da fábrica, "que precisa ter grande prática e largo tirocínio, tal como o torneiro, o fresador, etc."; o que se denominava "simples operador de máquinas", definido como aquele que só aprendeu a trabalhar numa só máquina, para nela fazer operações determinadas que não requeiram especial tirocínio e até muita habilidade manual, tais como furar através de gabaritos, tornear em tornos automáticos, abrir roscas em máquinas de rosquear, etc."; e o que foi chamado "outros auxiliares de formação mais simples", como lubrificadores, serventes. (RAMALHO, 1989, p. 47).

Ramalho destaca ainda que, "com exceção do pequeno grupo de operários especializados trazidos de outras fábricas, o recrutamento de trabalhadores era amplo e a convocação se fazia até por jornais; a escola funcionava como instância de triagem" (RAMALHO, 1989, p. 47), referindo-se às escolas técnicas de várias capitais nordestinas, das quais vieram vários operários.

A expressão "face oculta da indústria automobilística", conforme consta no jornal, e que se refere ao "imenso esforço de formador de recursos humanos", abarca a formação de trabalhadores adultos, mas também a educação de crianças e jovens. Segundo Enguita (1989), por meio da escola, crianças e jovens são apresentados às relações sociais do trabalho. Nesse sentido, emergem as questões: quais escolas foram criadas para atender à demanda dos moradores e funcionários da FNM? Quais cursos ofereciam? Essas escolas eram públicas, particulares ou comunitárias? Como foram criadas? Foram resultado de iniciativas da FNM, dos operários ou da comunidade?

7.3 ESCOLARIZAÇÃO NA "CIDADE DOS MOTORES"

Segundo Rodrigues (2019), a Educação pública em 1940 em Duque de Caxias contava com poucas escolas[65]. Então, os habitantes tinham apenas duas opções: proporcionar aos seus filhos uma educação primária familiar ou enviá-los para bairros mais próximos do Rio de Janeiro. No período após a emancipação do município, em 1946, levando em conta o Decreto de Lei n.º 1.757, de 20 de setembro do mesmo ano, o ensino primário estadual passa a ter duas modalidades: fundamental e supletivo. O ensino primário fundamental tem como público-alvo crianças de 7 a 12 anos; e o ensino primário supletivo era destinado a adolescentes e adultos. Nessa época, a população chegou a 90 mil habitantes, e apenas 11 mil podem exercer seu direito ao voto, em razão dos altos índices de analfabetismo na cidade (RODRIGUES, 2019).

Nas leituras e fontes pesquisadas, observou-se existência de várias escolas que poderiam estar ligadas direta ou indiretamente à FNM voltadas para os trabalhadores e as famílias dos operários: Escola Primária Santo Antônio (atual Colégio Estadual Santo Antônio), Escola Anchieta, Escola Lamarão, Escola do Sesi, Ginásio Embaixador Alcebíades Peçanha (atual Colégio Estadual Barão de Mauá) e Escola do Círculo Operário (atual Colégio Estadual Círculo Operário).

De acordo com as informações trazidas por Lustosa (1958), a Escola Santo Antônio e a Escola Anchieta eram de iniciativa particular. No entanto, aquela também aparece na obra de Lustosa como uma das três escolas incluídas nos serviços de assistência social da FNM: Escola Santo Antônio, Escola Lamarão e Escola do Sesi. A Escola Lamarão teria prestado "importante colaboração ao ensino" e tinha "professoras cultas e idealistas" (LUSTOSA, 1958, p. 223). A Escola Anchieta, com 255 alunos e 8 professores, tinha como diretor Rosélio Dantas (LUSTOSA, 1958).

A Escola do Sesi contava com professores especializados para 324 alunos e, segundo Lustosa, oferecia o primário completo e especialização no turno da noite (talvez por ter uma população com demanda de jovens e adultos analfabetos ou que não conseguiram concluir o ensino primário). Possuía como foco educar e desenvolver profissionais da indústria (LUSTOSA, 1958).

Já a Escola Primária Santo Antônio tinha como diretora Leonora Withe Cliquart Coimbra (LUSTOSA, 1958). Fundada em 7 de maio de 1947, ocupava uma área superior a mil m² na Estrada do Morro das residências, s/n, na FNM, tinha 765 alunos matriculados, oferecia o ensino primário completo em dois turnos. Com amplo prédio, dispunha de água em abundância, secretaria moderna, biblioteca ampla. A unidade escolar contava com dez "professores atuantes" e diretoras, que vinham diariamente do Rio, trazidos nos ônibus, gratuitamente, para lecionar na FNM, sendo considerado um bom estabelecimento de Educação e cultura (LUSTOSA, 1958).

Segundo os dados do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, o atual Colégio Estadual Santo Antônio está localizado em Xerém, foi construído e mantido pela Fábrica Nacional de Motores no início da década de 1950. A princípio, oferecia o curso primário para os filhos dos empregados da fábrica. Em 1969, o Governo do Estado do Rio de Janeiro assumiu a administração da escola,

cuja primeira sede se localizava próximo à Vila dos Engenheiros da FNM (CEPEMHEd, [2020b]).

Outra escola relacionada à existência da FNM é o atual Colégio Estadual Barão de Mauá, de acordo com os dados obtidos pelo projeto político-pedagógico da unidade escolar. O Ginásio Embaixador Alcebíades Peçanha, como era chamado, funcionava apenas no período noturno e nas dependências da Escola Santo Antônio. A demanda e a reivindicação de funcionários a FNM contribuiu para a criação da instituição escolar. Porém, foi preciso mobilização e articulação política. Segundo o PPP do Colégio Estadual Barão de Mauá referente ao período 2018-2019, 19 funcionários da FNM que desejavam concluir o curso ginasial procuraram a direção da fábrica para abertura de uma escola na região, a fim de atender aos seus anseios e a toda a população local. Mas o pedido não foi atendido pela direção da fábrica. Os funcionários recorreram ao deputado estadual Jair de Araújo, que se dispôs a ajudar na iniciativa. Em 1961, a escola foi estabelecida com a ajuda da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG).

O jornal *Diário Carioca* de 3 de abril de 1962 afirma, em uma nota sobre a inauguração, que, "na Fábrica Nacional de Motores, o chefe do Executivo inaugurou o Ginásio 'Embaixador Alcebíades Peçanha', mais uma realização da Campanha Educandários Gratuitos, aspiração muito alimentada pelas famílias daquele populoso núcleo industrial" (DIÁRIO CARIOCA, 03/04/1962, p. 7). A nota menciona a realidade de um "populoso núcleo industrial", que reforça a existência da demanda por acesso ao ensino secundário e confirma informações que constam no PPP da escola. Chamam atenção as autoridades presentes na inauguração, destacadas pelo jornal: além do governador, do secretário de Educação, havia políticos de Petrópolis, Teresópolis e o diretor do Banco do Estado.

Em 1962, primeiro ano de funcionamento e quatro anos após a reivindicação dos funcionários da fábrica, para ingressar no ginásio, era preciso realizar exames de admissão com a autorização da Portaria 501/52 (CEBM, 2018-2019). Apesar de funcionar precariamente no turno da noite e com dificuldades para manter professores e coordenação, o ginásio foi oficialmente reconhecido pelo Decreto-Lei n.º 10.434, de 29 de dezembro de 1962, e homologado em 31 de dezembro de 1962 (CEBM, 2018-2019).

Dois anos após a inauguração, em 1964, o então diretor do Ginásio Embaixador Alcebíades Peçanha, professor Denizar de Araújo, conseguiu a transferência do ginásio para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, passando então a denominar-se Ginásio Barão de Mauá. Segundo o PPP, em 1965 foi solicitado ao diretor de ensino médio superior a construção de um prédio próprio, tendo em vista o crescimento do número de matrículas e a importância sociocultural na região. Em 1966, o ginásio passa a ser chamado de Colégio Estadual Barão de Mauá, sendo implementado o curso colegial, além do curso técnico de Secretariado, autorizado pelo Parecer 442 do Conselho Estadual de Educação, publicado em 24 de abril de 1967; o curso técnico de Máquinas e Motores, autorizado pelo Parecer 212 do Conselho Estadual de Educação, publicado em 26 de maio de 1966 (em convênio com a FNM); e o curso colegial técnico autorizado, pelo Parecer 212 do mesmo conselho, publicado em 26 de maio de 1966. Em 1967, já de posse do terreno doado pela FNM, foi iniciada a construção de seu atual prédio, tendo sido inaugurado, em 1968. Nessa ocasião, o colégio tinha 939 alunos regularmente matriculados (CEBM, 2018-2019).

Outra informação que foi localizada na imprensa acerca da criação de escolas foi a notícia datada de 29 de abril de 1972 pelo jornal *A Luta Democrática* (Edição 5.627) sobre a visita do prefeito de Duque de Caxias à FNM. O texto relata que a comunidade da FNM sentia falta de uma escola profissional, não tendo mais formação profissionalizante na localidade.

> O prefeito de Duque de Caxias Carlos Marciano de Medeiros junto com seu secretário e outras autoridades visitaram a Fábrica Nacional de Motores, sendo recebido pela direção da empresa e depois pelo diretor administrativo e financeiro Silvio Gavi, além do diretor superintendente Tullio Dalpadulho, diretor técnico Zamarchi e o assessor da diretoria Ciro Tavares. Após as apresentações, Silvio Gavi explana as novas metas da empresa e ressalta o investimento de mais de 200 milhões, com planejamento para ser aplicado mais 200 milhões até o final do ano. Acentua também, os problemas que cercam a comunidade da Fábrica que são muitos incluindo a falta de uma Escola Profissional. Após ouvir os apelos, o prefeito afirmou que acompanhou de perto os problemas de infraestrutura do local e que iria contribuir para resolvê-los e fez a promessa de entregar um Ginásio Profissional para atender à população e a FNM. Carlos Marciano também garantiu o apoio do governo municipal na nova fase de expansão da empresa. O chefe do executivo da cidade nesta ocasião entregou o troféu ao operário-padrão Sr. José Evangelista de Souza que depois foi recepcionado com um almoço no hotel da empresa e reivindicou em nome dos colegas a necessidade de solucionar os problemas que afligem a comunidade do 4° distrito. (A LUTA DEMOCRÁTICA, 29/04/1972, p. 3).

A não realização de formação profissionalizante na região poderia estar relacionada à venda da FNM para a Alfa Romeo em 1968, trazendo impactos no funcionamento de escolas e cursos profissionais que realizavam a capacitação do operário no período anterior. Em outubro do mesmo ano, uma outra nota de jornal trata de um convênio feito com o governo do estado e o Colégio Estadual Barão de Mauá:

> A direção da Fábrica Nacional de Motores (Alfa Romeo) vai assinar importante convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, visando a criação de cursos profissionais para o aproveitamento da abundante mão de obra local. O convênio possibilitará a criação de cursos operacionais, contabilidade industrial e operação em computadores eletrônicos, para os quais seriam aproveitados os alunos do Colégio Estadual Barão de Mauá, estabelecimento de ensino situado na FNM e já aparelhado dentro dos novos padrões estabelecidos pela Reforma de Ensino. (A LUTA DEMOCRÁTICA, 04/10/1972, p. 6).

Observa-se que a iniciativa do convênio com o governo do estado ocorreu seis meses após a visita do prefeito de Duque de Caxias à FNM e a promessa de "entregar" um ginásio profissional. Um convênio envolvendo fábrica e Secretaria de Educação e Cultura para o "aproveitamento da abundante mão de obra local", tendo como alvo os alunos do Colégio Estadual Barão de Mauá e que coloca em movimento a chamada "maquinaria escolar" (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992).

Outra escola relacionada à FNM é a Escola do Círculo Operário (atual Colégio Estadual Círculo Operário), identificada pelo CEPEMHEd ([2020c]) como uma das primeiras escolas em Xerém. Apesar de não termos localizado mais informações nas fontes pesquisadas sobre essa escola, cabe destacar a existência do movimento do Círculo Operário Católico implantado na FNM e que fazia oposição ao sindicato. Ramalho (1989) destaca que os propósitos dos círculos operários consistiam, entre outras pautas, em instrução, assistência social e material aos trabalhadores, educação cristã, harmonização das classes sociais e orientação dos trabalhadores para seguirem o "caminho seguro". A "vida comunitária" da FNM era considerada exemplo de boa ligação entre a fábrica e os empregados (RAMALHO, 1989). Segundo Ramalho (1989), os círculos atuantes no Brasil tinham incialmente como foco o atendimento assistencial para os trabalhadores, sem um desempenho forte na política. No entanto, em meados de 1950, os círculos passaram a se preocupar com o crescimento do comunismo no movimento sindical.

Outro tipo de instituição formativa que teve vínculo com a FNM é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). De acordo com Tomizaki, havia uma demanda de formação adquirida em espaços escolares, e não apenas pela experiência adquirida pela prática na fábrica. Assim, a qualificação teve papel importante no setor automobilístico e apresentou-se como instrumento de regulação social para as relações de trabalho (TOMIZAKI, 2006).

Com base nessa demanda, a rede do Senai se desenvolveu e cresceu ao longo dos anos, transformando-se de acordo com as mudanças do setor produtivo. Nos anos de 1940, começaram as atividades tendo como foco a aprendizagem industrial e visando à qualificação do operário para a indústria recente. Já nos anos de 1950, implantou o treinamento relacionado com a industrialização e seguindo as características da grande indústria, que, em 1960 chegou até a FNM com o financiamento de mão de obra pelo BNDE, citado no *Jornal no Commercio* de 7 e 8 de novembro de 1960, em reportagem intitulada "BNDE financia mão de obra para FNM – escola industrial será criada, com assistência do Senai e do Geia – seleção profissional e cursos de produtividade". O *Jornal do Commercio* de 15 de abril de 1960 também registrou que a fábrica havia encaminhado ao Senai cerca de 80 jovens para realizarem cursos técnicos e cursos internos na FNM para aprimoramento dos serviços (JORNAL DO COMMERCIO, 15/04/1960, p. 11). Nos anos 1970, o foco do Senai foi habilitar os técnicos de nível médio "salientando a política educacional de profissionalização universal e compulsória no ensino do 2° grau e não mudanças efetivas do setor produtivo" (CUNHA, 2000, p. 102).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, foi possível observar que a instalação de uma fábrica em uma região repercutiu consideravelmente no processo de escolarização local. Diante das seis escolas identificadas que existiram em torno da FNM e das informações levantadas, podemos observar que tanto a fábrica quanto os operários e a comunidade atuaram na criação de escolas ou de instituições com caráter educativo, como o Condaco e o Grêmio Artístico Recreativo e Educativo. Desse modo, ao longo dos anos, comprovou-se a existência de diferentes iniciativas de escolarização e formação profissional em consonância com a FNM.

Essa escolarização, por sua vez, deu-se no ensino primário, ginasial e profissionalizante. Dessas informações, destaca-se a formação de parcerias entre a FNM, o Sesi, o Senai, BNDE e a prefeitura, para promoverem a oferta principalmente do ensino profissionalizante para esses operários. Anos depois, observa-se que o Estado assumiu parte das escolas criadas por particulares e pela comunidade, dando a ver uma articulação política com os poderes públicos.

No ano de publicação da obra de Lustosa (1958), observa-se que, entre as instituições de ensino que tinham o detalhamento do número de alunos atendidos e professores em exercício, encontrava-se a Escola Santo Antônio, com 765 alunos e a Escola Anchieta, com 255 alunos. Sendo assim, essas duas escolas ligadas à FNM atendiam 1.020 alunos no referido período de publicação da obra.

Apesar das questões e problematizações em torno das escolas identificadas, voltadas para formação de sujeitos disciplinados e com perfil requerido pelo processo produtivo de trabalho, elas podem ser consideradas, de acordo com Kuenzer (1985), espaços importantes para os trabalhadores e seus filhos, por serem um meio concreto de acesso à aprendizagem e aos saberes. Kuenzer também destaca que, na escola, a aprendizagem técnica pode se tornar uma aprendizagem política para o trabalhador compreender a importância da sua prática e da sua história, e que a atuação dos sindicatos e associações pode contribuir para fomentar a crítica e a reivindicação.

A investigação realizada em torno da Educação e disciplinarização dos trabalhadores colabora para história da formação de trabalhadores, dando visibilidade à luta desses indivíduos para que hoje os operários possam ter seus direitos à Educação e à formação continuada garantidos, bem como para deslindar as estratégias usadas pela indústria para controlar os operários por meio de projetos de Educação.

REFERÊNCIAS

A LUTA DEMOCRÁTICA, 04/10/1972.

A LUTA DEMOCRÁTICA, 29/04/1972.

A LUTA DEMOCRÁTICA, 09/07/1956.

A MANHÃ, 04/04/1943.

CENTRO DE PESQUISA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE. *Colégio Estadual Barão de Mauá*. [*S. l.*]: CEPEMHEd, [2020a].

Disponível em: https://centrodememoriadaeducacao.com/pesquisas/historia-das-instituicoes-educativas/colegio-estadual-
barao-de-maua/. Acesso em: 1 set. 2020.

CENTRO DE PESQUISA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE. *Colégio Estadual Santo Antônio*. [*S. l.*]: CEPEMHEd, [2020b]. Disponível em: https://centrodememoriadaeducacao.com/pesquisas/historia-das-instituicoes-educativas/colegio-estadual-santo-antonio/. Acesso em: 1 set. 2020

CENTRO DE PESQUISA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE. *Xerém*: lugar de memórias, história e trabalho. Centro de Pesquisa Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense. [*S. l.*]: CEPEMHEd, [2020c]. Disponível em: https://centrodememoriadaeducacao.com/publicacoes/permanentes/595-2/. Acesso em: 20 out. 2020.

COLÉGIO ESTADUAL BARÃO DE MAUÁ (CEBM). *Projeto político-pedagógico do Colégio Estadual Barão de Mauá*. [*S. l.*]: CEBM, 2018-2019.

CORREIO DA MANHÃ, 14/07/1963.

COSTA, Márcia Spadetti da. *Patronato São Bento*: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969). Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-193, maio/ago. 2000.

DIÁRIO CARIOCA, 03/04/1962.

ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola*: educação e trabalho no capitalismo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

JORNAL DO COMMERCIO, 15/04/1960.

KUENZER, Acácia. *Pedagogia da fábrica*: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias*: desenvolvimento histórico do município – dados gerais. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 1958.

O CRUZEIRO: REVISTA , 08/01/1975.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária*: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira Bauer. *A educação pública nas atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1947-1858)*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira Bauer. A educação nas atas da câmara municipal de Duque de Caxias (1947-1958). *In*: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10., 2019, Belém. *Anais* [...]. Belém: SBHE, 2019. p. 278-289.

SANTOS, Beatriz Souza dos. *Entre tropeiros, quilombos e fazendas*: processos de escolarização e educação dos negros na Vila de Estrela na província do Rio de Janeiro (1846 - 1889). Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

SANTOS, Beatriz Souza dos; BORGES, Angélica. Escolarização no município de Estrela: notas de pesquisa de uma investigação na província do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10., 2019, Belém. *Anais* [...]. Belém: SBHE, 2019. p. 399-413.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

TOMIZAKI, Kimi. A herança operária entre a fábrica e a escola. *Tempo Social*: Revista de Sociologia da USP, [*S. l.*], v. 18, n. 1, p. 153-171, jun. 2006.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, São Paulo, n. 6, p. 68-96, 1992.

---

[65] Para períodos anteriores, conferir SANTOS (2020) e SANTOS e Borges (2019). Destaca-se que, entre os anos de 1848 e 1885, o município de Estrela, que englobava parte de Duque de Caxias, teve 41 professores de instrução masculina, pública e particular, sendo 32 professores públicos, 3 professores particulares, 4 professores das Colônias Orfanológicas e 2 professores subvencionados. Já com relação à instrução feminina, a partir do Decreto n.º 1. 470 de 3 de dezembro de 1869, que determina a criação de uma "escola para o sexo masculino e outro feminino nas freguesias que ainda estavam privadas deste elemento de civilização", no mesmo período de 1848 e 1885, há 25 professoras públicas e 3 particulares; e, na freguesia do Pilar em 1871, 2 professoras públicas (SANTOS, 2020; SANTOS; BORGES, 2019).

8

O PATRONATO SÃO BENTO E AS ESCOLAS INSTALADAS EM SEU TERRITÓRIO (1950-1969)

Márcia Spadetti Tuão da Costa

INTRODUÇÃO

O Patronato São Bento foi uma instituição asilar que abrigou crianças e jovens em sistema de internato e semi-internato. Foi instalado no território do Núcleo São Bento no segundo distrito de Duque de Caxias, na sede da antiga Fazenda dos Beneditinos. As veiculações de ideias sobre a instalação de um patronato começaram a circular a partir de 1950 pelo jornal *A Folha da Cidade*, no entanto sua institucionalização se deu em 1955, quando iniciou um trabalho de rua com os "menores"[66] que perambulavam pelo Centro do primeiro distrito da cidade. Somente em 1959, foi estabelecido um prédio para o asilamento dos "menores". O trabalho de rua foi realizado pela Associação Beneficente de Menores (ABM), criada e gerida pela Igreja Católica e com apoio integral das autoridades municipais, "Juiz de Direito, que a tem prestigiado o mais possível; do Prefeito, que a amparou eficientemente e da Câmara dos Vereadores, que aprovou unanimemente tôdas as suas pretenções [sic]". A ABM também possuía o "apôio da Imprensa, pelo órgão da cidade 'A Folha da Cidade'; da Associação Comercial e do Clube da Justiça" (MOURA, 1958b, p. 83).

Entendemos que tanto a ABM quanto o Patronato São Bento podem ser categorizados como instituições educativas quando a análise é feita conforme as características apontadas por Saviani (2013, p. 35) para essa categoria. No que se refere a reunir um "sistema de práticas, com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados, tendo em vista as finalidades por elas perseguidas", entendemos que acontecia nesses moldes nas duas instituições mencionadas. Nesse sentido, Costa (2017) salienta, ainda, que a ABM desenvolveu uma atividade educativa informal e, por meio da administração do patronato, passou a desenvolver um trabalho pedagógico secundário com organização e promoção de educação formal com algumas permanências.

No esforço de compreender como o Patronato São Bento se configurou enquanto uma instituição educativa e assistencialista no município de Duque de Caxias, propomos neste capítulo trazer um breve panorama das instituições escolares públicas que foram instaladas no território do patronato, em especial, no período de 1950 a 1969. A pesquisa identificou a Escola Federal Odilon Braga, o Grupo Escolar São Bento e a Escola Municipal São Bento. Além dessas, trouxemos alguns aspectos referentes à Escola São Bento, de âmbito privado, mas que estabelecia relação com a Prefeitura de Duque de Caxias em sistema de comodato quanto à cessão de professoras.

Analisamos o percurso de materialização da instituição desde a sua constituição com o objetivo de compreender como a ABM e o Patronato São Bento foram instalados enquanto instituições educativas e, ao mesmo tempo, a maneira pela qual foram organizadas as instituições escolares no território do Patronato São Bento ao longo dos anos. Este texto está organizado no seguinte formato: apresentação do trabalho de rua pela ABM até o estabelecimento do prédio do Patronato São Bento em 1959; a campanha feita pelo jornal *A Folha da Cidade* para a instalação de um espaço de internamento para "menores"; e as escolas públicas que foram instituídas no território do Patronato São Bento.

8.1 A ABM E O PATRONATO SÃO BENTO

O trabalho de rua realizado pela ABM se caracterizou pelo atendimento aos "menores" trabalhadores. Para isso, atendia aos meninos nas atividades de engraxate, de vendedores de rua e, também, àqueles que eram presos. Apenas em 1957, houve atendimento às meninas trabalhadoras de rua, e em 1959 foi estabelecido o espaço de internamento no território do Núcleo Colonial São Bento, no prédio da antiga Fazenda São Bento. Paralelamente, a ABM continuou suas ações de arrecadação financeira e de articulação com diferentes setores públicos para que conseguissem o objetivo principal, que era o espaço de asilamento.

É importante marcar as continuidades e as descontinuidades da instituição nesse período inicial, e para isso vamos explicar a mudança de nomenclatura. Nos documentos oficiais e, principalmente, no Estatuto da ABM, o nome inicial era Instituto Profissional São José e o primeiro espaço alugado para ser a sede era Casa São José, que ficava localizada no hotel alugado entre os anos de 1956 e 1957. Era nesse local que faziam os encontros de formação com os

"menores" trabalhadores. Ao instaurar o espaço de internamento na antiga Fazenda no Núcleo Colonial em 1º junho de 1959, passou a ser identificado como Instituto Profissional São Bento nos documentos (ARMÊNIO, 1959). Mas a instituição era conhecida, e, em alguns documentos, aparecia a referência a "Patronato São Bento".

> Enquanto os demais documentos, quando se referiam no corpo textual à obra, utilizavam "patronato". No relatório de 1957, constava que não foi "possível iniciar-se a construção do Patronato para recolhimento dos menores totalmente abandonados" (MOURA, 1958b, p. 1), assim como no ofício de 1958, encaminhado à comissão estadual da LBA, mencionava que o material destinado era "para a construção de um patronato para menores em Caxias" (DIAMANTE, 1958a, p. 1). Essa referência à obra como patronato é recorrente nos documentos. Temos também o fato de que os documentos, da década de 1970, eram expedidos em papel timbrado com o título Patronato São Bento. (COSTA, 2017, p. 133).

Ao comparar os estatutos que foram reformulados ao longo do tempo, Costa (2017) identificou mudanças que se voltavam para a adequação desse instrumento às necessidades do processo de institucionalização da ABM e, posteriormente, do Patronato São Bento. Antes de apresentarmos mais aspectos sobre esse trabalho inicial da ABM nas ruas, evidenciam-se os diferentes agentes e agências que contribuíram financeiramente, tomando por base o livro-caixa da instituição (MOURA, 1960a):

> Destacamos da imprensa: Zoelzer Poubel Vidaurre; o delegado Amil Reichard; do Ministério da Justiça, os juízes Dr. Ary Fontenelle, Dr. Hélio Albernaz e o Clube de Justiça; da Igreja Católica, o capelão da Cidade dos Meninos, Dom Odilão e o Bispo Dom Manoel Pedro; do Executivo Municipal, Francisco Corrêa;[67] do Legislativo Municipal, Thomé Siqueira Barreto, Eri Teixeira, Edson Carpes, Nabudonosor, Vilson Macedo[68] e Tenório Cavalcanti; da Associação Comercial, Mariano Sendra. Identificamos ainda, da LBA municipal, Dr. Jorge Armênio e Dom Odilão; professores ligados ao município, como Heitor Combat, Joana Maciel e Silva Amélia C. Santos,[69] Ruth Coutinho, Regina Sampaio e Hilda Rodrigues; personalidades ligadas à política, Dr. Gastão Glicério dos Reis,[70] Nelson Cintra, Adolpho David e Sá Rego; Instituições como o Colégio Santo Antônio e a sigla partidária da União Democrática Nacional (UDN). Muitos desses nomes foram registrados em diversas páginas do livro-caixa, como sócios-contribuintes. Observamos também que alguns desses agentes tiveram uma ação mais específica em alguns momentos da instituição, enquanto D. Odilão, por exemplo, atuou do início ao fim do período investigado nessa pesquisa. É importante salientar que o trabalho do primeiro ano da ABM foi em benefício de sua institucionalização. Isso compreendeu a campanha instituída pela imprensa, a elaboração do Estatuto, a busca pela sede e pelo financiamento. (COSTA, 2017, p. 142-143).

Compreende-se que as ações desses agentes e dessas agências se voltavam para uma perspectiva filantrópica no viés ideológico. E, no campo econômico,

voltavam-se para o atendimento das demandas da expansão capitalista em curso. A ABM fazia intervenções sobre crianças e adolescentes em situação de rua por meio da educação para o trabalho e a organização do trabalho desses "menores". O processo de "modernização" em curso nacionalmente foi desenvolvido na cidade de Duque de Caxias tanto no "embelezamento" de suas áreas centrais (1º distrito) quanto na retirada dessa infância em situação de rua das áreas urbanas da cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 1930, Romanelli (1993, p. 61) identifica uma expansão do sistema escolar com um atraso de cem anos no Brasil em relação aos países desenvolvidos para atender à demanda capitalista da "Revolução Industrial" tardia, "mas esse crescimento não se fez de forma satisfatória nem em relação à quantidade nem em relação à qualidade".

> Para quem conheceu antes a cidade, com as ruas cheias de menores maltrapilhos e indisciplinados, é alegria verificar-se agora êsse quadro desaparecido e os menores mais organizados, ganhando o seu sustento com o próprio trabalho. Para prova de que esta organização dos garôtos tem sido eficiente, basta citar que muitos dêles são a garantia do sustento da família. (MOURA, 1958b, p. 2-3).

É nessa perspectiva que a ABM atuou nas ruas do primeiro distrito do município de Duque de Caxias. Assim, com 130 garotos, entre 10 e 17 anos, reunidos na Associação Comercial, o juiz apresentou o plano de "regulamentação" do trabalho a ser desempenhado pelos "menores".

> Logo no início dos trabalhos, constatou-se uma grande verdade: dos 130, somente 56 sabiam ler, e estavam assim divididos: jornaleiros 19; engraxates: 66 e baleiros 35. Porém todos sem regulamentação, com seus pequeninos direitos relegados a segundo e revoltante plano, perseguidos, na própria contingência e circunstância, pelos guardas municipais, que os enxotavam das calçadas mais movimentadas. Mas, eis que chegou o término de tudo isto. Eles passarão a ser considerados também seres humanos. (HOJE..., 1956, p. 1).

Essa reportagem, ainda, descrevia em que consistia essa regulamentação: "fichamento de menores, exame médico, inquérito sobre as condições de vida, assistência médica, cursos noturnos, criação de uma casa central" (MOURA, 1957a, p. 1). Ressaltamos que o curso noturno era de alfabetização com uma professora subsidiada pela prefeitura, outra pela própria ABM, e era optativa a participação dos "menores" trabalhadores que não podiam estudar durante o dia. Essas ações foram planejadas pelos comissários e juiz de menores. A partir desse momento, em agosto de 1956, as reuniões da ABM que aconteciam no

gabinete do então prefeito do município — Francisco Corrêa — passaram a acontecer na Casa São José.

O fichamento desse menor consistia na obtenção de uma carteira de identificação fornecida pela ABM que caracterizava uma matrícula na instituição com determinação de um ponto fixo para trabalho e da entrega de uniforme. O responsável legal do "menor" assinava um documento de compromisso e apresentava o registro civil dele. Essas carteiras de identificação permitiam que os "menores" portadores delas não fossem recolhidos pela guarda. Em 1956, foram atendidos 430 meninos.

Já em 1957, além das ações já indicadas em 1956, acrescentam-se: a assistência religiosa, a internação de "menor" na Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR), a assistência aos "menores" presos com alimentação, o combate à "mendicância infantil" por meio de programa radiofônico, as reuniões de formação semanais com os engraxates e com os baleiros. A assistência religiosa era destinada aos meninos católicos, segundo o relatório. O juiz conseguiu 30 vagas para a FACR, autorizou trabalho para os que tinham menos de 14 anos, concedeu carteira de trabalho e cuidou do registro civil de 129 "menores" (71 meninos e 58 meninas) (MOURA, 1958b).

As reuniões de formação para os engraxates aconteciam às quartas-feiras; e as dos baleiros, aos sábados. Os "menores" eram obrigados a comparecer a essas reuniões semanais em que eram discutidas questões de trabalho, estabelecidas regras, entre outros assuntos. Foi um total de 96 reuniões (MOURA, 1958b).

> Dêsse primeiro trabalho, o mais difícil, pois os garotos viviam escurraçados [sic] da sociedade, perseguidos pela polícia, temerosos diante dos adultos, desconfiados de todos, os resultados já se notam, pois tendo a sua vida legitimada, amparada, apresentando-se mais dóceis, mais limpos e mais alegres. (MOURA, 1957,a p. 1).

A perseguição aos ambulantes e aos "menores" trabalhadores constava nos registros do jornal desde 1953; e, em uma dessas reportagens, a Associação Comercial cobrava do prefeito Braulino (1952-1955) que "colocasse um paradeiro a essa desigualdade reinante" sobre a "injusta concorrência" para com os comerciantes por pagarem diferentes impostos (EM SOBRESSALTO..., 1953, p. 1). Anos mais tarde, o juiz Hélio Albernaz regulamentou o trabalho desses "menores", até mesmo ao permitir a entrada desses meninos em bares noturnos, boates, cafés concertos, "music-halls", de acordo com o Código de Menores de 1927, que estava vigente no período.

Nesse período, a maior quantidade de meninos atendidos pela ABM tinha 13 anos de idade, enquanto a maior parte das meninas, 14 anos. A menor idade com que os "menores" começavam a trabalhar com registro da ABM correspondia à idade de 10 anos. Essas referências são dos anos de 1956 e 1957.

A partir de 1958, começaram a preencher uma ficha intitulada "Ficha do Trabalho de Rua", em que, além de informações pessoais, constava a Portaria n.º 53/58, na qual o juiz Dr. Hélio Albernaz Alves autorizava o trabalho dos "menores" nas ruas, nas praças e em outros logradouros públicos (EM SOBRESSALTO..., 1953).

Como Sônia Regina de Mendonça (2010) apontou, os patronatos agrícolas criados no início do século XIX pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio tinham como objetivo a formação primária e o aprendizado sobre a terra/criação de animais. Mas, anos mais tarde, com o crescimento populacional das cidades, serviram para a canalização dos "menores" presos ou encontrados nas ruas para uma "regeneração" pelo trabalho. Paralelo a isso, Sônia Câmara (2010) ressaltou em sua pesquisa que a criminalização e o tratamento judicial dados a esses "menores" possibilitaram que esses meninos fossem encarcerados com adultos e que passassem por outra violência ao serem presos, a sexual.

Em 1957, os "menores" presos passavam pelas mesmas dificuldades, e nos registros da ABM identificamos o trabalho "Serviços de recuperação de menores", que consistiu na construção de uma cela anexa à delegacia da cidade (MOURA, 1957b, p. 2; MOURA, 1960a, p. 120-158), em serviços diversos financiados pelo juiz Hélio Albernaz (MOURA, 1960a), na alimentação para o "menor" encarcerado (MOURA, 1960a).

> [...] Aos menores prêsos por motivos de delito procurou [ABM] assistir por visitas à prisão. Colaborou com o Juiz de Direito no sentido de se edificar um recolhimento para os menores, junto da delegacia, para que os mesmos não fossem colocados com os adultos na mesma prisão, como até então vinha sendo feito. (MOURA, 1958b, p. 2-3).

No Plano de Aplicação de 1959, havia uma colaboração com o Juizado de Menores que dizia respeito à assistência aos "menores" detidos. Essa assistência correspondia à alimentação, recuperação e contribuição com familiares (ARMÊNIO, 1959). Após o processo de internação, não houve mais registro sobre esse trabalho com os "menores" encarcerados. Essas ações da

ABM corroboram a afirmação de Rizzini (1995, p. 290) sobre o fato de que o trabalho assistencial nacional em que "o atendimento aos menores no Brasil sempre fora controlado pelo aparelho policial-judiciário".

A partir de 1959, a ABM continuou a prestar assistência ao "menor" engraxate simultaneamente ao internamento dos "menores" na Fazenda São Bento, que começou a funcionar em 1º de junho de 1959. Mas, aos poucos, o trabalho de rua foi substituído pela agricultura, pelo artesanato, pelo trabalho interno e cotidiano. O sistema instaurado foi o de internato e semi-internato. O internato era o sistema em que o "menor" ficava sob os cuidados da instituição ininterruptamente, enquanto o regime de semi-internato correspondia à permanência do "menor" na instituição de segunda a sexta-feira e em fins de semana, voltava ao convívio familiar. Segundo os documentos, foi realizada uma seleção rigorosa para aceitação de "necessitados" com idade entre 10 e 14 anos de idade. Esses internos realizavam trabalhos caseiros, como: limpeza, cozinha, horticultura, pomar e atividades artesanais a partir de 1960 (MOURA, 1960b, p. 2).

Em agosto de 1959, após negociações com o diretor da Legião Brasileira de Assistência (LBA), foram internados meninos de 25 famílias desalojadas pela enchente do Mangue de Caxias. Inicialmente, o patronato colaborava apenas com a LBA, aceitava apenas meninos vindos de outras instituições religiosas e oriundos da cidade, mas isso não foi mantido por muito tempo. Nesse primeiro ano ainda, o patronato trabalhou com uma quantidade reduzida de internos.

Em janeiro e fevereiro de 1960, houve um aumento do número de internos pelo fato de que a instituição abrigou uma colônia de férias, e assim recebeu "menores" internos de outros espaços encaminhados pela LBA; houve uma oscilação da quantidade de meninos, e encerraram o ano com 40 "menores". Em 1961, começaram com apenas 12 "menores". Cabe salientar que, apesar de a indicação do limite de idade de permanência dos "menores" na instituição ser de 14 anos, havia uma reclamação constante por parte de Dom Odilão — diretor da instituição — por não conseguir a transferência para esses meninos; era recorrente a reclamação aos órgãos que deveriam fazer essa recondução. A assistência médica e dentária dos internos era feita pela LBA. Esses foram os elementos identificados, os aspectos principais empreendidos pela ABM desde o trabalho de rua até o momento de internamento no Patronato São Bento.

Trazem como dimensões centrais do trabalho dessas instituições: o assistencialismo e a educação formal voltada para o trabalho manual. Nesses primeiros anos de atuação da ABM, a intervenção dos diferentes agentes, das agências ligadas à política e ao serviço público foi crucial para o financiamento das ações da ABM por meio de subvenções públicas.

O fato de uma entidade privada como a ABM administrar o patronato e ter a Igreja como principal organizadora de suas ações fez com que as duas instituições educativas oferecessem uma formação para o trabalho no viés religioso identificada como "pedagogia cristã". A coerção impressa pelas instituições por meio das diferentes punições associada à condução por instituição particular compõem a forma pela qual a assistência se delineou em nível nacional nesse período, apesar de todas as críticas a esse formato.

Destacam-se, também, as regras impostas ao trabalho de rua para que não "atrapalhasse" o comércio local. As imposições envolviam a condição de que os "menores" comprassem os seus produtos de trabalho em casas credenciadas pela ABM. Mas a formação para um determinado tipo de trabalho e o afastamento desses meninos do centro comercial de Duque de Caxias, ao interná-los no segundo distrito, resultaram no controle deles por parte de uma fração da classe dominante — os comerciantes — e permitiu que eles fossem educados pela Igreja para o trabalho e atendessem à demanda de modernização capitalista.

A seguir, será apresentada a campanha que foi instituída pelo jornal *A Folha de Caxias* para a institucionalização da ABM e do Patronato São Bento.

8.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ABM E A CAMPANHA DO JORNAL *A FOLHA DE CAXIAS*

O primeiro número publicado do jornal *A Folha de Caxias*[71] foi em 22 de agosto de 1953. A partir de 1955, o jornal passou a ser *Folha de Caxias*; e de 1956 em diante, *Folha da Cidade*. Foi também órgão oficial da Associação Comercial de Duque de Caxias (ACDC) até janeiro de 1954. A partir de fevereiro de 1954, passou a se identificar como livre, independente, e, em março do mesmo ano, intitulava-se como um equipamento com "Independência na conduta e fidelidade nas informações", até que, a partir de 1956, não teve mais identificação alguma.

No ano de 1953, assinava a direção do jornal Zoelzer Poubel Vidaurre[72], Ruyter Cleves Poubel[73] e Mariano Sendra dos Santos[74]. Assim, ao utilizar o Estado ampliado como ferramenta de pesquisa (MENDONÇA, 2014), foi possível identificar a inserção de dirigentes da Associação Comercial de Duque de Caxias com a ABM e o Patronato São Bento. Assim, ao levantar a formação e a atuação profissional de parte desses diretores, foi possível identificar o compromisso com a ACDC, que evidenciou essa vinculação por meio das matérias publicadas que iam ao encontro dos interesses de uma fração da classe dominante no município, os comerciantes.

Destaca-se que a maioria dos artigos publicados no jornal evidenciava o aumento dos "menores" que circulavam pelo primeiro distrito do município de Duque de Caxias e que isso atrapalhava o comércio. Identificam-se os seguintes assuntos que tinham como temática central a questão do "menor":

> [...] a identificação das diferentes reportagens sobre o 'menor', a atuação dos diferentes juízes, a convocação da sociedade e do poder público para uma ação contundente em relação ao 'problema da infância abandonada', os destaques dados sobre o crescimento populacional da cidade, as críticas às reportagens da capital federal em relação à construção da imagem violenta de Duque de Caxias, a necessidade de impressão de uma imagem mais moderna de Caxias, as inúmeras matérias sobre a 'criminalização dos menores', as péssimas condições de trabalho dos policiais, a campanha do lenocínio e o envolvimento de políticos nesse tipo de crime, apontavam para o estabelecimento de um espaço de internamento, o Patronato como solução de acordo com o jornal. (COSTA, 2017, p. 83).

Sabe-se que, na década de 1940 e 1950 no Brasil, o crescimento da taxa de alfabetização foi de 0,5 % ao ano, de acordo com Romanelli (1993). Esse crescimento representava, ainda, uma alta taxa de analfabetos na população. Assim, entende-se que a circulação dos jornais não atingia o total da população, conforme indica Gonçalves Neto (2002, p. 223):

> [...] é preciso que reconheçamos que o conjunto de ideias endossadas pelos jornais e que chega até o público não é necessariamente o que mais se aproxima da realidade social, mas o que se torna hegemônico entre a elite dominante. E, mesmo no interior desta, devemos nos lembrar que ocorrem embates de concepções, não havendo homogeneidade de opinião sobre os principais temas que atraem a atenção da nação num determinado momento.

Entende-se que a campanha instituída pelo jornal *Folha de Caxias* contribuiu para a criação da ABM, que administrava o Patronato São Bento para fazer frente às questões do "menor abandonado" e à necessidade de ordenamento da cidade.

Em 1955, continuava a incidência de matérias que tratavam da atuação criminosa de "menores". Dessa forma, foi feita uma convocação pelo diretor do jornal para uma mesa-redonda sobre o "Amparo a Infância abandonada de Caxias" (1955a, p. 1) e uma possibilidade de construção de um patronato na "chácara" comprada por Sr. Veríssimo no Núcleo Colonial São Bento (AMPARO..., 1955a, p. 1). Destarte, a campanha de construção de um espaço de internamento começava:

> Estamos esperançosos no êxito desse empreendimento, que se concretizando conduzirá Caxias a um novo caminho, no fortalecimento da sua extrutura [sic] social e do alevantamento [sic] do seu índice de cilização [sic]. [...]Aceitamos de qualquer pessoa sugestões que objetivem a nos auxiliar nessa campanha que é mais de Caxias e do Brasil. (AMPARO..., 1955b, p. 1).

Nesse processo de campanha do jornal, foi importante a divulgação do levantamento feito pela Delegacia de Polícia de Duque de Caxias "Balanço trágico de Caxias: 800 crianças desamparadas" (1955d, p. 1). O balanço feito pelo delegado Dr. Amil Richard foi apresentado na segunda reunião convocada pelo jornal para o debate sobre o "menor desamparado", enquanto a primeira reunião foi publicada com detalhes na reportagem, até mesmo com a relação nominal das autoridades que participaram dela — destaca-se que a Igreja Católica não havia tido representante nessas reuniões iniciais.

No jornal, era publicado um resumo das reuniões da ABM com os encaminhamentos. Na reportagem "Cada menor abandonado terá o seu próprio lar" (1955e, p. 1), havia a afirmação: "toma grande vulto esse movimento idealizado por Folha de Caxias", como também o registro de que, na segunda reunião, havia "autoridades municipais". Nessa matéria ainda constava que havia sido escolhida uma comissão para ir à Cidade dos Meninos para falar com o Dom Odilão e com possibilidade de ir a Petrópolis conversar com o bispo. Nesse momento, Duque de Caxias pertencia à diocese de Petrópolis[75].

> Parece que se constituirá uma grande vitória da sociedade caxiense ideia levantada por este jornal visando a criação em Caxias de um patronato de menores desvalidos. A ressonância encontrada desde o início nas autoridades responsáveis do Município; o apoio que a opinião pública demonstrou, as facilidades encontradas em certos setores do governo, levam-nos a ter com decidida firmeza, o êxito mais absoluto desse pensamento, que será uma [...] do próprio Brasil. E não poderíamos duvidar desse êxito, visto as pessoas credenciadas que estão lutando em nobre causa. (CADA MENOR..., 1955, p. 1).

Nesse processo, o delegado havia conseguido um auxílio federal de Cr$ 500.00,00 para a instituição, e a conversa com Dom Odilão indicava a possibilidade de construção do patronato na antiga fazenda beneditina que estava sob os cuidados do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), mas o Bispo Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra havia solicitado o prédio para a instalação de um seminário. Na reportagem, Dom Odilão sinalizava com a possibilidade de mudança de planos para a finalidade de uso do prédio para vir a ser um patronato.

Mas não ocorreu tão rápido a concessão por parte da Igreja quanto a comissão esperava, e o jornal noticiava cada desencontro com o bispo para conversarem sobre a mudança de finalidade de utilização do prédio da fazenda. Até que, em agosto de 1955, o bispo recebeu a comissão e se comprometeu a "comparecer pessoalmente ao Instituto de Colonização, para pleitear deste a concessão para exploração de uma gleba próxima à sede da Fazenda, com o que se beneficiará a Comissão" (AMPARO..., 1955c, p. 1).

A partir desse momento, a Igreja Católica Apostólica Romana começou a participar da comissão, e Dom Odilão escreveu os estatutos da instituição que seria formada para administrar o patronato, a Associação Beneficente de Menores, e foi criada no dia 25 de novembro de 1955. A partir desse momento, a campanha era pela instituição do patronato convocada por meio da ABM.

Assim, identifica-se que o jornal contribuiu para a campanha de instalação de um patronato no município, uma vez que foi feito o registro de cada atividade que foi encetada para a instalação do patronato no território do Núcleo Colonial São Bento, no segundo distrito do município.

> A grande campanha em favor da infância desvalida, iniciada por FOLHA DE CAXIAS, em colaboração com a Sé Episcopal de Petrópolis e com as autoridades municipais, será aberta solenemente, hoje, às 19 horas, no salão nobre da Associação Comercial de Duque de Caxias, com um grande festival artístico.
>
> A iniciativa dêste jornal está, pois, coroada de pleno êxito. Uma grande campanha financeira será empreendida para a construção do Patronato que abrigará o incontável número de caxienses de amanhã que vagam por nossas ruas sem qualquer amparo material ou moral. Ser-lhes-á dada tôda assistência material ou espiritual de que carecem e uma formação que lhes garantirá o futuro e dará ao nosso município homens trabalhadores e capazes. (HOJE..., 1956, p. 1).

No jornal, Dom Odilão escreveu, a partir de junho de 1956, textos que tratavam sobre a situação dos "menores". Entende-se que, na aparência, a campanha instituída pelo jornal apresentava como necessidade maior a oferta

de educação e de trabalho para esses "menores" que perambulavam pela cidade. Mas, na essência, configurava-se como uma espécie de coerção sobre esses "menores", para que, pelo controle dessa infância e dessa juventude, as autoridades locais pudessem "limpar" o centro comercial do município e torná-los "dóceis" (MOURA, 1957a, p. 1) e "úteis para a coletividade" (RIZZINI, 1995).

Para atender a esse intento, era necessário conseguir adeptos das diferentes esferas políticas e públicas do município, como também o apoio da Igreja na empreitada. Quanto ao apoio da Igreja, destaca-se que as primeiras reuniões não tinham representantes do clero e a cessão para o espaço de internamento foi outro elemento sobre o qual a campanha do jornal incidiu. Então, no intuito de recuperar o território que estava sobre os auspícios da União, a Igreja identificou como possibilidade de retomada o prédio, parte da Fazenda São Bento, como também a projeção local entre a fração da classe dominante, os comerciantes. Para isso, a Igreja toma a frente da ação ao apresentar os estatutos da associação e ao ter padres como diretores da instituição de asilamento ao longo de toda a existência da instituição.

A campanha do jornal propiciou que a aparência da caridade revestida de filantropia sobre os reais interesses das diferentes agências e dos diferentes agentes camuflasse os problemas estruturais do capitalismo e as coerções para com essa determinada infância e juventude. Ao trazer esses aspectos neste capítulo, destaca-se como, por meio da campanha, o jornal criou junto a essa fração da classe dominante a necessidade de uma demanda social que não estava presente no cotidiano dos moradores de Duque de Caxias. A seguir, serão apresentadas as instituições escolares que foram estabelecidas no território do Patronato São Bento.

8.3 AS ESCOLAS DENTRO DO PATRONATO

Os relatórios produzidos por Dom Odilão quando a ABM desempenhava o trabalho de rua com os "menores" referentes aos anos de 1956 e 1957 já apresentava que, dos 310 atendidos, 24 eram meninos e 7 eram meninas analfabetos, enquanto 247 meninos e 32 meninas não tinham escola. Ainda, desses 310 menores atendidos, 39 eram meninas nesse levantamento. Esse quadro demonstra algo comum nesse período, a falta de escola, apesar de não

se descartar a questão de que os "menores" trabalhavam e isso dificultava o acesso à escola.

Braz e Almeida (2010, p. 72), pelo censo que foi realizado, constataram que a rede escolar municipal "não atendia a demanda populacional do município". Além disso, a maioria das escolas públicas oferecia as séries iniciais do ensino fundamental, uma vez que o primeiro ginásio público foi a Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo em 1956. Quanto a esse aspecto, é importante a seguinte explicação:

> É que as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de encarar a educação e, em conseqüência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho e um máximo de pessoas. O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. Ora, isso só é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce à necessidade de leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho. (ROMANELLI, 1993, p. 59).

Assim, salienta-se que, no território de Duque de Caxias, foi instalada a Fábrica Nacional de Motores em 1942, e a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) passou a produzir em 1961. Essas indústrias de grande porte necessitavam de trabalhadores. Considerando esses apontamentos, apresentam-se as escolas públicas que funcionaram no território do Patronato São Bento, a Escola Federal Odilon Braga, o Grupo Escolar São Bento, a Escola Municipal Patronato São Bento e a Escola São Bento, em comodato com a Prefeitura de Duque de Caxias, que atendiam tanto aos internos como aos externos[76].

Desde 1946, foi instituída no Núcleo Colonial[77] do Inic – São Bento a Escola Federal Odilon Braga. A escola tinha dez professoras e 318 estudantes, além da diretora. Segundo Lustosa (1958, p. 157), ainda possuía uma biblioteca pedagógica, seis salas de ensino primário, um caminhão para transporte dos estudantes, serviço médico e odontológico, uma cozinha com fogão a gás, banheiros, uma secretaria e um pátio arborizado. O jornal *A Manhã* noticiava

sobre a escola em 1952: referia-se à escola que ministrava o ensino rural primário para os filhos dos colonos e que era uma escola com capacidade para 550 estudantes (ESCOLA..., 1952). Já o jornal *Diário de Notícias* informava que a escola funcionava desde 1941, quando 210 famílias moravam no núcleo; além do curso primário, era oferecido o curso prático-agrícola para 88 meninos em 1941 (PRODUÇÃO..., 1941).

> Diante das diferentes datas apresentadas quanto ao funcionamento, e uma em relação à inauguração da Escola Odilon Braga, inferimos que a escola já funcionava com o atendimento a um número menor de crianças, no início da década de 1940. Mas, com o aumento populacional, a escola passou a atender um número maior de crianças e a escola foi inaugurada solenemente com a presença de personalidades do Ministério da Agricultura, embora já funcionasse anteriormente. (COSTA, 2017, p. 210).

A Escola Odilon Braga funcionou até 1960, conforme o acervo da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias (CEPEMHEd, [1965b]). Assim, como o Patronato foi instalado em junho de 1959 por um ano e meio, os internos estudaram na Escola Odilon Braga. Então, em 1961, o Grupo Escolar que funcionava na Fábrica Nacional de Motores desde 1954 foi transferido para o território do Patronato São Bento, de acordo com o *Diário Oficial do Estado*, Portaria n.º 7, sob o regimento da Secretaria de Educação e Cultura, e passou a ser denominado Grupo Escolar São Bento. Esse Grupo Escolar foi transferido com a professora Maria Nancy Almeida de pré-primário e primário. No livro-caixa do Patronato São Bento, identifica-se a compra de materiais para a escola. No ofício assinado por Dom Odilão em 1961, destacava-se que

> [...] os alunos irão frequentar a escola pública, ganhando a instrução, pois será ministrada por professoras diplomadas e orientadas, e a formação social das crianças, pois terão contacto com as outras crianças do local, atenuando-se ainda, dêsse modo, o enclausuramento que o internato possa trazer. (MOURA, 1961, p. 1).

O currículo escolar oferecido pelo Grupo era o primário. Desde 1958, nas trocas de correspondências entre o bispo de Petrópolis e Dom Odilão, alertava-se para a possibilidade de emancipação do Núcleo até dezembro e o interesse da Prefeitura de Duque de Caxias em ocupar o prédio da escola mantida pelo Inic até então. Esse documento externava a negociação com o Inic sobre o espaço da garagem e da escola, que deveriam ser cedidos à Mitra Diocesana de Petrópolis também. Após as devidas negociações, o Inic cedeu o prédio da escola também, mas sem que a prefeitura tomasse conhecimento (MOURA, [1958], p. 98).

Segundo o documento *Esclarecimentos sobre a obra*, Dom Odilão informou ao bispo que o Grupo Escolar São Bento funcionava com excelentes professoras, com 93 internos e com 207 estudantes externos. Desses 300 estudantes, 120 eram meninas. Era oferecido o curso primário de 1ª a 4ª série no horário das 7 h às 11 h e das 12 h 30 min às 16 h 30 min. Os internos estudavam no horário da tarde.

Em 1965, o Grupo Escolar São Bento foi transferido para o Gramacho, segundo a Portaria n.º 855, do *Diário Oficial do Estado* (CEPEMHEd, 1965a]). Nesse mesmo ano, foi instalado no terreno vizinho ao Patronato São Bento a Escola Municipal Nísia Vilela (CEPEMHEd, 1965b].).

Salienta-se que, antes de o Grupo Escolar ser transferido, houve uma reconfiguração da escola em 1963; Dom Odilão assinou um Convênio de Ensino com a Prefeitura de Duque de Caxias (CAVALCANTI; MOURA, 1963). Esse convênio foi assinado pelo prefeito Joaquim Tenório Cavalcanti (1963-1967) e a então inspetora de ensino, a professora Regina Tescaro Sampaio. Nesse documento, havia 12 cláusulas. Entre elas, a quinta cláusula determinava que a

> Mitra Diocesana de Petrópolis se compromete: fazer funcionar a Escola São Bento, para o curso primário, responsabilizando-se, por intermédio da Diretoria da mesma, pela administração, regime pedagógico e disciplinar, de acôrdo com a legislação vigente para as escolas particulares. (CAVALCANTI; MOURA, 1963, p. 2).

Apesar de o documento do convênio registrar que a prefeitura subsidiaria 15 professoras, no documento *Esclarecimento sobre a obra* (MOURA, [1964]), Dom Odilão informava ao bispo de Petrópolis que a Escola São Bento — privada — tinha professoras pagas pelo Estado, pelo município e pela própria ABM. Entre essas professoras, algumas dobravam o seu tempo de trabalho para atender todas as turmas. Assim, três eram professoras do Estado, cinco eram do município e três pagas pela ABM (MOURA, 1964).

De acordo com o convênio firmado com a prefeitura de Duque de Caxias, os estudantes teriam de 7 a 12 anos, a quantidade de estudantes por turma seria de 30, e os internos frequentariam a escola à tarde, no total de 150. A escola funcionaria em dois turnos (manhã e tarde). Não haveria cobrança de taxas, e haveria respeito do calendário escolar municipal em relação às férias e aos feriados (CAVALCANTI; MOURA, 1963, p. 2).

A partir de 1967, passou a funcionar a Escola Municipal Patronato São Bento de acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias[78]. Entre as 12 professoras, identifica-se ao centro a professora Hilda do Carmo, que anos mais tarde atuou como chefe do Departamento de Educação e Cultura; e a professora Maria Aparecida Tinoco. Essas foram algumas das professoras que atuaram na Escola Municipal Patronato São Bento.

Figura 8.1 – Professoras da Escola Municipal Patronato São Bento na década de 1960



Fonte: acervo digitalizado do CEPEMHEd. Coleção Professora Maria Aparecida Tinoco, década de 1960

Essas rupturas e permanências das instituições escolares no território do Patronato São Bento apresentam alguns elementos para a sua investigação no território: as dificuldades da oferta de escolas públicas no município; o momento de ampliação e organização do sistema escolar; as disputas entre a gestão municipal e a Igreja Católica; as alianças da classe dominante; e a ação do governo do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ABM e o Patronato São Bento foram criados para atender à demanda capitalista de modernização para uma cidade que se urbanizava. A implantação de duas indústrias de grande porte no município favoreceu o crescimento

populacional desordenado e a busca por trabalho. A instalação dessas indústrias acentuou a desigualdade social, e os "menores" que perambulavam pela cidade são a evidência disso.

A ordem tão aclamada que precisava ser mantida não era a que se preocuparia com o cuidado, a proteção ou a educação dos "menores", e sim a ordem que permitisse "esconder delicadamente aquilo que possa ofender os olhos ou os nervos da burguesia" (ENGELS, 2010, p. 90). Por isso, foi importante o trabalho nas ruas feito pela ABM e, posteriormente, o asilamento dos "menores" no segundo distrito do município de Duque de Caxias.

A prática filantrópica instituída nessas instituições nada mais é do que "a caridade por interesse, nunca oferece seja o que for, considera os seus donativos como uma troca, faz um negócio com os pobres" (ENGELS, 2010, p. 340), desde que esses pobres sofram em silêncio e sem a exposição pública. Isso porque essa cidade recém-emancipada necessitava imprimir e impor normas de conduta da sociedade capitalista tal qual a capital federal nesse período, a cidade do Rio de Janeiro, limítrofe com Duque de Caxias.

Dessa mesma forma, a educação aclamada e publicada para essa determinada infância e juventude dar-se-ia pela formação para o trabalho, a profissionalização. Mas uma profissão que lhes permitissem permanecer na mesma condição social imposta pela sociedade. Ao mesmo tempo que a possibilidade de expansão de ensino não era como a almejada, essa ampliação servia para atender à demanda de mão de obra para a indústria.

Concluímos que a constituição da ABM e do Patronato São Bento atenderam a demandas urbano-sociais de Duque de Caxias sob a aparência da filantropia para escamotear a verdadeira intenção da fração comercial da classe dominante: a modernização da cidade de Duque de Caxias. Assim, para essa infância e juventude enclausurada, um determinado trabalho, uma escola para ler e escrever, um controle necessário, uma punição coercitiva consentida, uma determinada concepção de mundo sob o manto religioso resolveram o problema social da desigualdade social na aparência. Isso para fazer desses "menores" "seres fracos e submissos a sua sorte, dóceis e fiéis a classe possuidora" (ENGELS, 2010, p. 295).

REFERÊNCIAS

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tânia Maira Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias:* encontro com a história da Cidade. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2010.

CÂMARA, Sônia Regina de. *Sob a guarda da República*: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da. *Patronato São Bento*: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969). Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.* São Paulo: Boitempo, 2010.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos temas em história da educação brasileira*: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas; Uberlândia: Autores Associados; Edufu, 2002. p. 197-225.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias, desenvolvimento histórico do município –* dados gerais. Rio de Janeiro: IBGE – Serviços Gráficos, 1958.

MATTOS, Theóphilo Antônio da Rocha (org.). *História de uma nova igreja*: jubileu de prata da diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Duque de Caxias: Renascer, 2006.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961).* Niterói: UFF, 2010.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./jul. 2014.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. *In*: PRIORE, Mary Del (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 146-175.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. *In*: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças*: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño; Universitária Santa Úrsula; Amais, 1995. p. 243-298.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SAVIANI, Dermeval. *Aberturas para a história da educação*: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias*.* Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.

Fontes

AMPARO a infância abandonada de Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 60, p. 1, 29 maio 1955a.

AMPARO a infância abandonada de Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 62, p. 4, 12 jun. 1955b.

AMPARO a infância abandonada de Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 71, p. 1, 14 ago. 1955c.

ARMÊNIO, J. *Plano de aplicação.* Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, 1959. PSB 044, caixa 002.

BALANÇO trágico de Caxias: 800 crianças desamparadas. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 62, p. 5, 12 jun. 1955d.

CADA MENOR abandonado terá o seu próprio lar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 63, p. 1, 19 jun. 1955e.

CAVALCANTI, J. T.; MOURA, D. O. *Convênio de ensino entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Mitra Diocesana de Petrópolis.* Duque de Caxias: CEPEMHEd, 1963. PSB 123.2, caixa 003.

CENTRO DE PESQUISA, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE (CEPEMHEd). *Coleção Professora Maria Aparecida Tinoco*. Duque de Caxias: CEPEMHEd, [Década de 1960], MAT 001.

CENTRO DE PESQUISA, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE (CEPEMHEd). *Acervo dos grupos escolares.* Duque de Caxias: CEPEMHEd, [1965a]. SB 001, caixa 011.

CENTRO DE PESQUISA, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE (CEPEMHEd). *Ficha de informações sobre as unidades escolares da Escola Municipal Patronato São Bento.* Duque de Caxias: CEPEMHEd, [1965b]. NV 001.2a, caixa 001-002.

DIAMANTE, M. *Oficio recebido (Chefe da DCE – LBA)*. Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, 1958a. PSB 020.1, caixa 002.

EM SOBRESSALTO dos vendedores ambulantes. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 12, p. 1, 15 nov. 1953.

ESCOLA para 550 alunos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 3.444, p. 3, 28 out. 1952.

HOJE, o início da campanha em favor do menor desamparado. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 108, p. 2, 29-30 abr. 1956.

MOURA, Dom Odilão. *Assistência à Associação Beneficente de Menores (Vigário Cooperador)*. Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, 1957a. PSB 84.1, caixa 003.

MOURA, Dom Odilão. *Balancete geral do caixa relativo ao exercício de 1957 da ABM.* Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, 1957b. PSB 080.2, caixa 003.

MOURA, Dom Odilão. *Carta ao Bispo.* Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, [1958]. PSB 098, caixa 003.

MOURA, Dom Odilão. *Esclarecimentos sobre a obra.* Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, [1964]. PSB 126, caixa 003.

MOURA, Dom Odilão. *Livro-caixa (1959-1960).* Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, 1960a. PSB 064.239, caixa 001.

MOURA, Dom Odilão. *Oficio expedido.* Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, 1961. PSB 212.1, caixa 004.

MOURA, Dom Odilão. *Relatório das atividades da "Associação Beneficente de Menores" durante o ano de 1957 (do conselho social da ABM).* Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, 1958b. PSB 083.1, caixa 003.

MOURA, Dom Odilão. *Relatório das atividades da A. B. M. durante o ano de 1959 (diretor da Fazenda São Bento).* Duque de Caxias: ABM; CEPEMHEd, 1960b. PSB 100.2, caixa 003.

PRODUÇÃO rural: a colonização agrícola em São Bento na Baixada Fluminense. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 3.782, p. 11, 31 ago. 1941.

---

[66] Esse termo é recorrente na fonte pesquisada. Segundo Passetti (2004), esse conceito foi utilizado de 1950 a 1980 para designar crianças e jovens moradores de periferias e oriundos de famílias consideradas desestruturadas.

[67] Nasceu em 1914 e em Duque de Caxias. Iniciou sua carreira política em 1951 e foi eleito prefeito do município em 1955.

[68] Foi eleito vereador do município de Duque de Caxias em dois mandados.

[69] Foi professora, atuou em escolas do município de Duque de Caxias e foi moradora do bairro Pilar.

[70] Nasceu em Minas Gerais. Foi cirurgião-dentista, oficial do Registro Civil de Duque de Caxias e político.

[71] O acervo desse jornal está salvaguardado pelo Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto.

[72] Nascido no Espírito Santo, filho de pequenos agricultores. Morou em Jesus de Itabapoana, Rio de Janeiro, e anos mais tarde mudou-se para Duque de Caxias. Dirigiu o jornal *A Folha de Caxias* junto ao irmão, Ruyter Poubel.

[73] Nascido no Espírito Santo, filho de pequenos agricultores. Com o falecimento dos pais, aos 14 anos, mudou-se com a família para Duque de Caxias. Estudou o ensino fundamental no Colégio Duque de Caxias; o ensino médio no Colégio Cardeal Leme; Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF); Direito Administrativo no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam); e Administração Pública na Fundação Getulio Vargas. Ele próprio se intitulava como liberal. Foi fundador do jornal *A Folha de Caxias*, diretor da Associação Comercial por quatro anos, vice-prefeito da gestão de Moacyr do Carmo em 1960, entre outras atividades. Foi secretário da Associação Beneficente de Menores (ABM) de 1955-1958 e 1959-1961 (COSTA, 2017, p. 306).

[74] Era contador, foi secretário da Associação Comercial de Duque de Caxias no ano de 1953 e tesoureiro da ABM nos anos de 1955-1958.

[75] A diocese de Petrópolis abrangia as seguintes paróquias: São Pedro de Alcântara, Petrópolis, Santo Antônio do Alto da Serra, São Noberto, Cascatinha, Itaipava, São José do Rio Preto, Santo Antônio do Alto da Serra de Sebastiana, Nossa Senhora da Piedade de Magé, São Nicolau de Suruí, l., Guapimirim, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Sant'Ana de Tiradentes, Nossa Senhora da Conceição de Bemposta, Nossa Senhora das Dores de Areal, Nossa Senhora do Pilar, São João de Meriti e Duque de Caxias (MATTOS, 2006, p. 22).

[76] Filhos dos colonos do Núcleo Colonial São Bento.

[77] Em 1932, foi instituído no governo Vargas através do Decreto n.º 22.226, para lotear e colonizar a Fazenda São Bento, com o intuito de desobstruir o Rio de Janeiro e garantir o seu abastecimento alimentar (SOUZA, 2014).

[78] Essa escola funcionou no território do Patronato São Bento, atendia aos "menores" internos e à comunidade do entorno.

OS COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS NA BAIXADA FLUMINENSE (1945-1947): EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO POPULAR

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro

Vitor da Silva Batista

Láiza Bianca Luna de Souza de Oliveira

Em plena Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense, formada atualmente por 13 cidades (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Queimados, Paracambi, Mesquita, Nilópolis, Magé, Guapimirim, Itaguaí e Seropédica), é marcada pelo histórico de serviços deficientes e infraestrutura precária. Isso tem posto suas "cidades nas últimas posições em muitos dos indicadores socioeconômicos do estado do Rio de Janeiro, com alguns dos piores resultados na educação, em índices de renda e também nos que avaliam o atendimento de saúde"[79].

Trata-se de uma região em que o processo de ocupação do seu território se configurou "a partir dos interesses dos grupos dominantes locais subordinados aos núcleos centrais de poder e dos interesses dos grupos que detinham o controle do aparelho burocrático e político do poder central" (SOUZA, 2014, p. 19). Concomitantemente, foi marcado também pelas formas de ocupação popular da região e pelas lutas sociais travadas por diferentes sujeitos históricos, partindo de suas necessidades mais sentidas, de suas reivindicações imediatas, tais como terras para lavradores, moradia, saneamento, pavimentação, transporte público, escolas, postos de saúde etc. (SOUZA, 2014).

No decorrer dessas lutas por direitos, apesar do histórico de forte repressão das classes dominantes no Brasil a qualquer tentativa de organização popular, ocorreram experiências que buscaram elevar o nível de consciência e organização do povo com base em instrumentos políticos coletivos capazes de fazer a mediação entre os interesses dos "de baixo" e os poderes constituídos

do regime político vigente. Uma dessas experiências de luta organizada foi aquela protagonizada pelos Comitês Populares Democráticos, entre 1945 a 1947, momento histórico marcado pelo processo de "redemocratização" no Brasil, com o fim do Estado Novo, e pela derrota do nazifascismo, em âmbito internacional. Contudo, a partir de 1947, nos marcos do avanço da Guerra Fria e da escalada repressora do governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) contra o movimento democrático e popular, em particular os comunistas, os comitês tiveram suas atividades interrompidas.

9.1 O QUE ERAM OS COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS?

Os Comitês Populares Democráticos eram o que hoje se denominariam as organizações da sociedade civil. No contexto do processo de democratização do país, no imediato pós-guerra, representavam um esforço de organização popular, visando a uma "democracia de participação ampliada" — para usar uma expressão de Florestan Fernandes (2011) —,
em que as demandas populares seriam o combustível de mobilização dos diferentes setores da sociedade brasileira, em especial os populares, aqueles excluídos da arena política. Isto é, o objetivo era fazer com que as pessoas de pouca educação política se interessassem em questões diretas e imediatas, levando assim às classes trabalhadoras a consciência da necessidade de um movimento organizado que tivesse uma forte participação popular, dando início à consolidação de um regime democrático burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras contassem com crescente espaço político próprio.

Nesse sentido, o PCB (denominado, naquele período, Partido Comunista do Brasil) desempenhou um papel de grande relevância criando os Comitês Populares Democráticos, que se ramificaram por diversas cidades brasileiras, entre elas aquelas da região da Baixada Fluminense. O PCB se mobilizou e organizou os setores populares daquele momento. A relevância desse esforço de mobilização e organização dos trabalhadores recebeu destaque no discurso de Luiz Carlos Prestes, principal dirigente do Partido Comunista, no comício do Estádio do São Januário realizado em 23 de maio de 1945.

> [Organizar o povo] em organismos que lhe sejam próprios, em amplos comitês ou comissões nos locais de trabalho, nas ruas e bairros, Comitês Populares Democráticos que, unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos próximo, as organizações democráticas populares de cidades, de região e de

> Estado, até a grande união nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional [...] Os comunistas participarão ativamente da organização e desenvolvimento de comitês populares democráticos dentro dos quais se sentirão felizes ao lado de todos os democratas não comunistas, quaisquer que sejam suas opiniões políticas, filosóficas e religiosas [...] É evidente desde logo, que tais organismos populares escolherão como seus candidatos aos cargos eletivos os homens que lhes pareçam capazes de defender aquele programa. (O DISCURSO..., 1945, p. 12)[80]

No comício "São Paulo a Luiz Carlos Prestes", no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 15 de julho de 1945, o então secretário-geral do PCB atentava mais uma vez para a importância da tarefa "em organizar o povo, as mais amplas camadas sociais de nossa população [...] a fim de atraí-las à vida política, à luta por suas reivindicações imediatas, à melhor compreensão dos perigos que a ameaçam" (PRESTES, 1947, p. 113). E, para isso, os Comitês Populares Democráticos, que iam se organizando por todo país, seriam o cerne do potencial mobilizador do PCB.

> Serão como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo, dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do próprio povo. [...] Na luta pela União Nacional precisamos concentrar nossos esforços, antes e acima de tudo, na organização das grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo. É a organização sindical do proletariado urbano e rural o instrumento por excelência capaz de fazer dos assalariados em geral cidadãos ativos, patriotas conscientes e democratas esclarecidos em condições de defender seus interesses de classe e de participar [...] na vida pública da nação. (PRESTES, 1947, p. 113-114)[81]

A luta pela "União Nacional", segundo os comunistas, deveria assegurar a completa democratização do país.

> O que queremos é chegar, através da União Nacional, à verdadeira democracia, antes e acima de tudo a uma Assembleia Constituinte de que participem os legítimos representantes do povo, assembleia democrática que, efetivamente apoiada pelo povo, organizado em seus partidos políticos e Comitês Populares Democráticos, possa, livre e soberanamente, discutir e votar a Carta Constitucional que almejamos, a lei fundamental que permita o progresso da Pátria e nos assegure, a todos nós,, e para sempre, sagrados e inabaláveis direitos do homem e do cidadão, a par dos direitos que todos devemos ter ao trabalho, à saúde, à instrução e cultura, ao bem-estar, assim como ao socorro e ajuda na doença, na invalidez e na velhice. (PRESTES, 1947, p. 92).

A ação dos comunistas brasileiros no curto período de legalidade do PCB (1945-1947) parece caracterizar-se por

> [...] uma tentativa de articulação entre os organismos tradicionais de representação (os parlamentos) e os novos institutos de organização popular (os comitês populares democráticos), para uma participação popular cada vez mais decisiva na vida política nacional e para uma hegemonia cada vez mais madura do proletariado. (PINHEIRO, 2007, p. 27).

A preocupação com a organização popular não era uma simples declaração de intenções dos comunistas, mas concretizava-se na sua atuação prática. A organização dos Comitês Populares dava-se, principalmente, em duas frentes: aqueles que se envolviam nos problemas dos bairros e os comitês profissionais, que tinham a função de atuar junto aos sindicatos, principalmente naqueles nos quais o Partido Comunista não era parte da diretoria, destacando-se também como representações por categoria voltadas para os problemas nos locais de trabalho. Entretanto, os comitês não se configuram apenas por critérios de moradia (bairros) ou de categorias profissionais. Houve também a organização por critério de associação das pessoas dos mais diversos propósitos. Entre alguns exemplos: o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, o Comitê Democrático dos Evangélicos, o Comitê do Ensino Leigo e o Comitê de Mulheres Pró-Democracia. Os membros dessas organizações apresentavam uma constituição de todo heterogênea, tanto em termos sociais quanto ideológicos.

Os comitês profissionais foram de grande relevância na luta do PCB pela hegemonia no movimento operário. Os Comitês Democráticos eram as organizações de base do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)[82] para atuar nos sindicatos. O processo organizativo dos comitês ocorria por meio da iniciativa de elementos aderentes ao MUT (militantes e simpatizantes do PCB), que convocavam reunião com os indivíduos da profissão, convencidos a tal propósito, e elegiam uma Comissão Executiva Provisória até uma assembleia mais ampla, indicando três delegados do grupo junto ao MUT. Deveriam eleger também uma Comissão de Arregimentação Sindical.

Os Comitês Democráticos Profissionais se constituíam em vários subcomitês, que funcionavam nos locais de trabalho, procurando demonstrar, sem atitudes ostensivas de oposição, as falhas e a inércia das diretorias sindicais, no intuito de convencer os trabalhadores da necessidade de colocar à frente dos sindicatos homens de sua confiança[83]. Em suma, os comitês levantavam questões dentro da classe, com a finalidade de colocar a diretoria em dificuldade e chamar atenção para o MUT e seus indicados, os quais

tomariam a liderança política dentro dos sindicatos. Despendiam-se esforços por uma série de atividades capazes de produzir pequenas vitórias, que incitariam maior participação nos grupos profissionais. Procuravam conhecer casos a serem encaminhados à Justiça do Trabalho, para colocar à disposição dos trabalhadores os serviços jurídicos do MUT. A atuação dos comitês profissionais nas negociações com as autoridades governamentais e os patrões, tanto nos momentos em que estiveram alinhados à ação dos sindicatos quanto nas vezes em que agiram em rota de colisão com eles, foi um meio eficiente para que o PCB ganhasse penetração no meio operário.

O prestígio desfrutado pelo PCB em diversos setores da sociedade brasileira não era resultado somente do intenso trabalho nas bases do meio sindical. Abria-se nos bairros uma segunda frente de ação do partido: os comitês de bairros. A proliferação dessas organizações se acentuava nas cidades em todo o país, com destaque para as cidades Rio de Janeiro e São Paulo e para a região do ABC paulista. Os comitês eram mediadores entre as demandas da população local e as instituições públicas, dando visibilidade aos problemas a serem debatidos em espaços públicos e incorporados nas agendas dos que decidiam. Nesse sentido, não cessavam as denúncias das precárias condições em que viviam as pessoas nessas localidades e as propostas para solucionar e coordenar ações coletivas. Ou seja, empreendiam uma luta pelos direitos de cidadania, objetivando desde a concretização das condições mínimas de infraestrutura nos bairros até a garantia de um sistema educacional e de saúde, por exemplo, que permitisse que as pessoas vivessem dignamente.

O PCB se fundamentou na ideia de "frente popular", em defesa de um projeto que garantisse uma democracia efetiva no país, promovesse o desenvolvimento nacional e a inclusão das camadas populares — tratou-se da chamada política de "União Nacional". A atuação do PCB, na conjuntura do imediato pós-guerra, deu-se em duas frentes. A primeira dizia respeito à inserção no sistema político brasileiro, enquanto a segunda se referia à luta pela hegemonia no movimento operário, enfrentando as crescentes demandas da classe trabalhadora brasileira. Embora apresentados sem "nenhuma cor partidária", os Comitês Populares Democráticos representaram o principal meio de ligação entre o PCB e as massas proletárias. Concebidos como instrumentos de luta e defesa pelos direitos imediatos dos trabalhadores e da

população em geral, utilizaram-se da ideia-força dos direitos para conquistar na luta cotidiana a hegemonia junto à classe trabalhadora e assegurar as alianças necessárias entre as "classes nacionais progressistas" do país (o proletariado, o campesinato, as classes médias e a burguesia nacional progressista), para fazer avançar a luta pela "União Nacional", entendida como o processo de democratização do país (PINHEIRO, 2014, p. 35-42).

O funcionamento dos Comitês Populares variou de um lugar para outro, mas suas ações tiveram como base a promoção de atividades com conteúdo político e cultural e o estímulo às reivindicações dos bairros. Além disso, os comitês promoveram debates sobre os problemas econômicos, políticos e sociais do Brasil. Os Comitês Populares Democráticos buscaram trabalhar de forma organizada, mobilizando os moradores das localidades em torno de suas reivindicações, para assim terem mais resultados no meio das problemáticas sociais das cidades.

9.2 OS COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS NA BAIXADA FLUMINENSE

Não obstante as especificidades históricas e geográficas, os Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense apresentavam mais semelhanças do que diferenças quando comparados com seus congêneres em outras cidades brasileiras (MONTEIRO, 2015; PEREIRA, 2007; PINHEIRO, 2007, 2014; SANTOS, 2011; SILVA, 2012)[84]. Organizados com base territorial nos bairros, subúrbios, favelas e morros de diversas cidades brasileiras, os Comitês Populares Democráticos se envolviam nos problemas das localidades. Desenvolviam uma série de atividades viáveis que proporcionassem a possibilidade de pequenas vitórias para incitar maior participação dos moradores do local. Para além das reivindicações imediatas, a outra finalidade dos comitês era interessar a população em questões da grande política, abandonando a ação isolada e voltada estritamente para o local e fazendo com que o espaço da ação coletiva de bairro passasse a ser, então, o espaço público ou a esfera pública, transformando os comitês em canais de participação, de representação e de negociação da população junto às esferas sistêmicas da sociedade civil e da sociedade política[85].

Na Baixada Fluminense, os Comitês vão se formando nos distritos e subdistritos dos municípios da região conforme as demandas populares. Por

meio de levantamento no jornal comunista *Tribuna Popular*, no período de 1945 a 1947, é possível mapear alguns deles e seus esforços de organização de setores populares, tendo por base as reivindicações mais sentidas da comunidade e intercâmbio entre eles mediante reuniões e atividades conjuntas, visando fortalecer a organização popular e a política de "União Nacional" então defendida pelo PCB. Entre os Comitês na Baixada Fluminense, pode-se citar: Comitê Popular da Vila Guanabara (Duque de Caxias), Comitê Democrático Progressista de Nova Iguaçu, Comitê Democrático Progressista de Queimados, Comitê Democrático de Vila Meriti, Comitê Popular do Éden, Comitê Democrático Progressista da Posse, Comitê Democrático de Belford Roxo, Comitê Democrático Progressista de Mesquita, Comitê Democrático Agostinho Porto, Comitê Democrático Progressista de Nilópolis, Comitê Democrático Progressista de Santo Aleixo, Comitê Democrático Progressista de Vila Rosali, União Progressista de São Mateus, Comitê Popular de Paracambi, Comitê Democrático Progressista de Andrade de Araújo, Comitê Democrático Progressista de Olinda, Comitê Democrático de Morro Agudo, Comitê Democrático Progressista de Coelho da Rocha.

Os Comitês Populares Democráticos não esperavam o cumprimento de promessas; formulavam-se táticas e estratégias para a conquista das suas reivindicações. É o que se pode depreender da atuação do Comitê em Vila Meriti, onde foi criada uma escola gratuita para crianças, que recebeu o nome de Anita Leocadia Prestes, em homenagem à filha de Luiz Carlos Prestes, então senador mais votado da República eleito pelo PCB no pleito de dezembro de 1945. No ato de inauguração da referida escola, dezenas de crianças se manifestam reivindicando escolas, livros, transporte, passagens a preços acessíveis e vida digna a todo e qualquer cidadão. Em foto publicada pelo jornal comunista *Tribuna Popular* (11/01/1946, p. 5), as crianças aparecem segurando um cartaz onde se lê: "Precisamos [de]escolas, livro gratuito, passagens e almoço, e vida barata para nossos pais".

Buscava-se dar voz aos setores até então marginalizados no cenário político. A experiência, ainda que curta, dos Comitês Populares Democráticos fazia parte do processo de politização do espaço urbano brasileiro, então em curso nos anos 1940, formando quadros de pressão no atendimento de reivindicações populares, uma nova esfera de interlocução entre o poder político e a sociedade civil. Segundo matéria do jornal *Tribuna Popular*, no

Comitê Democrático Progressista de Nova Iguaçu, "homens e mulheres de todas as classes" reuniam-se em "grande assembleia popular", discutindo os problemas mais sentidos ("amparo à produção de laranjas, transportes, água, esgoto, mais escolas, ampliação da saúde pública") e compreendendo que a democracia só viria com a força do povo organizado. Vicente Rodrigues da Costa relatava o seguinte na mesma reportagem:

> O município de Nova Iguaçu foi um dos primeiros a atender à convocação patriótica de Luiz Carlos Prestes, no seu famoso discurso do dia 23 de maio. Imediatamente, fundamos o nosso Comitê, sob a bandeira da união nacional, da tranquilidade interna, pela democratização e pelo progresso do país. Agora, o que nos resta – a todos nós, moradores – é trabalhar pela solução de nossos problemas, pelas reivindicações justas do povo de Nova Iguaçu. (TRIBUNA POPULAR, 29/06/1945, p. 8).

Entre as muitas reivindicações levantadas pelos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense, a cultura e a educação se tornaram mais visíveis e passaram a ser tematizadas em espaços públicos. Apesar das adversidades, na Baixada Fluminense, algumas escolas foram criadas, por iniciativas dos comitês, com a finalidade de levar adiante a campanha de alfabetização e educação política dos setores populares, como, por exemplo, a do Comitê Democrático Progressista da Posse, localizado no município de Nova Iguaçu (TRIBUNA POPULAR, 11/11/1945, p. 5); a Escola Éden, no bairro do Éden (TRIBUNA POPULAR, 07/02/1946, p. 8); e a Escola do Povo, fundada pelo Comitê Popular da Vila Guanabara, em Duque de Caxias (TRIBUNA POPULAR, 01/02/1946, p. 6).

Na luta organizada das classes populares, alguns Comitês Populares acabaram ganhando destaque e se tornando símbolos de resistência. Foi o caso do Comitê Democrático de Mesquita, naquela época pertencente ao município de Nova Iguaçu, do qual se emanciparia em 25 de setembro de 1999. Esse comitê conseguiu aglutinar o apoio popular necessário em torno das reivindicações mais imediatas da localidade, conquistando importantes vitórias, após insistente pressão junto ao poder público, durante a gestão do prefeito Paulino Barbosa (TRIBUNA POPULAR, 10/03/1946, p. 4). Nesse sentido, "o Comitê de Mesquita procurou reivindicações possíveis de serem concretizadas, e, antes de lançá-las, fez a necessária organização de massa", promovendo comícios, colocando cartazes nas ruas etc., de modo que, quando o prefeito de Nova Iguaçu tomou conhecimento do problema da iluminação pública, por exemplo, essa reivindicação já se constituía em um grito unânime

da população do bairro. “E contra o povo organizado, em torno de suas justas reivindicações, nada pode fazer a reação” (TRIBUNA POPULAR, 10/03/1946, p. 4).

Conquistas como as do Comitê de Mesquita vêm demonstrar o papel importante dos Comitês Populares junto à população de seus respectivos bairros na luta pelas reivindicações mais sentidas. Assim como a importância do apoio popular para fortalecer os Comitês Populares Democráticos como movimento popular organizado. Em uma matéria do periódico comunista, afirma-se que “dentro dos Comitês Populares o povo aprende a resolver seus problemas”, em que homens e mulheres “de todas as crenças marcham juntos para concretizar suas reivindicações”, entre elas por “mais higiene, leite e escolas para o Brasil” (TRIBUNA POPULAR, 11/11/1945, p. 5).

De acordo com suas possibilidades e limitações, os Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense desenvolveram teatro amador, sessões de cinema, exposições, programa de calouros, bailes, concursos carnavalescos, entre outras atividades. Atividades culturais não faltaram nos Comitês Populares, merecendo destaque a atuação do poeta e militante comunista Solano Trindade na Baixada Fluminense, em especial Duque de Caxias, coordenando o Comitê Afro-Brasileiro. Porém, o carro-chefe dessas atividades foi a campanha de alfabetização de adultos, conforme destacado pelo Comitê Democrático Progressista de Nova Iguaçu, como um dos “magnos problemas a serem discutidos”, com a “criação de cursos noturnos de alfabetização” (TRIBUNA POPULAR, 08/08/1945, p. 5). Os Cursos de Alfabetização se instalaram nas sedes dos comitês ou, em grande parte, nos cômodos ou quintais cedidos pelos moradores. Voluntários ministraram as aulas. Solicitação de doações de materiais foi uma constante na vida dos comitês. Também aconteceram campanhas de finanças e espetáculos culturais, com a renda revertida em benefício da Campanha de Alfabetização Popular. Por exemplo, o festival cultural realizado no Cine Teatro Glória, em Vila Meriti, com a exibição do filme *Ela quase matou Hitler* e show sob direção da jornalista e atriz Eugênia Álvaro Moreyra (TRIBUNA POPULAR, 14/10/1945, p. 5).

No entanto, a carência de escolas públicas e a dificuldade de acesso às já existentes na região da Baixada Fluminense levaram os Comitês Populares Democráticos a se dedicarem também à alfabetização de crianças, como a oferta de cursos profissionalizantes para a população adulta.

O programa educacional do PCB e, consequentemente, dos Comitês Populares Democráticos teve como referência o estudo "A situação do ensino no Brasil" (1945), de autoria de Paschoal Lemme, trabalho redigido a pedido de Luiz Carlos Prestes (LEMME, 2004, p. 33). Nele o autor apresentou um panorama da situação do ensino na época, destacando o problema do analfabetismo no Brasil. A ênfase dada à questão da alfabetização de adultos pelos Comitês Populares decorreu da constatação de existirem 54,68% de analfabetos na população adulta brasileira, "a partir justamente da idade em que os indivíduos devem participar ativamente da vida econômica e política do País" (LEMME, 2004, p. 35).

Por um lado, a campanha de alfabetização dos Comitês Populares tinha uma preocupação em formar eleitores, dada a proximidade das eleições de dezembro de 1945, já que era negado aos analfabetos o direito de votar. No entanto, as atividades educativas desenvolvidas pelos comitês não se restringiam às questões eleitorais, tanto que a campanha de alfabetização se manteve ativa no ano posterior, e até mais intensa, assim como outras iniciativas educacionais (PINHEIRO, 2014). O trabalho educativo empreendido pelos comitês estava articulado com o propósito de fazer avançar o processo de democratização então em curso na sociedade brasileira e bastante precário na região da Baixada Fluminense. Esse empreendimento incomodava demasiadamente os setores mais conservadores, como também os liberais, agrupados em torno da União Democrática Nacional (UDN), e, no caso da Baixada Fluminense, os "coronéis da periferia", onde o movimento popular organizado teve de conviver, constantemente, com provocações, arbitrariedades e repressão das forças policiais, vivendo-se uma situação de "insegurança no Estado do Rio" (TRIBUNA POPULAR, 14/05/1946, p. 4; 03/01/1947, p. 2; 15/01/1947, p. 3). Na edição de 3 de janeiro, a matéria jornalística denuncia o bárbaro espancamento de um militante do PCB, "arrancado de dentro do próprio domicílio", no bairro de Éden, então município de Duque de Caxias, e relata a mobilização dos moradores contra o ato de violência policial. A matéria conclui afirmando:

> [...] sabemos que só o povo organizado poderá anular estas provocações insufladas pelo interventor fascista [cel. Hugo Silva], para esmagá-lo, como a todos os órfãos de Hitler ainda enquistados no aparelho governamental [...] (BARBARAMENTE..., 1947, p. 2).

Não obstante as adversidades, os Comitês Populares Democráticos prosseguiram em sua tarefa de desenvolver a "educação democrática do proletariado e do povo em geral". Na Baixada Fluminense, algumas escolas foram criadas por iniciativa dos Comitês, como já citado. Assim como toda uma série de palestras e conferências com renomadas pessoas de diversas áreas, debatendo temas variados, como saúde pública, educação, cultura, direito, política, economia, questão fundiária.

Os objetivos educacionais dos Cursos de Alfabetização dos Comitês Populares Democráticos foram explicitados em matéria do periódico comunista por Moisés Xavier de Araújo, consultor técnico da Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares, do Distrito Federal, e autor da cartilha *Chave da leitura (para adultos)*, adotada pelos comitês cariocas para dar uniformidade à campanha de alfabetização[86].

> Antes de mais nada, devo esclarecer que os encarregados dos cursos de alfabetização estão dando à sua atividade o mais amplo sentido educativo. Cada professor é um verdadeiro amigo e conselheiro dos alunos, orientando-os e esclarecendo-os sempre que oportuno, com o propósito de elevar-lhes a capacidade de apreciação das coisas e dos fatos e de torná-los cada vez mais livres e conscientes. Em todas as oportunidades há sempre, portanto, a mais cordial aproximação entre os alunos e os professores, de modo que o trabalho destes não tenha o caráter de "obra de benemerência", mas de "cooperação" entre brasileiros que, de um lado, ensinam, e, de outro, aprendem. Trata-se de um trabalho verdadeiramente popular, democrático, humano. [...] Nos Comitês Populares, os jovens e adultos não aprendem apenas a "desenhar o nome", nem são levados à alfabetização pura e simples. Nos Comitês Populares, como já dissemos, os professores dão à sua atividade um amplo sentido educativo. Em última instância, na força do povo, pacificamente organizado, é que reside o êxito da campanha de alfabetização em massa, que ora se processa no Distrito Federal. Ou melhor: em todo o país. (TRIBUNA POPULAR, 08/09/1945, p. 6).

Não foi apenas nos centros urbanos que o PCB tentou promover a organização dos setores populares. Entre 1945 e 1947, junto aos trabalhadores agrícolas, os militantes comunistas fundaram centenas de Ligas Camponesas, espécie de congêneres dos Comitês Populares dos núcleos urbanos. A partir do fim de 1945, os comunistas criaram Ligas Camponesas por vários pontos do país. A questão da terra também marcou o processo de ocupação do território da Baixada Fluminense[87]. Na região surgiram Ligas Camponesas em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Paracambi.

As Ligas Camponesas, assim como os Comitês Populares Democráticos nos núcleos urbanos e suburbanos, também se organizaram conforme as

demandas imediatas da população da localidade. Foi assim, por exemplo, com a Liga Camponesa Francisco Lira, que aglutinou os trabalhadores rurais de José Bulhões, 3º Distrito de Nova Iguaçu, dispostos a levar adiante suas reivindicações. Condições de vida, "como os camponeses de todo o Brasil", marcadas pela fome, pelo trabalho de sol a sol, pela falta de escolas para seus filhos, pela ausência de assistência médica para suas famílias e pela exploração dos grileiros (INSTALADA..., 1946, p.8).

As Ligas Camponesas eram mediadoras entre as demandas da população local e as instituições públicas, dando visibilidade aos problemas a serem debatidos em espaços públicos e incorporados nas agendas dos que decidiam. Nesse sentido, a Liga Camponesa Francisco Lira, que tomara o nome de um líder camponês "recentemente assassinado, com a conivência da polícia fascista de Pernambuco" (INSTALADA..., 1946, p.8)[88], unia os trabalhadores do campo daquela região para pressionar as instâncias públicas competentes, obtendo uma importante vitória naquele momento, a conquista de 160 alqueires de terras devolutas. Significava "sem dúvida o exemplo mais concreto que poderiam ter aqueles camponeses das vantagens da ação conjunta" (INSTALADA..., 1946, p.8). Em seu estatuto, a Liga Camponesa do distrito de José Bulhões se comprometia "a lutar, intransigentemente, pela elevação dos níveis econômico, educacional e social dos seus associados, abrangendo o município de Nova Iguaçu e adjacências" (INSTALADA..., 1946, p.8).

Os Comitês Populares e as Ligas Camponesas buscaram fortalecer a organização popular na Baixada Fluminense realizando intercâmbio e interações diversas entre eles. Por exemplo, atendendo ao convite da Liga Camponesa Francisco Lira, o Comitê Democrático Progressista de Mesquita excursionou com uma caravana de "centenas" de pessoas, transportadas em caminhões, até a localidade de José Bulhões. Entre as atividades realizadas, uma partida de futebol entre times infantis de Mesquita e José Bulhões, apresentação de um show com artistas populares, como os "Garotos Batuqueiros de Mesquita", Iraci e Iracema, Noel Gonçalves e Lídia Telmo, com o Departamento Artístico do referido comitê, contando também com a participação do Departamento Artístico do Centro de Vigilância Democrática de Anchieta (TRIBUNA POPULAR, 01/03/1947, p. 4; 07/03/1947, p. 4). Além de atividades artísticas, desportivas e educacionais, ocorreram iniciativas no campo da cooperação econômica, como o fornecimento de carvão vegetal,

oriundo da Liga Francisco Lira, aos associados do Comitê Democrático de Mesquita, a preço que as carvoarias não poderiam concorrer, e com a perspectiva de "vender novos produtos aos seus associados, concorrendo para isso os entendimentos que este mantém com a Liga Camponesa Francisco Lira" (TRIBUNA POPULAR, 01/12/1946, p. 7).

Evidentemente que qualquer tentativa de organizar as classes populares sobre novas bases, ou seja, em um sistema democrático fundado na soberania popular (democracia como forma política de dominação da maioria) e na plena expansão da cidadania, foi duramente combatida pelas classes dominantes no Brasil. Tanto no campo ideológico, no qual os órgãos de imprensa desempenharam importante papel na propagação das representações anticomunistas, como por meio da repressão, aplicada de diferentes formas, com maior ou menor sutileza, objetivando reprimir os mais combativos e mostrar aos inconformados passivos os riscos contidos em qualquer ensaio de conspirar contra a ordem estabelecida. Aliás, a repressão foi algo, historicamente, marcante na região da Baixada Fluminense[89].

O ativismo da militância comunista nos meios sindicais e nos Comitês Democráticos Populares e o impressionante desempenho eleitoral do PCB nas eleições de 1945[90] e 1947 transformaram o PCB numa força política em potencial, assustando as classes dominantes, sempre temerosas da participação popular na vida política do país. Diante de tal ameaça e do avanço da Guerra Fria, em 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do PCB, sob a argumentação de tratar-se de um organismo subserviente aos interesses de Stalin e da União Soviética. Em outubro do mesmo ano, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com o Estado soviético, assumindo seu alinhamento à política externa norte-americana.

A onda repressiva contra o movimento democrático e popular, em particular os comunistas, foi violenta[91]. Uma vez tornado ilegal o PCB, as suas sedes foram lacradas; seus bens e documentos, apreendidos; os jornais ligados ao partido foram fechados; e entidades ligadas de alguma forma aos comunistas foram banidas ou perseguidas, caso dos Comitês Populares Democráticos[92]. Por meio do Decreto-Lei n.º 23.046, de 7 de maio de 1947, o governo Dutra fechou a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e as uniões sindicais estaduais, fruto do trabalho realizado pelos comunistas à frente do Movimento Unificador dos Trabalhadores. Além disso, o governo

promoveu intervenções em mais de 400 sindicatos, inaugurando fase de repressão aberta ao sindicalismo mais combativo.

Em janeiro de 1948, os parlamentares comunistas, em âmbito federal, estadual e municipal, tiveram seus mandatos cassados, sendo jogados na clandestinidade. Alguns dos Comitês Populares Democráticos, já no ano anterior, transformaram-se em associações de moradores, medida que visava burlar a repressão policial. Poucas organizações camponesas continuaram funcionando, e pouquíssimas as que conservaram o nome de "ligas" — uma das exceções foi a Liga Camponesa de Iputinga, em Pernambuco, que subsistiu, apesar das constantes prisões de seus líderes e das crescentes suspensões de atividades sofridas (MORAIS, 2006, p. 27). Apesar das possibilidades de atuação bastante reduzidas, os militantes comunistas continuaram ativos nas comunidades dos bairros de diversas cidades do país e no meio rural, como demonstravam os relatórios policiais nos anos seguintes, a imprensa e os relatos memorialísticos, como o de Bráulio Rodrigues da Silva (2008), em *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*.

No entender de Pedro Estevam da Rocha Pomar, durante o governo Dutra, vigorou um regime político fundado "no terrorismo de Estado, na negação das garantias individuais, na banalização da eliminação física de opositores e na supressão da liberdade de organização dos setores populares – especialmente os sindicatos e o PCB", ainda que "inscrito nos marcos da denominada democracia liberal" (POMAR, 2002, p. 9). Ademais, como salientou, "o direito, quase único, assegurado indistintamente da condição de classe (ainda assim excetuando-se os analfabetos), foi o direito ao voto". Assim mesmo, esse direito se tornou objeto de grave restrição com o cancelamento do registro do PCB (maio de 1947) e a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (janeiro de 1948), em âmbito nacional, estadual e municipal (POMAR, 2002, p. 19).

Ainda que malogrado o ensaio de movimento de massas empreendido pelo PCB, não se pode menosprezar a importância dos Comitês Populares Democráticos enquanto movimento de organização popular para o fortalecimento da luta por direitos básicos, para o trabalho de desenvolvimento de uma cultura política ancorada em sentimentos e ideias de solidariedade e de ação coletiva em bases não populistas e demagógicas, como também para a inserção dos setores populares no mundo da grande política.

Além de valiosa contribuição para pensar o caráter educativo dos movimentos populares, articulando as temáticas da educação popular e dos movimentos sociais.

No caso dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense, o presente trabalho procurou apresentar parte da pesquisa em curso, desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo), para conhecimento desse legado histórico ainda pouco explorado de organização popular e educação política de homens e mulheres das classes trabalhadoras do vasto território da atual Baixada Fluminense. Uma pesquisa surgida para diminuir algumas lacunas e contribuir para o alargamento da historiografia da região, inserindo-se à renovação historiográfica, iniciada na década de 1990, em que "a Baixada Fluminense passou a frequentar as temáticas dos estudos acadêmicos"[93].

Ao tratar da experiência de educação popular dos Comitês Populares Democráticos, dá-se visibilidade para a História da Educação e sua contribuição para a historiografia da Baixada Fluminense, no conjunto de ampliação dos temas de pesquisa acadêmica da área, nos últimos 25 anos, e de diversidade de abordagens. Em relação à abordagem, o presente trabalho segue os norteadores teóricos legados pelos clássicos do pensamento marxista (Marx, Engels, Lênin e Gramsci), em que a História é vista como história da luta de classes, da luta pela hegemonia, que atinge de diferentes formas diversos aspectos da vida social, inclusive e especialmente, os processos educativos. Isso implica, entre outras questões, combater a lógica da "História oficial" — aquela que é produzida pelos intelectuais comprometidos com os interesses dos grupos sociais dominantes —, que consiste em proclamar e difundir as vitórias e os sucessos alcançados pelos donos do poder (as classes dominantes), de hoje e do passado, nos permanentes conflitos sociais presentes na história mundial, nas histórias nacionais e nas locais; enquanto que, em relação aos ideais e lutas dos setores que não obtiveram êxito em seus propósitos revolucionários e transformadores e, muitas vezes, sofreram duras derrotas, a "História oficial" reserva a eles o esquecimento, o silenciamento, a deturpação e o ataque.

> O Tempo é o Senhor das histórias.
>
> O Tempo guarda muitas histórias para sempre.
>
> As histórias ficam guardadas para sempre no reino do Tempo, quando não são contadas.

> As histórias não são contadas quando não existe voz que as conte, quando as vozes não são ouvidas, quando as vozes são caladas, quando ouvidos não conseguem escutá-las, quando ouvidos não entendem o que escutam.
>
> Temos muitas histórias pra contar.
>
> Temos então que restaurar nossa voz.
>
> Temos que acostumar os ouvidos ao som dessa voz restaurada.
>
> Temos que tirar as histórias do reino do Tempo.[94]

No que se refere à história da Baixada Fluminense, em particular da História da Educação, ainda há muitas histórias para serem tiradas do "reino do Tempo", vozes a serem restauradas, e "acostumar os ouvidos ao som dessa voz restaurada". Por isso, como nos lembra a historiadora Anita Prestes, é fundamental aos pesquisadores e professores, junto aos movimentos populares, mas principalmente nas escolas, nas salas de aula e no trabalho de pesquisa histórica, contribuir para "formar jovens questionadores, cidadãos que não aceitem o consenso dominante, que estejam dispostos a se contrapor à hegemonia dos setores dominantes", orientados "para uma perspectiva de elaboração de uma alternativa de emancipação social para o nosso povo" (PRESTES, 2010, p. 95).

REFERÊNCIAS

BARBARAMENTE espancado um militante do PCB no município de Caxias. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, p. 2, 03 janeiro 1947.

FERNANDES, Florestan. *Brasil*: em compasso de espera: pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

INSTALADA a "Liga Camponesa Francisco Lira". *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, p. 8, 09 julho 1946.

LEMME, Paschoal. *Memórias de um educador*. 2. ed. Brasília: Inep, 2004. v. 4.

MONTEIRO, Claudia. A luta por um partido de massas: o PCB e os Comitês Democráticos Populares no Paraná (1945-1947). *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. *Anais* [...]. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1094.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa. Apresentação: as fronteiras da historiografia da Baixada Fluminense. *In*: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa (org.). *De Iguassú à Baixada Fluminense*: histórias de um território. Curitiba: Appris, 2019.

O DISCURSO de Luiz Carlos Prestes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 12, 24 maio 1945.

PEREIRA, Raquel Aparecida. *Bandeiras vermelhas nas ruas da cidade!* Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951). Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964)*: uma história comparada. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *O MUT e a luta do PCB pela hegemonia no movimento operário*: conciliação e conflito. Monografia (Bacharelado em História) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia intolerante*: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PRESTES, Anita Leocadia. O historiador perante a história oficial. *Germinal*: Marxismo e Educação em Debate, [*S. l.*], v. 1, n. 2, p. 91-96, jun. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9607/7031. Acesso em: 21 jun. 2021.

PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, [1947].

SANTOS, Henrique Buy dos. *Os Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-1947)*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro; Seropédica: Mauad X; Edur, 2008.

SILVA, Raquel Oliveira. *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias. Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2014.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, 1945-1947.

---

[79] Dados da reportagem "Baixada Fluminense: os dilemas de uma população numerosa e carente de serviços básicos". *O Globo*, [*S. l.*], 18 set. 2014 (atualizado em 26 out. 2014). Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/baixada-fluminense-os-dilemas-de-uma-populacao-numerosa-carente-de-servicos-basicos-13968398. Acesso em: 4 jun. 2021.

[80] Cf. também Prestes (1947, p. 90).

[81] "Organizar o povo para a democracia", discurso de Prestes pronunciado no Estádio do Pacaembu, em julho de 1945.

[82] Para mais detalhes sobre a trajetória do MUT, a estrutura sindical corporativa na qual atuou e as suas principais estratégias para fortalecer a unidade operária e garantir a hegemonia do PCB sobre as massas sindicalizadas, ver Pinheiro (2004).

[83] Ver a reportagem "Grande regozijo entre os trabalhadores de Magé", *Tribuna Popular*, p. 5, 9 mar. 1946, tratando da posse da nova diretoria do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Magé, Santo Aleixo e Andorinhas, em que os operários do município veem, "pela primeira vez, após longos anos, subir à direção de seu sindicato companheiros por eles mesmos escolhidos".

[84] A "Circular Política nº 01" do Secretariado Nacional do PCB, assinada por Roberto Sisson e datada provavelmente no período posterior ao comício do Estádio do Pacaembu, em 15/07/1945, e anterior ao golpe de 29/10/1945, é reveladora da preocupação dos comunistas com a organização popular por meio dos Comitês Populares. O documento apresenta orientações concretas e detalhadas de como organizar os comitês, orientações essas que, em grande medida, serviram de diretrizes para os inúmeros comitês que surgiram por todo país naqueles anos de 1945 a 1947. "Circular Política nº 01", Fundo DPS, dossiê "Comitê Nacional do PCB", notação 6, v. 3. Cópia do documento apreendida pelo Exército no Comitê Nacional do PCB a 29/10/1945. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).

[85] Ver a reportagem "O prefeito de Magé discutiu com o povo os problemas do município", em que trata da sabatina com o prefeito Ivan Mariz promovida pelo Comitê Democrático Progressista de Santo Aleixo. Evocando o combativo antifascismo da população da

localidade, a matéria diz que "Santo Aleixo dá nova lição de democracia ao país: é uma localidade cujo povo submete unitariamente o seu prefeito a movimentada e proveitosa sabatina em torno de sentidos problemas locais" (TRIBUNA POPULAR, 04/08/1945, p. 8).

[86] Há indícios na imprensa comunista da participação de comitês da Baixada Fluminense na Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares, que tinha por finalidade fazer com que a Campanha de Alfabetização pudesse atender melhor às necessidades dos "bairros proletários" representados pelos devidos comitês, "criando e ampliando os Cursos de Alfabetização e tomando conhecimento das necessidades mais urgentes nesse setor", facilitando o trabalho de distribuição das cartilhas (com redação do professor Moisés Xavier de Araújo e ilustrações dos artistas Carlos Scliar e Hudson Machado) e outros materiais escolares (TRIBUNA POPULAR, 04/04/1946, p. 4).

[87] Ver a reportagem "Temos fome de terra e eles morrem de indigestão de latifúndios", *Tribuna Popular*, p. 3, 23/05/1946.

[88] Antônio Francisco Lira era membro do PCB e presidente da Liga Camponesa de Iputinga, em Pernambuco, sendo assassinado numa emboscada com "flagrante cumplicidade da polícia" (TRIBUNA POPULAR, 28/05/1946, p. 2).

[89] Ver a série de reportagens do jornal *Tribuna Popular*: "Protesta a Liga Camponesa de Nova Iguaçu contra as violências da polícia local" (20/07/1946, p. 8), "Protesta o povo de José Bulhões contra as violências da polícia local" (11/10/1946, p. 4), "Terror policial em José Bulhões" (22/10/1946, p. 4), "Camponeses de Sarapuí violentamente despejados" (27/05/1947, p. 5).

[90] Segundo dados de relatório do ano de 1946 da Secretaria de Segurança Pública (*apud* SOUZA, 2014, p. 190), nas eleições de dezembro de 1945, o PCB foi o partido que recebeu mais votos em Duque de Caxias e o segundo colocado em números de votos nos municípios de Nova Iguaçu e Magé, evidenciando a influência comunista na região da Baixada Fluminense.

[91] Sobre a prisão do poeta Solano Trindade e do operário da construção civil Moysés de Oliveira Freitas, em Duque de Caxias, ver *Tribuna Popula*r (25/11/1947, p. 2).

[92] Ver "Arbitrariamente fechada a Liga Camponesa Francisco Lira", *Tribuna Popular* (17/05/1947, p. 8).

[93] Para um balanço da historiografia sobre a Baixada Fluminense, ver Nascimento e Bezerra (2019).

[94] Texto de abertura do espetáculo teatral *Candaces – A Reconstrução do Fogo*, de Marcio Meirelles com a colaboração da Cia dos Comuns. Rio de Janeiro, dez. 2002/mar. 2003.

PARTE III

PROFISSÃO DOCENTE NA BAIXADA FLUMINENSE

10

DOCÊNCIA E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS NEGRAS (FORMAIS E INFORMAIS) DE INSERÇÃO SOCIAL NO RECÔNCAVO DA GUANABARA

Lucimar Felisberto dos Santos

Jessica Tomaz Ferreira

Angélica Borges

10.1 UM TEMPO NEM TÃO DISTANTE ASSIM

As autoridades do Império do Brasil também demonstraram preocupação com a expansão da malha escolar. Incluir a verificação do nível de escolarização da população, bem como daqueles que em idade escolar frequentavam a escola, entre os dados a serem levantados na primeira operação censitária realizada em território brasileiro denota isso. Certamente, a preocupação podia ter a ver menos com questões sociais e mais com as econômicas. Segundo Marcelo Mac Cord (2019, p.1), naquela época e lugar, estava em curso um "debate sobre a escolarização popular em tempos de desagregação do escravismo e da criação de critérios educacionais para o exercício dos direitos políticos". Em primeira instância, estava o projeto amplo que visava conduzir as classes trabalhadoras ao mundo da liberdade, do capital e do trabalho (SANTOS, 2013).

Concretamente, ao conjecturar acerca da complexidade dos contextos das mudanças operadas no acesso à Educação no século XIX, devemos avaliar os significados daquela preocupação. Para além disso, fundamentalmente para argumentar conforme o proposto pelo antropólogo Marshall Sahlins (1990, p. 15), devemos nos atentar ao que motivava e ao que estava expresso nas ações interessadas dos "agentes históricos incluindo a microssociologia da sua interação"[95].

Os objetivos deste capítulo consistem em analisar estratégias educacionais que os "de baixo" articulavam para frequentar os bancos escolares de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares para aprenderem a ler e a

escrever, com ênfase em aspectos das trajetórias de três professores negros que atuaram, no período do Império, nas escolas públicas dos municípios de Iguaçu, Magé e Estrela, que formavam a região conhecida como Recôncavo da Guanabara. Vale salientar que sofisticadas análises sobre o tema, até mesmo envolvendo estratégias de escravos e de seus descendentes, trabalhadores livres ou libertos, pretos ou mestiços, já foram feitas (BARROS, 2005; FONSECA, 2002, 2007; FONSECA; BARROS, 2016; SILVA, 2000; SILVA, 2014, 2022; VEIGA, 2008; VILLELA, 2012).

Para compreender melhor a atuação desses docentes, utilizamos o conceito do "fio do nome", de Ginzburg e Poni (1991), e as contribuições de Faria Filho (2009) acerca do uso da região como unidade e posição de análise a fim de compreender o magistério público primário exercido por homens negros no Recôncavo da Guanabara. Utilizamos também as contribuições de Jacques Revel (1998) acerca dos "jogos de escalas". Operamos com um conjunto variado de fontes, a saber: *Almanak Laemmert*, no período situado entre 1844 e 1889; os relatórios dos presidentes da província; a imprensa periódica do século XIX disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; e certidões disponíveis no site Family Search.

Este trabalho dialoga com outras pesquisas produzidas sobre História da Educação e historiografia da Baixada Fluminense acerca do século XIX (BEZERRA, 2011, 2012; GUEDES, 2012; MIRANDA, 2020; BEZERRA; NASCIMENTO; BEZERRA, 2019; PEREIRA, 2020; SANTOS, 2020).

Com efeito, nos limites desta obra, cujo foco é justamente a abordagem das estratégias educacionais de professores negros que atuavam nas escolas públicas do Recôncavo da Guanabara, é de suma importância compreender de forma mais ampla as relações entre cor, condição jurídica, instrução, classe social e escolarização no Império do Brasil. No bojo dos ideais de civilização e progresso que dominaram o cenário político na segunda metade do século XIX, levando em conta as estratégias das autoridades imperiais no campo educacional, podemos conjecturar que um dos motivos da preocupação fosse a pouca efetividade das políticas públicas que tiveram por objetivo a construção de escolas de primeiras letras destinadas à população livre nos povoados e nas vilas densamente povoadas, conforme o estabelecido com a promulgação do Ato Adicional de 1834, que determinou que

> As assembléias provinciais ficariam autorizadas a legislar sobre a instrução pública primária, reservando-se apenas o ensino no município da Corte, em seus vários graus, e o ensino superior, em todo o Império, à alçada do governo central. (NEVES; MACHADO, 1999, p. 229).

Vemos aqui a territorialidade das elites imperiais. Pesquisadores como José Murilo de Carvalho (2003, p. 79) argumentaram que havia certo elitismo educacional como marca distintiva da elite política. Em tese, considerava-se que esse grupo de pessoas estivesse instalado no município da corte, para onde eram direcionados os vários graus de ensino. Ainda que fosse facultada a todos os cidadãos a abertura de escolas elementares, ampliando, assim, as possibilidades da educação privada (CHIZZOTTI, 2000), os dados auferidos pelos recenseadores que atuaram no território do Recôncavo da Guanabara aqui analisados podem atestar tanto que os escravizados não tiveram acesso às habilidades de escrita e leitura quanto que um percentual considerável de homens e mulheres não negros era analfabeto.

No entanto, Fonseca (2016, p. 48) assinala a existência de ações que mostram "um protagonismo do negro, indicado que estes não deixaram de contabilizar a educação como um elemento de formação e afirmação no espaço social". No caso do Recôncavo da Guanabara, como se deu essa afirmação? Importa ressaltar que, no Recôncavo da Guanabara, segundo estudos de Bezerra (2011), as relações de compadrio e a formação de famílias eram estratégias coletivas para obtenção de alforria. A produção de farinha de mandioca era a principal atividade agrária do Recôncavo, na qual estava envolvida a maior parte dos escravizados: "O cultivo e o comércio da mandioca também representaram a mobilidade social para escravos e homens livres pobres" (BEZERRA, 2011, p. 28). Bezerra cita exemplos de africanos forros, como Gracia Maria Conceição Magalhães, que tinha uma propriedade de produção de mandioca. Soma-se a isso o fato de a região, segundo Gomes (2006), possuir uma quantidade significativa de quilombos. As autoridades provinciais se debruçavam em elaborar medidas e estratégias para destruir os quilombos de Iguaçu, local do Recôncavo com maior concentração de quilombos na região. A localização "em áreas pantanosas de difícil acesso e a generalizada conivência de comerciantes, taberneiros, cativos das plantações vizinhas, escravos remadores e lavradores locais com quilombolas" (GOMES, 2006, p. 45) dificultavam a destruição dos quilombos pela polícia. Essas relações de conivência eram "[...] mais do que uma conexão estritamente

econômica. Constituíram a base de uma teia maior de interesses e relações sociais diversas, por meio das quais quilombolas souberam tirar proveito, visando a manutenção de sua autonomia." (GOMES, 2006, p. 45).

É muito provável que estratégias educacionais estivessem entre a tessitura daquela rede de relações. Em tais circunstâncias, estavam inseridos os 10.155 indivíduos que foram recenseados em 1872 nas paróquias de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, do Pilar e da Guia de Pacopahyba, entre os quais aproximadamente 20% (2.002) foram arrolados como sabendo ler e escrever. Entretanto, os considerados analfabetos foram da ordem de 48,9% (4.963), média consideravelmente menor que a nacional, que girava em torno de 82,3% (FERRARO, 2002, p. 34).

Quadro 10.1 – População do Recôncavo da Guanabara em relação ao letramento

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE INHOMIRIM								
		População total						**Dos em idade escolar**
		Brancos	**Pardos**	**Pretos**	**Cablocos**	**Sabem ler e escrever**	**Analfabetos**	**Frequentam a escola**
Livres	**Homens**	**869**	**883**	**261**	**11**	**498**	**1020**	**79**
	Mulheres	**610**	**368**	**247**	**8**	**387**	**840**	**67**
Escravizados	**Homens**		**176**	**452**			**628**	
	Mulheres		**215**	**382**			**590**	
TOTAL		**1479**	**1642**	**1342**	**19**	**885**	**3078**	**146**
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR								
		Brancos	**Pardos**	**Pretos**	**Cablocos**	**Sabem ler e escrever**	**Analfabetos**	**Frequentam a escola**
Livres	**Homens**	**682**	**162**	**323**	**5**	**367**	**916**	**132**
	Mulheres	**726**	**118**	**222**		**382**	**739**	**100**
Escravizados	**Homens**		**91**	**591**				

	PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE INHOMIRIM							
	Mulheres		**16**	**287**				
TOTAL		**1408**	**387**	**1423**	**5**	**749**	**1655**	**232**
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GUIA DE PACOPAHYBA								
		Brancos	**Pardos**	**Pretos**	**Cablocos**	**Sabem ler e escrever**	**Analfabetos**	**Frequentam a escola**
Livres	**Homens**	**489**	**362**	**225**	**3**	**246**	**834**	**98**
	Mulheres	**492**	**205**	**96**	**3**	**125**	**768**	**72**
Escravizados	**Homens**		**112**	**339**			**451**	
	Mulheres		**63**	**204**			**267**	
TOTAL		**981**	**742**	**864**	**6**	**371**	**2320**	**170**

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 (BRASIL, 1872).

Não obstante o levantamento realizado no período imperial levar em conta os menores em idade escolar, indicando os que frequentam estabelecimentos de ensino, apenas com base em seu registro, não identificamos a sua cor, somente a sua condição. Por outro lado, apesar de já haver à época entendimento sobre o distanciamento entre escolarizar e instruir, outro motivo de preocupação das autoridades do Império do Brasil era fazer um diagnóstico dos indivíduos que sabiam ler e escrever, e daqueles analfabetos. Observada, entretanto, pode ser a lacuna entre essas duas categorias, que poderia ser preenchida por indivíduos com uma gama de habilidades relacionadas aos vários graus de ensino que constituem os processos de escolarização evidenciados na História da Educação. Não temos, nos dados recenseados, indicações sobre essas categorias, mas podemos problematizar os critérios utilizados pelos recenseadores para estabelecer o perfil do alfabetizado. Segundo Marcelo Mac Cord,

> No Censo de 1872, apesar de não anunciada, há uma fronteira muito tênue entre os que foram considerados analfabetos e os que foram registrados como sujeitos que sabiam ler e escrever. O que chamamos de "alfabetização" é uma categoria espinhosa, que precisa ser problematizada no espaço-tempo. Historicamente, nos censos ocidentais e brasileiros, o simples fato de se assinar/desenhar o nome era parâmetro para que alguém fosse considerado alfabetizado para fins estatísticos [...]. Por si só,

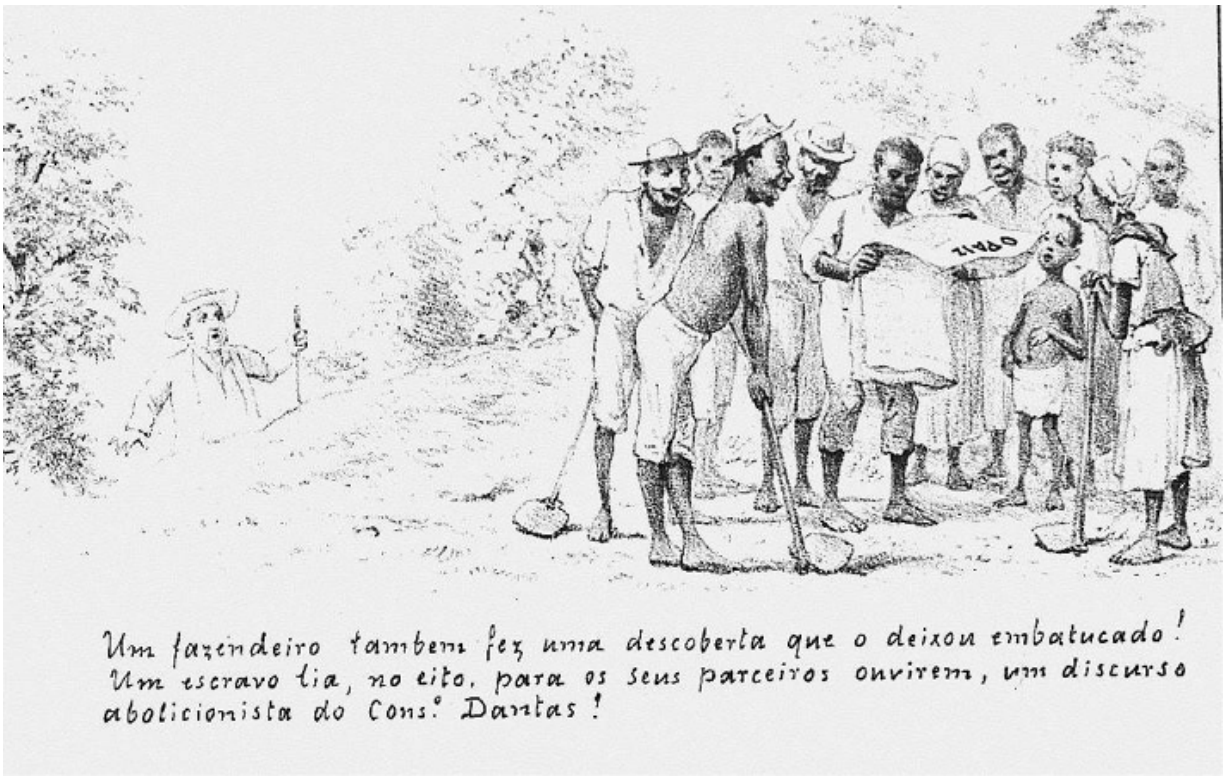
> esse dado diminuiria, e muito, a percentagem dos que efetivamente soubessem ler e escrever. Outro problema surge quando "saber ler e escrever" é compreendido acriticamente, enquanto competências que são adquiridas simultaneamente. Pelo menos até a segunda metade do século XIX, de forma ideal, caso não existissem grandes percalços, primeiramente se aprendia a técnica da leitura em um prazo de até dois anos. Depois, caso fosse possível financiar o restante da instrução primária, o estudante poderia iniciar sua aprendizagem da escrita. Realizar as quatro operações matemáticas seria o último estágio dessa caminhada (MAC CORD, 2019, p.3).

10.2 ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS NEGRAS INFORMAIS DE INSERÇÃO SOCIAL

É evidente que o número de alunos matriculados em escolas primárias e secundárias no Império do Brasil era muito baixo. De acordo com o censo de 1872, somente 16,85% da população entre 6 e 15 anos frequentava escola. Nas escolas de instrução primárias identificadas nos municípios da região do Recôncavo da Guanabara — sendo 11 escolas em Estrela, 16 em Iguaçu e 20 em Magé, segundo *Relatório do diretor da Instrução Pública de 1872* — que aqui analisamos, 548 alunos e alunas daquela faixa etária frequentavam os seus bancos: todos livres[96]. Não temos indicações sobre como os escravizados tinham acesso à leitura e à escrita. Mas temos evidências de que o fato de raramente identificarmos escravizados ou mesmo libertos alfabetizados, para além de denunciar o baixo padrão de escolarização dispensado às camadas populares, indica uma distorção do entendimento sobre como se dava o acesso à função social de ler e escrever; sobre a inserção social dos homens e mulheres dessa condição.

Ainda que, segundo o censo de 1872, o analfabetismo entre os negros atingisse 99,9% da população total, parece que escaparam às autoridades algumas estratégias educacionais negras que informalmente habilitavam mesmo os escravizados a ler e a escrever. Foi para isso que uma publicação da *Revista Ilustrada* publicada em 1887 chamou atenção. A imagem mostra um fazendeiro "embatucado" ao ver um escravo "que lia, no eito, para os seus parceiros ouvirem, um discurso abolicionista do Conselheiro Dantas" (*Revista Illustrada*, n. 467, 15 out. 1887, p. 4). É possível afirmar que a imagem evidencia os cativos buscando autonomia em seus atos.

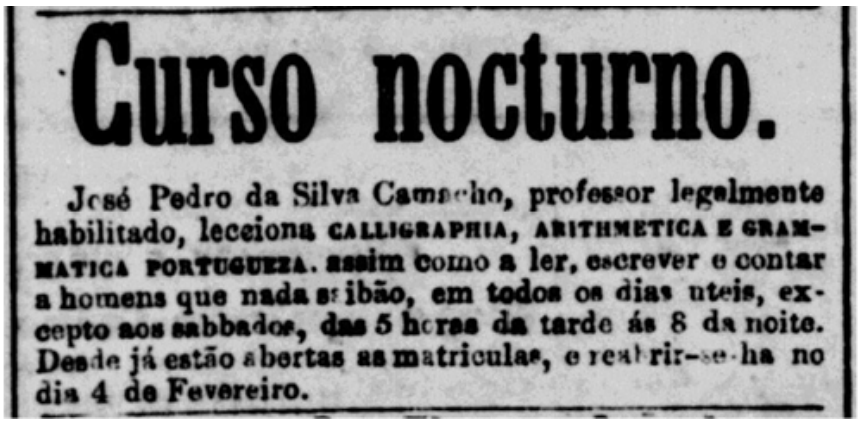
Figura 10.1 – Escravos lendo o jornal *O Paiz*, por Angelo Agostini



Fonte: *Revista Illustrada*, n. 467, 15 out. 1887, p. 4

Entre outras peculiaridades conjunturais, como tem sido dadas evidências de ações de professores negros e de sua circulação por diferentes espaços, podemos também conjecturar que muitos deles eram responsáveis pela oferta de aulas, conforme facultado a todos os cidadãos capacitados. Nos anúncios do *Jornal do Commercio* que circulavam no estado do Rio de Janeiro, era comum aqueles professores legalmente habilitados a ensinar a ler, escrever e contar, assim como aritmética, caligrafia e gramática portuguesa, oferecerem seus serviços.

Figura 10.2 – Anúncio de oferta de aula noturna (1870)

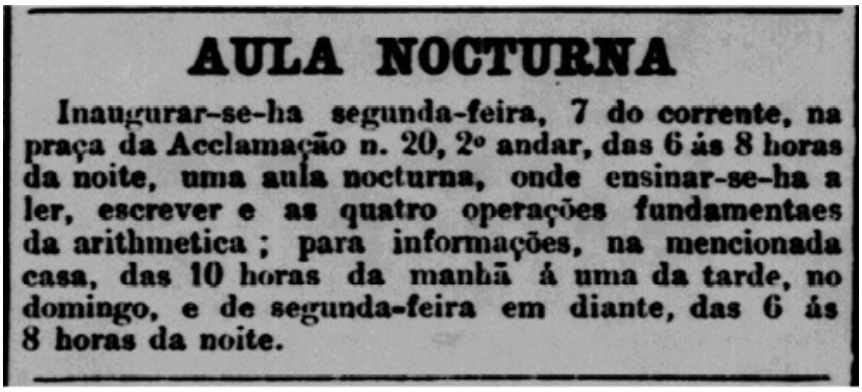


Curso nocturno.

José Pedro da Silva Camacho, professor legalmente habilitado, leciona CALLIGRAPHIA, ARITHMETICA E GRAMMATICA PORTUGUEZA, assim como a ler, escrever e contar a homens que nada sabião, em todos os dias uteis, excepto aos sabbados, das 5 horas da tarde ás 8 da noite. Desde já estão abertas as matriculas, e reabrir-se-ha no dia 4 de Fevereiro.

Fonte: *Jornal do Commercio*, 20 jan. 1870, p. 7

Figura 10.3 – Anúncio de oferta de aula noturna (1878)



AULA NOCTURNA

Inaugurar-se-ha segunda-feira, 7 do corrente, na praça da Acclamação n. 20, 2º andar, das 6 ás 8 horas da noite, uma aula nocturna, onde ensinar-se-ha a ler, escrever e as quatro operações fundamentaes da arithmetica; para informações, na mencionada casa, das 10 horas da manhã á uma da tarde, no domingo, e de segunda-feira em diante, das 6 ás 8 horas da noite.

Fonte: *Jornal do Commercio*, 4 jan. 1878, p. 4

Observa-se que tais estratégias eram possíveis pelo fato de a valorização da Educação aparecer como um marcador de cidadania percebida mesmo aos indivíduos em situação de cativeiro, na segunda metade do século XIX. Sobretudo àqueles e àquelas que tinham acesso às áreas mais urbanas das freguesias fluminenses. Para os que residiam no Recôncavo da Guanabara e assumiram como estratégia educacional frequentar as aulas oferecidas naquelas áreas urbanas, certamente a inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1858, viabilizou a mobilidade.

Em pelo menos um anúncio publicado na *Gazeta de Notícia* em 30 de novembro de 1878, sugere-se que, como estratégia educacional informal, podia ser negociada até mesmo a oferta de "criação e educação" em troca de trabalhos prestados por crianças negras:

> Precisa-se de uma negrinha de 8 a 9 anos, para casa de um casal, para brincar com uma menina de 2 meses, ensina-se a ler e escrever, dá-se criação e educação de uma

> família, mas não se paga ordenado, que seja de boa conduta e de bom gênio. Na Rua da Alfândega, n. 275. (*Gazeta de Notícias*, 03/05/1878, p.3).

Nos anúncios de periódicos oitocentistas em circulação na cidade do Rio de Janeiro, podem ser também identificados homens e mulheres em condição escrava que sabiam ler e escrever. Os anúncios evidenciavam os diferentes saberes esperados dos escravizados inseridos no universo da palavra escrita. Para termos uma imagem mais clara do que vinha acontecendo, lemos, em muitos anúncios, que escravizados que sabiam ler e escrever eram oferecidos para aluguel e vendas, tendo destacada sua qualificação em ofícios como os de alfaiate, carpinteiro, sapateiro. Em casos inusitados, o que chama mesmo atenção ao nível de inserção social de alguns era a habilidade para falsificar documentos. Foi exatamente essa a estratagema utilizada pelos africanos Norberto e Benedicta. Esta última, em companhia do crioulo Camilo. Sobre estes dois, lê-se:

> Ambos pertencentes ao tenente Pedro Maria de Castro, residente na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, da Vila do Rio Claro, província do Rio de Janeiro, com os sinais seguintes: Camilo, preto, crioulo, idade 40 anos, pouco mais ou menos, de estatura alta, bem falante, tem falta de um dente na frente da parte superior e uma fistula[97] no rosto, pouca barba e quase toda branca, e levou uma espingarda e um cão peludo com coleira branca, por nome Congo. Benedicta, de 38 anos, pouco mais ou menos, preta, de nação, porém fala bem e já foi mucama de uma casa francesa na Corte. Supõe-se que os mesmos levaram duas cartas de liberdade de outros, e, por conseguinte, são falsas, e consta que estão no Formoso, província de São Paulo, em uma fazenda na roça como agregados; já se protesta com todo o rigor da lei contra quem os tiver acoitados. (JORNAL DO COMMERCIO, 01/03/1872).

Alguns dos diferentes tipos de anúncios voltados a uma diversidade de público leitor dão evidências da existência de públicos leitores localizados em lugares sociais distintos e que liam até mesmo jornal, com interesses diversos, incluindo aqueles libertos e escravizados. E o significado da alfabetização para homens e mulheres não brancos que acompanhavam atentos a desagregação do escravismo é a última preocupação das autoridades do Império do Brasil a ser destacada. Silva (2018) explicita um dos possíveis significados do saber ler e escrever para um escravizado, quando argumenta que "o próprio escravo fugido, quando sabia ler, poderia fazer uso dos anúncios para saber exatamente como estava sendo representado e o que teria que fazer para não ser capturado". Certamente, saber ler era uma habilidade que almejavam muitos que ansiavam por uma carta de alforria. Possivelmente, assinar o próprio nome poderia ser considerado essencial para se almejar um passaporte

para transitar como forro nas diferentes províncias e cidades — outros significados do saber ler e escrever, significado de liberdade, que parece não ter escapado ao africano Norberto e à africana Benedicta quando de suas fugas para Formoso, Província de São Paulo.

Figura 10.4 – Charge do jornal *O Mequetrefe* (1885)



Fonte: *O Mequetrefe* (10/09/1885, p. 8).

Adriana Silva (2000, p. 149), em seu estudo sobre a escola do Pretextato, ressalta a agência de um professor negro na instrução de crianças negras por meio de uma "escola primária particular, desvinculada do aprendizado de ofícios específicos e urbana (na freguesia de Sacramento), destinada a atender meninos 'pretos e pardos' — cuja maioria dos pais não possuía sobrenome e

nem assinatura própria —, criada em 1853 por um certo professor que se autodesignou 'preto' ". No documento enviado pelo professor ao inspetor geral Eusébio de Queiroz, Silva chama atenção para o fato de que

> Pretextato fez uma crítica contundente ao racismo das escolas da Corte, nas quais os meninos "pretos e pardos", ou eram impedidos de freqüentar ou, em freqüentando, não recebiam "uma ampla instrução" porque eram pessoal e emocionalmente coagidos. E em razão de ele também ser "preto", os pais daqueles meninos imploram-lhe para que desse aulas aos seus filhos e ele o fez. (SILVA, 2000, p. 151).

Será que os professores negros do Recôncavo, ao atuarem numa região de população predominantemente negra, acabaram favorecendo a frequência de crianças negras nas escolas em que lecionavam? Será que as famílias negras, ao verem um professor negro na escola pública, vislumbravam ou fortaleciam seus anseios de afirmação de liberdade?

Não foi possível ainda localizar os mapas de matrículas com os dados dos alunos e de seus responsáveis para analisar essas questões, mas o perfil racial da população da região pode nos dar elementos para iniciar a reflexão. Um professor negro que exerce o magistério educando outras crianças negras, filhas ou não de escravizados, pode ser entendido como uma estratégia para colaborar com a afirmação da liberdade, servir de referência, construir caminhos para a emancipação em tempos de desagregação do escravismo.

Nesse sentido, em um território negro como o Recôncavo da Guanabara, nas proximidades da capital do Império, instruir/educar pode ser visto como um ato de liberdade e de libertação. Marcus Fonseca, em estudo sobre o caso de Minas Gerais, lembra que a população mineira era majoritariamente negra e esse número se fazia representar na escola pública. No caso do Recôncavo da Guanabara, a população também tinha esse perfil, e os registros apontam que as condições das escolas eram precárias. Cynthia Veiga (2008, p. 503-504) procurou demonstrar que a "escola pública elementar do século XIX foi essencialmente destinada a crianças pobres, negras e mestiças" e que, "em geral, crianças das famílias abastadas brancas buscavam meios próprios de educação de seus filhos, por sua vez o discurso civilizador destinava-se àqueles que na percepção das elites careciam de civilização". A autora alerta que

> [...] é preciso perguntar sobre o lugar da leitura e do letramento na sociedade imperial brasileira, levando-se em consideração três constatações muito distintas: a presença reiterada do discurso da missão civilizadora da escola por parte das elites governamentais; as precárias condições de funcionamento das escolas públicas de

> maneira geral; e o alto índice de analfabetismo em fins do século XIX. (VEIGA, 2008, p. 501).

Para Veiga, a precariedade das escolas públicas consiste numa das evidências do tipo de público que as frequentava. Quais são as evidências que podemos observar para o Recôncavo da Guanabara? O discurso da missão civilizadora da escola estava largamente empregado nos relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro, bem como no relato das condições precárias do funcionamento das escolas públicas. Outra evidência, conforme já abordamos, é o perfil racial da população dessa região.

10.3 PROFESSORES NEGROS: O MAGISTÉRIO COMO PROTAGONISMO

Na pesquisa, foram identificados três professores negros que atuaram no Recôncavo da Guanabara: Antônio José Nunes Garcia, Francisco Hermenegildo da França e Gabriel Ferreira Franco. A cor dos três professores pôde ser localizada por meio de certidões encontradas no site Family Search.

Antônio José Nunes Garcia foi objeto de pesquisa de Vandelir Camilo (2020, p. 107), que assinala que o professor nasceu em 1813 no Rio de Janeiro. Era o "último filho do padre José Mauricio Nunes Garcia (1776-1830) e de Severiana Rosa de Castro (1788-1778), parda livre e desimpedida, filha de uma alforriada com um português". Camilo destaca a condição da mãe de Nunes Garcia:

> [...] filha de uma alforriada, parda livre, mãe dos cinco filhos do padre José Mauricio, homem de prestígio, intelectual, compositor e mestre de capela; casada, depois, com um comerciante, Severiana, assistiu à ascensão social de dois filhos médicos e um literato, no século XIX. (CAMILO, 2020, p. 108).

Camilo (2020, p. 107) assevera também que "é possível, hoje, afirmar que Antonio José Nunes Garcia esteve a par de uma rede de atuação como homem negro, quer como professor primário, quer como monarquista e jornalista". No entanto, o autor chama atenção para o fato de que há "um total desconhecimento relativo à trajetória e à atuação de Antonio José Nunes Garcia nos diferentes campos de sua atuação". Segundo Camilo, em 1838, após concurso, assumiu a cadeira de professor público em Inhomirim, no município de Magé. Nossas pesquisas também apontam sua atuação na freguesia de Guapimirim, no mesmo município, até 1849. Foi nomeado segundo o *Jornal do Commercio* (30/10/1856, Edição 301, p. 7) como escritor público. Em 26 de

setembro de 1879, (REVISTA ILUSTRADA, 26/09/1879, Edição 178, p. 2) foi citado como redator e poeta do jornal *O Censor Fluminense*.

Nesse mesmo período, foram publicadas as obras *A tia Gabriella* e *O pão-de-lot*, aprovadas pelo conservatório dramático. No ano de 1889, segundo a *Revista Ilustrada*, Antônio Nunes Garcia se tornou proprietário e redator de seu primeiro jornal, chamado *O Censor Fluminense*. Nos anúncios da época, Nunes Garcia, que tinha muito apreço pelas autoridades, fazia questão de demonstrar sua admiração por meio de suas poesias.

Antônio José Nunes Garcia pode ser visto como parte de um grupo de homens negros que se destacaram por sua produção intelectual no século XIX. Em 1890, ele consta como candidato a senador pela "Chapa homens de cor", recomendada pelo Clube dos Jacobinos Pretos (GAZETA DA TARDE, 11/09/1890, p. 3). Na mesma coluna do jornal, consta também a lista de candidatos da chapa Operária com o nome de outro professor negro, Hemetério José dos Santos. Tal fato igualmente demonstra que Nunes Garcia era um intelectual engajado.

Já Francisco Hermenegildo da França atuou na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, em Vila Iguaçu, como professor de segunda classe (JORNAL CORREIO MERCANTIL, 13/10/1860, Edição 296, p. 2). Entre as atividades realizadas enquanto docente, ressalta-se que foi convocado para compor uma banca examinadora com o objetivo de avaliar candidatos ao magistério de escolas do setor privado (JORNAL CORREIO MERCANTIL, 30/01/1863, Edição 70, p. 9). A banca, formada por três professores, contou igualmente com o diretor da Escola Normal de Niterói, Philippe José Alberto Júnior, que também era negro, segundo estudos de Heloisa Villela (2012). Observamos dois professores negros em uma mesma banca com intuito de avaliar a concessão de licença para lecionar para candidatos à docência.

Francisco Hermenegildo também ocupava o cargo de vice-presidente no Gabinete Mageense de Leitura (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, 1879, Edição 36, p. 7).

> O Almanak Laemmert ao tratar do município de Magé também menciona frequentemente o Gabinete de Leitura Mageense - com 1.653 volumes em 1880 [...] O Gabinete de leitura e as sociedades recreativas sinalizam que o desenvolvimento econômico de Magé reverberou na criação de equipamentos culturais, espaços de sociabilidade e de aprendizagem, nos quais o acesso à cultura letrada pode ser difundido e incentivado (PEREIRA; BORGES, 2019, p. 5).

Segundo Pereira e Borges, com base no *Almanak Laemmert* de 1875, o Gabinete de Leitura Mageense foi frequentado por 3.650 leitores no ano de 1874, para os quais estava à disposição,

> [...] segundo Primitivo Moacyr (1939), uma coleção 'rica em obras de praxe forense, de direito, medicina, literatura e artes, finanças, história, geografia, economia política, agronomia, zootecnia, e dispondo de uma bela coleção de dicionários' (p. 283-284). (PEREIRA; BORGES, 2019, p. 6).

O professor Francisco Hermenegildo atuava em duas instituições que primavam pela cultura letrada: escola e biblioteca. Nesse sentido, pode ser entendido também como um intelectual mediador, possibilitando o acesso de sujeitos de diversas faixas etárias a diferentes saberes por meio da leitura.

O terceiro docente investigado, Gabriel Ferreira Franco, foi professor de instrução pública das freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, Santo Antônio de Jacutinga (Iguaçu) e Nossa Senhora da Piedade de município de Magé (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, 1863, 1869, 1881). Segundo jornais da época, antes de se tornar um professor público, Gabriel foi professor particular de primeiras letras na Corte (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1849), dono e gestor de uma escola particular mista na Corte (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, 1854), que se chamava Colégio São Gabriel (CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 08/01/1854). Em 13 de maio de 1887, obteve a sua jubilação após exercer 20 anos de magistério público primário. Atuou na Sociedade Philodemia, como relator da Comissão de redação (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1856), foi eleitor da freguesia de Santana no município da Corte (CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 7/11/1852).

Considerando os objetivos da pesquisa de analisar estratégias educacionais de sujeitos não brancos e de se localizar a história desses professores e intelectuais negros no Recôncavo da Guanabara, atualmente chamada de Baixada Fluminense, mobilizam a nossa investigação as trajetórias destes últimos no magistério, o apagamento racial, o envolvimento significativo com a arte e a literatura, bem como a circulação desses intelectuais naquela sociedade escravista.

Com a realização da análise do levantamento dos docentes atuantes no processo de difusão da malha escolar, ressaltamos a forte ligação desses

indivíduos com a cultura letrada e suas atuações no magistério e com base nele. Tais aspectos podem estar conectados às estratégias de afirmação de liberdade usadas por outros sujeitos negros que, ao observar tais professores negros como referência ou como mediadores, buscavam uma educação diferente das situações relatadas pelo professor Pretextato, investigado por Silva (2000), em que meninos "pretos e pardos" seriam impedidos de frequentar a escola ou não receberiam "uma ampla instrução" por serem "pessoal e emocionalmente coagidos".

As investigações em torno da atuação desses professores nas escolas públicas, nos municípios de Iguaçu, Estrela e Magé, além de contribuir para a produção no campo da História da Educação em relação ao processo de escolarização no que hoje é a Baixada Fluminense, permitem-nos compreender melhor como se deu o exercício docente na região.

A análise da condição do magistério público de Iguaçu, Estrela e Magé nos levou a questões ligadas à dificuldade de provimento das escolas, à formação docente, à falta de pagamento dos salários, ao não custeio das escolas e à busca do professorado por melhores condições de trabalho. Neste caso, notamos que tais problemas eram agravados pela insalubridade e ocorrência de epidemias na localidade, que acabaram por tornar o exercício do magistério na região menos atrativo e levando à frequente rotatividade e vacância das cadeiras nas escolas públicas primárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças na historiografia da História da Educação, a partir da década de 1990, contribuíram para a incorporação de negros(as) como sujeitos de atuação no campo educacional (FONSECA, 2007). Durante muito tempo, negros e escravos eram tratados de forma similar, resultando na distorção do entendimento de seu acesso ao ambiente escolar e sendo vistos como objetos incapazes de ter atuação educacional dentro de uma sociedade totalmente racista e escravista.

Este estudo pretendeu dar visibilidade às estratégias educacionais e aos aspectos das trajetórias de professores negros e sua circulação por diferentes espaços. Compreender a atuação desses indivíduos como professores, intelectuais, mediadores e autores em uma sociedade monárquica, escravista e conservadora é fundamental para a compreensão da história da Baixada

Fluminense, que, no século XIX, tinha uma predominância populacional de negros livres, libertos e escravizados (BEZERRA, 2012).

A presença desses três professores negros nas escolas públicas primárias do Recôncavo da Guanabara pode ter contribuído para as estratégias de afirmação de liberdade da população negra que vivia na região. Cabe lembrar que a valorização da Educação aparece como um marcador de cidadania, mesmo para os indivíduos em situação de cativeiro, na segunda metade do século XIX.

REFERÊNCIAS

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1849.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1854.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1856.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1863.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1867.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1869.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1879.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ), 1881.

CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 07/11/1852.

CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 08/01/1854.

BARBOSA, Marialva. *Escravos e o mundo da comunicação*: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahi andão*: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Graciliano Fontino Lordão: um professor "de côr" na Parahyba do Norte. *Revista Brasileira de História da Educação*, [*S. l.*], v. 18, p. 1-26, 2018.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Vicente Gomes Jardim: um "artista" e autor "de cor" no final do século XIX e início do XX. *Resgate*: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 28, n. 00, p. e020024, 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8658603.

BEZERRA, Nielson. *A cor da Baixada*: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2012.

BEZERRA, Nielson. Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro: século XIX. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2011.

BRASIL. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1872.

CAMILO, Vandelir. Vestígios da memória de Antonio José Nunes Garcia: a trajetória e o esquecimento de um professor, jornalista e literato negro do século XIX (1813-1894). *Revista Mosaico*, [*S. l.*], v. 12, n. 19, p. 103-131, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. A constituição de 1823 e a educação. *In*: FÁVERO, Osmar (org.) *A educação nas constituintes brasileiras, 1823 – 1988*. Campinas: Autores Associados, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. de. História da educação e história regional: experiências, dúvidas, perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska C. P.; ALVES, Claudia; GONDRA, José G.; NACIF, Libânia; BONATO, Nailda M. da Costa (Orgs.). *História da educação*: desafios teóricos e empíricos. Niterói: Ed. UFF, 2009. p. 57-66.

FERRARO, Alceu. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação e Sociedade*, São Paulo, v.23, n.81, p.21-47. dez 2022.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros*: uma nova fase do processo de abolição da escravidão no Brasil. São Paulo: Edusf, 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Pombo de (org.). *A história da educação dos negros no Brasil.* Niterói: EdUFF, 2016.

FONSECA, Marcus Vinicius. A população negra no ensino e na pesquisa em história da educação no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Pombo de (Orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p.23-50.

GAZETA DA TARDE, 11/09/1890.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 03/05/1878.

GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO; PONI, C. (orgs.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, RJ /Lisboa, Portugal: Bertrand Brasil /Difel, 1991. p.169-178.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de *Quilombolas*: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUEDES, Jordania Rocha de Q. Cenários do processo de escolarização do Recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú. Dissertação (Mestrado em Educação) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

JORNAL DO COMMERCIO, 30/10/1856.

JORNAL DO COMMERCIO, 01/03/1872.

JORNAL DO COMMERCIO, 04/01/1878.

JORNAL DO COMMERCIO, 20/01/1870.

MAC CORD, Marcelo. Cor e letramento nos censos: Recife e cercania, 1872-1890. *Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (Pacc/UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 1, 2019. p.1-15.

MIRANDA, Ana Carolina de Farias. *"A marcha progressiva do ensino"*: processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879 – 1889). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

NEVES, Lucia Maria B.; MACHADO, Umberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa (orgs.). *Da Vila de Iguassu à Baixada Fluminense:* histórias de um território.1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2019.

O MEQUETREFE, 10/09/1885.

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. *Tecendo letras e mulheres prendadas*: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839-1889). Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

PEREIRA, Kimberly A. G.;BORGES, Angélica. Entre fazendas agrícolas e fazendas de pano: uma análise do processo de escolarização feminina no Município de Magé (1844-1889). In: *X Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2019, Belém. Anais do X Congresso Brasileiro de História da Educação. Belém: SBHE, 2019. v. 1. p. 4276-4287.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas:* a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.p.15-38.

REVISTA ILUSTRADA, 26/09/1879.

REVISTA ILLUSTRADA, 15/10/1887.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SANTOS, Beatriz Souza dos. *Entre tropeiros, quilombos e fazendas*: processos de escolarização e educação dos negros na Vila de Estrela na Província do Rio de Janeiro (1846 - 1889). Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

SANTOS, Lucimar Felisberto. *Cor, identidade e mobilidade social*: crioulos e africanos no Rio de Janeiro (1870-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SANTOS, Lucimar Felisberto. Entre condições e expectativas de liberdade: a relação liberdade-capital-trabalho pós-abolicionista. *Revista de História Comparada (UFRJ)*, v. 7, p. 244-273, 2013.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação*: uma escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Plano, 2000.

SILVA, Luara dos Santos. *Histórias de professoras negras no Rio de Janeiro*: experiências e tensões de classe, raça e gênero (1870-1920). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SILVA, Luara dos Santos. *Negro, intelectual e professor*: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1875 – 1920). Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, 2014.

SILVA, Alexandra Lima da. O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888). *Revista Brasileira da História da Educação*, [*S. l.*], n. 18, 2018.

SILVA, Luara dos Santos. Negro, intelectual e professor: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1875 – 1920). *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 16., 2014. *Anais* [...].

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 502-516, 2008.

VILLELA, Heloísa. A trajetória de um professor negro no Brasil escravocrata. *In*: OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Relações raciais no contexto social, na educação e na saúde*: Brasil, Colômbia e África do Sul. Rio de Janeiro: Quartet; EdUFF, 2012. p. 153-180.

---

[95] Com esse sentido, Marshall Sahlins introduz em suas análises o conceito de "estrutura da conjuntura", que pode ser definido como: "a realização prática das categorias culturais, em um contexto histórico (específico)". De acordo com os argumentos do antropólogo, quando motivados a agir, os agentes históricos expressam a realização prática e concreta das categorias culturais em um contexto específico, estruturando, assim, a conjuntura. Nesse movimento, práticas são estabelecidas e reorganizam as formas sociais e culturais — reavaliando significados em ações concretas —, dando respostas locais a situações específicas. Nesse movimento, esquemas culturais são colocados em risco e subvertidos (SAHLINS, 1990, p. 15).

[96] Segundo *Relatório do Diretor da Instrução Pública* da Província do Rio de Janeiro de 1872, havia 919 alunos matriculados nas escolas públicas femininas e masculinas do Recôncavo da Guanabara.

[97] Fístula é um sinal clínico de que, na região de seu aparecimento, existe infecção em atividade; tem sua causa em problemas odontológicos. As fístulas podem aparecer na face, suas presenças causam como regra sequelas cicatriciais indesejáveis.

AGENTES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM IGUAÇU: EXPERIÊNCIAS DE FUNCIONARIZAÇÃO DOCENTE NA DÉCADA DE 1890

Isabela Bolorini Jara

A história da profissão docente ainda não terminou.
(NÓVOA, 1991, p. 133)

É com essa frase que António Nóvoa conclui seu artigo que aponta como historicamente se constituiu o processo de profissionalização docente na Europa. A gênese desse processo seria relativamente recente, estando atrelada ao momento em que o Estado passou a ser o responsável pela escolarização da população. Assim sendo, a profissionalização dos docentes estaria diretamente relacionada com a mudança de status desses atores sociais para funcionários do Estado.

O termo "funcionarização", cunhado por Nóvoa (1991, p. 121), refere-se a um processo histórico no qual professoras e professores passaram a ser funcionários estatais, tratando-se de um "projeto sustentado ao mesmo tempo pelos docentes e pelo Estado: os primeiros tentando se constituir em corpo administrativo autônomo e hierarquizado; o segundo buscando garantir o controle da instituição escolar".

Embora o artigo de Nóvoa apresente a funcionarização docente segundo a história da profissão na Europa, suas reflexões podem ser aplicadas ao processo de profissionalização das professoras e dos professores fluminenses entre os séculos XIX e XX. Para o presente estudo, vamos nos deter à década de 1890 e às feições que esse processo ganhou em relação aos salários, às regras para admissão e ingresso no professorado primário fluminense e aos critérios para lotação e remoção destas e destes profissionais na condição de funcionários públicos estatais.

O presente estudo se insere no campo da História da Educação da Baixada Fluminense. Estudos anteriores, como os de Jordania Guedes (2012) e Amália Dias (2014), lançaram as bases sobre as quais nosso trabalho se alicerça[98].

Assim como essas autoras, utilizamos Iguaçu como posição de análise. Enquanto Guedes e Dias assumiram essa posição de análise para investigar os processos de escolarização nessa região, nosso trabalho faz isso para estabelecer a relação entre profissão docente e história local.

Nosso estudo parte dos nomes de 12 mulheres e 10 homens que regiam escolas primárias estaduais no município de Iguaçu, entre os anos de 1895 e 1898. Tais nomes foram coletados de quadros produzidos pelo governo fluminense. Os nomes referentes ao ano de 1895 constavam no "Quadro de antiguidade dos professores efetivos do Estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895", divulgado pela imprensa em fevereiro de 1896 (JORNAL DO COMMERCIO, 14/02/1896, p. 4). Os respectivos nomes dos docentes que atuavam em Iguaçu em 1898 foram encontrados no "Quadro das escolas do Estado do Rio de Janeiro em 31 de julho de 1898", presente em relatório de diretor de Instrução Pública (MONTEIRO, 1898, Anexos). Esses nomes foram o fio condutor de pesquisa de dissertação de mestrado sobre professores primários regendo em Iguaçu entre os anos de 1895 e 1925, na qual se baseia o presente artigo (JARA, 2017).

Ao pesquisar as trajetórias desses 22 docentes nos periódicos entre os anos de 1880 e 1925 (algumas trajetórias extrapolando esse recorte temporal), por meio de busca nominal de cada um na Hemeroteca, no site da Biblioteca Nacional, algumas recorrências de experiências de funcionarização nos chamaram atenção. Essas experiências fomentaram pesquisas a legislações e documentos produzidos pelo Estado fluminense para tentar compreender melhor os percursos vivenciados por essas mulheres e esses homens que, em um dado momento da vida profissional, oferecerem instrução primária a meninas e meninos iguaçuanos. Escolhemos privilegiar a década de 1890 para análise dos dados levantados.

Veremos, então, quais indícios de remuneração, lotação e formação puderam ser rastreados por meio dos jornais da época. Num movimento de ajuste de escalas (REVEL, 1998), vamos nos deter ora no individual, ora no global, relacionando os dados das trajetórias docentes com o contexto histórico, bem como com as ações empreendidas pelo Estado no sentido de constituir e regular o magistério primário estadual.

11.1 A REMUNERAÇÃO DOCENTE E SUA RELAÇÃO COM A ANTIGUIDADE E A FORMAÇÃO

> *Attenda o Sr. governador para o estado desanimador do magisterio, onde se tem dado, depois do decreto de 15 de abril, uma especie de debandada [...], dê remedio ao mal verificado na execução dessa lei; e fará parar a corrente emigratoria para outras profissões cujo futuro, para os desanimados de hoje, contém promessa de uma velhice menos desamparada.*
>
> *(CATEGORIAS, 1890, p. 1)*

De acordo com o autor do artigo do jornal *O Fluminense* citado anteriormente, era desanimador o estado do magistério público estadual em 1890. Tal desânimo, segundo a avaliação do jornalista[99], devia-se a problemas que o Decreto n.º 70 (RIO DE JANEIRO, 1890) havia gerado em torno do salário do professorado da instrução primária pública estadual. Essa legislação fixava "na unica recompensa de 1:400$000 o vencimento dos professores por todo o tempo em que servirem, desde a sua iniciação no trabalho até a sua retirada pela jubilação", contendo, portanto, "uma doutrina singular e insubsistente" (CATEGORIAS, 1890, p. 1). Não havia uma progressão salarial baseada no tempo de serviço. O Decreto n.º 70 garantia apenas que os professores que já recebessem remuneração com valor superior, por motivo de antiguidade, antes de assinado o decreto, seriam "mantidos no gozo dessas vantagens" (RIO DE JANEIRO, 1890, p. 84).

Tal situação seria alterada em 1893, quando foi assinada a Lei n.º 41 de Instrução Pública (RIO DE JANEIRO, 1893), que determinava distinção entre os salários dos professores com base na formação e tempo de serviço. Por essa lei, os professores seriam divididos em quatro classificações diferentes, cada uma com uma remuneração correspondente. Os salários mais baixos (de 1:200$000) se referiam aos professores provisórios, seguidos pelos efetivos de primeira classe (2:000$000), de segunda classe (2:400$000), chegando, por fim, aos de terceira classe (3:000$000). A primeira distinção (entre as categorias de provisórios e efetivos) era determinada pela formação ou forma de habilitação dos professores. Os efetivos eram os formados pela escola normal ou habilitados por meio de concursos, enquanto os provisórios eram professores admitidos sem nenhum tipo de habilitação. Não apenas a formação, mas também o tempo de serviço era determinante da remuneração dos professores a partir da Lei n.º 41/1893. Os efetivos que contassem até 10 anos de exercício do magistério primário estadual eram classificados como efetivos de primeira classe; os que possuíam entre 10 e 20 anos de serviço, efetivos de segunda classe; já os que tivessem mais de 20 anos de serviço classificavam-se como efetivos de terceira classe.

Ao analisarmos as informações do quadro que apresenta os professores primários estaduais no ano de 1895, vemos que o grupo de 12 professores efetivos que atuavam em Iguaçu nesse ano era bastante misto em relação ao tempo de serviço. Desse grupo, quatro professoras eram de primeira classe, ou seja, possuíam menos de 10 anos de serviço. Eram elas: Virginia Martins do Couto, Cecília Therezina de Freitas, Rita Mattoso Souza Valente e Virginia Brito. Os de segunda classe, que possuíam entre 10 e 20 anos de serviço, eram quatro homens e uma mulher: Antonio Vieira da Rocha, João Bezerra de Paula Paiva, Garcia M. dos Santos e Silva, Ataliba de Macedo Domingues e Maria Fernandes Belém. Com mais de 20 anos de serviço, professores de terceira classe, portanto, encontramos o professor Francisco de S. Cordeiro L. de A. Lima e a professora Escholástica Maria da Conceição Bastos. Por esse panorama, podemos afirmar que a maioria dos professores efetivos regentes em Iguaçu no ano de 1895 possuía mais de dez anos de serviço.

Três anos após assinado o Decreto n.º 70/1890, a Lei 41/1893 levava, então, em consideração a necessidade de que a antiguidade dos professores primários fosse determinante de suas remunerações. Por essa legislação, a graduação salarial se dava a cada dez anos de serviço prestado. Em seu artigo, o jornalista do periódico *O Fluminense* clamava para que se voltasse a remunerar o professorado primário tal como acontecia antes, com a deliberação de 1º de agosto de 1876[100] segundo a qual "o professor teria promoção de cinco em cinco annos [...] guardada sempre uma recompensa para o fim de cada quinquenio" (CATEGORIAS, 1890, p. 1). Essa informação nos mostra que, mesmo passados sete anos e, pelo menos, duas legislações[101], as professoras e os professores primários não haviam conseguido recuperar a progressão salarial a cada cinco anos.

Quatro anos mais tarde, nova legislação regulando a instrução pública iria alterar consideravelmente as formas de classificação do professorado estadual. A Lei n.º 376 de 1897 instituía a carreira docente, criando mais níveis de escalonamento no magistério. As classes determinadas por tempo de serviço de 1893 dariam lugar a categorias baseadas na localização das escolas, em sua estrutura e, por fim, na ocupação de cargos de chefia. Desse modo, o salário mais baixo era pago ao professor provisório (cuja definição permanecia a mesma da lei anterior), no valor de 1:800$000. Os efetivos tinham suas remunerações assim determinadas: professor de escola rural, 2:400$000;

professor de escola de vila, 3:000$000; professor de escola-modelo, 4:000$000; diretor de grupo escolar, 5:600$000; diretor de escola normal, 9:200$000.

Como se pode ver, a variação salarial era grande no interior da carreira docente criada pela Lei n.º 376. Embora não estivesse claramente determinada em lei a relação entre tempo de serviço e remuneração correspondente, é importante ressaltarmos que os critérios para ascensão de uma categoria a outra eram a antiguidade e o merecimento. Com base em que exatamente o "merecimento" era avaliado o texto da lei também não clarifica. Assim como o critério de antiguidade também não é definido nesse documento (RIO DE JANEIRO, 1897).

De 1890 a 1897, vemos como os critérios para classificação e recompensa salarial aos docentes foram alterados, em consonância com os projetos de instrução pública que o Estado possuía no momento dessas alterações e dos embates que se travavam na sociedade civil (tal qual a imprensa) em torno da profissão docente. Contudo, o vencimento desses profissionais não chegou a passar por aumentos consideráveis. Em nossa pesquisa, ao compararmos as remunerações do professorado primário estadual entre os anos de 1893 e 1919[102], pudemos perceber que, ao longo desse período, "independente do acirramento das cobranças em relação à formação e execução exemplar de suas atribuições, esse aumento no nível de exigências não reverberou em aumento salarial"[103] para as professoras e os professores primários (JARA, 2017, p. 88).

Ao pensarmos nos salários pagos ao magistério primário estadual, tocamos numa importante vertente do processo de funcionarização docente (NÓVOA, 1991). Pois esses homens e mulheres, para além de executores da instrução primária, eram funcionários públicos do estado fluminense. Conforme afirmou em discurso o lente Joaquim Leitão, na condição de paraninfo, na formatura da segunda turma de normalistas formada pela Escola Normal de Niterói, em janeiro de 1899:

> [...] mas reparai em que pisais uma estrada sem oásis, em que sois as apparelhadoras do elemento democrático, as orientadoras do cidadão, e em que, ao passo que exerceis o vosso sagrado ministério, todo amor, todo altruístico, sois também uma parte dos servidores do Estado. (ESCOLA..., 1899, p. 2).

Entre as dificuldades apontadas por Joaquim Leitão em seu discurso, as futuras professoras primárias do estado encontrariam "o sólo accidentado dos prejuízos sociaes, a aspereza granítica do funccionalismo publico" (ESCOLA..., 1899, p. 2). Não resta dúvida de que as professoras e os professores primários

não estavam identificados apenas com o seu fazer pedagógico, mas também com a condição de servidores públicos estaduais, e, como tais, possuíam deveres e direitos.

Um dos pilares do processo histórico de funcionarização docente descrito por Nóvoa (1991) é a exigência de uma formação específica para o exercício do magistério. No estado do Rio de Janeiro dos anos 1890, essa exigência estava posta, ao menos na legislação. No Decreto n.º 70/1890 e nas Leis n.º 41/1893 e 376/1897, o primeiro critério colocado para admissão no professorado primário era a formação pela escola normal. Entretanto, a realidade existente naquele período era de um número diminuto de professoras e professores formados por essa instituição, se considerada a carência de docentes em todo o território fluminense. Em função disso, abria-se a possibilidade para que pessoas sem o diploma da escola normal pudessem se habilitar por meio de exames e concursos, sendo, então, admitidas na função de professor efetivo. A despeito do discurso estatal sobre a necessidade de ter em seu quadro apenas professores habilitados, o número de pessoas sem nenhum tipo de habilitação exercendo o magistério primário estadual nesse período era considerável.

Citando o relatório do diretor de Instrução Pública de 1897, um artigo do jornal *O Fluminense* afirmava que, "das 868 escolas do estado, 340 são[eram] regidas por professores *provisórios*!" (INSTRUCÇÃO..., 1897, p. 1, grifo do autor). Ou seja, pouco mais de 39% dos professores que regiam cadeiras em 1897 no estado fluminense não haviam sido habilitados. O tom do artigo, ao se referir aos professores provisórios, era de desprezo:

> O que são, o que valem esses sangue-sugas políticos está em evidencia; são as autoridades de ensino concordes comnosco em reconhecel-o. [...] O professor *provisório*, quando muito, servirá para vigiar pela saúde e pela moralidade dos alumnos reunidos. De sua capacidade mental nada há que esperar, nada há que pedir porque no momento da sua nomeação d'isso não cogitou a administração superior. (INSTRUCÇÃO..., 1897, p. 1, grifo do autor).

Como podemos ver, a formação por instituição específica ou a habilitação para o magistério por meio de concursos eram fatores preponderantes de distinção entre os docentes que atuavam na instrução pública primária fluminense.

Quanto ao nosso grupo de docentes que atuaram em Iguaçu, dos nomes coletados no quadro referente ao ano de 1895, constam apenas os respectivos nomes dos efetivos. Assim sendo, é possível que houvesse provisórios regendo

em Iguaçu nesse ano, mas esses nomes não aparecem no quadro. Contudo, no quadro que consta no relatório do diretor de Instrução Pública de 1898, com informações sobre casas escolares e respectivos professores, encontramos nomes de provisórios e efetivos. Dos 15 docentes lotados em Iguaçu naquele ano, 3 professoras e 2 professores eram provisórios. São eles: Corina M. de Barros Guimarães, Izabel Gomes Ferreira, Leopoldina de Souza Torres, José da C. Drummond Júnior, Manoel Vaz Diniz (MONTEIRO, 1898, [Anexos]). Aparentemente, eles não chegaram a habilitar-se, pois nossa pesquisa não resultou em dados de efetivação de nenhum deles.

Voltando o olhar apenas para os efetivos do grupo de professores deste estudo, do total de 17 mulheres e homens habilitados regendo em Iguaçu entre os anos de 1895 e 1898, nossa pesquisa conseguiu confirmar apenas que a professora Virginia Martins do Couto fora diplomada pela escola normal — no ano de 1888. Foram encontrados registros de que os professores Antonio Vieira da Rocha e Ataliba de Macedo Domingues frequentaram a escola normal, mas não encontramos dados que confirmassem que tenham chegado a se diplomar. O mesmo acontece com as professoras Cecilia Therezina de Freitas e Virginia Brito, porém essas duas docentes participaram do concurso para professores do ano de 1892. Desse mesmo concurso, participaram as professoras Antonina Pessoa de Mello e Rita Mattoso Souza Valente, por meio do qual foram nomeadas efetivas. No ano de 1893, em concurso similar a esse de 1892, a professora Januaria Rosa Surville foi habilitada. Os professores João Bezerra de Paula Paiva e João Evangelista P. Neves haviam participado de concurso para professores provisórios realizado em 1882, sendo efetivados dez anos mais tarde. Também participaram de concurso para professores provisórios, porém em 1880, Garcia Mascarenhas dos S. Silva e Maria Fernandes Belém[104]. Em relação ao professor Garcia, não conseguimos localizar informações sobre a data de sua efetivação. Já a professora Maria Fernandes Belém apresenta duas datas de efetivação, uma em 1890 e outra em 1892. Sobre os professores efetivos Elisiario Marques de Freitas, Escholastica Maria da Conceição Bastos, Francisco Lopes Lourenço e Francisco Salles C. Lobato de A. Lima, não conseguimos localizar informações sobre sua formação ou o modo pelo qual foram habilitados para o magistério (JARA, 2017, p. 137).

Diante desse panorama, podemos afirmar que eram variadas as experiências de ingresso no magistério primário estadual. Os modos de admissão do professorado iguaçuano refletem como o discurso estatal sobre desejar ter em seus quadros apenas professores diplomados ficava, muitas vezes, à mercê das agências desses homens e dessas mulheres que se dispunham a reger no ensino primário estadual. Há que se enfatizar, contudo, que essas agências eram condicionadas também pela estrutura existente naquele momento. Por exemplo, apesar de constar nas legislações, nos relatórios do diretor de Instrução, e até mesmo nas mensagens dos presidentes de estado, o desejo de admitir em seus quadros apenas pessoas formadas pela escola normal, o que se vivenciava na prática era a existência de apenas duas escolas para formação de professores geridas pelo estado fluminense[105]. Diante da demanda que existia naquele momento de professores formados por essa instituição para que se cumprisse a lei, era óbvio que a oferta de duas escolas normais apenas, e geograficamente distantes da maioria dos municípios fluminenses, não daria conta de formar a quantidade necessária de professores. Essa situação nos leva a questionar se, de fato, havia toda essa vontade estatal de, na prática, prover seus quadros apenas de professoras e professores formados pela escola normal. Assim sendo, ainda que houvesse o desejo, entre as mulheres e os homens que exerciam o magistério, de cursarem o curso normal, as condições materiais daquele período eram bastante limitantes.

Uma vez que esses indivíduos não se diplomavam pela escola normal, era necessário criar outros meios para habilitá-los, ou seja, para conferir legitimidade a sua admissão, como os concursos, por exemplo. Quando, mesmo diante desse paliativo, ainda havia carência de docentes para as poucas escolas existentes nesse período, o Estado permitia o ingresso de pessoas que fugiam a esse padrão. A contrapartida dessa "concessão" era o não reconhecimento destes últimos como funcionários, no sentido pleno da palavra, negando-lhes direitos iguais aos dos que atendiam minimamente os requisitos estatais.

11.2 MOVIMENTAÇÕES DOCENTES: EXPERIÊNCIAS DE REMOÇÃO, PERMUTA E DISPONIBILIDADE

Ao nos depararmos com os quadros de professores regentes em Iguaçu nos anos de 1895 e 1898, uma situação salta aos olhos: num intervalo de apenas

três anos, a configuração desses quadros mudou consideravelmente. Do grupo de 12 professores efetivos que regiam em Iguaçu em 1895, apenas 5 permaneciam trabalhando nesse mesmo município em 1898. Mais da metade daquele grupo de 1895 havia ido reger em outras cidades fluminenses, salvo os casos de falecimento ou jubilação do docente.

Essa mudança tão significativa em período de tempo tão curto é bastante reveladora de algo que se configurou como uma experiência bastante recorrente nas vivências dos docentes pesquisados: a itinerância. Ao longo da trajetória da maioria desses homens e dessas mulheres, não são poucas as vezes que os encontramos chegando ou partindo de escolas. Os registros dos periódicos da época nos oferecem uma visão clara dessa situação, apesar de algumas lacunas que são inerentes a esse tipo de pesquisa. Os registros de remoção (a pedido do professor ou por determinação do Estado) demonstram ainda que muitas vezes essas remoções se davam entre escolas que distavam consideravelmente umas das outras, fazendo com que esses docentes precisassem cruzar o estado de uma ponta a outra. Essa situação nos levou a denominá-los de "tropeiros da instrução" (JARA, 2017, p. 149). Mulheres e homens cujo ofício lhes levava de um ponto a outro do estado fluminense, carregando consigo suas experiências e vivências escolares, bem como um pouco das localidades nas quais trabalhavam, mas, sobretudo, a oferta da instrução. Esse "tropeirismo" se constituiu em parte relevante do processo de funcionarização docente no estado fluminense desse período, e, conforme veremos, as escolas iguaçuanas vivenciaram de forma efetiva esse ir e vir de professoras e professores.

A professora Virginia Brito, que regia, a pedido, a escola do Rio do Ouro em Iguaçu, teve provavelmente sua vida consideravelmente modificada quando foi designada, dois anos depois, para a escola feminina do Carvão, na distante cidade de Barra do Piraí (SECRETARIA..., 1897, p. 4).

O professor Antonio Vieira da Rocha estava em disponibilidade em 1895 e pediu para ser designado para a escola da Cova da Onça, em Niterói, pedido esse que foi indeferido. Contudo, alguns meses depois, ele foi designado para reger a escola de Sarapuí, em Iguaçu. Três anos depois, ele seria exonerado, por abandonar o emprego em Iguaçu. Tal situação torna evidente que esse professor não tinha interesse em lecionar e, consequentemente, viver em Iguaçu, já que sua vida estava aparentemente solidificada em Niterói. Sua

esposa era professora pública em Niterói, regendo em escola cujo prédio era de propriedade de Antonio Vieira da Rocha (JARA, 2017, p. 142-143).

Se retomarmos o artigo do jornal *O Fluminense* com o qual iniciamos este capítulo, vemos que essa situação lá está colocada. A crítica feita ao Decreto n.º 70/1890 não se limitava à questão salarial, estendendo-se à forma como o professorado primário ficava à mercê das autoridades de ensino, sendo os docentes levados de uma escola a outra por questões, muitas vezes, exteriores à instrução. O autor do artigo alega que a lei anterior a essa, de 1876,

> [...] permittiu que o professor fosse removido *por promoção* de um ponto a outro quasi extremo do território da província; a promoção foi logo instituída em arma de guerra política e a renuncia á vantagem, sacrifício incrível, era o resultado da trapaça eleitoral. (CATEGORIAS, 1890, p. 1, grifo do autor).

Pelo conteúdo do texto, podemos concluir que a legislação de 1876 categorizava os professores de acordo com a localização de suas respectivas escolas, dependendo o aumento salarial da mudança de uma escola a outra. Por isso, ocorria de autoridades de ensino se utilizarem da troca de categoria para obrigar certos docentes a mudarem-se para escolas distantes, muitas vezes por questões políticas.

O autor do artigo do jornal esclarece, então, que, em função desses desmandos, em 1890 a legislação fora modificada, excluindo a promoção por mudança de localidade da escola. Porém, o resultado dessa medida, na avaliação do autor, saiu pior do que o que já se praticava:

> Viu o ramo legislativo que não só este, mas outros pontos do systema estavam falseados; e então, sem reflexão, sem pensar nos abusos maiores que se iriam seguir fatalmente, atendendo só aos ataques tumultuosos que davam ás categorias das escolas, extinguiu estas, dividindo os professores em classes. Esse erro funesto foi logo posto em evidencia; não carecendo mais o governo do pretexto da promoção para desterrar os seus desaffectos, não teve mais escrúpulos e as remoções á bem do serviço multiplicaram-se, affligindo o magistério com fúria desusada. (CATEGORIAS, 1890, p. 1).

Ao consultarmos o Decreto n.º 70/1890, vemos que o Art. 11 afirmava que "os professores só poderão ser removidos para escolas existentes no mesmo município, salvo a seu pedido ou, dado o caso de suspensão do ensino na escola, não havendo escola vaga no município" (RIO DE JANEIRO, 1890, p. 83). De acordo com o texto da lei, portanto, em tese, não era algo tão simples remover um professor. Porém, as práticas se mostravam distintas, se levarmos

em conta o que nos diz o artigo do jornal que ora mencionamos ou as trajetórias dos docentes pesquisados.

As remoções dos docentes não se davam apenas em função da vontade estatal. Muitas vezes, elas eram requeridas pelos próprios professores, motivadas pelas mais variadas causas, demonstrando, assim, que eles eram também agentes no processo de escolarização que estava em andamento. Vejamos alguns casos similares ocorridos no interior do nosso grupo de docentes pesquisados e nos quais o destino da remoção era Iguaçu. No ano de 1890, a professora Maria Fernandes Belém pedira remoção da escola de Sant'Anna (Piraí) para São João Baptista de Merity, em Iguaçu. Cinco anos mais tarde, ela pediria remoção novamente. Desta vez, da escola da Pavuna para a de São Mateus, ambas também em Iguaçu. Em 1892, os professores João Bezerra de Paula Paiva e Garcia Mascarenhas de Souza Santos eram designados, a pedido, para Iguaçu. O primeiro pedira remoção da escola da Tapera, em Saquarema, para a de Maxambomba, em Iguaçu (JARA, 2017, p. 143). O segundo, ficando por dois meses em disponibilidade após ter sido readmitido ao quadro do magistério público estadual, pediu para ser designado para a escola de Queimados, em Iguaçu (JARA, 2017, p. 144).

A Lei n.º 41/1893 não trouxe alterações significativas nesse sentido. Mantinha a possibilidade de remoção a pedido do professor ou mediante "conveniência pública", a qual seria verificada pelo Conselho Superior (RIO DE JANEIRO, 1893, p. 20). Assim sendo, verificamos mais casos de remoções a pedido para Iguaçu nesse período nos professores por nós pesquisados. O professor Elisiario Marques de Freitas havia pedido remoção para a escola do Brejo, em Iguaçu, em 1895, vindo da escola de Areal, em Paraíba do Sul. Entretanto, sua estada em Iguaçu não durou muito tempo. No ano seguinte, ele participaria de permuta tripla[106], marchando, então, para escola em Valença (JARA, 2017, p. 142). Embora não tenha sido removida, pois estava em disponibilidade por ter sido readmitida ao magistério estadual, a professora Virginia Brito foi nomeada a pedido para a escola do Rio do Ouro, em Iguaçu, em 1896. Também em 1896, a professora Januaria Rosa Surville foi removida a pedido para Iguaçu, onde permaneceu até, pelo menos, o ano de 1930, quando se lê o último registro envolvendo seu nome nos periódicos da época (JARA, 2017, p. 146).

Havia também casos nos quais o pedido de remoção dos professores não era atendido pelo poder público. Foi o que aconteceu com a professora Antonina Pessoa de Mello, que em 1897 teve negado seu pedido de remoção da escola de Rocha Leão, em Barra de São João, para Iguaçu. Aparentemente, em algum momento, a professora conseguiu transferir-se para Iguaçu, pois em 1898 foi encontrado registro de seu nome como professora regente da nona escola de Iguaçu (JARA, 2017, p. 144). Assim como Antonina, o professor Ataliba de Macedo Domingues não teve seu pedido de remoção atendido. Em 1896, regendo na escola de N. S. da Piedade, em Iguaçu, ele pediu remoção para a de Meriti, no mesmo município, o que foi negado (JARA, 2017, p. 145).

A Lei de Instrução Primária n.º 376/1897 não evidenciava o direito dos professores de pedirem remoção, mas mencionava que eles poderiam ficar em disponibilidade durante um ano, caso não aceitassem a lotação que lhes fosse designada. Contudo, a reincidência dessa situação acarretaria a sua eliminação do quadro do professorado estadual. Ademais, o presidente do estado estava autorizado a "extinguir, remover ou transferir os que convier, e distribuirá o pessoal actual do serviço da instrucção, respeitados os direitos adquiridos", quando julgasse necessário (RIO DE JANEIRO, 1897, p. 202-203). Como essa lei determinava as categorias docentes em função da localização e do tipo de escola onde o professor lecionava, entendemos que, se o professor já houvesse adquirido o direito de reger em um grupo escolar, ele não poderia ser forçado a transferir-se para uma escola rural, por exemplo, devendo ser removido para uma escola de classificação semelhante à daquela onde já estivesse lotado.

Embora essa lei não mencionasse a possibilidade de remoções a pedido, havia ainda, como já vimos, outro recurso que poderia ser utilizado pelos professores que quisessem mudar de escola: as permutas entre si. Foi utilizando-se desse dispositivo que o professor Francisco Lopes Lourenço migrou da escola do Caju, em Maricá, para a escola de Merity, em Iguaçu, em 1898, por meio de permuta com o professor Eliziario Augusto da Motta (JARA, 2017, p. 144).

Entendemos aqui as remoções a pedido como possibilidades de agência das professoras e dos professores não apenas no processo de funcionarização docente, mas também no processo de escolarização que estava em marcha no estado do Rio de Janeiro. É importante salientar que, no período estudado, o modelo de escola predominante era o de casa escolar, no qual havia apenas um

docente para cada escola. Assim sendo, a escola era a professora, o professor. Ao pedir sua remoção, o docente levava consigo a instrução. Assim sendo, a instrução era levada de um lugar a outro no território fluminense em função não apenas das determinações estatais, mas das necessidades, prioridades e redes de sociabilidades dos docentes que requeriam sua remoção.

Por outro lado, era recorrente o fechamento ou a transferência de escolas de uma localidade para outra por determinação das autoridades de ensino. Nesses casos, as professoras e os professores que regiam as escolas em questão ficavam em disponibilidade ou eram transferidos pelo poder estatal. Os motivos para o fechamento ou transferência das escolas eram variados, tais como número reduzido de alunos as frequentando, prédios escolares em estado precário, sem higiene etc. Mas, ainda nessas circunstâncias, podemos ver formas de agência e resistência do professorado primário fluminense.

A professora Virginia Martins do Couto, em 1892, vivenciou uma situação na qual havia sido responsabilizada pelo fechamento de uma escola. A escola em questão era a da Fazendinha, em Santa Rosa, Niterói, para a qual a professora fora designada em 5 de fevereiro daquele mesmo ano (NOTICIARIO, 1892, p. 1). Utilizando o jornal *O Fluminense* para dar resposta à reclamação que fora publicada no dia anterior no *Jornal do Rio* sobre o fechamento da tal escola, o diretor da Secretaria de Negócios do Estado alegou que "o fechamento da escola foi devido à professora Couto" (INSTRUCÇÃO..., 1892, p. 3). Ele, então, argumenta que a decisão de fechar a escola em 29 de fevereiro se fundamentou na notificação da professora Virginia, datada de 8 de fevereiro, de que não havia número suficiente de alunos e de que os poucos matriculados quase não frequentavam as aulas, além das péssimas condições do prédio escolar, que era isolado das casas, ficava intransitável em dias de chuva e no qual faltava até mesmo água potável. Tal notificação, segundo ele, foi endossada pelo relatório do inspetor de Ensino (Idem).

Em sua notificação, a professora solicitava a transferência da escola para outra localidade mais conveniente, contudo a opinião do inspetor de Ensino era de que se deveria suspender o ensino naquela localidade e remover a professora para outra escola de freguesia reconhecida ou, na ausência de escola, colocar a professora em disponibilidade (INSTRUCÇÃO..., 1892, p. 3). De fato, a escola foi suspensa; e a professora, colocada em disponibilidade. A professora Virginia não chegou a completar um mês ocupando a cadeira dessa

escola. Com três dias regendo a escola da Fazendinha, ela encaminhou a notificação na qual enumerava os problemas que inviabilizavam a manutenção da escola naquele lugar. Em menos de um mês, a escola teve a suspensão do ensino determinada. Nessa situação, ficam bem evidentes as possibilidades de agência dos professores na manutenção ou não da oferta de ensino em determinadas localidades. Essas agências poderiam ser motivadas pelas razões explicitadas nos documentos que preenchiam (como falta de frequência, prédios escolares em péssimas condições) ou por razões pessoais, que acabavam por reforçar a necessidade de mudança de um lugar para outro.

Quatro anos mais tarde, a professora Virginia Martins do Couto vivenciaria outra experiência que envolveria a suspensão do ensino em sua escola, porém por motivos diferentes. Em setembro de 1895, ela fora removida, a pedido, da escola de Amaya, em São Gonçalo, para a de Meriti, em Iguaçu. Contudo, em abril de 1896, ela seria desacatada pelo proprietário do prédio escolar, de acordo com o que se lê em uma nota de jornal: "Pediram-se ao Governo providências relativamente ao fato de ter sido a professora D. Virginia Martins do Couto, desacatada pelo proprietário da casa onde funciona a escola de Merity, em Iguaçu" (DIRECTORIA..., 1896, p. 2). Então, pelos próximos dois anos e quatro meses, a professora Virgínia passa por uma sequência de licenças, até que o ensino na escola de Meriti é suspenso e a professora é removida para Magé, na escola masculina de Sodré (ACTOS..., 1898, p. 4).

Assim, conforme vemos, essas transferências e esses fechamentos de escolas poderiam ocorrer por motivos externos à instrução pública, podendo estar relacionados a questões outras, como a política local, por exemplo. Em janeiro de 1896, um artigo no jornal *O Fluminense* sinalizava tais práticas:

> [...] há meios tortuosos para remover esses professores, porque se ele não agrada, supprime-se a escola [...]. Depois disto, restabelece-se outra vez a escola, e nomeia-se outro professor e, já se sabe, provisório. Ora, isso não é serio tratando-se da instrucção pública. A inspecção escolar feita atualmente não póde continuar, porque basta dizer que é feita pela politicagem local. A Camara Municipal está representada pelo chefe político da localidade, sujeito às paixões. De maneira que se o professor o acompanhava nos seus caprichos, embora este professor não leccione e ande passeando pela Capital Federal, não se lhe negga o attestado, os mapas que ele apresenta são assignados sem o menor exame; se ele porém não se quer immiscuir na politicagem, é removido ou substituido muitas vezes por um analphabeto, um individuo que não sabe ler nem escrever, e que até supprime syllabas no seu proprio nome. (INSTRUCÇÃO..., 1896, p. 1).

Em um exemplar do *Jornal do Commercio* de abril de 1893, encontramos um artigo intitulado "Maricá" e assinado por Adolpho A. de Macedo Soares, que é bastante eloquente ao falar das interferências do jogo político local sobre os rumos da instrução pública e do professorado. Vejamos. O "distincto professor publico" João Evangelista Pereira Neves regia, por aquele tempo, na escola de Pontanegra. Também no município de Maricá, existia a escola do Espraiado, na qual regia um "substituto quasi analphabeto". Ambas as escolas possuíam número de alunos superior ao mínimo exigido por lei, de acordo com o registro do periódico. A segunda, na verdade, tinha mais que o dobro do quantitativo mínimo exigido por lei, dizia o autor do artigo. De acordo com Adolpho Soares, "o Governo [...] illudido na sua boa fé" dando ouvidos a "um espírito máo, retrógrado, conhecido neste município como elemento nocivo ao seu desenvolvimento intellectual, moral e material", transferira a escola de Pontanegra para um ponto muito distante. Tal ação provocara reações de protestos na população local. Em vista disso, a escola de Pontanegra foi restabelecida. Entretanto, a do Espraiado foi suprimida e transferida para Pontanegra, apesar de contar com número suficiente de alunos para que pudesse ser mantida. Apesar disso, o mobiliário da escola do Espraiado não havia ainda vindo para a escola de Pontanegra, e o prédio onde funcionava a escola do Espraiado ainda estava alugado:

> De modo que o Governo supprimio uma escola para restabelecer outra, e continua a pagar aluguel de duas casas: uma occupada pela mobília, livros, etc. da escola supprimida, a do Espraiado, e a outra occupada pela escola restabelecida, a da Pontanegra, que está funccionando há mais de uma mez (sic) sem aquella, nem outra mobília e livros. Como tudo isso é edificante! (MARICÁ, 1893, p. 5, grifo do autor).

Em função de toda essa movimentação, o professor João Evangelista Pereira Neves fora colocado em disponibilidade, sendo em 8 de julho do mesmo ano nomeado para a escola de Quatis, em Barra Mansa (ACTOS..., 1893, p. 2). A escola de Pontanegra ficara sem o "distinto professor" João Evangelista por questões que não eram necessariamente inerentes à instrução pública, mas sim relacionadas à "alta politicagem" daquele município, como afirmou Adolpho Soares:

> Toda essa desorganisação (sic), todo esse atrophiamento que actualmente se observa na instrucção publica deste município, é conseqüência inevitável, mas deplorável, de meros caprichos e mesquinhas vinganças politicas dos *pretensos chefes* que, infelizmente, estão governando este municipio á força das baionetas que lhes

> emprestão (sic) as pennas de pavão com que elles se enfeitão (sic). (MARICÁ, 1893, p. 5).

O "tropeirismo" dos agentes da instrução pública demonstra como as políticas públicas desse período fomentavam as influências dos poderes locais na manutenção ou não dos docentes nas escolas nas quais eram regentes. É interessante pensar em quanto público e privado estavam imbricados nesse processo de escolarização da população fluminense e na funcionarização docente. De um lado, o poder público intervinha na vida das professoras e dos professores primários, determinando os locais para onde deveriam rumar em prol da necessidade de oferta da instrução pública (ou, como vimos, motivados por questões alheias ao ensino). Assim, essas mulheres e esses homens, os "vértices do ensino" (DIAS, 2014, p. 214), seguiam estado afora, constituindo o magistério público primário. Nesse contexto de locomoções, toda a vida desses indivíduos precisava ser reconfigurada, uma vez que era necessário muitas vezes morar no prédio escolar ou ser vizinho a ele, já que nesse período a locomoção de um lugar a outro não era fácil. Em contrapartida, ao sinalizarem a necessidade de fechamento de uma escola ou pedirem remoção dela, essas professoras e esses professores forçavam o Estado a reajustar seus quadros, a rever contratos de aluguel, a localizar pontos mais estratégicos para a oferta de ensino. Desse modo, "o público e o privado entrelaçavam-se e um era determinado pelo outro, não necessariamente na mesma medida" (JARA, 2017, p. 161).

As trajetórias dos 17 professores efetivos por nós pesquisados mostram que nenhum deles exerceu o magistério sempre no mesmo município (JARA, 2017, p. 146). As remoções foram uma constante nessas trajetórias. Fossem determinadas pelo Estado, fossem requeridas pelos docentes, essas movimentações entre escolas foram uma marca do magistério daquele tempo. E, mais do que representar um ir e vir de pessoas, esse era um ir e vir de práticas docentes, um constante construir e reconstruir redes de sociabilidade. Iguaçu foi, assim, repetidas vezes, ponto de partida e ponto de chegada desses tropeiros da instrução.

REFERÊNCIAS

ACTOS do Poder Executivo. *Jornal do Brasil*, [*S. l.*], p. 2, 8 jul. 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/3289. Acesso em: 1 jun. 2020.

ACTOS do Poder Executivo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 ago. 1898. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/29247. Acesso em: 9 maio 2020.

CATEGORIAS. *O Fluminense*, [*S. l.*], p. 1, 12 nov. 1890. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/519. Acesso em: 22 jul. 2020.

CENTRO dos Professores Publicos de Instrucção Primaria do E. do Rio de Janeiro. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 17 jan. 1921a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/1549. Acesso em: 23 maio 2020.

CENTRO dos Professores Publicos de Instrucção Primaria do Estado do Rio de Janeiro. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 26 jan. 1921b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/1585. Acesso em: 23 maio 2020.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras*: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2014.

DIRECTORIA da Instrucção. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 26 abr. 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/20977. Acesso em: 16 maio 2020.

ESCOLA normal. *O Fluminense*, [*S. l.*], p. 2, 24 jan. 1899. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/8220. Acesso em: 30 jun. 2020.

ESTADO do Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 maio 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/6004. Acesso em: 14 maio 2020.

GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *Cenários do processo de escolarização do recôncavo da Guanabara*: a história de Iguassú (1833-1858). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

INSTRUCÇÃO Publica. *O Fluminense*, [*S. l.*], p. 3, 27 mar. 1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/825. Acesso em: 13 jun. 2020.

INSTRUCÇÃO Publica. *O Fluminense*, [*S. l.*], p. 1, 15 jan. 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=100439_03&pagfis=4553. Acesso em: 11 jun. 2020.

INSTRUCÇÃO Publica. *O Fluminense*, [*S. l.*], p. 1, 6 nov. 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/100439_03/6750. Acesso em: 29 jun. 2020.

JARA, Isabela Bolorini. *O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu*: funcionarização, agências e experiências (1895-1925). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

MARICÁ. *Jornal do Commercio*, [*S. l.*], p. 5, 30 abr. 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/10879. Acesso em: 2 jun. 2020.

MONTEIRO, Luiz Alves. *Relatório apresentado ao Dr. Martinho Alvarez da Silva Campos pelo director da Instrucção Pública*. Rio de Janeiro: Jeronymo Silva & C., 1898.

NOTICIARIO. *O Fluminense*, [*S. l.*], p. 1, 5 fev. 1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/735. Acesso em: 13 jun. 2020.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, [*S. l.*], v. 4, 1991.

OS PROFESSORES. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 26 jan. 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/109. Acesso em: 7 jun. 2020.

PELO INTERIOR. *O Fluminense*, Niterói, p. 2, 22 jul. 1905. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/7476. Acesso em: 10 jun. 2020.

PROFESSOR Vieira da Rocha. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 10 jan. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/4159. Acesso em: 10 jun. 2020.

QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do Estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, organizado em cumprimento do art. 36 da lei n. 41, de janeiro de 1893 para os efeitos do art. 32 da referida lei. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 4, 14 fev. 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/20257. Acesso em: 13 jun. 2020.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 70, de 15 de abril de 1890. *In*: LEIS e decretos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 1890.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei n. 41, de 28 de janeiro de 1893. *In*: COLEÇÃO de leis, lei não sancionada e decretos do governo do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 1893. v. 1.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei n. 376, de 23 de dezembro de 1897. *In*: COLEÇÃO de leis, leis não sancionadas, decretos, deliberações e portarias do governo do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 1897.

SECRETARIA dos Negócios do Interior e Justiça. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 4, 31 jul. 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/25507. Acesso em: 25 maio 2020.

XAVIER, Libania. *Associativismo docente e construção democrática (Brasil-Portugal: 1950-1980)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

---

[98] Jordânia Guedes pesquisou os processos de escolarização em Iguaçu entre os anos de 1833 e 1858. Amália Dias se deteve sobre os processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu entre os anos de 1916 e 1950.

[99] Infelizmente, a maioria dos artigos de jornais com os quais trabalhamos ao longo do texto não vinha assinada pelos seus autores. É o caso desta citação, o que nos impossibilita a identificação da autoria.

[100] Infelizmente, não conseguimos encontrar documentação sobre essa deliberação. Assim sendo, as informações que sobre ela apresentamos se restringem às que são citadas no artigo do jornal *O Fluminense*.

[101] Dizemos que ocorreram "pelo menos" duas legislações nesse período porque nossas pesquisas nos permitiram localizar apenas essas duas (o Decreto 70/1890 e a Lei 41/1893). É possível que tenham sido assinadas outras legislações que afetassem o magistério primário nesse intervalo de tempo, as quais não pudemos encontrar nos arquivos consultados.

[102] Os anos de 1893 e 1919 não foram escolhidos como recortes temporais aleatoriamente. Esse período foi demarcado em função das legislações encontradas para esse período que explicitavam os salários dos professores.

[103] Esse acirramento a que se refere o texto diz respeito às cobranças cada vez maiores em torno da formação dos professores primários pela escola normal ou da habilitação deles por meio de exames e concursos, bem como a um refinamento nas formas de inspeção do trabalho docente.

[104] Ressaltamos que esses concursos para professores provisórios aos quais nos referimos neste parágrafo ocorreram nos anos de 1880 e 1882, logo ainda no período imperial, sob legislação diferente da que estamos tratando aqui. Infelizmente, nossa pesquisa não conseguiu acessar as leis de instrução pública do período imperial, para verificarmos o que se dizia sobre concursos para admissão de professores provisórios, tampouco o que significava ser professor provisório naquele período. Durante a década de 1890, contudo, não encontramos registros nas legislações ou mesmo na imprensa sobre a existência de concursos para professores provisórios.

[105] Referimo-nos à Escola Normal de Niterói e à Escola Normal de Campos.

[106] Permutaram entre si os professores Elisiario Marques, Leolindo Augusto Castello Branco Tavares e Bernardina Genoveva de Oliveira, "de modo que o primeiro passe para a 1ª escola da cidade de Valença, o segundo tenha exercício na 3ª do sexo feminino da mesma cidade e a última na do sexo masculino do arraial do Brejo em Iguassu" (ESTADO..., 1896, p. 1).

12

LUGARES DE MAGISTÉRIO NO CENTENÁRIO DE IGUAÇU (1933)

Amália Dias

Sara Cristina Gomes Barbosa da Silva

Mariana Hapuque Raphael da Silva

Cristiane Gonçalves de Araújo

O território como posição de análise tem sido um recurso epistemológico e metodológico importante para pesquisas sobre a História da Educação e do magistério. Delimitar um território para conhecer como ali foram criadas as escolas, as ofertas de matrículas e a lotação do magistério permite observar o processo, o movimento do "fazer-se Estado fazendo escolas" e do "fazer-se Estado fazendo o magistério", em que há atravessamentos entre município, estado e país na organização da vida social e na definição dos "lugares de magistério". Isso porque os dados populacionais e as características regionais foram considerados nas políticas sobre provimento de escolas e no quantitativo de matrículas e docentes (BORGES; DIAS, 2021; BORGES; SANTOS; PEREIRA, 2019; JARA, 2017). Sedes de vilas e cidades, capitais e áreas mais populosas alcançavam prioridade nas normas sobre provimento de escolas desde o século XIX.

A pesquisa na documentação do serviço de fiscalização de escolas primárias públicas do governo fluminense resultou em informações sobre os tipos de escolas e os respectivos nomes e cargos de docentes lotados no município de Iguaçu.

Os Mapas de Frequência Escolar (MFEs) depositados no Fundo Departamento de Educação (FDE) do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) são organizados para consulta pelos respectivos nomes dos municípios. Trata-se de uma documentação volumosa mas também lacunar, o que era característico dos serviços de inspeção. Para cada município, há um conjunto de notações. Cada notação corresponde a um dossiê de mapas de

frequência escolar atribuídos a uma mesma escola, organizados em ordem cronológica mensal entre 1929-1949. Para atribuir correspondência entre notação e escola, foi realizada a análise de cada dossiê, em que constatamos que há distintas notações que podem se referir a uma mesma escola, ou ainda que, dentro de uma mesma notação, a escola muda de nome e/ou endereço ao longo do tempo (DIAS, 2014).

Em estudo anterior, os mapas foram investigados acerca dos tipos de escolas primárias existentes em Iguaçu segundo as informações sobre denominação das escolas, localização, organização dos alunos em classes, séries e turnos. Identificamos uma experiência híbrida na organização dos turnos, séries e classes das escolas primárias entre 1929-1949, havendo predomínio da escola pública isolada de até três séries de ensino, com a matrícula dos alunos sendo maior na primeira série (DIAS, 2016).

Investigamos atualmente as informações dos mapas sobre o magistério das escolas primárias de Iguaçu. Operamos com o recorte temporal do ano de 1933, quando foi comemorado o centenário de fundação da Vila de Iguaçu. Entre as diversas iniciativas de comemoração, a instrução figurou como um dos expoentes do progresso da localidade, justificado pelo crescimento da atividade de cultivo, beneficiamento e exportação de laranjas da região (DIAS, 2019). Apresentamos um panorama do quadro do magistério das escolas primárias existentes no ano das comemorações, momento no qual os jornais e relatórios da época ressaltavam o desenvolvimento da instrução pública no município.

12.1 O PROVIMENTO DE ESCOLAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO EM IGUAÇU

Analisamos 74 notações no FDE para as quais havia mapas de frequência escolar do ano de 1933. Pelas informações do cabeçalho dos mapas, situamos quais escolas funcionavam no primeiro distrito do município e quais escolas existiam nos outros distritos. Em 1933, o município de Iguaçu estava organizado em nove distritos (FORTE, 1933, p. 94-96). Além das informações de localização dos mapas, utilizamos como referência a divisão dos distritos apresentada por Matoso Maia Forte para o ano de 1933. No cruzamento dessas fontes, foi mais seguro precisar a localização de escolas do primeiro distrito, e em outra chave utilizar a expressão “demais distritos” (DIAS;

BARBOSA, 2019). Isso porque, por exemplo, os mapas da Escola Municipal Barão de Pilar situavam-na em Caxias, no sexto distrito (FDE, Aperj, 02634), enquanto, na obra de Maia Forte (1933, p. 95-96), Xerém seria o sexto distrito; e Caxias, parte do nono distrito. De fato, na década de 1930, novas demarcações aconteceram fora do primeiro distrito, então optamos por trabalhar as escolas dos "demais" distritos pelo princípio comum de não estarem localizadas no primeiro distrito[107].

Desse modo, das 74 notações de 1933 para todo o município de Iguaçu, identificamos 43 notações de escolas estaduais (sendo 1 de escola subvencionada) e 31 notações de escolas municipais. Há documentação de 13 escolas municipais situadas no primeiro distrito e 18 escolas municipais situadas em outros distritos. Há 17 notações de escolas estaduais para o primeiro distrito e 25 notações para os demais distritos.

Cada escola municipal corresponde a uma notação específica. Contudo, a mesma correspondência não é suficiente na análise da oferta de instrução primária pelo governo estadual, porque há notações que se referem a seções dentro de uma escola, como no caso das notações para seções profissionais do Grupo Escolar Rangel Pestana (FDE, Aperj, 02749; 02750). Após a identificação das escolas, produzimos um banco com o nome das docentes e com as anotações disponíveis sobre titulação.

No Quadro 12.1 e no Quadro 12.2, há uma síntese dos tipos de escolas primárias e os cargos de magistério nas escolas do primeiro distrito e dos demais distritos de Iguaçu, em 1933. Optamos por utilizar "cargos de magistério" porque observamos que havia professoras ocupando mais de um cargo.

Quadro 12.1 – Escolas primárias e cargos de magistério no primeiro distrito de Iguaçu

Análise de 30 notações de escolas primárias, 1933					
Tipo	Estaduais	Cargos de magistério	Municipais	Cargos de magistério	Total por tipo de escola
Grupo escolar	01	13			01
Mistas	11	18	11	11	22
Noturna masculina	02	02	02	02	04
Noturna feminina	01	01			01

Seção profissional anexa	02	03			02
Total	17	37	13	13	30

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da documentação FDE, Aperj, Notações 02629 a 02764

Quadro 12.2 – Escolas primárias e cargos de magistério nos demais distritos de Iguaçu

Análise de 44 notações de escolas primárias, 1933					
Tipo	Estaduais	Cargos de magistério	Municipais	Cargos de magistério	Total por tipo de escola
Mistas	18	45	18	18	36
Masculina	3	12			03
Feminina	4	18			04
Subvencionada	01				01
Total	26	75	18	18	44

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da documentação do FDE, Aperj, Notações 02629 a 02764

O governo estadual era responsável por maior oferta de escolas, desde escolas isoladas até o grupo escolar. Cabe observar que o grupo escolar possuía quantidade de professoras maior do que a soma do quadro de todas as escolas mistas municipais. Mesmo a comparação entre escolas mistas municipais e escolas mistas estaduais revela que as escolas estaduais tinham maior número de cargos, porque muitas funcionavam com mais de uma docente em cada turno. No total da oferta de tipos de escolas, a escola pública mista — municipal ou estadual — que funcionava em um turno era o principal tipo de escola primária da região no primeiro distrito (22 escolas e 29 cargos de magistério) e nos demais distritos (36 escolas e 63 cargos de magistério).

Uma vez identificados os mapas de frequência escolar de escolas do município de Iguaçu em 1933, por localização e tipo de escola primária (municipal ou estadual), investigamos a composição do quadro docente das escolas primárias do primeiro distrito, com interesse em conhecer trajetórias individuais na carreira. Os nomes e situações funcionais por mapa mensal e por notação foram transcritos para uma base de dados em que é possível efetuar o cruzamento dos dados. Buscamos identificar, como é apresentado a seguir, para as 30 notações do primeiro distrito (13 notações de escolas

municipais e 17 notações estaduais), nomes e situações funcionais dos docentes.

Assumimos como posição metodológica que os mapas de frequência escolar constituem um acervo documental lacunar. A identificação de que havia 31 escolas primárias municipais em funcionamento no município em 1933 não significa que esse era o número exato de escolas existentes. Ainda assim, o cruzamento com outras fontes de informação sobre o número de escolas em Iguaçu, nas décadas de 1920 e 1930, permite-nos afirmar que examinamos um conjunto expressivo de mapas de frequência de escolas municipais e estaduais.

Em 1931 a prefeitura reorganizava as 24 escolas municipais existentes, publicando na imprensa nomes e localização delas. O relatório da prefeitura sobre o ano de 1931, publicado em 1932, informava a existência de 29 escolas e a subvenção das escolas primárias São José, em Nilópolis, e a Escola Humildade e Caridade, de Andrade Araújo, além da subvenção, desde 1930, do "Gymnasio Leopoldo" (PREFEITURA..., 1932.) O relatório do interventor do Estado informava 33 escolas "mantidas pela municipalidade" em Iguaçu em 1933 (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 249). Em 1934, Iguaçu ocupava o quarto lugar em número de escolas primárias mantidas pelas municipalidades (34) do estado do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas de Itaperuna (53), Campos (49) e Nova Friburgo (37) (RIO DE JANEIRO, 1935, p. 120).

Nessa comparação, o universo de MFEs de 31 escolas municipais é próximo do que era informado em outras fontes do período. O mesmo ocorre para as notações estaduais, uma vez que o relatório do interventor do Estado informava que a administração estadual mantinha em Iguaçu, em 1933, 40 escolas, sendo 4 subvencionadas e um grupo escolar (RIO DE JANEIRO, 1934, p. 249). De fato, localizamos 43 notações para o ano de 1933, sendo 3 delas referentes ao grupo escolar e 1 de escola subvencionada.

12.2 ESCOLAS MUNICIPAIS E PROFESSORAS CONCURSADAS NO PRIMEIRO DISTRITO

No quadro a seguir, identificamos as 13 escolas primárias localizadas no primeiro distrito com o quadro docente, sendo 2 escolas noturnas masculinas e 11 escolas mistas. Em 1933, cada escola municipal funcionava em um turno sob a regência de uma professora.

Quadro 12.3 – Escolas municipais e professores

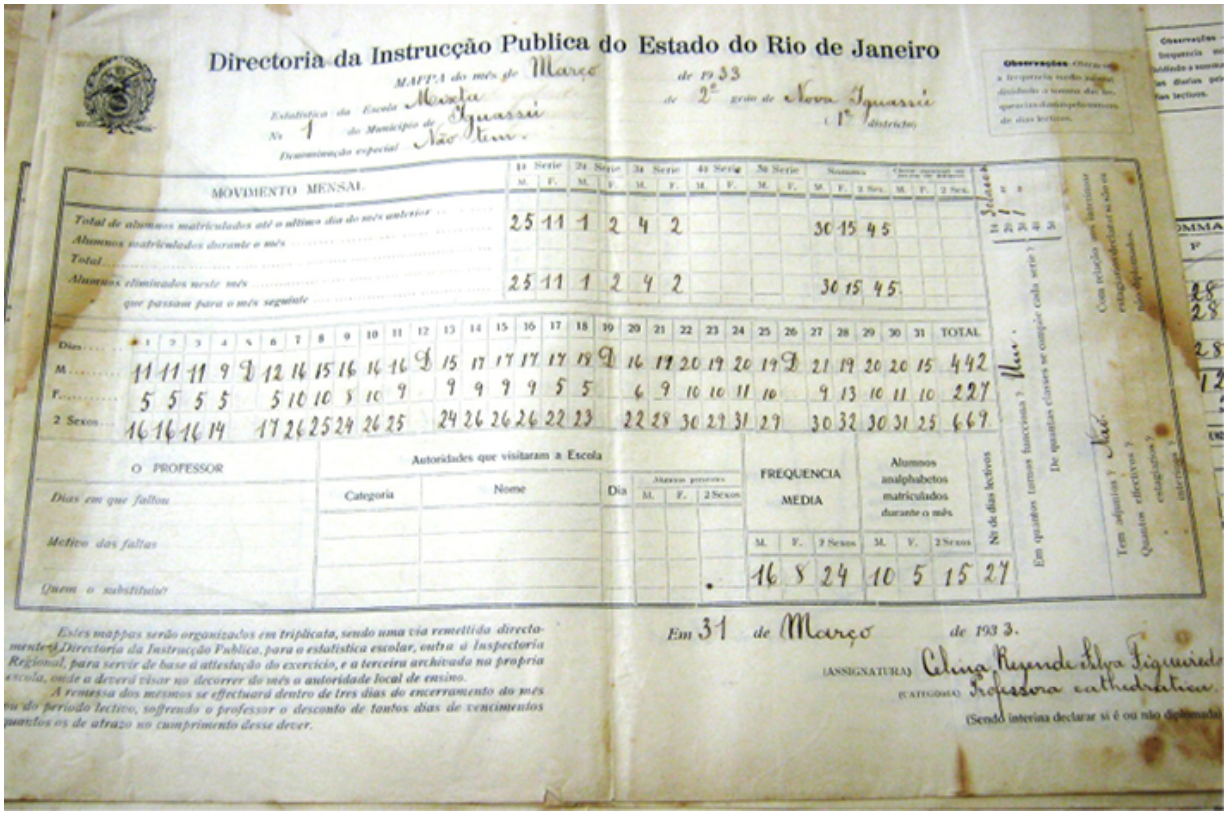
Primeiro distrito de Iguaçu, 1933			
Notação/Data do MFE	**Nome da escola**	**Docente**	**Cargo/Titulação**
02630 06/1933-11/1933	Escola Mista de Andrade de Araújo	Virginia Magalhães de Carvalho	Diplomada
02633 06/1933	Escola Mista Barão de Mesquita	Hilda Pacheco da Rocha	Professora com concurso
02657 06/1933	Escola Mista Coronel França Soares	Celia Pacheco da Rocha	Professora com concurso
02659 06/1933	Escola Mista Dr. França Carvalho	Jurema Soares Guimarães	Professora municipal não diplomada
02696	Escola Mista Dr Nilo Peçanha	Abigail Gonzaga	Professora municipal
02663 06/1933	Escola Mista Dr. Guilherme Guinle	Eloisa Sá Peixoto	Professora municipal com concurso
02681 07/1933	Escola Mista Dr. Thibau	Ayxha Faria Soares	Professora municipal
02730 03/1933	Escola Mista de Riachão D. Maria de Souza	Maria Vespertina Mello	Professora municipal
02684 06/1933	Escola Noturna Masculina nº. 1	Maria Amelia Kelly Marques	Não informa categoria e informa não ter adjuntos
02637 Mapas de 1933-1935	Escola Mista Belford Roxo	Nicacia Rodrigues da Cunha	Interina não diplomada (1935)
02679 06-11/1933; 05/1935.	Escola Mista José dos Reis	Lais Carvalho Cartago	Professora municipal

Primeiro distrito de Iguaçu, 1933			
02718 07/1933	Segunda Escola Noturna Masculina	Jarbas Cordeiro	Professor
02727 07-11/1933	Escola Mista Valerio Rocha	Jurema Dias	Professora municipal

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da documentação do FDE, Aperj, Notações 02629 a 02764; Prefeitura... (1932)

As designações "diplomada", "professora com concurso", "professora municipal" e "interina não diplomada" foram retiradas dos mapas, e eram escritas pelas docentes, como se pode verificar nas imagens dos mapas a seguir. Os tipos de mapas mudaram ao longo dos anos, e somente a partir dos mapas de 1933 é que se encontra uma solicitação para indicar se a professora é diplomada ou não, se é efetiva ou interina, como no mapa a seguir, de escola pública primária estadual.

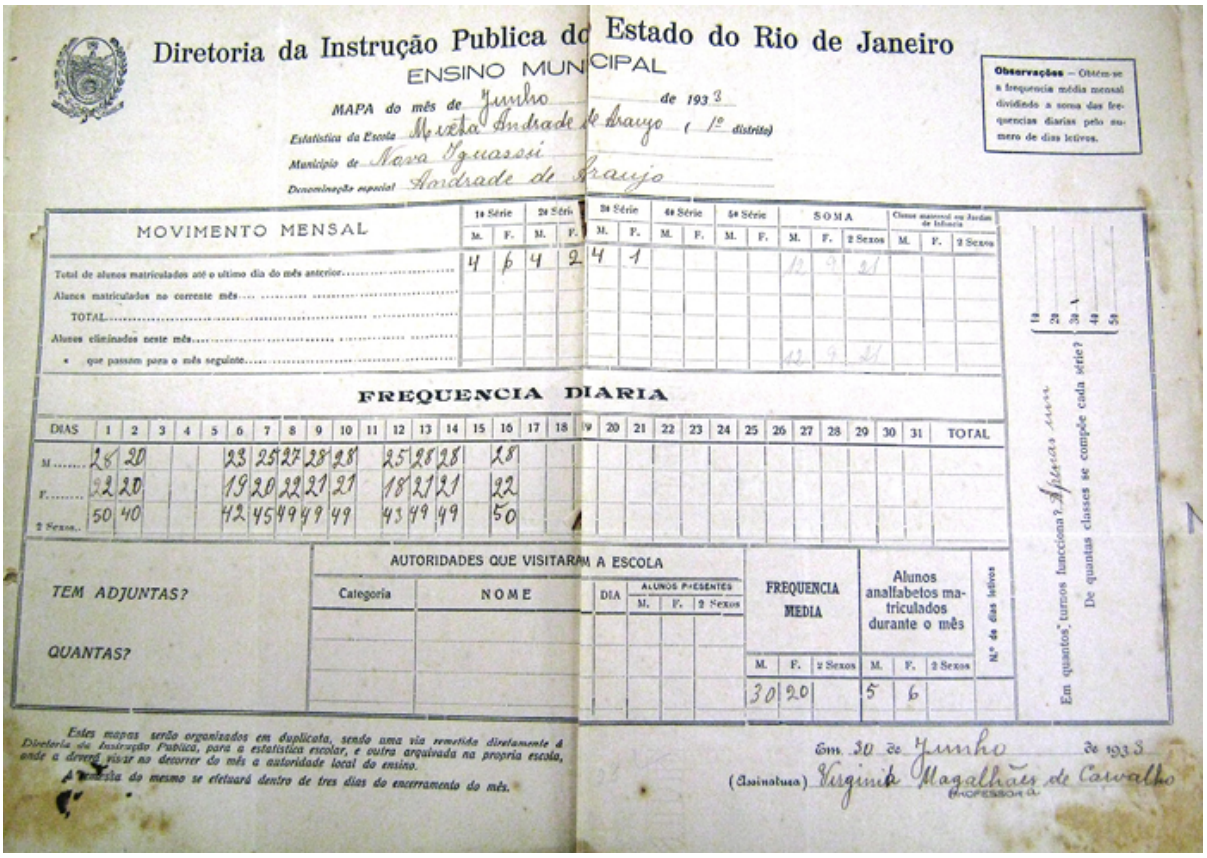
Figura 12.1 – Mapa de Frequência Escolar da Escola Mista estadual n. 1, 1933



Fonte: FDE, Aperj, 02710.

Os mapas de escolas municipais eram específicos, mas coletavam o mesmo tipo de informação dos mapas das escolas estaduais, como se observa a seguir.

Figura 12.2 – Mapa de Frequência Escolar da Escola (municipal) Mista de Andrade de Araújo, 1933



Diretoria da Instrução Publica do Estado do Rio de Janeiro

ENSINO MUNICIPAL

MAPA do mês de Junho de 1933

Estatística da Escola Mixta Andrade de Araujo (1º distrito)

Município de Nova Iguassú

Denominação especial Andrade de Araujo

MOVIMENTO MENSAL

	1a Série M.	1a Série F.	2a Série M.	2a Série F.	3a Série M.	3a Série F.	4a Série M.	4a Série F.	5a Série M.	5a Série F.	SOMA M.	SOMA F.	SOMA 2 Sexos	Classe maternal ou Jardim de Infancia M.	Classe maternal ou Jardim de Infancia F.	Classe maternal ou Jardim de Infancia 2 Sexos
Total de alunos matriculados até o último dia do mês anterior	4	6	4	2	4	1					12	9	21			
Alunos matriculados no corrente mês																
TOTAL																
Alunos eliminados neste mês																
" que passam para o mês seguinte											12	9	21			

FREQUENCIA DIARIA

DIAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOTAL
M	18	20			23	25	27	28	28			25	28	28		28																
F	22	20			19	20	22	21	21			18	21	21		22																
2 Sexos	50	40			42	45	49	49	49			43	49	49		50																

TEM ADJUNTAS?

QUANTAS?

AUTORIDADES QUE VISITARAM A ESCOLA

Categoria	NOME	DIA	ALUNOS PRESENTES M.	ALUNOS PRESENTES F.	ALUNOS PRESENTES 2 Sexos

FREQUENCIA MEDIA M.	FREQUENCIA MEDIA F.	FREQUENCIA MEDIA 2 Sexos	Alunos analfabetos matriculados durante o mês M.	Alunos analfabetos matriculados durante o mês F.	Alunos analfabetos matriculados durante o mês 2 Sexos	Nº de dias letivos
30	20		5	6		

Em quantos turnos funcciona? Apenas um

De quantas classes se compõe cada série?

1a	2a	3a	4a	5a
		1		

Observações – Obtém-se a frequencia média mensal dividindo a somma das frequencias diarias pelo numero de dias letivos.

Estes mapas serão organizados em duplicata, sendo uma via remettida diretamente á Directoria da Instrucção Publica, para a estatistica escolar, e outra arquivada na propria escola, onde a deverá haver no decorrer do mês a autoridade local do ensino.

A remessa do mesmo se efetuará dentro de tres dias do encerramento do mês.

Em 30 de Junho de 1933

(Assinatura) Virginia Magalhães de Carvalho

PROFESSORA

Fonte: FDE, Aperj, 02630.

Sobre o magistério municipal de Iguaçu, devido à publicação dos respectivos nomes das professoras aprovadas no concurso que a prefeitura realizou em 1931, identificamos sete aprovadas lotadas em escolas do primeiro distrito em 1933 (PREFEITURA..., 1931, p. 2). Dos 29 inscritos, 13 foram aprovados (SILVA, 2021). Das 13 escolas municipais situadas no primeiro distrito, eram docentes concursadas: Hilda Pacheco da Rocha, Celia Pacheco da Rocha, Jurema Dias, Eloisa Sá Peixoto, Ayxha Faria Soares, Abigail Gonzaga, Jurema Soares Guimarães.

Hilda Pacheco da Rocha, aprovada em primeiro lugar no concurso, assinou os mapas da Escola Mista Barão de Mesquita nos anos de 1933 e 1935. Em seguida, seu nome não foi mais mencionado na documentação da escola

(1944-1949) nem no conjunto de notações de mapas de frequência de Iguaçu (1929-1949).

Eloisa Sá Peixoto, aprovada em 6º lugar, comparece como regente da Escola Mista Dr. Guilherme Guinle nos anos de 1933 e 1935, que é o único período em que há documentação sobre a escola (FDE, Aperj, 02663), e o mesmo acontece com o nome da professora concursada Abigail Gonzaga, aprovada em 11º lugar, pois seu nome só aparece na documentação da Escola Dr . Nilo Peçanha, que é restrita aos anos de 1933 e 1935 (FDE, Aperj, 02696). Não localizamos as docentes lotadas em outras escolas, no conjunto da documentação.

Celia Pacheco da Rocha atuava como concursada na Escola Mista Coronel França Soares (FDE, Aperj, 02657), no período para o qual há documentação dessa escola (1933, 1935). Em 1944 e 1945, assinava os mapas de outra escola, a Escola Mista D. Maria de Souza (FDE, Aperj, 02695), como "professora não diplomada". O nome de Celia Pacheco não aparece mais desde setembro de 1945 até 1949, que é o último ano para o qual há documentação da escola.

Se em 1945 a professora Celia Pacheco não era diplomada, notamos que essa não foi uma exigência para ingresso por concurso no quadro do magistério municipal em 1931. É o que também se permite inferir pela professora Jurema Soares, que em 1933 informava nos mapas de frequência que não era diplomada. Entre 1933 e 1935, Jurema Soares Guimarães lecionou na Escola Mista Dr. França Carvalho. A documentação da escola tem um intervalo até 1944, em que assina Jurema Guimarães e Silva, que pode ser a mesma docente, como nome de casada, lotada na mesma escola, entre 1944 e 1948. O nome da professora não consta nos mapas de 1949 da escola municipal onde esteve lotada desde 1933 (FDE, Aperj, 02659), mas, em março de 1949, a professora Jurema Guimarães e Silva assina os mapas de outra escola municipal, do então Grupo Escolar Barão de Mesquita (FDE, Aperj, 02633).

É nesse exercício que, pela busca do nome e das situações funcionais, é possível reconstituir as lotações e os deslocamentos das docentes entre escolas do município. Pela análise da documentação, essa movimentação no quadro era bastante comum.

O exame da documentação tendo como eixo a trajetória individual de um docente descortina as mudanças na organização da oferta da instrução

primária numa mesma escola. Por exemplo, Jurema Dias trabalhou em um único turno e sozinha na Escola (municipal) Mista Dr. Valerio Rocha nos anos de 1933 e 1935. Há uma lacuna na documentação, mas seu nome aparece nos mapas de 1944 como Jurema Dias entre março a junho, e depois como Jurema Dias Soares. Nesse ano, a escola já funcionava de modo mais complexo, com outras professoras lotadas. Jurema Dias Soares esteve licenciada entre abril e junho de 1946, e o último mapa por ela assinado é de março de 1948, quando continuava a informar ser professora municipal não diplomada. A documentação sobre a escola vai até novembro de 1949, e o nome da professora não aparece no cruzamento de outras notações de escolas do município. Desse modo, é no curso do tempo que se podem comparar, pela documentação, as transformações que foram ocorrendo nas escolas primárias focalizadas em 1933 e, também, na trajetória das docentes.

No cruzamento de dados entre os nomes mencionados em distintas escolas, verificamos que Ayxha Faria Soares, além de ser professora concursada e regente da Escola (municipal) Mista Dr. Thibau (FDE, Aperj, 02681) em 1933 e em 1935, foi citada, nos quadros de visitas recebidas em muitas escolas municipais, como "auxiliar do Técnico de Educação" nos anos de 1944, 1945, 1946, 1947 e em 1948 (FDE, Aperj, 02631, 02672, 02683,02690, 02683, 0269202693, 02695, 02717, 02720, 02726, 02752).

A partir de abril de 1948 (FDE, Aperj, 02693), é citada como "Inspetor de Ensino" até o fim da documentação (1949). Por exemplo, em 1949, na Escola Monsenhor Pizarro (FDE, Aperj, 02693), Ayxha Faria Soares realizou visitas mensais e em algumas ocasiões esteve acompanhada do prefeito Dr. Sebastião de Arruda Negreiros.

Outro integrante do magistério municipal que não exerceu somente a função docente foi Jarbas Cordeiro. Professor da escola noturna em 1933, aparece também, na documentação do Aperj, como inspetor visitante das escolas em 1933 e 1935, sendo citado como "Diretor da Instrução Municipal de Iguaçu" (FDE, Aperj, 02641, mapa de agosto de 1935).

12.3 ESCOLAS ESTADUAIS E O DINAMISMO DAS LOTAÇÕES DOCENTES

Do mesmo modo que as escolas municipais, registramos no Quadro 12.4 as escolas estaduais que funcionavam em um único turno e sob a regência de uma

única docente. Mas havia escolas estaduais que funcionavam em mais de um turno com mais de uma docente (Quadro 12.5).

Quadro 12.4 – Escolas estaduais com uma docente

Escolas estaduais no primeiro distrito com uma docente, 1933			
Notação/Data do MFE	Nome da escola	Docente	Cargo/Titulação
02710 03/1933	Escola Mista de 2º Grau nº.1	Celina de Rezende Silva Figueiredo	Professora catedrática
02714 07-11/1933	Escola Mista de 2º grau nº.5	Zuleika Paula Fernandes	Substituta
02638 06-11/1933	Escola Mista de 1º grau de Belford Roxo N.º 24	Albertina Ferreira da Costa	Professora catedrática
02644 03/1933	Escola Mista de 1º grau de Nova Iguaçu nº. 34	Nair Maciel Bastos	Professora catedrática
02694 03-06/1933	Escola Mista de 2º grau de Morro Agudo nº. 8	Maria Maciel	Interina não diplomada
02763 04/1933	Escola Mista Jerônimo Mesquita n.º 9	Camilla Leonidia Netto	Professora catedrática
02674 03/1933	Escola Mista de 2º grau de Jeronymo Mesquita nº.10	Herminia de Aquino	Professora catedrática
02675 03-11/1933	Escola Masculina Noturna de 2º grau de J. Mesquita; nº 3	Herminia de Aquino	Professora catedrática
02707 03/1933	Escola Noturna Masculina de 1º Grau nº. 2	Maria Paula de Azevedo	Professora efetiva
02709 03-11/1933	Escola Noturna Feminina de 1º grau de Nova Iguaçu nº. 1	Venina Corrêa	Professora catedrática
02750 03/1933	Seção Profissional Feminina Anexa ao Grupo Escolar Rangel Pestana	Alice Albuquerque Miranda	Não informa categoria: “professora de chapéus”

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da documentação do FDE, Aperj, Notações 02629 a 02764

Nesse primeiro enquadramento sobre a lotação de professoras em escolas estaduais, notamos o registro nos mapas de professoras "efetivas", "catedráticas", "efetivas diplomadas", "interinas diplomadas" e "interinas não diplomadas", "substituta".

É necessário um estudo a respeito da legislação sobre os modos de ingresso e permanência na carreira do magistério fluminense para a compreensão dessas categorias. Em 1929, o relatório do diretor da Instrução Pública indicava a composição do magistério estadual por diretores de grupos escolares, professores catedráticos e adjuntos. Citava ainda professores subvencionados, que não integravam o funcionalismo público, mas eram remunerados pelo poder público (RIO DE JANEIRO, 1929, p. 18). No relatório do interventor sobre o período de 1931 a 1934, ao apresentar o número de escolas primárias existentes em 1934, Ary Parreiras informa os números de docentes, indicados nas categorias de: diretores efetivos e diretores interinos, catedráticos efetivos, adjuntos efetivos e adjuntos interinos, professores de escolas subvencionadas e professores de escolas particulares (RIO DE JANEIRO, 1935, p. 16).

Acerca do estudo das lotações das professoras estaduais, é curioso notar que as docentes das escolas noturnas eram todas concursadas e também trabalhavam em outras escolas estaduais durante o turno diurno. A professora catedrática Herminia de Aquino lecionava na escola noturna masculina e na escola mista, numa mesma localidade do município (Quadro 12.4). Ela ficou lotada nas duas escolas, trabalhando em dois turnos, entre 1931 e 1946 (FDE, Aperj, 02674; 02675). O nome de Maria Paula de Azevedo, professora da Escola Noturna n. 2 (Quadro 12.4), consta também como docente da Escola Mista da Cidade de 2º grau nº. 2 (Quadro 12.5), onde trabalhava com outras professoras.

A professora Venina Corrêa, além de atuar na Escola Noturna Feminina de 1º grau de Nova Iguaçu nº. 1 (Quadro 12.4), era diretora do Grupo Escolar Rangel Pestana (Quadro 12.5). O Grupo Escolar Rangel Pestana, mantido pelo governo estadual, era a única escola pública de todo o município que ofertava as cinco séries do ensino primário, com o expressivo quadro de 12 docentes lotados na escola em 1933. Venina Corrêa assina como diretora da instituição entre 1929 e 1945, havendo ainda um mapa por ela assinado de 1946. Essa

professora exerceu o cargo de auxiliar de inspeção, constando suas visitas em escolas de Iguaçu nos anos de 1933 e 1935.

Quadro 12.5 – Escolas estaduais com mais de uma professora

Escolas estaduais no primeiro distrito com mais de 1 docente, 1933			
Notação/ Data do MFE	**Nome da escola**	**Docente**	**Cargo/Titulação**
02715 - 06/1933	Grupo Escolar Rangel Pestana	Venina Corrêa	Diretora
		Maria Joana Maia de Almeida	Efetiva diplomada
		Marina de Assis Maia	Efetiva diplomada
		Brunehildes Leonor Cruz	Efetiva diplomada
		Maria Kelly Marques	Interina não diplomada
		Alice Ribeiro Renne	Efetiva diplomada
		Dalila Mattos da Costa	Efetiva diplomada
		AidacyMinnuci Teixeira	Efetiva diplomada
		Silvia Lobo Simões	Efetiva diplomada
		Haydée Leite Costa	Efetiva diplomada
		Maria Augusta de A. Freitas	Efetiva diplomada
		Cilene Martins de Araújo	Efetiva diplomada
		Irene Balbi de Almeida	Efetiva diplomada
02711 07/1933	Escola Mista da Cidade de 2º grau nº. 2	Maria Paula de Azevedo	Efetiva
		[Z]oé Judice de Mello	Efetiva diplomada
		Myrian Bastos de Carvalho	Interina diplomada

	Escolas estaduais no primeiro distrito com mais de 1 docente, 1933		
		Yvone Drummond	Interina não diplomada
02706 06-11/1933	Escola Mista de 2º grau de Nova Iguaçu (K-11) nº 4	Isaura de Araújo	Professora efetiva, catedrática e diplomada
		Consuelo de Mello	Interina não diplomada
02712 05/1933	Escola Mista de 2º grau nº. 3	Carmen Torres Maldonado	Professora catedrática
		Nair Barbosa da Silva	Interina não diplomada
		Martha Mery Machado	Interina não diplomada
02716 03/1933	Escola Mista de 2º grau de Nova Iguaçu nº. 33	Maria Almada Pinheiro	Professora catedrática
		Jacy Ribeiro	Efetiva diplomada
02749 06/1933	Seção Profissional Feminina anexa ao Grupo Escolar Rangel Pestana	06/1933: assina o mapa Kerryr Lerroir Cruz;	Não informa categoria
		Cremilda Porciúncula da Silva	Não informa categoria

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da documentação do FDE, Aperj, Notações 02629 a 02764

Pelo mesmo recurso de cruzar os dados dos mapas conforme os nomes, é possível observar quanto tempo as professoras estiveram lotadas numa escola, quando foram lotadas em outras, assim como anotações sobre licenças, posses, transferências.

Os quadros aqui apresentados têm a intenção de organizar parte do resultado da pesquisa, mas há que se ressaltar, principalmente para o caso das escolas estaduais, a dificuldade de precisarmos o quadro docente das escolas. Isso porque era maior o movimento de licenças, transferências e remoções nessas escolas, mesmo dentro do intervalo dos meses do ano escolar de 1933,

assim como também poderiam ocorrer mudanças na organização do funcionamento dos turnos, com a chegada ou saída de professoras.

Uma situação recorrente na documentação é a que aconteceu na Escola Mista de 2º grau nº.5 (Quadro 12.4). Devido à licença da efetiva Maria P. L. de Mérocourt (*sic*), a substituta Zuleika Paula Fernandes assinou os mapas entre julho e novembro de 1933 (FDE, Aperj, 02714).

Vejamos também a alteração no quadro e nos turnos na Escola Mista de 2º grau de Morro Agudo nº. 8 (Quadro 12.4). Entre março e junho de 1933, a escola funcionou em um turno com todos os estudantes matriculados na primeira série, sob a regência da professora adjunta interina não diplomada Maria Maciel. A partir de julho, os mapas registram o funcionamento da escola com duas docentes e em dois turnos até novembro (FDE, Aperj, 02694). Ermelinda Morgado da Silva assinou os mapas de julho e de agosto, e indicou a frequência de Maria Maciel. Há dois mapas para o mês de setembro, um assinado por Ermelinda e outro por Maria Cândida Glória, professora catedrática. Os dois mapas mencionam a lotação da adjunta interina Maria Maciel. Provavelmente foi um período de licença de Maria Cândida Glória, já que esta assinou os mapas da escola dos anos de 1931,1932, 1935, e de 1937 a 1945, tendo assinado como Maria Cândida Glória de Azevedo, a partir de 1942 (FDE, Aperj, 02694).

Para a Escola Mista de 2º grau de Nova Iguaçu nº. 33 (Quadro 12.5), selecionamos a informação do mapa do mês de março de 1933, em que a professora catedrática Maria Almada Pinheiro informava que a professora efetiva e diplomada Jacy Ribeiro "deixou o exercício das funções porque foi designada a trabalhar em comissão em Niterói" (FDE, Aperj, 02716, 03/1933). Em abril, a professora catedrática informava que Maria Carneiro havia entrado em exercício no dia 10 — "adida diplomada", que, porém, "não mais compareceu à Escola" (FDE, Aperj, 02716, 04/1933). Também lecionou na escola, no mesmo mês, na condição de interina não diplomada, Maria Amélia Kelly Marques (FDE, Aperj, 02716, 04/1933). Cabe ressaltar que o nome de Maria Amélia figura como docente, como visto no Quadro 12.3, na Escola Noturna Masculina nº. 1. Em maio e em junho, é informado que Maria Carneiro está licenciada, e o nome de Judith de Barros Calino, interina diplomada, é registrado na função de ensino (FDE, Aperj, 02716, 05/1933; 06/1933). No restante do ano escolar, entre julho e novembro, trabalharam na

escola a professora catedrática Maria Almada Pinheiro e a professora interina Judith de Barros Calino (FDE, Aperj, 02716, 07-11/1933).

Esses exemplos são sintomáticos de situações recorrentes na documentação, devido aos movimentos de lotação de professores, e acenam para o cuidado de considerarmos os quadros aqui expostos como pequenas capturas da situação de um cenário que oscilava bastante, mesmo entre meses de um ano.

12.4 A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Uma história do magistério público das escolas primárias fluminenses e também de trajetórias individuais pode ser investigada segundo os registros do nome e das situações funcionais de docentes que foram registrados nos mapas de frequência escolar.

Em estudo sobre os quadros de professores públicos estaduais lotados no município de Iguaçu entre 1895 e 1925, Isabela Bolorini Jara (2017) demonstrou que, em função das normas sobre ingresso e permanência na carreira do magistério público estadual, os docentes estavam sempre suscetíveis a grande mobilidade dentro do quadro de escolas. Na condição de "tropeiro da instrução", os docentes poderiam ser lotados, ao longo da carreira, em escolas de diferentes municípios, por demanda própria ou das agências de governo. Diferentes nomenclaturas caracterizavam as condições de ingresso e carreira dos docentes, assim como também foram constantes as expedições de legislações que buscavam normatizar as condições de formação, ingresso e carreira no magistério público, revelando o movimento de "fazer-se Estado fazendo o magistério" como um pilar do processo de institucionalização da escolarização primária. Constatamos uma continuidade desse cenário para as décadas de 1930 e 1940, valendo-nos da análise dos mapas de frequência escolar das escolas de Iguaçu, com ênfase nos dados sobre as docentes.

Na análise das trajetórias das docentes, ressaltamos maior dinamismo no quadro docente de uma mesma escola estadual, ainda no intervalo de alguns meses. Ainda que ocorresse, a movimentação era, comparativamente, menor nas escolas municipais. Assim, observamos o movimento do "fazer-se Estado fazendo escolas" (DIAS, 2014). Controlar a movimentação dos docentes e assegurar a permanência em exercício nas escolas guardava relação com a "contabilidade" da expansão do ensino. Nos documentos produzidos para dar

a ver as realizações do governo na oferta de escolas, era comum, além da apresentação do crescimento do número de instituições, aumentar esse efeito pela comparação com o número de classes existentes (DIAS, 2014). Por isso, "povoar" as escolas implicava não apenas a matrícula e frequência dos alunos, mas dependia da lotação e da frequência dos professores, pois a cada um deveria caber uma classe, que era, por sua vez, o critério para aferição do número de escolas existentes.

A diversidade de nomenclaturas de situações funcionais do magistério público municipal e estadual e os deslocamentos das docentes entre escolas da região fomentam a investigação de trajetórias individuais, mas demonstram também as dinâmicas de um movimento mais amplo do que foi a experiência de institucionalização das escolas. É da posição de análise de "lugares de magistério", pela história de sujeitos no território, que se descortinam aspectos do "fazer-se magistério".

REFERÊNCIAS

BORGES, Angélica; DIAS, Amália. Capilarização da escola pública na Baixada Fluminense: reflexões em torno de Iguaçu (1870-1933). *In*: SILVA, Alexandra; LIMEIRA, Aline; LEONARDI, Paula (org.). *Um mar de escolas*: diálogos e pesquisas em história da educação. Curitiba: Appris, 2021. p. 95-110.

BORGES, Angélica; SANTOS, Beatriz S. dos; PEREIRA, Kimberly A. G. *Provimento das escolas públicas pelos egressos da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro*: uma análise a partir dos relatórios oficiais e dos casos de Magé e Estrela. Trabalho apresentado ao Seminário Vozes da Educação: Resistências Políticas e Poéticas na Vida e na Educação: Regina Leite Garcia, Presente!, 7., 2019, São Gonçalo.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras*: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2014.

DIAS, Amália. Escolas isoladas e práticas de seriação: experiências híbridas (1929-1949). *Revista Brasileira de História da Educação*, [*S. l.*], v. 16, p. 233-260, 2016. Disponível em:.http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/927/pdf_122. Acesso em: 24 jul. 2022.

DIAS, Amália. O centenário e a "vocação agrícola" de Iguaçu: operações de hegemonia e enquadramentos da história (1933) *In*: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa (org.). *Da Vila de Iguassu à Baixada Fluminense*: histórias de um território. Curitiba: Prismas, 2019. v. 1, p. 129-152.

DIAS, Amália; BARBOSA, Sara Cristina Gomes. Fontes e metodologias para o estudo de trajetórias docentes em Iguaçu (1933). *In*: TAVARES, Maria Teresa Goudart *et al*. (org.). *In*: SEMINÁRIO VOZES DA EDUCAÇÃO: RESISTÊNCIAS POLÍTICAS E POÉTICAS NA VIDA E NA EDUCAÇÃO: Regina Leite Garcia, Presente!, 7., 2019, São Gonçalo. *Anais* [...]. p. 920-932.

FORTE, José Matoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Commercio, 1933.

FUNDO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Notação 02629 a 02764.

JARA, Isabela Bolorini. *O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu*: funcionarização, agências e experiências (1895-1925), Dissertação (Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PREFEITURA Municipal de Iguassú. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 14, n. 730, 12 mar. 1931.

PREFEITURA Municipal de Iguassú. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 16, n. 784, 22 mar. 1932.

RIO DE JANEIRO (Estado). *O governo do Estado do Rio de Janeiro e de suas municipalidades durante o ano de 1933*. Relatório da Interventoria ao Exmo. Sr. Presidente da República. Ary Parreiras. Niterói: [*s. n.*], 1934.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Relatório apresentado pelo Dr. José Duarte Gonçalves da Rocha, diretor da Instrução Pública ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça em 31 de agosto de 1929*. Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luis. Niterói: [*s. n.*], 1929.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Relatório da Interventoria ao Exmo. Sr. Presidente da República*. Período de 1931-1934. Niterói: [*s. n.*], 1935.

SILVA, Mariana Hapuque Raphael da. Entre laranjas e letras: o concurso para o magistério municipal em Iguaçu (1931). *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 20, n. 20, p. 101-107, out. 2021.

---

[107] O primeiro distrito era composto por Cidade de Nova Iguaçu, Mesquita, Morro Agudo, Andrade Araújo, Prata, Ambahi, Santa Rita, Ahiva, Amaral e Carlos Sampaio; Belford Roxo, Heliópolis, Itaipú (FORTE, 1933, p. 94-95).

NAS PÁGINAS DE *O INFANTIL*: O CAPITAL SOCIAL DOCENTE EM BELFORD ROXO (1939/1940)

Kátia Maria Soares

Neste capítulo, entrecruza-se o que disseram os escritores e contemporâneos no periódico escolar *O Infantil* com outras fontes, como os próprios depoimentos desses mesmos atores mais recentemente. Esse acervo não só se constitui nas edições do jornal, mas em quase uma centena de manuscritos originais das crianças e dos jovens que estudavam na E. M. Professor Paris, na Belford Roxo do fim dos anos 1930 e início da década seguinte, além de correspondências e outros textos oficiais. Toma-se essa imprensa pedagógica para perscrutar pelas escritas o exercício docente em Belford Roxo, buscando nessas escrituras a maneira como a professora Aurélia de Souza Braga utilizava o impresso, onde editava a escrita de seus alunos, como alavanca profissional e de projeção de sua imagem pública e valorização do então distrito.

Em 1939 Aurélia começou a editar o periódico com textos dos seus alunos, crianças e jovens de até 14 anos, cursando a educação primária. Sob o título de *O Infantil*, o mensário circulou por Belford Roxo desde agosto daquele ano, aparentemente, até janeiro do ano de 1940 – em uma primeira edição em quatro páginas, e as demais edições em seis páginas, todas em formato tabloide. A partir da quarta edição, de novembro, passou a ser órgão oficial da Educação do município continuando a ser feito por crianças, mas aceitando matérias de alunos das demais escolas do município e de alguns adultos. Não foram encontradas outras edições, por isso foram estudadas cinco edições do periódico no acervo do Centro de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Belford Roxo (Cempre)[108]. Não faz parte dessa sequência da coleção a de outubro, que também não foi possível localizar (Coleção Aurélia Braga. Acervo de *O Infantil*. - Cempre).

Essas escritas poderiam lançar luzes sobre o exercício docente no distrito? Sobre o estudo de periódicos em análises históricas, destaca-se:

> O interesse em se estudar periódicos para a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Desta maneira, realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala de historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época. Em lugar do grande quadro explicativo da História, da grande síntese que para ser efetuada desconhece detalhes e matizes, lidamos com a pluralidade: as diversas falas colorem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazendo-nos recuperar vieses que ficaram perdidos nas análises historiográficas posteriores (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 408).

Já seria de grande relevância estudar um jornal publicado nesse tempo na localidade de Belford Roxo pela possibilidade de interpretações de "manifestações contemporâneas aos acontecimentos", mas este em especial é mais do que isso: trata-se de buscar entender "as lutas diferenciadas" pelas produções escritas dos alunos e de Aurélia. Com isso, o estudo possibilita observar sua ação docente e entender as relações estabelecidas pela professora com os escritores do periódico e com outros agentes locais, comerciantes, profissionais liberais e a Diretoria de Instrução do município, que divulgava atos oficiais relativos aos servidores da Educação em Belford Roxo e também financiava *O Infantil.* Tudo isso para perceber, pelas construções das escritas infantis e juvenis, e indagar como a professora utiliza o veículo de comunicação para disseminar suas ideias. Antes de serem escritas em um periódico escolar, estas são escritas de um grupo específico, com as quais é preciso dialogar para buscar entender os sujeitos e seu tempo.

13.1 IMPRESSO ESCOLAR

Um veículo de comunicação de massa viria a calhar e se fazer eficaz aos objetivos da professora, afinal, sua circulação iria além dos muros das escolas, gratuitamente aos alunos da Escola Municipal (EM) Prof. Paris e da Sagrado Coração de Jesus, escola privada criada pela professora utilizando o prédio da referida igreja; ou, ao custo de capa de $100, seria distribuído entre a população urbana, primeiramente, de Belford Roxo, e a partir do quarto número também em todas as escolas municipais de Nova Iguaçu. Com isso, amplificaria sua voz ao alcance de alguns milhares[109].

Figura 13.1 – Cabeçalho de *O Infantil*, primeira edição, agosto de 1939[110]


Nova Iguassú
Estado do Rio

O Infantil

Fundado pela Prof.
Aurelia Souza Braga

ANO I
Publicação mensal

Orgão da Escola Municipal «Prof. Paris»
Belford Roxo, 1.º de Agosto de 1939

NUMERO 1
Numero avulso $100

Secretario: LAUDELINO G. GATO | Diretor: MARIANO JOSE' DOS PASSOS | Gerente: CARLOS VICENTE

Fonte: Coleção Aurélia Braga. Cempre.

Lançava-se Aurélia a mais uma empreitada, que, certamente, com o trabalho nas suas duas escolas, preencheria todo o seu dia. Politicamente, o jornal só fortaleceria a professora no então nono[111] distrito de Nova Iguaçu e junto ao governo do município. Tanto que se fez notar que o memorialista Ruy Afrânio Peixoto, em seu trabalho intitulado "Cronologia de Belford Roxo", saúda sua criação, colocando-o como marco importante no ano de 1939 (PEIXOTO, [197-?], s/p.). E a diretora da Escola Regional de Merity Armanda Álvaro Alberto, signatária do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, para ele enviou seu texto "No cincoentenario da Republica" para publicação, texto presente aqui neste trabalho. Por esses elementos, pode-se depreender não só o prestígio dessas professoras, mas também da própria profissão.

Seria ingenuidade pensar o periódico produzido por Aurélia e seus alunos como apenas uma ferramenta pedagógica, embora também o fosse. Ele se apresenta como mais um instrumento usado pela professora para ampliação do capital social[112] e cultural do seu grupo. Nesse sentido, é possível ratificá-la naquele momento como um agente empenhado em elevar e fortalecer a posição social dessa comunidade, em especial das professoras, e a sua, evidentemente, com ações educacionais e culturais. *O Infantil* seria então uma de suas ferramentas, um veículo de cultura e propagação de ideias.

Tomando o conceito de cultura segundo Clifford Geertz[113], que, pela semiótica, a define como um sistema inter-relacionado de signos interpretáveis e que também define a estrutura simbólica como uma forma de dizer algo sobre algo, esses signos estão no seio da vida social e são portadores de um modo de ser ambíguo, porque possuem qualidades materiais

perceptíveis à primeira vista, mas também significados que necessitam ser interpretados (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2002). Por isso, considera-se possível observar e buscar no veículo uma visão dessa comunidade, que, alijada em seu tempo, pode emergir em suas páginas, por sua materialidade e seus significados interpretáveis.

Não se pode esquecer que 1932 foi o ano em que os Pioneiros da Educação Nova, brasileira, lançaram seu manifesto, tendo dito um de seus expoentes, Anísio Teixeira (1960, p. 205):

> Nacionalismo é, fundamentalmente, a tomada de consciência pela nação de sua existência, de sua personalidade e dos interêsses dos seus filhos. Pelo nacionalismo, os indivíduos da nação se fazem verdadeiramente irmãos e tudo que atinja a cada um passa a atingir a todos. Por isto mesmo, antes de mais nada, o nacionalismo aguça em cada um o sentimento de justiça para com os demais habitantes do país, impondo a participação de todos na vida nacional e fazendo crescer a coesão e a consciência de igualdade entre êles. Passam todos, efetivamente, a se sentirem cidadãos da mesma pátria, com direito à mútua solidariedade e a certa igualdade fundamental.

Assim, muitas vertentes políticas opostas, por esse período, concordavam com o ideal de formar as novas gerações desenvolvendo o sentimento nacionalista. O que poderia divergir eram os métodos educacionais, as concepções de educar. Aurélia partilhava desse ideal de formar para o nacionalismo, segundo o que se depreende dos relatos dos seus ex-alunos, porém as maneiras como busca desenvolver nos estudantes a sensação de pertencimento à mesma pátria, à mútua solidariedade e uma certa igualdade fundamental talvez não fossem as mesmas eleitas pelos Pioneiros da Educação Nova, porque eram mais impostas, não dialógicas.

Do ponto de vista da elaboração do jornal, pode-se depreender, observando essas fontes, jornais e manuscritos, que Aurélia tinha conhecimento do assunto. As laudas que distribuía aos alunos para escreverem os manuscritos e submetê-los ao seu crivo eram as mesmas utilizadas pela imprensa de fins do século XIX, início do XX, que, por esse período, ainda tinha que transpor muitas matérias manuscritas para a composição tipográfica. Pelo que se percebe do material, a maioria dos textos que iam para confecção do impresso não era antes datilografada, seguia nessas laudas manuscritas direto para a composição tipográfica. Percebe-se nos originais as marcações do tipógrafo.

Figura 13.2 – Capa de *O Infantil* n.º 2, de 1º de setembro de 1939.



Nova Iguassú
Estado do Rio

O Infantil

Fundado pela Prof.
Aurelia Souza Braga

ANO I
Publicação mensal

Orgão da Escola Municipal «Prof. Paris»
Belford Roxo, 1.º de Setembro de 1939
Red. Avenida Francisco Sá, n.º 54 — Fone: P. S. 1. Belford Roxo

NUMERO 2
Numero avulso $100

Secretario: LAUDELINO G. GATO | Diretor: MARIANO JOSE' DOS PASSOS | Gerente: CARLOS VICENTE

Nosso 1.º numero

Graças a um esforço cerrado de brilhante êxito tivemos o ensejo de apresentar o nosso primeiro numero de O INFANTIL.

Vários foram os artigos publicados pelos nossos queridos colégas, os quais foram acolhidos publicamente com verdadeiro agrado.

A direção deste jornal procura amplificar o mais possivel sua publicidade, bem como teve ocasião de visitar os Exmos. Srs. Prefeito e Diretor Municipal da Instrução deste Municipio, os quais não só agradeceram bem como demonstraram-se contentissimos com a nossa iniciativa, prometendo-nos auxiliar nessa benefica campanha. O INFANTIL apresentou-se felizmente, onde podemos assegurar um futuroso exito, pela forma com que trabalhamos em sua distribuição.

Não poderiamos esquecer do comercio de Belford-Roxo, que auxiliou-nos em seus anuncios, a fim que a nossa vitoria desde logo fosse conhecida. Apelamos, portanto, para os nossos colaboradores no sentido de continuarem a enriquecer nossa redação enviando-nos artigos caprichosamente organizados como os que tivemos a felicidade de publicar, para que não sejamos forçados a tear de nossa edithre trabalho.

Devemos não esquecer que em tôdas as ocasiões, que podemos ilustrar o espirito, naquilo que é util, não devemos nos alheiar, por qualquer cousa, corrompendo-nos pela preguiça, ou pelo temor, e sim procurarmos progredir pelo trabalho afim que no dia de amanhã, não tenhamos o reflexo de um mal que possa nos acompanhar.

Estudemos pois; a Instrução é tão necessário ao espirito como o alimento é necessário ao corpo. Assim desejamos agradecer a todos que nos dispensaram atenção, bem como esclarecer que nosso desejo é ampliar cada vez mais esse jornalzinho que tão feliz foi em seu 1º numero.

Dando prôvas deste nosso desejo, e em homenagem a magna data da nossa Independência, o nosso 2º numero sairá com seis páginas compartilhando assim O INFANTIL com seu esforço para que as mesmas tenham no nosso Iguassú o maior brilho.

MARIANO JOSE' DOS PASSOS

7 de Setembro

Todo o Brasil amanheceu sob uma delirante alegria.

Um ceu muito azul como daquele 7 de Setembro de 1822 um sol radiante a derramar sobre a terra a sua dourada luz.

Sete de setembro dia glorioso!

E o coração dos brasileiros a transbordar, de patriotismo, não deixa de homenagear a evocação desse grande dia.

"Tôdas as vezes que o lembramos a nossa mente ocorre a cêna passada as margens do Ipiranga.

Foi a 7 de Setembro de 1822 que de volta de S. Paulo o principe D. Pedro I recebeu uma correspondência que declarava revogados todos os seus átos.

Indignou-se com tal afronta e, num lance intrépido arrancando do chapéo a fita portuguesa, bradou:

— "Independência ou Morte".

E desde então estava o Brasil livre do jugo português, graças a esta frase que bradou.

E dai assomou ao Brasil uma nova luta. E estão liberto dos laços que ligava Brasil e Portugal ia iniciar outra vida.

Por isso a data 7 de Setembro representa para nós, um dia inoredouro. E em cada coração brasileiro vibra aquele entusiasmo dos que ouviram o grito da independência.

DANILCE — 11 Anos.

Grito do Ipiranga

Tenho diante de meus olhos o belo quadro do grande pintor Pedro Americo, representa ele um riacho, que se chama Riacho do Ipiranga, banhando uma colina onde vejo uma porção de cavaleiros fardados com vistosos uniformes.

Em minha imaginação e com a explicação dada pela minha professora revejo todo o ato da nossa Independencia.

Procuro no meio desses cavaleiros aquele que deu o brado que reboou por todo o mundo anunciando que o Brasil se fizera Independente de Portugal.

Dentre os cavaleiros destaco um que pelo seu gesto altivo reconheço, sei o que o teria dado o brado de Independência ou Morte, esse brado conhecido tambem por Grito do Ipiranga. Sim! o reconheci não somente por seu gesto, mas, porque tambem sinto dentro de mim, igual o entusiasmo que o animava naquela hora em que de seu chapeu arrancou o laço com as cores nacionaes colocando em seu logar uma fôlha de um arbusto, hoje conhecida pelo nome de árvore da Independência, cujas fôlhas são verde e amarelo as cores do Brasil, gritando Independencia ou Morte.

O sol dourava o monte e o riacho, como que compartilhava o espirito daquele que naquele dia tornava o Brasil independente, dando ao mundo a mais bela Pátria.

Pelo govêrno foi construido a margem do Riacho do Ipiranga, no local onde se verificou o grandioso acontecimento, um edificio onde está instalado o Museu do Ipiranga.

Meus colegas como naquele 7 de Setembro; neste que se aproxima, o mesmo sol que nele brilhou, brilhará tambem para encher de alegria nossos corações de brasileiros, que continuaremos a bradar Independência ou Morte.

(Aluno Jaime dos Santos, 2º ano — Idade 9 Anos).

Sem instrução não ha civilisação

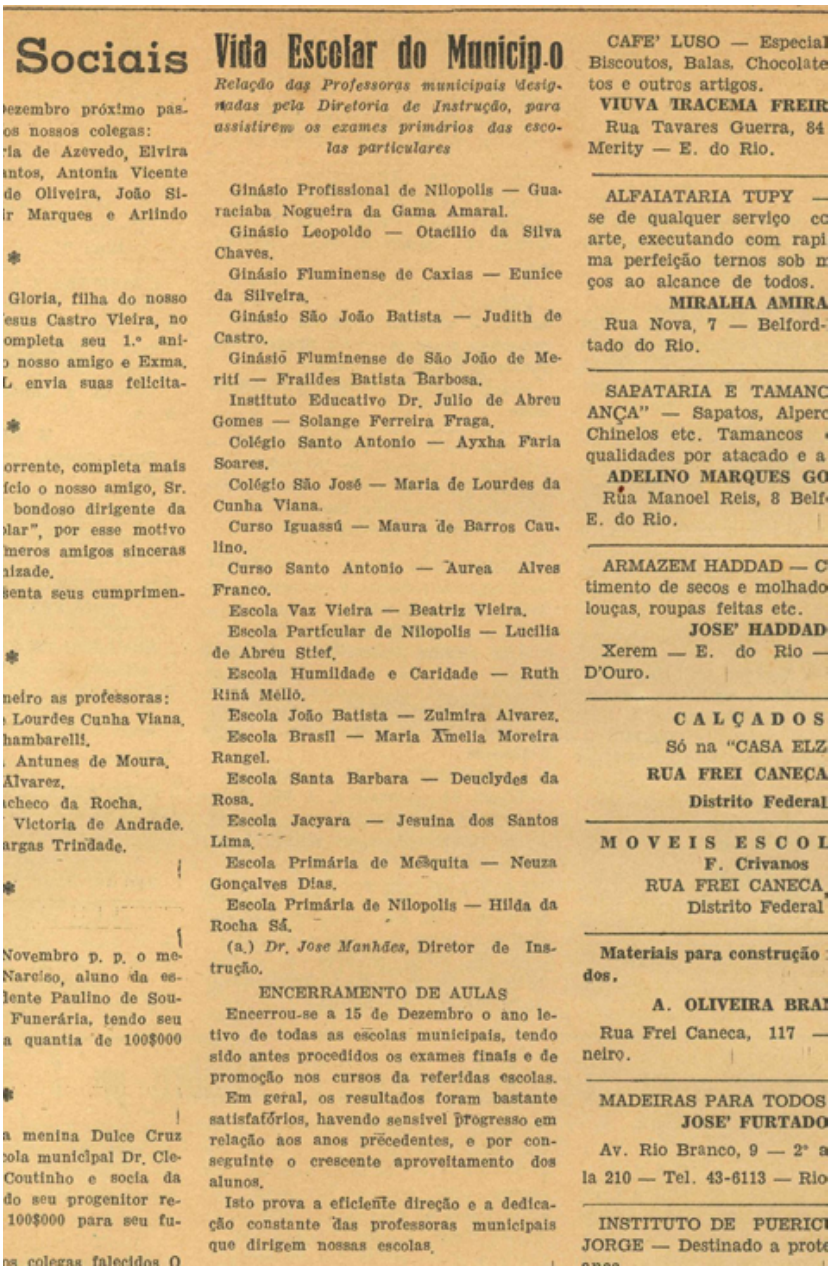
Fonte: Coleção Aurélia Braga. Cempre. A segunda edição é comemorativa da Independência e contém seis páginas

No cabeçalho, já incorporado o seu expediente, podem-se ler três nomes de seus alunos mais velhos, de 16, 14 anos e 12 anos, respectivamente. Como diretor, Mariano José dos Passos; secretário, Laudelino Gonçalves Gato; e tesoureiro, Carlos Vicente. Todos os três pertencentes a grupos familiares em que outros membros também aparecem assinando matérias, evidências de que deveria haver convívio e a assistência familiar nas práticas de leitura e escrita nesses grupos (LINS E SILVA, 2007). Aurélia coloca-se como fundadora, o que já pressupõe o seu papel de editora, porém não é ela quem assina os editoriais. Há o preço de capa; o local responsável pela publicação, no caso a Escola Municipal Prof. Paris, com seu primeiro endereço, na Francisco Sá, ao lado de onde, nessa época, residia a professora; o município e o estado, sede do jornal;

ano, número da publicação e nome do jornal em caixa e fonte que criam uma identidade visual. Todas as edições mantêm essa identidade, embora a diagramação de alguns demonstre que talvez não tenham sido feitos com o mesmo apuro, pelo mesmo tipógrafo. Não há em nenhuma edição informações sobre a sua tiragem, o que dificulta saber exatamente a quantidade do seu público-alvo.

Havia a coluna do diretor, o editorial, essa sempre à esquerda da primeira página; colunas, duas delas, dedicadas à crítica e à censura, sob os títulos de "Crítica Escolar", e "Tesoura Escolar"; as "Notas Sociais"; a publicação de trechos do livro *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manoel Bonfim, em sequência, como capítulos de novela. Apesar de ter passado a órgão oficial da Educação do município a partir da quarta edição, desde a primeira havia a coluna intitulada "Vida Escolar do Município", que dava conta das exonerações, das licenças e dos abonos, e de tudo o que dizia respeito às relações de trabalho do professorado e dos trabalhadores da Educação em geral, o que pode indicar que se tornar imprensa oficial era um objetivo almejado desde a sua criação, o que evidencia que, apesar do nome, não era um periódico feito por crianças. Na edição número 6, a coluna anuncia o fim do semestre e as provas aplicadas para todos os alunos das escolas particulares do município, com seus locais e professoras responsáveis por essa avaliação padronizada.

Figura 13.3 – Coluna "Vida Escolar no Município"



Sociais

ezembro próximo pas-
os nossos colegas:
ia de Azevedo, Elvira
ntos, Antonia Vicente
de Oliveira, João Si-
r Marques e Arlindo

*

Gloria, filha do nosso
esus Castro Vieira, no
ompleta seu 1.º ani-
o nosso amigo e Exma.
L envia suas felicita-

*

orrente, completa mais
ício o nosso amigo, Sr.
bondoso dirigente da
lar", por esse motivo
meros amigos sinceras
nizade.
enta seus cumprimen-

*

neiro as professoras:
Lourdes Cunha Viana.
hambarelli.
Antunes de Moura.
Alvarez.
checo da Rocha.
Victoria de Andrade.
argas Trindade.

*

Novembro p. p. o me-
Narciso, aluno da es-
lente Paulino de Sou-
Funerária, tendo seu
a quantia de 100$000

*

a menina Dulce Cruz
ola municipal Dr. Cle-
Coutinho e socia da
do seu progenitor re-
100$000 para seu fu-

os colegas falecidos O

Vida Escolar do Municipio

Relação das Professoras municipais designadas pela Diretoria de Instrução, para assistirem os exames primários das escolas particulares

Ginásio Profissional de Nilopolis — Guaraciaba Nogueira da Gama Amaral.
Ginásio Leopoldo — Otacilio da Silva Chaves.
Ginásio Fluminense de Caxias — Eunice da Silveira.
Ginásio São João Batista — Judith de Castro.
Ginásio Fluminense de São João de Meriti — Fraildes Batista Barbosa.
Instituto Educativo Dr. Julio de Abreu Gomes — Solange Ferreira Fraga.
Colégio Santo Antonio — Ayxha Faria Soares.
Colégio São José — Maria de Lourdes da Cunha Viana.
Curso Iguassú — Maura de Barros Caulino.
Curso Santo Antonio — Aurea Alves Franco.
Escola Vaz Vieira — Beatriz Vieira.
Escola Particular de Nilopolis — Lucilia de Abreu Stief.
Escola Humildade e Caridade — Ruth Rinà Mello.
Escola João Batista — Zulmira Alvarez.
Escola Brasil — Maria Amelia Moreira Rangel.
Escola Santa Barbara — Deuclydes da Rosa.
Escola Jacyara — Jesuina dos Santos Lima.
Escola Primária de Mesquita — Neuza Gonçalves Dias.
Escola Primária de Nilopolis — Hilda da Rocha Sá.

(a.) *Dr. Jose Manhães*, Diretor de Instrução.

ENCERRAMENTO DE AULAS

Encerrou-se a 15 de Dezembro o ano letivo de todas as escolas municipais, tendo sido antes procedidos os exames finais e de promoção nos cursos da referidas escolas.

Em geral, os resultados foram bastante satisfatórios, havendo sensivel progresso em relação aos anos precedentes, e por conseguinte o crescente aproveitamento dos alunos.

Isto prova a eficiente direção e a dedicação constante das professoras municipais que dirigem nossas escolas.

CAFE' LUSO — Especial
Biscoutos, Balas, Chocolate
tos e outros artigos.
VIUVA TRACEMA FREIR
Rua Tavares Guerra, 84
Merity — E. do Rio.

ALFAIATARIA TUPY —
se de qualquer serviço co
arte, executando com rapi
ma perfeição ternos sob n
ços ao alcance de todos.
MIRALHA AMIRA
Rua Nova, 7 — Belford-
tado do Rio.

SAPATARIA E TAMANC
ANÇA" — Sapatos, Alperc
Chinelos etc. Tamancos
qualidades por atacado e a
ADELINO MARQUES GO
Rua Manoel Reis, 8 Belf
E. do Rio.

ARMAZEM HADDAD — C
timento de secos e molhado
louças, roupas feitas etc.
JOSE' HADDAD
Xerem — E. do Rio —
D'Ouro.

CALÇADOS
Só na "CASA ELZ
RUA FREI CANECA
Distrito Federal

MOVEIS ESCOL
F. Crivanos
RUA FREI CANECA
Distrito Federal

Materiais para construção
dos.
A. OLIVEIRA BRA
Rua Frei Caneca, 117 —
neiro.

MADEIRAS PARA TODOS
JOSE' FURTADO
Av. Rio Branco, 9 — 2º a
la 210 — Tel. 43-6113 — Rio

INSTITUTO DE PUERICU
JORGE — Destinado a prote

Fonte: Edição n.º 6, p. 5. Coleção Aurélia Braga. Acervo de *O Infantil*. Cempre

Entre os guardados, também as correspondências oficiais, não só as que tratavam das informações da prefeitura, afeitas à Educação, a serem publicadas, mas principalmente agradecimentos de autoridades pelo envio do impresso, como o do então oficial de gabinete do presidente Getúlio Vargas, Décio Coimbra, endereçado à Aurélia, datado de 2 de setembro de 1939, mas que só existe como manuscrito transcrito do documento original, por Aurélia - que pode ter sido publicado na edição, perdida, de outubro.

Já no segundo número, de setembro, *O Infantil* publicava na íntegra a correspondência enviada pelo temido, e então poderoso, chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, endereçada ao diretor de Instrução de Nova Iguaçu Dr. José Manhães. A correspondência oficial agradecia ao responsável por enviar-lhe o primeiro número de *O Infantil*. Entretanto, o ofício original não faz parte das correspondências de Müller constantes do acervo do CPDOC, e no acervo do periódico há apenas a transcrição feita por Aurélia. A matéria foi publicada na coluna sob o título de "Publicações necessárias".

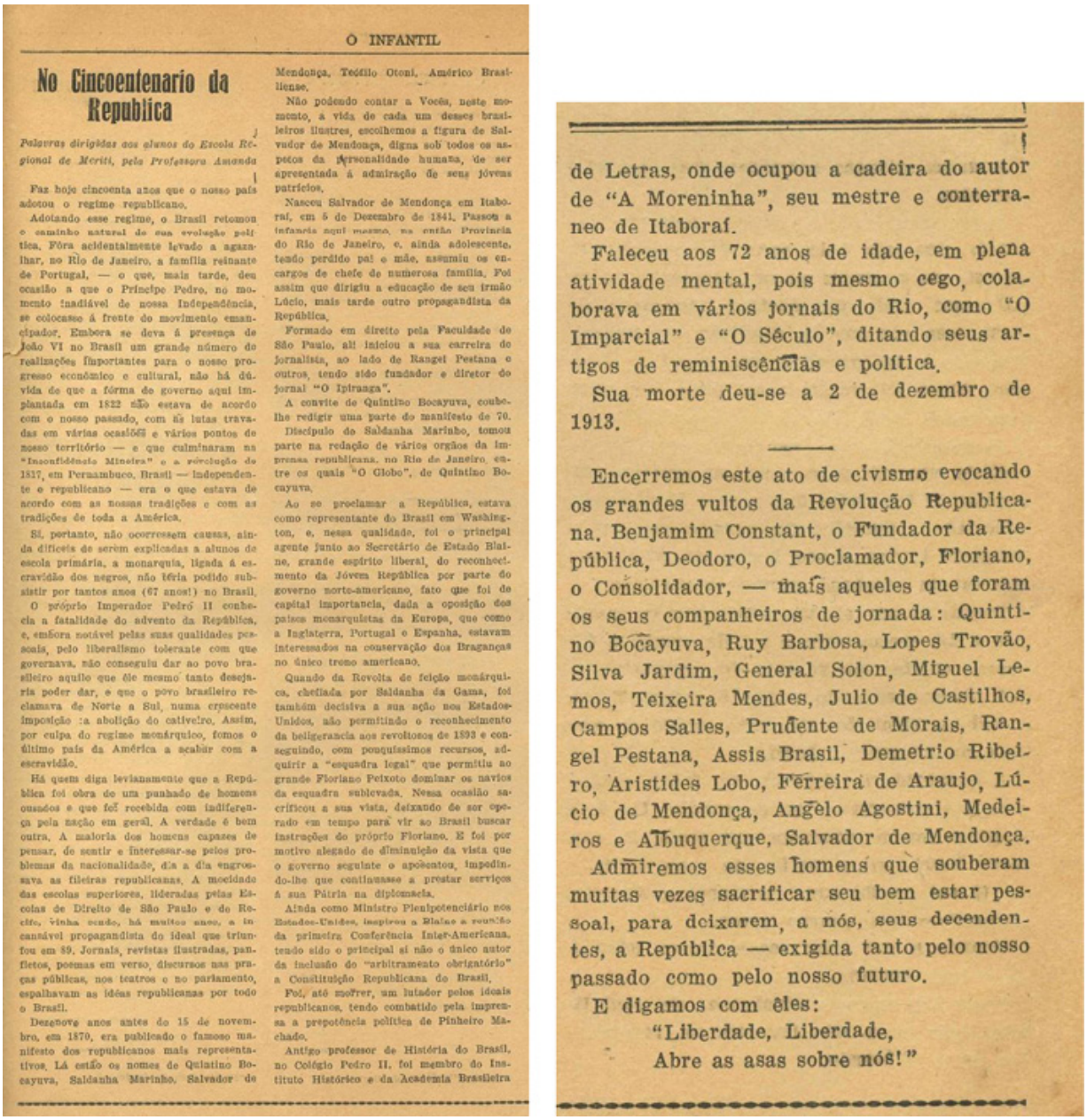
No quarto número do jornal escolar, de novembro, na mesma coluna, é publicado que Filinto Müller enviou carta de agradecimento à Aurélia pelo encaminhamento do periódico escolar, fazendo "votos pela patriótica colaboração de *O Infantil*". No Estado Novo, Müller, além de chefe de Polícia do Distrito Federal, era responsável pelo Departamento de Impresa e Propaganda (DIP), que fazia suas próprias publicações, em geral propagandas do governo. O DIP também tinha a incumbência de receber tudo que a imprensa publicava, inclusive jornais produzidos nas escolas. Na sequência da matéria, foi publicada na íntegra carta do então diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, Abgar Renault, datada de 7 de outubro de 1939, enviada ao diretor de *O Infantil,* Mariano dos Passos (Coleção Aurélia Braga. Acervo de *O Infantil*. Cempre).

Nos arquivos do Cempre, não consta o texto original enviado por Armanda Álvaro Alberto, que foi publicado na íntegra, à página 3 em duas colunas, na edição número 6 de *O Infantil*, sobre o cinquentenário da Proclamação da República. Como citou o colunista anônimo da "Tesoura Escolar", à página 4 desse número: "Recebemos a conferência intitulada 'No cincoentenario da Republica'. A tesoura desta vez não funcionou, ao contrário, com justiça agradece à professora Armanda Álvaro, da Escola de Merity, seu belo trabalho, que é sem dúvida um atestado honroso para o nosso O INFANTIL". (Coleção Aurélia Braga. Acervo de *O Infantil*. Cempre).

Como desde a edição de novembro o periódico passou a ser órgão oficial da Educação do município, as escolas de todos os distritos, e do então distrito de Caxias, também faziam parte do grupo ao qual se destinava o periódico. A Escola Regional de Merity deveria, portanto, receber também o jornal editado por Aurélia, e, mesmo oferecendo uma pedagogia diferenciada das demais,

também seus alunos eram submetidos aos exames procedidos pela Diretoria de Instrução do município[114].

Figura 13.4 – "No cincoentenario da Republica", Armanda Álvaro Alberto. Publicação de *O Infantil* n.º 6, página 3



O INFANTIL

No Cincoentenario da Republica

Palavras dirigidas aos alunos do Escola Regional de Meriti, pela Professora Amanda

Faz hoje cincoenta anos que o nosso país adotou o regime republicano.

Adotando esse regime, o Brasil retomou o caminho natural de sua evolução política. Fôra acidentalmente levado a agazalhar, no Rio de Janeiro, a família reinante de Portugal, — o que, mais tarde, deu ocasião a que o Príncipe Pedro, no momento inadiável de nossa Independência, se colocasse á frente do movimento emancipador. Embora se deva á presença de João VI no Brasil um grande número de realizações importantes para o nosso progresso econômico e cultural, não há dúvida de que a fórma de governo aqui implantada em 1822 não estava de acordo com o nosso passado, com as lutas travadas em várias ocasiões e vários pontos de nosso território — e que culminaram na "Inconfidência Mineira" e a rebelião de 1817, em Pernambuco. Brasil — independente e republicano — era o que estava de acordo com as nossas tradições e com as tradições de toda a América.

Si, portanto, não ocorressem causas, ainda difíceis de serem explicadas a alunos de escola primária, a monarquia, ligada á escravidão dos negros, não teria podido subsistir por tantos anos (67 anos!) no Brasil.

O próprio Imperador Pedro II conhecia a fatalidade do advento da República, e, embora notável pelas suas qualidades pessoais, pelo liberalismo tolerante com que governava, não conseguiu dar ao povo brasileiro aquilo que êle mesmo tanto desejaria poder dar, e que o povo brasileiro reclamava de Norte a Sul, numa crescente imposição :a abolição do cativeiro. Assim, por culpa do regime monárquico, fomos o último país da América a acabar com a escravidão.

Há quem diga levianamente que a República foi obra de um punhado de homens ousados e que foi recebida com indiferença pela nação em geral. A verdade é bem outra. A maioria dos homens capazes de pensar, de sentir e interessar-se pelos problemas da nacionalidade, dia a dia engrossava as fileiras republicanas. A mocidade das escolas superiores, lideradas pelas Escolas de Direito de São Paulo e do Recife, vinha sendo, há muitos anos, a incansável propagandista do ideal que triunfou em 89. Jornais, revistas ilustradas, panfletos, poemas em verso, discursos nas praças públicas, nos teatros e no parlamento, espalhavam as idéas republicanas por todo o Brasil.

Dezenove anos antes do 15 de novembro, em 1870, era publicado o famoso manifesto dos republicanos mais representativos. Lá estão os nomes de Quintino Bocayuva, Saldanha Marinho, Salvador de Mendonça, Teófilo Otoni, Américo Brasiliense.

Não podendo contar a Vocês, neste momento, a vida de cada um desses brasileiros ilustres, escolhemos a figura de Salvador de Mendonça, digna sob todos os aspectos da personalidade humana, de ser apresentada á admiração de seus jóvens patrícios.

Nasceu Salvador de Mendonça em Itaboraí, em 5 de Dezembro de 1841. Passou a infancia aqui mesmo, na então Provincia do Rio de Janeiro, e, ainda adolescente, tendo perdido pai e mãe, assumiu os encargos de chefe de numerosa família. Foi assim que dirigiu a educação de seu irmão Lúcio, mais tarde outro propagandista da República.

Formado em direito pela Faculdade de São Paulo, ali iniciou a sua carreira de jornalista, ao lado de Rangel Pestana e outros, tendo sido fundador e diretor do jornal "O Ipiranga".

A convite de Quintino Bocayuva, coube-lhe redigir uma parte do manifesto de 70.

Discípulo de Saldanha Marinho, tomou parte na redação de vários orgãos da imprensa republicana, no Rio de Janeiro, entre os quais "O Globo", de Quintino Bocayuva.

Ao se proclamar a República, estava como representante do Brasil em Washington, e, nessa qualidade, foi o principal agente junto ao Secretário de Estado Blaine, grande espírito liberal, do reconhecimento da Jóvem República por parte do governo norte-americano, fato que foi de capital importancia, dada a oposição dos países monarquistas da Europa, que como a Inglaterra, Portugal e Espanha, estavam interessados na conservação dos Braganças no único trono americano.

Quando da Revolta de feição monárquica, chefiada por Saldanha da Gama, foi também decisiva a sua ação nos Estados-Unidos, não permitindo o reconhecimento da beligerancia aos revoltosos de 1893 e conseguindo, com poquíssimos recursos, adquirir a "esquadra legal" que permitiu ao grande Floriano Peixoto dominar os navios da esquadra sublevada. Nessa ocasião sacrificou a sua vista, deixando de ser operado em tempo para vir ao Brasil buscar instrações do próprio Floriano. E foi por motivo alegado de diminuição da vista que o governo seguinte o aposentou, impedindo-lhe que continuasse a prestar serviços á sua Pátria na diplomacia.

Ainda como Ministro Plenipotenciário nos Estados-Unidos, inspirou a Blaine a reunião da primeira Conferência Inter-Americana, tendo sido o principal si não o único autor da inclusão do "arbitramento obrigatório" a Constituição Republicana do Brasil.

Foi, até morrer, um lutador pelos ideais republicanos, tendo combatido pela imprensa a prepotência política de Pinheiro Machado.

Antigo professor de História do Brasil, no Colégio Pedro II, foi membro do Instituto Histórico e da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira do autor de "A Moreninha", seu mestre e conterraneo de Itaboraí.

Faleceu aos 72 anos de idade, em plena atividade mental, pois mesmo cego, colaborava em vários jornais do Rio, como "O Imparcial" e "O Século", ditando seus artigos de reminiscências e política.

Sua morte deu-se a 2 de dezembro de 1913.

Encerremos este ato de civismo evocando os grandes vultos da Revolução Republicana, Benjamim Constant, o Fundador da República, Deodoro, o Proclamador, Floriano, o Consolidador, — mais aqueles que foram os seus companheiros de jornada: Quintino Bocayuva, Ruy Barbosa, Lopes Trovão, Silva Jardim, General Solon, Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Julio de Castilhos, Campos Salles, Prudente de Morais, Rangel Pestana, Assis Brasil, Demetrio Ribeiro, Aristides Lobo, Ferreira de Araujo, Lúcio de Mendonça, Angelo Agostini, Medeiros e Albuquerque, Salvador de Mendonça.

Admiremos esses homens que souberam muitas vezes sacrificar seu bem estar pessoal, para deixarem, a nós, seus decendentes, a República — exigida tanto pelo nosso passado como pelo nosso futuro.

E digamos com êles:

"Liberdade, Liberdade,
Abre as asas sobre nós!"

Fonte: Coleção Aurélia Braga. Acervo de *O Infantil*. Cempre

A professora Armanda Álvaro Alberto, nesse texto, reafirma sua opção republicana sem, entretanto, deixar de denunciar sutilmente o regime ditatorial ao qual estavam submetidos. "Liberdade/ Liberdade/ Abre as asas

sobre nós", aparentemente o trecho do hino republicano é uma inocente anotação totalmente pertinente à homenagem ao cinquentenário. Segundo as pesquisas de Mignot (2002, p. 276, grifo do autor), a educadora:

> [...] não ficou imune à exacerbação do autoritarismo. Na *"onda de terror"* para conter e combater a subversão social, o governo não se detinha diante de nada que representasse ameaça à ordem: *"a selvageria policial não respeitou nem categoria, social ou política, nem idade nem sexo"*. As mulheres não escaparam da censura, perseguições, prisões.

Isso permite pensar sobre a violência com que foram combatidas e vistas como "subversivas" quaisquer ações entendidas como contrárias ao regime, e as estratégias utilizadas para que se continuasse o exercício de algum tipo de liberdade de expressão, nesse período, por aqueles que mantinham sua cultura política.

Dos poucos textos assinados por adultos publicados no periódico, consta também o texto da professora Maria de Lourdes Costa Viana, da Escola Dr. Francisco Portela[115], nessa mesma edição de número 5, que trata do tema exames escolares, defendendo uma visão menos "tradicional", que chamou de práticas "medievais", no momento de se proceder a esses exames, buscando com seus argumentos, e citando Binet, apelar às colegas que participavam das bancas de exame em todo município para um proceder "mais amistoso e menos aterrorizante" aos alunos na hora dos exames. O periódico era responsável por divulgar as bancas examinadoras as quais se submetiam os alunos ao término do curso primário, função anteriormente exercida somente pelo *Correio da Lavoura*, maior jornal da região.

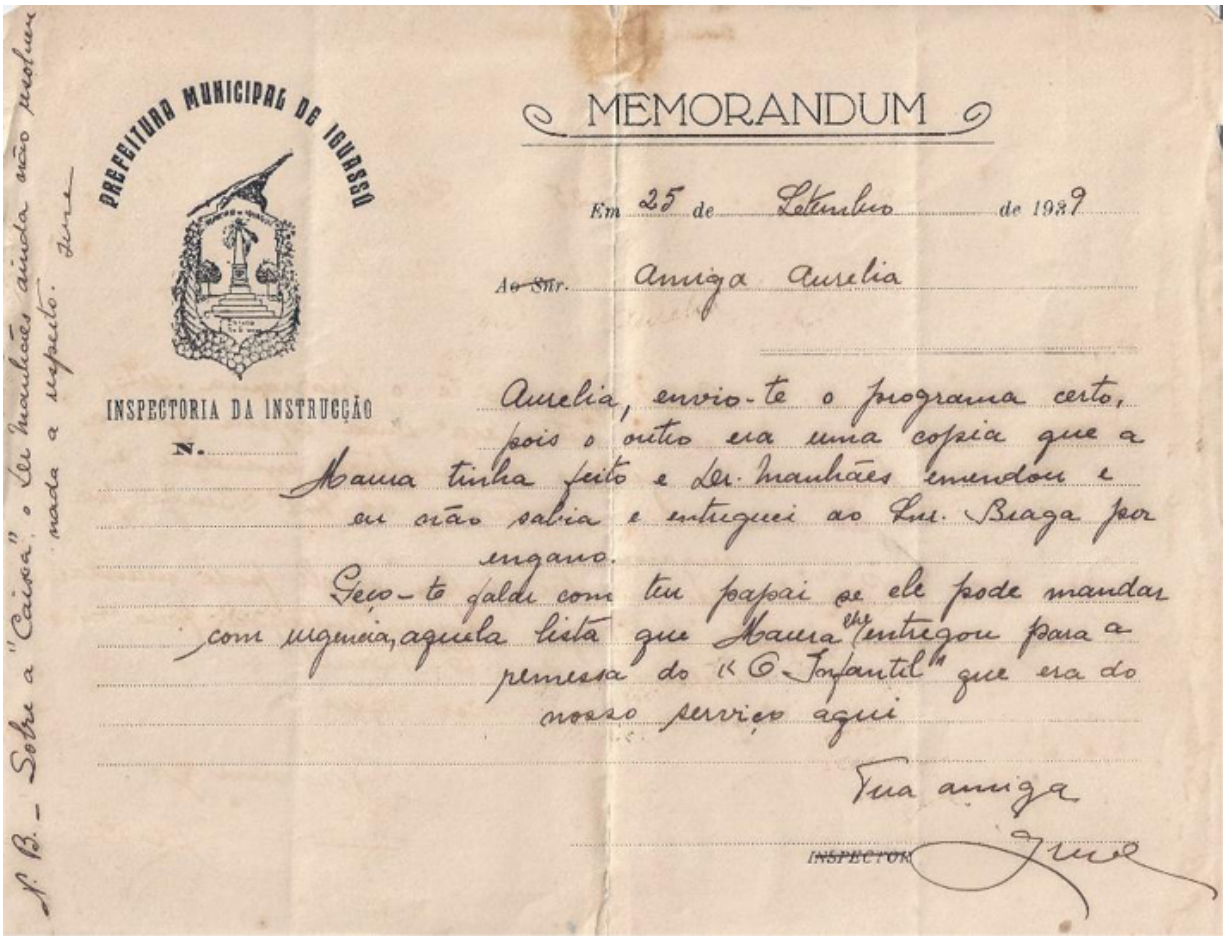
Com as novas funções incorporadas ao *O Infantil*, era necessário, portanto, que ele sofresse algumas modificações e fizesse concessões à publicação das escritas de outros, que não somente as das crianças. Ainda assim, foi mantida a linha editorial que o iniciou em agosto, publicando a maioria das matérias assinadas pelos alunos. O hibridismo do jornal fica notório, mas ele continua sendo órgão da Escola Municipal Prof. Paris.

Outro texto não infantil, da professora Judith de Castro, também publicado na edição de número 5, descreve uma homenagem de um grupo de professoras do município prestada à esposa do então diretor de Instrução, Sr.ª Dulcília de Campos Manhães, e é mais uma evidência de como o periódico servia aos

propósitos de estabelecimento e ampliação das redes de relações entre Aurélia, as professoras e o governo municipal.

Os grandes financiadores da publicação constituíam-se em pequenos comerciantes locais, cujos filhos, provavelmente, eram alunos das escolas onde a professora atuava. Entretanto, a mais ilustre financiadora de *O Infantil* era a Inspetoria de Instrução de Nova Iguaçu. Na coleção de documentos pertencente aos acervos do Cempre, não há contratos ou recibos nem livro-caixa do periódico, nada que indique qual era o montante dos subsídios pagos pelo governo pelas publicações. Apenas correspondências com o teor do que deveria ser publicado. Dentre esses documentos, é possível depreender que a comunicação era informal, e que o Sr. Álvaro Lisboa Braga, pai de Aurélia, era quem fazia a parte comercial do jornal. Provavelmente também era responsável por vender espaços de propaganda. Em observação, no canto esquerdo do memorando encaminhado à Aurélia, vê-se uma anotação da remetente, que menciona a "Caixa". A funcionária pode estar se referindo ao pagamento pelos serviços do jornal, ou à Caixa Escolar e a alguma questão referente a esta. Entretanto, as aspas permitem pensar na primeira hipótese.

Figura 13.5 – Memorando da Inspetoria de Instrução de Nova Iguaçu sobre *O Infantil*



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUASSÚ

INSPECTORIA DA INSTRUCÇÃO

N.

MEMORANDUM

Em 25 de Setembro de 1939

Ao Snr. Amiga Aurelia

Aurelia, envio-te o programa certo, pois o outro era uma copia que a Maria tinha feito e Dr. Manhães emendou e eu não sabia e entreguei ao Snr. Braga por engano.

Peço-te saldar com teu papai se ele pode mandar com urgencia, aquela lista que Maria lhe entregou para a remessa do «O Infantil» que era do nosso serviço aqui

Tua amiga

INSPECTOR

P. S. - Sobre a "Caixa" o Dr. Manhães ainda não resolveu nada a respeito. Jun

Fonte: comunicação da "Inspectoria da Instrucção", dirigida pelo Dr. José Manhães. Coleção Aurélia Braga. Cempre

A informalidade da correspondência evidencia as relações entre o órgão de Educação, os funcionários do órgão e a professora, reafirmando a rapidez com que Aurélia conquistou vários espaços na cena pública do principal e maior município da Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo, é possível perceber que ela carreava para o nono distrito um importante lugar nesse cenário, até então somente ocupado por jornal do município-sede. O capital social conquistado pela professora e seu periódico repercutia nesses negócios locais, que por esse período prosperavam, porque:

> No hay experiencia de la posición ocupada en el macrocosmos social que no esté determinada o, al menos no sea modificada, por el efecto directamente experimentado de las interacciones sociales dentro de esos microcosmos sociales: officina, taller, pequeña empresa, vecindario, y también familia extensa. (BOURDIEU, 1999, p. 10).

Os pequenos comerciantes e profissionais liberais se fortaleciam como classe média local, ao mesmo tempo que cresciam em prestígio e resultados as iniciativas de Aurélia. É possível perceber, assim, que essas experiências vividas no microcosmo das famílias, das pequenas empresas, nas escolas e vizinhanças repercutiam e ampliavam o capital social do grupo. A obstinação da professora na promoção de suas ações para edição de *O Infantil* não foi em vão.

13.2 EDITORIAIS E SUAS PAUTAS

Os três primeiros editoriais encontrados, assinados pelo jovem diretor do periódico em questão, abordam assuntos esperados, de praxe nesse tipo de publicação, como o anúncio dos seus objetivos, as repercussões do seu lançamento e o acontecimento de ter se tornado órgão oficial da imprensa nos assuntos da Educação, recebendo algum subsídio da Prefeitura de Nova Iguaçu para as publicações. Na edição de n.º 5, entretanto, um tema foge à pauta trivial, um fato local deixa perceber como o assunto é olhado pela rede social de Aurélia. Sob o título de "Infortunio", o editorial relata o assassinato da professora Felismina Vieira do Espírito Santo como crime passional, dentro da EM Prof. Paris, diante dos seus alunos, em novembro de 1939.

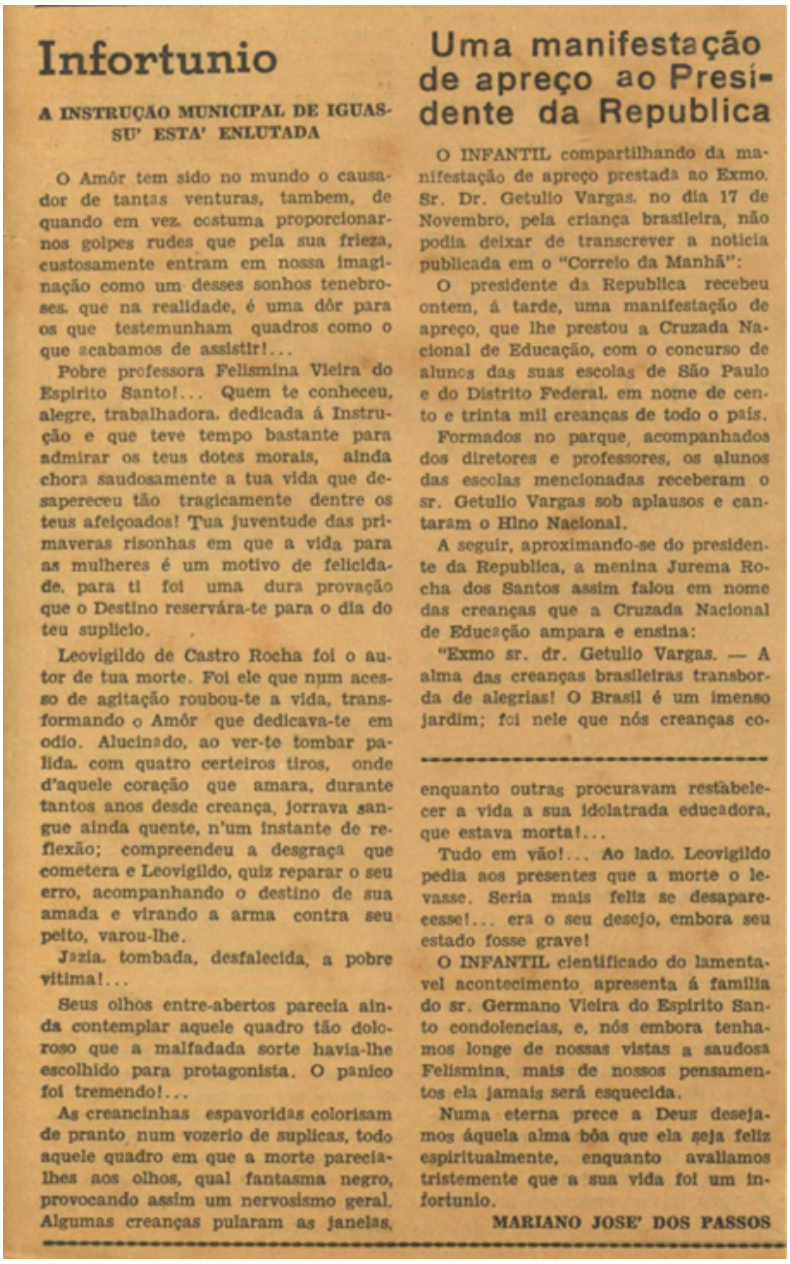
A tragédia do assassinato da professora Felismina não foi lembrada por nenhum dos entrevistados, ex-alunos e contemporâneos, considera-se como uma memória apagada. Belford Roxo foi palco de alguns crimes passionais que marcaram sua história, porém a morte da professora diante das crianças da Prof. Paris, onde lecionava, não foi mencionada nas entrevistas e, ao contrário, causou espanto a estes quando mencionada. O editorial trata como fatalidade o fato de Leovigildo de Castro Rocha ter entrado na escola e desferido quatro tiros certeiros que atingiram a professora, matando-a na hora. Descreve que o autor desses tiros ainda tentou suicidar-se atirando contra o próprio peito. Percebe-se no editorial uma certa compaixão pela agonia do assassino, que, afinal, não morreu.

A década de 1930, em muitas cidades do Brasil, representa um período de surgimento de uma sociedade urbano-industrial e o consequente enfraquecimento dos laços familiares, pois que propiciaria às mulheres a descoberta e a possibilidade de novas aspirações e escolhas, o que intensificaria os conflitos entre os sexos (GOMES; IOTTI, 2012). Ainda lembram esses

autores as afirmações de Boris Fausto, para quem a criminalidade expressa tanto uma relação individual como uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais. A maneira como o editorial trata o assassinato da professora Felismina pode ser indicativa de como a comunidade via as mulheres e sua participação na nova ordem social nesse momento em Belford Roxo e na Baixada Fluminense. "Isso, de certa forma, significa dizer que um homem mata a sua mulher quando 'considera que não há mais como controlar a mulher e seu todo, tanto o corpo como seus desejos, pensamentos e sentimentos'" (GOMES; IOTTI, 2012, p. 269).

Nas primeiras décadas do século XX, houve um aumento do número de crimes passionais, principalmente nas cidades Rio de Janeiro e São Paulo, e os jornais publicavam-no com grande interesse, o que de certa forma influenciou a filmografia do período no Brasil, que em seus primórdios já retratava esse tipo de assassinato. Mas outros meios de comunicação começaram a se preocupar com a situação; assim, a "*Revista Feminina* e outras publicações da época contribuíram para o surgimento, no Brasil, de uma campanha "para acabar com a tolerância aos crimes da paixão" (GOMES; IOTTI, 2012, p. 272). A campanha surge em 1925, liderada por promotores públicos como Roberto Lyra, Carlos Sussekind de Mendonça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Lourenço de Mattos Borges, e organizada pelo Conselho Brasileiro de Higiene Social (CBHS). A campanha alcança sua vitória mais significativa em 1940, com o novo Código Penal.

Figura 13.6 – *O Infantil* n. 5, editorial "Infortunio", assassinato da Prof.ª Felismina



Infortunio

A INSTRUÇÃO MUNICIPAL DE IGUASSU' ESTA' ENLUTADA

O Amôr tem sido no mundo o causador de tantas venturas, tambem, de quando em vez costuma proporcionar-nos golpes rudes que pela sua frieza, custosamente entram em nossa imaginação como um desses sonhos tenebrosos, que na realidade, é uma dôr para os que testemunham quadros como o que acabamos de assistir!...

Pobre professora Felismina Vieira do Espirito Santo!... Quem te conheceu, alegre, trabalhadora, dedicada á Instrução e que teve tempo bastante para admirar os teus dotes morais, ainda chora saudosamente a tua vida que desapareceu tão tragicamente dentre os teus afeiçoados! Tua juventude das primaveras risonhas em que a vida para as mulheres é um motivo de felicidade, para ti foi uma dura provação que o Destino reservára-te para o dia do teu suplicio.

Leovigildo de Castro Rocha foi o autor de tua morte. Foi ele que num acesso de agitação roubou-te a vida, transformando o Amôr que dedicava-te em odio. Alucinado, ao ver-te tombar pallida, com quatro certeiros tiros, onde d'aquele coração que amara, durante tantos anos desde creança, jorrava sangue ainda quente, n'um instante de reflexão; compreendeu a desgraça que cometera e Leovigildo, quiz reparar o seu erro, acompanhando o destino de sua amada e virando a arma contra seu peito, varou-lhe.

Jazia, tombada, desfalecida, a pobre vitima!...

Seus olhos entre-abertos parecia ainda contemplar aquele quadro tão doloroso que a malfadada sorte havia-lhe escolhido para protagonista. O panico foi tremendo!...

As creancinhas espavoridas colorisam de pranto num vozerio de suplicas, todo aquele quadro em que a morte parecia-lhes aos olhos, qual fantasma negro, provocando assim um nervosismo geral. Algumas creanças pularam as janelas,

Uma manifestação de apreço ao Presidente da Republica

O INFANTIL compartilhando da manifestação de apreço prestada ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, no dia 17 de Novembro, pela criança brasileira, não podia deixar de transcrever a noticia publicada em o "Correio da Manhã":

O presidente da Republica recebeu ontem, á tarde, uma manifestação de apreço, que lhe prestou a Cruzada Nacional de Educação, com o concurso de alunos das suas escolas de São Paulo e do Distrito Federal, em nome de cento e trinta mil creanças de todo o país.

Formados no parque, acompanhados dos diretores e professores, os alunos das escolas mencionadas receberam o sr. Getulio Vargas sob aplausos e cantaram o Hino Nacional.

A seguir, aproximando-se do presidente da Republica, a menina Jurema Rocha dos Santos assim falou em nome das creanças que a Cruzada Nacional de Educação ampara e ensina:

"Exmo sr. dr. Getulio Vargas. — A alma das creanças brasileiras transborda de alegrias! O Brasil é um imenso jardim; foi nele que nós creanças co-

---

enquanto outras procuravam restabelecer a vida a sua idolatrada educadora, que estava morta!...

Tudo em vão!... Ao lado, Leovigildo pedia aos presentes que a morte o levasse. Seria mais feliz se desapareceese!... era o seu desejo, embora seu estado fosse grave!

O INFANTIL cientificado do lamentavel acontecimento, apresenta á familia do sr. Germano Vieira do Espirito Santo condolencias, e, nós embora tenhamos longe de nossas vistas a saudosa Felismina, mais de nossos pensamentos ela jamais será esquecida.

Numa eterna prece a Deus desejamos áquela alma bôa que ela seja feliz espiritualmente, enquanto avaliamos tristemente que a sua vida foi um infortunio.

MARIANO JOSE' DOS PASSOS

Fonte: Coleção Aurélia Braga. Acervo de *O Infantil*. Cempre

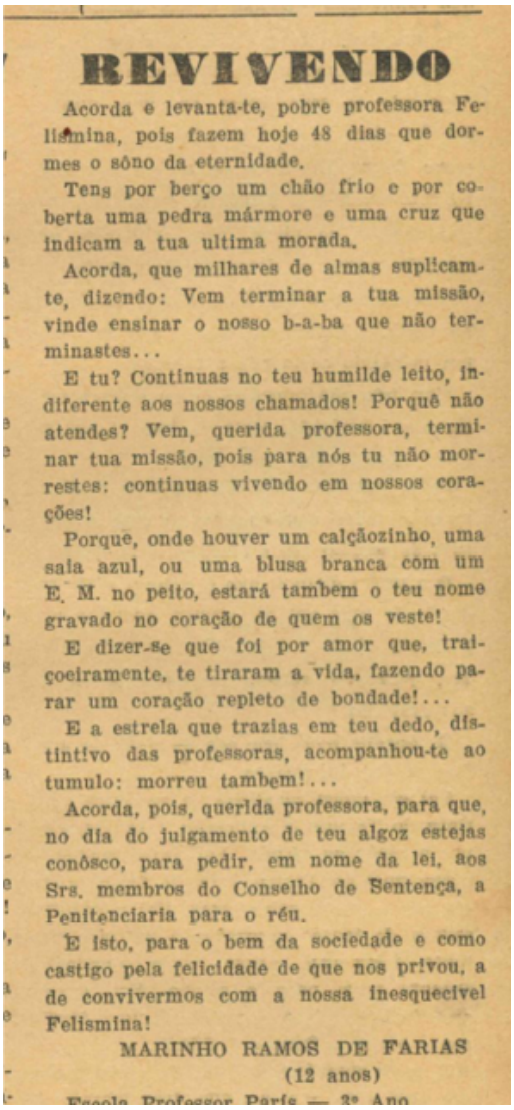
A vida da professora Felismina foi subtraída em um momento de transição de configurações na sociedade. Assim:

> A vida das professoras, como de qualquer pessoa, nunca coincide completamente com uma época, e sempre se defronta com sucessivas mudanças, com configurações que emergem e submergem no decorrer de várias décadas. Não obstante, é interessante ressaltar aqueles aspectos da vida das mulheres que refletem — e ajudaram a formar — os contornos das tensões nas relações que lhes coube viver. (ROCKWELL, 2008, p. 320, tradução nossa).

A história da colega de trabalho de Aurélia na Escola Municipal Professor Paris reflete o enfrentamento dessa questão que estava em vigor na sociedade, e a forma como *O Infantil* primeiramente aborda seu assassinato segue o pensamento vigente até então, ou seja, encara-a como um "infortúnio". Embora relembrando a conduta moral acima de suspeitas da professora, de uma certa maneira o editorial evidencia um compadecimento pelo assassino que tenta suicidar-se. Como era comum nesses casos descritos nos trabalhos dos pesquisadores citados, o criminoso, após o homicídio, atenta contra a própria vida, o que também reforça sua característica de crime passional.

Contrastando com esse texto do editorial, na próxima edição do periódico, é publicada a matéria do aluno Marinho Ramos de Farias.

Figura 13.7 – Ed. n.º 6 de *O Infantil*. Texto do aluno Marinho sobre a morte da professora Felismina



REVIVENDO

Acorda e levanta-te, pobre professora Felismina, pois fazem hoje 48 dias que dormes o sôno da eternidade.

Tens por berço um chão frio e por coberta uma pedra mármore e uma cruz que indicam a tua ultima morada.

Acorda, que milhares de almas suplicamte, dizendo: Vem terminar a tua missão, vinde ensinar o nosso b-a-ba que não terminastes...

E tu? Continuas no teu humilde leito, indiferente aos nossos chamados! Porquê não atendes? Vem, querida professora, terminar tua missão, pois para nós tu não morrestes: continuas vivendo em nossos corações!

Porque, onde houver um calçãozinho, uma saia azul, ou uma blusa branca com um E. M. no peito, estará tambem o teu nome gravado no coração de quem os veste!

E dizer-se que foi por amor que, traiçoeiramente, te tiraram a vida, fazendo parar um coração repleto de bondade!...

E a estrela que trazias em teu dedo, distintivo das professoras, acompanhou-te ao tumulo: morreu tambem!...

Acorda, pois, querida professora, para que, no dia do julgamento de teu algoz estejas conôsco, para pedir, em nome da lei, aos Srs. membros do Conselho de Sentença, a Penitenciaria para o réu.

E isto, para o bem da sociedade e como castigo pela felicidade de que nos privou, a de convivermos com a nossa inesquecivel Felismina!

MARINHO RAMOS DE FARIAS
(12 anos)
Escola Professor Paris — 3º Ano

Fonte: Coleção Aurélia Braga. Acervo de *O Infantil*. Cempre

O tom que o menino emprega ao falar do algoz da professora é outro. Em um pequeno parágrafo, ele clama por justiça e que o criminoso pague pelo seu crime. A "gangorra" editorial de *O Infantil* parece refletir não só os aspectos pertinentes ao caso, que, após os 48 dias decorridos, como menciona o menino, ganha nuances diferentes, reflete também o momento em que novos valores eram introduzidos na sociedade, desnaturalizando antigas concepções. A perda da vida da professora Felismina, afinal, não foi um infortúnio, como conclui o editorial, mas uma ausência muito sentida pelos alunos, como traduz o texto publicado do manuscrito de Marinho, uma perda que exige reparação.

Uma análise do período mostra que a sociedade brasileira atribui à família um papel importante na nova ordem nacional. Ou seja, nessa década de transição, quando uma nova elite assume o poder, com Vargas, há uma preocupação maior com os crimes passionais, pois, "se a família fosse ser o pilar da nova sociedade burguesa, as relações entre marido-mulher deveriam se 'modernizar', adquirindo ao menos uma aparência de igualdade e reciprocidade" (BESSE, 1989 *apud* GOMES; IOTTI, 2012, p. 272). Assim, os textos infantojuvenis do periódico editado por Aurélia também transitam entre ideias há muito consolidadas no grupo local e valores em transformação. E, também, os editoriais de *O Infantil* refletem, dessa forma, o posicionamento vigente conforme as visões do governo, sempre vigilante e pronto para exercer a censura a toda e qualquer imprensa, mesmo a escolar. Por isso, parecem oscilar entre os novos pensamentos e os pareceres e legislações emanados do Estado Novo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre Félix (dir.). *La miseria del mundo.* Traducción de Horacio Pons. [*S. l.*]: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1999.

GOMES, Fabrício Romani; IOTTI, Luiza Horn. A paixão como atenuante: crimes passionais em Caxias do Sul nos anos 30 (séc. XX). *Métis*: História & Cultura, [*S. l.*], v. 11, n. 21, p. 261-279, jan./jun. 2012.

HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. Etnografia e história material da escola. *In:* ESCOLANO BENITO, Agustín e HERNÁNDEZ DÍAZ, José María (coords.).: Memória e desejo. Cultura escolar e educação desejada., Valência, Espanha, Tirant lo Blanch, 2002, 227-246.

LINS E SILVA, Maria Emília. As práticas educativas familiares e a participação na cultura escrita em memórias de professoras. *Revista Língua Escrita*, [*S. l.*], n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: www.ceale.fae.ufmg.br. Acesso em: 2 set. 2013.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de memórias, bastidores de histórias*: o legado pioneiro de Armanda Alvaro Alberto. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2002. v. 1.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. Cronologia de Belford Roxo. [*S. l.*: *s. n.*], s/p, [197-?].

ROCKWELL, Elsie. Las maestras en Tlaxcala antes y después de la Revolución. *In*: GALVÁN LAFARGA, Luz Helena; LÓPEZ, Oresta (coord.). *Entre imaginarios y utopias*: historias de maestras. México: Universidad Nacional Autónoma, Programa Universitario de Estudios de Género: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e nacionalismo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 80, p. 205-208, out./dez. 1960.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Rev. Brasileira de Est. Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, set./dez. 1992.

[108] O Centro de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Belford Roxo (CEMPRE) é uma entidade jurídica sem fins lucrativos fundada por membros da comunidade de Belford Roxo, em 1986, principalmente ex-alunos da professora Aurélia. Esse acervo está sob a guarda da Sociedade de Ensino Superior Profa. Fernanda Bicchieri Soares. Em estudo está a doação desse acervo ao CEDIM/UFRRJ (Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), devido ao Descredenciamento Voluntário da Faculdade Fernanda Bicchieri.

[109] Estimo sua tiragem em alguns milhares, pois não consta em nenhuma edição.

[110] Todas as imagens dos manuscritos e do periódico que fazem parte deste capítulo estão em formato reduzido.

[111] Em sua "Cronologia de Belford Roxo", o memorialista Ruy Afrânio Peixoto afirma que em 1938 Belford Roxo passou a ser um distrito de Nova Iguaçu, antes fazia parte do distrito-sede. Porém, no periódico é possível identificar que Belford Roxo é tratado como nono distrito em 1939.

[112] Para Pierre Bourdieu, o capital social é o agregado de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de contatos durável de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de familiaridade e reconhecimento.

[113] O conceito de cultura do renomado antropólogo está presente em inúmeros trabalhos do autor e na *Enciclopédia britânica*.

[114] No *Correio da Lavoura* de 4 de novembro de 1937, também encontra-se a relação da banca examinadora da Escola Regional de Merity.

[115] A professora termina seu artigo para o jornal datando e colocando a localidade de Nilópolis, de onde depreendo ser essa escola nessa época.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE: PATRIMÔNIO EDUCACIONAL COMO DESAFIO

Icléa Lages de Melo

Amália Dias

São histórias que a história qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens.
São sementes espalhadas nesse chão.
(GONZAGUINHA, 1981)

14.1 O COMEÇO DE UMA HISTÓRIA

Subentende-se que a criação geográfica da região da Baixada Fluminense está historicamente localizada no século XVI. Embora seja chamada de Baixada Fluminense, existem muitas dúvidas sobre essa denominação. Ideias controversas vamos encontrar na literatura quanto aos aspectos sociais, históricos e geográficos. Ela é composta por 13 municípios (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica). No cenário populacional, cerca de um terço da população de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro reside nos municípios da Baixada.

É considerada uma das microrregiões mais importantes do país, pela tradição histórica no seu patrimônio cultural e por sua formação étnica. Segundo Rodolfo (2015), sua história se mistura com a história do município do Rio de Janeiro. Geograficamente, possui mais da metade da área territorial de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Foi considerada como formada por "cidades-dormitório" da década de 1950 a 1980, porém hoje:

> [...] tanto os municípios mais dinâmicos economicamente e mais diversificados socialmente como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, tais quais aqueles mais estagnados e com modesto perfil social como Japeri, Queimados e Paracambi, apresentaram um acréscimo expressivo de trabalhadores que exercem suas atividades no interior de seu próprio município de residência. (RODOLFO, 2015, p. 158).

O município de Duque de Caxias, onde está situada a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), unidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), concentra refinarias de petróleo (Reduc) e indústrias petroquímicas que fazem essa cidade possuir o maior Produto Interno Bruto (PIB) dessa região. Embora apresente uma economia forte no município, seus moradores ainda sofrem com a falta de serviços considerados básicos, como, por exemplo, as poucas opções para o ensino superior.

Nesse contexto geográfico, social, econômico, cultural e político, tão diversificado nos seus aspectos conceituais e ideológicos, está um fator extremamente importante, que é a Educação. As políticas públicas ao longo da trajetória dessa região não tinham a Educação como fator que pudesse contribuir para o seu desenvolvimento. As políticas públicas de modo geral minimizaram a Educação, e "outras pautas acabaram sobressaindo sobre esse tema de tamanha importância" (ALMEIDA, 2015, p. 3).

Diferentes são os espaços, as instituições e os grupos organizados que discutem, celebram, conhecem e escrevem sobre a região da Baixada Fluminense, com o objetivo de preservar, manter, informar, estudar o patrimônio, a memória. Esses espaços desenvolvem relações com universidades, em especial a Uerj e outras instituições, por meio de diálogo e troca de saberes: Instituto de Pesquisas Históricas e Análise Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB); Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd); Museu Vivo São Bento; Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias; Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (Pinba); Fórum Cultural da Baixada Fluminense; Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti (CAC). Inclui-se nesse contexto a imprensa, que contribui nessa divulgação, como é o caso do jornal *Correio da Lavoura*, de Nova Iguaçu, que teve a sua primeira edição em 1917, mantendo as suas publicações até os dias atuais.

Na perspectiva educacional, segundo Dias (2014), a pesquisa sobre a História da Educação no Rio de Janeiro é ampla, mas ainda pouco se conhece sobre a história dos processos de escolarização na região da Baixada. Ainda segundo a autora,

> [...] existe uma produção memorialística legada por moradores da região, o empenho em reunir fontes e relatos da história local e também uma produção de viés

acadêmico e institucional, crescente nas últimas décadas. (DIAS, 2014, p. 24).

Essa produção acadêmica e institucional contempla pesquisas sobre o ensino superior público na Baixada Fluminense, incluindo estudos sobre a história do curso de Pedagogia que foi o celeiro da instalação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

14.2 PROCESSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NESSA REGIÃO

A história da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Uerj) possui vínculos com a criação, na década de 1960, de uma faculdade no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), no município de Duque de Caxias, considerado um importante estabelecimento de ensino público da Baixada Fluminense. A FEBF/Uerj usou parte das instalações desse instituto até 12 de setembro de 1998, quando foi transferida para um espaço próprio, o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep), no bairro da Vila São Luís, também em Duque de Caxias.

Figura 14.1 – Primeira sede do curso de Pedagogia



Fonte: Prédio do Instituto de Educação Roberto Silveira, década de 1960. Acervo Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica da Baixada Fluminense- PINBA (FEBF/UERJ)

O Instituto de Educação Governador Roberto Silveira teve sua origem em 1962, com o Decreto estadual n.º 8.272 do antigo estado do Rio de Janeiro. Sobre esse instituto, Dalvi considera que:

> No período 64/68, ele atravessa uma fase de grande expansão institucional, tornando-se um dos mais importantes estabelecimentos de ensino público primário e médio da Baixada Fluminense. Nesse ínterim, passa a incorporar também em sua estrutura os demais segmentos de ensino que iria conformar sua singularidade: Curso de Jardim de Infância e Cursos Primário, Ginasial e Normal, comportando, ainda, a Biblioteca Pedro II, Laboratórios e salas de Pedagogia Experimental. (DALVI, 2002, p. 92).

No ano de 1965, mediante o Parecer n.º 198, surge a criação do Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN). Em 1971, por conta da Lei n.º 5.692, foi transformado em curso de Pedagogia, passando a oferecer as habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Os diplomas dos alunos que concluíam esse curso eram emitidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

> Alterações produzidas em decorrência da Lei 5.540/68 - Art. 27, parágrafo 1º determinam que diplomas expedidos por unidades isoladas de ensino, isto é, faculdades não vinculadas formalmente à determinada instituição universitária, sejam reconhecidos por Unidade Pública. Desse modo, os diplomas expedidos pelo curso de Pedagogia do IEGRS, por estar localizado no antigo Estado do Rio de Janeiro, são reconhecidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), procedimento que se estende até 1981, quando o curso é incorporado à UERJ. (DALVI, 2002, p. 95).

A incorporação desse curso de Pedagogia à Uerj acontece quando da junção entre o estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro, resultando em um novo estado, decretado pela ditadura militar em 1975, que passa a ter a sua própria universidade, a Uerj. Sendo assim, a UFF passa a não mais emitir os diplomas, e a Uerj assume legalmente a função de universidade "reconhecedora".

O reconhecimento por parte da Uerj dessa incorporação e emissão dos diplomas foi lento, causando desgaste e falta de confiança na credibilidade do curso, e isso mobilizou diversos grupos em busca de apoio, como: a comunidade do próprio curso, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), a Federação Municipal das Associações de Bairros de Duque

de Caxias (MUB), o Sindicato dos Petroleiros, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outros. Finalmente, em 3 de novembro de 1981, surge a Lei de Incorporação do curso à Uerj (Lei n.º 472), em 1º de janeiro de 1982.

É importante ressaltar que, da década de 2000 até o momento, mediante o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) — Decreto n.º 6.096/24 de abril de 2007 —, as universidades federais foram expandidas, como, por exemplo, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Segundo Brito (2014, p. 2), a "UERJ foi a Universidade Pública Estadual que mais interiorizou e expandiu suas instalações". Essa expansão se deve à concepção de política pública de interiorização surgida na Uerj em 1990, o que representa a ampliação de acesso às atividades e/ou a cursos da universidade. Tem hoje as unidades externas: Duque de Caxias (1982), Nova Friburgo (1993), São Gonçalo (1973), Petrópolis (2016), Teresópolis (2008), Resende (1992) e Ilha Grande (1995), no município de Angra dos Reis. São unidades que, de alguma forma, contribuem com o desenvolvimento dos municípios e a melhoria das condições sociais e econômicas das comunidades.

14.3 PERSPECTIVA HISTÓRICA-POLÍTICA-EDUCACIONAL

Observa-se historicamente que o surgimento da Baixada Fluminense enquanto espaço geográfico, político, social, como também o surgimento da FEFB/Uerj, não está descontextualizado, e remete-nos a pensar sobre o processo de desenvolvimento tanto social quanto econômico da região, e sobre a sua relação com as políticas públicas implementadas nos dois momentos. A partir da fusão dos estados, em 1975, embates e polêmicas apresentam-se, pois os interesses políticos e econômicos com base no desenvolvimento capitalista delineiam-se e, com certeza, influenciam o contexto educacional.

Nesse sentido, a história da FEBF/Uerj, como todo movimento construído por pessoas, apresenta embates e perspectivas. Ela tem valor simbólico inestimável como lugar de memória, pois pensar essa instituição sem antes refletir sobre os atores que a construíram é praticamente negar toda a sua trajetória histórica. Deve-se tê-la não só como patrimônio cultural, mas também educacional, social e político.

Segundo Najjar (2010, p. 143), patrimônio "é algo definido socialmente. Não é qualquer objeto que é visto como pertencente a nossa herança cultural, mas aqueles que socialmente ganham valor simbólico". Nesse sentido, a FEBF/Uerj se torna um lugar de memória, pois "não devemos aceitar a perpetuação do conhecimento de nossas histórias somente através dos registros elitistas. Não é certo que outros nomes sejam colocados em seus lugares e os verdadeiros exemplos sejam esquecidos para sempre" (MACHADO, 2010, p. 15).

Dentre os espaços que discutem, estudam o patrimônio e a memória dessa região, destaca-se o Pinba, que, com a parceria e significativa colaboração do CEPEMHEd, está em processo de digitalização dos arquivos sobre a história da FEBF/Uerj e a história do Centro Acadêmico. Também na mesma perspectiva, em parceria com o grupo Estudos de História da Educação Local (Ehelo), foi obtido financiamento público com a Faperj para a compra de materiais para higienização e acondicionamento dos acervos e para aquisição de equipamentos para digitalização dos acervos, com vistas à criação de um banco digital de fontes da história da FEBF e dos movimentos sociais da Baixada Fluminense. Desde 2013, está exposta no corredor da FEBF uma linha do tempo com marcos da história da FEBF de 1965 a 2013. Em 2022, a linha do tempo foi atualizada com dados sobre o contingente de professores, técnicos e estudantes que convivem na unidade. O material foi elaborado pelo Pinba e pelo Ehelo, com a participação do Laboratório de Linguagens e Recursos Audiovisuais (Laborav) e do Instituto de Artes e Comunicação Social (Iacs/UFF).

Na continuidade do pensar a FEBF/Uerj enquanto "patrimônio", no ano de 2000 foi criada, nas dependências dessa instituição, a "Carta Cultural da Baixada Fluminense" (CARTA CULTURAL, 2000) considerado "um documento-síntese", que teve a participação de artistas, pesquisadores, historiadores e promotores culturais locais. É de longa data o entrelaçamento da história da FEBF com os movimentos sociais e culturais da região. No evento foram destacadas propostas para se pensar uma política cultural para essa região. Dentre estas, destaca-se "que as Universidades e Faculdades da Baixada motivem os seus alunos dos cursos de graduação e pós-graduação e nas diferentes áreas de conhecimento, a pesquisarem sobre a realidade da Baixada". (CARTA CULTURAL, 2000, p.4).

A história da construção da FEBF/Uerj, nas décadas de 1980 e 1990, tinha na pauta de reivindicações pontos prioritários: a transformação do curso em unidade acadêmica, para garantir uma maior autonomia; a incorporação do quadro de docentes da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) à Uerj; e um espaço próprio. Essas reivindicações foram luta, como já mencionado, especialmente do Centro Acadêmico Euclides da Cunha (Caec), curso de Pedagogia, docentes, discentes, Federação Municipal das Associações de Bairros de Duque de Caxias, Sepe e outros.

Vale destacar que, ao longo da história do Brasil, o Movimento Estudantil Brasileiro foi importante foco de resistência e mobilização social, em especial nos anos 1960, contra a ditadura militar. Suas reivindicações, seus protestos e suas manifestações influenciaram os rumos da política. Na FEBF/Uerj, pode-se dizer que o movimento estudantil foi o grande protagonista para as conquistas dessa unidade universitária. Devemos ao Centro Acadêmico Euclides da Cunha, do curso de Pedagogia, fundado em 1966, essa liderança. O movimento estudantil hoje tem o Centro Acadêmico da Pedagogia (Caped), o Centro Acadêmico dos alunos da Geografia (Cageo) e o Centro Acadêmico dos alunos da Matemática (Camat). Essa história nos remete à letra da música de Gonzaguinha ao dizer "eu acredito é na rapaziada, que segue em frente e segura o rojão, eu ponho fé é na fé da moçada" (GONZAGA JÚNIOR, 1980).

Essas ideias e reflexões obtiveram apoio da comunidade e foram referendadas no I Congresso Interno da Uerj, realizado na FEBF, entre 1 e 5 de outubro de 1984, quando a sessão plenária aprovou a Resolução n.º 43, propondo essa transformação. Após muitos debates e discussões, a comunidade do curso de Pedagogia pensa e elabora esse projeto e encaminha-o para a reitoria em 1985. Somente em 1988, na gestão do então reitor, Ivo Barbieri, a transformação do curso em unidade universitária é efetivada.

> Em reconhecimento à luta da comunidade do Curso de Caxias por sua transformação em Unidade Acadêmica, a Reitoria determina que, excepcionalmente, a sessão ordinária do Conselho Universitário, agendada para 10 de novembro de 1988, seja realizada no auditório do IEGRS em Caxias, local onde também funciona o Curso de Pedagogia. (DALVI, 2002, p. 164).

A pesquisa de Machado (2010, p.26) traz a fala de uma professora entrevistada sobre essa transformação:

> Houve uma resistência ao fato da incorporação, a gente até dizia que eles foram obrigados a nos aceitar, até porque foi uma negociação política muito grande. [...] E aí a UERJ se viu confrontada com essa situação, e nos acolheu, mas não de bom grado.

> Porque não era só incorporar o curso, tinha o corpo docente, os discentes, o próprio prédio. [...] Naquela época o governo investia muito na cidade do Rio de Janeiro. [...] Porque quando lá era o Estado da Guanabara, nós éramos o primo pobre, (o Estado do Rio de Janeiro) e a Guanabara o primo rico. [...] E aí a gente percebia muita resistência, eles não tinham interesse em investir na Baixada. Então foi com muitas lutas, muitos questionamentos, muitas mobilizações do povo que as coisas começaram vir para a Baixada Fluminense.

Para esse embasamento histórico, a dissertação de mestrado do ex-professor e ex-vice-diretor da FEBF/Uerj, Gelson Pereira Dalvi (2002), foi de fundamental importância para o entendimento da linha genealógica dos acontecimentos. É considerada a primeira escrita oficial sobre a história da FEBF e dos sujeitos que lá atuavam desde a década de 1960. Faz um trabalho de pesquisa documental com entrevistas, artigos, livros, revistas e acervo dessa unidade. Esse trabalho significou um despertar para monografias de acadêmicos da graduação do curso de Pedagogia, tendo como um caminho metodológico o uso da história oral para esse registro de memória.

Em meio a essa história de luta, em 1991, o reitor Ivo Barbieri emitiu um ofício "devolvendo" à Seeduc os professores que lá atuavam. Esse ato provocou grande desconforto por parte daqueles docentes, como também indignação, e assim buscaram junto à então reitoria uma forma de solução para tal questão:

> A situação se reverteria a partir da gestão do Reitor Antônio Celso Alves Pereira (1996-2000), considerado pelos docentes como "benfeitor", pois sendo da área do Direito observou ser injusta a questão, indicando um advogado, também professor da UERJ, para trabalhar nessa causa. Esta foi vitoriosa, pois em 1997, o quadro docente concursado do Estado foi incorporado como quadro excepcional que se extinguiria à medida que as pessoas fossem aposentando. (LIMA; MELO, 2013, p. 22).

As produções citadas (dissertação e monografias) tiveram ainda como objetivo fortalecer a identidade dessa faculdade enquanto primeira instituição superior pública de Educação na Baixada, permitindo-nos um maior entendimento de nossas raízes e cultura, valorizando nosso patrimônio, e ainda socializar sua história de forma que estudantes e moradores da região possam ter onde ler e conhecer sua trajetória, já que a biblioteca da faculdade é aberta também à comunidade.

Quanto à luta pelo prédio próprio, na fala de uma ex-aluna entrevistada por Machado "Fizemos uma passeata fechando a Rua Brigadeiro Lima e Silva. Denunciamos, fizemos panfletagem, conseguimos uma audiência com o Prefeito de Caxias em parceria com o SEPE" (EX-ALUNA *apud* MACHADO,

2010, p.32). Em outro depoimento, um professor comentou a importância da mobilização estudantil:

> [...], centro acadêmico da época tinha um peso importante para a cidade e também para as políticas internas da Universidade [...], nós conseguimos este espaço como unidade Universitária com muita mobilização, porque se fosse pela UERJ, nós não teríamos esta Unidade Acadêmica. Então foi muita luta dos estudantes, dos professores e da própria comunidade de Caxias, que naquele momento entendia que era importante ter uma Instituição Universitária Pública (PROFESSOR *apud* MACHADO, 2010, p. 33).

Segundo a pesquisa de Machado (2010), a diretora e os pais das crianças que estudavam naquele Ciep (Ciep Vice-Governador Sérgio Magalhães) protestaram muito para não liberar esse espaço para a Uerj, alegando que, depois de instalado, já com alguns anos de funcionamento e com crianças matriculadas, chegam e querem tirar os alunos, distribuindo-os em outras escolas, para colocarem os alunos da Uerj. O Sepe e as associações eram contra essa forma que o governo escolheu para solucionar o problema do espaço da FEBF/Uerj, mas não contra a universidade na Baixada.

Segundo a pesquisa de Hugo de Lima (2015), essa "expansão" foi noticiada por diferentes jornais e boletins informativos da época.

Figura 14.2 – Fotografia da Inauguração da nova sede da FEBF na Vila São Luís, 1997



Fonte: acervo Pinba (FEBF/Uerj)

14.4 FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE (UERJ): ATUAL REFLEXÃO

Com o surgimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP n.º 2/2015), instituídas para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, a FEBF/Uerj iniciou em 2016 uma discussão e reflexão com o seu coletivo para pensar e rever a sua estrutura curricular.

Discute a elaboração curricular tendo como princípio o pensar e o desenvolver conteúdo programático buscando uma prática que não seja manipuladora, mas revolucionária, no sentido de possibilitar teoria e prática, completando-se no entendimento de que a prática não é possível sem um sério e bem fundamentado instrumento teórico.

Esse processo de construção parte do entendimento de que o mundo acadêmico hoje revisa a forma como este lida com a prática pedagógica, a organização das ações, a construção desse processo e a metodologia para o

desenvolvimento dessa formação. No entendimento de Freire (1992), o conteúdo programático da Educação implica necessariamente a elaboração e construção de um currículo que possibilitará ou não a formação de um homem ou uma mulher humanista em condições de não se adaptarem à permanência de dominados. Daí a necessária e permanente reflexão.

Segundo Silva (2011, p. 150), "Currículo é documento de identidade", e, nessa dimensão curricular da FEBF/Uerj, há que se pensar essa caminhada. Desde a criação do curso de Pedagogia, foram implementados três currículos, que se destinam à formação de professores para funções de magistério na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, curso de ensino médio na modalidade normal e na gestão de sistemas educacionais, podendo-se atuar como supervisor escolar e orientador educacional e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

O primeiro, com dois cursos, vigendo de 1970 a 2000: 1) especialistas em Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional; 2) licenciatura das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Em seguida, de 2001 a 2007, o curso Multi-Habilitação em Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional[116].

A partir de 2008, licenciatura plena em Pedagogia, currículo que vigora até os dias atuais.

Até 2002, tinha na sua estrutura cinco departamentos: 1) Administração e Supervisão Escolar; 2) Orientação Educacional; 3) Fundamentos da Educação; 4) Métodos e Técnicas da Educação; 5) Ciências Auxiliares da Educação.

No ano de 2003, numa reestruturação departamental, apresenta-se com três departamentos no curso de Pedagogia: 1) Ciências e Fundamentos da Educação (DCFE); 2) Formação de Professores (DFP); 3) Gestão de Sistemas Educacionais (DGSE). Nesse trajeto histórico, surge em 2003 o curso de licenciatura em Matemática; e em 2004, licenciatura em Geografia, culminando na criação de mais dois departamentos, Matemática e Geografia. Portanto, hoje a FEBF tem na sua estrutura cinco departamentos. Destaca-se que está em tramitação nas agências internas da Universidade a criação de mais dois cursos de licenciatura, nas áreas de História e Cinema.

Com base na discussão em processo (2016), três professores representando cada um dos departamentos da Pedagogia — DGSE, DCFE e DFP — elaboraram um texto-base intitulado: "Projeto pedagógico do curso de

Pedagogia - licenciatura. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Uerj)", que apresenta uma síntese (produto da discussão coletiva) sobre os princípios teóricos e filosóficos que orientaram a elaboração do projeto pedagógico do curso de Pedagogia (UERJ-FEBF, 2016a). Consta que essa síntese deve ser entendida como

> [...] a articulação entre os campos, áreas, linhas teórico-filosóficas que estão presentes nos ambientes de desenvolvimento dos projetos da FEBF: nas atividades de pesquisa, de extensão, no exercício da docência, nos trabalhos de conclusão dos cursos, monografias e nas dissertações (UERJ-FEBF, 2016a, p.1).

Ainda o mesmo texto, com base no pensamento de Libâneo (1996), apresenta questionamentos para a reflexão sobre a formação dos profissionais da Educação:

> Onde se formam profissionais para pensar as políticas públicas da educação? Quem forma os profissionais que irão cuidar do desenvolvimento profissional dos professores na escola? Quem ajuda nos problemas e nas dificuldades de aprendizagem dos alunos? (UERJ-FEBF, 2016a, p.9).

Com base nas considerações apontadas, novos encontros com aquele coletivo foram realizados; e, como todo processo de discussão e reflexão que envolve ideias, legislações e princípios na busca de uma sólida formação teórica e interdisciplinar para uma escola pública de qualidade, embates e polêmicas surgiram, o que possibilitou um sério e bem fundamentado instrumento teórico.

Embora originalmente o texto-base se refira especificamente à licenciatura em Pedagogia, as demais licenciaturas (Matemática e Geografia) apresentaram estudo realizado sobre os princípios considerados por elas. A Matemática considera a "docência como base, a articulação entre teoria e prática, a valorização e a participação no processo da gestão" (UERJ-FEBF, 2016b, p.1). A Geografia enfatiza "as práticas pedagógicas alicerçadas na ciência geográfica e na pedagogia" (UERJ-FEBF, 2020a, p.14). Esses princípios apontam que a formação inicial deverá capacitar os profissionais para o exercício da docência e da gestão educacional escolar na educação básica, o que significa dizer que qualquer licenciado deverá ter acesso a conhecimentos específicos sobre gestão educacional e escolar.

Como culminância dessa discussão, surge o "Projeto político-pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia da FEBF" (UERJ-FEBF, 2020b), produto de uma ampla discussão daquele coletivo. Apresenta na sua estrutura

a organização didático-pedagógica; caracterização do corpo discente e docente; formas de acompanhamento e avaliação do PPP e das instalações físicas, além dos dados gerais da unidade acadêmica e do curso.

Na perspectiva de oferecer uma formação de qualidade contribuindo para a construção de conhecimentos científicos, tem ainda, na sua estrutura curricular, os Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Cada um desses núcleos tem projetos com objetivos específicos, todos voltados para o desenvolvimento de atividades e concepções que contribuem para o exercício da profissão de professor. Buscam ainda articular ensino, pesquisa e extensão como um princípio pedagógico ao exercício e aprimoramento da prática pedagógica nas diferentes funções na educação básica.

No Núcleo de Ensino, consta o Laboratório de Educação Matemática Integrado (Labem).

No Núcleo de Pesquisa, encontram-se o Laboratório de Geografia (Labgeo); o Laboratório de Linguagens e Recursos Audiovisuais; o Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Espaço da Baixada Fluminense (NIESBF); o Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (Pinba); o Programa Movimentos Sociais, Diferenças e Educação (Promovide); e a Rádio Comunitária Kaxinawá.

Hoje se estrutura num movimento de diálogo constante, sobretudo ao levar em consideração o preconizado pela legislação, em especial o Art. 207 da CF/88, ao enunciar que a universidade deverá considerar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Barão e Melo (2011, p. 72) complementam a questão, na compreensão de que

> [...] os saberes produzidos pela universidade devem ser socializados através da produção teórica e de ações que garantam a articulação e o cumprimento da função social da universidade pública. [...] é preciso implementar eventos que possibilitem a interlocução efetiva entre universidade e sociedade [...] a função social do ensino, da pesquisa e da extensão deve estar fundamentada na crítica social e na autonomia do fazer universitário. Esta perspectiva oferece as condições de ruptura deste fazer isolado e fragmentado [...].

Entre esses núcleos, o que apresenta maior número de projetos é o de Extensão, num total de 58 projetos vigentes em 2022. Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (CORRÊA, 2007, p. 12), "A extensão universitária é o processo educativo, cultural e

científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.".

Nessa dimensão extensionista, no entendimento da função social que lhe é peculiar, com o objetivo de divulgar a unidade para a comunidade do entorno e da cidade de Duque de Caxias, a FEBF realizou duas edições "FEBF na Praça". A primeira em 2011, na Praça da Vila São Luís; e a segunda em 2017, na Praça do Pacificador, ambas em Duque de Caxias. Na publicação do documento comemorativo dos 70 anos da Uerj (1950-2020), no item 4, intitulado "A UERJ e a cidade", infelizmente não consta a primeira edição, considerada o pontapé inicial para a segunda.

Figura 14.3 – Fotografia da Faixa convocando para a atividade FEBF na praça em 2017



Fonte: Acervo Pinba (FEBF/Uerj)

Tendo em vista que a FEBF/Uerj não é instituição isolada, vai-se ao encontro do pensamento de Fernandes, quando ele afirma que a universidade:

> É parte dos processos globais de organização e transformação da sociedade. Se os que militam nos quadros humanos da universidade perderem isso de vista, correm o risco de serem segregados e de deixarem, em consequência, a condução da vida cultural nas

> mãos daqueles que veem a mudança cultural como uma ameaça política intolerável. (FERNANDES, 1984, p. 13).

14.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ter uma história de lutas que se inicia nos anos 1960 com a criação do curso de Pedagogia, passando pela incorporação à Uerj, pela transformação em unidade universitária ao prédio na Vila São Luís, vemos a FEBF/Uerj como patrimônio cultural, mas também educacional, social e político. Hoje, oferece licenciatura em Pedagogia, Geografia e Matemática; cursos de pós-graduação lato sensu: especialização em Organização do Trabalho Escolar: Políticas e Processos; e Gestão dos Processos Educativos na Escola: Administração e Supervisão Escolar. No âmbito do stricto sensu, oferece o mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas; e em dezembro de 2022 o Conselho Superior da Uerj aprovou a criação do curso de doutorado na unidade FEBF.

Freire (2013), no livro *Pedagogia do oprimido*, apresenta uma citação de Lênin, quando este afirma que "Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário" (LENIN, 1982, p.96-97). Freire afirma que libertação "é proporcionar o desvelamento da própria realidade, que só tem sentido se o objetivo for transformá-lo. Somente através do fortalecimento coletivo e autônomo o povo é capaz de romper as amarras da opressão que lhes é imposta" (FREIRE, 2013, p. 168). Esse pensamento nos ajuda a entender quanto as conquistas dessa unidade foram fortalecidas e alcançadas servindo-se da luta daqueles coletivos tendo em vista a transformação desejada.

E assim foi a trajetória histórica da FEBF/Uerj. Hoje ela vem consolidando o verdadeiro sentido de uma universidade pública. Ela está presente na região da Baixada Fluminense como espaço de excelência, contribuindo para a formação de professores críticos, coerentes e participativos. Tem uma história construída por atores de segmentos da sociedade que acreditam na educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

Atualmente encontramos muitos profissionais (ex-alunos) que estão na educação pública (escolas e secretarias de Educação) e nos movimentos sociais. Essa constatação remete à reflexão sobre a responsabilidade e os desafios que aí estão: que projeto de universidade é defendido pela sociedade? Em qual concepção de Educação se acredita? Qual é hoje o papel da FEBF/Uerj como formadora de pedagogos, pedagogas/docentes na Baixada Fluminense? O que

sabe e o que pensa a sociedade sobre esses pedagogos e pedagogas? (LIMA; MELO, 2013, p. 25).

Poucas ainda são as produções escritas sobre essa história. Identifica-se que, nas sociedades contemporâneas, ainda é pequeno o interesse sobre a memória como peça fundamental na construção e valorização do patrimônio.

Em pesquisa realizada por Lima (2011, p. 64), ao perguntar sobre a importância da história dessa faculdade para a nova geração de alunos da FEBF, um aluno respondeu que: "se o corpo discente não sabe a história do lugar que frequenta, tudo se automatiza, desfavorecendo o fortalecimento de uma identidade" (ENTREVISTADO apud LIMA, 2011, p.64). Isso nos remete a pensar sobre a importância da identidade da pessoa com o espaço habitado.

Nessa perspectiva, o PINBA e o grupo de pesquisas EHELO, por meio dos seus docentes e estudantes tem investido em pesquisas sobre a história da educação da Baixada Fluminense e, também, na identificação, organização e publicização de fontes sobre a história institucional FEBF, a história do movimento estudantil da FEBF, a história dos trabalhadores da FEBF. Um banco digital de acervos, documentos e bibliografia está sendo criado com o financiamento obtido junto a FAPERJ, em 2021, para o projeto "O Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA) e os estudos de história da educação local". Entendemos que essas iniciativas são fundamentais para que a comunidade febefiana construa memória, aprofunde o conhecimento de sua história e de seus vínculos com o território da Baixada Fluminense.

Acompanhar essa realidade de forma inventiva e crítica é um dos principais desafios da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense enquanto universidade progressista, ensinando, formando e pesquisando.

Ê ê, quando o Sol nascer
É que eu quero ver quem se lembrará
Ê ê, quando amanhecer
É que eu quero ver quem recordará
Ê eu não quero esquecer
Essa legião que se entregou por um novo dia
Ê eu quero é cantar, essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria
E vamos à luta

(GONZAGUINHA, 1981)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Douglas Monteiro. Políticas públicas educacionais e o impacto no desenvolvimento da Baixada Fluminense. *In:* FEBf/UERJ NA PRAÇA. BAIXADA NA UERJ. Duque de Caxias, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2015, pp.1-19. Disponível em: 19_polc3adticas-pc3bablicas-educacionais-e-o-impacto-no-desenvolvimento-da-baixada-fluminense.pdf (wordpress.com) Acessado em 24/07/2022.

BARÃO, Gilcilene; MELO, Icléa Lages. FEBF: ações, desafios extensionistas e suas articulações com a pesquisa e o ensino. *Revista Advir*, [*S. l.*], n. 26, jun. 2011.

CARTA CULTURAL DA BAIXADA FLUMINENSE. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 09 de dezembro de 2000. Disponível em: https://pinba.files.wordpress.com/2014/10/carta-cultural-da-baixada-fluminense.pdf. Acessado em 24/07/2022.

BRITO, Leonardo Chagas de. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. *Revista Brasileira de Geografia Econômica Espaço e Economia*, [*S. l.*], ano 2, n. 4, 2014.

CORRÊA, Edison José (org.). *Extensão universitária*: organização e sistematização/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Coordenação Nacional do FORPROEX, Belo Horizonte: Coopmed, 2007, 112p.

DALVI, Gelson Pereira. *Novos atores na cena universitária da Uerj*: (re)construindo a história da FEBF. Dissertação (Mestrado) – RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras*: processo de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2014.

FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GONZAGA JÚNIOR, Luiz (Gonzaguinha). *E Vamos à Luta.* Rio de Janeiro, Gravadora Polygram Catálogo, 1980. 3m39s.

GONZAGA JÚNIOR, Luiz (Gonzaguinha). *Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória***.** Rio de Janeiro, Gravadora Polygram Catálogo, 1980. 3m39s.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. Que fazer? *In*: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LIBÂNEO, José C.. Que destino os educadores darão à Pedagogia?. In: Selma G. Pimenta. (Org.). *Pedagogia, Ciência da Educação?*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

LIMA, Hugo Moreira. *Entre o passado e presente*: memória e história de um legado educacional. Monografia (Graduação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, Hugo Moreira; MELO, Icléa Lages de. Uma história, várias lutas. *Revista Pilares da História,* Duque de Caxias, ano 12, n. 13, maio 2013.

MACHADO, Lilian de Oliveira. *História e memória da FEBF*: de sua origem à conquistada autonomia como unidade universidade da Uerj. Monografia (Graduação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2010.

NAJJAR, Jorge. Educação patrimonial e identidade: algumas questões em debate. *In*: CARNEIRO, Valdeck *et al*. (org.). *Movimentos instituintes em educação*: políticas e práticas. Niterói: Intertexto, 2010.

Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica da Baixada Fluminense- PINBA, (FEBF/UERJ). Acervo documental. FEBF, UERJ.

RODOLFO, Gilberto Polastreli. Descortinando a Baixada Fluminense através de suas dinâmicas territorial, demográfica e econômica. *In*: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: Gramma, 2015. v. 5.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Belo, 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE. Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia, Licenciatura. I Seminário Reforma Curricular. Faculdade de educação da Baixada Fluminense. 12 de setembro de 2016. 2016a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE. Princípios do curso de Licenciatura em Matemática. 2016b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE. Projeto político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia. 2020a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE. Projeto político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. 2020b.

---

[116] Essa mudança está registrada em publicações que foram disponibilizadas para todos na FEBF. Esse processo de construção foi com ampla discussão entre docentes, discentes e técnicos. Encontram-se arquivadas na Coordenação da Pedagogia. São elas: 1) "Currículos novos da FEBF: Pedagogia Habilitação Gestão de Sistemas Educacionais e Pedagogia Habilitação Licenciatura das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil" (maio de 2001); 2) "Currículo do curso de Pedagogia da FEBF Multi-Habilitação em Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional" e "Currículo do curso de Pedagogia da FEBF. Licenciatura nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil" (fevereiro de 2003).

PARTE IV

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

PELOS CAMINHOS DA HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM DUQUE DE CAXIAS

Cristiane Dias Nunes

Marcia Montilio Rufino

Márcia Spadetti Tuão da Costa

Marluce Souza de Andrade

Renata Spadetti Tuão

Thays Rosalin de Araujo

INTRODUÇÃO

O Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd) nasceu da luta pelo direito à memória da Educação dos profissionais da Educação da cidade de Duque de Caxias. Em meio às pautas que reivindicavam melhores condições salariais e estruturais para a Educação nessa cidade, um grupo de dirigentes do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe) e pertencentes ao Núcleo Duque de Caxias iniciou um movimento que reivindicava a Educação como um patrimônio, que, portanto, deveria ser salvaguardado. O percurso até a sua constituição e o início das atividades foi longo e de muita luta, perpassou a promulgação de um decreto, que três anos depois se tornou lei; a busca por um espaço fixo para realizar suas atividades; a organização da infraestrutura; entre outras questões que viabilizaram a formação da sua estrutura.

Começava, então, a organização do escopo teórico e pedagógico do CEPEMHEd, que se encontra, até hoje, em constante movimento de construção e reconstrução. Nesse movimento, algumas inquietações nos movem: como recolher as diferentes fontes documentais da Educação que foram produzidas ao longo dos anos no município, uma vez que não temos um arquivo público municipal? Como salvaguardar aqueles documentos escritos

que foram produzidos, mas que foram conservados não pelas instituições, e sim por pessoas que entenderam a importância deles e, como "guardiãs do passado" (BOSI, 1994), cuidaram deles para que não fossem perdidos? O que pode ser feito para que as pessoas que atuam na contemporaneidade tenham consciência da importância da preservação de documentos escritos ou não? Como desenvolver a sensibilidade quanto à importância de conservação dos documentos da Educação também? Como podemos salvaguardar a "experiência" dos "de baixo", se não temos registros escritos sobre essas pessoas que atuaram na Educação (THOMPSON, 2001)? De que forma podemos contribuir para o registro da História da Educação no município de Duque de Caxias?

No presente capítulo, trazemos algumas das respostas que já conseguimos construir nesse percurso e levantamos outras questões para as quais ainda estamos buscando elementos para a compreensão. Apresentamos os usos da história oral no fazer do CEPEMHEd[117] entendendo-a ao mesmo tempo como fonte e metodologia, tendo como base a apresentação do projeto "Rodas de Memórias. História Oral da Educação: depoimentos em vídeo" e da seleção de elementos da entrevista de três ilustres profissionais ligados à Educação que retrataram o período histórico entre 1940 e 1970. Propomo-nos, nas próximas seções, a apresentar os objetivos e a maneira pela qual o projeto tem sido desenvolvido ao longo dos anos, assim como os conceitos de história oral, memória, educação patrimonial com os quais trabalhamos e as pistas trazidas pelos relatos das Professoras Maria José Trindade Dutra, Ilza Luíza de Souza e do Senhor Antônio Joaquim Coelho da Cunha.

15.1 O PROJETO "RODA DE MEMÓRIAS. HISTÓRIA ORAL DA EDUCAÇÃO: DEPOIMENTO EM VÍDEO"

Esse projeto tem como objetivo principal registrar a experiência individual e coletiva da memória, das instituições educativas e das práticas sociais no município de Duque de Caxias; e, como intenção, propiciar a garantia da centralidade da pesquisa e do compromisso com o registro das experiências (THOMPSON, 2001) como um conjunto de conhecimentos acumulados que possibilitam uma visão histórica, na longa duração, dos projetos desenvolvidos na esfera do Estado e do movimento das lutas sociais pelo direito à Educação.

Com base nas entrevistas de história oral, tem sido possível constituir um acervo documental e oral enquanto recurso de uma política de documentação e de divulgação da Educação do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense (COSTA; TUÃO, 2019). Inicialmente, a recuperação de testemunhos sobre a Educação da cidade voltou-se para a história de instituições escolares do município, e o formato da coleta de dados acontecia com a presença de um grupo diversificado com perguntas semiestruturadas feitas por um membro da equipe do CEPEMHEd, mas isso não descartava a possibilidade de o público presente participar com perguntas também. Essas atividades abertas permitiram que as entrevistas e a própria instituição fossem divulgadas de maneira que o CEPEMHEd se constituísse em um importante elemento da História da Educação na cidade.

Ao longo dos anos, esse formato do projeto foi se reestruturando, e as temáticas foram ampliadas. O número de pessoas presentes no momento da entrevista diminuiu, e passamos a ter, além do entrevistado, duas ou três pessoas da equipe. Quando necessitamos da utilização de entrevistas para atender à solicitação dos pesquisadores, temos a presença do pesquisador, e a formulação das perguntas dessas entrevistas é feita pela equipe e pelo pesquisador.

Para facilitar o acesso e a organização das entrevistas, criamos categorias que compõem o acervo de história oral do CEPEMHEd. Esses eixos não são delimitadores das temáticas abordadas nas entrevistas, mas estão baseados na questão central que motivou a entrevista. Atualmente, temos as seguintes categorias: Educação Especial, Campo de Multiplicação de Sementes, Departamento de Educação e Cultura, Educação de Jovens e Adultos, Gestão, Institucional, Instituições Educativas, Professoras Leigas, Sala de Leitura, Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro – Núcleo Duque de Caxias, Secretaria Municipal de Educação e Supervisão Estadual. Dentro da categoria Instituições Educativas, temos o relato sobre 22 instituições educativas do município. Apresentamos a seguir um quadro em que identificamos as primeiras entrevistas desenvolvidas pelo CEPEMHEd.

Quadro 15.1 – Depoimento e coleta de documentos escritos e iconográficos da memória da educação pública municipal

PRIMEIRAS RODAS			
Data	Depoente	Duração da entrevista	Local

03/09/2007	Prof.ª Josefina Tosta Barbosa[118]	00:55:27	IHTSB[119]
23/10/2007	Prof.ª Vera Lúcia da Conceição Barreto[120]	01:45:00	IHTSB
27/11/2007	Prof. Stélio José da Silva Lacerda[121]	03:00:00	IHTSB
25/03/2008	Prof.ª Martha Ignês de Freitas Rossi[122]	01:29:20	Uerj FEBF
13/05/2008	Prof. Paulo Christiano Mainhard[123]	02:20:50	Uerj FEBF
14/05/2009	Prof.ª Maria José Trindade Dutra[124]	02:04:00	IEGRS
09/06/2009	Prof.ª Maria Inês Ramos Zirreta[125]	---	IEGRS

Fonte: elaborado pelos autores, com base na consulta ao acervo do projeto "Roda de Memórias. História Oral da Educação: depoimento em vídeo"

Essas entrevistas, que abordam a história das escolas e a memória da FEBF, marcam o início da atuação do CEPEMHEd. Algumas estão entrelaçadas aos primeiros estudos no Curso de Formação de Professores sobre a História das Escolas. Elas eram divulgadas, e havia a presença de um número significativo de pessoas. Entre os presentes, sempre havia estudantes que representavam o Curso de Formação de Professores do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. Faz-se o trabalho de educação patrimonial no município ao apresentar a importância de salvaguardarmos memórias de professores das diferentes instituições como patrimônios.

Sobretudo, o fato de não haver um arquivo público municipal na cidade de Duque de Caxias para que as fontes fossem salvaguardadas contribuiu para que elas estivessem dispersas, e algumas até mesmo perdidas ao longo do tempo. Em diálogo com Thompson (1992, p. 22), este afirma que

> [...] o trabalho com a metodologia nos possibilita, muitas vezes, ainda, para além da própria entrevista, o encontro físico com documentos, objetos, álbuns e pertences que nos são apresentados, pois muitos estão guardados na casa dos depoentes.

O CEPEMHEd, até mesmo quando ainda não estava institucionalizado, tinha preocupação com esse registro e com essa documentação, o que fez com que as primeiras ações fossem a coleta de relatos orais, que possibilitaram outros movimentos, como: a preservação de documentos escritos ou imagéticos por meio de empréstimos para digitalização ou doações à instituição, o registro oral mediante vídeos desses momentos, a divulgação

para estudantes com participação efetiva destes como meio de promulgação da importância da História da Educação e da educação patrimonial no município de Duque de Caxias.

Esse trabalho instituinte de educação patrimonial ocorreu em decorrência da atuação da professora Fatima Bitencourt David enquanto professora do Curso de Formação de Professores do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), que junto aos estudantes da disciplina Prática Pedagógica e Iniciação à Pesquisa (PPIP) contribuíram com o levantamento de fontes e de algumas pesquisas para a exposição itinerante "Sociedade, Trabalho e História: Lembranças da Escola". É nesse movimento dialético que surge o CEPEMHEd e o projeto "Rodas de Memórias. História Oral da Educação: depoimentos em vídeo", as primeiras fontes a serem conservadas e as primeiras pesquisas sobre a Educação no município de Duque de Caxias realizadas pelo CEPEMHEd.

Como afirma Alberti (2004, p. 28), o uso da história oral vai "além das atividades de pesquisa e documentação no âmbito das ciências humanas". Para o CEPEMHEd, a história oral tem potencializado a educação patrimonial no município. As entrevistas trazem documentos que estavam guardados nas cômodas particulares dos entrevistados, silenciados por não terem sido considerados importantes por um tempo para serem divulgados. Isso vai ao encontro do que afirma Thompson:

> É possível articular a metodologia da história oral como propiciadora de um movimento de experiência em Educação Patrimonial. Ela, como uma educação, uma vez entendida como patrimônio, valorizada e potencializada, deve ter como um de seus maiores objetivos, a escuta das vozes que constituíram o caminho educativo. A história oral, além de elucidar, descortina fatos e acontecimentos intencionalmente silenciados e esquecidos, ao longo da história da educação local e geral. (THOMPSON, 1992, p. 28).

Concordamos com Najjar (2010), quando afirma que há um crescimento da discussão acadêmica acerca da educação patrimonial, o que reflete um esforço sobre o entendimento de patrimônio por uma perspectiva ampliada. O autor chama atenção ainda para o que foi naturalizado no país como patrimônio cultural e para a dificuldade em inserir a cultura popular, uma vez que raramente se materializa na construção de prédio ou algum artefato duradouro. A cultura popular ganhou força quando passou a ser valorizado o patrimônio imaterial. Najjar (2010) sublinha ainda o perigo da naturalização em torno da ideia de patrimônio cultural, uma vez que esse movimento não

nos permite identificar que o patrimônio se constitui com base em escolhas humanas que foram referendadas socialmente. O problema da naturalização do patrimônio é o falseamento das relações de poder presentes na instituição desse patrimônio. Reconsiderar a ideia de patrimônio cultural com ampliação do que é visto como patrimônio faz com que se reúna o que foi separado: elementos da cultura popular fazendo parte do que é patrimônio nacional.

É nessa ampliação do espectro da educação patrimonial que inserimos a escola enquanto patrimônio histórico-educativo. Trabalhamos a educação patrimonial como um todo, e com o entendimento de que a escola é um patrimônio também. Um patrimônio cultural nacional que precisa ser salvaguardado e, portanto, pesquisado. Nesse processo, consideramos professores, alunos e funcionários como produtores de conhecimento. Identificar esses patrimônios/fontes de pesquisa potencializa a busca por outros possíveis "guardiões do passado" (BOSI, 1994), com suas lembranças e a possibilidade de novos encontros com o desconhecido. São esses encontros que o projeto "Rodas de Memória. História Oral da Educação: depoimentos em vídeo" pretende promover e registrar em seu percurso de constituição de um banco de história oral na cidade.

No entanto, sabemos que "a história oral não é solução para tudo" (ALBERTI, 2004, p. 22) e devemos ter esse cuidado ao recorrer a esse recurso. O trabalho com entrevistas de história oral está imerso na memória; nesse campo, devemos estar atentos ao "trabalho de enquadramento da memória" (ALBERTI, 2004, p. 9). De acordo com Pollak (1983), os grupos mantêm uma coesão interna comum, fornecem um quadro e pontos de referência desses. Para que haja permanência do tecido social e das estruturas sociais de uma sociedade, as memórias coletivas vão sendo impostas, apesar de essa memória do grupo social ou da instituição não ter assegurada a permanência da sua memória ao longo dos anos. Analisar o trabalho de enquadramento dos seus agentes e seus traços materiais é importante para identificarmos como as memórias coletivas foram construídas, desconstruídas e reconstruídas. Lançar mão das memórias individuais por meio das entrevistas de história oral permite desvelar os limites desse trabalho de enquadramento que foi constituído ao longo do tempo (POLLAK, 1983).

Como afirma Alberti (2004, p. 34), "uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações

desencadeadas na própria entrevista". Essa ação interativa de comunicação entre entrevistado e entrevistador com foco na ação específica de interpretar o passado torna a entrevista um resíduo de ação, "e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias" (ALBERTI, 2004, p. 35). Porque as entrevistas documentam ações, podemos afirmar que se tornam documentos. Nosso entendimento de documento baseia-se no que Le Goff (1990, p. 110) afirma sobre o fato de que "Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado". Devemos, assim, analisar o contexto no qual foi produzido, identificar sua intencionalidade, problematizá-lo para que possamos desmistificá-lo e, logo, fazer dele uma fonte de pesquisa.

Atualmente, contabilizamos 376 horas e 51 minutos de áudios gravados compondo o acervo de história oral da Educação do município de Duque de Caxias. Em 2020, continuamos com o projeto adaptando-o às condições da conjuntura pandêmica. Realizamos nove entrevistas por meio de plataforma digital, o que não se configura como a melhor forma de interação, mas como a forma possível no momento de isolamento social. O quadro a seguir apresenta as entrevistas realizadas no ano de 2020.

Quadro 15.2 – Depoimento e coleta de documentos escritos e iconográficos da memória da educação pública municipal

RODAS, 2020		
Data	Depoente	Duração da entrevista
01/07/2020	Prof. Ivon Alves de Araújo[126]	02:12:00
20/07/2020	Prof.ª Elsa Maria de Oliveira Barros[127]	00:55:00
14/09/2020	Prof.ª Elsa Maria de Oliveira Barros [128]	03:00:00
24/08/2020	Prof.ª Verônica Bazilio[129]	02:19:00
05/09/2020	Prof.ª Idiléa Thomaz de Aquino[130]	02:32:00
21/09/2020	Prof.ª Verônica Bazilio[131]	02:20:00
09/11/2020	Prof. Renato Soares Bermudas[132]	02:32:00
23/11/2020	Prof.ª Vilma de Almeida Corrêa[133]	01:31:00
30/11/2020	Prof.ª Nádia de Aquino Simões[134]	01:57:00

Fonte: elaborado pelos autores, com base na consulta ao acervo do projeto "Roda de Memórias. História Oral da Educação: depoimento em vídeo"

Selecionamos essas entrevistas de história oral recentes a fim de que se demonstre a continuidade do trabalho de registro das memórias de diferentes professores e professoras das distintas instituições. Essas entrevistas estão ligadas a diferentes instituições escolares, compõem a categoria Instituições Escolares. Foram realizadas com poucas pessoas da equipe e o entrevistado, em continuidade ao formato que tem se estabelecido ao longo dos anos.

Na próxima seção, apresenta-se o relato de três profissionais da Educação que ajudaram a constituir a Educação pública em Duque de Caxias. Os relatos orientam-se pelo período histórico entre 1940 e 1970, segundo a experiência das professoras Maria José Trindade e Ilza Luíza e de Antônio Cunha.

15.2 ALGUMAS ENTREVISTAS REALIZADAS PELO CEPEMHEd

Bosi (1994) nos lembra de que o registro feito por meio das entrevistas de história oral tem dado palavra a vozes que foram silenciadas, já que a história oficial não considera a lembrança de outro segmento social marcado pelo abandono: os velhos. A sociedade capitalista não valoriza os suportes materiais da memória; pelo contrário, impede "os caminhos da lembrança", impede o estabelecimento de "marcos" e apaga os "rastros" desses que têm sido os "guardiões do passado" da Educação em relação a nossa atuação específica.

Nesse sentido, o CEPEMHEd tem feito o registro de relato de pessoas que passaram por diferentes instituições educativas e funções no interior da estrutura organizativa da Educação, como diretores, professores, serventes, merendeiras, porteiros, estudantes, responsáveis, entre outros. Essa escolha de trabalho está em articulação com dois elementos presentes no trabalho desenvolvido pelo CEPEMHEd: o entendimento da história pela perspectiva dos de baixo; e a noção de experiência em sua relação com a classe trabalhadora. Recorremos a Thompson (2001) no entendimento de que a história dos "de baixo" possibilita a identificação de acontecimentos que nem sempre condizem com os oficiais e que desconsideram, na maioria das vezes, a atuação das pessoas simples que não têm títulos acadêmicos ou outras condecorações, mas que lutaram e tiveram atuação tão significativa quanto os renomados que foram condecorados pelo grupo que detinha o poder no período. Quanto à noção de experiência, dialogamos com Thompson (1992)

quando afirma que a história real é feita por homens concretos, deixando evidente que as experiências históricas precisam retratar os agentes da transformação social e histórica enquanto indivíduos que empreendem ações coletivas.

Dentre as entrevistas realizadas até os dias atuais, destacamos três: a entrevista da professora Maria José Trindade, do Sr. Antônio Joaquim Coelho da Cunha e da professora Ilza Luíza Souza, por apresentarem importantes pistas a respeito da implementação da merenda no município de Duque de Caxias, da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos e da instituição da formação de professores na cidade, respectivamente. Na entrevista da professora Maria José Trindade Dutra, identificamos algumas questões importantes que elencam pistas para o entendimento acerca da História da Educação do município: a oferta de vagas na rede de ensino; as marcas da profissão docente; a infraestrutura das escolas; a implementação da merenda escolar; e a administração pública. O período histórico que compreende os relatos da depoente data de 1940 a 1970.

A professora Maria José estudou na Escola Regional de Merity por dois anos, depois foi para Guanabara para dar continuidade aos estudos, uma vez que naquele período histórico não havia escolas para que ela pudesse avançar nos estudos. Essa é uma questão recorrente na História da Educação no Brasil, como destaca Romanelli (1993), ao relatar que havia pouca oferta das séries subsequentes à segunda série do primário, menos ainda a oferta do curso ginasial e o próprio curso de formação de professores. Nascida na década de 1920, Maria José foi moradora de Duque de Caxias no período da sua vida escolar, nesse momento em que ainda era Vila Merity e pertencia a Nova Iguaçu. O primeiro ginásio público no município já emancipado foi o Ginásio Municipal Aquino de Araújo, em 1956, e a primeira instituição escolar pública a oferecer a formação de professores em 1965 foi o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, apesar de ter sido criado em 1962.

O início de sua atuação na rede municipal foi como professora na Escola Regional de Merity, ao lado de Armanda Álvaro Alberto e Edgard Sussekind. Maria José relembrou que, "em 1944, a Prefeitura me nomeou. Então, Duque de Caxias foi emancipada nessa época. Então, tinha... não era prefeito não, era Homero Lara [...] Homero Lara foi quem me nomeou" (DUTRA, 2009, p. 2). Essa nomeação, segundo Maria José, aconteceu a pedido da professora

Armanda Álvaro Alberto, o que, cruzando com outras fontes documentais, levanta a possibilidade de a contratação das professoras municipais ter acontecido por nomeação até a década de 1980, ano do primeiro concurso público.

Trouxe algumas características da Escola Regional de Merity ao falar das festividades da escola, das visitas que chegavam de trem, da escola que já funcionava no morro, do acesso à escola, da merenda servida ("mate com angu"):

> Então, eu fiquei na Regional de Merity junto com a Armanda Álvaro Alberto, a minha grande mestra em quem eu me espelho, porque ali foi meu estágio maravilhoso. Ali, eu aprendi a ser, se eu já tinha vontade, ali, eu aprendi a ser educadora através de Armanda Álvaro Alberto. (DUTRA, 2009, p. 2).

Anos mais tarde, passou a ser diretora da Escola Municipal Getúlio Vargas. É nessa escola que a professora ofereceu o leite como merenda escolar a partir de 1958. Esse leite foi resultado do convênio entre o Brasil e os Estados Unidos da América, parte do acordo chamado de Aliança para o Progresso[135]. Em seu relato, está presente a dificuldade de manipulação do leite, já que vinha em pó e dificultava a homogeneização ao ser dissolvido em água. De 1958 a 1962, a única escola do município que recebia o leite era a EM Getúlio Vargas. Segundo o relato da professora Maria José, as demais escolas pediam para que ela conseguisse o leite também. Mas, para isso, necessitava que o prefeito na época, Adolpho David (1959-1963), assinasse o convênio que justificava não fazer por alegar que as escolas não tinham estrutura para receber o leite. A estrutura das escolas era o resultado da maneira pela qual a Educação vinha se estabelecendo no território, o que evidenciam Dias *et al.* (2018, p. 71):

> Muitas das escolas incorporadas pela rede pública municipal tiveram percursos semelhantes: foram criadas por pessoas não ligadas ao poder público, na tentativa de suprir a falta de escolas para seus filhos e vizinhos; funcionaram em espaços improvisados e/ou inadequados, em prédios alugados ou em comodato. Várias foram extintas por diferentes razões.

Naquele momento, a professora Maria José orientou para que as escolas que a procuraram organizassem um espaço com fogão para receber o leite; e, assim, seis escolas conseguiram se organizar. Em 1962, o prefeito Adolpho David assinou o convênio e seis escolas começaram a receber a merenda. A partir de 1963, a Escola Municipal Getúlio Vargas passou a ser subsidiada pelo Estado e a professora Maria José começou a atuar na organização da merenda no município. Sobre esse período inicial da merenda, é importante destacar

que, desde 1955, a professora Maria José distribuía a sopa, a exemplo da Escola Regional de Merity, como ela relata:

> Então, eu passava, quando eu saltava do trem, já com a minha sacolinha escondida dentro da minha bolsa para o meu marido não ver (risos). Então, quando eu chegava aqui, eu passava. Eu tinha cinco açougues que me davam ossos, costelas, entendeu? E eu passava naqueles boxes, porque não havia passarelas, não havia aqueles morros como é hoje, então, o que eu fazia? Tinha a linha do trem, eu chegava, tinha aquelas barracas, aqueles boxes, eles me davam batata, abóbora, chuchu, eu chegava na escola com os dedos roxinhos de estar carregando para a sopa. Então, dava três dias de sopa. Chegavam os pais lá,'Hum! Que cheiro bom!' E, aí, eu chamava, 'Vem cá, ver!' Era uma lata de 20kg cheinha aquela sopa bonita, sopa de entulho que chama. E, também, um caldeirão que nós compramos. Um caldeirão de alumínio grande que nós compramos. E um fogão que foi o Nelson Cintra que nos cedeu. Nós que fazíamos com o de lenha e tijolo que nós fizemos, até que ele nos deu um fogão de presente, fogão novo. (DUTRA, 2009, p. 5).

E assim o trabalho com a merenda começou a se consolidar na rede municipal. Cabe destaque para o fato de que o salário da maioria das professoras era pago pelas instituições ou particulares que mantinham os respectivos prédios; as poucas professoras que muitas vezes acumulavam a função de diretora de escola eram nomeadas por vereadores, de acordo com Dias *et al.* (2018).

> E aí, esse trabalho foi sendo desenvolvido, também, com o tempo, com a vontade ferrenha de cada diretora. Naquela época, como hoje, professoras maravilhosas, diretoras maravilhosas, empenhadas, mesmo, em lutar para conseguir seu objetivo de trazer a merenda para sua escola. (DUTRA, 2009, p. 5).

A professora Maria José Dutra esteve à frente desse trabalho por quase 30 anos dos 50 anos em que trabalhou na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Nesse período, por seis meses atuou como secretária de Educação no primeiro governo de Moacyr do Carmo (1967-1971), como ela relatou:

> [...] eu fui convidada a assumir o cargo que hoje é o de secretária, no lugar da Regina Tescaro Sampaio [...]. Eu assumi, fui forçada a assumir, mas fiquei só seis meses, porque eu não pude mais continuar, eu pedi a minha saída e que colocasse a Dona Hilda, ela assumiu e eu saí. (DUTRA, 2009, p. 14-15).

Já a entrevista de Antônio Joaquim Coelho da Cunha realizada em 2018 compõe a categoria referente às instituições educativas. Antônio da Cunha nasceu em 1940, em Portugal, veio para o Brasil no fim de 1954. Frequentou o Colégio França Júnior, localizado na Penha, instituição coordenada pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Não teve interesse em cursar a formação de professores. Aos 21 anos passou a ser presidente do

CNEG, no próprio colégio em que estudou. De 1964 a 1974, trabalhou na equipe da Direção Nacional do CNEG (CUNHA, 2018).

O relato traz alguns elementos para a compreensão de uma importante fase da política educacional no município: a criação da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos implementada no período de 1943 até os dias atuais, mas evidencia-se que a proposta foi se modificando ao longo dos anos. A CNEG foi uma iniciativa de Felipe Tiago Gomes, morador do Recife. No período da Segunda Guerra Mundial, começou na Casa do Estudante Pernambucano a iniciativa de oferta de ginásios gratuitos aos que não podiam pagar por essa modalidade de ensino. A alegação para tal feito se justificava, segundo o seu fundador, pelo fato de que o ensino secundário era muito caro para o Brasil e as pessoas da classe baixa não poderiam educar os seus filhos, pelo valor dos uniformes e pelas taxas que eram cobradas pelos ginásios particulares. Dessa forma, em 7 de setembro de 1943, iniciou-se a campanha nas ruas do Recife no desfile cívico por meio de panfletagem assinada por uma comissão. Muitos foram os movimentos encetados em prol da campanha, um deles foi a adesão de Felipe ao partido da União Democrática Nacional (UDN) e sua eleição para prefeito por esse partido (MACEDO, 2018). Em 1949, o Congresso Nacional estabeleceu os estatutos da CNEG, nos quais foi estabelecido um que firmava a colaboração do poder público de diferentes esferas (federal e estadual) com a campanha. É nesse contexto que tivemos em Duque de Caxias várias instituições educativas vinculadas à CNEG. Cabe destacar que essas instituições ginasiais não tinham prédio próprio, nem seus professores precisavam ter a graduação referente ao seu objeto de ensino (MACEDO, 2018).

Em Duque de Caxias, Antônio Cunha relembra que a criação de instituições educativas com base no CNEG se materializou nos locais onde não havia iniciativas do poder público. As lembranças de Antônio Cunha relatam como, inicialmente, foi sendo instituída pela cidade:

> Onde a iniciativa do governo não chegasse ou a iniciativa particular com a ideia de uma criação de uma escola ginasial, nós chegávamos com essa mensagem. Mas como assim fazia isso? Do mesmo jeito que... Vocês têm igreja? Como é que fizeram igreja? Teve futebol, como é que se escreve futebol... Através de que? Através de associação de pais, a associação de moradores, associação de líderes. Vamos reunir esses líderes e criar neles a idéia de que nós temos que criar um ginásio. E a coisa ia ficando cada vez mais fácil a medida que a cidade vizinha se antecipava e criava. Então essa vizinhança já nos servia de estímulo para uma próxima cidade. E nós movimentávamos o padre,

> o pastor, o farmacêutico, todas as lideranças, um contador que não eram professores. Era cada um na sua área profissional, mas eles tinham curso universitário e ficava fácil para prepará-los para a didática. O próprio Ministério da Educação deu meios através de um organismo que eles chamavam de "CADES" que era um centro de preparação de professores. Então, nascia a ideia de criação do Ginásio. A comunidade se articulava, movimentava-se. Nós levávamos, digamos assim, a proteção oficial, a CNEG, a essa altura já tinha um estatuto, já tinha todo um reconhecimento. Então, era simplesmente a abertura de mais uma unidade da CNEG pela força da movimentação das comunidades em cada cidade que nascesse a vontade que ela se criasse. (CUNHA, 2018, p. 12).

Em Duque de Caxias, identificam-se algumas instituições escolares que tiveram ligação com a CNEG. Classificam-se, inicialmente, em dois grupos, de acordo com a instância que abrigava a campanha. O primeiro grupo diz respeito às escolas que funcionavam em prédios de escolas privadas. Destacam-se o Ginásio de Imbariê, o Colégio Castro Alves e o Ginásio Primavera, localizados no terceiro e no segundo distritos, respectivamente. O segundo grupo trata das escolas que funcionaram em prédios de escolas públicas, como a Escola Municipal Santa Luzia, o Colégio Estadual Álvaro Negromonte e o Grupo Escolar Duque de Caxias. Havia, ainda, escolas que tinham prédio próprio, como as de Santa Cruz da Serra e Imbariê.

Entre as escolas subsidiadas pela CNEG, o Ginásio Ana Maria Gomes funcionou por 30 anos no Grupo Escolar Duque de Caxias, no horário da noite, um ano antes da inauguração do primeiro ginásio público do município — o Ginásio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo (1956). Sobre o financiamento da instituição, na década de 1950, Antônio Cunha conta-nos que parte do dinheiro que era arrecadado com cinemas e outras atividades culturais era revertida para custeio do Ginásio Ana Maria Gomes, "então, os ingressos de cinema levavam esse selinho com uma contribuição eu não sei se era 1 cruzeiro, era um valor que representava uma contribuição" (CUNHA, 2018, p. 14).

No entanto, o Sr. Antônio reitera que esse valor não era suficiente para a manutenção da instituição; dessa forma, o Governo do Estado do Rio de Janeiro aprovou uma lei de concessão de auxílio que seria calculado por turma que tivesse mais de 35 alunos, e o governo federal, por meio do Ministério da Educação, concedeu para a CNEG uma quantia para o seu financiamento. Durante um longo período, no município, identifica-se que a educação pública foi financiada com base na contribuição dos estudantes para a Caixa Escolar[136]. No caso da CNEG, Antônio Cunha informou que havia outro nome para a

contribuição financeira; eles costumavam chamá-la de "mensalidade social": "nós criávamos um quadro de associados da CNEG na cidade e essa contribuição social era estabelecida, exatamente determinada pela conferência necessária a cobrir o déficit" (CUNHA, 2018, p. 15). Assim, Antônio Cunha lembra que "a planilha de receita ela era formada, variava de lugar para lugar, de ajuda que vinha da prefeitura, ajuda do estado, ajuda federal. Se ficava um buraco, a comunidade tinha que se movimentar, os alunos" (CUNHA, 2018, p. 14).

A CNEG foi sendo instituída com a movimentação da sociedade civil por todo o estado do Rio de Janeiro e pelo Brasil. Antônio Cunha relembra que esse movimento acontecia:

> [...] porque a CNEG levava a ideia: "Vamos criar! E vai funcionar onde? Onde tem um prédio ocioso". Onde tivesse um prédio ocioso, nós procurávamos obter autorização oficial para que ali funcionasse. E a coisa foi crescendo de tal maneira que no Rio de Janeiro e em quase todos os Estados do Brasil isso se transformou numa lei. Leis estaduais, em que o governo estadual passou a ser força de lei, tinha que atender a solicitação e disponibilizar o prédio. Ele estava ocioso à noite, criaram condições para que as escolas da CNEG funcionassem, no caso o Ana Maria Gomes, no Duque. (CUNHA, 2018, p. 13).

A terceira entrevista selecionada foi realizada com a professora Ilza Luíza Souza, nascida em 1936, professora da cidade por 60 anos. A trajetória de Ilza Luíza enquanto estudante, moradora e professora do município de Duque de Caxias traz pistas importantes para a compreensão acerca das configurações assumidas pela Educação na cidade. Para fins deste capítulo, o debate se concentra na formação e na atuação profissional da professora Ilza Luíza, que atuou nas redes municipal e estadual com ênfase na inserção no supletivo, na Escola do Sindicato, na formação na fazenda em Minas Gerais com Helena Antipoff e na supervisão estadual.

O período que compreende a década de 1940 até a década de 1950 foi marcado pela emancipação de Duque de Caxias. Para a Educação da cidade, foi um período que se caracterizou por apresentar um número muito limitado de prédios construídos para serem escolas; pela carência no quadro de professoras pagas pelo município, visto que nesse período as professoras tiveram que retornar ao município de origem, que era Nova Iguaçu, por conta da emancipação; e pela não oferta de curso de formação de professores na própria cidade.

O período é marcado também pelo alto índice de analfabetismo em todo o Brasil (ROMANELLI, 1993), o que não era diferente no município. Destaca-se que essa situação se agravava, uma vez que

> [...] a tentativa de organização da educação na cidade era realizada de forma muito incipiente por funcionar em casas adaptadas das próprias professoras, em prédios de pró-melhoramento, em centros espíritas, em bares, em igrejas; pelos poucos prédios construídos com a finalidade de escola; por partir de iniciativas particulares na maioria das vezes; com alguns grupos escolares; por funcionar em espaços pequenos e com demanda grande de estudantes; pela pouca oferta das séries subsequentes a segunda série do primário, menos ainda, a oferta do curso ginasial inicialmente; entre outros. (COSTA; ANDRADE, 2020, p. 2).

Ilza Luíza foi moradora do bairro da Vila São Luís, originária de uma família numerosa. Durante a entrevista, lembrou-se do mangue que fornecia o guaiamum, um tipo de caranguejo, antes do aterramento e da construção da Rodovia Washington Luís, que corta o município. Ilza Luíza iniciou a primeira série na Escola Municipal Alberto Torres, pertencente a Nova Iguaçu, por volta do ano de 1943, período de transição da Prefeitura de Nova Iguaçu para Duque de Caxias, o que fez com que enfrentasse a carência de professoras que retornaram ao seu município de origem em decorrência da emancipação; e peregrinasse por instituições públicas de ensino para dar continuidade aos estudos.

A escolarização para os filhos da classe trabalhadora, nesse período, caracterizava-se pelo enfrentamento a situações adversas, como a ausência de escolas que oferecessem os níveis escolares para além da segunda série; as longas distâncias de caminhada para ter acesso à escola; a necessidade de ajudar nas tarefas domésticas de algumas professoras para depois iniciar os seus estudos, entre outras. Com Ilza Luíza não foi diferente. A escola mais próxima de sua residência não oferecia a terceira e a quarta séries, Ilza necessitava fazer uma longa caminhada até a casa da professora Carmem Corrêa, que abrigava a Escola n.º 1, subsidiada pelo Estado. Ela ajudava a professora a cuidar dos filhos enquanto organizava o espaço escolar. Ao mudar de endereço, mais distante da escola, continuou os seus estudos no Centro de Duque de Caxias.

Ilza Luíza foi iniciada na profissão docente, ainda em Parada Angélica, enquanto estudava no ensino primário, ainda na década de 1940. Nesse período, não havia a oferta de curso normal na rede pública e a maioria dos professores não tinha diploma para exercer a função. Em 1951, ao ser

observada pelo fiscal da prefeitura enquanto dava aula para crianças do entorno, ele a advertiu que informaria "a moça que toma conta das professoras, a dona Amélia, ela virá te ver" (SOUZA, 2017, p. 09). Pouco tempo depois, recebeu a visita de Amélia Ramoa[137], que fez perguntas sobre sua escolaridade e lhe deu um cartão a ser apresentado na prefeitura para que fosse contratada como professora. Nesse período, não havia uma organização de escolas municipais sob jurisdição de uma Secretaria Municipal de Educação, mas uma inspetora que acumulava funções administrativas e pedagógicas sobre as escassas escolas que existiam no município. Com 14 anos e enquanto estudava no ensino primário, iniciou sua carreira de docente no município de Duque de Caxias.

Segundo os relatos de Ilza Luíza, podemos identificar a maneira pela qual os materiais escolares eram disponibilizados pela prefeitura; o salário era recebido, os estudantes eram avaliados, a sua contratação foi feita, e as professoras eram fiscalizadas por Dona Amélia Ramoa. Em 1956, o primeiro ginásio público da cidade foi instalado no mesmo prédio em que funcionava a Escola Municipal Alberto Torres. Nesse período, a professora Ilza Luíza atuava na Alberto Torres, e ela contou que a escola funcionava com aproximadamente dez professoras, quase todas professoras sem diploma para exercício da profissão. Ilza Luíza era professora no turno matutino, frequentava o Ginásio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo à tarde e foi durante muitos anos o elo entre as duas instituições.

As memórias desvelam que o estabelecimento de duas instituições dentro de um mesmo prédio nem sempre se deu sem conflitos. Ilza Luíza relembra as questões políticas para a instalação do ginásio; o sentimento de inferioridade por parte das professoras leigas por sua condição formativa em relação aos professores do ginásio; o sistema organizativo da Escola Municipal Alberto Torres com seus dirigentes e demais funcionários que se chocavam com os do Ginásio; os debates dobre os processos pedagógicos; e a forma como se dava o acompanhamento do trabalho. Por fim, a Alberto Torres foi extinta; e os alunos, encaminhados para outra escola.

Ilza Luíza lecionou na Escola do Bananal, na Escola Municipal Doutor Álvaro Alberto e na Escola Municipal Tiradentes. Ao terminar o curso ginasial, enfrentou a dificuldade de o curso normal ser oferecido apenas no âmbito privado no Colégio Santo Antônio, dirigido pelas irmãs franciscanas de

Dillingen. Isso foi uma dificuldade por alguns anos para Ilza Luíza, até que em 1959 conseguiu uma bolsa de estudos com um vereador local. Em 1961, concluiu o curso normal ao mesmo tempo que dava aula na Escola Municipal Joaquim da Silva Peçanha. O entrelaçamento do percurso escolar de formação e profissional como professora compõe o vivido da professora Ilza Luíza e de tantas outras professoras em Duque de Caxias nesse período. A "experiência" (THOMPSON, 2001) de classe da professora Ilza Luíza e de outras professoras atrelada à pouca oferta de escolas públicas e à vontade de estudar são indícios da luta pela educação pública instituída no território ao longo dos anos. O percurso de formação e a dedicação ao magistério público nesse município, uma vida entregue à docência, o relato apaixonado pelos estudantes que deixaram lembrança revelam a dedicação ao ofício. Paralelamente, professora dos anos 1950, 1960 e anos seguintes, acompanhou o processo precarizado de instituição de escolas, identificou Inspetoras de Ensino das décadas de 1940 e 1950, contou detalhes dessa dificuldade e o descaso das políticas públicas com o ensino.

O estudo desses percursos docentes possibilitou percorrer diversas vivências e sentimentos que permitissem romper com a "espoliação das lembranças" (BOSI, 1994) daqueles que contribuíram para o processo educativo, mas que, na maioria das vezes, têm suas respectivas vozes silenciadas pelo tempo. Igualmente, trouxe pistas sobre o percurso de institucionalização da Educação no município de Duque de Caxias. Sabemos que muitas dessas questões não foram superadas e que, como afirma Alberti (2004), a análise dos fatos expostos na entrevista não é simples. Entretanto, o CEPEMHEd insiste, como tantos outros grupos de pesquisa, em que é vital divulgar a história dos "de baixo". Associadas a isso, registram-se as contribuições valiosas de todos os entrevistados e dos que estão por vir para o processo de pesquisa e para a Educação em Duque de Caxias.

15.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Roda de Memórias. História Oral da Educação: depoimento em vídeo", instituído pelo CEPEMHEd por meio das entrevistas de história oral como metodologia e fonte de pesquisa, tem tentado potencializar a perspectiva da educação patrimonial no município de Duque de Caxias, inserindo a Educação no debate acerca do patrimônio. O ato de lembrar não é uma tarefa

simples; cada memória que emerge traz vivências, sentidos, possibilidades de intervenção do homem no espaço e no tempo histórico. O CEPEMHEd tem trabalhado, ao longo dos anos, com respeito à trajetória de cada pessoa que construiu a Educação em Duque de Caxias. Cada memória individual traz uma pista, desvela um caminho para a compreensão dos percursos da formação da Educação na cidade.

Maria José Trindade, Antônio Cunha e Ilza Luíza apontaram para questões estruturais que conformaram a Educação no espaço da cidade. As lembranças dos ilustres convidam a refletir sobre a oferta de vagas na rede de ensino, as marcas da profissão docente, a infraestrutura das escolas, a implementação da merenda escolar, a administração pública, o financiamento da Educação, a relação público-privada, as professoras leigas, entre tantas outras formas e conteúdo da configuração da Educação local.

Ainda há muitas lembranças para serem salvaguardadas; a organização desse banco de história oral e a preservação desse acervo imagético de registro de memória são apenas uma ponta do percurso investigativo para as pesquisas no campo da História da Educação que tem sido impulsionada pelas universidades públicas do entorno e o seu compromisso com a investigação científica.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memórias e sociedade*: lembrança dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da; ANDRADE, Marluce Souza de. O "fazer-se" professora no município de Duque de Caxias: memórias da professora Ilza Luíza. *In*: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL: Narrativas de (Re)Existências: Corpo-Oralidades, Antirracismo e Educação, 13., 25 a 27 de setembro 2019, Rio de Janeiro. *Anais [...].* Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Educação; Abho, 2019. Disponível em: https://docero.com.br/doc/x0snesc. Acesso em: 5 jan. 2021.

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da; TUÃO, Renata Spadetti Relato de educadoras da regional de Merity. *In*: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DA ANPED, 14., 30 de novembro a 3 de dezembro de 2020, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Uerj/Faculdade de Educação; Anped, 2020. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/23/7398-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 5 jan. 2021.

DIAS, Cristiane *et al*. Notas sobre o processo de escolarização em Duque de Caxias: seu legado, nossa herança. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 17, n. 16, p. 63-73, maio 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: Unicamp, 1990.

MACEDO, Gisele. *Felipe Tiago Gomes*: a campanha. Uberaba: Editora e Gráfica Cenecista Dr. José Ferreira, 2018.

NAJJAR, Jorge. Educação patrimonial e identidade: algumas questões em debate. *In*: CARNEIRO, W. *et al*. (org.). *Movimentos instituintes em educação*: políticas e práticas. Niterói: Intertexto, 2010. p. 141-153.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio.* Rio de Janeiro: Vértice, 1983. (Estudos Históricos. Memória; n. 3).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973).* Petrópolis: Vozes, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Fontes orais

CUNHA, Antônio Joaquim. *Antônio Joaquim Coelho da Cunha*: depoimento. [Entrevista cedida a] Cristiane Dias Nunes e Márcia Spadetti Tuão da Costa [Banco de História Oral do CEPEMHEd]. Duque de Caxias: CEPEMHEd, ago. 2018. 2 *compact discs* e 2 discos digitais de vídeo (1h55m).

DUTRA, Maria José Trindade. *Maria José Trindade Dutra*: depoimento. [Entrevista cedida a] Marcia Soares de Alvarenga e Marcia Montilio Rufino [Banco de História Oral do CEPEMHEd]. Duque de Caxias: CEPEMHEd, maio 2009. 2 *compact discs* e 2 discos digitais de vídeo(02h07m02s).

SOUZA, Ilza Luíza. *Ilza Luíza de Souza*: depoimento. [Entrevista cedida a] Cristiane Dias Nunes e Márcia Spadetti Tuão da Costa [Banco de História Oral do CEPEMHEd]. Duque de Caxias: CEPEMHEd, out. 2017. 2 *compact discs* e 2 discos digitais de vídeo (2h50m10s).

---

[117] O CEPEMHEd surge da reivindicação dos profissionais da educação da rede municipal de Duque de Caxias e propõe-se a oportunizar um espaço de fomento à produção e à divulgação de pesquisas; de formação docente; de arquivamento e tratamento de dados coletados sobre a história e as memórias da educação do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense e, igualmente, de educação patrimonial.

[118] Memória da Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo.

[119] Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto

[120] Memória da Escola Municipal Barro Branco.

[121] Memória do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e a sua inserção no Departamento de Educação e Cultura (década 1970).

[122] Memória da Escola Regional Merity.

[123] Memória da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense em parceria com o Programa Integrado de Pesquisa e Coordenação Técnica da Baixada Fluminense (Pinba).

[124] Evento feito em comemoração ao Dia Internacional de Histórias de Vida, 16 de maio, e memória da implementação da merenda no sistema municipal de ensino.

[125] Memória do Jardim de Infância do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. Mas, infelizmente, o registro dessa roda foi danificado, o que impede a edição dele.

[126] Memória da Escola Municipal Carmem Corrêa de Carvalho Reis Braz.

[127] Memória do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira.

[128] Memória da Escola Municipal Coronel Eliseu e do Colégio Duque de Caxias.

[129] Memória da Escola Municipal Machado de Assis.

[130] Memória da Escola Municipal Barro Branco.

[131] Memória do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira.

[132] Memória do Colégio Estadual Adelina de Castro.

[133] Memória da Escola Municipal Barro Branco.

[134] Memória da Escola Municipal Barro Branco.

[135] Foi um programa considerado de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Vinte e duas nações do hemisfério, entre elas o Brasil e os Estados Unidos, assinaram a *Carta de Punta del Este* em 1961. De acordo com esse documento, os países latino-americanos traçariam planos de desenvolvimento e garantiriam a maior parte do financiamento dos programas; os Estados Unidos ficariam com o restante. A United States Agency for International Development (Usaid) administrava os fundos norte-americanos. Essa ideia de cooperação interamericana vinha desde 1958 com a Operação Pan-Americana (OPA), mas intensificou-se por parte dos Estados Unidos após 1959, com a revolução socialista em Cuba. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1. Acesso em: 26 jan. 2021.

[136] A Caixa Escolar era uma contribuição financeira por parte de algumas famílias para ajuda na manutenção das escolas públicas nesse período de 1940 e em alguns anos subsequentes.

[137] Inspetora de Ensino na década de 1940, responsável pela parte administrativa e pedagógica no município recém-emancipado de Duque de Caxias.

16

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE NA DITADURA CIVIL-MILITAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE PESQUISAS

Alzira Batalha Alcântara

Marlucia Santos de Souza

16.1 NOSSO PONTO DE PARTIDA: O BRASIL QUE TEIMA EM NÃO VER OS BRASIS

Os brasis que integram o Brasil são esquecidos ou invisibilizados de forma variada no tempo e no espaço, em função dos arranjos e das forças sociais em disputa. Nas ditaduras, vozes, lutas, ações contra-hegemônicas desses brasis tendem a ser ainda mais silenciadas, desconstruídas, atacadas. Tal processo de violência ocorre de forma redobrada e sistemática nas áreas chamadas de periféricas, como na Baixada Fluminense, em que convivem muitos desses brasis esquecidos no plano dos direitos sociais, ainda que consagrados constitucionalmente, mas lembrados somente quando se trata de atender aos interesses das classes dominantes. Ou seja, assumimos que este é um trabalho interessado, na medida em que almeja uma "leitura a 'contrapelo' da história oficial, porque esta não conta a mobilização popular da qual origina a política pública de educação em nossa região", como bem expôs Fatima David (2013, p. 77).

A Baixada evoca, no senso comum reforçado pela mídia, uma representação negativa lastreada pela miséria e por todos os tipos de violência em detrimento das lutas individuais e coletivas. Essa visão estigmatizada marca, em maior ou menor grau, o processo de construção identitária do morador da Baixada. Um trabalho comprometido com a desconstrução desse olhar estigmatizado não é algo trivial, já que, se escapa à maioria da população da Baixada o acesso a direitos sociais básicos, também há uma negação do direito à memória. Com essa perspectiva, compreendemos que a identificação e a preservação de acervos documentais de pesquisa em história local revelam,

de certa forma, uma metodologia pautada na resistência. Vale pontuar que, em larga medida, os registros documentais das lutas em defesa dos direitos à Educação nas periferias, como a Baixada Fluminense, encontram-se nos baús caseiros dos militantes e familiares; nos arquivos escolares dos movimentos sociais e sindicais. Logo, preservar esses acervos por meio da digitalização, valorizar esses arquivos locais, disponibilizar o acesso desse conjunto documental para os pesquisadores e assegurar o registro dos depoimentos de memórias dos protagonistas é essencial para a escrita da História da Educação.

Desafio ainda maior se apresenta quando se trata das memórias e da História da Educação no período de ditadura civil-militar. De um lado, por conta das ações dos grupos de extermínio atuando em defesa da propriedade privada com impunidade; do desmonte forçado dos movimentos sociais organizados; da instalação de um processo repressor extremamente violento: imposição da censura, prisões e perseguições dos militantes, forçando-os a destruição de seus guardados. De outro lado, pela peculiaridade de o município de Duque de Caxias, integrante da Baixada Fluminense, ter sido considerado área de segurança nacional, sendo, portanto, governado por interventores militares e um interventor civil no período de 1972 a 1985, o que impedia a participação popular.

Assim, o território de Duque de Caxias, como posição de análise, no período da ditadura civil-militar, quando esteve sob a intervenção militar até a instalação da "Constituinte Cidadã" (1987/1988), apresenta-se como um campo de investigação bastante complexo. Desmonte, silenciamento e intervenção dos movimentos sociais e sindicais, por sua vez, não impediram algumas ações comunitárias e individuais na direção de assegurar o direito à escolarização e ao letramento. A instalação de salas multisseriadas por iniciativas individuais, em distintos espaços, como em residências, igrejas, terreiros, centros pró-melhoramentos, clubes esportivos, e as pressões por escolas foram fundamentais para a conquista de escolas municipais, a construção de grupos escolares estaduais, a estadualização de escolas operárias. Para exemplificar, citamos as três escolas operárias de Xerém (Santo Antônio, Círculo Operário e Ginásio Alcebíades/Barão de Mauá) que foram estadualizadas após a privatização da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em 1968.

Já na metade da década de 1970, reações dos variados movimentos sociais e sindicais abrem a porteira em direção à abertura política: movimento pela anistia (1975 em diante); Movimento Negro Unificado (a partir de 1976), Movimento de Defesa dos Direitos Humanos e contra o extermínio liderado por Dom Adriano Hipólyto (1978); Associações de moradores e federações (MAB em Nova Iguaçu, em 1974; e MUB em Caxias, em 1979); Pastorais Sociais e a presença da Teologia da Libertação (Pastoral Ecumênica da Terra, Pastoral Operária, Pastoral da Saúde e da Educação, Clubes de Mães etc.); a retomada de um sindicato combativo com o chamado "Novo Sindicalismo", com destaque para a greve dos professores da rede pública estadual em 1979 e a greve de 42 dias contra o desemprego dos metalúrgicos da FNM em 1981; Núcleo Agrícola Fluminense em 1981 e retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Capivari; retomada do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro) e do Sindicato dos Químicos (Sindiquímica) etc.

É possível identificar um ressurgimento dos movimentos sociais e sindicais com mais vigor principalmente a partir de 1979, assim como o crescimento das pressões pela abertura política e pelas Diretas Já. Outra grande demanda do período era por vagas em escolas públicas, necessidade que recrudescia diante do contínuo e acelerado aumento populacional da Baixada Fluminense. O período também foi marcado por críticas sociais acerca da presença de uma máfia da Educação, fomentada pela transferência de verba pública para o setor privado, sobretudo por meio das bolsas de estudos, o que possibilitou uma expansão significativa das escolas particulares em detrimento das públicas. Iniciativas populares para assegurar a alfabetização das crianças multiplicaram-se, assim como as pressões pela construção e reforma das escolas públicas.

Assim, esse ensaio aponta a importância das lutas pelo direito à Educação e sobre a necessidade de investimentos nas investigações acerca desse período, descortinando a riqueza e a diversidade de fontes de pesquisa sobre a História da Educação da Baixada Fluminense, a qual não deve se ater aos marcos regulatórios da sociedade política, mas abarcar, igualmente, a atuação dos movimentos da sociedade civil como agentes da História da Educação local.

A Baixada Fluminense, integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é composta por municípios que apresentam grande diversidade política e social, porém, ao mesmo tempo, há semelhanças, como, por exemplo,

no processo de formação de lideranças políticas. Salta aos olhos a forte presença do clientelismo, ontem e hoje, enquanto lastro das relações sociais, sendo, portanto, uma chave básica para compreender os moldes que conformam as articulações políticas, tanto nas distintas facetas que se encontram em disputa no plano local quanto nas relações instituídas com as esferas estadual e federal.

Perquirir um período ditatorial requer esforços redobrados, pois memórias de luta tendem a ser apagadas, vozes são silenciadas diante das forças coercitivas, buscando invisibilizar sujeitos e suas contestações. Nas áreas convertidas em segurança nacional, a repressão, a um só tempo, ganha maior fôlego e busca se impor como algo natural e legítimo.

A conversão de Duque de Caxias em área de segurança nacional não ocorreu no abstrato, visto o longo histórico de tensões sociais e as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais que ameaçavam os detentores do poder. A luta dos camponeses, nem sempre lembrada, era (e permanece) ainda mais delicada e complexa, visto que os trabalhadores rurais não tinham sido contemplados na legislação trabalhista varguista, e nem sequer podiam ter organização sindical própria, pois o Estado Novo temia que isso levasse "a luta de classes ao campo, ao mesmo tempo em que se insistia na incapacidade organizativa dos trabalhadores, do que decorria a necessidade de tutela permanente", conforme Medeiros (2018, p. 57), e por isso só era legalmente permitida a organização mista, isto é, composta por fazendeiros e trabalhadores.

A Baixada Fluminense, enquanto objeto de pesquisa, tem sido contemplada na área da História, ainda que de forma irregular, variando em função das temáticas, dos recortes adotados e tendo pela frente o grande desafio de fazer circular as novas pesquisas sobre o território (NASCIMENTO; BEZERRA, 2019). Cumpre destacar a obra organizada por Sales e Fortes, publicada em 2016, que trata exclusivamente da Baixada Fluminense no período da ditadura militar. O livro reúne pesquisas realizadas em programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) de universidades públicas do estado do Rio de Janeiro e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), com perspectivas analíticas e temáticas diversificadas, muito contribuindo para a compreensão da história da Baixada Fluminense, ainda pouco conhecida, mas não há capítulo que aborde questões do campo educacional.

Ou seja, embora venham crescendo pesquisas sobre a Baixada numa perspectiva histórica, a emergência de estudos no campo da História da Educação é recente, e são ainda mais rarefeitos estudos no recorte temporal ora proposto.

16.2 DESAFIOS E POSSIBILIDADES: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA BAIXADA VISTA PELA BAIXADA

Destacamos aqui a necessidade de se investigar o cenário educacional de Duque de Caxias, focando o longo período de transição entre a ditadura e o processo de redemocratização com o fito de amenizar essa lacuna no campo historiográfico, como também apresentar uma visão panorâmica das fontes que podem alicerçar tais pesquisas. O recorte em tela trata de uma conjuntura de intensas disputas, de matizes diferenciados em função do contexto e dos distintos grupos políticos e sociais. Com a "abertura lenta, gradual e segura" anunciada pelo governo, tivemos o fim do bipartidarismo, a extinção do famigerado AI-5, a aprovação da Lei da Anistia em 1979, o que possibilitou o retorno de muitos exilados, mas também eram visíveis as fissuras no interior do próprio bloco que ainda sustentava a ditadura.

Assim, perdurava a repressão por meio da violência que ora se expressava na carta-bomba que matou, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, a secretária D. Lyda Monteiro, em 1980; ora no atentado do "caso Riocentro" em 1981; ou no desemprego, violência de outra natureza imputada à classe trabalhadora em geral, e em particular aos operários, em Xerém, Duque de Caxias, pois, apesar da resistência dos trabalhadores, a empresa Fiat fechou a fábrica, transferindo-a para Minas Gerais. Essa fábrica, com lutas de longa data, era a antiga Fábrica Nacional de Motores, privatizada em 1968 (SOUZA, 2014).

No âmbito local, importa igualmente lembrar as violências imputadas ao Bispo Diocesano Dom Adriano Hypólito, de Nova Iguaçu. Em 1976, ele fora sequestrado e torturado. Diante das pressões imediatas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Adriano foi libertado, pintado de vermelho a fim de ser associado ao comunismo e deixado amarrado nu em poste. Em 1979, uma bomba, ouvida a 200 metros, destruiu o altar do Santíssimo Sacramento e os vidros de 12 janelas (KRONEMBERGER, 2019). O compromisso com a Teologia da Libertação e, consequentemente, com a

defesa dos direitos humanos levou-o por diversas vezes a denunciar os horrores cometidos pelos grupos de extermínio, que ele mesmo testemunhara junto aos familiares que perderam parentes e vizinhos. "Como a Igreja poderia dormir sossegada com mais 15 mil homicídios?", Dom Adriano indagava nos periódicos. A sua sensibilidade também podia ser vista no apoio dado às lutas por moradia, saneamento, creches, escolas, saúde pública. Toda essa problemática social da Baixada foi interpretada por ele como uma "esquizofrenia social", como relata Gomes (2017, p. 37).

A Baixada Fluminense, tendo seus direitos fundamentais ignorados pelo Estado, tece, há muito, estratégias em busca de sobrevivência e dignidade, sendo um campo de embates permanentemente marcado pelo uso de distintos tipos de violência, como já mencionado. Tal quadro, como demonstra Alves (2003), ora se traduz por meio de execução sumária realizada pelos grupos de extermínio conhecidos como "Esquadrão da Morte" nos anos 1970, ou pelo "novo" grupo que se autodenominava "Mão Branca" na década de 1980, que, em função do lucrativo mercado de execuções e das denúncias na imprensa, realizava um novo *modus operandi* com o fito de blindar o aparato policial coercitivo dos esquemas finais de execução, possibilitando recompor a imagem negativa desses grupos policiais.

Ao analisar a trajetória política em Duque de Caxias no período ditatorial, Cantalejo (2008) indica mudanças suscitadas pelo cenário em que o município fora convertido em área de segurança nacional, porém é interessante observar que o autor também capta permanências, pois as práticas clientelistas se mantiveram, ainda que reconfiguradas. Vale ressaltar que, apesar da impossibilidade de eleger o prefeito, a população elegia vereadores e deputados, ainda que as escolhas se restringissem a dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (Arena), que sustentou politicamente o governo, e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição consentida no contexto ditatorial.

> Com os interventores, essa prática política calcada no clientelismo parecia estar encerrada e a conduta política municipal se amoldaria aos ditames do novo regime imposto após 1964, que era a racionalidade técnico-burocrática. Na prática, foi possível perceber que essa mudança política não aconteceu, muito pelo contrário, nos quatorze anos de interventoria em Duque de Caxias, o que constatamos foi o uso constante do clientelismo para estruturar as relações políticas. O clientelismo era materializado, principalmente, na concessão de bolsas de estudo, indicações políticas

> para ocupação de cargos na Prefeitura e obras nos redutos eleitorais dos políticos, sobretudo próximo as eleições. (CANTALEJO, 2008, p. 175).

Entretanto, a existência de tais grupos, que se reconfiguram ao longo das décadas de 1980 e 1990, não deve ser vista como incapacidade do Estado, mas como uma estratégia de recomposição de poder, e por isso o uso da violência ilegal perdura, ainda que com nuances variadas ao longo do tempo, pois, como bem ressalta Alves (2003, p. 174), é a "base mais sólida para a edificação de bem-sucedidas máquinas políticas" em diferentes instâncias do poder. Essa violência que rasga o tempo não é um dado menor, nem tangencial, pois perpassa, em maior ou menor intensidade, as relações sociais políticas instituídas na Baixada.

Para além dessa violência extrema que ceifa vidas, há várias outras formas de violência na Baixada Fluminense, como a de ter "150 mil crianças sem escola e 200 mil pessoas entre 15 e 40 anos, sem emprego" (ALVES, 2003, p. 145), no fim dos anos 1970, o que evidencia a parcialidade do chamado "milagre brasileiro". Diante de um histórico descaso dos poderes públicos, a Baixada se inscreve em distintas contendas, como a luta por terra, água, comida, casa, escola. Nos períodos ditatoriais, intensifica-se o desmonte às lutas encetadas por parcelas da sociedade civil popular, mas insta observar que, na Baixada, o poder político local já tinha organizado, de forma mais articulada e orgânica, mecanismos para reprimir as contestações populares antes mesmo do deflagrar da ditadura civil-militar, diante dos "incômodos" causados pelo crescimento das associações e dos movimentos sociais e dos temores gerados pelos saques de 1962 (SOUZA, 2014). Ou seja, quando os "de baixo" protestam, aparatos coercitivos prontamente se manifestam, mesmo em períodos não ditatoriais.

Desde meados dos anos 1970, houve a retomada dos movimentos de oposição perante a ditadura civil-militar, como também o surgimento de movimentos com novas características. De um lado, o MDB, partido de oposição com acesso liberado aos canais televisivos, teve forte crescimento nas eleições de 1974. De outro, surgem movimentos sindicais que se organizavam de baixo para cima, em que comissões de fábrica e delegados sindicais são fundamentais na dinâmica de grandes assembleias para tomada de decisões, buscando, assim, romper com as velhas estruturas dominadas pelos pelegos (CARVALHO, 2002; MENDONÇA; FONTES, 1994). Nesse cenário, os movimentos populares, as organizações civis, partidárias e religiosas também

se modificaram, buscando ter uma atuação junto ao povo. No campo partidário, por exemplo, a Ala Vermelha, dissidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B), conforme a narrativa do militante político João Pedro de Souza Neto, também teve esse movimento de se reaproximar das massas populares:

> [...] porque a luta armada nos afastou do processo de conscientização e de organização das massas, que era um princípio básico nosso, depois desse processo de autocrítica, a organização realocou seus militantes nos setores populares [...] aqui, no Rio de Janeiro, onde eu militava, foi definido que a organização deveria criar raízes nos setores populares. [...] Eu era dentista, morava na zona sul [...] em 1977 [larguei tudo] e me mudei para a Baixada Fluminense [...] No ínterim da nossa ida para a Baixada começou o reconhecimento, o crescimento das lutas populares em periferias, as associações de moradores, os cineclubes, as federações, como o MAB [Movimento Amigo de Bairro em Nova Iguaçu] [...] com isso a gente rompia com a prática de pequenos grupos de esquerda de provocar comoções nacionais ou com a ideia de ir para o campo fazer a revolução, achar que o povo por si só, pela falta de emprego, pelo arrocho salarial, agregaria essas proposições. O que a gente discutia exaustivamente era a necessidade de conviver com o povo, viver o dia a dia com o povo. De fato, a Ala foi uma das organizações que fez esse movimento em direção às massas pobres. E fez com alguma competência. (SOUZA, 2016, p. 289-290).

Importa igualmente considerar as ações articuladas em diferentes espaços de sociabilidades esportivas e campos religiosos, como foi o caso de Joãozinho da Gomeia, conhecido como "o rei do candomblé". Ainda antes da ditadura civil-militar, ele já havia instituído, no interior do seu terreiro, salas de aulas que funcionavam durante a semana com a presença de professores leigos para alfabetizar as crianças da localidade. Atuou junto ao Centro Pró-Melhoramento do seu bairro, no primeiro distrito de Caxias, na luta por escola, por água e por saneamento. Situação similar foi a instituída pela parteira Odete, no bairro de Olavo Bilac/DC. Em seu terreno, construiu uma pequena igreja da Assembleia de Deus, e, durante a semana, a edificação era utilizada para alfabetizar crianças. Clubes esportivos procederam de forma análoga. Em alguns casos, clubes esportivos de futebol e malha cederam espaços para o funcionamento de salas de aulas, assim como moradores articularam reuniões políticas nos clubes para reivindicar a construção de escola. Caso exemplar no Olavo Bilac, visto que vários moradores e jogadores de malha organizaram encontros com políticos para reivindicar a construção de uma escola pública, atual Colégio Estadual Guadalajara, construído durante a copa mundial de futebol, no México, em 1970.

Em várias igrejas católicas, o mesmo se efetivava. Ademais, ocorreu a instalação de escolas devocionais particulares destinadas principalmente aos leigos com algum poder econômico. Podemos citar a Escola Santo Antônio, depois a São Francisco no primeiro distrito, e o Colégio Jesus Maria e José, em Xerém. Ainda nos anos de 1970, cresce a presença dos padres padovanos, vindos da Itália, comprometidos com o catolicismo mais popular e participativo. Durante a atuação na Baixada e, em particular, na Paróquia do Pilar, no segundo distrito de Duque de Caxias, esses padres se depararam com a precarização experimentada pelos leigos. Ainda que o município estivesse ligado institucionalmente à Diocese de Petrópolis, cujo perfil era mais conservador, gradativamente foram se aproximando de Dom Adriano e da Diocese de Nova Iguaçu.

Cabe também mencionar distintas mobilizações e lutas para conquistar direitos básicos, inclusive o de preservar vidas, como o movimento para obter passarelas na rodovia Washington Luís (BR-040). Sem as passarelas, eram comuns atropelamentos e mortes durante as travessias, até mesmo de crianças. O movimento reuniu igrejas católicas de toda a paróquia, associações de moradores, escolas particulares e públicas. A reativação dos postos de saúde, a construção de unidades mistas de saúde e a demanda de um hospital geral requereram embates travados pelo Conselho Comunitário de Saúde e pelas Pastorais da Saúde. Lutas pela eletrificação do trem mobilizaram e organizaram pessoas na Comissão do Trem (Comtrem), e multidões foram impulsionadas contra a instalação de presídios e de lixão nuclear. Com o intuito de dar visibilidade aos graves problemas ignorados pelos governantes, muitas vezes, a rodovia BR-040 foi fechada. A polícia militar e rodoviária chegava prontamente para impedir os atos, porém, apesar do pouco tempo em que a rodovia se mantinha interditada, geralmente se conseguia atrair os meios de comunicação.

Enfim, não é possível compreender a Baixada dissociada dessas diferentes lutas com estratégias diversificadas em distintos campos. Lutas por saneamento básico, pelos direitos das mulheres, por reformas e construções de escolas mobilizaram muitas pessoas nos anos de 1980. Todas essas lutas tiveram o apoio estrutural da Paróquia Nossa Senhora do Pilar (ALVES, 1991).

Na Igreja Católica, importa lembrar que o próprio papado passou a ter uma atitude mais firme, condenando regimes que desrespeitavam os direitos

humanos. Sob a influência da Teologia da Libertação, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se expandiram "por todo o país, abrangendo também as áreas rurais. Por volta de 1985, seu número estava em torno de 80 mil", conforme Carvalho (2002, p. 183). Havia uma orientação de se aproximar do povo, e, nesse sentido, a Igreja focou seu olhar em populações marginalizadas das periferias urbanas, o que foi muito expressivo na Baixada, especialmente por meio de Dom Adriano Hypólito, que, muito antes dos anos 1980, já desenvolvia um trabalho diferenciado, comprometido com a população pobre da Baixada. Assumiu a Diocese de Nova Iguaçu, em 1966, e já no início do seu bispado, em 1968, criou o Movimento de Integração Comunitária (MIC) com o intuito de debater e enfrentar, de forma coletiva, os sérios desafios da Baixada. Na sua ação, conforme relata Gomes (2017), entrelaçam-se os trabalhos religioso e político, perpassado por uma autêntica fraternidade. A atuação pastoral comporta necessariamente uma dimensão política, pois, nas palavras de Dom Adriano,

> O espiritual, que preocupa a Igreja, é sempre um espiritual encarnado na realidade concreta da pessoa humana e da comunidade. Não existe espiritual abstrato, aéreo, assim como não existe criatura humana que não seja ligada as dimensões de tempo e de espaço. (HYPÓLITO, 1978 apud GOMES, 2017, p. 19-20).

Ao longo dos anos 1980, a tendência de se trabalhar diretamente com o povo consolida-se. Tal realidade, contudo, fora assumida bem antes por algumas militâncias políticas, como narrou João Pedro de Souza Neto, ou enquanto um dever religioso imbricado no político, nas palavras de Dom Hypólito. Carvalho (2002, p. 184) indica que a tendência de estar junto às massas populares se espraia, podendo ser verificada "no movimento sindical, no PT, nas CEBs e nos chamados movimentos sociais urbanos". Associações de Moradores e Movimentos dos Favelados, que já existiam bem antes da década de 1980, ganharam fôlego. Cresceram não só numericamente, mas buscaram também uma organização qualificada, orgânica, no enfrentamento dos problemas cotidianos, na luta por moradia, terra, água, serviços públicos como saúde e educação, dentre outras demandas. Na Baixada, o crescimento populacional torna ainda mais perversa a vida da população pobre diante da precariedade dos serviços públicos e da ausência de infraestrutura básica.

Importa também considerar a presença da Igreja Metodista progressista e comprometida com a perspectiva do ecumenismo, conectada ao Instituto do Povo, instituição herdeira da Escola da Armanda Álvaro Alberto, ao Instituto e

Centro Universitário Metodista Bennett, ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). Vejamos o que o site do Fóruns EJA nos conta sobre o Cedi:

> O CEDI nasceu da experiência do CEI – Centro Evangélico de Informação, criado em 1964/1965 por militantes ligados à Confederação Evangélica do Brasil, afastados de suas igrejas após o golpe civil-militar de 1964. Em 1968, com a incorporação de militantes católicos, o CEI passou a denominar-se Centro Ecumênico de Informação e, em 1974, institucionalizou-se como CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. A sede inicial foi no Rio de Janeiro, mas a ampliação de suas atividades deu origem a uma subsede em São Paulo.
>
> Nos primeiros anos, o CEI publicava um Boletim Informativo, no início mimeografado e depois impresso, divulgando notícias com uma postura crítica em relação à conjuntura política brasileira e à responsabilidade social das igrejas, relevando um ecumenismo comprometido com a justiça social. Ainda como CEI, destaca-se a publicação de dois suplementos sobre educação popular, em 1977 e 1978, com textos teóricos de fundamental importância, produzidos pela equipe do Nova – Pesquisa e Avaliação em Educação. Esta iniciativa continuou com a publicação dos Cadernos CEDI e da Revista Tempo e Presença, destinada aos agentes pastorais e da educação popular, durante muitos anos o melhor periódico ecumênico da América Latina. (FÓRUNS EJA BRASIL, c2023, s/p).

A importância dos metodistas e do Cedi pode ser identificada pela presença de intelectuais na assessoria da Paróquia Nossa Senhora do Pilar. Jether Ramalho e o seu filho, o sociólogo José Ricardo Ramalho, eram os assessores diretos da coordenação pastoral e dos movimentos sociais, incluindo-se a Pastoral Operária. Além da qualidade formativa desses assessores, outros atuaram de forma mais esporádica. Uma delas foi a Beatriz Costa, do Nova. As suas intervenções e a presença dos *Cadernos de Educação Popular* foram primordiais para a formação das lideranças dessa paróquia. Os textos dos *Cadernos do Cedi* contavam ainda com a colaboração de Paulo Sergio Leite Lopes, importante intelectual das pesquisas sobre o mundo do trabalho.

> Estão reproduzidos, nesse documentário, alguns exemplares destes dois veículos, nos quais são abordados temas relativos à educação e à educação popular. Reproduzimos também, a título de exemplo, o volume do Aconteceu Especial 19 – Educação no Brasil 1987-1988, outra publicação do CEDI. Sistematicamente, eram retiradas notícias de jornais de todo o país, destacando as temáticas mais importantes e apresentando análises sobre elas, redigidas por especialistas. No período dos governos autoritários, a disseminação de informações e o debate sobre alguns temas eram fundamentais e, neste ponto, o CEDI cumpriu papel relevante. (FÓRUNS EJA BRASIL, c2023, s/p).

O Cedi publicou um caderno especial sobre a Pastoral Ecumênica da Terra (PET) (DABUL, 1987), com registros fotográficos da greve da Fiat, produzido

em conjunto com o movimento operário, cobrindo os 42 dias de greve, que também teve destaque, em 1981, no *Aconteceu*[138]. Posteriormente, José Ricardo Ramalho elaborou a sua tese de doutorado sobre o movimento que ele acompanhou enquanto assessor, intitulada *Estado-patrão e a luta operária: conflitos de classes na Fábrica Nacional de Motores*, sendo publicada posteriormente (RAMALHO, 1989). Vários outros intelectuais do Bennett prestaram assessoria aos PET, ao MUB, principalmente às Comissões de Educação e de Mulheres.

Um dos objetos que ainda necessitam de escavação é o trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação do MUB e pela Comissão de Formação do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), que resultou na produção de um dossiê sobre as escolas municipais, além de projetos e cursos desenvolvidos conjuntamente. Evidentemente, faz-se necessário considerar esse trânsito das pessoas nos diferentes movimentos da cidade e os impactos de uma experiência de luta na outra. O Sepe Caxias e as associações de moradores atuaram, muitas vezes, juntos na defesa de vagas e lutas por melhoria das escolas públicas.

Vale igualmente lembrar que metodistas militantes cederam a edificação da Escola da Armanda Álvaro Alberto para abrigar o Sepe Caxias, o MUB e o Movimento Negro Unificado. Encontros, seminários e reuniões diversas também aconteciam nessa escola. Os metodistas também instituíram uma ONG denominada PAS-Baixada e o Movimento Baixada Livre, dinamizando, assim, ações de Educação e cultura popular, formação política, assessoria jurídica. A série *Segundas Memórias*, as *lives Achadouros - Jardim Primavera* e *Movimentos Sociais e a Paróquia Nossa Senhora do Pilar*, produzidas pelo Museu Vivo do São Bento, podem ser acessadas por meio do seu canal no YouTube. Nessas produções, é possível ouvir vários depoimentos de militantes que atuaram nesse período. No *Café com História*, há o depoimento do pastor Melquias, da Igreja Metodista.

Outras ONGs também foram importantes para o processo de formação, de educação popular e formação política das lideranças dos movimentos sociais e sindicais, tais como Comunidade Educativa (Cedac) e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Constantemente, era possível contar com a presença do sociólogo e ativista Herbert José de Sousa, o saudoso Betinho, em encontros na Baixada Fluminense. A metodologia de construção

de análise de conjuntura foi amplamente trabalhada nos movimentos. Intelectuais de outras instituições e da academia também se fizeram presentes na Baixada Fluminense, tais como: Paulo Freire, Gaudêncio Frigotto, Dermeval Saviani. Há que se levar em conta que é possível identificar a presença de professores nas lideranças das associações de moradores, do MUB e do Sepe/Caxias. Lutas conjuntas eram travadas por meio dessas agremiações, assim como havia o apoio desses movimentos aos trabalhadores rurais.

Presença significativa para compreendermos esse período é a de Dom Mauro Morelli, após a criação da Diocese de Duque de Caxias e de São João de Meriti, em 1982. Apoio às lutas e às pastorais sociais e afrodescendentes, fortalecimento do ecumenismo, das Cebs, da participação leiga na construção de uma igreja popular, do movimento Constituinte Já, entre outras frentes. Cabe ressaltar a importância de Dom Mauro, dos padres padovanos e franciscanos para a construção de um catolicismo mais popular, com ampla participação leiga. O posicionamento de Dom Mauro Morelli e de Dom Adriano Hipólyto na construção do projeto Educar também merece a atenção do pesquisador. Eles consideraram importante a inclusão das associações de moradores, do MUB, do MAB, dos Clubes de Mães no processo de alfabetização de adultos.

Como já mencionado, a Baixada Fluminense, em tempos de ditadura civil-militar, é um território marcado por múltiplos processos de segregação e violência. As tensões e as disputas também se estabelecem no interior dos espaços religiosos. Havia os metodistas e os católicos conservadores, alinhados às forças dominantes, e que não viam com bons olhos a Teologia da Libertação, o ecumenismo, a opção pelos pobres, a perspectiva de educação freiriana, a participação leiga, o apoio aos movimentos e as lutas pela democratização e cidadania. Por isso, projetos de educação bancária, conteudista e autoritária coabitavam com projetos de educação popular, de democratização das escolas públicas e revisão crítica dos conteúdos. Ou seja, escolas pautadas pelo ideário positivista que viam o estudante como um soldado em miniatura, ordeiro e obediente, como uma tábula rasa, coexistiam com projetos educacionais em que o estudante era visto como um construtor do seu conhecimento com base na promoção de práticas sociointerativas.

Ao longo dos 21 anos de ditadura civil-militar, cabe ressaltar que não houve homogeneidade na conduta político-econômica, tampouco nos marcos

educacionais, visto que tiveram nuances distintas ao longo do tempo. Conforme Germano (1994), o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (III PSECD, 1980-1985) apresentou um teor muito diferenciado em relação aos planos anteriores, pois o Estado, diante da crise social, econômica e política, lançou uma retórica de inclusão das massas populares, reconheceu a inexistência de uma sociedade democrática e a importância da Educação para a conquista da cidadania. Isto é, com o intuito de ganhar o eleitorado e manter o controle do Colégio Eleitoral que se reuniria em 1985, o governo reformulou a política educacional e, para tanto, buscou assimilar algumas das bandeiras críticas da sociedade civil popular.

Interessante observar que, em 1986, iniciou-se o Projeto de Educação Básica para Jovens e Adultos na Baixada Fluminense — Projeto Baixada — por meio de parceria estabelecida entre o poder público (Fundação Educar) e diversas entidades representativas dos movimentos populares da Baixada Fluminense (ANDRADE, 1993). O Projeto Baixada apresentou como prioridade alfabetizar jovens e adultos excluídos do sistema educacional. Desfrutou de uma intensa capilaridade, atuando não só na alfabetização como na formação de uma rede de educadores. Entretanto, teve uma vida muito efêmera, pois, assim que Collor de Mello assumiu a Presidência, em 1990, o programa foi extinto. Segundo Souza Junior (2012, p. 18), a extinção do programa sob a tutela da Fundação Educar significou o "fechamento de um grande ciclo da história da educação brasileira que envolve a ampliação e democratização das oportunidades de escolarização primária desde os anos de 1940". O encerramento reitera a marca da descontinuidade, característica recorrente no campo das políticas educacionais.

Apesar do curto tempo, distintos sujeitos que integraram a organização e implementação do Projeto Baixada, por meio da Educar, relatam memórias de êxito, indicando a consolidação da proposta naquele território, expressa no prêmio recebido da Unesco. Entretanto, entrevistas realizadas em outros territórios por Souza Junior (2012) apresentam uma leitura distinta, visto que objetivos maiores são esmaecidos em prol de interesses privatistas, como a prática de corrupção, a publicação de obras não afins ao projeto da Educar, as comissões expressivas para os que ocupavam cargos-chave em contraposição aos parcos salários dos professores que atuavam na linha de frente. O que teria, então, marcado tal diferença entre o projeto desenvolvido na Baixada e nos

demais territórios? Possivelmente, os movimentos sociais e sindicais, com larga experiência, teriam contribuído para esse caráter diferenciado, assim como a presença de técnicos progressistas e comprometidos com o ideário de Paulo Freire, mas tal problemática requer uma investigação mais detida, a fim de recuperar a ação desses sujeitos individuais e coletivos.

O projeto da Fundação Educar, na avaliação de Souza Junior (2012), foi, em aspectos essenciais, uma continuidade do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criado pela ditadura com o intuito de apagar da memória coletiva os movimentos de educação popular ocorridos no início da década de 1960, como a "Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler", "Movimento de Educação de Base" (MEB), "Movimento de Cultura Popular" ou os "Centros Populares de Cultura" (CPC), vinculados à União Nacional de Estudantes. Terá sido isso que motivou o Movimento de União de Bairros (MUB) a não participar do projeto no primeiro ano de existência na Baixada Fluminense? Contudo, após um ano do início do Projeto Baixada, o MUB aceitou participar dele. Considerando seu histórico de lutas e resistências, o que teria feito o MUB mudar de ideia? Vale aclarar que, embora a luta do MUB tenha se iniciado em 1979, a entidade só foi registrada em 15 de maio de 1983 como Federação Municipal das Associações de Bairros de Duque de Caxias. Adotou a sigla MUB por conta do histórico Movimento de União de Bairros. Em 2002, para atender à dinâmica da realidade, o nome registrado foi alterado para Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias, visto que no mesmo bairro pode haver mais de uma associação (ALCÂNTARA, 2011). Essas são algumas questões que marcaram a educação da Baixada e merecem um olhar acurado.

Diante do exposto, salta aos olhos a pouca escuta do Estado em relação às demandas populares da Baixada, e, ao mesmo tempo, a relevância da ação dos movimentos sociais de cunho popular, das organizações sindicais e partidárias no processo de lutas por direitos sociais, inclusive a Educação. Portanto, pesquisar a história e a política educacional em Duque de Caxias requer o entrelaçamento de distintas forças, agentes e agências, como também o enredamento entre o contexto micro e macro, em suas distintas escalas, na tensão entre centro e periferia.

Para tanto, reconhecemos os desafios impostos ao pesquisador da História da Educação na Baixada Fluminense, sobretudo no período recortado:

escavação dos documentos domésticos ou caseiros de distintos agentes e agências, de arquivos escolares; mapeamento dos acervos nos arquivos públicos [Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, principalmente quando o objeto estiver relacionado ao governo federal]; identificação de fontes nos arquivos locais [Centro de Memória da Educação, no Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (Pinba), da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/Uerj), Instituto Histórico de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento, Cedim/UFRRJ, da Cúria Diocesana de Caxias e de Nova Iguaçu]; investimento em história oral, já que estamos aqui nos referindo a uma história recente ou presente.

Nesse último caso, é possível trabalhar biografia ou história de vida dos militantes, dos estudantes; roda temática com mais de um depoente; roda com pessoas que conviveram com algum personagem marcante já falecido. Caso similar foi realizado pelo Museu Vivo do São Bento e pelo Projeto Comunidade Educadora. Para viabilizar acesso a informações sobre a parteira Odete, já falecida, foi realizada uma roda com o filho mais velho; com uma amiga que teve sete filhos com a parteira; uma vizinha nascida com a ajuda de Odete e que foi a seguir adotada por conta da intermediação dela; da diretora da Creche Municipal Parteira Odete, lugar de memória da presença desse personagem marcante; e uma pessoa que acompanhou o Projeto Baixada Viva do governo do estado (uma de suas ações foi a construção das creches no bairro).

As ações da sociedade política, com ênfase na atuação do poder municipal, podem ser levantadas no acervo da imprensa local e das atas da Câmara disponíveis para consulta no acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Para a pesquisa da atuação dos movimentos sociais, cabe percorrer os acervos resguardados pelas associações e pelo Sepe, como também realizar entrevistas com agentes desses movimentos que atuaram em campanhas educacionais.

Entendemos que a História da Educação local deve ser analisada na confluência com as demais escalas, com as diretrizes e os debates educacionais que ocorriam em âmbito estadual e federal. Para tanto, (re)ler fontes legais é importante, mas não de forma subserviente, pois isso seria apenas reforçar o discurso oficial. Faz-se necessário contextualizar, tecer perguntas às fontes

legais, como, aliás, a qualquer documento, buscando ler o não dito, pois ele "não fala por si só", não expressa a realidade em si. Embora o aparato jurídico atenda geralmente aos interesses das classes dominantes, não há uma correspondência linear, direta e simplista, pois a lei

> [...] pode ser vista instrumentalmente como mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora. Mas devemos avançar um pouco mais em nossas definições. Pois se dizemos que as relações de classe existentes eram mediadas pela lei, **não é o mesmo que dizer que a lei não passava de tradução dessas mesmas relações**, em termos que mascaravam ou mistificavam a realidade. Muitíssimas vezes isso pode ser verdade, mas não é toda a verdade. [...] A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que **mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa.** Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa. E, ademais, não é frequentemente que se pode descartar uma ideologia dominante como mera hipocrisia; mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos. [...] O direito pode ser retórico, mas não necessariamente uma retórica vazia. (THOMPSON, 1998, p. 353-354, grifo nosso).

Importa notar, contudo, que as fontes escritas não se restringem ao acervo de cunho legal, mas abarcam qualquer tipo de registro encontrado que possa contribuir com a pesquisa. Além disso, a história oral já mencionada é essencial não só com o fito de ampliar a natureza das fontes, possibilitando um rico entrecruzamento, mas sobretudo para privilegiar o olhar de sujeitos individuais e coletivos (MUB, Sepe/DC) comprometidos com os movimentos organizados da sociedade civil popular. Nesse trabalho com as oralidades, o pesquisador poderá ainda fazer contatos com informações mais qualitativas e subjetivas dos sujeitos, recolher emoções e frustrações, capazes de afirmar uma maior intimidade do pesquisador com esse tempo histórico e com os seus sujeitos. Caminhos que podem ser decisivos na leitura do movimento do homem no tempo.

Nessa perspectiva, importa dizer que o conceito de "sociedade civil", no arcabouço gramsciano, não pode ser pensado isoladamente, tampouco é um instrumento neutro, sendo uma noção política e componente essencial para se conquistar a hegemonia. Sociedade civil é lugar de dominação, mas também possibilidade de transgressão, de resistência, de organização de uma contra-hegemonia. Assim, certos movimentos organizados pela sociedade civil podem dialogar com o aparato jurídico, com a sociedade política, seja para exigir o

cumprimento da lei, seja para a disputa de interpretações ou mesmo para sua contestação.

Dentro dessa lógica, tais ações organizadas pela sociedade civil podem contribuir para a democratização do próprio Estado. Semeraro ressalta que a visão gramsciana se opõe às concepções deterministas, que enfatizam "o primado da estrutura e a objetividade da realidade", conduzindo a posições políticas estéreis do ponto de vista das classes subalternas, já que tais concepções tendem a estimular o imobilismo diante de uma visão fatalista da história. Ou seja, "quando as classes subalternas pensam em seguir as 'leis da história', se submetem, de fato, à história feita pelos outros", conclui Semeraro (2006, p. 99). Contrariamente a essa concepção em que os sujeitos estão adormecidos, marionetes de uma estrutura implacável, Gramsci insiste, segundo Semeraro, "sobre a centralidade do conceito de história como processo, sobre a valorização da responsabilidade dos sujeitos e sobre a importância decisiva atribuída às organizações das classes subalternas".

Cabe reconhecer, contudo, que as estruturas existem, que somos herdeiros de uma história incorporada ou de mundo herdado, movemo-nos mantendo ou alterando as estruturas e as heranças. Na medida em que o herdeiro constrói uma consciência das heranças e é capaz de desnaturalizar as suas incorporações, poderá melhor fazer as escolhas do que quer manter e do que quer descartar. O movimento por vezes é árduo e lento, sendo necessária a construção de forças coletivas. Aqui neste caso, reconhecer as organizações da classe trabalhadora e as suas movimentações coletivas permite-nos identificar os narradores e as suas experiências, assim como as conquistas estabelecidas ou os retrocessos — e talvez reencontrar utopias e projetos de emancipação humana.

16.3 REFLEXÕES FINAIS, AINDA QUE PROVISÓRIAS

No campo da História da Educação, Bezerra, Borges e Pinheiro (2021) apresentam um balanço da produção acadêmica das últimas décadas acerca da Baixada Fluminense e evidenciam a pujança desse movimento. Afinal, teses, dissertações, monografias vêm debatendo diferentes temas, trabalhando com variadas fontes e abordagens em distintos períodos. Muitos trabalhos já apresentam a Baixada não como mero cenário ou papel coadjuvante, mas como protagonista. Essa história local mostra particularidades, vitalidade e, ao

mesmo tempo, expressa interlocuções, diálogos, relações repletas de disputas e tensões com a história inscrita nos marcos regional, nacional e internacional.

Se o balanço expressa avanços, fica claro que é um movimento que requer continuidade das pesquisas não só para adensar os debates em curso, como também contribuir para sanar muitas das lacunas ainda existentes. Além das lacunas, enquanto temas ou períodos não abordados, problemáticas de ordem teórica e epistemológica no trato da História da Educação local carecem de estudos, como ressaltam Bezerra e Silva (2019) ao debaterem as produções dos três Encontros de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro (EHED), ocorridos em 2007, 2010 e 2013.

Tendo em vista que a emergência de estudos no campo da História da Educação sobre a Baixada Fluminense é relativamente recente, e são ainda mais rarefeitos estudos no recorte temporal ora proposto, almejamos ter despertado a importância sobre as férteis possibilidades de fontes de pesquisa existentes na Baixada sobre a Baixada. Estruturados ou em construção, há arquivos e acervos de natureza distinta no Sepe, no CEPEMHed, no Instituto Histórico de Duque de Caxias, no Museu Vivo do São Bento, com suas exposições, projetos e preciosas *lives*, disponíveis no YouTube, além das associações como o MUB. Ademais, há fontes que tratam da Baixada, mas estão localizadas em outros espaços, como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Esse vasto conjunto nos instiga a enveredar em pesquisas a fim de produzir conhecimento sobre a História da Educação local, podendo, portanto, contribuir com a formação continuada de docentes das redes públicas da Baixada Fluminense.

Outra faceta igualmente importante é reconhecer a riqueza dessas agências e desses movimentos enquanto espaços qualitativos de formação, construídos pelos trabalhadores, ora no sindicato, ora nas lutas encetadas pelas mulheres, pelos negros, que contribuem para pensar e (re)conhecer esse território como um espaço educador. Território com desafios complexos numa arena de disputas que também se expressam no campo educacional. Por isso, como já exposto, tal como na sociedade em geral, é possível localizar projetos educacionais antagônicos, pois, se alguns apostam em práticas pedagógicas que primem pelo caráter crítico e emancipatório, outros objetivam, ainda que não de forma explícita, silenciar o estudante, moldá-lo para que aceite resignadamente a ordem social vigente.

Por último, mas não menos importante, pesquisar a Baixada com muitos dos acervos disponíveis na própria Baixada pode contribuir com o esforço de um pensamento crítico da História da Educação fluminense, preenchendo lacunas de temas pouco investigados, o que implica o fortalecimento do campo acadêmico. Tal movimento ganha maior relevância diante das estratégias/ações, institucionalizadas ou não, que buscam negar o valor do conhecimento científico, rechaçar o valor da democracia e apresentar a Educação como mercadoria, e não como direito. Diante dos retrocessos recém-vividos, investigar seguindo cânones do mundo acadêmico é também uma forma de resistência, especialmente em se tratando de áreas periféricas que, em geral, ganham visibilidade midiática enquanto territórios estereotipados, repletos de preconceitos. Insta, assim, realçar a possibilidade de se pesquisar a Baixada tendo por horizonte a construção de outros olhares, outras narrativas.

REFERÊNCIAS

Alcântara, Alzira Batalha. *Pacto federativo, educação e participação*: uma República para todos? Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio*: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2003.

ALVES, José Cláudio. *Igreja Católica*: opção pelos pobres, política e poder. O caso da Paróquia do Pilar. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. *Nos limites do possível*: uma experiência político-pedagógica na Baixada Fluminense. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, 1993.

BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha; BORGES, Angélica; PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. Grande sertão Baixada e as veredas da historiografia da educação local. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 29-58, set./dez. 2021.

BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha; SILVA, José Cláudio Sooma. Quintais da história da educação fluminense: balanços, gangorras e escorregos. *Revista Contemporânea de Educação*, [*S. l.*], v. 14, n. 30, maio/ago. 2019.

BONATO, Nailda; XAVIER, Libânia. Das possibilidades abertas para a pesquisa em história da educação no Rio de Janeiro. *In*: BONATO, Nailda; XAVIER, Libânia (org.). *A história da educação no Rio de Janeiro*: identidades locais, memória e patrimônio. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O município de Duque de Caxias e a ditadura militar (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

CANTALEJO, Marriete de Sousa. Jovens no limbo. *Um estudo exploratório da EJA diurno no município de Duque de Caxias.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da. *Patronato São Bento*: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969). Rio de Janeiro: PPGEC/Uerj, 2017.

DABUL, Ligia. Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial. *Cadernos do Cedi*, 17, Rio de Janeiro, 1987. (Unidade e prática de fé: Pastoral Ecumênica da Terra em Xerém).

DAVID, Fatima Bitencourt. Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense – CEPEMHEd. *In*: BONATO, Nailda Marinho da Costa; XAVIER, Libânia (org.). *A história da educação no Rio de Janeiro*: identidades locais, memória e patrimônio. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FÓRUNS EJA BRASIL. *Cedi - Centro Ecumênico de Documentação e Informação*. [*S. l.*]: Fóruns EJA Brasil, c2023. Disponível em: http://forumeja.org.br/node/2931. Acesso em: 23 fev. 2023.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOMES, Alexander. *Religião-política*: construção da memória de dom Adriano Hypólito. Curitiba: Appris, 2017.

KRONEMBERGER, Adriana. *Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu*. São Paulo: Fonte, 2019.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). *In*: MEDEIROS, Leonilde S. de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo*: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*: 1964-1992. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

MONTEIRO, Wanderléia Torma. *Fios de uma história*: entrelaces em experiências de educação de jovens e adultos em Duque de Caxias (anos 1980/1990). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa (org.). *De Iguassu à Baixada Fluminense*: histórias de um território. Curitiba: Appris, 2019.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária:* o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SALES, Jean; FORTES, Alexandre (org.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar*: movimentos sociais, repressão e poder local. Curitiba: Prismas, 2016.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

SOUZA, João Pedro de. Entrevista com João Pedro de Souza Neto. [Entrevista cedida a] Adriana Maria Ribeiro. *In*: SALES, Jean; FORTES, Alexandre (org.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar*: movimentos sociais, repressão e poder local. Curitiba: Prismas, 2016.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

SOUZA JUNIOR, Mauro Roque. *A Fundação Educar e a extinção das Campanhas de Alfabetização de Adultos no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

THOMPSON, Edward. P. *Senhores & caçadores*: a origem da Lei Negra. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRABALHADORES urbanos no Brasil/1980. *Aconteceu* [*Cadernos do Cedi*], Rio de Janeiro, n. 7, jun. 1981. Caderno especial.

UMA GREVE pelo direito ao trabalho: Fiat 1981. *Aconteceu* [*Cadernos do Cedi*], Rio de Janeiro, n. 8, out. 1981. Caderno especial.

---

[138] *Aconteceu* é um boletim semanal publicado pelo Cedi contendo os fatos destacados da imprensa diária, dirigido aos trabalhadores, aos índios, às lideranças sindicais e aos agentes da pastoral.

INSTITUTO HISTÓRICO: A FUNÇÃO EDUCATIVA NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS (2001-2008)

Eliana Santos da Silva Laurentino

17.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 13 de abril de 1971, o prefeito Francisco Estácio da Silva autorizou ao "Dr. Elias Lazaroni, diretor geral da secretaria, a tomar as necessárias providências para a fundação e funcionamento do Museu Histórico Municipal" (AUTORIZAÇÃO, 1971, s/p). A criação do Instituto Histórico na Câmara Municipal (IH CMDC), em 1971, inaugurado em 1973, foi realizado em um momento conturbado da política no país. Nesse sentido, a instituição parece ter cumprido, inicialmente, um papel de solidificar uma imagem de confiabilidade da cidade, utilizando a figura do Duque de Caxias, patrono da cidade, como mecanismo de minimizar as visões de resistência e luta no território e promover um diálogo com o novo regime político. Contudo, a organização do espaço, que difere do modelo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), manteve-se com base em um corpo social que foi construindo outras demandas para a instituição. O Instituto Histórico de Duque de Caxias se tornou um lugar de memória e ao longo dos anos uma referência para os pesquisadores que desejam se debruçar sobre a história da Baixada Fluminense[139], constituindo-se com ações que promoveram diferentes narrativas sobre o território.

Desse modo, o presente texto decorre do doutorado cujo título da tese é: "Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)". O objetivo geral do trabalho foi analisar as dimensões de poder da produção do conhecimento com base na criação de um instituto histórico, considerando os interesses políticos dos intelectuais nas obras, o impacto no desenvolvimento de pesquisas com foco na história local e a divulgação das produções, em uma perspectiva de escala (REVEL, 1998). Especificamente neste trabalho, será

abordado o processo de criação da instituição e como o encontro geracional, com a criação da Associação de Amigos do Instituto Histórico (Asamih), foi significativo para a manutenção do espaço e da defesa do acervo, especialmente com base na *Revista Pilares da História*. Assim, desde sua criação, o IH promoveu ações educativas de conservação e divulgação do acervo, com diferentes usos do passado.

O Instituto Histórico em Duque de Caxias recebeu a autorização de criação do espaço, em 1971, no contexto do enquadramento do município como área de segurança nacional, durante o período da ditadura militar no Brasil. Com a abertura política, em 1985, o instituto histórico atravessou momentos de transições, e somente por meio da criação de uma Associação de Amigos do Instituto Histórico, em 2001, promoveu um encontro geracional entre os membros em defesa do acervo e da manutenção do espaço, que resultou, em 2008, em sua transformação em ponto de cultura por meio de um projeto estadual.

Entre as particularidades do instituto, está o fato de ele estar localizado dentro da Câmara Municipal de Duque de Caxias e pertencer ao Poder Legislativo. Além disso, não constam membros fixos ou transitórios; desde sua inauguração, o espaço possui uma direção e funcionários técnicos, contratados pela própria câmara, vinculados às atividades de preservação e organização documental, diferindo do modelo do IHGB, que possui eleições de seus membros, e organiza-se considerando que:

> [...] os sócios são eleitos por Assembleia Geral, nas seguintes categorias: Eméritos, Titulares, Honorários e Correspondentes, brasileiros e estrangeiros. Os Sócios Institucionais completam o Quadro Social (QUADRO SOCIAL IHGB, 2018).

Essas particularidades da instituição estão relacionadas ao contexto de criação da instituição. Duque de Caxias, na década de 1970, precisava fortalecer uma imagem de cidade pacífica e estreitar as relações entre o poder Legislativo e o novo regime político. Isso parece ter sido expresso com a construção de um "conglomerado educacional" construído dentro da própria câmara, que era constituído pela Biblioteca José do Patrocínio, criada em 1970; pelo Instituto Histórico, em 1971; e pelo Teatro Procópio Ferreira, criado em 1975. O vereador e presidente da casa Laury Villar, em 1975, afirmou sobre a inauguração do teatro:

> A ideia de ampliar a sede do Legislativo deveu-se a grande aceitação que teve a instalação há cerca de 3 anos a da Biblioteca e do Instituto Histórico, visitados por

> milhares de pessoas, especialmente jovens. (CÂMARA MUNICIPAL...LUTA DEMOCRÁTICA, 1975, p. 7).

Esses investimentos culturais no município estavam ligados direta e indiretamente às disputas de projetos políticos na cidade, uma vez que Duque de Caxias era considerado um forte reduto eleitoral no estado. O município, que atualmente está dividido em quatro distritos — Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém — e conta com mais de 855.048 habitantes[140], sendo a terceira cidade mais populosa do estado do Rio de Janeiro, pode ser considerado uma área estratégica economicamente, mesmo antes de sua emancipação[141]. Desde a década de 1940, sob o projeto de colonização e de desenvolvimento industrial do Estado Novo, a região recebeu a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), que com a construção de uma Siderúrgica em Volta Redonda seriam um impulso para a promoção da indústria de base no Brasil (SOUZA, 2014, p. 125).

Souza (2014) confere atenção ao processo de ocupação do território da Baixada Fluminense, em especial Duque de Caxias, apresentando o jogo de interesses dos grupos dominantes locais e suas articulações com os núcleos centrais de poder como parte do processo de construção desse território. Além da FNM, o município recebeu na década de 1960 a implementação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), e a primeira empresa petroquímica brasileira, Fábrica de Borracha (Fabor), em 1962. Posteriormente, outras empresas se instalaram no entorno, compondo o chamado "polo petroquímico" (SOUZA, 2014).

Duque de Caxias teve um papel central durante os anos de 1969 e 1985, pois foi, inicialmente, o único município do Rio de Janeiro a ser enquadrado como área de segurança nacional[142]. Posteriormente, Angra dos Reis e Volta Redonda também foram incluídos, em 1969 e 1974, respectivamente (CANTALEJO, 2008, p. 99).

Com o enquadramento do município como área de segurança nacional, as autoridades locais pareciam acreditar que uma memória de resistências de lutas sobre a cidade teria forte impacto para a decisão de uma intervenção direta no município. Promover um apagamento sobre as ações no território seria uma forma de construir uma memória que se desejava, afinada ao discurso de progresso do novo regime político.

Muitos políticos locais já sinalizavam os perigos de determinadas ações no município. Isso foi expresso por Tenório Cavalcanti, nos anos 1950, ao afirmar, segundo Marlucia Souza, que: "Caxias era um foco de comunistas" (SOUZA, 2014, p. 189), já que a cidade foi palco do movimento camponês, das ações dos militantes na FNM e posteriormente da organização sindical petroleiros da Reduc, em 1962.

Essa imagem se fortalece diante do saque de 1962 à cidade. O cenário nacional não era favorável, a população estava sofrendo com o crescimento da inflação, das perdas de salários e da sonegação de alimentos por parte dos produtores e dos comerciantes devido à desvalorização das mercadorias. Em meio a uma crise econômica somada às disputas políticas, foi organizada uma greve geral no país, marcada para o dia 5 de julho de 1962 (SOUZA, 2014, p. 236). Por conta da greve geral, cerca de 20 mil pessoas se aglomeraram na Praça do Pacificador, no centro da cidade de Duque de Caxias, à espera do transporte público. A notícia de existência de feijão escondido nas lojas da região provocou agitação e o início dos saques no comércio. De acordo com Souza (2014, p. 238), o "saque iniciado em Caxias se espalhou pela Baixada. Cerca de 42 pessoas morreram, setecentas ficaram feridas e dois mil estabelecimentos comerciais foram atingidos". A repercussão nos jornais e revistas foi intensa; e a resposta dos comerciantes, praticamente imediata[143].

Além da reação violenta dos comerciantes locais, essa visibilidade midiática do saque de 1962 promoveu outros contornos políticos para a cidade após o golpe de 1964. A inclusão de Duque de Caxias como área de segurança nacional, em 1969, potencializou a leitura do Legislativo de que o evento na mídia teria influenciado tal decisão.

O que se seguiu nos noticiários locais depois da inclusão da cidade foi uma onda de reivindicações do Legislativo para revogar o ato, ou mesmo minimizar os efeitos da intervenção. Assim, recuperar a figura do "Duque de Caxias", o patrono, para criar uma imagem próxima do Legislativo da cidade com o novo regime político foi crescente nos anos seguintes do regime. Foram intensificadas atitudes com o objetivo de estabelecer relações "amigáveis", como as premiações de lideranças do governo com o título de "cidadão duquecaxiense", além de utilização das comemorações recorrentes na cidade no dia 25 de agosto, dia do patrono da cidade, para estreitar laços com os militares.

Os fatores internos na cidade alteram os encaminhamentos das ações, pois estava em jogo a eleição do presidente da câmara de vereadores para o início do período legislativo. Assim, como não tinha prefeito nomeado, o cargo seria ocupado pelo então presidente da câmara, Francisco Estácio da Silva, parente de Ruyter Poubel[144] e Zoelzer Poubel, que recebeu apoio de nove vereadores de MDB e três vereadores do Arena. Somando-se os acontecimentos internos, outros agentes realizaram esforços para alterar ou minimizar os efeitos da intervenção. José Peixoto Filho, em 1968, que se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro pelo MDB, e possuía um forte reduto eleitoral em Duque de Caxias, onde foi vereador na década de 1950[145], seria uma dessas vozes no Congresso, pautando a situação do município. O jornal *O Municipal* registrou que o deputado por inúmeras vezes levantou a questão de Duque de Caxias ser mantida como área de interesse de segurança nacional no Congresso, como pode ser observado no: "Diário do Congresso de 13 de abril de 1971, pág 115, de 06 de maio de 1971, pág 756, e de 14 de junho de 1971, pág. 1830" [...].(O MUNICIPAL, 1972, p. 3). O relato do deputado enfatizou o papel dos líderes da câmara municipal, destacando o governo de cinco meses de Francisco Estácio da Silva (presidente da câmara, que assumiu interinamente), ao dizer:

> Câmara Municipal de Duque de Caxias, subscrito por seus ilustres edis, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pedindo "a devolução da autonomia municipal à terra que serviu de berço ao patrono do nosso Exército". Fui distinguido pelos vereadores da minha terra com a honrosa incumbência de ser o portador desse memorial como toda a imprensa divulgou, aproveitei a audiência da Comissão de Finanças da qual faço parte, para desincumbir-me da missão que me fora confiada. Ao entregar ao Presidente Médici o memorial dos vereadores da "Cidade Progresso", **fiz ciente a Sua Excelência de que o Presidente da edilidade duquecaxiense governou o município durante mais de cinco meses, num clima de tranquilidade, o que bem demonstra e caracteriza a nova imagem do Município, cujo povo ordeiro, patriota e laborioso, "está integrado nos seguros e progressistas destinos traçados pelo Governo Revolucionário",** impondo-se, consequentemente, o atendimento do apelo de mais de 500 mil duque-caxienses consubstanciado no memorial da Câmara Municipal. Nessa oportunidade, aos membros da Comissão de Finanças mantiveram cordial diálogo com o Sr. Presidente da República, que, a certa altura afirmou "a colaboração do Poder Legislativo é valiosa, não só para o Poder Executivo" [...].(O MUNICIPAL, 1972, p. 3, grifo nosso).

José Peixoto Filho enfatizou o governo de Francisco Estácio reforçando o "clima de tranquilidade" do governo, que estaria de acordo com a própria "imagem do Município" de ordem e progresso. O dito memorial realizado pelos "edis"[146] é um movimento de registro sobre um passado desejado para o

território, com uma determinada expectativa que visava a autonomia de eleição no município. Para tanto, era necessário alimentar uma imagem, como consta no relato de José Peixoto:

> Nos dois primeiros discursos procurei defender a nova imagem do município que tenho a honra de representar nesta Casa, acentuando que, mesmo desconhecendo os motivos que levaram o Governo Revolucionário a privar o povo da terra berço do Patrono do glorioso Exército Brasileiro de escolher livremente o seu Prefeito, acreditava que o Sr. Presidente da República reexaminava o assunto, **depois de convencer-se que a "Cidade Progresso" não é aquela comuna que durante tanto tempo, teve o seu laborioso povo caluniado** e injuriado pelos noticiários sensacionalistas sem efeito o ato punitivo, devolvendo aos duquecaxienses o direito que lhes era assegurado desde 1947 de votar em eleições diretas para Prefeito e Vice-Prefeito Municipais. Ressaltar que em 1960, Duque de Caxias, tinha uma população de 330 mil habitantes [...]. (O MUNICIPAL, 1972, p. 3, grifo nosso).

Esse movimento para criar ou reativar essa imagem e gerar um apagamento de ações passadas parecia ultrapassar o interesse de revogar o ato. As lideranças, além de utilizar as medidas de registro de uma imagem da cidade para estreitar diálogos e participação política no governo, também pareciam se utilizar dessas medidas como um forte apelo político ao povo, divulgando nos noticiários suas constantes e insistentes lutas pela "terra".

A negação de uma Duque de Caxias como uma ameaça e a criação de uma imagem chamada de "Cidade Progresso" foram se configurando desde o enquadramento como área de segurança nacional, e parecem ter ganhado corpo com a criação e inauguração do Instituto Histórico, autorizado no governo de Francisco Estácio.

O instituto ocupou esse lugar de memória, cumprindo um papel de referência de práticas comemorativas e visando à manutenção de um passado desejável à imagem da cidade, ou seja, de que "*não era aquela comuna*". Como nos lembra Pierre Nora (1993, p. 13), esses lugares são criados no entendimento de que a memória não se constrói livremente, mas é alimentada por arquivos, aniversários e celebrações. Esses foram usos recorrentes na cidade, que durante o regime militar parecem ter sido potencializados. As premiações realizadas na Câmara Municipal de Duque de Caxias e eventos constantes, fossem no Instituto Histórico, com sede na própria Câmara Municipal, fossem no Museu da Taquara, espaço localizado no terceiro distrito de Duque de Caxias, fizeram referência ao patrono da cidade, o Duque de Caxias, e foram matérias de muitos jornais locais. De acordo com o jornal a

seguir, os festejos eram associados às inaugurações, reforçando a imagem de ordem e progresso.

> A "Semana de Duque de Caxias" terá início hoje às 10 horas com a solenidade que o 1º Exército e a Prefeitura promoverá no Museu Histórico localizado na antiga Fazenda Taquara, em Imbariê, onde nasceu Luís Alves de Lima e Silva. Domingo o prefeito Américo Barros **inaugura a estrada** DC45. (O MUNICIPAL, 1980, p. 1, grifo nosso).

Essas demandas e valorizações para consolidar uma memória coletiva para a região também eram uma resposta aos acontecimentos do período que colocaram em evidência o IHGB. O governo federal realizou grandes comemorações em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972. Assim, se, no ano de criação do instituto em Duque de Caxias, 1971, a documentação registrava "Museu Histórico Municipal", no ano de inauguração, 1973, a referência era "Instituto Histórico". A escolha do nome parecia estar vinculada à influência do evento, já que os jornais locais registraram os festejos de comemoração que tiveram participação ativa do IHGB e de seu então presidente, Pedro Calmon. Em novembro de 1972, o jornal *Luta Democrática*, sob o título "Festejos do Rio", apontava:

> [...] no Rio de Janeiro, no dia 5, haverá duas inaugurações; obras da Cidade Universitária da UFRJ, na Ilha do Fundão, e a nova sede do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, ocasião em que haverá no local uma sessão solene. ((FESTEJOS DO RIO, LUTA DEMOCRÁTICA, 1972, p. 8).

De acordo com Janaina Martins Cordeiro (2012), o ano de 1972 seria saudado pelo governo do General Emílio Garrastazu Médici com grandes comemorações. A ideia de um país do presente seria festejada por conta dos 150 anos da nação, o ano do Sesquicentenário da Independência. Para a autora, o estudo dessa comemoração seria uma forma de observar os mecanismos de formação de um consenso na sociedade para a sustentação da ditadura naquele período. "As festas deveriam ser grandiosas, fazendo jus ao quadro palpitante das realizações brasileiras. [...] Ao mesmo tempo, a festa deveria ser uma imponente evocação patriótica" (CORDEIRO, 2012, p. 17).

Em Duque de Caxias, o registro sobre o evento de 1972 foi intenso, e mantidos os acompanhamentos das continuidades da comemoração, como foi em 1973 com o "Sesquicentenário da Assembleia Nacional". Sendo Duque de Caxias uma área de segurança nacional, o Legislativo foi o que mais instrumentalizou determinados espaços para fortalecer o papel desse poder

com a sociedade e ao mesmo tempo construir uma memória de povo pacífico, como o próprio patrono, e favorecer o diálogo com os interventores na região. Ao que se assistiu, nos primeiros anos do Instituto Histórico, foi uma instrumentalização de lugar de memória, mas que recebeu ao longo dos anos outros usos entre os pesquisadores da região.

17.2 UMA ASSOCIAÇÃO PARA O "AVIVAMENTO" DO INSTITUTO

A cidade de Duque de Caxias é herdeira de uma cultura histórica da Baixada Fluminense, logo a valorização cultural e o avivamento do IHGB durante a ditadura militar receberam boa acolhida pelos agentes da região. A primeira diretora do IH foi Elaine Estácio da Silva, irmã do ex-prefeito da cidade Francisco Estácio da Silva, que, no período da institucionalização do instituto, ocupava a presidência da câmara. Elaine teve Dalva Lazoroni como sucessora na direção, irmã de Elias Lazaroni, que foi chefe de gabinete no governo de Moacyr do Carmo, em 1966. Dalva ficou no cargo até 1986 (MARQUES, 2005).

Criar um instituto como um lugar de memória com objetivo de alargar uma consciência comemorativa da história está de acordo com o que nos apresenta Nora: "fala-se tanto de memória porque ela não existe mais" (NORA, 1993, p. 10), ou seja, a busca de defesa de algo que não estaria ameaçado não seria necessária. E isso foi visto com a criação de um instituto com ênfase na figura do patrono e da imagem de uma cidade pacífica, no exercício de massificação dessa memória coletiva.

Contudo, o que se apresentou durante os anos seguintes foi a construção de disputas de memórias entre agentes que são parte dessa cultura histórica na Baixada Fluminense. Trata-se de pesquisadores que atuaram em diferentes agências ao longo dos anos e que impactaram e sofreram impactos nos processos de tempo que envolviam a própria escrita da História. Esses agentes realizaram diferentes trabalhos de pesquisa sobre a região, organizaram cursos, livros e eventos, com articulações entre projetos políticos e historiográficos.

Durante os primeiros anos de existência da instituição, as atividades desenvolvidas no espaço estavam associadas aos interesses de memória do regime político da ditadura militar, em diálogo com os projetos fluminenses. Em 1975, com a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro,

ocorreu uma valorização de ações que visavam à construção de uma identidade fluminense, que fomentou a centralidade das demandas antigas de infraestrutura na região e investimentos de produções historiográficas para legitimar projetos políticos.

A presença de lideranças influentes no espaço sugere que os institutos municipais têm relevância na produção da escrita sobre história local, pois ocupam um lugar de autoridade e de referência sobre as narrativas do passado. Assim, o interesse de diferentes intelectuais, com trabalhos no campo, de se vincularem à instituição faz com que o espaço promova um diálogo e a incorporação de diferentes regimes historiográficos.

A escrita da história é um reflexo da prática e das intenções de articulação que a temática permite construir. Como apresenta Certeau (1982, p. 88), "não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber". Desse modo,

> [...] encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". (CERTEAU, 1982, p. 56).

Considerar que a escrita da História é resultado de uma operação historiográfica e decorrente de um lugar de produção é instrumental para a própria análise das escritas advindas do instituto. Contudo, a relação entre a escrita, os agentes e o instituto pode ser mais bem analisada quando observadas as conexões entre o regime de historicidade e o regime historiográfico. Fernando Nicolazzi (2017) chama atenção para as várias formas de historiografia que podem emergir em um mesmo regime de historicidade. Em linhas gerais, em seu estudo, ele identificou que uma série de textos produzidos entre as décadas de 1870 e 1940 permitiu a percepção da diversidade das formulações que nem sempre estão de acordo com os mesmos princípios epistemológicos. Nas palavras de Nicolazzi (2017, p. 25):

> Hartog já alertou para o fato de que, se há uma ligação evidente entre regime de historicidade e regime historiográfico, ela não é de forma alguma mecânica, e carrega em si a possibilidade de despertar um olhar diferenciado sobre o fazer da história ou, em outras palavras, sobre os regimes historiográficos possíveis.

Para Nicolazzi (2017), a operação historiográfica de Certeau seria muito profícua, mas, naquele momento, esse autor não teria articulado de forma mais

intensa a escrita da história e a experiência de tempo. Nesse sentido, Nicolazzi (2017, p. 26) acrescenta:

> [...] um regime historiográfico, sem perder de vista a operação que lhe dá sentido, direciona o olhar analítico a seu entorno, às expectativas projetadas a ela e as suas formas de recepção; remete ainda à experiência de tempo que torna possível definir as relações entre passado, presente e futuro.

As relações entre os projetos historiográficos e os vínculos e interesses políticos foram recorrentes, desde os escritos de Matoso Maia Forte, em 1933, com os projetos de memória para a comemoração do centenário do município de Iguaçu, bem como com a fundação da Arcádia Iguaçuana, na década de 1950, na qual os intelectuais se organizaram diante de um projeto histórico para superar as crises das transformações socioeconômicas do período, até a criação dos institutos históricos e os espaços museais.

Além do Instituto Histórico de Nova Iguaçu, em 1960, do Instituto Histórico em Duque de Caxias, na década de 1970, do Instituto Histórico e Geográfico de São João de Meriti, na década de 1980, e do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPABH), na década de 1990, podemos considerar a criação do Museu Vivo do São Bento (MVSB), nos anos 2000, como representação da importância atribuída pelos pesquisadores ao registro sobre o passado.

A participação ativa de alguns desses membros no Instituto Histórico de Duque de Caxias parece ter sido ensaiada com organização de uma agremiação na década de 1990, com nomes como Barboza Leite e Stélio Lacerda. Lacerda, que foi secretário de Cultura na década de 1990, permaneceu entre os nomes da segunda agremiação, a Associação dos Amigos do Instituto Histórico, com figuras que ocuparam cargos significativos, como Gênesis Torres, chefe de gabinete do secretário de Educação de São João de Meriti, na década de 1980. As redes políticas dos agentes favoreceram a perpetuação do instituto, além da presença de um grupo de professores/pesquisadores oriundos, especialmente, da Fundação Educacional de Duque de Caxias (Feuduc).

Contudo, essa primeira agremiação não se manteve ou mesmo não se consolidou, apesar dos eventos realizados ao longo dos 1990, conforme registros da diretora Gladis Braga[147]. O que se observou nos anos de 2000, com o encontro geracional, é uma dinamização do espaço. Com a Asamih, a articulação entre os pesquisadores que já atuam em outros espaços da Baixada Fluminense, como o IPAHB, o Instituto de São João de Meriti, somaram

esforços ao projeto de uma nova geração de pesquisadores, que já orbitava nos institutos históricos na região.

O "novo" grupo, na década de 1990, realizou outros esforços para o registro da história local, como o Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense e a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio). Esses agentes, influenciados pela nova história e estimulados pelo processo de profissionalização do campo, realizaram um movimento de legitimação de suas produções por meio dos cursos de pós-graduação. O vínculo dos agentes no instituto em Duque de Caxias indicava que essa "nova geração" valorizava as escritas sobre a região e os pesquisadores anteriores, mas acreditava que suas obras e práticas patrimoniais precisavam ser legitimadas academicamente.

Alguns desses professores, oriundos e/ou com vínculos com a Feuduc, realizaram mestrado, doutorado, publicaram e organizaram-se para ocupar outros espaços na cidade. Além desse novo enfoque historiográfico, eles não romperam com o instituto, e ocupam atividades vinculadas a Asamih. Estão no grupo editorial da *Revista Pilares da História*[148], receberam apoio para publicações de suas obras, moções de reconhecimento de suas escritas e convites para palestras e eventos comemorativos na cidade. Esse movimento sugere que o instituto promoveu um encontro geracional, marcado por diálogos e disputas de memórias e diferentes regimes historiográficos. Esse encontro geracional gerou inúmeras ações no instituto ao longo dos anos, e isso parece ter sido um dos pilares para a manutenção do espaço, já que tanto o teatro quanto a biblioteca não estão mais em funcionamento, mas o instituto se manteve em constante produção e é uma referência às pesquisas sobre a região.

Conforme entrevista realizada com Maria de Jesus Lima (2020, s/p),diretora do instituto nos inícios dos anos 2000, o que se viu naquele período era um movimento de "*reestruturação do Instituto Histórico*". De acordo com Jesus, quando ocorreu o convite do presidente da câmara na época, Gilberto Silva, para que ela assumisse o espaço, o trabalho teve início com a organização física, com foco nas reformas, mas logo ela se deparou com o limite técnico de tratamento do acervo. De acordo com Maria de Jesus, uma amiga indicou o nome da professora Tania Amaro, devido à experiência de preservação de documentos que Amaro adquiriu no Museu de Belas Artes.

Mesmo com todo o reconhecimento do trabalho da professora Tania Amaro e do seu papel para reestruturação e manutenção do espaço, o que se observou, pelos relatos das pessoas envolvidas na época, é que as ações imediatas no período que assegurariam a existência do acervo seriam de caráter político. Isso foi materializado com a criação da Associação de Amigos do Instituto Histórico, em 2001.

Para Jesus, a articulação política que ela promoveu com a organização da Asamih foi um caminho para assegurar a manutenção do espaço. Ela considera que os membros *"tinham divergências políticas"* (LIMA, 2020, s/p), mas o objetivo comum entre eles, de acordo com suas palavras: *"era manter o Instituto, foi isso que levou o sucesso, foi que nós conseguimos convencê-los de que eles tinham poder, sim, de através de uma associação eles passaram a ter o poder de controle daquilo, não controle absoluto"* (LIMA, 2020, s/p).

A questão do poder era central, e os agentes tiveram que estabelecer diálogos para manutenção do espaço, ao passo que disputavam suas narrativas sobre o passado e a legitimidade de quem tinha autoridade para falar sobre isso. Essa movimentação por meio da associação promoveu a presença de diferentes lideranças no instituto. Como Jesus Lima (2020, s/p) destacou:

> [...] mesmo as pessoas que tinham divergências políticas na cidade, passaram a frequentar a câmara (instituto). Isso despertou o interesse das lideranças do legislativo, que verificaram a presença de agentes no espaço por cerca de duas, três horas discutindo estatuto da associação, pois como destaca Jesus: eles estavam "discutindo política administrativa do Instituto, avivamento.

Além da participação de diferentes agentes no espaço, a atuação dos membros da associação em outros municípios indica a visibilidade e atuação dos agentes na Baixada Fluminense. Outros eventos na região estavam no horizonte dos associados, como foi demonstrado por Nielson Bezerra como diretor executivo da associação. Ele informou sobre os eventos previstos no IH, como a exposição dos "Duzentos anos de Luís Alves de Lima e Silva – o Duque de Caxias", a comemoração dos 60 anos da emancipação, entre outros. Além disso, foi mencionado sobre a Bienal do Livro que seria realizada em Nova Iguaçu. Esses eventos permitiram ao IH presença e visibilidade, o que pode ser observado com registro na ata:

> [...] depois de apresentar a proposta de programação anual da Asamih, Nielson informou sobre o 'Fórum de Cultura' de Duque de Caxias e suas deliberações: cada uma das instituições envolvidas teria seu representante, ocupando uma determinada

> ‘cadeira’ no Fórum; por exemplo: ao representante da Asamih ou Instituto Histórico seria destinada a cadeira dos historiadores. (ASAMIH, Ata da reunião de agosto 2003, s/p).

Nessa perspectiva, a Asamih foi incorporando diferentes demandas para o IH, como foi o pedido de Irís Poubel, diretora da Feuduc, para a necessidade de “exposições itinerantes nas escolas” com a proposta de mostrar “documentos significativos do acervo do Instituto Histórico” (ASAMIH, Ata da reunião de agosto 2003, s/p). E o pedido de Antônio Augusto, que propôs:

> [...] lançar campanha de filiação de novos sócios contribuintes, com publicação de matéria paga em jornal de grande circulação, divulgação das atividades da Asamih nos cursos superiores da FEUDUC (HISTÓRIA, GEOGRAFIA E LETRAS); da UNIGRANRIO (Letras e Direito), da Santa Luzia (Serviço Social) e da UERJ (FEBF), utilizando folders e visitas às salas. (ASAMIH, Ata da reunião de agosto 2003, s/p).

Essas medidas de divulgação estavam associadas às demandas de pesquisas e produção de material com base no acervo do instituto, que já era uma realidade com a *Revista Pilares* e a inclusão de sessões que objetivam ampliar as participações, como foi a sessão “Visões Universitárias”. A sessão estimulava a escrita dos estudantes de graduação das instituições citadas e pesquisas e monografias sobre a Baixada Fluminense, tanto que uma das pautas era “promover concurso de monografias tendo como fonte material integrante do acervo do Instituto Histórico” (ASAMIH, Ata da reunião de agosto 2003, s/p).

Essas ações foram se consolidando no sentido de pautar dentro do instituto a questão do que deveria ser considerado patrimônio para os membros atuantes na região. O tema foi abordado na reunião de 15 de junho de 2005, com o foco para “nova identidade para a noção de patrimônio”, no qual diferentes membros pontuaram suas propostas. Alexandre Marques pediu “a colaboração e a sugestão de todos no trabalho para com o patrimônio histórico do município”. Já Paulo Mainhard “sugeriu palestras sobre patrimônio material e imaterial, chamando a participar o Inepac”. Marlucia Santos e Maria Vitória Guimarães “sugeriam que a Associação deveria ir ao poder executivo com propostas concretas para respaldar o trabalho com o patrimônio histórico e cultural do município”. E Stélio Lacerda e Marlucia “propuseram a defesa da luta pela ampliação do orçamento municipal para a cultura” (ASAMIH, 16/06/2005, p. 1).

As ações e práticas dos agentes em outras frentes da cidade foram ganhando mais um braço de atuação em 2008, quando a Asamih, por meio do

projeto "Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro", tornou-se Ponto de Cultura estadual e passou a receber verbas com foco em atividades culturais. Isso só fez aumentar a dinamização do uso do acervo do instituto e a divulgação de pesquisas sobre a região. Com o apoio financeiro, a instituição realizou a compra de equipamentos para o IH, no qual abriga o acervo da associação.

Dessa forma, esse movimento de parceria no ano de 2008 parece ter proporcionado um maior fluxo de projetos nos anos seguintes, como foi relatado pela diretora no registro das atividades do "IH CMDC entre 2009 e 2015":

> Além do trabalho com o acervo, através de sua proposta de incentivo à pesquisa sobre dados históricos e culturais da cidade e outros municípios vizinhos, o Instituto Histórico recebeu público bastante diversificado, atendendo a pesquisadores, escolas e pessoas interessadas na nossa história. (ALMEIDA, RELATÓRIO 2009-2015, s/p).

Além disso, a divulgação das produções dos agentes foi mais destacada. Os relatórios revelam a necessidade de apresentação de uma certa produtividade para o IH, algo que justificasse sua existência e aceitação dos novos líderes da câmara, especialmente, a cada novo mandato. Isso também reforça o papel da Asamih, por meio dos diferentes agentes e projetos que dão corpo e vida à instituição.

17.3 *REVISTA PILARES DA HISTÓRIA:* ENTRE COEXISTÊNCIAS E DISPUTAS

A *Revista Pilares da História* foi significativa para a divulgação das publicações de pesquisas realizadas pelos membros da Asamih, além de fortalecer o direcionamento de institucionalização do ensino da história local nas faculdades da cidade de Duque de Caxias. Assim, do mesmo modo que as pesquisas possuíam um espaço de divulgação, elas também legitimam a importância de uma revista especializada e valorizavam o espaço de produção, o Instituto Histórico.

Os membros do corpo editorial das primeiras edições representavam os interesses dos distintos projetos de escrita da história e reforçaram a cultura histórica envolvida no processo de sistematização do conhecimento sobre a história local. Além dos historiadores, constavam, no corpo editorial, líderes da imprensa, como Ruyter Poubel e Carlos de Sá Bezerra, ambos membros da Asamih. Sá Bezerra foi o fundador da revista *Caxias Magazine*, que contava

com um grande volume de textos com características históricas e com caráter pedagógico.

Jörn Rüsen (2010), em "Didática: funções do saber histórico", destaca que o aprendizado histórico está presente em diferentes espaços, e não é exclusividade da escola, mas uma atividade da consciência histórica que fornece uma ampliação do passado humano, ao produzir experiência do passado, com o aumento de competências que possibilitem uma interpretação histórica dessa experiência. Para Rüsen (2010, p. 110), a cultura histórica seria a parte operante da consciência histórica. Nesse sentido, as diferentes práticas e usos do passado são fundamentais para a compreensão da historiografia sobre o local e os incentivos às novas pesquisas.

Destacar o papel da cultura histórica é uma forma de enfatizar que a chegada dos agentes à Asamih e o encontro geracional dos membros estão atravessados por práticas e ações realizadas muito antes da criação da associação. O uso da revista especializada para ampliação das pesquisas, o que fortalece uma identidade territorial, é antecedida por práticas de memórias, como a revista *Caxias Magazine*[149], que operou com a intencionalidade pedagógica para o desenvolvimento de uma consciência histórica.

Marlucia Souza, quando questionada sobre os motivos que a levaram a estudar a Baixada Fluminense, respondeu que queria "*colocar ciência no meu quintal" e "mostrar que isso tem potência para a academia*" (SOUZA, 2020, s/p). O interesse de direcionar os estudos sobre a região para o formato acadêmico, além de impactar nos moldes de escrita, no que se refere ao formato, diz, principalmente, de como a ação não era exclusividade do formato escolar/universitário. A materialização de uma revista especializada, com o reconhecimento do poder público, é parte de muitos usos do passado realizados pelos agentes em um processo de forjar o lugar.

A Asamih e as ações da revista permitem identificar que, para além de novas pesquisas, com outros temas e sujeitos, também ocorria um interesse de formatação dos conteúdos pesquisados, com o objetivo de sistematizar os registros sobre o local. Isso foi realizado entre práticas educativas dos agentes, a maior parte composta por professores da rede pública na cidade, em diálogo com os formatos de pesquisas realizados até então.

No primeiro editorial da *Revista Pilares da História*, foi apresentado o interesse de que se instituísse um formato profissional, no sentido mais

universitário. De acordo com os entrevistados, a proposta de criar um periódico foi muito bem acolhida pelo grupo, pois seria um instrumento para reforçar a credibilidade do Instituto Histórico; além disso, serviria para a divulgação das pesquisas e como expressão dos projetos dos membros. Assim, os agentes da Asamih, que tinham experienciado outros formatos de revista em suas redes de atuação — como a revista *Hidra de Igoassú*, produzida pelo grupo da Feuduc, e a revista *Memória*, produzida pelos membros do IPABH —, viram, na revista do instituto, um canal para a divulgação de suas pesquisas e o direcionamento de suas pautas.

Após a criação da revista, afloraram as disputas internas e os encaminhamentos do modo de fazer entre os agentes. Na visão de Antonio Augusto Braz, os membros ocupavam campos — entre a memória e a História —, e o grupo do IPABH seria avesso *"às frescuras acadêmicas"* (BRAZ, 2020, s/p). Para confirmar que exista um reconhecimento entre modos de fazer distintos, e que a revista, do ponto de vista acadêmico, queria se firmar no campo da História, Antonio Augusto Braz acrescentou:

> *[...] eu lembro que foram duas outras reuniões para saber qual era o formato, o que nós, o que que a revista aceitaria. Criou-se uma comissão editorial, que tipo de texto. O Nilton dizia* ***que tinha que ser textos mais palatáveis, mais populares, se não ninguém ia ler****, foi o Nilton quem disse isso, que é a coisa da citação, e que era um império comunista apaixonado pela história, que escreveu junto com o Rogério e os melhores livros sobre episódio da história da Baixada, que foi o livro que fala do saque, a memória do Nilton e o texto do Rogério produzido, Nilton Menezes, e ele falava: "tem que ser uma revista a Caxias Magazine, que, com imagens, com textos curtos, com curiosidades", e eu dizia: "****não... tem que ser uma revista que faça um debate acadêmico, tem o curso de História que faz isso****, eu acho que uma revista como essa é um poderoso instrumento para afirmar esse campo" (BRAZ, 2020, grifo nosso).*

No entanto, o debate sobre memória *versus* História limita o entendimento das complexidades que envolvem os agentes. O alcance das produções, no sentido de atingir o grande público, por meio da revista, era um ponto importante das preocupações expressas pelos organizadores. Os membros oriundos do IPABH, em sua maioria, indicavam a necessidade de uma escrita mais direta, com imagens, ou seja, "palatáveis", um pouco no formato da revista *Caxias Magazine*, o que pareceria indicar que os textos seriam direcionados para toda a população. Já os agentes da Feuduc, segundo Antonio Augusto

Braz, desejavam uma escrita mais ligada ao *"debate acadêmico"*, e, na primeira edição, é possível identificar essas tensões.

> A proposta da revista Pilares da História é discutir a construção da História da Baixada Fluminense sobre pilotis. Mais ou menos como se esses pilotis fossem altares de uma perspectiva ou um olhar não necessariamente sacralizado, mas obrigatoriamente **atento ao rigor da pesquisa acadêmica**, sustentada pelos seus artífices – os iguaçuanos e as hidras de Iguaçu. Trata-se assim de um espaço que se abre para **a produção de conhecimento histórico e para estabelecer um diálogo entre essa área de conhecimento e outras disciplinas, partindo dos desafios da História Local e Regional** (REVISTA PILARES DA HISTÓRIA, out./dez. 2002, n. 1, grifo nosso).

O esforço de criar bases sólidas sobre "o rigor da pesquisa acadêmica" reconhecia a existência de dois grupos e a necessidade de concessões. Os representados pelos "iguaçuanos", com produções consolidadas sobre a Baixada Fluminense e um diálogo com a revista *Caxias Magazine*, estavam mais inclinados às escritas "mais populares", para um público não especializado; já os "hidra de iguaçu", como se intitulavam os membros da Feuduc, propunham uma escrita vinculada às produções universitárias. O corpo editorial, composto por Alexandre dos Santos Marques, Carlos de Sá Bezerra, Odemir Capistrano Silva, Ruyter Poubel, Sandra Godinho Maggessi Pereira e Tania Amaro de Almeida, representava os dois grupos e o interesse de ambos em legitimar a existência do Instituto Histórico.

No texto introdutório da primeira edição, escrito por Tania Amaro de Almeida, foi reafirmado o projeto do instituto e salientou-se o objetivo de "preservar o acervo documental, recuperar a memória cultural, divulgar a história da região" (ALMEIDA, 2002, p. 9). Tania Amaro de Almeida recordou que a proposta teve início em 2001, "por iniciativa da Presidência da Câmara Municipal de Duque de Caxias", com a ideia de "desenvolver um Projeto de Preservação". Para ela, à medida que os trabalhos técnicos se desenvolvessem, ficaria visível "a grandiosidade, da real extensão e importância desse acervo, relevante para a memória do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense" (ALMEIDA, 2002, p. 9).

Mesmo com as divergências, o que se apresentou na primeira edição da revista foi um esforço de contemplar os diferentes interesses. Além da força política para a manutenção do espaço, a revista propiciou a coexistência das práticas de políticas de memória na região, com a presença de Carlos Sá Bezerra, dono da revista *Caxias Magazine*, e de Ruyter Poubel, que, além de

uma representação política significativa, também representava a potência jornalística na cidade, como proprietário do jornal *A Folha da Cidade*. Esses nomes influenciaram as propostas e os entendimentos sobre a escrita da história local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Histórico criado na década de 1970 em Duque de Caxias cumpriu um papel de consolidação de projetos políticos culturais do Legislativo da cidade. Por meio do "Conglomerado educacional" — a Biblioteca José do Patrocínio, o Teatro Procópio Ferreira e o Instituto Histórico — construído dentro da câmara municipal da cidade, as lideranças políticas promoveram a circulação de jovens no espaço e instrumentalizaram a consolidação de uma memória da "Cidade Progresso" valendo-se de comemorações e homenagens aos representantes da sociedade civil e militar.

A instituição flertou com os eventos de valorização do IHGB e a representatividade do instituto para o regime político. Tais acontecimentos devem ter influenciado a nomenclatura da instituição que foi inaugurada em 1973, em meio às comemorações do Sesquicentenário da Independência. Assim, em seus anos iniciais de existência, o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias cumpriu um papel de solidificar um discurso de cidade pacífica, pautada na figura do patrono da cidade, o Duque de Caxias.

Contudo, na década de 1990, a instituição ensaiou a participação de mais pesquisadores no espaço por meio de uma agremiação, mas que só se configurou de fato uma década depois, em 2001. Sob a direção de Maria de Jesus e a atuação técnica de Tania Amaro, o instituto iniciou um processo de "avivamento" do acervo, no qual promoveu a participação de diferentes grupos de pesquisadores, gerando um encontro geracional.

Com a criação da Asamih, em 2001, uma "simbiose" entre IH CMDC e Asamih materializou-se, e, mediante disputas de memórias de agente herdeiros e atuantes na cultura histórica da região, os projetos e atividades sobre a escrita da Baixada Fluminense foram se consolidando e ganhando um debate sobre os patrimônios da cidade. Assim, a associação, por meio de financiamentos e parcerias com outras agências em Duque de Caxias, entre os anos de 2001 e 2008, com a criação do Ponto de Cultura, foi ocupando uma função educativa do instituto na construção das memórias da cidade,

permitindo um crescente uso do acervo e a ocupação e manutenção da instituição.

A *Revista Pilares da História*, mesmo sendo resultado do interesse da sociedade civil, a Asamih, tem sua produção com recursos públicos e é distribuída gratuitamente. O periódico marcou a coexistência e as disputas dos membros, o que solidificou os interesses da rede envolvida em um projeto baseado na estratégia coletiva de produção rápida. Por meio do periódico, foi possível identificar as imbricações dos regimes historiográficos, bem como o potencial e a necessidade de investimentos em novas pesquisas e a expansão das produções.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. Instituto Histórico: 40 anos de História. *Revista Pilares da História*, [*S. l.*], p. 7-13, out. 2013. Edição especial.

ALVES, José Cláudio. *Dos barões ao extermínio*: uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2002.

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. *Relatório Asamih 2016*. [*S. l.*: *s. n.*], 2016. Acervo IHDC.

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. *Relatório de atividades do IHDC de 2009 a 2015*. [*S. l.*: *s. n.*], 2009-2015. Acervo IHDC.

ANEXOS: conjunto de periódicos com texto de apresentação sob o título: "Ação educativa no Instituto Histórico de Duque de Caxias 1991- 1996 - Testemunho da Imprensa" *In*: AGUIAR, Sandra M. de. *Instituto Histórico "Vereador Thomé Siqueira Barreto"*: uma história, um nome. Monografia – Fundação Educacional de Duque de Caxias, Duque de Caxias, 2003.

APRESENTAÇÃO. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 7-10, out./dez. 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO (ASAMIH). Atas das reuniões de março, junho e agosto 2003. Duque de Caxias: IH, 2003. (Acervo IH -CMDC).

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO (ASAMIH). Ata das reunião de junho 2005. Duque de Caxias: IH, 2005. (Acervo IH -CMDC).

AUTORIZAÇÃO de 13 de abril de 1971 para abertura do IHDC. [*S. l.*: *s. n.*], 1971. Acervo IHDC.

BRAZ, Antonio Augusto. [*Entrevista*]. [Entrevista cedida a] Eliana Laurentino. Duque de Caxias, 22 jan. 2020.1 arquivo. Mp3. (1h45m5s). (Disponível - Acervo IH -CMDC).

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS INAUGURA TEATRO PROCÓPIO FERREIRA. LUTA DEMOCRÁTICA. [*S. l.*], 28 fev. 1975. Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 11 jan. 2020.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. *O município de Duque de Caxias e a ditadura militar*: *1964-1985*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente*: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História) – Universidade

Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO. Duque de Caxias: IH (CMDC), 2005. (Acervo IH- CMDC).

FESTEJOS DO RIO. LUTA DEMOCRÁTICA. [*S. l.*], 2 set. 1972. Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 11 jan. 2020.

JORNAL O MUNICIPAL, [*S. l.*], 25 ago. 1980. Acervo IH CMDC.

JORNAL O MUNICIPAL. [*S. l.*], 3 nov. 1972. Acervo IH CMDC.

LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. *Tensões e conciliações*: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008). 2021. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

LIMA, Maria de Jesus. [*Entrevista*]. [Entrevista cedida a] Eliana Laurentino. Paty de Alferes, 12 fev. 2020. 1 arquivo. Mp3. (1h 0m5s) (Disponível - Acervo IH -CMDC).

MARQUES, Alexandre dos. *Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2005.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história. *In*: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno (org.). *Escrever história*: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Milfontes, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In*: PROJETO história. São Paulo: PUC-SP, dez. 1993. n. 10.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUADRO SOCIAL DO IHGB. https://www.ihgb.org.br/ihgb/quadro.html. Acesso em: 26 dez. 2018.

REVEL, Jacques. A microanálise e a construção do social. *In*: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RÜSEN, J. Didática: funções do saber histórico. *In*: RÜSEN, J. *História viva*: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2010. p. 85-133. (Teoria da História; v. 3).

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada*: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007.

SOUZA, Marlucia Santos de. [*Entrevista*]. [Entrevista cedida a] Eliana Laurentino. Duque de Caxias, 23 jan. 2020. 2 arquivos. Mp3. (1h 48m5s), (1h 24m 53s) . (Disponível -Acervo IH -CMDC).

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade*: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

---

[139] A Baixada Fluminense pode ser definida como o conjunto de municípios localizados na Região Metropolitana (da atual cidade) do Rio de Janeiro. Para Manoel Ricardo Simões (2007), não existe uma definição precisa da Baixada Fluminense, com limites e municípios específicos, o que pode variar conforme os interesses do pesquisador. Entretanto, parece unânime que Duque de Caxias e Nova Iguaçu sejam "o núcleo duro" da região, e que também sejam considerados como parte desse território os municípios-"satélite": São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri (SIMÕES, 2007).

[140] De acordo com o censo de 2010, São Gonçalo (999.728) estaria em segundo lugar; e o município do Rio de Janeiro (6.320.446), em primeiro lugar em relação ao número de habitantes. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/23/25207?tipo=ranking. Acesso em: 22 jul. 2019.

[141] O município de Duque de Caxias se constituiu desvinculado administrativamente de Nova Iguaçu em 1943, quando o então 8º Distrito de Nova Iguaçu, sob a denominação de Caxias, teria adquirido autonomia, com São João de Meriti, Xerém e Estrela, tornando-se município de Duque de Caxias (SOUZA, 2014, p. 137).

[142] A partir da Emenda Constitucional n.º 1, em 1969, os municípios passam a ser chamados de "Área de Interesse de Segurança Nacional".

[143] Sobre as reações dos comerciantes e da polícia local, ver *Baixada Fluminense: a construção do poder*, (ALVES, 1998).

[144] Ruyter Poubel foi vice-prefeito em Duque de Caxias no mandato de **Moacyr Rodrigues do Carmo entre 1967-1971**.

[145] Disponível em: http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-filho-jose. Acesso em: 2 mar. 2020.

[146] Não consegui localizar o material.

[147] O documento foi agrupado pela diretora Gladis Braga Figueira sob o título "Ponto de cultura Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Projeto 'Tecendo as ações no presente. Construindo a cidadania do futuro'. Relatório - Histórico ASAMIH 2016" (ANEXOS, 2003, s/p).

[148] A criação de uma revista especializada, a *Revista Pilares da História*, precisou acomodar os diferentes interesses e os modos de escrita. Assim, o esforço de criar bases sólidas sobre "o rigor da pesquisa acadêmica" reconhecia a existência de distintos interesses e a necessidade de concessões (LAURENTINO, 2021).

[149] Por meio de algumas matérias dos primeiros anos de edições dessa revista, foi possível identificar como os textos sobre a história da região estavam contidos em um periódico voltado ao público amplo. Além disso, Sá Bezerra estava entre os membros do corpo editorial da *Revista Pilares da História*, criada em 2002. (LAURENTINO, 2021).

“ENTÃO, COMO TRABALHAR A HISTÓRIA DA CIDADE, SE A HISTÓRIA DA CIDADE ESTÁ SENDO APAGADA AOS POUCOS?”: SENSIBILIDADES E EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL DOS JOVENS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE

Claudia Patrícia de Oliveira Costa

O presente texto é parte de uma pesquisa que pretendeu trazer ao debate os caminhos que perpassam as práticas docentes que dizem respeito ao ensino da história local de municipalidades surgidas na Baixada Fluminense, entre as décadas finais do século XX e o início do presente século. Imbuída em tal proposta, recortei como objeto os quatro municípios emancipados de Nova Iguaçu a partir de 1988, quais sejam: Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita. Além de terem se emancipado do mesmo município, essas cidades têm em comum o fato de terem conquistado sua autonomia política em um momento assinalado pelo complexo jogo político-partidário que marcava o país e, particularmente, o estado do Rio de Janeiro no contexto da redemocratização.

Em meio aos debates em torno de concepções de democracia e cidadania que se desejavam consolidar ao longo dos anos subsequentes, entendo que o projeto de democracia brasileiro é forjado continuamente conforme as tensões entre as decisões institucionais, por vezes impregnadas de autoritarismo, e as reivindicações concebidas da experiência societária, em que ocorrem as intensas lutas pela garantia dos direitos preconizados pelas novas leis. Nessa perspectiva, a noção de cidadania adquire particular relevância ao pensarmos a Baixada Fluminense enquanto uma região periférica da capital, palco de um crescimento desordenado, relacionado ao recente histórico de migrações internas direcionadas à região Sudeste do país. Nesse contexto, recorro a Linderval Monteiro, que procurou analisar o perfil político e social das pessoas que ocuparam esse espaço denominado Baixada Fluminense. O autor alerta que, de acordo com o senso comum,

> Na Baixada as pessoas são *naturalmente* conformadas e alienadas. Indiferentes a opressão que sofrem quotidianamente, podem ser responsabilizadas pela situação geral de miséria desse que é um dos maiores bolsões de miséria do Brasil. Ausência do poder público, corrupção, violência, etc. poderiam até ser males em parte causados pelo Estado, entretanto a culpa maior de todos os males baixadenses poderiam ser atribuídos à própria população da Baixada... (MONTEIRO, 2001, p. 4, grifo do autor).

Ao fazer desta a chave que instiga sua pesquisa, Monteiro ressalta que seu trabalho tem por escopo desnaturalizar tais opiniões analisando, por meio de entrevistas, as teias de sociabilidade formadas entre os moradores de Belford Roxo e suas acepções sobre o exercício da cidadania em seu local de morada. Nesse sentido, as teias de sociabilidade se constituem em algo comum, quase imperceptível ao cotidiano dos moradores do local, potencializadas em situações nas quais o abandono do poder público se torna insustentável. Tais momentos de agudização das tensões sociais proporcionam um amadurecimento dessas redes. Autores como Sonali de Souza (1992), Manoel Simões (2006) e Claudia Costa (2021), que desenvolveram trabalhos em torno das emancipações políticas na Baixada Fluminense, também apontam o estreitamento das redes de sociabilidade como um dos fatores que possibilitam a melhor compreensão acerca desses movimentos. Assim, a precariedade da distribuição de recursos entre Nova Iguaçu e seus distritos emerge como um dos fatores que, no momento das emancipações, passaram a aglutinar parentes, amigos, vizinhos, não só em prol de melhorias para a localidade, com a construção de habitações, por exemplo, como a favor da conquista da autonomia política.

Essas análises forneceram instigantes exemplos que fomentaram a discussão sobre o novo conceito de cidadania que emergiu da conjuntura da democratização brasileira. Com base nelas, busco entender as nuances que perpassaram os processos de emancipação desses municípios, bem como as elaborações que são feitas hoje acerca desse passado. Assim, inquietou-me em particular entender as formas como essas elaborações de passado são mobilizadas nas salas de aula da educação básica nos quatro municípios enfocados. A inquietação que norteou este trabalho, portanto, não diz respeito somente às dificuldades identificadas na construção de narrativas que deem conta do passado que envolve as emancipações e construções identitárias de belforroxenses, queimadenses, japerienses e mesquitenses: concentra-se, também, sobre a mobilização dos saberes docentes para o ensino e aprendizagem da história local desses municípios.

18.1 PARA A ESCASSEZ CURRICULAR, A ESCUTA SENSÍVEL

Ao me debruçar sobre esse itinerário de pesquisa, evidenciaram-se as disputas políticas exacerbadas com a conquista da autonomia dessas municipalidades e a forma como elas impactaram diretamente a elaboração de políticas públicas em Educação e, mais especificamente, pertinentes ao ensino da história local. Assim, ao constatar que tais disputas têm estreita ligação com a carência de orientações curriculares de materiais didáticos a respeito da história local dessas cidades, interroguei-me sobre as práticas desenvolvidas pelas professoras que atuam nas primeiras séries do ensino fundamental, no sentido de abordar esse conteúdo com suas turmas. Ao considerar que, às professoras que atuam nesse segmento, não é exigida a licenciatura em História, considerei a relevância de ouvir o que as professoras têm a dizer a respeito dessas questões. Portanto, realizei entrevistas orais com docentes das redes públicas municipais das mais jovens cidades da Baixada Fluminense, quatro das quais trago para desenvolver as argumentações presentes neste texto. Essa escuta me levou a transitar por referenciais desenvolvidos não só pela historiografia, como também pela Sociologia e/ou pela Psicologia. Como pontua Ana Zavala (2017, p. 720), acredito

> [...] que aqueles investigadores que sentem que sua investigação é uma prática da qual são também sujeitos, conseguem estabelecer uma ponte com a prática de ensino com mais facilidade, produzindo discursos relativamente mais sensatos.

Dessa forma, destaco o caráter interpessoal e intersubjetivo da força locutória de registros de discursos como aqueles que constituem a base desta investigação. Inspirada nessa assertiva, como professora da educação básica, servidora pública e também pesquisadora do ensino de História, invoco e sou invocada a ouvir as singularidades das vozes de minhas iguais. Assim, as entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2018 e com base em um questionário semiorientado, no sentido de analisar as elaborações de passado operadas pelos depoentes em suas memórias. O objetivo era oferecer olhares sobre essas vivências de formação profissional e pessoal e de como elas podem ser mobilizadas durante a sua atuação em âmbito escolar.

Assim, de acordo com a maioria das docentes entrevistadas, mesmo não havendo prescrições curriculares consolidadas, as temáticas relacionadas à história local do município são abordadas por meio de projetos implementados, de forma verticalizada, pelas secretarias de Educação.

Entretanto, as próprias professoras, sensíveis às questões observadas entre seus alunos, apresentaram justificativas para que o tema da história local do município conste como parte relevante de seus planejamentos:

> *E, quando eu cheguei falando sobre isso, eu vi que alguns olhares, é... me olharam atravessado [risos], porque eu estava, é, meio que fazendo um trabalho diferenciado e propondo que as pessoas saíssem do seu estado de acomodação. Então a verdade é... hoje, com a Lei 10.000... eita... 10.639, que você tem esse estudo, né, sobre a história, sobre a história da África, mas ela também vem ligada às nossas histórias, principalmente na Baixada Fluminense, é... eu não consigo ver isso dentro de sala de aula. Isso é um projeto único de cada professor. Embora, é... a secretaria mande projetos, é... mas ela não dá condições para que nós possamos fazer, né? Elas só querem fazer projetos. E esses projetos culminam na Semana da Consciência Negra. Então, assim, eu, como historiadora, e que tenho um olhar crítico sobre a história, sobre identidade, eu trabalho isso numa boa com os meus alunos ao longo do ano, né? Eu fico trabalhando essa identidade, né...? principalmente no início do ano, quando eu faço, é... aquelas aulas, né (?) de... de... levantamento, eu sempre coloco para eles, para eles se localizarem, né? Espaço, tempo, identidade, quem são os pais deles, qual é o nome. Porque, na grande maioria, eles não sabem o nome dos pais. Ou sabem o primeiro nome ou só conhecem o pai como apelido. E aí eu falo o quanto que é importante ele se identificar, né? Aí trabalho registro de nascimento, que é a primeira identificação que ele tem. Que existem pessoas que não têm essa identificação, portanto elas não se tornam um cidadão. Então eu faço todas essas temáticas com os alunos. Agora, eu tenho colegas que não se encantam por isso, né...?* (PROFESSORA PAULA, 2018, s/p).

> *Então, eu costumo trabalhar sempre quando tá no aniversário de Belford Roxo, né? Que é 3 de março de 1990, que foi emancipado. Três de março. Aí, sempre quando está próximo, na semana da emancipação, que às vezes é fe... eu percebi, logo assim que eu entrei eu percebi, que chegava o feriado, eles ficavam em casa por conta do feriado e eles não sabiam por que que eles ficaram em casa, entendeu? Eles só sabiam que era feriado, mas de que que era feriado? "Sei lá, não sei, tia, eu fiquei em casa, feriado". E eles não tinham essa consciência de que era... e eu percebo também que eles não têm muita consciência do que é o bairro, do que é o município, do que é o estado, entendeu? A única coisa que, se você perguntar, eles sabem é: "qual o país que você vive? Aí eles sabem: Brasil. Mas, se perguntar "Qual o bairro, qual o nome do bairro que você [mora]?"... e mesmo assim, mesmo a gente falando, mesmo a gente explicando, mesmo a gente desenhando, mesmo a gente trabalhando o mapa, eu percebi que eles têm muita [noção]... Porque eu trabalhei esse ano, com o quarto ano, muito isso, e eles ainda têm muita dificuldade. Porque eu acho que eles só ficam ali, eles não saem dali. O máximo que eles vão é no parque que tem ali no Lote XV. Tem um parque ali, um parque antigão. Acho que tem uns 40 anos aquele parque, antes de eu nascer aquele parque já existia. E acho que o mais longe que eles costumam ir é ali ou visitar casa de parente longe, porém os pais... não sei se não ensinam, não é que não ensinam, os pais não falam "Ó, a gente vai na casa do nosso tio", e pronto, pega o ônibus e vai. Não fala onde é, se tem essa diferença de município, de bairro. Os pais não falam. Então, assim, eles têm muita dificuldade de se localizar no ambiente geográfico onde*

> *eles estão. E, a respeito da emancipação de Belford Roxo, eu costumo fazer só quando é no aniversário.* (PROFESSORA LILIANE, 2018, s/p).

> *Eu acho importante, porque, às vezes, assim, você trabalha no primeiro ano falando da cidade. É claro que nem todos têm aquela... (né...?) capta tudo, né? Tem aquela percepção de mudanças, de lugares, de desenvolvimento, mas você pode mostrar para eles que um certo lugar era só árvores e hoje tem casas, né? Passar para eles que aquele lugar passou por uma transformação, por uma mudança. E por aí você vai levando até chegar nos grandes lugares da cidade e para os maiores você vai sempre acrescentando de... série, de cada ano, né? Você tem um jeito de falar específico de... falar, de mostrar. As fotos a gente sempre mostra, né? Fala "Ó, antigamente era assim. Agora, olha como está hoje o lugar. Olha a diferença". Então, isso aí ajuda bastante*. (PROFESSORA IRENE, 2018, s/p).

> *Sim, eu gosto muito porque eu acredito que o ensino da história... principalmente com a criança, ela precisa ter bastante vivência daquilo, precisa ser alguma coisa que faça muito sentido para ela. Então eu acho que você trabalhar o bairro, trabalhar a história do nome da rua... "Por que o nome da rua é determinado nome?", "Por que dentro da localidade tem algum lugar com... com determinado apelido?", até que elas colocam mesmo, como aqui na região tem um lugar chamado Buraco da Onça, e nós fizemos vários projetos, trabalhos, pesquisando para saber, com os vizinhos, com as pessoas antigas, que moram aqui há mais tempo. Para saber por que é que determinado lugar é assim, por que... é... Ensiná-las a conhecer coisas que são importantes. Eu faço sempre questão de ensinar essas coisas para elas. [...] Para melhorar a autoestima, para ela entender que ela é parte importante no lugar onde ela vive. Eu acredito que isso seja muito importante para ela crescer, né? Para ela também ter interesse depois e conhecer novas histórias, novos lugares. E eu acredito que a história... para mim... tem que começar do micro para o macro. Eu acho isso muito importante. [...] E às vezes eu mesma formulo as questões através dos textos que eu pego... Por exemplo, o hino do município. O hino do município, eu faço sempre um trabalho com eles para eles conhecerem a letra do hino, para eles saberem por que que tem determinadas frases no... no... na letra do hino... "O que quer dizer aquilo?" Porque através daquilo ele pode buscar mais conhecimento sobre... sobre como era o bairro, como... como era o município também. Eu sempre faço isso, o meu projeto é assim.* (PROFESSORA RENATA, 2018, s/p).

Tomada de consciência, relação de pertencimento ao local, identidade, valorização da autoestima... Esses aspectos se sobressaem nas falas das professoras e demonstram a sua ciência acerca do que prescrevem as orientações curriculares nacionais. Nessas falas, percebemos um esforço para "decodificar a memória local para dela fazer História", conforme preconiza Marcelo Abreu (2016). O empenho em operar essa decodificação faz com que as professoras mencionadas utilizem estratégias que visem ao reconhecimento, à significação e à ressignificação dos lugares de memória de suas cidades e das narrativas obtidas da escuta das memórias de moradores antigos das cidades.

Nesse sentido, as professoras da rede municipal de Queimados dão exemplos de como gostariam que essa interação fosse realizada:

> *Olha, a gente costuma... a gente gosta muito é de fazer passeios. Mas é muito difícil, porque a gente depende do ônibus escolar, que, muitas das vezes, o motorista não pode ser de Queimados. [...] Então, é... fora da escola é difícil. É só um passeio, assim, "numa" peça teatral que tem no teatro lá no centro de Queimados, que é o Teatro Metodista. E... leva as crianças para assistir peça, aí, depois, vem embora. É só isso. É só esse tipo de trabalho. [...] É, mas eu acho que tudo o que a gente faz com as crianças, o que a gente tenta produzir com eles é importante. A gente mostra para eles que a escola não é só você sentar "numa" cadeira e estudar... é... copiar do quadro e prestar atenção no professor. Tem que ser além disso, além do livro didático, entendeu? Além da fala do professor, eles precisam buscar em outros... ter outros suportes, entendeu?* (PROFESSORA IRENE, 2018, s/p).

> *Eu gosto de convidar pessoas que são mais idosas "pra vim" na escola contar uma história, contar uma parte da vivência delas. Pessoas que estudaram aqui há muitos anos atrás, também eu já convidei "pra vim" aqui explicar como era a escola, o que eles fazem hoje, o que a escola representou e representa para eles... Eu gosto de fazer esse trabalho também. [...] Nós temos autonomia para escolher determinada época. No mês de maio, como é mundialmente conhecido como o mês da família, é o mês em que eu mais gosto de fazer esse trabalho, porque eu gosto de convidar a avó de alguém, a tia de alguém, e trazer, aproximar mais essa família da escola, pra eles também contribuírem, (né?) com o que eles sabem, com o que eles conhecem... E eu acho isso importante. Então eu gosto mais de trabalhar no mês de maio nesses projetos, e também eu já trabalhei também no final do ano, porque é uma época de confraternização mundial, de... em que acontecem tantas coisas, em que as pessoas falam tanto em coisas boas... Eu gosto, quando está terminando o ano letivo, de estar convidando essas pessoas aqui, porque já meio que um encerramento... De estar convidando algumas pessoas para participarem. [...] Eu precisava de uma ajuda de um funcionário de auxiliar de lim... de um profissional de limpeza, da secretaria... Nós íamos a campo, saíamos com a turma pelo bairro, pesquisando nome de rua, entrevistando vizinhos, pessoas, assim, até pedestres. Ficava entrevistando as pessoas para saber o que ele acha importante também que aconteça no bairro, o que ele acha que precisa no bairro, qual serviço que é muito precário no bairro. A gente fazia esse trabalho, mas esse trabalho não pode prosseguir por causa da violência. Porque isso acontecia até uns... até cinco anos atrás. Mas com a dinâmica da sociedade, com essa violência, aí hoje ficou mais complicado, até pela falta de pessoal, para poder sair com uma turma com trinta alunos assim da sala, mesmo que seja para andar na vizinhança, não pode ser uma coisa muito comum... Não é mais, mas durante um bom tempo era supercomum a gente sair, pesquisar, e não só pesquisar nome de rua, a história da rua... não só pesquisar essas coisas, nós saíamos também "pra" poder saber, é, da... fazer um trabalho de história e geografia também bacana, que a gente fazia, sobre a erosão, sobre proteção do solo... Então a gente fazia muito trabalho bacana assim, que eu acho que é extremamente importante "pra" que eles entendam que o que eles veem no livro não é nada longe da realidade deles. Porque o que eles veem no livro, o conteúdo que "tá" no livro é o mesmo conteúdo que pode ser trabalhado aqui fora. Eu sempre tive essa preocupação que ele entendesse isso, que não é nada distante da vida*

> *dele, que não é nada que não é alcançado, que não possa ser alcançado... Que ele possa ter essa compreensão.* (PROFESSORA RENATA, 2018, s/p).

> *Eu gostaria mesmo, eu gostaria de sair com eles, dar uma passeada pelo bairro, "pra" poder fazer, mas o medo de ter um tiroteio no meio, sair com a turma e um fugir, ir "pra" casa e eu não conseguir... aí eu, entendeu, fico meio temerosa de sair com eles de dentro da escola. [...] o bairro ali eles conhecem, porque o bairro é onde eles vivem, entendeu? Mas o meu objetivo, na verdade, o que eu gostaria de fazer com eles, era eu sair com eles "pra" poder ir mostrando a rua, "Ó, o nome dessa rua é tal", "pra" mostrar geograficamente ali o bairro onde eles vivem, "pra" eles pegarem esse... [...] E eles terem essa consciência, porque, assim, seria algo empírico que seria melhor "pra" eles absorverem essas informações. Que em sala de aula, quando eu dei a aula sobre Belford Roxo, sobre a emancipação de Belford Roxo, sobre a história de Belford Roxo, foi só a teoria. Só foi a teoria, eu falando. Mas assim, por exemplo, lá no centro de Belford Roxo tem um desenho enorme do Joca, e "tá" o nome dele escrito. Tenho certeza que noventa por cento das crianças passam ali, veem aquela caricatura e não sabem quem é. Eu sei quem é porque eu já vi a foto do Joca quando eu "tava" pesquisando na internet.* (PROFESSORA LILIANE, 2018, s/p).

Após investigação prévia, majoritariamente realizada com o auxílio de pesquisas em sítios virtuais, a visita aos espaços públicos de memória é mobilizada pelas professoras como forma de conferir inteligibilidade às discussões realizadas em sala de aula acerca dos marcos históricos das cidades. Porém, como inferimos da análise dos relatos, as principais dificuldades enfrentadas pelas depoentes estão relacionadas à carência de recursos materiais e humanos, bem como à situação de violência, que apareceu em outros momentos da narrativa de várias professoras. Tais condições tornam a realização das visitas de reconhecimento ao local cada vez mais difícil.

A mobilização de registros fotográficos, a fim de provocar a reflexão dos alunos acerca das mudanças na paisagem local inscritas no tempo histórico, também emerge da fala de uma das docentes como atividade incluída em seu planejamento. Renata destaca, ainda, que costuma realizar trabalho interdisciplinar utilizando da letra do hino da cidade de Queimados para, além de ampliar o vocabulário de seus alunos, discutir com eles a historicidade contida em sua letra. Datas como a emancipação da cidade, dia da família ou o fim do ano letivo também figuram como ocasião, se não propiciadora, provocadora de tais atividades e oportunidade para que sejam feitas essas reflexões com as turmas.

Os procedimentos relatados pelas professoras se inscrevem em uma proposta de pesquisa e ensino que traz para primeiro plano o potencial da cultura material. Marcos Silva e Selva Guimarães destacam que os PCNs de

História, apesar de preconizarem o uso da cultura material como fonte e metodologia possível para a realização da escrita da história escolar, fazem-no conforme referências superficiais aos pressupostos introduzidos pela nova história francesa e pela história social inglesa. Por tal perspectiva, segundo os autores:

> Correu-se o risco, no ensino e noutros ramos de conhecimento histórico, de reduzir o trabalho com cultura material ao arrolamento (por vezes, apenas ilustrativo) de diferentes artefatos, sem pensar mais detidamente sobre sua situação num mundo de homens e mulheres que se relacionam por meio de símbolos e poderes e se fazem por diferentes vias. (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 68-69).

Entretanto, no que diz respeito à ressalva feita por Silva e Guimarães, os citados depoimentos nos levam a crer que essas professoras estão conscientes da necessidade de uma análise crítica de tais fontes no trabalho com elas em sala de aula. Entendemos que as estratégias relatadas pelas professoras estão relacionadas aos esforços pela formação da consciência histórica, em um processo dialético de produção de conhecimento que ocorre na sala de aula e envolve professores e alunos. Para Sanchez Costa (2013, p. 276),

> Minha consciência histórica não reside simplesmente em saber que eu passei por distintas idades, mas sim em saber que durante essas idades, se sucederam múltiplos fatos que configuram minha realidade atual. Graças a estas duas dimensões da consciência histórica (que captam a forma e o conteúdo da experiência temporal) podemos nos orientar no tempo e dar sentido à realidade. A realidade tem um sentido – a partir desta perspectiva concreta – porque não é uma arbitrariedade, mas sim fruto de um processo histórico. Meu presente tem sentido, é explicável dentro de uma trama vital (história).

Além das carências de ordem estrutural ou aquelas inerentes a qualquer prescrição curricular, há a percepção das docentes quanto às demandas por o ensino da história do local refletir sobre o passado segundo o quadro de inquietações carreadas pelo presente. Essa constatação nos leva às imbricações entre memória e História, na medida em que partilhamos de um tempo marcado pelo fenômeno do presentismo, envolvendo a aceleração do tempo e um esfacelamento das perspectivas de futuro. Para Flávia Caimi, compreender essa temporalidade disjuntiva é um dos maiores desafios enfrentados por quem está, de alguma forma, comprometido com os processos formais de ensino e aprendizagem da História. A autora mobiliza Eric Hobsbawm (1995) para assinalar que

> [...] a destruição dos mecanismos sociais que vinculam a experiência pessoal das atuais gerações com as experiências das gerações pretéritas como um dos mais típicos

fenômenos do final do século XX. (CAIMI, 2009, p. 168).

Essa apuração levou Marcelo Abreu (2016) a destacar dois problemas-chave que perpassam a relação entre a memória e o ensino da história local: um encurtamento da presunção de tempo na sequência geracional e a sobreposição de memórias ou visões de passado que são prontamente consumidas, mas pouco pensadas. Em relação ao primeiro problema identificado por Abreu, percebemos ser um dado que perpassa as falas das professoras em diversos momentos de suas respectivas entrevistas. O problema intergeracional é uma questão emergente dos relatos das depoentes, especialmente sob forma de denúncias sobre a desagregação de estruturas familiares mais tradicionais, o que, na percepção delas, interfere muito negativamente no processo de ensino e aprendizagem em ambiente escolar. Nos últimos trechos citados, em especial nas falas de Paula e Liliane, evidencia-se a preocupação com o esgarçamento verificado no processo de construção de memórias familiares que coloquem em diálogo avós, pais e filhos. Paula afirma, categoricamente, que considera esse tipo de interação como fundamental para a compreensão da identidade de seus alunos enquanto partícipes da história de seu local de origem. Quando a Professora Liliane (2018, s/p) comenta que "*os pais... não sei se não ensinam, não é que não ensinam, os pais não falam [a respeito dos lugares dentro do município e arredores]*", isso nos permite entrever aspectos que remetem ao segundo problema pontuado por Marcelo Abreu: as mobilizações de um passado nacional e homogeneizante, priorizado por décadas como modelo normativo do ensino de História, obliteram a percepção das memórias locais como algo digno de ser lembrado, conhecido ou discutido. "*A única coisa que, se você perguntar, eles sabem é: 'Qual o país que você vive?' Aí eles sabem: Brasil. Mas, se perguntar 'Qual o bairro, qual o nome do bairro que você [mora]?'*", destaca Liliane, em sua reflexão. Em outras palavras, "a memória partilhada localmente fica na sombra" (ABREU, 2016, p. 68), diante do que realmente importa e que quase sempre está longe das periferias.

Esse problema também ocupa a atenção de Flávia Caimi, que leva em consideração a irredutibilidade expressa pela imersão das crianças e dos jovens em um mundo repleto de estímulos e com extrema facilidade de acesso à informação, em contraposição às modalidades de ensino de História mais tradicionais, ancoradas em práticas conteudistas e pouco propiciadoras de

reflexões e críticas. Na perspectiva da crítica construída por Caimi, entendemos as preocupações reveladas pelas falas das docentes quando abordam a história local dos municípios em sala de aula. Algumas práticas compartilhadas pelas professoras nas entrevistas visam, intencionalmente, provocar a ruptura com tais padrões referenciados em modos tradicionais de ensinar e aprender História. Em diversos trechos de suas falas, as professoras revelam o desejo de conferir significado ao processo de construção de identidades e de pertencimento ao local entre os estudantes. Torna-se, portanto, oportuno ressaltar que:

> [...] o ensino de história deve ter como parte de suas preocupações a administração das recordações, relatos e transmissões do passado, auxiliando os alunos a desenvolverem habilidades de pensamento e instrumentos para evitar naturalizações do passado e a mera percepção das tradições herdadas. (CAIMI, 2006, p. 73).

Desse modo, percebemos que, nas tensões expressas pelas dificuldades do diálogo intergeracional e a valorização de memórias estranhas ao local, há de se considerar o dilema representado por: de um lado, mobilizações do passado desses municípios; de outro, as expectativas em relação ao futuro. Ao mergulharmos nas discussões encetadas por essa constatação, retornamos a mais alguns pontos dos depoimentos citados. Em dado momento, a Professora Paula (2018, s/p) afirma "*que é importante ele [aluno] se identificar*" a fim de se orientar no espaço e no tempo. Liliane infere que as dificuldades apresentadas por seus alunos sobre a história do bairro e da cidade estão relacionadas ao fato de eles pouco transcenderem o espaço geográfico em que vivem: "eles não têm muita consciência...", afirma (PROFESSORA LILIANE, 2018, s/p). Irene, por sua vez, acredita que essa tomada de consciência e noção de identidade pode ser apreendida por seus alunos, se observados, empiricamente, os impactos da passagem do tempo na cidade. A percepção das professoras acerca do seu fazer referenda as considerações esboçadas por Sanchez Costa (2013, p. 277), ao considerar que os "signos do passado (os lugares de memória) são as portas que nos dão acesso aos vastos palácios das recordações e do passado". Assim, Renata reforça a necessidade de ensinar a história da cidade, evocando as dimensões ontológica e epistemológica da História: ela acrescenta que, partindo do micro para o macro, é preciso fazer com que seus alunos se percebam enquanto agentes da História, valorizando o local onde nasceram e vivem, bem como suas próprias trajetórias de vida.

18.2 É POSSÍVEL PENSAR EM UMA CULTURA HISTÓRICA NESSES MUNICÍPIOS?

Todavia, ressaltamos os desafios que envolvem a construção de referenciais estáveis que orientem as experiências e expectativas de docentes e discentes, em municípios onde, além das dificuldades supramencionadas, as narrativas sobre o passado são um palco aberto a intensas e polêmicas disputas. Sem dúvida, tais polêmicas se refletem na carência de prescrições curriculares. O site da Secretaria Municipal de Educação de Queimados, por exemplo, destaca as competências a serem desenvolvidas por meio das políticas públicas nesse setor. Entretanto, não explicita a elaboração de prescrições curriculares para balizar o ensino na rede pública municipal. Também não propõe a articulação entre as atividades pedagógicas e educacionais implementadas no âmbito dessa secretaria e as disposições contidas nos documentos curriculares de referência nacional(PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS, 2019, s/p). Esse cenário se mostrou ainda mais desafiador, ao observarmos as informações contidas nos sites das demais secretarias de Educação. Em Japeri, as únicas informações disponíveis a respeito da estrutura de funcionamento dessa secretaria remetem, simplesmente, ao nome da secretária de Educação, ao endereço, ao horário de funcionamento e ao telefone de contato desse órgão (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAPERI, 2019, s/p). Em Belford Roxo, a situação é semelhante à de Japeri: na página principal, apenas a notícia de um concurso público (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELFORD ROXO, 2013, s/p), o que nos deu a dimensão de que o site não é atualizado há bastante tempo[150]. Segundo o site da Prefeitura Municipal de Belford Roxo, no início de 2019, o então prefeito, Wagner Carneiro,

> [...] sancionou a Lei 1.592, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa da Prefeitura. De acordo com a proposta aprovada na Câmara de Vereadores, o município reduziu de 40 para 27 Secretarias, sendo que quatro são Órgãos de Assessoramento. Foram extintos mais de 1.900 cargos, gerando uma economia de 25%.(PREFEITURA DE BELFORD ROXO, 2019, s/p).

O prefeito justificava a medida como parte das ações empreendidas com o objetivo de contornar a grave crise econômica deflagrada no município, ao longo de seu mandato. Essa justificativa se tornou particularmente interessante, quando constatei que esse prefeito era o mesmo que foi tema de matérias em diversos jornais por ter empreendido a substituição do brasão e

do hino da cidade, a demolição do pórtico de entrada e revogado o feriado em homenagem ao primeiro prefeito belforroxense (SEARA, 2017, s/p). Para além das motivações econômicas, uma vez que Wagner alegou que a revogação do feriado atendia a uma reivindicação dos comerciantes locais, parece-nos evidente um esforço para o apagamento de signos que corporificavam a memória oficial da cidade. Essa memória esteve ancorada na heroicização de Jorge Júlio da Costa dos Santos, popularmente conhecido como Joca, primeiro prefeito da cidade. Esse tipo de fenômeno se apresenta com frequência no que concerne à fixação de identidades nacionais. Entretanto, o caso apresentado anteriormente nos permite pensar que esse fenômeno também é perfeitamente possível de ocorrer em nível local. O apelo a "mitos fundadores", ao lado da construção de símbolos, fornece substrato para garantir a coesão de uma comunidade em torno de uma suposta identidade comum. Nesse cenário, as ações de Wagner Carneiro representam um vetor de força atuante no sentido de desestabilizar o processo de sedimentação de identidade iniciada com a emancipação municipal e a eleição do primeiro prefeito do local.

O fato é que, no afã de solucionar a crise econômica enfrentada pelo município e sobrepor os feitos de sua gestão aos feitos de Joca, marcados na memória coletiva ao longo dos anos, Wagner Carneiro acabou por recrudescer a crise política local. O prefeito belforroxense se converteu em alvo de investigações do Ministério Público e, em 30 de abril de 2019, foi afastado da prefeitura, acusado do desvio de R$ 14 milhões[151]. No que diz respeito a essa pesquisa em específico, apesar de a Secretaria de Educação não estar no rol das secretarias extintas, os atrasos de salários e greves de professores não foram desafios enfrentados só pela prefeitura: o quadro instável, e por vezes caótico, implicou frequentes reformulações no itinerário de pesquisa original.

Greves e fortes embates entre servidores municipais e prefeitura também se constituíram na tônica que perpassou meu contato com Mesquita. No início da pesquisa, tentei a abordagem da Secretaria de Educação desse município, sem obter avanço nas tratativas concernentes ao acesso às escolas da rede. A mudança na gestão municipal, em 2017, ofereceu ainda mais obstáculos a esse processo, com a descontinuidade de políticas em curso e a substituição de todos os funcionários que compunham a Secretaria de Educação. No início de 2019, conforme noticiado em mídia de grande alcance,

> [...] o prefeito de Mesquita, na Baixada Fluminense, criou uma supersecretaria [*sic*] para centralizar temas tão diversos como agricultura ou esporte. O órgão conta com as atribuições de três pastas. Para o comando, Jorge Viana nomeou o próprio irmão, Sérgio Miranda (PORTAL G1, 2019, s/p).

A "Supersecretaria" de Governo, de Administração, Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo absorveu, entre outras, a secretaria municipal de Educação, segundo o texto, "interinamente". Porém, naquele momento, no site da Prefeitura Municipal de Mesquita, entre as secretarias listadas, observava-se apenas a existência da Secretaria Municipal de Governo, Administração, Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (SEMGATRADEACELT). A Educação havia se convertido em uma subsecretaria vinculada a essa extensa pasta, sob a responsabilidade de Lúcia Maria Leone Teixeira (PREFEITURA DE MESQUITA, 2019, s/p).

O cenário esboçado ofereceu mais elementos para enfrentarmos os desafios da compreensão da cultura histórica em locais onde as narrativas sobre o passado estão, continuamente, sendo questionadas, refutadas, reformuladas por inquietações de um presente que é atravessado por questões políticas polêmicas. Tais questões são, por sua vez, prolongamentos das lutas que envolveram os processos emancipacionistas, de modo que se percebe que a concepção de presente é compreendida como uma dilatação do passado recente: projeta-se como prolongamento do espaço temporal de pouco mais de duas décadas atrás. No caso estudado, identificaram-se, por meio dos eventos citados envolvendo a criação das narrativas historiográficas e símbolos representativos dos municípios, disputas políticas que certamente influenciaram na não criação ou mesmo na obstaculização de propostas de políticas públicas que envolvessem a elaboração de parâmetros curriculares específicos para essas cidades.

18.3 OS SABERES EXPERIENCIAIS: UMA APOSTA

A perspectiva de futuro descortinado diante das depoentes e que envolve as comunidades escolares nas quais atuam se plasma como terreno de incertezas, perpassado pela violência e por carências de todo tipo. Reinhart Koselleck (2006, p. 313) afirma que "o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa". Nesse cenário, o desafio imposto a essas professoras é o de apresentar uma narrativa histórica aos alunos que lhes

permita construir uma relação de pertencimento com o local, colocando em evidência uma das funções da História e de seu ensino, qual seja, a produção de sentido ou orientação para a vida. Muito mais do que saberes adquiridos durante a sua formação profissional ou aqueles oriundos das prescrições curriculares, o enfoque recai aqui sobre os saberes experienciais, acumulados e manifestados com base nas vivências cotidianas dessas professoras[152]. Suas percepções acerca do cenário em que vivem e/ou lecionam são fundamentais para que se compreenda a dimensão que o ensino da história local do município adquire em suas práticas. E, de acordo com Cecília,

> *A gente está numa nova gestão[153] que tem se* ***preocupado em apagar a memória do município****. Então assim: todo mundo sabe que Belford Roxo foi emancipado por uma luta e pelo Joca, que é o herói da cidade, municipal, inclusive tínhamos o feriado — que saudades! [risos] —, dia 20 de junho, e o prefeito revogou a lei[154] [...]. Ele derrubou o pórtico da cidade sem necessidade alguma, porque não estava atrapalhando nada, não tinha risco de cair... Não tinha nada. Ele simplesmente queria apagar porque era um sinal do outro governo, que foi o primeiro governo, que foi o cara que emancipou a cidade, que é o governo Joca. Ele destruiu! Os pontos de ônibus eram marcadinhos com coraçãozinho e estava escrito "Governo Joca"; ele derrubou o ponto de ônibus. Então assim:* ***preocupação há de mudar a história da cidade****. Eu entendo que tem diversas questões aí, mas eu acho que... ele não faz questão de mudar e explicar por que mudou ou mudar e preservar alguma coisa, tipo evoluir, não:* ***ele só fez questão de apagar****. Ele mudou o hino da cidade e o brasão. Belford Roxo era conhecida, por causa do governo Joca, como a cidade do amor, que foi um lema que ele lutou, né? Porque* ***Belford Roxo era um dos índices maiores de criminalidade do estado****. E aí, quando ele emancipou a cidade, ele quis mudar essa pecha que tem de lugar violento. E aí botou como lema da cidade "A cidade do amor". E estava inclusive na bandeira. Mas aí o prefeito mudou. E... então:* ***como trabalhar a história da cidade, se a história da cidade está sendo apagada aos poucos?*** *[...] [Os alunos] só sabem que tem feriado, ponto. Não sabem o porquê dos feriados. Então... tá tendo um trabalho das crianças, elas não sabiam o hino antigo, o famoso "Velho brejo! Velho brejo!", e agora elas estão tendo que aprender o hino novo da cidade. Porque é uma cobrança da Secretaria de Educação: que as crianças aprendam o hino novo. Pelo menos na minha escola, a gente tá... (né?).... aprendendo. Até os professores tem que aprender o hino.* (PROFESSORA CECÍLIA, 2018, s/p, grifo nosso).

Essa fala é repleta de chaves que alimentam a discussão. Em seu discurso, enfatiza o empenho do então prefeito belforroxense em um movimento que, segundo ela, objetiva "apagar" a memória construída acerca da emancipação e da mitificação do primeiro prefeito, conhecido como Joca. Nesse sentido, o passado presentificado pelas memórias se torna um palco aberto e perpassado por apagamentos e ênfases na construção de uma narrativa memorialista que se pretende oficial em relação à emancipação. Sobre essa questão, concluímos

que os mesmos aspectos característicos da política personalista que interferiram na consolidação de padrões curriculares locais exercem ingerência sobre os materiais didáticos de maneira particular e sub-reptícia em alguns desses municípios. Acredito que a gestão do prefeito Wagner dos Santos Carneiro conseguiu identificar o potencial da escola; e dos monumentos, como espaços produtores de um tipo de historiografia que referende ou rejeite uma dada narrativa memorialista, com vistas a transformá-la em parte da cultura histórica local. De acordo com Leonor Arfuch (2010, p. 102), infiro que o caso do prefeito de Belford Roxo exacerba algumas "tendências dominantes do espaço biográfico", incluindo tanto as "tendências de exaltação narcisista, em que se sobressaem a afirmação dos valores do individualismo e a competitividade", como também aquelas relacionadas à autocriação ou à restauração das memórias coletivas. Linderval Monteiro (2001, p. 89) interpreta o processo de mitificação de Joca "como um exemplo lapidar da liderança marginal baixadense na medida em que experimentou uma rápida ascensão política completamente ancorada na sua eficiente ação social substituidora do poder público e no seu forte carisma pessoal". No intuito de avaliar o alcance da construção do mito "Joca", Alessandra Barreto, ao discutir as relações de poder constituídas nos municípios da Baixada Fluminense, acrescenta que a construção de uma imagem positiva sobre a liderança de Joca foi tão bem consolidada que, mesmo após sua morte, foi capaz de captar os votos que alçaram à prefeitura da cidade, sua esposa, logo no pleito seguinte (BARRETO, 2004, p. 52).

Assim, a imagem de Joca também emerge das reflexões da professora Liliane como o paradigma do prefeito ideal, descrito como um líder carismático e justo:

> *E o Joca, em Belford Roxo, tem ainda uma memória muito forte dele em Belford Roxo. Ele foi considerado um dos melhores prefeitos de Belford Roxo, e as pessoas mais antigas falam do Joca com muito amor, entendeu? Tem aquela paixão pelo Joca, os professores mais antigos falam como o Joca foi bom pra Belford Roxo, como o Joca fez coisas boas pra Belford Roxo, que ele era um excelente prefeito, que Belford Roxo precisava de um outro Joca pra que pudesse crescer, evoluir. Então eles têm essa memória boa desse primeiro prefeito de Belford Roxo. Só que o Joca se foi, mas a memória ainda continuou na mente dos mais idosos. Eu me lembro uma vez que eu estava no centro de Belford Roxo e uma senhora, uma senhorinha de cabelo grisalho, sentou do meu lado e começou falando, falando do passado dela, inclusive do Joca. E ela falava do Joca com muito amor, com muita admiração. Como se o Joca fosse um herói (né?) pra Belford Roxo. Eles têm essa memória muito boa do Joca. Eu não sei, só sei o que os idosos...*

> *idosos, não, os mais velhos (né?) [risos], eles me falam. Porque de manhã, na outra escola que eu trabalhava no ano passado, tem uma orientadora lá que já tá há muitos anos em Belford Roxo e ela também fala do Joca com muito carinho, com muito amor, que o Joca foi um bom prefeito pra Belford Roxo*. (PROFESSORA LILIANE, 2028, s/p).

Ao se inscrever na imbricação entre demandas externas sazonais, preconizadas pelas políticas públicas locais, e demandas internas, observadas pelas professoras com base em sua sensibilidade ao cotidiano escolar, a relação com a história local também é algo que diz respeito à própria noção de identidade profissional dessas docentes. Nesse sentido, a opção pela história oral visou ouvir, registrar e analisar o que as respectivas vozes dessas professoras têm a nos dizer a respeito de suas experiências e expectativas. Na escuta desses relatos, identifiquei, no perfil das docentes entrevistadas, aspectos que me permitiram traçar um itinerário calcado nos saberes docentes mobilizados por estas em sua rotina escolar e, mais especificamente, nas aulas sobre a história local da cidade. Para sustentar a análise dos saberes docentes por meio dos registros orais, cito, mais uma vez, Maurice Tardif (2014, p. 33), quando afirma que "o saber docente se compõe, na verdade, de vários saberes provenientes de diferentes fontes". Nesse sentido, concluímos que as escassas orientações, que deveriam constar dos saberes curriculares, são compensadas de alguma forma com a mobilização dos outros tipos de saberes, notadamente, o saber experiencial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo. História local e ensino de história: interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo. *In*: GABRIEL, Carmen Teresa *et al*. (org.). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *Campos*, [*S. l.*], v. 5, n. 2, 2004.

CAIMI, Flávia Eloisa. "Geração Homo Zappiens na escola: os novos suportes de informação e a aprendizagem histórica". *In*: MAGALHÃES, Marcelo e outros (org.). *Ensino de História*: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. P. 165-183.

CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? *In*: ROCHA, Helenice *et al*. (org.). *A escrita da história escolar*: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COSTA, Claudia Patrícia de Oliveira. *Nas disputas das memórias*: narrativas acerca da emancipação de Queimados – RJ. Curitiba: Appris, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

MONTEIRO, Linderval. *Baixada Fluminense*: identidades e transformações. O estudo das relações políticas na Baixada Fluminense, a criação do município de Belford Roxo e a mitificação de seu primeiro prefeito. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

NOTÍCIAS DE BELFORD ROXO. "Dia 20 de junho não é mais feriado em Belford Roxo." Disponível em: https://noticiasdebelfordroxo.blogspot.com/2018/06/dia-
20-de-junho-nao-e-mais-feriado-em-belford-roxo.html. Acesso em: 21 jan. 2019.

PORTAL G1. "Belford Roxo, RJ, só volta a ter prefeito na semana que vem." Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/02/belford-roxo-rj-so-volta-a-ter-prefeito-na-semana-que-vem.ghtml. Acesso em: 5 maio 2019.

PORTAL G1. "Prefeito de Mesquita, no RJ, cria supersecretaria e nomeia o próprio irmão." Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/16/prefeito-de-mesquita-no-rj-cria-supersecretaria-e-nomeia-o-proprio-irmao.ghtml. Acesso em: 4 maio 2019.

PREFEITURA DE BELFORD ROXO. "Prefeito Waguinho inicia ano com reforma administrativa e redução de secretarias." Disponível em: https://prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/2019/01/10/prefeito-waguinho-inicia-ano-com-reforma-administrativa-e-reducao-de-secretarias/. Acesso em: 4 maio 2019.

PREFEITURA DE MESQUITA. Disponível em: http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semgatradeacelt/. Acesso em: 4 maio 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS. Disponível em: http://pmq.tecnologia.ws/secretarias. Acesso em: 4 maio 2019.

SANCHEZ-COSTA, Fernando. La fragua de la identidad: memoria, conciencia histórica y cultura histórica. *In*: PALOS, Juan-Lluis; SANCHEZ-COSTA, Fernando (ed.). *A vueltas con el pasado*: historia, memoria y vida. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013.

SEARA, Berenice. "Belford Roxo: Waguinho vai apagar marcas do primeiro prefeito da cidade" In *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 7 ago. 2017. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/belford-roxo-waguinho-vai-apagar-marcas-do-
primeiro-prefeito-da-cidade-21676857.html. Acesso em: 3 maio 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELFORD ROXO. Disponível em: http://semed.no.comunidades.net/index.php. Acesso em: 4 maio 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAPERI. Disponível em: http://www.japeri.rj.gov.br/o-governo/secretarias/secretaria-municipal-de-educacao. Acesso em: 4 maio 2019.

SELLES, Sandra Escovedo; ANDRADE, Everardo Paiva de. Políticas curriculares e subalternização do trabalho docente. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, mar./jun. 2016, p. 39-64.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. *Ensinar história no século XXI*: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2012.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada*: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote*: transformações sociais em Nova Iguaçu. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZAVALA, Ana. En torno a los discursos acerca de la formación profesional docente. *Cadernos de Pesquisa*, [*S. l.*], v. 47, n. 164, p. 716-739, abr./jun. 2017. DOI 10.1590/198053144124.

Entrevistas

PROFESSORA CECÍLIA. [*Entrevista*]. Entrevista em áudio cedida a Claudia Patrícia de Oliveira Costa. Rio de Janeiro, 3 jul. 2018. 32’58”.

PROFESSORA IRENE. [*Entrevista*]. Entrevista em áudio cedida a Claudia Patrícia de Oliveira Costa. Queimados, 17 set. 2018. 18’54”

PROFESSORA LILIANE. [*Entrevista*]. Entrevista em áudio cedida a Claudia Patrícia de Oliveira Costa. Rio de Janeiro, 23 jun. 2018. 40’45”.

PROFESSORA PAULA. [*Entrevista*]. Entrevista em áudio cedida a Claudia Patrícia de Oliveira Costa. Rio de Janeiro, 20 ago. 2018. 29’30”.

PROFESSORA RENATA. [*Entrevista*]. Entrevista em áudio cedida a Claudia Patrícia de Oliveira Costa. Queimados, 29 ago. 2018. 12’43”

---

[150] O referido concurso foi autorizado pelo prefeito Alcides Rolim, que já não é mais o prefeito de Belford Roxo desde 2013.

[151] “A gestão de Waguinho foi marcada por polêmicas. Além de não quitar dívida com servidores mesmo após ação judicial, no meio da crise nomeou assessores para assuntos religiosos e passou o número de secretarias de 25 para 32. O ex-prefeito ainda é processado no STF por nepotismo, por nomear irmã e esposa para secretarias”. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/02/belford-roxo-rj-so-volta-a-ter-prefeito-na-semana-que-vem.ghtml. Acesso em: 5 maio 2019.

[152] De acordo com Maurice Tardif (2014, p. 38), os saberes docentes definem-se como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”.

[153] A depoente se refere à gestão do atual prefeito de Belford Roxo, Wagner dos Santos Carneiro, conhecido popularmente como Waguinho, que se iniciou em janeiro de 2017.

[154] “Devido às inúmeras mensagens e e-mails de moradores, funcionários e empresários sobre dúvidas ao antigo feriado do dia 20 de junho, vimos por meio desta postagem, esclarecer que não é mais feriado municipal em Belford Roxo o dia 20 de junho (antigo feriado - falecimento do 1º prefeito de B. Roxo, Joca), criado pela lei 571 de 25.02.97 e foi revogado pela lei 1.559 de 6 de setembro de 2017”. Disponível em: https://noticiasdebelfordroxo.blogspot.com/2018/06/dia-20-de-junho-nao-e-mais-feriado-em-belford-roxo.html. Acesso em: 21 jan. 2019.

SOBRE OS AUTORES

Aline de Morais Limeira

Doutora e mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Professora adjunta do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Uerj). Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (Gheno/UFPB) e vice-líder do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (Nephe/Uerj).

Orcid: 0000-0002-5964-6661.

Alzira Batalha Alcântara

Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em História pela UFF (1983). Professora associada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF); e, desde 2009, é docente do curso de pós-graduação lato sensu Organização Curricular da Educação Básica, na Uerj. Integrou o corpo docente da Universidade Estácio de Sá (Unesa) de 2000 a dezembro de 2021 e de 2013 a 2021; foi docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Unesa. Procientista Uerj e integrante do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF).

Orcid: 0000-0001-9597-282X.

Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra

Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora associada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Uerj/Duque de Caxias) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC/FEBF). Procientista Uerj e líder do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF).

Orcid: 0000-0003-3112-9301.

Ana Carolina de Farias Miranda

Doutoranda em Educação e mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Graduada em Pedagogia (Uerj). Técnica

universitária superior/pedagoga do Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Uerj (DEP/PR-1). Integrante do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (Nephe/Uerj) e do grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF).

Orcid: 0000-0001-8916-6928.

Ana Paula da Silva Esteves

Mestre em Educação e graduada em Pedagogia pela Uerj/FEBF; pós-graduanda em Práticas de Letramentos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Foi professora da rede municipal de Volta Redonda. Professora da rede municipal de Angra dos Reis, atuando no ensino fundamental. Integrante do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF).

Orcid: 0002-2862-3440.

Angélica Borges

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Professora adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Uerj, Duque de Caxias) e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC/Uerj). Vice-líder do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo).

Orcid: 0000-0003-0207-943X.

Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues

Mestre em Educação e graduada em Pedagogia pela Uerj/FEBF; pós-graduanda em Práticas de Letramentos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Foi bolsista de Iniciação Científica da Faperj (2015-2017). Professora da rede municipal de Queimados. Integrante do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF).

Orcid: 0000-0002-2275-6963.

Beatriz Souza dos Santos

Mestranda em Educação e pedagoga pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/Uerj). Bolsista de Iniciação Científica (Faperj) no projeto “Difusão da

escolarização na Província do Rio de Janeiro: estudo do processo de instalação e de ampliação da malha escolar primária e secundária no período do Império (1822-1889)", entre 2018 e 2020. Integrante do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF).

Orcid: 0000-0001-9399-1197.

Claudia Patrícia de Oliveira Costa

Doutora em História Social e mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Especialista em História do Rio de Janeiro pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduada (bacharelado e licenciatura) em História pela Uerj. É professora da rede pública estadual de educação do estado do Rio de Janeiro e atua como pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (Nubhes/Uerj) e do Laboratório de Estudos em Ensino de História e Patrimônio Cultural (LEEHPaC/PUC-Rio).

Orcid: 0000-0003-4535-5940.

Cristiane Dias Nunes de Araujo

Pedagoga. Professora da rede pública municipal de Duque de Caxias. Diretora e pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd).

Orcid: 0000-0002-6031-8796.

Cristiane Gonçalves de Araújo

Graduanda de Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/Uerj). É bolsista do projeto de Iniciação Científica "Retratos e registros da escolarização em Iguaçu", junto ao grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo).

Orcid: 0000-0001-6786-1727.

Eliana Santos da Silva Laurentino

Doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj/FFP). Mestre em Educação pela Uerj/FEBF. Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Membro do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo/Uerj). Membro da Associação de Professores e Pesquisadores da Baixada Fluminense

(APPH-Clio). É vice-líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural A Cor da Baixada (Uerj/FEBF).

Orcid: 0000-0002-3742-1525.

Icléa Lages de Melo

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Pedagogia pela UFRJ. Professora aposentada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), unidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Ex-coordenadora e membro atual do Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (Pinba). Atuou como docente no Curso de Formação de Professores e orientadora educacional na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.

Orcid: 0000-0002-6250-5018.

Isabela Bolorini Jara

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Educação (FEBF/Uerj). Bacharel e licenciada em História (UFRJ). Integrante do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF). Vice-diretora escolar na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.

Orcid: 0000-0003-3140-3366.

Jessica Tomaz Ferreira

Graduanda de Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/Uerj), atuou como bolsista de Iniciação Científica (Pibic/Uerj) junto ao grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo), do qual hoje é membro. Sua pesquisa foi premiada na XXXI Semana da Iniciação Científica 2022 da Uerj (Uerj sem Muros) pelo trabalho "Francisco Hermenegildo da França: intelectual negro e mediador da cultura letrada no Recôncavo da Guanabara no período do Império". Faz parte do projeto Futuro Uerj.

Orcid: 0000-0002-9312-6360.

Kátia Maria Soares

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/Uerj). Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Graduada em Comunicação Social

– Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1980) e licenciatura em Pedagogia (Unig, 1983). É diretora-geral da Faculdade Fernanda Bicchieri (Fabel) e pedagógica dos colégios CEM e Castelinho, do Grupo Fabel.

Orcid: 0000-0002-0826-3716.

Kimberly Araujo Gomes Pereira

Mestranda em Educação e pedagoga pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/Uerj). Bolsista de Iniciação Científica (Faperj) no projeto "Difusão da escolarização na Província do Rio de Janeiro: estudo do processo de instalação e de ampliação da malha escolar primária e secundária no período do Império (1822-1889)", entre 2018 e 2020. Professora bilíngue I da rede municipal de Miguel Pereira. Integrante do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF).

Orcid: 0000-0002-6195-4364.

Láiza Bianca Luna de Souza de Oliveira

Graduanda em Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/Uerj). É integrante do grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo), no qual foi bolsista do projeto de Iniciação Científica: "Os Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense".

Orcid: 0000-0003-4186-1256.

Lucimar Felisberto dos Santos

Tem pós-doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É doutora pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em História na UFRJ. Pesquisadora do grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF/Uerj). Cocriadora, produtora de conteúdos e gerenciadora de edição de livros da Plataforma Afrodiálogos. Membro da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros. Professora das redes públicas municipais de educação de Duque de Caxias e Magé.

Orcid: 0000-0002-2638-4087.

Maissi de Cássia Julião Alves

Graduada em Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/Uerj). Membro do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação

Local (Ehelo). É agente de Apoio à Inclusão pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em ensino-aprendizagem e pesquisa com ênfase em História da Educação.

Orcid: 0000-0003-1411-8176.

Marcia Montilio Rufino

Graduada em Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/Uerj), com especialização em Psicopedagogia Clínico-Institucional pela Abeu Faculdades Integradas. Ex-professora e ex-orientadora educacional da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Orientadora educacional da rede municipal de ensino de Duque de Caxias. Diretora executiva e pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd).

Orcid: 0000-0001-6666-246X.

Márcia Spadetti Tuão da Costa

Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Educação pela Uerj/FEBF. Graduada em Letras pela Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Professora da rede pública municipal de Duque de Caxias. Diretora e pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd).

Orcid: 0000-0003-0457-4039.

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro

Doutor em História Comparada pela UFRJ (2014). Mestre em História Comparada pela UFRJ (2007). Graduado em História (bacharelado e licenciatura) pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), campus Duque de Caxias. Professor de História, desde 2004, na rede municipal de ensino de Rio das Ostras/RJ. Integrante do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo/FEBF).

Orcid: 0000-0002-4444-7088.

Mariana Hapuque Raphael da Silva

Graduanda de Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Uerj/FEBF). É integrante do grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo), no qual foi bolsista do projeto de Iniciação Científica "Processo de escolarização na Baixada Fluminense: história, memória e patrimônio".

Orcid: 0000-0002-5473-3723.

Marluce Souza de Andrade

Doutora, mestre e pedagoga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professora das séries iniciais do ensino fundamental e orientadora pedagógica na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Membro da direção executiva do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd).

Orcid: 0000-0002-4425-2889.

Marlucia Santos de Souza

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2002). Graduada em Estudos Sociais pela Fundação Educacional Duque de Caxias (1982). É servidora pública estadual (RJ) lotada no Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias como coordenadora-geral. Diretora do Museu Vivo do São Bento.

Orcid: 0000-0002-1552-1795.

Renata Spadetti Tuão

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Educação pela UFRRJ. Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Diretora e pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd).

Orcid: 0000-0003-0457-4039.

Sara Cristina Gomes Barbosa da Silva

Graduanda de Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Uerj/FEBF). É integrante do grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo), no qual foi bolsista do projeto de Iniciação Científica:

“Processo de escolarização na Baixada Fluminense: história, memória e patrimônio”.

Orcid: 0000-0001-6066-4296.

Thays Rosalin de Araujo

Pedagoga pela Unirio. Especialista em Orientação Educacional pela Ucam. E mestre em Educação pela Unirio. Atua como orientadora educacional na rede pública de ensino do município de Duque de Caxias e como diretora e pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd).

Orcid: 0000-0002-0347-8320.

Vitor da Silva Batista

Graduando de Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Uerj/FEBF). É integrante do grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo), no qual foi bolsista do projeto de Iniciação Científica: “Os Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense”.

Orcid: 0000-0002-8533-0660.

História da Educação do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense é uma obra destinada a reunir e divulgar os estudos sobre História da Educação deste território, sobretudo as pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (Ehelo), fundado em 2013 na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Nas reuniões que ocorriam na sala do Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica da Baixada Fluminense (Pinba), estudamos textos sobre a configuração do campo da História da Educação no Brasil, textos teóricos sobre a historiografia, fontes e métodos de pesquisa em História da Educação. Buscamos conhecer a farta historiografia sobre a Baixada Fluminense. Em diálogo com os campos da História da Educação e da historiografia da Baixada, o Ehelo foi crescendo, agregando professores, estudantes e pesquisadores. As produções que tangenciavam ou focalizavam a História da Educação local fomentavam a necessidade de ampliar periodizações, temáticas, acervos e fontes documentais. Assim, tecemos elos entre a vontade de saber e a necessidade de produzir conhecimento em História da Educação local. E, ao produzir e mapear parte da produção acadêmica na área, convidamos para compor o livro autores de outras instituições, resultando no conjunto de 30 autores.

Os dezoito capítulos foram organizados em quatro unidades, onde apresentamos um panorama, desde o século XIX, das travessias, tessituras e rasuras entre as iniciativas de governos, projetos de sociedade e criação e oferta de diversos tipos e níveis de ensino; investigamos os aspectos que configuraram a história da profissionalização do magistério e das diferenças produzidas segundos os vértices de gênero, raça e classe social nessas experiências. Ademais, porque fazemos História da Educação para ser realizada, conhecida, ensinada, aprendida e disseminada na Baixada Fluminense, trazemos na última parte do livro experiências e debates sobre patrimônio, acervos, o ensino de história local, história oral e educação patrimonial realizado por instituições atuantes na Baixada Fluminense. Mantemos, assim, as apostas renovadas de que é possível e necessário tecermos em mutirão os elos da história local da Educação e de que outras periodizações, temáticas e fontes aguardam ser descortinadas por novas pesquisas.



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

PPGECC

FEBF Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
UERJ-CAPAES

Ehelo

pinba
Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense

Appris editora